



# digitAR

queologia  
chaeology

ig  
it  
al

q u i t e c t u r a  
c h i t e c t u r e  
t e s t s

digitAR - Revista Digital de Arqueologia, Arquitectura e Artes  
Digital Journal of Archaeology, Architecture and Arts



# DO PERÍODO ROMANO IMPERIAL À IDADE CONTEMPORÂNEA

ACTAS DO IX ENCONTRO DE ARQUEOLOGIA  
DO SUDOESTE PENINSULAR, VOLUME 2

Inês Vaz Pinto



Rosa Varela Gomes



Juan Aurelio Pérez Macías



(Coords.)



## IX

ENCONTRO DE ARQUEOLOGIA  
DO SUDOESTE PENINSULAR

ENCUENTRO DE ARQUEOLOGÍA  
DEL SUROESTE PENINSULAR

**TROIA TROIA**  
RESORT RUINAS

Centro de Estudos  
em Arqueologia  
e Ciências do Património

FCT  
Fundação para a Ciência e a Tecnologia



#AMRS  
Associação de Municípios  
da Região de Setúbal

MAEDS

QR  
EN  
QUADRO  
DE REFERÊNCIA  
ESTRATÉGICO  
NACIONAL  
PORTUGAL2020-2023

COMPETE  
PROGRAMA OPERACIONAL FACTORES DE COMPETITIVIDADE

REPÚBLICA  
PORTUGUESA  
CULTURA

UAM  
UNIVERSIDAD AUTÓNOMA  
DE MADRID

Universidad  
de Huelva

MÉRIDA  
ESCUELA DE  
CIENCIAS HISTÓRICAS,  
ARQUEOLÓGICAS  
Y ARQUEOLOGÍA

GRÂNDOLA

Município  
**Palmela**

QUALUZ  
HOTEL-RECREATIVOS  
Troia

atlantic ferries  
troia começa aqui.

### **Comissão Científica do Volume | Conselho de Redacção**

Catarina Viegas (UNIARQ | Universidade de Lisboa)

Francisco Javier Heras Mora (Consortio de Mérida)

Inês Vaz Pinto (CEAACP – Universidade de Coimbra | TROIA RESORT)

Juan Aurelio Pérez Macías (Universidad de Huelva)

Macarena Bustamante Álvarez (Universidad de Granada)

Rosa Varela Gomes (IAP-HTC-CFE NOVA FCSH)

### **Comissão Organizadora**

Ana Patrícia Magalhães (CECH - Universidade de Coimbra | FCT)

Carlos Tavares da Silva (MAEDS | UNIARQ | Universidade de Lisboa)

Inês Vaz Pinto (CEAACP – Universidade de Coimbra | Troia Resort)

Javier Jiménez Ávila (Consortio de Mérida)

Joaquina Soares (MAEDS | UNIARQ | Universidade de Lisboa)

Juan Aurelio Pérez Macías (Universidad de Huelva)

Macarena Bustamante Álvarez (Universidad de Granada)

Manuela de Deus (Direcção Regional de Cultura do Alentejo)

Patrícia Brum (HTC-CFE NOVA FCSH)

Samuel Melro (Direcção Regional de Cultura do Alentejo)

## ÍNDICE

<b>Apresentação</b>	<b>6</b>
<b>Nuevas aportaciones al conocimiento de <i>Norba Caesarina</i>. Excavaciones en la Calle Adarve del Cristo nº 10 (Cáceres, Extremadura)</b>	<b>7</b>
Andrea Menéndez Menéndez; Macarena Bustamante-Álvarez	
<b>Investigaciones interdisciplinares sobre los espacios domésticos del <i>municipium</i> romano de <i>Mirobriga</i> (Santiago do Cacán, Portugal)</b>	<b>27</b>
Felix Teichner; Ada Cortes	
<b>Una <i>insula</i> de carácter artesanal en <i>Contributa Iulia</i> (Medina de las Torres – Badajoz)</b>	<b>40</b>
Pedro Mateos Cruz; Antonio Pizzo; Macarena Bustamante-Álvarez; Pedro Delgado Molina; Fernando Sánchez Hidalgo	
<b>Inscripciones funerarias de <i>Augusta Emerita</i> sometidas al M.R.M.: primeros resultados</b>	<b>52</b>
Luis Ángel Hidalgo Martín; Hugo Pires	
<b>“Reparación gráfica” del teatro romano de Mérida por Vicente Paredes Guillén (1887-1911)</b>	<b>61</b>
Carlos Jesús Morán Sánchez	
<b>Propuesta metodológica para el estudio de la arquitectura doméstica urbana hispanorromana con el concurso de las TICS</b>	<b>72</b>
Álvaro Corrales Álvarez; Pedro Mateos Cruz	
<b>Documentación de nuevas labores romanas en Riotinto (Huelva) 2014-2016</b>	<b>85</b>
Aquilino Delgado Domínguez; Juan Aurelio Pérez Macías; María del Carmen Quintero Cristóbal; María de la Cinta Regalado Ortega	
<b>Uma sepultura de mesa na Ponta do Verde (Tróia)</b>	<b>102</b>
Inês Vaz Pinto; Ana Patrícia Magalhães; Patrícia Brum; Margarida Figueiredo; Filipa Araújo dos Santos; Sónia Gabriel	
<b>De las canteras. Primeras evidencias de los sistemas de explotación en <i>Gades</i></b>	<b>122</b>
Macarena Lara Medina	
<b>A necrópole romana do Torrejão (Quintos, Beja) – primeiros dados</b>	<b>132</b>
Ana Rosa; Dulce Fernandes	

<b>A necrópole romana do sítio da Estrada da Calçada 2 (Beja) - notícia preliminar</b>	<b>138</b>
Tiago Nunes; Patrícia Simão	
<b>Ejemplo de <i>tabulae lusoriae</i> procedente de <i>Perceiana</i> (Villafranca de los Barros, Badajoz)</b>	<b>148</b>
Cristina Mena Méndez; Macarena Bustamante-Álvarez; Miriam García Cabezas	
<b>El <i>tesorillo</i> de la Casa Norte de <i>Arucci</i> (Aroche, Huelva)</b>	<b>156</b>
Nieves Medina; Javier Bermejo; Juan M. Campos	
<b>Vidrios que imitan piedras: algunos ejemplos procedentes de <i>Augusta Emerita</i></b>	<b>169</b>
Pilar Caldera de Castro; Nova Barrero; Miguel Cisneros	
<b>Caracterización y usos de los molinos rotatorios romanos en las <i>cetariae</i> del Estrecho de Gibraltar</b>	<b>179</b>
María Ángeles Pascual Sánchez	
<b>Sobre la pista de una iglesia desaparecida de la Mérida tardoantigua</b>	<b>191</b>
Francisco Javier Heras Mora	
<b>O núcleo de ocupação visigótica dos séculos VI a VIII do sítio de Vale de Barrancas 1 (Beringel, Beja)</b>	<b>204</b>
Tiago Nunes	
<b>La torre emiral de Idanha-a-Velha</b>	<b>213</b>
Antonio Malalana Ureña; Jorge Morín de Pablos	
<b>E da noite se fez dia... Alumiar em período islâmico</b>	<b>227</b>
Sandra Cavaco; Jaquelina Covaneiro; Maria Catarina Coelho; Ana Sofia Gomes; Isabel Inácio; Jacinta Bugalhão; Isabel Cristina Fernandes; Susana Gómez; Maria José Gonçalves; Marco Liberato; Constança dos Santos; Helena Catarino	
<b>A cidade de Alcácer do Sal durante o emirato e o califado de Córdoba</b>	<b>242</b>
Marta Isabel Caetano Leitão	
<b>Entre mouros e cristãos: primeiros dados sobre a zooarqueologia do Castelo de Aracena (Huelva, Espanha)</b>	<b>254</b>
Maria João Valente; Francisco Rosa Correia; Rute Branco; Eduardo Romero Bomba; Timoteo Rivera Jiménez; Omar Romero de la Osa	

<b>Huerta de la Fresa: un asentamiento bajomedieval y moderno en el entorno rural de Aljaraque (Huelva)</b>	<b>268</b>
Pedro Campos Jara	
<b>Uma lixeira de outros tempos na Rua das Capacheiras (Tavira)</b>	<b>292</b>
Jaquelina Covaneiro; Sandra Cavaco	
<b>Uma olaria quatrocentista de Serpa (Rua da Barbacã 29-33)</b>	<b>308</b>
Ana Sofia Antunes	
<b>Proyecto arqueológico “Castillo del Argallén”. Arqueología de una encrucijada histórica</b>	<b>344</b>
Diego Sanabria Murillo; Antonio José Domínguez Martín; Antonio D. López Rodríguez	
<b>Quatro anos de intervenção arqueológica no Espaço Cidadão (Palmela). Os principais resultados e algumas questões</b>	<b>357</b>
João Nunes; Eduardo Porfírio; Michelle Teixeira Santos	

## APRESENTAÇÃO

Os Encontros de Arqueologia do Sudoeste Peninsular têm vindo a realizar-se desde 1993 em diversas localidades de Portugal e Espanha, com o objectivo de dar a conhecer novidades da investigação arqueológica, apresentar resultados de projectos de investigação em curso e debater problemáticas relevantes da arqueologia do Sudoeste Peninsular, fortalecendo os laços profissionais entre os investigadores portugueses e espanhóis.

De 4 a 6 de Novembro de 2016, ocorreu o IX Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular, em Tróia e Setúbal, ficando a organização a cargo do TROIA RESORT – Ruínas Romanas de Tróia, do Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal (MAEDS) – Associação de Municípios da Região de Setúbal (AMRS) e do Centro de Estudos de Arqueologia, Artes e Ciências do Património da Universidade de Coimbra (CEAACP), tendo contado com o apoio da Direção Regional de Cultura do Alentejo, do Consorcio de Mérida, da Universidade Autónoma de Madrid, da Universidade de Huelva e ainda do Hotel Aqualuz de Troia e da Atlantic Ferries.

Visitaram-se as ruínas romanas de Troia, os hipogeus pré-históricos da Quinta do Anjo e o castro pré e proto-histórico de Chibanes. O encerramento ocorreu na Casa Mãe da Rota dos Vinhos, com o apoio da Câmara Municipal de Palmela.

Um total de 161 autores apresentou comunicação oral ou em poster. Atendendo ao elevado número de textos entregues para publicação e à extensa diacronia abrangida pelos mesmos, decidiu-se editar as actas em dois volumes.

O primeiro volume, *Do Paleolítico ao Período Romano Republicano*, com a coordenação científica de Joaquina Soares, Inês Vaz Pinto e Carlos Tavares da Silva, foi publicado em 2019 no volume 6 da “DigitAR” (online) e no volume da Setúbal Arqueológica (impressão em papel).

Neste volume da “DigitAR”, publica-se o segundo volume das actas, *Do Período Romano Imperial à Época Contemporânea*.

Os artigos foram objecto de revisão por membros da Comissão Científica, a quem muito agradecemos. Porém, a responsabilidade pelos conteúdos e pelo cumprimento dos direitos de autor é dos signatários dos artigos publicados.

Os coordenadores científicos agradecem o espaço editorial facultado pela revista “DigitAR”.

Os Coordenadores Científicos

Inês Vaz Pinto,

Rosa Varela Gomes

e

Juan Aurelio Pérez Macías

# NUEVAS APORTACIONES AL CONOCIMIENTO DE NORBA CAESARINA. EXCAVACIONES EN LA CALLE ADARVE DEL CRISTO N°10 (CÁCERES, EXTREMADURA)

Recibido: 2 de Agosto de 2017 / Aprobado: 19 de Octubre de 2018

**Andrea Menéndez Menéndez**<sup>1</sup>

Arqueóloga

**Macarena Bustamante-Álvarez**<sup>2</sup>

Universidad de Granada – UNIARQ, Universidade de Lisboa

## Resumen

En el año 2015 se realizó una intervención arqueológica de urgencia en el solar nº 10 de la calle Adarve del Cristo (Cáceres, Extremadura, España). A pesar de que la extensión total de solar intervenido era muy reducida, el interés de esta publicación radica en que se trata de uno de los pocos solares analizados en el casco histórico de la ciudad de Cáceres, concretamente, dentro del recinto amurallado. Esto hace que estemos ante una oportunidad ideal para conocer las distintas etapas cronológicas por las que ha pasado la ciudad. En este trabajo se analiza, desde el punto de vista arqueológico, las distintas facies intervenidas y se realiza una primera autopsia de los materiales arqueológicos allí exhumados.

**Palabras-clave:** Adarve del Cristo; Cáceres; Lusitania; *Norba Caesarina*; arqueología urbana.

## Abstract

In 2015, an urgent archeological intervention was carried on in the manor nº. 10 of the street Adarve del Cristo (Cáceres, Extremadura, Spain). Despite the fact that the intervention took place in a much-reduced part of the site, the interest of this publication is that it is one of the few manors excavated in the historic center of Cáceres within the walled enclosure. This excavation offers an ideal opportunity to know the different chronological stages the city went through. In this article, the different horizons defined are analysed from an archaeological point of view and a first study of their archaeological materials is presented.

**Keywords:** Adarve del Cristo; Cáceres; Lusitania; *Norba Caesarina*; urban archaeology.

---

<sup>1</sup> andreamdz.arq@gmail.com

<sup>2</sup> mbustamante@ugr.es

## I. Introducción

La intervención objeto de estudio se desarrolló con motivo de la construcción de una vivienda unifamiliar, en un solar de la zona intramuraria de Cáceres. Esta parcela se encontraba vacía y diáfana desde hacía varios años, debido al derrumbe del edificio preexistente, datado en origen en el siglo XIX, aunque había sufrido diferentes reformas. Los iniciales trabajos de movimientos de tierra, de carácter mecánico, se desarrollaron bajo la supervisión de un técnico de Patrimonio de la Junta de Extremadura. Tras la localización de una serie de restos estructurales y materiales, durante la primera fase de ejecución de las zapatas del futuro edificio, dicho técnico determinó la necesidad de realizar un seguimiento arqueológico exhaustivo de las actuaciones restantes y la posterior excavación de los restos exhumados por parte de profesionales especializados<sup>3</sup>.

La intervención arqueológica estuvo condicionada en todo momento por las características del proyecto constructivo aprobado. *Ergo*, los trabajos de documentación debían limitarse a los restos que se documentasen en los vaciados para las zapatas de cimentación. En un principio, se trataba de ocho zapatas en los extremos y laterales del solar y una planteada en el centro. Estas zanjas se unirían entre sí mediante riostras de unos 40 cm de profundidad que también fueron objeto de control arqueológico. En el momento que emergieron los restos arqueológicos, la propiedad y la dirección facultativa de la obra tomaron la decisión urgente de hacer un cambio en el proyecto constructivo priorizando, por encima de todo, el minimizar la extensión de las zonas excavadas y la temporalidad de los trabajos arqueológicos. Esto fue un hándicap para el desarrollo de la intervención arqueológica en mayor extensión.

Con el cambio de proyecto, donde se optó por una cimentación sobre losa de hormigón, la extensión excavada fue casi anecdótica, puntual y mínima obteniendo, por desgracia, una información extremadamente sesgada. Si bien es cierto que el proyecto y la ejecución de los trabajos arqueológicos cumplieron con las exigencias establecidas por las administraciones competentes, en nuestra opinión, el solar del Adarve del Cristo era una oportunidad única, ya irremediabilmente perdida, para realizar una excavación completa del solar que hubiese permitido conocer de forma más precisa algunas facies casi inéditas de esta ciudad. Como es sabido, la primera excavación arqueológica realizada de manera sistemática en el casco histórico cacereño fue la del palacio del Mayoralgo realizada entre los años 2001 y 2005, cuyos autores la citaban como modelo a seguir en el futuro (Chautón Pérez, 2008; Jiménez Marzo, 2008). Desde entonces, las actuaciones arqueológicas en el recinto amurallado se limitan a la intervención con motivo de la remodelación del Hotel Atrio y a seguimientos o intervenciones de carácter menor, como la de la calle Ancha, o la cripta de la Preciosa Sangre. Fuera del área intramuros, pero dentro del espacio urbano, las intervenciones son igualmente muy puntuales y de escasa entidad y la información obtenida muy exigua. Asimismo, cabe reseñar que, a pesar de que existen diversos estudios sobre la evolución histórica tanto de la zona amurallada, así como específicos sobre la propia muralla, estos se basan en fundamentos teóricos y formales, no habiendo investigaciones arqueológicas más allá de los estudios documentales y las lecturas de paramentos, incluidos los recientes trabajos realizados con motivo del Plan Director de la Muralla<sup>4</sup>. La única intervención sistemática realizada hasta la fecha en este sentido fue la de una zona en el entorno exterior de la Torre de los Pozos

<sup>3</sup> Los trabajos arqueológicos fueron ejecutados bajo la dirección de una de las firmantes, A. Menéndez Menéndez.

<sup>4</sup> Los documentos relativos a este trabajo están disponibles para su libre consulta en la página del SIG de Cáceres ([www.sig.caceres.es](http://www.sig.caceres.es)).

con motivo del derribo de unos edificios adosados a la misma (Sánchez Hernández, 2008).

## II. Localización

El solar se ubica dentro del conjunto amurallado, junto al denominado Adarve del Cristo, que da nombre a la propia calle. Este tramo de calle arranca desde la llamada Puerta o Arco del Cristo en dirección N y es la única puerta que, con diversas reformas en fases posteriores, se conservaría del recinto original de la Colonia<sup>5</sup>. Es aceptado por todos los especialistas que los restos de la cerca conservados de la actual muralla se corresponden, con sus consabidas reformas modernas y contemporáneas, a época almohade (Márquez Bueno y Gurriarán Daza, 2003; Torres Balbás, 1948; Valdés Fernández, 1998 y un largo etcétera). Asimismo, buena parte de los investigadores consideran que el actual trazado se dispone sobre uno previo de origen romano reutilizado parcialmente. Esto se sustenta en que, en su fábrica, se aprovechan numerosos elementos materiales y que algunas partes del recorrido presentan un lecho de guijarros con *opus caementicium* y la presencia de sillares que sobresalen del trazado, al que buena parte de los autores le confieren un indubitado origen romano. Este recinto ha sido datado, en diferentes fechas por diversos especialistas, en el siglo II d.C. (Beltrán Lloris, 1975-1976) o a finales del siglo III d.C. o principios del IV d.C. (Salas

Martín, 1984). Fernández Ochoa y Morillo Cerdán (1992: 321-322) recogen los estudios existentes hasta ese momento al respecto e incluyen el recinto cacereño entre las fortificaciones urbanas de cronología bajoimperial, aunque con dudas; poniendo también en cuarentena, por falta de datos estratigráficos, la datación aportada por Beltrán Lloris. Más recientemente se han propuesto fechas cada vez más modernas correspondientes a los siglos V o VI d.C. (Marín Hernández, 2008). Sin embargo, otros autores, aunque reconocen una indudable factura romana en algunas zonas del recinto, apuntaron un origen andalusí pre-almohade a buena parte de los elementos tradicionalmente identificados como romanos (Valdés Fernández, 1998: 173 y siguientes).

Siguiendo en dirección N desde el Arco o Puerta del Cristo dejamos la muralla a la derecha, localizándose el solar que nos ocupa en la mitad N del tramo de calle. Al final de la vía se conserva un torreón semicilíndrico que conformaría el ángulo NE del recinto murario que presenta, según algunos autores, materiales de factura romana. El uso de cubos semicilíndricos en los ángulos se ha constatado en *Hispania* y otras ciudades del Mediterráneo

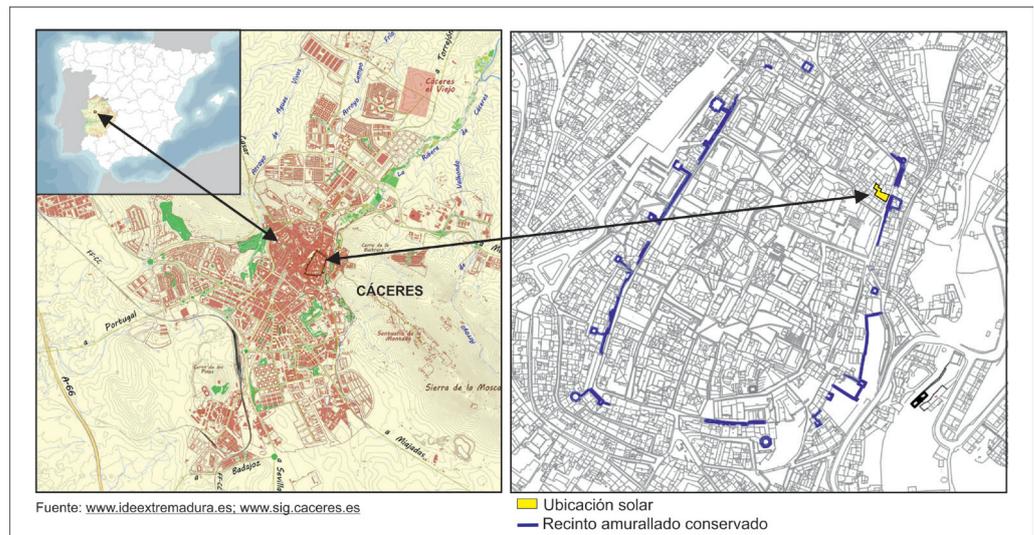


Fig. 1 - Localización de Cáceres en la Península Ibérica; del perímetro amurallado de la ciudad y del solar intervenido (a partir del SIG-Cáceres, Ayuntamiento de Cáceres ©).

<sup>5</sup> Algunos autores consideran este acceso el más importante desde el punto de vista de las comunicaciones y las relaciones comerciales, por la presencia de un ramal de la Vía de la Plata que discurriría bordeando el cauce de la Ribera del Marco (Marín Hernández, 2008).

occidental en fortificaciones tardías (Marín Hernández, 2008: 517). En este punto, la muralla hace un quiebro hacia el oeste en dirección a la actual Plaza del Socorro. Aquí se localizaron los restos mejor conservados del recinto amurallado cace-reño, hallados tras el derribo de unas casas en los años 70. Este espacio está junto a una de las cuatro entradas de la ciudad amurallada en época romana, la conocida como Puerta de Coria, que se localizaba en el entorno del solar ocupado por la plazuela del Socorro hasta finales del siglo XIX, momento en el que fue derribada (Marín Hernández, 2008: 518) (Fig.1).

Aunque nos ha parecido necesario contextualizar adecuadamente la zona de actuación, no es nuestro objeto profundizar más en la problemática de estas cuestiones, ampliamente abordadas por otros especialistas. En cualquier caso, la falta de intervenciones arqueológicas sigue siendo un impedimento a la hora de establecer conclusiones más concretas siendo la mayor parte de los estudios realizados basados en las escasas referencias documentales, en elementos epigráficos localizados en posición secundaria y en análisis constructivos o lecturas de paramentos.

### III. Desarrollo de la intervención y resultados<sup>6</sup>

Los trabajos arqueológicos que desarrollamos en el solar consistieron en finalizar las labores de seguimiento mecánico que aún restaban por hacer, así como la documentación arqueológica, tanto de los restos documentados en el seguimiento previo, como los localizados en el desarrollo de nuestro trabajo (Fig. 2).

Con el fin de facilitar la comprensión de la intervención, se dividió la misma en sectores adaptados a las zonas afectadas por la obra, numerándolos de

forma correlativa en función del orden de actuación: zapata 1, zapata 2, zapata 3, zapata 4 y zapata 5 (Figs. 3 y 4).

En la mitad N del solar, al concluir las labores iniciales, solo restaba por terminar de excavar parcialmente la cimentación de un muro (zapata 1) (Fig. 2c) y una mínima parte de la zapata 3, donde se localizaba parte de otras estructuras murarias (Fig. 2b). En la mitad sur del solar restaban por hacer el resto de zanjas que, como ya hemos apuntado, se ejecutaron solo parcialmente ante el cambio de proyecto. En la zona central del solar, ante la aparición de estructuras murarias, el trabajo se limitó al rebaje de unos 15/20 cm bajo la cota superficial reduciéndonos a documentar la coronación de varias estructuras que, como veremos a continuación, fueron excavadas parcialmente en las zapatas 2 y 3 (Fig. 4).

#### III.1. Fases documentadas

A tenor de los restos documentados y el análisis de los materiales recuperados, podemos decir que la intervención, a pesar de ser muy parcial, permite aportar datos interesantes sobre el uso del solar de forma profusa desde época romana. En algunos puntos, la estratigrafía llega a más de 3 metros de potencia, lo que también ha dificultado el desarrollo de los trabajos debido a la limitada extensión de las zonas intervenidas.

##### III.1.1.- Fase I

La fase más antigua documentada es, *a priori*, la localizada en la zapata 4, a más de 3m de profundidad respecto a la cota de calle. Esta se correspondería con un muro (UE 410), dispuesto en dirección NE-SW paralelo a la actual muralla, a

<sup>6</sup> Queremos agradecer a José Antonio Estévez Morales, arqueólogo del Ayuntamiento de Cáceres, supervisor de las labores previas a nuestra llegada al solar, por su colaboración y apoyo en el desarrollo de los trabajos; y a Faustino Cordero Montero (SIG Ayuntamiento de Cáceres) por su asistencia en el levantamiento topográfico *in situ*.



Fig. 2 - Vista parcial de las zonas intervenidas previamente en el solar antes de comenzar nuestro trabajo (a. Zona Zapata 1; b. Zapata 3; c. Detalle muro localizado en zapata 1; d. inicio de nuestro seguimiento con la ejecución de las riostras que unían las zapatas).

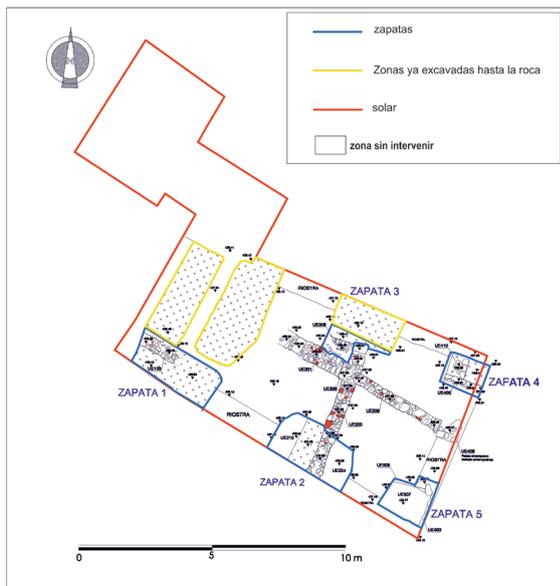


Fig. 3 - Solar y zonas excavadas. En azul zonas de las zapatas de cimentación excavadas parcialmente en nuestra intervención. En amarillo zonas ya vaciadas previamente. En blanco zonas no intervenidas.

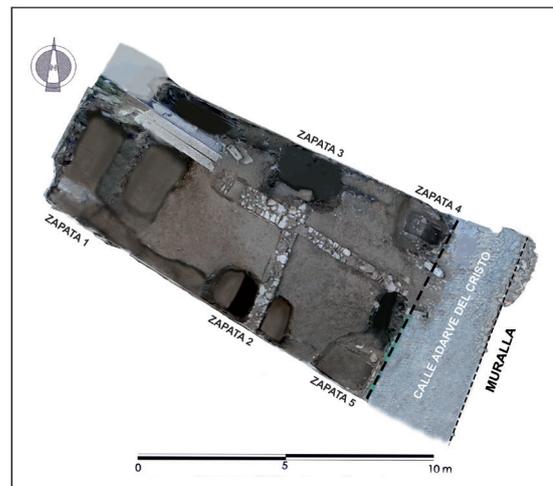


Fig. 4 - Ortofoto del estado final del solar tras la intervención arqueológica.

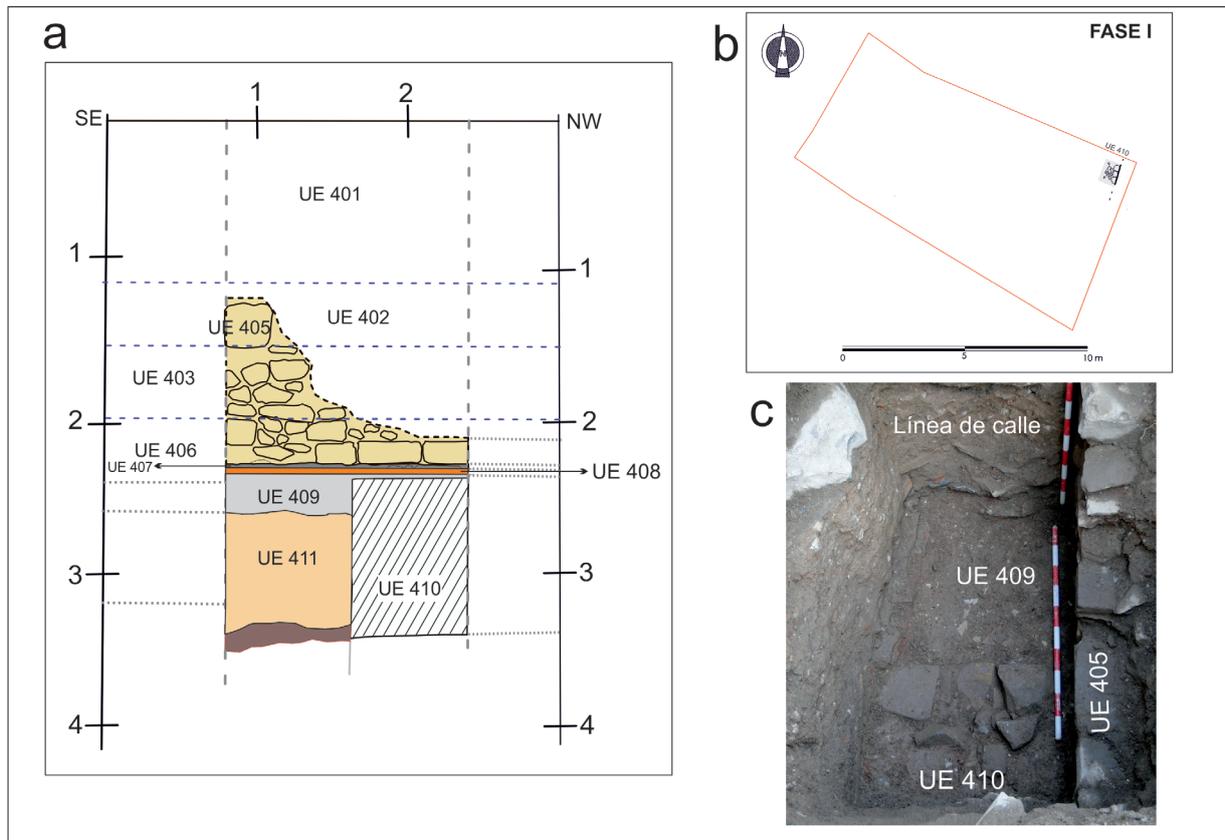


Fig. 5 - Vista de la sección SW de la zapata 4. Plano de fase y fotografía con la vista parcial de la estructura documentada (UE 410), amortizada en una fase posterior.

unos 3,80 metros intramuros del recinto actual (Fig. 5). Sus características, disposición, ubicación y orientación, nos hicieron plantear la hipótesis de encontrarnos, quizás, ante el límite de un recinto previo, posteriormente ampliado en época tardorromana, cuyo espacio, una zona de terreno irregular en fuerte pendiente, es amortizado mediante el vertido de rellenos de nivelación, para el asentamiento de nuevos espacios de uso en fases posteriores, como veremos más adelante. Otra posibilidad es que fuera el límite interior de un posible pasillo de ronda que podría haber acompañado paralelamente a la muralla por todo el recinto.

El muro se dispone sobre un paquete arcilloso muy plástico y compacto, muy similar al documentado en las zapatas 1 y 3, identificado como geológico que va buzando desde el extremo NW del solar,

hacia el SE. No hemos podido documentar zanjas de cimentación o materiales asociados. El espacio intervenido fue extremadamente limitado.

Entre los vertidos de amortización (UE 411) formados, fundamentalmente, por estucos de buena calidad se recupera un fragmento policromado de pintura mural, molduras y revestimientos de columna (Fig. 18). También se documentan restos cerámicos fechables en la segunda mitad del siglo I d.C. –caso de paredes finas de procedencia emeritense-. Los restos de mármol y otras piezas de sillería, también de buena calidad localizados en otros puntos del solar, nos invitan a pensar en la destrucción de algunos edificios de carácter monumental de la Colonia, que sufriría importantes cambios en su configuración en época tardorromana.

Esta estructura muraria localizada en la zapata 4 conserva 90 cm de potencia. Este muro de cierta entidad está hecho con *opus incertum* a partir de piezas de tamaño medio y grande, encajadas entre sí a hueso. En planta hemos podido documentar tan solo 70 cm de estructura, quedando el resto de la misma bajo el corte NW de la zapata, limitándonos a documentar la cara SE y parte del núcleo en planta. Es interesante citar, en este punto, la intervención realizada por Chautón (2008: 164-165) en el patio del Palacio del Mayoralgo. El autor cita un elemento que, por su descripción, presenta características muy similares a la estructura documentada por nosotros. Se trata de un muro orientado igualmente SW-NE que el autor identifica a su vez con una posible delimitación de la ciudad en época tardorrepublicana-altoimperial. Aunque como en el caso del Mayoralgo, esta estructura no parece tener entidad con carácter defensivo, sí es posible que, como aquella, pudiese hipotéticamente delimitar un recinto primigenio o bien el pasillo de ronda previamente indicado. Aunque el espacio intervenido es muy limitado en el solar del Adarve del Cristo, con las oportunas reservas, no descartamos esta posibilidad.

En la zona de la zapata 5 no pudimos documentar la continuidad de esta estructura. En este punto la dirección facultativa de la obra no permitió excavar hasta el geológico por problemas de seguridad debido al delicado estado de las medianeras en este espacio y, aunque rebasamos la cota de la coronación de dicha estructura respecto a la zapata 4, no podemos descartar que en este punto la estructura, de conservarse, pudiese estar arrasada hasta nivel de cimentación, al igual que ocurre con otras estructuras documentadas en el solar a cotas similares, quedándonos, lamentablemente, más de 45 cm por encima de la cota deseada.

### III.1.2.- Fase II

La fase II se correspondería con una reordenación y uso del espacio en época tardorromana (Fig. 6). A este momento se asociaría la ampliación de un posible recinto amurallado primitivo que, como ya hemos apuntado, según la mayoría de los autores alcanzaría quizás, en buena parte, el trazado actual conservado. El espacio analizado en la zapata 4, correspondiente a la fase I es amortizado, como ya hemos indicado, por un paquete de rellenos y vertidos constructivos, donde destaca la presencia de restos de estucos parietales de buena calidad. Estos materiales sirvieron de relleno de nivelación sobre las estructuras preexistentes y posiblemente ayudaron a salvar el desnivel del terreno adyacente a la muralla, que fuerzan al planteamiento de un aterrazamiento que favorezca su fácil cimentación.

Sobre este paquete de rellenos se ubica la fase que nos ocupa, un espacio que presenta un pavimento de *tegulae* colocadas del revés del que solo pudimos excavar una mínima parte (Fig. 7a). Este tipo de soluciones de pavimentación no está documentado en la actualidad en esta zona. De hecho, lo normal para esta región, como también se constata en la capital de la *Lusitania*, es la aparición de

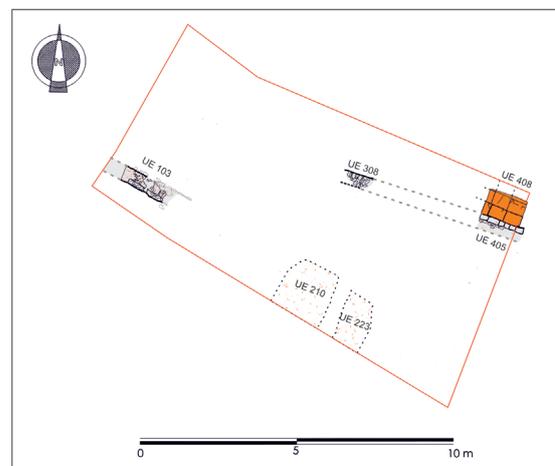


Fig. 6 - Plano de restos documentados asociados a la fase II.

ladrillos –mayoritariamente *lydios*- posicionados sobre el suelo. La aparición de *tegulae* sugiere bien una reutilización de estas piezas, hecho menos plausible debido a la falta de macrotrazas que atisben dicha posibilidad o bien una sobreproducción de estos elementos que forzara a su implementación en usos para los que inicialmente no fueron pre-concebidos. Independientemente del porqué del uso de *tegulae* y no de *testa*, la utilización de barro cocido en el suelo indica que estamos ante una zona de tránsito continuo, posiblemente vinculado a continuas labores artesanales que podrían haber deteriorado el mismo.

Este suelo continúa tanto hacia el NW, bajo la medianera de la casa limítrofe, como hacia el E en dirección a la zapata 3. En la zapata 3, intervenida antes de nuestra actuación, no se documentó ningún elemento de estas características y no se aprecia en el corte la presencia de ninguna estructura similar. El pavimento de *tegulae* se asienta, sin ningún tipo de aglutinante, directamente sobre un estrato arcilloso, con restos de cenizas donde, inmediatamente bajo una de las *tegulae* se recupera una moneda fechable en el siglo IV d.C. dándonos un *terminus post-quem* a la construcción. Asimismo, sobre el pavimento se conservaba un estrato compuesto por cenizas, quizás restos de un nivel de fuego, sellado bajo un paquete formado por un derrumbe de *tegulae* y entre el propio derrumbe, se recuperan sendas piezas de vajilla de bronce fechables entre el III y el IV d.C. y una moneda igualmente fechable en el IV d.C. (Figs. 7b y c).

Este pavimento se asocia a un muro al que se adosa (UE 405), dispuesto NW-SE, que solo podemos excavar de forma muy parcial por localizarse en

el corte SW de la zapata. Esta estructura tiene la misma disposición, y cota similar de cimentación, que el localizado en la zapata 3. Mientras aquel se disponía ya sobre el geológico este lo hace amortizando una serie de estructuras previas.

Vinculamos también con esta fase el muro documentado en la zapata 1, localizado durante el seguimiento previo a nuestro trabajo. A pesar de no recuperar restos asociados y poder excavar tan solo una mínima parte de la cimentación, ésta presenta las mismas características constructivas y un mortero similar al documentado en la zapata 3.

En la zapata 2 pudimos documentar una sucesión de pavimentos de escasa entidad, fundamentalmente de tierra pisada, en algunos casos con restos de mortero, así como estratos de uso, abandono y amortizaciones sucesivas. Los materiales recuperados se localizan en buena parte en posición secundaria, ya que el pequeño espacio que hemos podido excavar está alterado por una estructura de una fase posterior que divide la zapata en 2, pudiendo documentar la misma estratigrafía a ambos lados del muro. En la mitad NW de la zapata excavamos la mitad hasta la roca. En la parte SE dejamos la

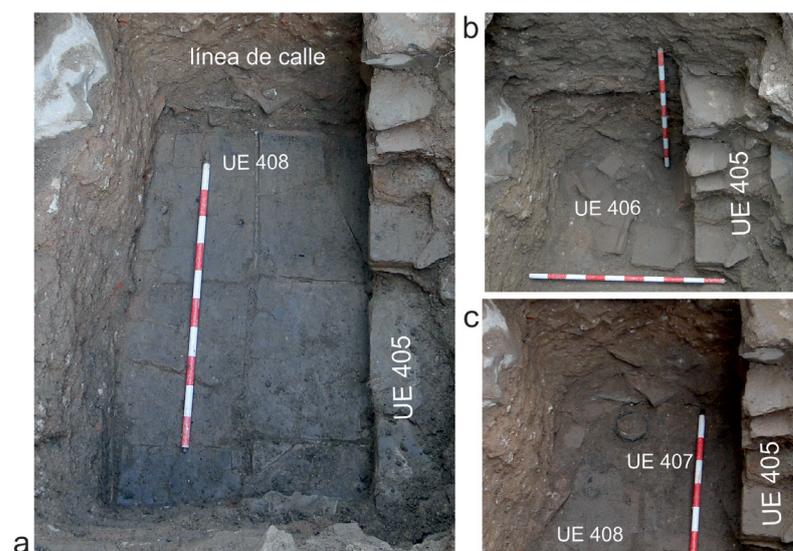


Fig. 7 - Espacio documentado en la zapata 4.

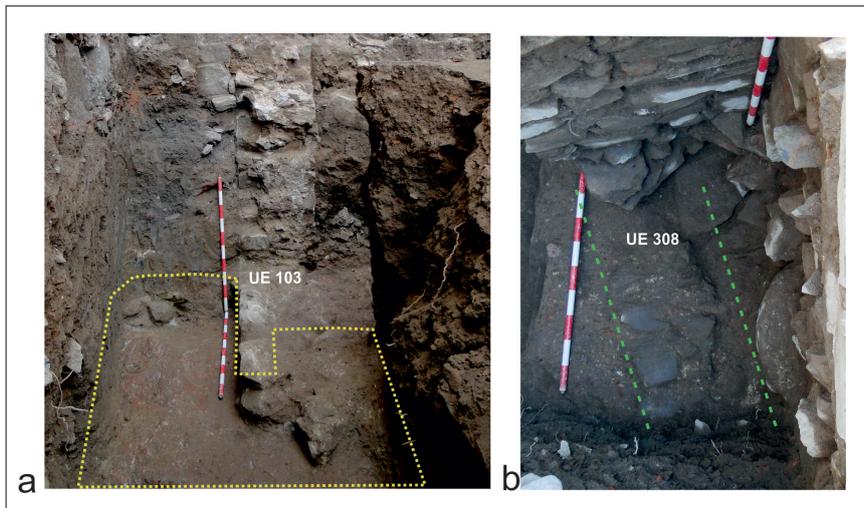


Fig. 8 - A la izquierda muro documentado en zapata 1. En amarillo zona excavada durante nuestra intervención. A la derecha restos de la cimentación de muro localizado en la zapata 3

intervención en la UE 223, un pavimento con tierra y restos de mortero que se corresponde con la UE 210 en la otra mitad de la zapata y que se localiza a una cota similar a la del pavimento de *tegulae* documentado en la zapata 4. Es a partir de estas dos unidades cuando localizamos una estratigrafía no alterada por la estructura muraria que divide en dos la zapata. Ante esto se continuó la excavación del estrato UE 210, de forma parcial, en la mitad NW de la zapata y se recuperaron materiales fechables, algunos de ellos avanzando el s. V d.C., como una Hayes 61b datada tradicionalmente entre el 380-475 d.C. (Bonifay, 2005: 167). Bajo este estrato se documentan los estratos 211 y 212 formados por cenizas, donde se recuperan materiales fechables en la primera mitad del siglo V d.C. Por último, excavamos un paquete de unos 90 cm de potencia, de carácter muy orgánico formado por vertidos de material constructivo y cenizas donde se recuperan fragmentos de mármol y materiales fechables entre los siglos II y III d. C. asociado quizá al mismo momento de amortización localizado en la Zapata 4.

Sobre los restos de un pavimento de mortero (UE 223) se localizó un estrato formado por tierra y restos de material latericio donde se hallaron dos piezas de vajilla de bronce, una de forma indeterminada en muy mal estado de conservación y la otra de similares características y cronología a las localizadas en la zapata 4, fechables mayoritariamente entre los siglos III-IV d.C., pero también con paralelos formales en los siglos V-VI d.C. como veremos en el apartado correspondiente (Fig. 15,2).

En este estrato aparece un fragmento de fuente en *sigillata* africana D, con estampaciones fitomorfas a modo de palmetas que apuntan a una cronología ca. IV-V d.C. Sobre este estrato se asienta una secuencia de pavimentos y derrumbes de escasa entidad, con materiales de cronología variada que, en su mayoría, como hemos indicado, se localizan en posición secundaria debido a la construcción del muro moderno que divide la zapata en dos zonas.

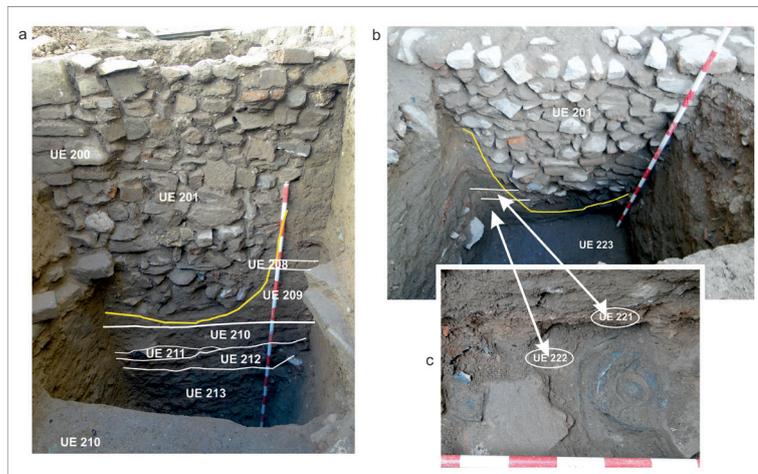


Fig. 9 - A la izquierda mitad NW de la zapata 2, a la derecha mitad SW de la zapata 2 y detalle de pieza de bronce localizada en la UE 222 =209.

### III.1.3.- Fase III

Podemos identificar esta fase con una nueva reordenación del espacio tras el abandono de la Colonia fechable tradicionalmente a inicios del siglo V d.C. En el solar del Adarve en el área intervenida los materiales de época romana apuntan a una cronología comprendida entre los siglos I al V d.C.; pero intervenciones como las del Palacio el Mayoralgo han aportado materiales que indicaría la continuidad del uso del recinto, o parte de él, hasta el VI d.C. e incluso no es descartable su uso hasta la llegada de los musulmanes a principios del siglo VIII d.C. (Chautón Pérez, 2008; Jiménez Marzo, 2008). Una vez más la falta de intervenciones arqueológicas dificulta establecer conclusiones concretas.

La fase anterior está sellada en las zapatas 3 y 4 por un paquete de arcillas y un nivel de basurero o rellenos de nivelación. Este paquete de arcillas, que alcanza en el corte de la zapata 3 (fruto de la intervención anterior a nuestro trabajo) cerca de un metro de potencia, es a su vez cortado por una zanja asociada a un gran vertedero que se documenta, en parte del área excavada durante el seguimiento previo a dicha intervención y en la mitad NW del solar. Pudimos excavar una parte mínima de este nivel en la zapata 3. Se trata de un potente estrato formado por volcados sucesivos de material con carácter muy orgánico, con restos óseos animales y material constructivo y cerámico muy fragmentado. Se documentaron restos materiales de época romana, andalusí, bajomedieval y moderna, fundamentalmente cerámica común, muy fragmentada y poco significativa desde el punto de vista crono-cultural. En la zona excavada mecánicamente durante el seguimiento previo a nuestro trabajo se alcanzó una potencia de 1,90m hasta la roca, con abundante presencia de

grandes piezas de granito. Parece ir buzando hacia el NW a modo de gran cubeta, continuando hacia el NE bajo la cimentación de la medianera con la casa colindante. En la zapata 4 este estrato tiene tan solo una potencia de unos 35 cm. Por los materiales documentados, podemos relacionar este elemento con un uso del entorno como vertedero o quizás con rellenos de nivelación, de ahí la mezcla de materiales de cronología muy diversa. Podríamos relacionar este paquete de vertidos con la amortización de los espacios abandonados quizás a partir del siglo V d.C. y reutilizados posteriormente tras la conquista musulmana de la Península.

La cercana muralla conservada en la calle Adarve es según la mayor parte de los autores, como ya apuntamos en páginas anteriores, fruto de las reformas llevadas a cabo en la segunda mitad del siglo XII con fines defensivos y de las sucesivas intervenciones, tanto destructivas como restauradoras, realizadas en época moderna y fundamentalmente contemporánea<sup>7</sup>. El enclave es mencionado en las fuentes islámicas como *hisn* y como *madina* (*hisn Qāsrās* o *Qasr As*) y es interpretado por algunos autores como una ciudad campamento de escasa entidad administrativa en función del estudio de los textos, como los de Ibn Hawqal, que a mediados del siglo X d.C. cita el enclave como *hisn* (Pérez Álvarez, 1992). O de más interés en este sentido los de al-Idrisi que, aunque en la primera mitad del siglo XII d.C. y por tanto haciendo referencia, como el anterior, a un recinto previo al almohade conservado, del que quedarían restos preservados en algunas zonas de la actual edificación, dice de la ciudad que “allí es donde se reúnen para devastar y saquear el país de los cristianos” (Valdés Fernández, 1998: 172-173; Márquez Bueno y Gurriarán Daza, 2003: 60).

<sup>7</sup> Hasta mediados del siglo XVIII la ciudad conservaba perfectamente delimitado el recinto amurallado y sólo habían desaparecido algunas de las torres. A partir de este momento se permite, por iniciativa municipal, el derribo de las murallas siendo una de las primeras ciudades en tomar esta iniciativa. La muralla actual es en buena medida producto de las reparaciones realizadas entre los siglos XVIII, XIX y XX (Cerrillo Martín de Cáceres, 2008: 29 y ss; Pulido Cordero y Cerrillo Martín de Cáceres, 2005).

Se supone para Cáceres, como gran recinto con importancia estratégica y militar, una hipotética división tripartita de alcazaba, gran albacar y espacio urbano, como ocurre en otros enclaves de similares características (Valdés Fernández, 1998: 172-173 y 176-177; Márquez Bueno y Gurriarán Daza, 2003: 61). Aunque en época árabe la zona que nos ocupa formaría presumiblemente parte de la *madina*, no hemos documentado en el solar restos estructurales ni materiales que aporten luz sobre esta etapa.

### III.1.4.- Fase IV

Tras diversos enfrentamientos, ya definitivamente en manos cristianas, la Calle Adarve del Cristo formará posteriormente parte de la Judería Vieja de Cáceres, que se comunicaría con la zona extramuros mediante el Arco del Cristo. El primer documento conservado que cita a los judíos caceceños es el Fuero otorgado en 1229 por Alfonso IX de León. Pero será a partir de finales del siglo XIV y fundamentalmente del siglo XV cuando la población judía crece no solo en la ciudad, sino en toda Extremadura hasta el edicto de expulsión de

1492. Antes en 1478 se obliga a los judíos a agruparse en un solo barrio comenzando a crecer la Judería Nueva en torno a la Plaza Mayor. Las casas de la Judería vieja serían simples y sencillas con algunos ejemplos de portada de arcos ojivales de cantería (Lozano Bartolozzi, 1980: 36-37; Meller, 2002)<sup>8</sup>.

Es de suponer que este espacio sufriría en este amplio arco temporal múltiples reformas. Ante los restos conservados, y la ausencia de estructuras

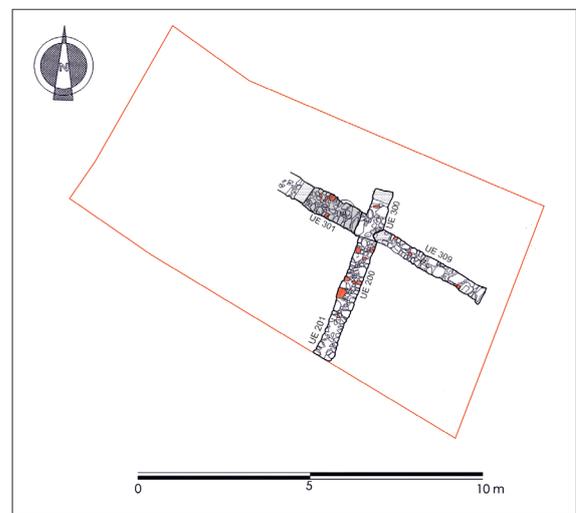


Fig. 10 - Planta restos constructivos fase IV.

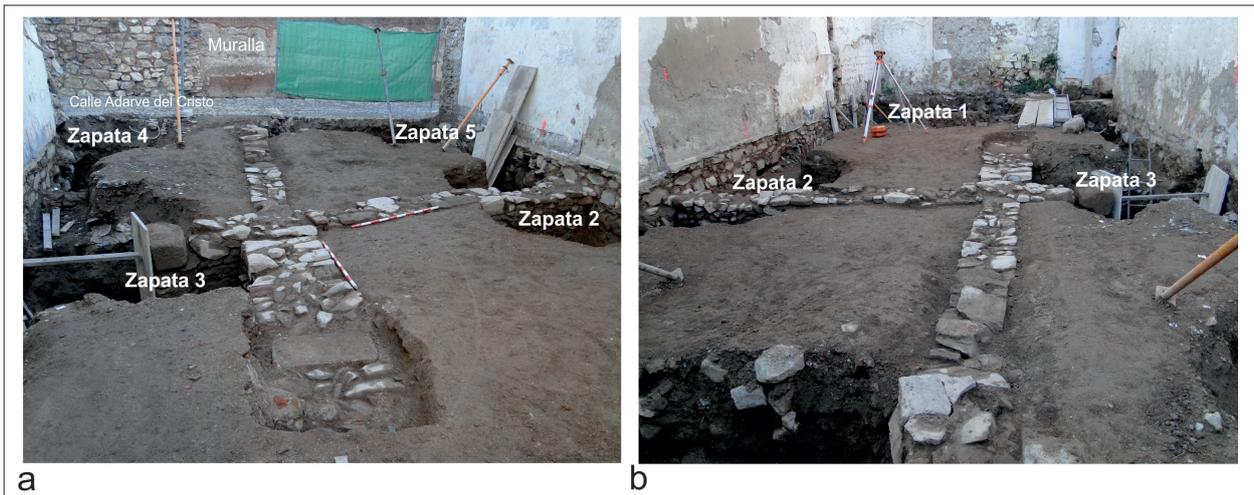


Fig. 11 - A la izquierda vista final de la intervención del solar desde el Sureste hacia la calle. A la derecha vista final de la intervención desde la calle hacia el NW.

<sup>8</sup> Este podría ser el caso de este solar donde, en lo que resta de la medianera de la casa colindante por el SW y en buena parte enmascarado por el enlucido de la fachada, se conservaban magníficas piezas que parecen indicar el arranque de un arco de cantería ya desaparecido.

en las partes excavadas, nos aventuramos a plantear la hipótesis de que, como ocurrirá en etapas posteriores y como aún ocurre en algunos solares del entorno esta zona ha podido estar ocupada en buena parte por una zona de patios o corrales<sup>9</sup>. Entre los siglos XVI y XIX Cáceres es considerada una población agraria y en el interior de estas casas, según algunas descripciones conservadas, habría corrales con animales, huertos, jardines etc. (Lozano Bartolozzi, 1980: 58).

Como ya hemos apuntado, la excavación manual del vertedero es muy parcial, ciñéndose a la esquina donde confluyen los muros UE 300 y UE 301, que a su vez lo cortan parcialmente para cimentarse. Estas estructuras aprovechan el propio material del vertedero como material constructivo y las zapatas se ejecutan y rellenan con el mismo material. Precisamente en la zapata del muro 301 se recupera un fragmento, en muy mal estado de conservación, de cerámica estannífera tricolor cuya decoración está casi perdida por completo, por lo que lo único que podemos apuntar es que este tipo de producciones puede fecharse entre mediados del siglo XVI y mediados del siglo XVIII d.C., por lo que establecemos para estas estructuras una cronología moderna. Aunque estas estructuras presentan varias fases constructivas, todas ellas muestran una tipología formal similar y el espacio excavado es demasiado limitado para establecer conclusiones más concretas.

La única zona con un espacio de uso claro asociado a estas estructuras sería el localizado en la zapata 2 donde se documenta, bajo el paquete de derrumbes asociados a la casa del XIX, un nivel de teja bajo el que aparece un pavimento de tierra, sobre el que se ubica un nivel de uso orgánico con algunos restos de loza de cronología



Fig. 12 - Zapata 2. Pavimento de tierra pisada nivel de ocupación y derrumbe de techumbre.



Fig. 13 - Vista de la cubrición de los restos con geotextil y capa de arena. A la derecha estado actual del solar con el nuevo edificio construido (foto de Jesús Acero Pérez).

moderno-contemporánea. Estas estructuras son posteriormente reutilizadas como cimentación

<sup>9</sup> Según la información aportada por algunos vecinos, la mitad sur del solar estaría ocupada antes del derrumbe del edificio por una zona de patio.

de los tabiques y muros maestros sobre los que se desarrollan los apoyos de las bóvedas de la planta baja de la casa que ocupaba el solar, de las que aún podemos ver la huella en las medianeras de las casas colindantes. Por lo que estos muros podrían estar en relación con la ocupación de este solar, con carácter residual, hasta finales del XIX o principios del XX, quizás con zonas de trabajo, patios, corrales o huertos, momento en que las estructuras existentes son utilizadas para la cimentación del nuevo edificio (Figs. 12 y 13).

### III.1.2. Los materiales arqueológicos

Los materiales recuperados en el solar son escasos, vinculándose el grueso de los mismos a unidades muy alteradas por los sucesivos usos del solar, tratándose en la mayoría de los casos de materiales en posición secundaria, producto de estratos de amortización, relleno y nivelación. A pesar de estas limitaciones, podemos decir que es la primera vez que se estudia en integridad los materiales, aplicando protocolos de documentación y cuantificación acorde a los nuevos tiempos que rigen la disciplina arqueológica de ahí el interés de este estudio.

#### III.1.2.1.- La cerámica

Entre las producciones recuperadas tenemos materiales de cronología variada, desde época romana a época contemporánea, en su mayoría muy fragmentados y rodados y, como ya hemos apuntado, mayoritariamente en posición secundaria.

Son de especial interés en este trabajo las producciones de época romana. La mayoría del material es cerámica común de cocina y almacén, siendo muy escasos los restos de otras producciones recuperados. Se han documentado también algunos fragmentos de vidrio y metales,

donde destacan algunas herramientas de hierro y varias piezas de vajilla de bronce y dos piezas numismáticas.

Centrándonos en las cerámicas localizadas, las condiciones de la excavación han generado que el material exhumado no sea amplio (Fig. 14a). Sobresalen, por la naturaleza doméstico-artesanal del enclave, las cerámicas comunes, fundamentalmente de cocina y almacenaje. De igual modo, el patrón de fractura es muy amplio por lo que las apreciaciones cronológicas son muy restringidas. Un estudio macroscópico de sus pastas apunta que estamos ante una producción local-regional descartándose que este tipo de producciones procedan de la capital de la Lusitania. A pesar de ello, no podemos definir cuál sería su foco de producción debido a que el conocimiento que tenemos sobre la manufactura alfarera en el entorno de Cáceres es, a día de hoy, muy reducido.

Cosa distinta acaece con la vajilla fina, caso de las paredes finas en las que en un porcentaje elevado sí procede de la capital de la Lusitania (Fig. 14b, 223/10). Testimonialmente aparece un fragmento de cubilete con decoración espinada del tipo Aco (Fig. 14b, 406/2) que, aunque aparece residualmente en estratos tardorromanos, su cronología es del tránsito del I a.C. al I d.C.

De este mismo momento también se han localizado ejemplares de copas de *sigillata* itálica de procedencia aretina del tipo Consp. 13 o 14 (Fig. 14b, 209/1).

En cuanto a las *sigillatas* hispánicas, la totalidad de fragmentos proceden de los talleres norteños de *Tritium Magallum*. Entre las piezas aparecen formas Hisp. 37 con decoraciones de círculos concéntricos sogueados que podemos datar en el tránsito del I al II d.C. (Fig. 14b, 205/1 y 205/3). Asimismo, se han localizado fragmentos de copas del tipo Hisp. 33. Para época tardía tenemos

algunos bordes de cuenco en *sigillata* hispánica tardía que podríamos, con reservas, insertar dentro del grupo de las Hisp. 37 (Fig. 14b 206/1 o 205/2).

Las *sigillatas* africanas pertenecen a la variante D, la más tardía. Entre las formas destaca un borde de una Hayes 61 (Bonifay, 2005: 167) (Fig. 14b, 210/1) así como fragmentos de una fuente con decoración estampada fitomorfa y geométrica (Fig. 14b, 223/9).

Gracias a esta aproximación cronológica observamos cómo los materiales más antiguos remontan al tránsito del I a.C. al I d.C. documentándose una ocupación continuada hasta prácticamente el siglo II d.C. como parecen apuntar las *sigillatas* hispánicas. Entre la mitad del II y el siglo IV d.C. no se documentan materiales diagnósticos que apoyen la cronología, lo que podría indicarnos que es en estos momentos cuando se produce la mayor ocupación de este espacio.

Es especialmente interesante el material proporcionado por las zapatas 2 y 4, que a pesar de las características de la intervención, y el escaso espacio intervenido, permite recuperar un escaso pero interesante conjunto de piezas que abarcan desde el siglo I al V d.C., siendo el grueso del material recuperado relativo a etapas bajoimperiales.

En cuanto al resto del material cerámico recuperado se corresponde con restos de cronología variada, asociados mayoritariamente a las unidades superficiales de las zapatas 2, 3, 4 y 5 donde se recupera material de cronología moderna y contemporánea. Principalmente se trata de material común de cocina y almacén, aunque también se recuperan algunos fragmentos de cerámicas vidriadas, *Pickman* o talaveranas, tratándose fundamentalmente de materiales producto de remociones. Por otro lado, el material recuperado en el vertedero excavado de forma muy parcial en la zapata 3 y los

estratos relacionados con la construcción de los muros documentados en superficie que lo cortan, aportan, como hemos dicho, cerámicas de cronología variada, desde fragmentos de cerámica común romana, pasando por algún fragmento de cerámica andalusí, donde destacan dos fragmentos en vidriado amarillo y verde oliva. Pero el grueso del material se identifica con formas correspondientes a contextos bajomedievales y modernos, donde priman los restos de cerámicas comunes poco significativas, muy funcionales, de cocina, almacén y mesa, como cántaros, ollas, tinajas, etc., con piezas con abundantes desgrasantes de tamaño medio, que en el caso de los cántaros facilitan la transpiración del barro tratándose de piezas relacionadas con el transporte de líquidos. Este tipo de barros y formas son abundantes también en época moderna y presentan un amplio arco cronológico. Se recupera algún fragmento con pintura blanca, o de ollas con escotadura en el borde y cuerpos con acanaladuras de tradición andalusí, pero ampliamente utilizados también en los siglos XIII y XIV d.C. Se recuperan también dos fragmentos de cerámica vidriada, que por sus características podrían ser fechables entre los siglos XV o XVI d.C. o un pequeño fragmento de loza estannífera tricolor en muy mal estado de conservación asociado a la construcción del muro excavado parcialmente en la zapata 3, fechable entre los siglos XVI y el XVIII (Coll Conesa, 2011). Como hemos comentado, el espacio intervenido del vertedero es muy escaso, y el material recuperado se encuentra muy fragmentado aportando básicamente formas y tipos que permanecen inmutables en el tiempo, relativos fundamentalmente al material de cocina, almacenaje y servicio de mesa como es el caso de las formas citadas anteriormente, como los jarros o cántaros, con una escasa variabilidad morfológica debido a su carácter polifuncional, aunque principalmente vinculado al acarreo o almacenamiento

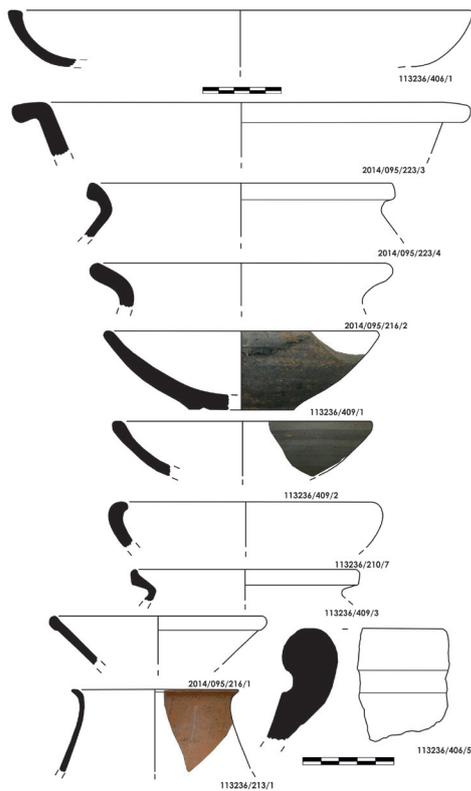


Fig. 14 - Cerámica común localizada y vajilla fina romana hallada al hilo de la intervención.

de agua, y posiblemente provenientes de talleres locales.

### III.1.2.2. Los metales

En cuanto a los metales son de especial interés las piezas correspondientes a una vajilla de bronce recuperadas en las zapatas 2 y 4. El tratamiento de las piezas tras la excavación se ha limitado a una limpieza somera mediante pincel, para retirar la mayor cantidad de suciedad adherida a la pieza, pero solo lo suficiente para una correcta identificación, puesto que en muchos casos, son las propias concreciones, óxidos y suciedad, los que mantienen parte de las piezas aún unidas, primando en todo momento la preservación de los restos en delicado estado de conservación.

Destaca la pieza recuperada en la zapata 2, UE 222, con el borde decorado con gallones, una forma que, aunque con origen en época altoimperial, cobrará especial relevancia en los siglos III y IV d.C. Esta pieza puede asignarse al denominado cuenco “tipo 7b” de Palol (1970: 222-223), pieza de paredes verticales, base rematada en anillo y borde exvasado con decoración gallonada (Fig. 15,2). La pieza se localizó boca abajo entre rellenos de piedras y latericio (Fig. 9). A pesar de estar aplastada conservaba la forma, aunque algunas partes solo se trataba de la impronta del óxido del metal, ya desaparecido, sobre la propia tierra. Es interesante citar como paralelo la pieza CE-005709, procedente de Zarza de Granadilla, fechada en el siglo VI d.C. conservada en el Museo Arqueológico Provincial de Cáceres, que forma parte de la exposición permanente. Aunque aparentemente de menor tamaño a la localizada en nuestra intervención, es morfológicamente muy similar<sup>10</sup>.

En el mismo sondeo se localizó otro recipiente de difícil análisis e identificación, dado el mal estado de conservación, estando totalmente aplastado y fragmentado, por lo que no ha sido objeto de estudio pormenorizado por el momento.

En la zapata 4 se localizaron dos piezas de bronce, una forma abierta de gran tamaño, ligeramente aplastada, localizada en la UE 406. Presenta borde exvasado, paredes lisas, cuerpo gallonado o estriado, apreciable al exterior, y base rematada en anillo. Al interior presenta una gran cantidad de concreciones (Fig. 15,1). Esta forma se correspondería con la denominada por Palol “7 a” (Palol, 1970: 223).

Este tipo de recipientes, identificados tradicionalmente como cuencos o páteras, son abundantes en la Meseta y han sido ampliamente

<sup>10</sup> El origen de esta pieza no está claro y procede en principio, junto con otras piezas, de un expolio de una necrópolis visigoda. Queremos agradecer al arqueólogo del Museo Provincial de Cáceres José Miguel González Bornay por su amabilidad y siempre inestimable colaboración.

estudiados, siendo difícil establecer tipologías cerradas, ya que se han ido localizando múltiples variantes. Algunos autores diferencian entre cuenco o pátera a tenor de la presencia o ausencia del asa, mientras que otros no realizan esta distinción. Decantándonos más por la primera opción, nuestras piezas parecen ser cuencos, identificados tradicionalmente desde el punto de vista funcional con palanganas o jofainas para el lavado de las manos (Aurrecochea Fernández, 2009; Caballero Zoreda, 1985: 99 y siguientes) aunque otros autores indican para las páteras también una vertiente ritual (Erice Lacabe, 2007: 209). De similar tipología son las piezas procedentes de Cubas de la Sagra (Madrid), una oculación fechable en el siglo V d.C. donde, entre otras magníficas piezas, se recuperaron cuatro cuencos y una pátera de bronce (Vigil-Escalera Guirado, 2015; Montero Ruiz, 2015).

También se recuperó un recipiente pequeño, en la UE 407, que sólo conservaba parcialmente partes del borde y el cuerpo y sobre el que se ubicaba un asa longitudinal plana con el que en principio parece estar en relación (Fig. 15,3). Este tipo de asas es similar morfológicamente a las utilizadas también en algunas páteras. Nuestra pieza podría identificarse con una especie de cazo, siendo similar a otra pieza también en bronce localizada en Navarra (Mezquíriz Irujo, 2011: 99) o los localizados en la comunidad madrileña, tanto en bronce como en hierro, todos ellos fechables en el siglo IV d.C. (Caballero Zoreda, 1985; Aurrecochea Fernández, 2009: fig. 4).

Por otro lado, siguiendo con los metales, también en la zapata 4, se han recuperado algunas piezas de hierro, como arandelas, abrazaderas, clavos y otros de carácter informe. En este sentido, el elemento más interesante, localizado bajo el



Fig. 15 - N° 1 y 3. Piezas recuperadas en la zapata 4, (UE 406 y 407). N° 2. Pieza recuperada en zapata 2 (UE 222).

suelo de *tegulae*, es una pieza polifuncional con diferentes interpretaciones según diversos autores. Presenta muchas concreciones, pero puede identificarse con un pico o alcotana o una doble hacha (Caballero Zoreda, 1985: fig.12, 30) o quizás incluso una posible dolabra (Fig. 16). Conserva incluso la impronta de restos de madera en el interior del empuñadura. Como en el resto de piezas, la limpieza ha sido muy somera, por lo que una futura restauración podría ayudar en definir su tipología. Este tipo de herramientas, de tratarse de una pieza de carácter agrícola, no varían formalmente de forma excesiva, por lo que el arco cronológico es muy amplio.

### III.1.2.3.- Numismática

Siguiendo con los metales cabe citar dos piezas numismáticas con abundantes concreciones. La pieza localizada en la UE 407, sobre el pavimento de *tegulae*, en mejor estado de conservación, parece ser un *quadrans*<sup>11</sup> (Fig. 17,1). En el anverso presenta

<sup>11</sup> Queremos agradecer a Diego Sanabria Murillo su inestimable ayuda en la identificación crono-tipológica de las monedas localizadas en el yacimiento.



Fig. 16 - Herramienta de hierro. Arriba vista cenital, abajo vista lateral.

la efigie del emperador laureado hacia la derecha. El reverso, en peor estado de conservación, es de difícil identificación. Puede leerse parte del nombre del emperador y parece tratarse de Magnencio (*Magnentius*), usurpador del Imperio en época de Constante I y Constancio II a mediados del siglo IV d. C. En este caso los anversos solían tratar temas propagandísticos donde prima la iconografía de victoria (López Sánchez, 2000), siendo en este caso muy difícil de precisar.

La moneda recuperada en la UE 409, bajo el suelo de *tegulae*, está en peor estado de conservación, es de menores dimensiones 1,5 cm. Se trata de un *foliis* y parece tratarse de una moneda conmemorativa de Roma (Fig. 17,2). En el reverso parece intuirse el lomo de una loba, tratándose de la iconografía de la loba amamantando a Rómulo y Remo y en el anverso puede leerse parte de la palabra *VRBS*, que es un fragmento de la leyenda *VRBS ROMA*, que iría acompañada de una alegoría de Roma con atuendo de guerra. Este tipo de monedas son acuñadas, en un intento de no quitar toda la primacía a Roma después de la fundación de Constantinópolis en tiempos de Constantino I y de sus hijos, Constantino II, Constans y Constancio II. Estos elementos son fechables entre el 330 y el 348 d.C. (Royo Martínez, 2008). La pieza cacereña presenta perforación en un extremo. Es



Fig. 17 - N° 1. *Quadrans* recuperado en la UE 407; n° 2. *Follis* recuperado en la UE 409.

habitual la recuperación de monedas perforadas siendo varios los motivos; el más extendido sería el de utilizarlas como adorno a modo de elemento decorativo, talismán o amuleto por sus connotaciones religiosas, sociales, o militares. O bien eran portadas como colgantes o cosidas como adorno en los ropajes. En este caso, el hecho de tratarse de una moneda conmemorativa puede justificar este uso.

#### III.1.2.4.- Estucos

Es interesante citar por último los estucos recuperados en la UE 411 de la zapata 4. Se trata de estucos de buena calidad, de color blanquecino o crema, donde destaca una pieza de tendencia circular perteneciente posiblemente al revestimiento de una columna y los restos de una moldura, también de tendencia circular. Pero entre las piezas recuperadas, la más interesante es un fragmento, de 1 cm de grosor, que presenta restos de pintura mural de tipo geométrico en color verde, rojo pompeyano y ocre; de buena calidad y relativo buen estado de conservación (Fig. 18).



Fig. 18 - Estucos recuperados en la zapata 4. A la izquierda restos de pintura mural policromada con motivos geométricos.

Indicar que, hasta el momento, es la primera vez que se atestiguan restos de estucos policromados en el suelo de Cáceres. Sin embargo, no podemos precisar ningún tipo de estilo definido debido al carácter obliterado de los paneles.

#### IV. Consideraciones finales

De la fase primigenia, que podemos datar en momentos previos a la mitad del I d.C., únicamente se ha constatado un muro del que solo hemos podido documentar una escasa parte de su cara sur, que iría paralelo al cierre amurallado. Debido a que, únicamente, se ha documentado en un punto muy concreto del solar no podemos realizar grandes precisiones sobre su funcionalidad. Sin embargo, los hallazgos acaecidos en el solar palacio de Mayoralgo nos permiten hipotetizar un posible cierre interior de, bien un primitivo recinto, o bien un pasillo de ronda que acompañaría a la muralla por todo su trazado.

Tras este periodo el solar se adentra en un hiato cronológico hasta el siglo IV d.C. En estos momentos se observan remociones de tierra que son el reflejo de una fuerte reordenación de todo el espacio. En este sentido el recinto, o pasillo de ronda antes definido, es anulado por un imponente vertido de detritos. Sin lugar a dudas, una de las mayores

consecuencias de esta remodelación es la elevación del nivel de suelo que modificaría la orografía del terreno a partir de una potente terraza. Además, se le añaden una serie de pavimentos de variada morfología y entidad entre los que se encuentra uno que utiliza *tegulae* posicionadas boca abajo y que nos hablaría de una zona de continuo tránsito. De igual modo, a esta zona asociamos un muro de factura poco cuidada dispuesto NW-SE.

En el siglo V d.C. esta operación de nivelación se vuelve a repetir, lo que demuestra la importancia de este espacio en el devenir de la propia zona amurallada. A partir de aquí parece que las descargas de época posterior comienzan a alterar la zona modificando su orografía inicial, con especial hincapié a las facies modernas y contemporáneas, que han sido las más agresivas con los momentos previos.

Los materiales cerámicos que han ido acompañando a estos estratos presentan escasa entidad. Sin embargo, nos permiten avanzar ciertas hipótesis de cómo era el comercio cerámico de la zona entre los siglos I-V d.C. Las piezas más antiguas corresponden a fragmentos de *sigillata* y paredes finas de procedencia itálica. Sin embargo, la estratigrafía documentada no permite hacer mayores precisiones por facies. El mayor volumen de piezas corresponde con la cerámica de procedencia local-regional siendo predominantes las cerámicas comunes de cocina y almacenamiento. En cuanto a la relación comercial existente con la capital de la Lusitania son muy pocas las evidencias que se presentan. Al respecto algunos fragmentos de paredes finas emeritenses son las que van a aportar la pista sobre esta relación. Las fases posteriores son testimoniales hasta llegar al siglo IV d.C. donde las *sigillatas* africanas del tipo D, junto con algunos restos monetales y piezas de vajilla metálica aporten datos sobre la ocupación.

Sin lugar a dudas, estos datos vienen a poner un grano de arena al escaso conocimiento que se tiene de Cáceres en época romana, ya que la aproximación cronológica, hasta el momento ofrecida para la muralla es demasiado amplia y se basa, casi en exclusividad, en la epigrafía (De Man, 2011: 198)

Respecto a las fases posteriores no podemos precisar lo que ocurre con este espacio más allá de la presencia de un gran vertedero del que hemos excavado una mínima parte, que puede tener como origen la reordenación del enclave en época almohade o pre-almohade, en buena parte alterado por la posterior presencia de espacios asociados fundamentalmente a corrales, patios o zonas de trabajo con unas estructuras de pobre construcción que alteran la estratigrafía preexistente.

Esperamos que en un futuro próximo se pueda completar el conocimiento del devenir histórico y arqueológico de la ciudad con nuevas intervenciones arqueológicas.

## BIBLIOGRAFÍA

- AURRECOECHEA FERNÁNDEZ, Joaquín (2009). Vajilla metálica de época romana en la región central de Hispania (actuales CC.AA. de Madrid y Castilla-La Mancha). *Sautuola*, XV, pp. 327-348.
- BELTRÁN LLORIS, Miguel (1975-1976). Aportaciones a la epigrafía y arqueología romanas de Cáceres. *Caesaraugusta*, 39-40, pp. 19-112.
- BONIFAY, Michel (2005). *Études sur la céramique romaine tardive d'Afrique*. Oxford: Archaeopress Open.
- CABALLERO ZOREDA, Luis (1985). Hallazgo de un conjunto tardorromano en la calle Sur de Getafe (Madrid). *Boletín del Museo Arqueológico Nacional*, III, 1, pp. 97-127.
- CERRILLO MARTÍN de CÁCERES, Enrique (2008). Historiografía de la Arqueología en Cáceres. Una Arqueología en papel. In Primitivo Javier Sanabria Marcos (ed.) *Arqueología Urbana en Cáceres. Investigaciones e intervenciones recientes en la Ciudad de Cáceres y su entorno*, Memorias 7, pp. 13-42.
- COLL CONESA, Jaume (coord.) (2011). *Manual de Cerámica Medieval y Moderna*, Alcalá de Henares: Museo Arqueológico Regional.
- CHAUTÓN PÉREZ, Hugo (2008). Intervención arqueológica en el palacio del Mayoralgo. In Primitivo Javier Sanabria Marcos (ed.) *Arqueología Urbana en Cáceres. Investigaciones e intervenciones recientes en la Ciudad de Cáceres y su entorno*. Memorias 7, pp. 159-173.
- DE MAN, Adrian (2011). *Defesas Urbanas Tardias da Lusitânia*. Studia Lusitana, 6. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano.
- ERICE LACABE, Romana (2007). La vajilla de bronce en Hispania. In Carmelo Fernández Ibáñez (ed.) *Metalistería de la Hispania Romana*, Sautuola, XII, (Monográfico), Santander, pp. 197-215.
- FERNÁNDEZ OCHOA, Carmen; MORILLO CERDÁN, Ángel (1992). Fortificaciones urbanas de época bajoimperial en Hispania. Una aproximación crítica (segunda parte). *CuPAUAM*, 19, pp. 319-360.
- JIMÉNEZ MARZO, Marc (2008). Estudio preliminar de los restos arqueológicos hallados en el Palacio del Mayoralgo de Cáceres en la campaña 2001-2002. In Primitivo Javier Sanabria Marcos (ed.) *Arqueología Urbana en Cáceres. Investigaciones e intervenciones recientes en la Ciudad de Cáceres y su entorno*. Memorias 7, pp. 175-231.
- LÓPEZ SÁNCHEZ, Fernando (2000). Tiranía y legitimación del poder en la numismática de Magnencio y Constancio II (350-353 d.C.). *Faventia*, 22/1, pp. 59-86.
- LOZANO BARTOLOZZI, María del Mar (1980). *El desarrollo urbanístico de Cáceres (Siglos XVI-XIX)*. Cáceres: Universidad de Extremadura.
- MARÍN HERNÁNDEZ, Carlos (2008). Aproximaciones a la muralla tardoantigua de Cáceres. *Coloquios Históricos de Extremadura*, Trujillo, pp. 513-536.
- MÁRQUEZ BUENO, Samuel; GURRIARÁN DAZA, Pedro (2003). La muralla almohade de Cáceres: aspectos constructivos, formales y funcionales. *Arqueología y Territorio Medieval*, 10, pp. 57-118.
- MELLER, Penina (2002). Cáceres la pacífica. Viaje por la Extremadura Judía. In *Actas del XXXVI Congreso*

- Internacional de la Asociación Europea de Profesores de Español*. Cáceres, pp.141-147.
- MEZQUÍRIZ IRUJO, María Ángeles (2011). Catálogo de bronce romanos recuperados en el territorio de Navarra. *Trabajos de Arqueología Navarra*, 23, pp. 21-118.
- MONTERO RUIZ, Ignacio (2015). La vajilla metálica de Camino de Santa Juana en el contexto de la producción metalúrgica romana. In VV.AA. *Esperando Tiempos mejores. Las ocultaciones tardorromanas del s.V d.C. en Cubas de la Sagra (Comunidad de Madrid)* (Exposición Museo Arqueológico Regional, Alcalá de Henares, 2015-2016). Alcalá de Henares: Museo Arqueológico Regional, pp. 75-82.
- PALOL, Pedro de (1970). Necrópolis hispanorromanas del siglo IV en el Valle del Duero. III. Los vasos y recipientes de bronce. *Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología*, XXXVI, pp. 222-223.
- PÉREZ ÁLVAREZ, María de los Ángeles (1992). *Fuentes árabes de Extremadura*. Universidad de Extremadura.
- PULIDO CORDERO, Mercedes; CERRILLO MARTÍN de CÁCERES, Enrique (2005). Sobre una desaparecida torre de la muralla de Cáceres. *Norba. Revista de Historia*, 18, pp. 147-161.
- ROCA ROUMENS, Mercedes; FERNÁNDEZ GARCÍA, María Isabel (2005). *Introducción al estudio de la cerámica romana: una breve guía de referencia*. Málaga: Universidad de Málaga.
- ROYO MARTÍNEZ, María del Mar (2008). Simbología y Poder en las emisiones de bronce constantinianas. *Gaceta Numismática*, 168, pp. 15-44.
- SÁNCHEZ HERNÁNDEZ, Cristina (2008). Las mural-las de Cáceres. Excavaciones y novedades en la Ronda de Mira al Río. In Primitivo Javier Sanabria Marcos (ed.) *Arqueología Urbana en Cáceres. Investigaciones e intervenciones recientes en la Ciudad de Cáceres y su entorno*. Memorias 7, pp. 233-246.
- SALAS MARTÍN, José (1984). Las murallas romanas de Cáceres. *Actas de las II Jornadas de metodología y didáctica de la historia*. Cáceres, pp. 141-150.
- TORRES BALBÁS, Leopoldo (1948). Cáceres y su cerca almohade. *Al-Andalus*, XIII, pp. 446-473.
- VALDÉS FERNÁNDEZ, Fernando (1998). El urbanismo islámico de la Extremadura leonesa: cuatro pautas de desarrollo. In Patrice Cressier y Mercedes García-Arenal (eds.) *Genèse de la ville islamique en al-Andalus et au Maghreb occidental*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, pp. 159-177.
- VIGIL-ESCALERA GUIRADO, Alfonso (2015). Ocultaciones de la primera mitad del siglo V d.C. en el interior de Hispania. In VV.AA. *Esperando Tiempos mejores. Las ocultaciones tardorromanas del s.V d.C. en Cubas de la Sagra (Comunidad de Madrid)* (Exposición Museo Arqueológico Regional, Alcalá de Henares, 2015-2016). Alcalá de Henares: Museo Arqueológico Regional, pp. 39-54.

# INVESTIGACIONES INTERDISCIPLINARES SOBRE LOS ESPACIOS DOMÉSTICOS DEL *MUNICIPIUM* ROMANO DE *MIROBRIGA* (SANTIAGO DO CÁCEM, PORTUGAL)

Recebido: 22 de Maio de 2017 / Aprovado: 13 de Dezembro de 2018

## Felix Teichner<sup>1</sup>

Universidade de Marburg (Alemania)

## Ada Cortes<sup>2</sup>

Instituto Catalán de Arqueología Clásica, Tarragona (España)

### Resumen

La ciudad romana de *Mirobriga*, se desarrolla a partir de un *oppidum* celtíbero a lo largo del siglo I d.C. Esta ciudad llegó a contar con importantes instalaciones públicas como un circo, unas termas públicas y un foro. Las investigaciones que se presentan en este artículo se centran en las evidencias de arquitectura doméstica (*domus*), descubiertas recientemente mediante un estudio geofísico no invasivo. La posterior excavación sistemática de estas casas, ha proporcionado por primera vez la posibilidad de reconstruir la evolución constructiva de la arquitectura privada, y su evolución en los pequeños centros urbanos del sur de Lusitania entre el período Flavio y la segunda mitad del siglo III d.C.

**Palabras-clave:** Lusitania romana; *domus*; arquitectura doméstica; *municipium flavium*.

### Abstract

The Roman city of *Mirobriga*, which developed from a Celtiberian *oppidum* during the 1st century AD, was provided with public facilities such as a circus, baths and a forum. The present investigations concentrate on domestic architecture (*domus*), which were recently discovered through non-invasive geophysical survey. The following careful excavation of the houses provide us for the first time with the possibility to reconstruct the construction history of private architecture and its evolution in the small urban centres of southern Lusitania, between the Flavian period and the second half of the 3rd century AD.

**Keywords:** Roman Lusitania; *domus*; domestic architecture; *municipium flavium*.

---

<sup>1</sup> felix.teichner@staff.uni-marburg.de

<sup>2</sup> adacortesv@gmail.com

## 1. Introducción

El trabajo de campo interdisciplinar llevado a cabo por las universidades de Frankfurt, Heidelberg y Marburg en el *municipium* lusitano de *Mirobriga* (Santiago do Cacém), entre los años 2005 y 2010, nos ha permitido obtener una nueva visión sobre la arquitectura doméstica de este pequeño centro urbano ubicado en el territorio de los lusitanos *Celtici*, al sur del río *Tagus* (Tajo). De esta forma, hemos podido observar y analizar el grado de influencia de los esquemas arquitectónicos romanos y el traspaso de ciertas “pautas” al ámbito privado. Esta es, sin duda, una cuestión de gran interés para la periferia occidental del Imperio Romano, ya que en el territorio que vincula el Mediterráneo y el Atlántico, se documenta un elevado indicio de resistencia indígena en la población prerromana, especialmente en el Atlántico norte y oeste de Hispania.

## 2. Topografía y antecedentes históricos

No lejos de la costa atlántica portuguesa occidental, cerca de Sines en el Alentejo Litoral, se encuentra el conjunto arqueológico de *Mirobriga* en las proximidades de la pequeña ciudad de Santiago do Cacém. Incluso en época prehistórica las ventajas de su cumbre prominente, situada en un macizo de pizarra mirando hacia el interior en dirección al este, fueron determinantes para el establecimiento de un asentamiento centralizado (Alarcão, 1988: 173-175; Barata, 1999; Barata, 2009: 201-229; Teichner, 2006: 202-216; Teichner, 2018: 19-21; Teichner, 2021). Muy pronto, se hizo evidente que su ubicación geográfica era favorable para las rutas comerciales y de transporte, hecho que quedó de manifiesto en época romana al ampliarse una de las rutas que comunicaba este enclave. La nueva vía conectaba los territorios de *Olisipo* (Lisboa) y *Salacia* (Alcácer do Sal) con los pueblos Lusitanos

del sur en el extremo occidental del Golfo de Cádiz y las ciudades de *Lacobriga* (Lagos) y *Ossonoba* (Faro) (Alarcão, 1967: 174-177). En el territorio de *Mirobriga*, las rutas comerciales procedentes del distrito minero de *Vipasca* (Aljustrel) y Grândola recorrieron esta conexión norte-sur en su camino hacia la costa atlántica. De esta forma, en Sines e Ilha do Pessegueiro, a unos 15 - 20 km al oeste de *Mirobriga*, se han identificado restos de antiguos anclajes, calas y asentamientos pesqueros.



Fig. 1 - Excavaciones del equipo de las universidades alemanas en la ciudad romana de *Mirobriga* (Lusitania), en el año 2008. Calle romana pavimentada y sondeo en la Casa 7. (Foto: Julia Kopf, Universidad de Viena).

Por último, el concepto de *Mirobriga* como un importante centro urbano de una *tribus* celtíbera, tiene su origen en la *Naturalis Historia* de Plinio el Viejo (NH IV, 116). Éste describe la ciudad como un *oppidum stipendiarium* entre el *promunturium sacrum*, hoy Cabo de São Vicente y el *Tagus* (Tajo) junto a *Salacia* (Alcácer do Sal). Las palabras de Plinio el Viejo - “*Mirobrigenses qui Celtici cognominantur* (NH IV 118)”- nos ofrecen la evidencia de las raíces celtíberas de los habitantes de la ciudad. Es muy probable que el contacto más significativo con el Imperio Romano se diera después de la finalización de la revuelta sin éxito de Sertorio (*Guerra Sertoriana*), ya en la segunda mitad del s. I a.C. En este contexto, teniendo en cuenta la reciente investigación sobre el impacto cultural

“romano-mediterráneo” en el oeste de Hispania (“romanización”), toma más relevancia la inscripción funeraria de *Caius Porcius Severus* para la cuestión que aquí se plantea; donde también se describe a sí mismo como *Mirobrigen(sis) Celt(icus)*, aún a finales del siglo II d.C. (Encarnação, 1984: 233, n° 152, véase Teichner, 2006: 340; Teichner, 2018: 19-26, fig. 18).

### 3. Historia de la investigación

El humanista André de Resende es considerado como el fundador de la Historia Antigua y la Epigrafía en Portugal. Este fraile dominico fue el primero en mencionar el yacimiento arqueológico en su publicación *De Antiquitatibus Lusitaniae* de 1593, fechado en el período romano. La localización de “*Merobrica*” se puede atribuir a él, aunque también al erudito francés Nicolas Sanson, que incluyó la ciudad en sus mapas del siglo XVII. En el siglo XIX, fue principalmente el Obispo de Beja, D. Frei Manuel do Cenáculo, quien continuó con la investigación sobre esta ciudad romana. Al principio, emprendió algunas excavaciones menores y, posteriormente, encargó dibujos de varios artefactos del yacimiento. Finalmente, a principios del siglo XX, entre los años 1922 y 1948, fue João Gualberto Cruz e Silva, notario de la cercana Santiago do Cacém, quien realizó más descubrimientos en *Mirobriga*. Entre sus hallazgos se encuentran parte de las termas públicas, una “acrópolis” (Fig. 2), vestigios de calles pavimentadas con losas de piedras locales, así como parte del circo romano (Barata y Vale, 2010; Teichner, 2018: 19-22).

Entre 1959 y 1978, bajo la supervisión de D. Fernando de Almeida, pionero en la arqueología portuguesa, se llevaron a cabo las primeras

excavaciones en extensión (Almeida, 1964). Además de estas intervenciones, también se implementó un programa de conservación, incluyendo la reconstrucción parcial de edificios monumentales tras su exhumación (el foro, el templo y las termas). Estas reconstrucciones de los restos arqueológicos pasaron a formar parte del paisaje contemporáneo del yacimiento, resultando ser eficaces en la obtención de una buena publicidad e influencia, hasta el día de hoy, en la percepción pública de las ruinas antiguas en Portugal (Teichner, 2018: 28, fig. 25).

En la década de 1980, investigadores estadounidenses de las universidades de Missouri-Columbia y Arizona dirigidos por William Biers, centraron su interés en los restos del *oppidum* celtibérico, sobre todo en el área que más tarde se identificaría como el foro de la ciudad (Biers, 1988). Los arqueólogos americanos observaron una continuidad en la actividad religiosa del asentamiento desde el periodo prerromano, interpretando la función del cerro de *Mirobriga* como un “lugar de poder” vinculado con cuestiones religiosas.

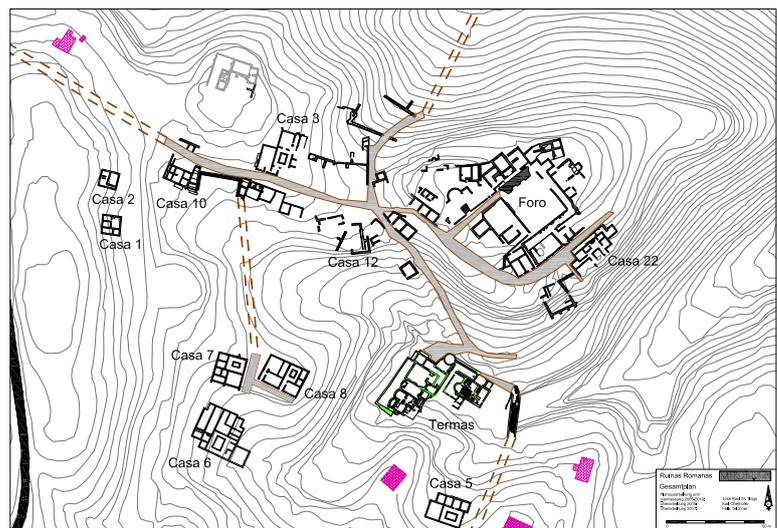


Fig. 2 - Topografía del municipio romano de *Mirobriga* al finalizar el nuevo proyecto de investigación sobre el perímetro de la ciudad. En la planta se señalan los edificios públicos y las más importantes de las 29 casas romanas constatadas. (Katja Bieber, Universidad de Marburgo, con la base en: Teichner, 2018: fig. 5).

A finales de los años noventa se erigió un nuevo edificio en el parque arqueológico para albergar el museo (“centro de interpretación”). El estrenado centro y las medidas para mantener y mejorar el atractivo estético del parque supusieron, durante un período corto de tiempo, la reiniciación de las actividades de excavación en esta zona (Barata, 2001). Durante estos trabajos se descubrieron dos viviendas modestas de la ciudad (casas 1 y 2: Quaresma, 2014)<sup>3</sup>. En la década siguiente, la gestión y el estudio de la información arqueológica derivada de las excavaciones se realizó de manera intensa y dinámica, en particular un estudio minucioso de los conjuntos cerámicos (Quaresma, 2003; 2012).

Por último, durante la primera década del siglo XXI, un programa de cooperación entre el Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR - Direção Regional de Évora) y las universidades alemanas de Marburg, Heidelberg y Frankfurt se centró en conseguir una mejor comprensión de la evolución cronológica, la extensión territorial y el urbanismo y arquitectura de *Mirobriga*. Algunos de los resultados de este programa son los que recogemos ahora aquí (ver también: Teichner y Oberhofer, 2014; Teichner, Kopf y Oberhofer, 2014; Teichner, 2018; Teichner 2021)<sup>4</sup>.

#### 4. Nuevos resultados sobre la evolución y cronología del espacio doméstico en *Mirobriga*

El material cerámico descubierto durante las excavaciones de la primera mitad del siglo XX, parece

indicar la existencia de presencia humana en la meseta de *Mirobriga* desde al menos, el siglo IX a.C. (Tavares da Silva y Soares, 1979: 159-184). El aumento significativo de los hallazgos fechados en los siglos V - IV a.C., se relaciona con la prosperidad del *oppidum* durante la Edad del Hierro. Un asentamiento que seguramente estaba limitado en su extensión a la cima de la colina. A pesar de las repetidas excavaciones en esta zona, conocidas localmente bajo el topónimo “Castelo Velho”, hasta el momento no se han publicado los planos de las postuladas “fortificaciones” ni tampoco de los “edificios residenciales rectangulares” (Biers, 1988: 24, véase Teichner, 2018: 156-182, 239, fig. 249).

Las estimaciones más antiguas acerca de las dimensiones del área urbana en época imperial conjeturaban su extensión en torno a las 7 ha (Alarcão, 1988: 174), pero las prospecciones superficiales extensivas que realizó el equipo americano redujo esta valoración a sólo 2,7 ha (Biers, 1988: 139, véase Teichner 2018: 243). Inicialmente, se consideró que la construcción del foro romano con su pequeño templo en la parte superior del “Castelo Velho” y las calles que lo acompañaban (Fig. 2), estaba vinculada a la concesión del estatuto de municipio latino; como consecuencia, y basándose solamente en la analogía histórica, los principales edificios públicos fueron fechados en la segunda mitad del siglo I d.C. (Teichner, 2006). Así, una inscripción extremadamente abreviada que podría aludir al *M(unicipium) F(lavium) M(irobrigensium)* (CIL II 25 / Encarnação, 1984: n° 150), puede indicar que se otorga este privilegio

3 Las casas descubiertas durante del proyecto luso-alemán, inicialmente se numeraron como 1, 2, 3 e 4 (véase sobre el particular el informe preliminar: Teichner y Oberhofer 2014; Teichner, Kopf y Oberhofer, 2014). Entretanto, los Colegas Filomena Barata y José Carlos Quaresma han publicado sus excavaciones, utilizando también la numeración 1, 2 e 3 para referirse a otras casas excavadas por ellos. Para evitar posibles problemas causados por la doble utilización de esta numeración, hemos optado por cambiar a partir de ahora los números de las casas 1-4 del proyecto luso-alemán, a los números 5-8 (antiguo 1 = ahora 5, antiguo 2 = ahora 6, antiguo 3 = ahora 7 y antiguo 4 = ahora 8): véase: Teichner, 2018: 11-14, fig. 5-6.

4 Después de la finalización del manuscrito, se han publicado dos nuevos informes sobre *Mirobriga*, que también adoptan el plan general presentado (Teichner 2018) como resultado do proyecto luso-alemán: Quaresma et al., 2020a y Quaresma et al., 2020b.

durante el programa de urbanización Flavia en Hispania (Andreu Pintado, 2004: 168).

Otro elemento conocido del urbanismo y arquitectura pública de la ciudad es el complejo termal bipartito, ubicado a los pies de la colina principal, aprovechando una hondonada del valle en el punto más bajo de la zona urbanizada. Durante el siglo II d.C., se agregó un segundo complejo termal complementario, al oeste de la primera ala oriental del conjunto original, datado en la segunda mitad del siglo I (Barata, 2001: 35-37; Reis, 2014: 187-198; Teichner, 2018: 245, fig. 27 y 253; Teichner, 2020). Cerca del centro urbano, a 1 km hacia al sur, fue descubierto el único circo antiguo conservado en buenas condiciones en Portugal. El edificio excepcionalmente grande, de 369 m por 75 m, puede ser comparado con edificios similares de las capitales hispanorromanas, como Mérida y Tarragona (Barata, 2001: 49-50; Teichner, 2016: 46-347; Teichner, 2008: 25, fig. 10, 15, 40). De hecho, Plinio el Viejo indica indirectamente el propósito original de este hipódromo (las carreras de caballos) elogiando los caballos que se criaban al sur del Tajo: - “*las yeguas, volviendo sus rostros hacia el viento del oeste mientras sopla, se impregnan de sus brisas*” (NH VIII, 166).

Al igual que en muchos yacimientos arqueológicos del Mediterráneo, las actividades de excavación realizadas durante el siglo XX, se centraron en la arquitectura monumental y de culto de los centros urbanos y administrativos. En el caso de *Mirobriga*, sólo se excavaron restos parciales de arquitectura privada, como los edificios que flanquean la calle principal hacia el oeste (Fig. 2, Casas 3 y 10), o como las casas modestas 1 y 2 y la gran *domus* al sur del foro (casa 22). Sin embargo, todas ellas fueron excavaciones parciales, que no exhumaron la planta completa de los edificios, lo que nos impide entender su esquema

arquitectónico. Los resultados tampoco fueron objeto de una publicación completa, que incluyera plantas, estratigrafía o cronologías. Pero gracias a las últimas investigaciones, principalmente la prospección geofísica no invasiva a gran escala, las catas de comprobación y el nuevo análisis de las estructuras arquitectónicas más pequeñas excavadas en épocas anteriores, es posible aportar una primera imagen de las viviendas domésticas de *Mirobriga*. Además, estos trabajos han permitido documentar tres nuevas casas (*domus*) y finalizar el estudio de una cuarta (Fig. 2, Casa 5-8: Teichner, 2018; Teichner 2021).

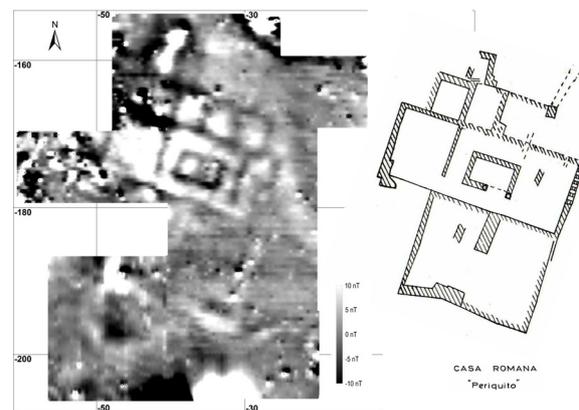


Fig. 3 - Durante la primera prospección geomagnética realizada en 2005 (a la izquierda), se redescubrió la “casa romana Periquito” (casa 5). Este edificio residencial fue excavado parcialmente durante los años sesenta del siglo pasado por D. Fernando de Almeida (derecha). (Teichner, 2018: fig. 33).

## 5. Análisis arquitectónico de los edificios domésticos recientemente descubiertos en *Mirobriga*

En la década de los sesenta fue parcialmente descubierto un edificio residencial en la ciudad de *Mirobriga* al sur de las termas. Esta casa recibió el nombre de “villa Periquito” y de ella se publicó una planta de excavación esquemática en la que el trazado se asemejaba al de una casa tradicional de peristilo (Fig. 3 derecha: Almeida, 1964: 38-40,

fig. 13, véase Teichner, 2018: 26, fig. 21-23). Pero la estructura exhumada fue posteriormente cubierta y se desconocía su ubicación exacta. Gracias a nuestro proyecto de investigación se han realizado prospecciones geofísicas en un área de casi 3 ha combinando los métodos de geomagnetometría y resistividad (Teichner y Winkelmann, 2012: 58; Teichner, 2018: 38, fig. 33). Como consecuencia de estos trabajos, se pudo volver a ubicar la perdida “villa Periquito” descrita por D. Fernando de Almeida (Fig. 3, izquierda). Esta estructura doméstica estaba situada en una ladera con pendiente moderada, por encima del complejo termal público de la ciudad (Fig. 2).

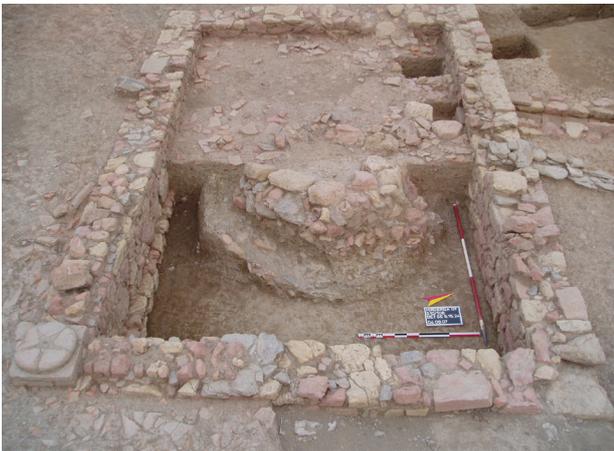


Fig. 4 - El peristilo de la Casa 5 de *Mirobriga* con su pozo. Conservada *in situ* una base de columna de ladrillos y piedra en el ángulo izquierdo del peristilo (Teichner, 2018: fig. 68).

El redescubrimiento por parte de este proyecto de la “villa Periquito” y la localización de otras tres nuevas *domus* (Fig. 2, Casa 5-8), permite tener una visión más amplia de la ciudad de *Mirobriga*, no solo en la comprensión global de su arquitectura privada, sino también de la estructura urbana general y su cronología. Así pues, se acordó con las autoridades locales volver a excavar la “villa Periquito” (en adelante, Casa 5). Los restos arqueológicos detectables de la Casa 5, estaban parcialmente cubiertos por considerables estratos modernos, probablemente creados durante

la intervención de D. Fernando de Almeida. Sin embargo, fue posible verificar los resultados de la prospección geofísica confirmándose la existencia de una casa de peristilo con varias fases de construcción. En este caso, el tamaño final de la Casa 5, de unos 450 m<sup>2</sup>, es comparable con edificios residenciales de otras localidades de la Península Ibérica (Fig. 8, comp. Teichner, 2008: 262, fig. 264; Teichner, 2018: 58-91, 152, fig. 166). En la primera fase constructiva, datada estratigráficamente en época Flavia (Teichner, 2018: 202 estrato B), la casa fue edificada alrededor de un espacio distribuidor identificado como un peristilo de cuatro pórticos, con un *viridarium* más bajo que el ambulacro. En el jardín se localizaron los restos de un sistema de recogida de agua pluvial, común en estos espacios descubiertos. La planta de esta fase ocupa unos 300 m<sup>2</sup> y la casa conserva un triclinio o sala de banquetes y otras habitaciones, incluyendo algunos posibles *cubicula* (Fig. 8A). Esta *domus*, de características modestas, dobla prácticamente su superficie en una segunda fase constructiva, utilizando diferentes terrazas. En esta segunda fase, datada a partir de la segunda mitad del siglo II d.C., la casa estaba provista de otro espacio distribuidor con diferentes habitaciones. Se ha podido observar como este nuevo espacio distribuidor emula la estructura de una antigua casa de atrio corintio, con un desarrollo simétrico y axial de la planta, así como las clásicas *alae*. La creación de un nuevo cuerpo, articulado por un atrio corintio, convertía la casa en una *domus* de atrio y peristilo. La cronología de este nuevo cuerpo parece sugerir la búsqueda de un prestigio basado en esquemas domésticos de tiempos pasados (Cortés, 2018: 150). En *Hispania* podemos encontrar casas de atrio y peristilo de una cronología avanzada, como la Casa del Mitreo de Mérida (Corrales, 2016: 880-887, no. 172; Robador, 1998). De todos modos, la Casa 5 de *Mirobriga* es inusual, puesto

que el cuerpo del atrio forma parte de una segunda reforma cuando ya existía un peristilo inicialmente. Este es un proceso inverso a la evolución de la casa de atrio y peristilo tardorepublicana, e indica una voluntad muy concreta del propietario de obtener algún tipo de legitimación y prestigio. Son pocas las casas descubiertas que siguen este proceso de forma inversa: un caso similar se documenta en una casa de Luni, al norte de Italia, que cuenta con la creación de un nuevo sector de atrio en época de Tiberio (Zaccaria, 1983) (Fig. 4). La *domus degli Affreschi* de Luni en el s. I a.C. es una casa de atrio *testudinatum* y peristilo (Durante, 2001: 278) en la que se crea, en época de Tiberio, una nueva área de prestigio entorno a un atrio toscano con *alae*, *tablinum*, dos *oeci* y un pórtico abierto hacia el peristilo (Durante, 2001: 281).

La amortización de la *domus* 5 de *Mirobriga* se fecha alrededor de la segunda mitad del s. III d.C. (Teichner, 2018: 184, 202, estrato C); aunque debido a la antigua metodología de excavación, que se centró esencialmente en la búsqueda de muros y estructuras mediante la excavación de trincheras, se destruyó casi por completo la estratigrafía de la *domus*. Sólo se pudo detectar una estratigrafía intacta en la zona del peristilo y su pozo donde se pudo observar una capa de destrucción bajo el techo derrumbado de tejas (Fig. 4). El análisis de la cerámica y varias monedas pertenecientes a este estrato proporciona firmes evidencias cronológicas del final del edificio (Teichner, 2018: 58, fig. 61 y 97).

Las otras tres casas mencionadas, fueron detectadas por prospección geofísica en una extensa meseta inferior al oeste del complejo termal (Fig. 2, Casa 6-8). En concreto, los restos de la Casa 8,



Fig. 5 - Vista occidental de la casa de peristilo 8 de *Mirobriga*. Se aprecia la entrada (parte delantera) y los cimientos de varias paredes pertenecientes a diferentes períodos de construcción. En el frente de la casa se conserva la calle pavimentada con la base de dos columnas que flanquea la entrada (Teichner, 2018: fig. 150).

que en parte ya habían sido descubiertos en varias campañas de campo, ocupaban unos 500 m<sup>2</sup>. Esta unidad doméstica estaba ubicada en una zona privilegiada, muy cerca de los baños occidentales, pero con un desnivel de unos 15 m respecto a ellos. Al igual que en el caso anterior, sólo se pudieron documentar huellas escasas de la cimentación de los muros, apoyados directamente en la pizarra natural (Fig. 5). En la actualidad, con la investigación aún curso, se han podido establecer diferentes fases constructivas de la Casa 8, que muestran una evolución muy rica y compleja (Teichner, 2018: 128-147, fig. 145 y 158). En realidad, este solar estuvo ocupado en un principio por dos unidades domésticas diferenciadas, que posteriormente se convirtieron en una única *domus*. Además, estas dos unidades independientes se erigieron sobre una construcción anterior de madera, o quizás de obra mixta, de la cual sólo quedaban los negativos de los agujeros de algunos postes. Será en la segunda mitad del siglo I, en época Flavia, cuando se documente la creación de las dos viviendas gemelas abriéndose a una nueva calle completamente pavimentada (Teichner, 2018: 207-8, estrato P). Las dos casas se desarrollaban entorno a un pequeño peristilo y dos salas de representación, similares a la primera fase del esquema de

la Casa 5 (Fig. 8C, véase Teichner, 2018: 241, fig. 249). Después de una primera reforma en la que se unieron las dos edificaciones convirtiéndose en una única *domus*, se desarrolló una segunda reforma, en la que la casa alcanzó su tamaño final (Teichner, 2018: 243, fig. 251). Posteriormente, como resultado de la primera reforma (fase 2), el acceso al peristilo principal se realizaba a través de la parte occidental de la casa a partir de un área columnada a la calle. Este peristilo, creado en esta etapa, permitió aumentar el espacio abierto, utilizando el área del anterior triclinio. Esta solución permitió conservar el *triclinium* de la antigua casa como la sala de representación más importante de la *domus* (Cortés, 2018: 151, fig. 165). Las reformas que va experimentando la casa, correspondientes a las fases 3 y 4 del solar, muestran las necesidades cambiantes de sus residentes, incluso en un período de declive urbano. Al final, la Casa 8 se convierte en una destacada *domus* de peristilo imperial parecida a muchas casas acomodadas hispanas del mismo periodo (Cortés, 2014b: 320-321).

En el lado opuesto de la calle (Fig. 1 y 6) se encuentra la Casa 7, un edificio residencial de menor tamaño, con 240 m<sup>2</sup>. Esta *domus* fue detectada por prospección geofísica y posteriormente excavada sistemáticamente (Fig. 7, véase Teichner, 2018: 40, fig. 38). El edificio privado, casi ortogonal, también contaba con un peristilo y una habitación más grande en su esquina sureste, probablemente utilizada para fines comerciales (Fig. 8B, véase Teichner, 2018: 109-127, 242, fig. 250). El edificio presenta un esquema rectangular siguiendo también la morfología de la primera fase de la Casa 5, pero a menor escala, con un acceso directo a un espacio distribuidor. El espacio central de la casa se identifica a primera vista con un atrio, aunque en realidad actúa más bien como patio porticado con una superficie muy reducida de espacio descubierto. También en este caso, sólo se conservaron

restos fragmentarios de los muros, que no ofrecieron ninguna indicación sobre la evolución del edificio. Del mismo modo que en el diseño de la Casa 5, se construyó un pozo en el área abierta del patio porticado. Este pozo únicamente presentaba un brocal (*puteal*) construido a partir de dos capas de mampostería y fue excavado hasta 8 m en la roca natural para garantizar el suministro de agua del edificio (Fig. 7).



Fig. 6 - La calle romana recientemente descubierta (derecha) entre las casas 7 (izquierda) y 8 en el barrio de época Flavia de *Mirobriga*. (Foto: Karl Oberhofer, Universidad de Köln).



Fig. 7 - Vista desde el este hacia el peristilo de la casa 7 de *Mirobriga*. Las paredes fundacionales de la casa que están talladas en la roca natural, muestran el perímetro del pequeño patio porticado con el pozo en el centro (Teichner, 2018: fig. 130).

Finalmente, gracias a la realización de algunas catas de pequeño tamaño se pudo confirmar la existencia de la Casa 6. En este edificio, detectado principalmente a partir de la prospección geofísica, es difícil reconstruir con fiabilidad en sus principales formas y arquitectura. De todos modos, es posible determinar

que la casa se organizó nuevamente alrededor de un peristilo central. Las diferencias en las técnicas de construcción indican la existencia de al menos dos fases constructivas, la primera de ellas datable en época Flavia (Teichner, 2018: 92-108, fig. 104).

Estos cuatro ejemplos domésticos, recientemente descubiertos mediante el empleo de la prospección geofísica, parecen sugerir un número mucho mayor de casas de peristilo y patio porticado alto-imperiales en *Mirobriga* de lo que se suponía anteriormente (Casa 3 y 22, véase Teichner, 2018: 244, fig. 164 y 252, fase IIB). Además, parece que sus esquemas tipológicos, en unas dimensiones más modestas, son muy parecidos a sus homólogos de las ciudades romanas más importantes de la Península Ibérica (como *Emporiae*, *Italica*, *Augusta Emerita* o *Conimbriga*).

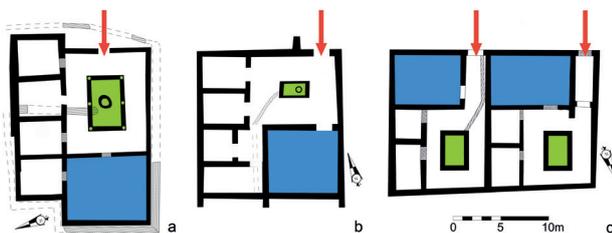


Fig. 8 - Análisis funcional de las plantas originales de las casas romanas de *Mirobriga* de finales del siglo I d.C. Sala de representación/*triclinium* (rojo) y el área de entrada (sin un vestíbulo propio). Izquierda: Casa 5 (fase 1); Centro: Casa 7; Derecha: Casa 8 a y b (fase 1) (Katja Bieber, Universidad de Marburgo, con base en Teichner, 2018: fig. 162, 164-165).

Estas primeras fases de época Flavia de las viviendas de *Mirobriga* parecen responder a una necesidad urbanística de planificación en el momento en el que la ciudad se convierte en *municipium* (Teichner, 2018: 241-242). La planta de la primera fase de las Casas 5, 7 o de las dos primeras viviendas de la Casa 8, sigue un esquema similar que sugiere una planificación regular del espacio doméstico en este momento de la ciudad.

Respecto a las técnicas constructivas, hasta ahora la escasa conservación de las estructuras había sido explicada, generalmente, como resultado de un expolio posterior (Biers, 1988: 140). Las excavaciones más recientes, sin embargo, nos indican que en varios casos un gran número de las paredes exteriores de carga de los edificios domésticos no estaban completamente construidas en piedra caliza local, sino que una parte importante de estas paredes se habían fabricado con tierra apisonada (adobe o tapial). Durante la excavación, en sección transversal, estas paredes a menudo se podían ver como estratos muy homogéneos y gruesos que se habían acumulado entre los muros de cimentación durante los procesos de erosión. Además, las paredes que se han conservado estaban hechas de piedra caliza y en muchas ocasiones tenían una capa niveladora superior compuesta de losas de pizarra que formaban una superficie de contacto horizontal en el que se apoyaban las placas de madera, necesarias para erigir las paredes de tapial (Teichner, 2018: 94-8, fig. 112; 141, fig. 159; comp. Carvalho, 2013). Esta técnica constructiva, atestiguada en las construcciones de estas *domus*, están asociadas a un trabajo cuidadoso en su cimentación. Esta cimentación tenía elementos subestructurales de mampostería de piedra caliza, de unos dos metros de altura en algunas partes, para asegurar el mismo nivel de circulación en un terreno muy irregular.

## 6. Conclusiones

En resumen, las prospecciones geofísicas llevadas a cabo entre 2005 y 2010 por el proyecto de cooperación de las universidades alemanas (Marburg, Frankfurt y Heidelberg) con el Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR - Direção Regional de Évora) en *Mirobriga*, han permitido recuperar la Casa 5, excavada parcialmente en los

años sesenta, así como un barrio residencial en la zona situada al oeste del complejo termal (Fig. 2, Casa 7-8). En total se identificaron seis casas, cuatro nuevas durante este proyecto y dos que habían sido previamente intervenidas arqueológicamente, pero nunca publicadas, que se adecúan parcialmente a la tipología de casa de peristilo alto-imperial (Meyer, 1999: 101-121, especial 109; Cortés, 2014a: 77-83; para Lusitania: Teichner, 2008: 458-464, fig. 264; 483-485, fig. 274; Cortés, 2018: 148-155). Gracias a este estudio, el conocimiento del espacio doméstico y la evolución urbana de *Mirobriga* ha podido ser completamente revisado. Las nuevas investigaciones interdisciplinares, incluidos los estudios de restos de fauna y flora (Teichner, 2018: 215-227 y 228-237), muestran una planificación del asentamiento dividido por calles pavimentadas con piedra calcárea y plataformas sustentadas en terrazas donde no se forzó una estructura urbana de planta hipodámica, sino que se adaptó el diseño a la topografía natural, orientándolo sobre el relieve del terreno natural.

La aparente adopción del estilo de arquitectura tradicional romana y mediterránea por la élite local, se hace evidente cuando se examina la tipología de las nuevas casas estudiadas. Esta “adopción” incluyó la introducción de la estructura tipológica de la casa acomodada utilizada de forma amplia en época alto-imperial, pero con ciertas particularidades. Como se ha mencionado, el resultado es un esquema que cuenta con un peristilo o patio porticado como elemento de distribución de la casa y con una sala de recepción para cumplir con los deberes de representación, pero sin vestíbulo (Cortés 2018: 154-155) (Fig. 8).

Esta arquitectura privada de los *Celtici Mirobrigensis*, contrasta claramente con un concepto aparentemente menos estructurado de urbanismo y con una reducción de los edificios públicos, como el

foro simple, erigido presumiblemente con una inversión mínima (Fig. 2, véase Teichner 2018: 240, fig. 247-248). Esta situación parece indicar una continuidad de la población prerromana de la Edad del Hierro y su probable integración hacia un estilo de vida “romano-mediterráneo”. El ejemplo de *Mirobriga* se aleja significativamente de los modelos de fundación de centros urbanos *ex novo* por parte de la administración romana en Hispania, que repetidamente se pueden documentar durante la época Flavia. Esta situación puede estar motivada principalmente por un proceso de “auto-romanización” ya descrito en estudios previos, y que se basa en los efectos positivos percibidos por la comunidad y los individuos de un territorio tras recibir el *ius latium minor* (Teichner, 2006). Así, este proceso no parece ser una romanización imperial, promovida exógenamente y organizada centralmente a partir de un modelo de ciudad fijo y preestablecido (como recientemente se ha propuesto para la construcción de *Ammaia*: Corsi *et al.*, 2013). Al contrario que en el caso de *Ammaia*, el urbanismo de *Mirobriga* parece responder más bien a una adaptación local de la cultura romana a la situación preexistente, como un claro ejemplo del estado híbrido de la cultura provincial romana, que varió enormemente a través del tiempo y el espacio (Wallace-Hadrill, 2010: 360-1). Aun así, parece producirse cierta planificación y parcelación del suelo urbano en el barrio de las termas públicas en época Flavia, con la construcción de estas nuevas casas descubiertas en *Mirobriga*. Con la concesión del *municipium* se observa que parte del ámbito privado de la ciudad se adecua, dentro de las capacidades de la parcela, a la casa romana acomodada alto-imperial (Cortés, 2018: 154-155). Aportando un componente más de esta adaptación local de la cultura romana.

Por último, gracias a las nuevas excavaciones realizadas en *Mirobriga*, nos es posible ofrecer de

manera preliminar una datación concreta para la construcción de estas casas a la manera romana y del trazado urbano que se realizaría en época Flavia – en el momento de la municipalización (Teichner, 2018: 241 fase IIb). Además, estas excavaciones permiten confirmar algunas teorías que hasta ahora sólo se podían proponer a través de referencias historiográficas (Quaresma, 2014: 101). Esto ocurre especialmente con la construcción de un nuevo barrio con casas de estilo romano en una colina al suroeste del Foro (Casas 6-8) y la organización del sistema romano de calles con pavimentos de piedra, ambos con una misma cronología. Durante los siguientes siglos estas *domus* cambiaron y fueron modificadas, evolucionando y demostrando el aumento de estatus, convirtiéndose en residencias más lujosas (Teichner, 2018: 242-3 fase III). A partir de la segunda mitad del siglo III d.C., el panorama constructivo cambia radicalmente con la destrucción y el abandono de todas las casas de peristilo actualmente conocidas (Teichner, 2018: 246 fase IV, fig. 254). Otras estructuras domésticas como las Casas 1 y 2 (Quaresma, 2014; Teichner 2018: 51-57) parece que tienden a una reducción de sus tamaños en un momento en el que el ala oeste del complejo termal ya estaría abandonada (Biers, 1988: 140-141; Teichner, 2020). Este es un fenómeno que no sólo es visible en *Mirobriga* sino en muchos otros municipios flavios de Hispania y nos lleva de nuevo al debate históricamente virulento sobre la llamada “crisis del siglo III” (Witschel, 2009, véase Teichner, 2018: 201: 246), para el que incluso se han argumentado recientemente razones climáticas (Quaresma, 2014: 114-5).

## Bibliography

- ALARCÃO, Jorge de (1967). On the Westernmost Road of the Roman Empire. *Archaeology*, 20, pp. 174-177.
- ALARCÃO, Jorge de (1988). *Roman Portugal*, Vol. II, Fasc. 3. Warminster: Aris & Philipps.
- ALMEIDA, Fernando de (1964). *Ruínas de Mirobriga dos Célticos (Santiago do Cacém)*. Setúbal: Junta Distrital de Setúbal.
- ANDREU PINTADO, F. Javier (2004). *Edictum, Municipium y Lex: Hispania en época Flavia (69-96 d.C.)*. British Archaeological Reports International Series 1293. Oxford: Archaeopress.
- BARATA, Maria Filomena (1999). As habitações de Mirobriga e os ritos domésticos romanos. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 2: 2, pp. 51-67.
- BARATA, Maria Filomena (2001). *Mirobriga – Ruínas Romanas*. Roteiros da Arqueologia Portuguesa 7. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico.
- BARATA, Maria Filomena (2009). Caracterização geral de Miróbriga. In Trinidad Nogales Basarrate (ed.) *Ciudad y foro en Lusitania Romana. Cidade e foro na Lusitânia Romana*. Studia Lusitana 4. Merida: Museo Nacional de Arte Romano, pp. 201-229.
- BARATA, Maria Filomena; Vale, Fernanda (2010). *Mirobriga. O templo ao longo do tempo*. Santiago do Cacém: Gráfica Santiago.
- BIERS, William R. (1988). *Mirobriga. Investigations at an Iron Age and Roman Site in Southern Portugal by the University of Missouri-Columbia, 1981-1986*. British Archaeological Reports International Series 451. Oxford: B.A.R.
- CARVALHO, Pedro C. (2013). Construções em terra da época augustana na capital da Civitas Igaeditanorum (Idanha-a-Velha, Idanha-a-Nova, Portugal). *digitAR (Coimbra)*, 1, pp. 135-146.
- CORSI, Cristina; KLEIN, M.; JOHNSON, Paul S.; TAELMANN, Devi; VERMEULEN, Frank (2013). *Ammaia: A Roman town in Lusitania, Ammaia: Uma cidade romana na Lusitânia*. Évora: Universidade de Évora.
- CORRALES ALVARÉZ, Álvaro (2016). *La Arquitectura doméstica de Augusta Emerita*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas.
- CORTÉS, Ada (2014a). Clasificación tipológica de la arquitectura doméstica romana. Reflexiones a partir de las ciudades del NE peninsular. *Pyrenae*, 45, vol. 2, pp. 59-93.

- CORTÉS, Ada (2014b). *L'Arquitectura domèstica d'època tardorepublicana i altimperial a les ciutats romanes de Catalunya*. Barcelona: Inst. Estudis Catalans.
- CORTÉS, Ada (2018). The Roman Houses of Flavian Mirobriga and their evolution. A first approximation of the archaeological remains. In Teichner, Felix *Mirobriga Celtica. Eine Stadt im fernen Westen des Imperium Romanum*. Marburger Kleine Schriften 62. Marburgo: Universidade de Marburgo.
- DURANTE, Anna Maria (2001). Edilizia privata a Luna. Note a margine di recenti scoperte. In Monika Verzár-Bass (ed.) *Abitare in Cisalpina. L'edilizia privata nelle città e nel territorio in età romana*. Trieste: EDITREG Editore, pp. 269-296.
- ENCARNAÇÃO, José de (1984). *Inscrições romanas do Conventus Pacensis*. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra.
- MEYER, Katherina Eleonore (1999). Axial peristyle houses in the Western Empire. *Journal of Roman Archaeology*, 12, pp. 101-121.
- QUARESMA, José Carlos da Costa (2003). *Terra Sigillata sudgálica num centro de consumo: Chãos Salgados, Santiago do Cacém (Mirobriga?)*. Trabalhos de Arqueologia 30. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.
- QUARESMA, José Carlos da Costa (2012). *Economia antiga a partir de um Centro de Consumo Lusitano. Terra sigillata e cerâmica africana de cozinha em Chãos Salgados (Mirobriga?)* Estudos & Memórias 4 – Uniarq. Lisboa: Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa.
- QUARESMA, José Carlos da Costa (2014). Romanização: adaptações culturais e ambientais em Chão Salgados (Mirobriga?). *Musa*, 4, pp. 99-214.
- QUARESMA, José Carlos; FELÍCIO, Catarina; SOUSA, Filipe; GADANHO, André; GUIMARÃES, Raquel, SILVA, Rodrigo Banha da (2020a). Espaços residenciais em Mirobriga (Santiago do Cacém, Portugal): leitura crítica de dois casos. In Antonio Pizzo (ed.) *La arquitectura doméstica urbana de la Lusitania romana*, MYTHRA, 6. Mérida: Instituto de Arqueología de Mérida, pp. 195-207.
- QUARESMA, José Carlos; FELÍCIO, Catarina; SOUSA, Filipe; GADANHO, André; GUIMARÃES, Raquel, SILVA, Rodrigo Banha da (2020b). Mirobriga (Santiago do Cacém): novos desenvolvimentos científicos, entre análises e novas escavações. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 23, p. 121-130.
- REIS, Maria Pilar (2014). *De Lvsitaniae vrbivm balneis. Estudo sobre as termas e balneários das cidades da Lusitânia*. Dissertação de doutoramento. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- ROBADOR GONZÁLEZ, Maria Dolores (1998). Técnica constructiva de las columnas de la “domus” del “Mithraeum” en “Augusta Emerita” elaboradas con mortero de cal. *Mérida, excavaciones arqueológicas*, 4, pp. 463-488.
- TAVARES DA SILVA, Carlos; SOARES, Joaquina (1979). Cerâmica pré-romana de Mirobriga (Santiago do Cacém). *Setúbal Arqueológica*, 5, pp. 159-184.
- TEICHNER, Felix (2006). Romanisierung und keltische Resistenz? Die «kleinen» Städte im Nordwesten Hispaniens. In Elisabeth Walde; Barbara Kainrath (eds.) *Die Selbstdarstellung der römischen Gesellschaft in den Provinzen im Spiegel der Steindenkmäler. Akten des IX. Internationalen Kolloquiums über provinzialrömisches Kunstschaffen – Innsbruck 2005*. IKARUS 2. Innsbruck: Univ. Press, pp. 202-216.
- TEICHNER, Felix (2008). *Entre tierra y mar / Zwischen Land und Meer. Architektur und Wirtschaftsweise ländlicher Siedlungsplätze im Süden der römischen Provinz Lusitanien* (Portugal). Mérida: Museo Nacional de Arte Romano.
- TEICHNER, Felix (2018). *Mirobriga Celtica. Eine Stadt im fernen Westen des Imperium Romanum*. Marburger Kleine Schriften 62. Marburgo: Universidade de Marburgo.
- TEICHNER, Felix (2020). Las Termas públicas de Mirobriga y del Cerro da Vila – reflejos arquitectónicos de la evolución urbanística. In José Ma. Noguera; Virgina Garcia-Entero; Marta Paví Page (eds.) *Termas públicas de Hispania*. Spal Monografias Arqueología XXXIII. Sevilla: Editorial Universidad de Sevilla, pp. 825-838.
- TEICHNER, Felix (2021). Mirobriga (Santiago do Cacém, Alentejo, Portugal) como caso paradigmático das «pequenas cidades» da Hispania romana: algumas reflexões. (Mirobriga (Santiago do Cacém, Alentejo, Portugal) as a paradigmatic case of the «small cities» of roman Hispania: some reflections). *Anas*, 34, pp. 55-86 .

- TEICHNER, Felix; KOPF, Julia; OBERHOFER, Karl (2014). Mirobriga (Santiago do Cacém, Portugallo). Un'amministrazione debole ma una prevalente comunità locale - il modello lusitano della residenza privata. In *Actas XVIII Congreso International Arqueología Clásica. Mérida 13-17 Mayo 2013*. Merida: Museo Nacional de Arte Romano, pp. 1121-1124.
- TEICHNER, Felix; OBERHOFER, Karl (2014). Im Schatten der Provinzhauptstadt Colonia Emerita Augusta. Zum Stand der Forschungen in den Wohnquartieren von Mirobriga (Lusitanian). In *Akten des 14. Österreichischen Archäologentags an der Karl-Franzens-Universität Graz, 19.-21. April 2012*, Veröffentlichungen des Instituts für Archäologie der Karl-Franzens-Universität Graz. Wien: Phoibos Verlag, pp. 229-306.
- TEICHNER, Felix; WINKELMANN, Kai (2012). Städte am Westrand der römischen Welt. *Archäologie in Deutschland*, 1, pp. 56-59.
- WALLACE-HADRILL, Andrew (2010). *Rome's Cultural Revolution*. Cambridge: University Press.
- WITSCHHEL, Christian (2009). Hispania en el siglo III. In Javier Andreu Pintado; Javier Cabrero Piquero; Isabel Roda de Lanza (eds.) *Hispaniae: las provincias hispanas en el mundo romano*. Documenta 11. Tarragona: ICAC, pp. 473-503.
- ZACCARIA, Anna Paola (1983). La Casa degli affreschi a Luni: fasi edilizie per successione diacronica. *Quaderni del Centro di Studi Lunensi*, 8, pp. 3-38.

# UNA INSULA DE CARÁCTER ARTESANAL EN *CONTRIBUTA IULIA* (MEDINA DE LAS TORRES – BADAJOZ)

Recibido: 2 de Maio de 2017 / Aprobado: 20 de Outubro de 2018

## **Pedro Mateos Cruz**<sup>1</sup>

Instituto de Arqueología de Mérida (CSIC-Junta de Extremadura).

## **Antonio Pizzo**<sup>2</sup>

Instituto de Arqueología de Mérida (CSIC-Junta de Extremadura).

## **Macarena Bustamante-Álvarez**<sup>3</sup>

Universidad de Granada.

## **Pedro Delgado Molina**<sup>4</sup>

Arqueólogo.

## **Fernando Sánchez Hidalgo**<sup>5</sup>

Arqueólogo.

## **Resumen**

Se exponen en esta comunicación los resultados de las excavaciones arqueológicas desarrolladas en una manzana de la ciudad de *Contributa Iulia*, cercana a la puerta occidental de acceso, en la que se documentaron los restos de un complejo arquitectónico que poseía un carácter artesanal. La primera fase documentada se fecha en el s. I d. C. en la que se registra la construcción de una vivienda y un ámbito artesanal en el sector nororiental. Este conjunto fue renovado a lo largo del s. IV con la construcción de nuevos ámbitos artesanales en su interior. Su abandono se produjo a lo largo del s. V, momento en el que se realizó un enterramiento en su interior y la desestructuración de todo el complejo.

**Palabras-clave:** Conjunto arquitectónico; excavación arqueológica; edificio artesanal; diacronía.

## **Abstract**

This communication presents the results of the archaeological excavations carried out in a section of the city of *Contributa Iulia*, close to the western gate, where the remains of an architectural complex used for artisanal activities was documented. The first documented phase dates to the 1st century AD, with the construction of a dwelling and an area dedicated to crafts in the north-eastern sector. This complex was renovated during the 4th century with the construction of new craft areas inside. It was abandoned during the 5th century, when a burial site was built inside and the entire complex was dismantled.

**Keywords:** Architectural complex; archaeological excavation; artisanal building; diachrony

---

1 p.mateos@iam.csic.es

2 antonio.pizzo@eehar.csic.es

3 mbustamante@ugr.es

4 pedrodelgadamolina.pndm@gmail.com

5 fsanchez2006@hotmail.com

## 1. Introducción

El estudio de la *insula* de carácter artesanal situada en la zona suroeste de la ciudad de *Contributa Iulia Ugultunia*, próxima a una de las puertas de acceso al recinto urbano, forma parte de una serie de proyectos de investigación e intervención en el yacimiento que llevamos a cabo desde el año 2007 (Fig. 1). La mayoría de las actividades han sido publicadas sistemáticamente en los últimos años en diferentes foros de difusión científica y revistas especializadas<sup>6</sup>.

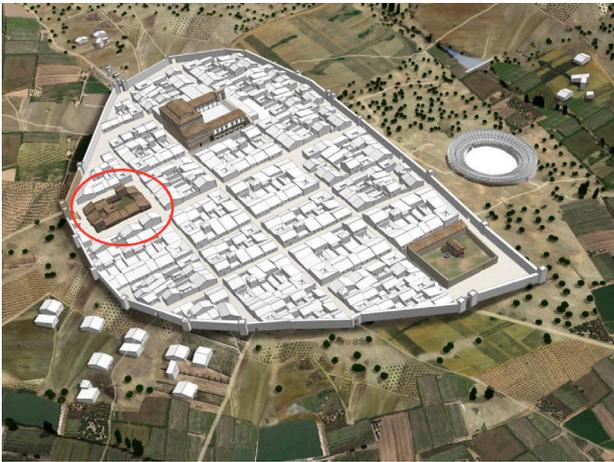


Fig. 1 - Planta reconstructiva del urbanismo de Contributa Iulia con indicación de la zona objeto de estudio.

El objetivo de este trabajo sobre el conjunto de carácter artesano citado, es presentar los resultados de las intervenciones arqueológicas efectuadas en distintas campañas en los años 2008-2009 y 2015-2016 que hayan afectado directamente a este espacio (Fig. 2). En la última intervención se ha llevado a cabo, además de su excavación, documentación y estudio, la consolidación de los restos arqueológicos documentados.

El complejo a analizar está formado por una manzana delimitada por tres calles actualmente documentadas y una situada al sur que,



Fig. 2 - Imagen aérea rectificada con indicación de la zona objeto de estudio.

hipotéticamente, debería enmarcar el espacio. Este edificio presenta un conjunto de estructuras que parecen funcionar de forma independiente y con una articulación diferente en función de cada periodo de uso.

## 2. Facies previas a la implantación romana

En el interior de la manzana en cuestión se han documentado varias fases de uso que indican una primera ocupación en la Edad del Bronce pleno avanzado por la presencia de una fosa de 1 metro de diámetro en la parte superior y 0,70 m de profundidad, colmatada de tierra con diversos fragmentos de vasijas a mano, que fechan su uso a partir del 1500 a.C. En este contexto destaca, además, la aparición de un cuenco de carena media, bruñido, semicompleto, así como un vaso con paredes muy rectas y mamelón (Fig. 3).

Sin embargo, no se han podido documentar estructuras relacionadas con este período de ocupación debido a la ausencia de una diacronía evidente en los materiales hallados en el yacimiento que sugiera una ocupación ininterrumpida y sistemática desde ese momento hasta época romana.

<sup>6</sup> A lo largo de estos años hemos venido desarrollando diversas publicaciones donde se daba cuenta de los resultados más interesantes de estos proyectos de investigación entre las que destacan Mateos-Pizzo-Delgado, 2009: 7-32; Mateos-Pizzo, 2013: 1425-1458; Mateos-Pizzo, 2014: 181-201; Mateos-Pizzo-Mayoral, 2014: 109-133; Mateos-Pizzo-Mayoral, 2015: 101-121; Pizzo-Mateos-Mayoral, 2016: 249-271 y Mateos-Pizzo, 2016: 99-114.



Fig. 3 - Materiales pertenecientes a la ocupación de la Edad del Bronce pleno.

Nos encontramos, por tanto, ante una ocupación muy antigua y puntual del espacio sin solución de continuidad con la construcción de la ciudad.

La subestructura protohistórica, respecto al conjunto edilicio, se sitúa dentro del sector noroccidental del mismo. Así, por debajo del nivel del suelo asociado a la fase romana más antigua documentada en dicho espacio, en su zona central, pudo advertirse una huella circular de entorno a 1 m de diámetro que colmataba un hoyo o fosa de planta circular de idéntico perímetro y unos 0,70-0,80 m de profundidad. Las secciones de dicho hoyo excavado en la roca ofrecen típicos perfiles irregulares en V muy abierta. A diferencia de otra subestructura contigua de morfología circular, adscrita a la fase altoimperial del yacimiento y vinculada a posibles actividades metalúrgicas, se puede fechar sin dudas a la prehistoria reciente,

en función sobre todo de los materiales arqueológicos contenidos en el estrato de relleno.

Entre los perfiles cerámicos reconocibles destaca, particularmente por su forma compuesta, excepcional acabado y cronología, un cuenco-cazuela carenado de perfil abierto, incompleto, aunque con buena parte de su superficie conservada. Se trata de un vaso de diámetro de entre 20-21 cm, y grosores de paredes entre 0,5-0,8 cm, elaborado a mano, con pasta oscura y desgrasantes finos y medios; cocido en una atmósfera irregular que proporciona a sus paredes tonos rojizo-castaños y negros; y un tratamiento superficial bruñido, que se ha conservado particularmente bien entre la carena y el labio, y que lo adorna con un característico brillo metálico. Cabe citar aquí, por su mayor proximidad, la similitud entre este ejemplar y los que definen la forma 3 de la tipología de la Edad del Bronce en la Cuenca Media del Guadiana, elaborada a partir de la secuencia estratigráfica obtenida en el poblado del Cerro del Castillo de Alange (Badajoz). Genéricamente, dicho perfil se caracteriza por un cuerpo inferior en forma de casquete esférico y otro superior, definido a partir de la línea de carena, en tronco de cono de aspecto cóncavo. Atendiendo a sus diversas variantes, el ejemplar de Medina de las Torres se aproxima en particular a la subdivisión 3.a.1, lisa, emparentada con los vasos carenados característicos del Bronce del Suroeste (Pavón Soldevila, 1994: 72; 1998: 39-40), cuyo origen se sitúa en el Bronce Antiguo y tiene una perduración a lo largo de toda la Plena Edad del Bronce.

### 3. Fase Romana I

La primera fase de ocupación romana de esta manzana (Fig. 4) resulta difícil de definir debido a las transformaciones sustanciales sufridas por los

espacios en las diferentes remodelaciones de época sucesiva que no permiten definir con claridad las intervenciones edilicias iniciales. El análisis de las técnicas constructivas, el tipo de materiales, sus dimensiones y los aparejos indican, en cambio, la pertenencia de los restos indicados en la planimetría a una primera etapa de planificación urbana de esta área de la ciudad.

Las estructuras situadas en el sector suroeste de la manzana conformarían parte de una vivienda definida por los restos de un pequeño peristilo central con distintas estancias situadas alrededor. Es posible que el acceso se localizara en la zona norte, donde algunos restos podrían interpretarse como la entrada y las dos fauces situadas a cada lado. Mientras, en el sector noreste, se aprecian los restos de una instalación artesanal que se encuentra separada de la vivienda por un muro de medianera. Puede apreciarse como todas las estancias están comunicadas entre si definiendo un recorrido lineal de los múltiples accesos exteriores en la fachada norte y oriental desde las vías (Fig. 5). Estaríamos ante una *domus* de peristilo, dotada de una planta de aproximadamente 440 m<sup>2</sup>, que ocuparía la mitad occidental de la *insula*.

Propio de este tipo de vivienda es la axialidad que se puede distinguir en la construcción de la casa, que sitúa al peristilo en el centro del edificio. Es difícil interpretar la funcionalidad de los espacios que la componen ya que se trata de contextos aun por excavar; aún así se puede apuntar los posibles usos de algunos de estos espacios. En el vértice noroccidental del edificio se documentan *tabernae* a las que se accedería desde el flanco norte. El peristilo central presenta posiblemente planta rectangular y unas dimensiones de 11,5 x 9 m. El pórtico que circunda el espacio central tiene un ancho de 1,7 m. y está delimitado por pequeñas columnas cerámicas. A su alrededor, en el lado este, se disponen tres estancias de planta cuadrada (3x3 m aprox.) que no se comunican entre sí, tal vez *cubicula*. En el flanco oeste del peristilo no se conoce la configuración de las estancias. En el extremo sur del eje que rige la construcción del edificio se emplazan dos estancias de similares dimensiones (8x6 m) y planta rectangular, susceptibles ambas de ser consideradas como el *triclinium* de la vivienda. Sin embargo, en una de ellas destaca la presencia de dos accesos que la ponen en relación con uno de los *cubicula* y con la unidad edilicia vecina, situada a oriente, abriendo



Fig. 4 - Planta reconstructiva del edificio con las distintas fases de ocupación.



Fig. 5 - Reconstrucción de la planta de la primera fase de uso del edificio.

nuevas interrogantes acerca de la organización de la vivienda y su relación con los espacios vecinos.

Debido al estado de conservación de esta primera fase de ocupación de la manzana es difícil comprender la distribución de los espacios originales relacionados con este peristilo y las estancias que funcionan con esta zona abierta. Al mismo tiempo, resulta imposible plantear una hipótesis acerca de la funcionalidad de las construcciones del primer momento de uso, sin poder definir si desde el inicio podrían pertenecer al complejo artesanal o se trataría, en cambio, de espacios utilizados simplemente como vivienda. Respecto a la cronología, no se poseen datos fehacientes en la actualidad para indicar una fecha concreta para estas estructuras. La cerámica hallada en los contextos constructivos de esta fase, aporta algunos datos indicativos que señalan su uso a finales del siglo I d.C., como algunos ejemplares en sigillata hispánica tritense de los tipos 4, (CONT/15/10611/54)15/17), (CONT/15/10611/62), una sección completa de una forma decorada hemisférica con decoración corrida de círculos concéntricos (CONT/15/10611/55) y un sello ATTPAT[.] del alfarero tritense *Attius Patternus* sobre una forma Hisp. 33 (CONT/15/10612/7) (Fig. 6).

#### 4. Fase Romana II

Debido al estado de conservación y a las transformaciones sufridas en esta *insula*, derivadas del uso continuado como espacio artesanal, existe un amplio margen de tiempo en el que no se conoce el funcionamiento real de los conjuntos. Este *lapis* dura hasta finales del siglo III y comienzo del IV, cuando se registra la última etapa de actividades de este tipo en la manzana objeto de estudio.

Esta segunda fase de ocupación resulta la mejor definida estructural y funcionalmente. Se evidencia por una serie de reformas practicadas en las

delimitaciones de los distintos sectores (Fig. 4). Es en esta fase cuando podemos constatar arqueológicamente que existe una coetaneidad de uso de todos los sectores de la *insula* que conformaría un complejo artesanal de cierta complejidad y entidad.

En el lado occidental se observa como los restos de la vivienda son amortizados y reutilizados para la realización de una nueva estructura cuya funcionalidad se nos escapa, a pesar de la existencia de abundantes cerámicas de almacenaje que incidiría en el stockaje de algún producto, hoy perdido. Existen algunas otras evidencias que parecen apoyar el carácter eminentemente artesanal y productivo del espacio occidental, como por ejemplo, la abundante acumulación de escorias en determinados puntos del edificio que apuntarían a labores de carácter metalúrgico. En el mismo contexto se localizan, además, algunos

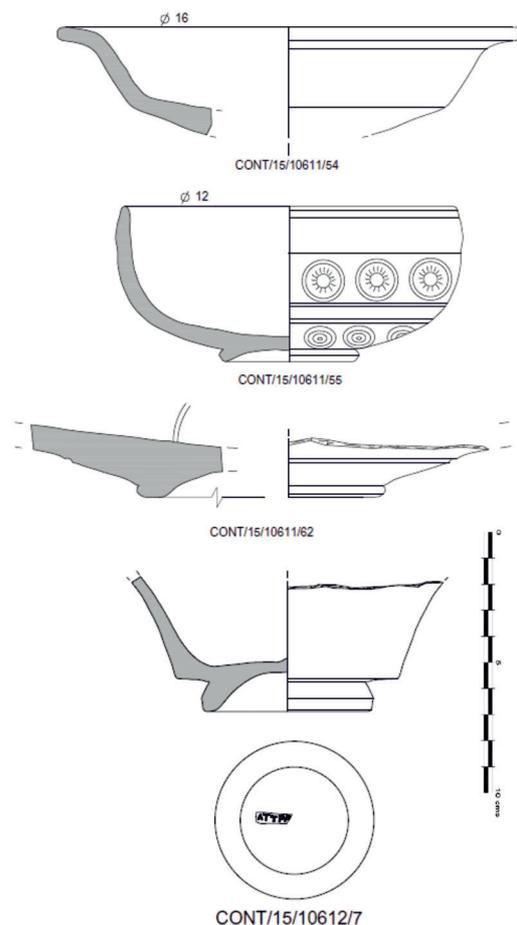


Fig. 6 - Lámina de materiales pertenecientes a la primera fase de uso del edificio.

fragmentos de molinos rotatorios dispersos por toda la zona y que, posiblemente, estarían en relación con las labores de molturación de un *pistrinum*.

La vajilla cerámica también aporta interesantes datos en lo referido a la entidad del complejo. Mayoritariamente, el servicio que aparece pertenece a la categoría común regional de almacenaje siendo elevado el número de *dolia* localizados. También son interesantes los ejemplos de *atramentaria* (tinteros), estiletes y rascadores de tablillas enceradas (Fig. 7). Debemos resaltar el reducido tamaño de los tinteros, que hablaría de labores administrativas de carácter puntual, posiblemente, asociadas al día a día de las *officinae*.

En el sector nororiental se define una configuración arquitectónica similar a la de la fase anterior. Se mantiene el uso de la mayor parte de los accesos exteriores desde las vías que enmarcan el edificio (Fig. 4). Es cierto que se produce una compartimentación en el antiguo pasillo norte-sur, que conectaba el *decumanus* con el patio interior del

complejo, para crear nuevos espacios, con acceso desde dicha calle o desde el patio interior en su caso. Es probable que una entrada principal al área se realizara desde un acceso situado en la parte central de la fachada este, que da al *kardo minor*.

En la parte noreste de la *insula* se han documentado varios de los accesos principales al complejo, que se localizan sistemáticamente por su fachada oriental, desde el *kardo* y no por su fachada septentrional. En este sentido, hay una primera entrada con un umbral preparado con piedras a modo de pequeño encachado y escalón descendente. Además, tiene una especie de resguardo, por medio de varias lanchas hincadas, para evitar la entrada del agua desde la calle; y también se añade -en esta fase- en la esquina NE del edificio, una especie de machón o contrafuerte que podría servir para soportar algún porticado a lo largo de su fachada, de norte a sur. Existe una segunda entrada por la misma fachada, que da acceso al denominado pasillo. Tras la finalización de la excavación se ha documentado el uso de dicho acceso desde la fase altoimperial, cegándose en época tardoantigua, con las necesidades de la nueva edificación. Avanzando hacia el sur, se encuentra otra entrada, de características muy similares a la primera descrita. Existe un ancho vano de 1,75 m, con encachado en el umbral y a partir de su jamba sur sobresale en la fachada otro machón o contrafuerte de grandes dimensiones. Al sur del acceso anterior, se encuentra una de las entradas principales al complejo, que da acceso al patio central descubierto.

En cuanto a la funcionalidad de este sector (Fig. 8), creemos que se puede plantear la hipótesis de que se trate de un *textrinum*, un espacio destinado a la preparación del hilo, la hilatura y, en general, a la acción de tejer propiamente dicha. Existe mucha literatura sobre esta actividad, ya que lleva consigo



Fig. 7 - Fondo de *atramentum* en cerámica y dos estiletes en hierro.

un alto componente simbólico al estar reservado a la mujer como encargada de mantener y transmitir la pureza del hogar (Dixon, 2000-01 o 2001: 117 ss. y Cottica, 2007: 220). Es muy difícil discernir si estamos ante un telar doméstico, destinado al autoconsumo de la unidad familiar o si, por el contrario, nos encontramos con un lugar para la venta al exterior. El hecho de que no se le asocie a este espacio ninguna *taberna* con acceso al exterior, podría plantear que se trata de un sitio eminentemente doméstico. De hecho, en la actualidad, son pocos los talleres destinados a estos menesteres que se conocen ya que, según muchos autores, estas labores iniciales dentro del proceso textil se darían en el seno de la familia y, únicamente, ante necesidades de transformación más complejas -como el teñido o el blanqueamiento- forzaría su trabajo en instalaciones más técnicas -*fullonicae, infectoriae, offectoriae...*-. Uno de los ejemplos más claros en suelo peninsular corresponde a una taberna que se encuentra flanqueando las fauces de la casa de los Plintos de Uxama donde, de nuevo la abundancia de *pondera* es definitoria para la atribución de esta función (García Merino, 1991: 241).

La hipótesis de trabajo de identificarla como un *textrinum* surge de la acumulación de *pondera* en una misma estancia, a lo que se le debe sumar



Fig. 8 - Detalle de las estructuras identificadas como *textrinum*.

abundantes agujas en hueso (Fig. 9). También en otros puntos del edificio aparecen algunos lebrillos, tinajas o jarras que podrían estar en relación con el continuo remojo de los vellones durante su laboreo potenciando su maleabilidad.

En cuanto a la cronología de este momento de uso del complejo artesanal, en función de los materiales aparecidos es posible indicar una fecha a lo largo del s. IV. Entre los elementos de datación, destacar un plato en ARSW-C del tipo Hayes 50 (350-400 d.C.), una Hayes 61a (325-400 d.C.) así como una moneda del emperador Constante (348-351 d.C.) y una pátera del tipo Hayes 60 en ARSW-D (330-440 d.C.) con cuadrado enjorado impreso (Fig. 10).

Existe, además, una serie de piezas arqueológicas localizadas igualmente en la intervención, que, sin embargo, no precisan de un contexto evidente en asociación con espacios puntuales. Entre los materiales se documenta instrumental destinado



Fig. 9 - Distintos tipos de *pondera* asociados a un posible *textrinum*

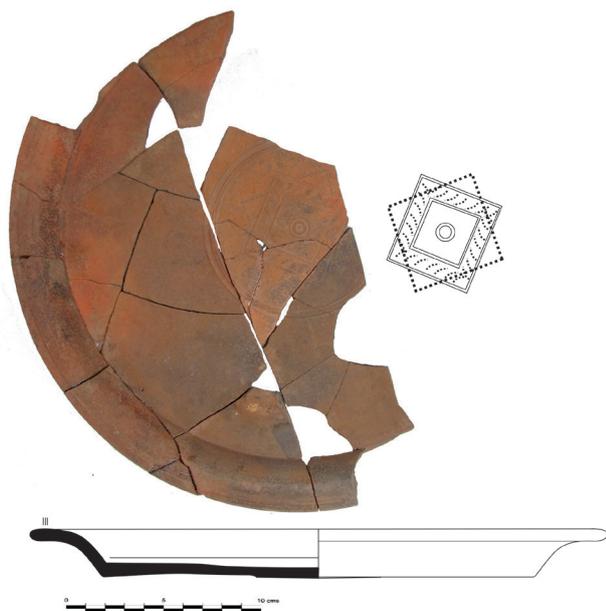


Fig. 10 - Representación gráfica de una fuente del tipo Hayes 60 en ARSW-D.

a labores agrícolas (azadas, hoces) y herramientas vinculadas a trabajos agropecuarios (algunos cuchillos que se pueden asociar con actividades de despiece animal) (Fig. 11). Resulta interesante la aparición de una bomba serrada, boca de caña o palmatoria asociada a una oficina de vidrio de época tardía, que vendría a completar una larga tradición “vidriera” que, como ya hemos visto en trabajos anteriores, remonta a fines del I d.C. (Bustamante *et al.*, 2016: 259-261). También se ha hallado instrumental quirúrgico, concretamente una *vulsella* con punta doblada y roma, destinada al tratamiento de heridas y vendajes, que se puede poner en relación a un posible *medicatrinum* en la zona (Fig. 12).

### 5. Fase Romana III



Fig. 11 - Aperos asociados a labores agropecuarias en hierro (cuchillo, hoz y cencerro).

Fig. 12 - Instrumental quirúrgico bronceo (*vulsella*).



En la misma *insula*, hemos identificado aún una tercera fase que se ha documentado en el sector suroriental (Fig. 4). En este momento se construye un horno de combustión directa sin *praefurnium*, enmarcado en una estancia cuadrangular. El diámetro de su laboratorio, aunque es muy amplio si se compara con los hornos de carácter doméstico, sigue la tónica habitual de los *pistrina* de venta al público, localizados en Pompeya, Itálica o la propia Mérida (Bustamante *et al.*, 2014: 348-350). En la parte central del edificio se articula un espacio diáfano, con evidencias de un *podium* hecho con material latericio en un lugar muy próximo al horno. La existencia de patios interiores es también común en estos ambientes, fundamentalmente para facilitar la molturación del grano, bien por medios manuales o bien por tracción animal. Las estancias que dan directamente a la calle podrían haber actuado como despacho de ventas propiamente dicho.

El horno presenta planta tendente al círculo, con un diámetro de 2,5-3 m. Se realizó en mampostería de formato medio y un trabajo irregular, de naturaleza caliza. Durante la excavación de su interior

se pudieron recuperar grandes fragmentos de adobe que parecen indicar la presencia de un forro interno de ese material. La excavación sirvió también para confirmar que el horno se emplazaba sobre los derrumbes de las fases precedentes.

Desafortunadamente, no encontramos materiales arqueológicos vinculados con este momento de ocupación, por lo que tan solo se puede señalar que se trata de una fase posterior a la fechada a lo largo del s. IV, a partir de sus relaciones físicas con el resto de estructuras (Fig. 4).

La última fase de ocupación del complejo se caracteriza por el aumento en el nivel de uso de las estructuras que forman el complejo, de manera que los muros documentados se encuentran todos por debajo del nivel de pavimentación, hecho que no permite definir sus características de ocupación. En el mismo momento se construyen una serie de muros que definen una transformación arquitectónica del complejo, con la ocupación de la propia vía, como sucede en el cardo oriental (Fig. 13). Los



Fig. 13 - Detalle de estructuras pertenecientes a la fase de ocupación fechada entre los ss. VI y VII.

materiales que fechan este momento de ocupación son mínimos y se sitúan entre los ss. V y VI.

Debemos reiterar que respecto a las modificaciones durante esta fase tardoantigua, en algunas zonas del edificio se ejecutan remodelaciones completas, mientras que otras sufren tan solo alguna recompartimentación respecto a la planta de la fase anterior; de hecho, la apariencia de la estratigrafía en relación con los niveles anteriores es la de habitaciones estancas, ya que se cimienta sobre paramentos anteriores y el interior de las edificaciones se ha colmatado de tierra y escombros hasta cierto nivel. Para esta etapa, es difícil atribuir las zonas de paso y vanos en general, ya que se han perdido los niveles de suelo por procesos postdeposicionales. Una de las zonas más significativas para ilustrar esta fase de reformas es el sector nororiental de la *insula*. Allí se “ciegan” o rellenan vanos de la fase anterior, como medida de seguridad para asentar los nuevos muros de carga.

En este momento de desestructuración del complejo es posible que algunos de los sectores estuvieran ya en desuso, como lo prueba la construcción, en este mismo período, de un enterramiento de inhumación con cubierta de *tegulae* en el lado noroccidental (Fig. 14).



Fig. 14 - Vista de detalle de la sepultura documentada en la zona septentrional del edificio.

La sepultura se localizó en el sector noroccidental de la *insula*. Inicialmente, se definió como una fosa alargada, orientada E-O, de tendencia rectangular, que seccionaba parcialmente una fosa con abundantes escorias de cronología altoimperial. En el interior de la fosa se documentó un estrato de tierra y cascajo del mismo material geológico, lo cual le confería una gran compacidad. A una profundidad de unos 20-25 cm, se localizaron restos óseos mezclados con varios fragmentos de *tegulae* (de la cubierta). Se trataba de los huesos –sin conexión anatómica– de una inhumación adulta, como dos fémures, un cúbito y un radio, costillas, una clavícula y diversas falanges principalmente. Este material revuelto, junto con la presencia de diversos elementos muebles muy fragmentarios (cerámicas, metales, fauna) nos indica que la tumba ha sido expoliada de antiguo, concretamente entre época tardoantigua e islámica.

Tipológicamente, la sepultura consiste en una fosa orientada oeste – este, de 2,60 m de largo x 0,65 m de ancho y 0,85 m de profundidad. La base está fabricada con tres *tegulae* colocadas planas, con las pestañas hacia arriba; dos de ellas están completas y una recortada (la más occidental). Al hallazgo de los huesos en el estrato de amortización hay que añadirle –entre otros– el de un fragmento de lucerna de disco (Dressel 30B con perlas en el margo), un fragmento de copa de Terra Sigillata Africana D (tipo 121 Caldera, 91A de Hayes) y un vaso en cerámica de pasta reductora, a torno lento. Estos elementos, junto con el tipo de tumba, su orientación y el estudio de la estratigrafía circundante, nos permiten asignar una cronología *post-quem* al siglo V para este enterramiento. La tumba se sitúa coincidiendo con la etapa de amortización de las estructuras documentadas en la fase de los siglos III al IV; asimismo se encuentra por debajo de las reformas

datadas entorno al siglo VI, que se efectúan en las edificaciones del complejo.

Los materiales asociados a esta tumba son un anillo con chatón rectangular, una lucerna del tipo Dr. 30 –un tipo con una fuerte perduración temporal– (Fig. CONT/15/10214/8) y un borde de cuenco Hayes 91b en ARSW-D (Fig. CONT/15/10214/7), datado entre el 450-530 d.C. y cerámicas comunes regionales de distinta tipología (Fig. CONT/15/10214/1, 3 y 4-5) (Fig. 15).

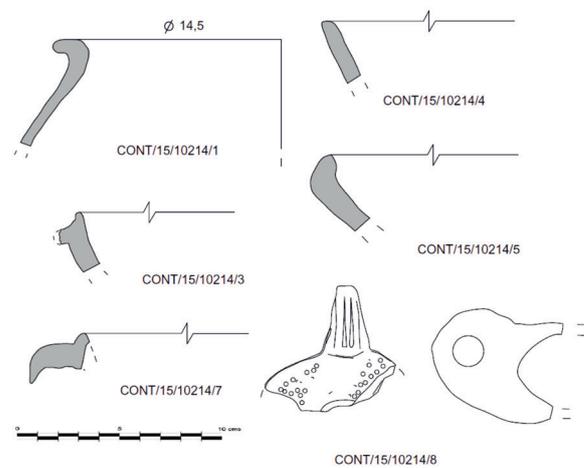


Fig. 15 - Lámina de materiales documentados en el interior de la sepultura.

El enterramiento hallado en el interior de las edificaciones permite atestiguar un proceso, por lo demás, similar al de otras ciudades hispanas donde ya desde la quinta centuria se está enterrando a individuos *intrapomerium*. En nuestro caso, es además significativo, ya que la sepultura concuerda con el momento de potente transformación que se documenta en la *insula*. Es decir, que previamente a la edificación de nuevas construcciones sobre las ya existentes, en torno al siglo V, se decide enterrar a una persona en el solar que antes ocupaban edificaciones de un complejo artesanal. Se desconoce en qué estado se encontrarían estas

antiguas instalaciones, si se trataba de ruinas o si aún se encontraban en funcionamiento.

## 6. Conclusiones

El complejo artesanal localizado permite plantear una primera visión sobre la organización económica de la ciudad, no sólo abocada al consumo de los productos aportados por el sector agropecuario, sino probablemente, con una producción –al menos puntual- de vidrio, cerámica o productos metalúrgicos. La presencia de este sector artesanal vinculado con uno de los accesos de la ciudad indica la existencia de actividades económicas de diferente tipo que se dilatan en el tiempo, en el mismo lugar, desde la fundación de *Contributa* hasta su abandono. La zona se caracteriza por una intensa actividad edilicia que, por su carácter privado y comercial está sujeta a continuas transformaciones, cambios de uso, propiedad y reformas. Esta dinámica se documenta en las diversas fases de uso registradas durante las excavaciones arqueológicas que indican una amplia serie de cambios en la configuración espacial de la totalidad de la manzana. El área en cuestión estuvo ocupada en todas las épocas con la presencia de espacios abiertos alrededor de los cuales se organizaban las actividades artesanales o comerciales, con accesos desde las calles que rodeaban el complejo arquitectónico. Los accesos, al igual que las estructuras del conjunto, sufrieron varias modificaciones, en relación con la evolución espacial interna y los cambios en las tareas desarrolladas.

El complejo examinado presenta interesantes elementos de reflexión de carácter urbano, encontrándose en una posición estratégica en la topografía de la ciudad, en relación con uno de los accesos principales y, sin embargo, apartado e independiente respecto a la gestión y al control de la puerta y, sobre todo, respecto a las áreas públicas.

La concentración de diferentes tareas productivas y actividades de utilidad pública constituyen un testigo evidente de la sectorialización urbana en *Contributa Iulia*, centro en el que parecen diferenciarse claramente las áreas destinadas a las gestiones administrativas y públicas, las religiosas, las áreas para los espectáculos y, con este hallazgo, un área compleja de tipo industrial y comercial.

## Bibliografía

- BUSTAMANTE, Macarena; SALIDO, Javier; GIJON, Eulalia (2014). La panificación en la Hispania romana. En Bustamante, M. y Bernal, D. (eds.), *Artífices idóneos: artesanos, talleres y manufacturas en Hispania*. Anejos Archivo Español de Arqueología, 71. Madrid: CSIC, pp. 333-368.
- BUSTAMANTE, Macarena; MATEOS, Pedro; PIZZO, Antonio; GARCÍA, Mirian (2016). El comercio de terra sigillata en *Contributa Iulia Ugultunia*. En VV. AA. *International Congress Terra Sigillata Hispánica. 50 años de investigación*. Granada, pp. 259-268.
- COTTICA, Daniela (2007). Spinning in the Roman world: from everyday craft to metaphor of destiny. En C. Gillis y M. L. Nosch (eds.), *Ancient Textiles: Production, craft and society*. Oxford: Oxbow Books, pp. 220-228.
- DIXON, Suzanne (2000-2001). How do you count them if they're not there? New perspectives on Roman cloth production. *Opuscula Romana*, 25/26, pp. 7-17.
- DIXON, Suzanne (2001). *Reading Roman Women. Sources, genres and real life*. London: Duckworth.
- GARCÍA MERINO, Carmen (1991). La casa de Uxama Argaela. VV.AA. *La casa urbana hispanorromana*. Zaragoza: Institución Fernando el Católico, pp. 233-260.
- MATEOS, Pedro; PIZZO, Antonio; DELGADO, Pedro (2009). ¿Contributa Iulia Ugultunia? Intervenciones arqueológicas en el yacimiento arqueológico de “Los Cercos”, en Medina de las Torres (Badajoz). *Romula*, 8, pp.7-32.
- MATEOS, Pedro; PIZZO, Antonio (2013). Primeros datos acerca de la topografía y el urbanismo de *Contributa Iulia* (Medina de las Torres, Badajoz).

- Actas del VI Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular*. Villafranca de los Barros, pp. 1425-1458.
- MATEOS, Pedro; PIZZO, Antonio (2014). La basílica de *Contributa Iulia* (Medina de las Torres, Badajoz). *Zephrus*, LXXIV, pp. 181-201.
- MATEOS, Pedro; PIZZO, Antonio; MAYORAL, Victorino (2014). Integrating survey data for the study of the roman townscape of *Contributa Iulia Ugultunia* (Medina de las Torres, Badajoz). *Journal of Roman Archeology*, pp. 109-133.
- MATEOS, Pedro; PIZZO, Antonio; MAYORAL, Victorino (2015). El paisaje urbano de *Contributa Iulia Ugultunia*. *Ciudades Romanas de Extremadura*. *Studia Lusitania* 8, Mérida, pp. 101-121.
- MATEOS, Pedro; PIZZO, Antonio (2016). La difusión social en *Contributa Iulia*: Proyecto de adecuación del yacimiento y Centro de Interpretación. *La revalorización de zonas arqueológicas mediante el empleo de técnicas no destructivas*. Anejos de Archivo Español de Arqueología. Madrid: CSIC, pp. 99-114.
- PAVÓN SOLDEVILA, Ignacio (1994). *Aproximación al estudio de la Edad del Bronce en la Cuenca Media del Guadiana: la Solana del Castillo de Alange (1987)*. Cáceres: Institución Cultural El Brocense.
- PAVÓN SOLDEVILA, Ignacio (1998). El Cerro del Castillo de Alange (Badajoz). *Intervenciones arqueológicas (1993)*. *Memorias de Arqueología Extremeña*, 1, pp. 39-40.
- PIZZO, Antonio; MATEOS, Pedro; MAYORAL, Victorino (2016). El anfiteatro de *Contributa Iulia Ugultunia*. Identificación y primer análisis arqueológico. *Archivo Español de Arqueología*, 89, pp. 249-271.

# INSCRIPCIONES FUNERARIAS DE AUGUSTA EMERITA SOMETIDAS AL M.R.M.: PRIMEROS RESULTADOS

Recibido: 16 de Maio de 2017 / Aprobado: 10 de Janeiro de 2019

## Luis Ángel Hidalgo Martín<sup>1</sup>

Consortio Ciudad Monumental Histórico-Artística y Arqueológica de Mérida; CUPARQ (Grupo de investigación HUMo24 de la Junta de Extremadura) y Grupo de Investigación CIL II-Mérida.

## Hugo Pires<sup>2</sup>

CEAU – Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto; Grupo de Investigación CIL II-Mérida.

### Resumen

En el marco del proyecto de investigación “Nueva Edición del CIL II: Conventus Emeritensis. 1.- Augusta Emerita. Tituli sepulcrales urbanos”<sup>3</sup> venimos utilizando una nueva herramienta tecnológica con el fin de mejorar la visualización de textos epigráficos antiguos muy erosionados o dañados: el denominado “Modelo Residual Morfológico” (M.R.M.). Tal como se verá en varios ejemplares emeritenses (estelas y cupas graníticas, así como placas marmóreas) los resultados de este nuevo método suponen un considerable avance para acercarnos al estado original de las inscripciones, con el consiguiente aprovechamiento en los campos de la investigación y la difusión histórica.

**Palabras-clave:** epigrafía funeraria; Mérida; Modelo Residual Morfológico; fotogrametría; 3D.

### Abstract

In the framework of the research project “Nueva Edición del CIL II: Conventus Emeritensis. 1.- Augusta Emerita. Tituli sepulcrales urbanos”, a new technological tool that enhances the visualization of damaged epigraphic texts has been applied: the so-called “Morphological Residual Model” (M.R.M.). Several examples from Augusta Emerita are presented (granite *stelae* and *cupae*, as well as marble plaques) showing the results of this new method that represents a considerable advance in order to access to the original state of the inscriptions, with obvious application in the fields of research and historical diffusion.

**Keywords:** funerary epigraphy; Mérida; Morphological Residual Model; photogrammetry; 3D.

---

<sup>1</sup> lhidalgo@consorciomerida.org

<sup>2</sup> hpires@arq.up.pt

<sup>3</sup> Este trabajo (redactado en abril de 2017) se ha desarrollado dentro del Proyecto de Investigación concedido por el Ministerio de Economía y Competitividad del Gobierno de España (Programa estatal de Fomento de la Investigación Científica y Técnica de Excelencia) FFI2014-59393-P: Nueva Edición del CIL II: Conventus Emeritensis. 1.- Augusta Emerita. Tituli sepulcrales urbanos. Agradecemos al Prof. Dr. Antonio Alvar Ezquerro, IP del Proyecto, y a la Dra. Helena Gimeno Pascual, codirectora del Centro CIL II-UAH, su ayuda para la redacción de la primera parte de este artículo. Por supuesto, los errores o inexactitudes que se pudieran haber cometido son total responsabilidad nuestra

## El proyecto C.I.L. y la epigrafía funeraria emeritense

Desde que Theodor Mommsen, en 1847, presentó a la Academia de Ciencias de Prusia un método para editar el “Corpus de las Inscripciones Latinas” y hasta la actualidad, el proyecto de edición de las inscripciones latinas antiguas, el *Corpus Inscriptionum Latinarum*, ha seguido vigente, muy a pesar de las fluctuaciones que su estabilidad ha sufrido a causa de graves acontecimientos históricos como las dos Guerras Mundiales (1914-1918; 1939-1945), la Guerra Civil Española (1936-1939), la división y posterior reunificación de Alemania (1945-1990) o la Guerra Fría (1947-1991).

Fue la conciencia sobre la importancia y la envergadura del Proyecto la que, durante la época de la Guerra Fría, animó a científicos e instituciones de una y otra parte del Telón de Acero a continuarla. La Academia cayó en la zona oriental de Berlín, en la antigua Alemania del Este, pero los responsables del Proyecto procuraron, a pesar de todas las dificultades, continuar los trabajos y mantener los contactos con algunos de sus colegas internacionales.

En 1994 bajo el patrocinio de la Berlin-Brandenburgischen Akademie der Wissenschaften (BBAW), se reanudaron los trabajos editoriales del *CIL*, sobre todo gracias a los esfuerzos y tenacidad de Géza Alföldy, que reorganizó todo el Proyecto (fue su director de 1995 hasta 2007), creando una red internacional alrededor del *CIL* en conexión con otros centros de investigación dedicados al estudio de la epigrafía, y convirtiendo de nuevo al *CIL* en un poderoso instrumento de investigación científica fundamental.

El plan metodológico del *CIL* se fundamenta en la recogida de las inscripciones latinas de toda el área del Imperio Romano, estructurándose su

organización en función de la administración romana, lo cual se traduce en 13 volúmenes geográficos (por ejemplo, el volumen II corresponde a toda la Península Ibérica), y dentro de cada uno de estos volúmenes ordenando los epígrafes siguiendo un criterio tipológico (votivos, imperiales, senatoriales, ecuestres, militares, funerarios, etc.).

Este ingente proyecto se complementa con un volumen cronológico, el que contiene las inscripciones anteriores a la muerte de César (*CIL I*<sup>2</sup>), y con cuatro volúmenes más de carácter temático: inscripciones sobre *Instrumenta* (*CIL XV*), *Diplomata militaria* (*CIL XVI*), *Miliaria* (*CIL XVII*) y *Carmina* o epigrafía en verso (*CIL XVIII*).

En lo que concierne a la Península Ibérica, en el año 1975 el Deutsches Archäologisches Institut (DAI) proyectó la reedición del *CIL II*, al comprobar que el número de inscripciones conocidas triplicaba el número editado por Hübner en el tradicional volumen de 1869 y su *Supplementum* de 1892.

Se han publicado ya varios fascículos de la nueva edición revisada y ampliada del *CIL II*, seis volúmenes hasta hoy:

- en 1995 uno correspondiente al *conventus Cordubensis* (*CIL II*<sup>2</sup>/7) y otro a la *pars meridionalis* del *Tarraconensis* (*CIL II*<sup>2</sup>/14, 1);
- en 1998 el del *conventus Astigitanus* (*CIL II*<sup>2</sup>/5);
- y más recientemente, otros dos volúmenes con las inscripciones de la capital *Tarraco*, exceptuando las cristianas (*CIL II*<sup>2</sup>/14, 2 [2011] y 3 [2013]).

A esto hay que sumar los miliarios de la *Citerior* (*CIL XVII*/1), que han sido publicados en 2015 por M. Schmidt y C. Campedelli. En preparación están el resto de miliarios de la Península.

Además, el Centro CIL II ha entregado ya para su edición el fascículo correspondiente a la *pars septentrionalis* del *conventus Hispalensis* (CIL II<sup>2</sup>/4, 1) y *septentrionalis* también del *Carthaginiensis* (CIL II<sup>2</sup>/13, 1). Asimismo, está próximo a publicarse el volumen temático de los *Carmina Latina Epigraphica* de Hispania (CIL XVIII, 2).

Pero la actividad sigue... y actualmente se está trabajando en la redacción de las *partes meridionales* de los *conventus Hispalensis* (incluida la zona portuguesa) y *Carthaginiensis*, así como en los *conventus Lucensis, Asturum, Caesaraugustanus, Scallabitanus* y en el extremo occidental del *Gaditanus* (Fig. 1).

Se puede decir que el CIL es el único proyecto editorial que, desde sus inicios y de forma sistemática, ha tenido como objetivo el vaciado de toda la documentación epigráfica posterior para las noticias relativas al hallazgo de las piezas y para la edición, mediante los criterios de la crítica textual, de las inscripciones perdidas o parcialmente conservadas.

Los nuevos editores han tenido que hacer frente igualmente a las necesidades planteadas por los estudios epigráficos y de la Antigüedad más modernos, por lo que en los últimos volúmenes se procede de manera detallada y metódica a la descripción de la paleografía, del epígrafe y del monumento, así como de sus medidas, de cualquier uso posterior al que haya estado sujeto, etc., proporcionando una bibliografía de todos los aspectos de la inscripción.

Así pues, el Centro CIL II-UAH es hoy la sede central de coordinación de toda la documentación epigráfica de la nueva edición del volumen II (*Inscriptiones Hispaniae Latinae*), con unas 24.000 inscripciones, y que dará como resultado la publicación de los fascículos correspondientes.



Fig. 1 - Mapa del estado de los trabajos de la nueva edición del CIL II (a. 2016). Coloreado de rosa las áreas geográficas cuyas inscripciones ya han sido publicadas, de amarillo las que están en preparación y de rojo las aún pendientes.

En este contexto, coordina el trabajo para una próxima edición del *Conventus Emeritensis*, cuyos materiales son de los más voluminosos y ricos de Hispania. Dentro de este Proyecto General de todo el *conventus* se ha convenido comenzar por su capital y más concretamente por sus *tituli sepulcrales*, los más numerosos de todos (alrededor de 1200).

En la actualidad el conjunto total de las inscripciones conocidas de la antigua *Augusta Emerita* supera el número de 1500, que se desglosan así: unas 100 imperiales, votivas unas 50, más de 1000 entre honoríficas y funerarias, 200 cristianas, 150 (aproximadamente) del *territorium* y 47 falsas. De muchas de ellas hay ya ediciones científicas en forma de *corpora*: las imperiales (Ramírez Sádaba, 2003), las cristianas (Ramírez Sádaba y Mateos Cruz, 2000), parte del *territorium* (Ramírez Sádaba, 2013) y parte también de funerarias (García Iglesias, 1973; Edmondson, Nogales Basarrate y Trillmich, 2001; Edmondson, 2006; Murciano Calles 2016; etc), pero es necesaria una edición completa, siguiendo los criterios del CIL, que actualice las ediciones anteriores y que facilite la consulta a la comunidad científica.

## Aplicación del método M.R.M.: avance de resultados

Dentro del Proyecto “*Tituli Sepulcrales de Augusta Emerita* para la segunda edición del *CIL II*” se planteó la necesidad de poner en práctica una novedad tecnológica, consistente en recuperar textos epigráficos casi perdidos o de difícil lectura mediante la aplicación a las superficies dañadas del llamado “Modelo Residual Morfológico” (M.R.M.) desarrollado por uno de nosotros (Pires *et al.*, 2014). Este método tiene por objeto mejorar la lectura de formas -no solo de letras- erosionadas o muy sutiles en cualquier tipo de soporte. Permite contrastar la morfología residual distinguiéndola de la morfología predominante y en conjunto facilitar el descubrimiento de características imperceptibles a los sentidos humanos. En sentido práctico, crea imágenes de síntesis donde las huellas de las formas originales son contrastadas frente a las demás irregularidades de la superficie, a través de intuitivos códigos de color, proporcionando a los investigadores una representación mejorada y más próxima a su aspecto original. Por lo que respecta a las superficies inscritas, esta técnica resulta especialmente útil para las piedras duras y con múltiples escalas de relieve como el granito, donde permite diferenciar distintivamente entre rasponazos más recientes y los niveles de grabación del texto

de época romana. Y aunque no se recupere siempre la totalidad del texto perdido, sí permite trabajar con mucha más seguridad y rapidez, de modo que la aproximación al texto original es más completa y, con frecuencia, definitiva.

El análisis morfológico conducente al M.R.M. utiliza modelos tridimensionales obtenidos por tecnologías de escaneo de nubes de puntos que permiten la creación de réplicas digitales con suficiente resolución para registrar el micro-relieve de los soportes. En el presente proyecto se han utilizado técnicas fotogramétricas para producir modelos 3D de resolución sub-milimétrica (Fig. 2). Los resultados de la aplicación del algoritmo permiten contrastar el micro-relieve de cada soporte en códigos de color evidenciando así las huellas que restan de los antiguos textos en los soportes dañados.

Una primera muestra de la potencialidad de este recurso aplicado a epígrafes funerarios emeritenses, en concreto a dos *cupae* graníticas expuestas en el Museo Nacional de Arte Romano, fue publicada recientemente (Edmondson, Campo Lastra y Gago Saldaña, 2014).

Entre las piezas más susceptibles de recibir la aplicación del M.R.M. dentro de nuestro proyecto, se encuentran las *cupae* y estelas graníticas depositadas mayoritariamente en los recintos de la Alcazaba



Fig. 2 - Captura de datos fotogramétricos de una de los epígrafes estudiados (izq.) y colección de fotogramas resultantes de este proceso (der.).



Fig. 3 - Depósitos de piezas arqueológicas en la Alcazaba (izq.) y en el recinto de “Los Columbarios” (der.) de Mérida.

y de los Columbarios, tutelados por el Consorcio de la Ciudad Monumental de Mérida (Fig. 3).

A continuación, ilustramos con algunos ejemplos los resultados del M.R.M. sobre soporte granítico (Figs. 4, 5 y 6).



Fig. 4 - Resultado de la aplicación del M.R.M., clasificado según escala de grises, sobre la *cupa* de granito nº inv. 700-131 (Consorcio Ciudad Monumental de Mérida, Columbarios) = NEFAE 164.



Fig. 5 - Resultado de la aplicación del M.R.M., clasificado según escala de grises, sobre la *cupa* de granito nº inv. 8220-366 (Consorcio Ciudad Monumental de Mérida, Alcazaba) = NEFAE 166.



Fig. 6 - Resultado de la aplicación del modelo 3D (centro) y del M.R.M., clasificado según una escala de color rojo-azul (der.), sobre la estela de granito nº inv. 700-55 (Consortio Ciudad Monumental de Mérida, Columbarios) = Edmondson, 2006, 159-160, nº 24.

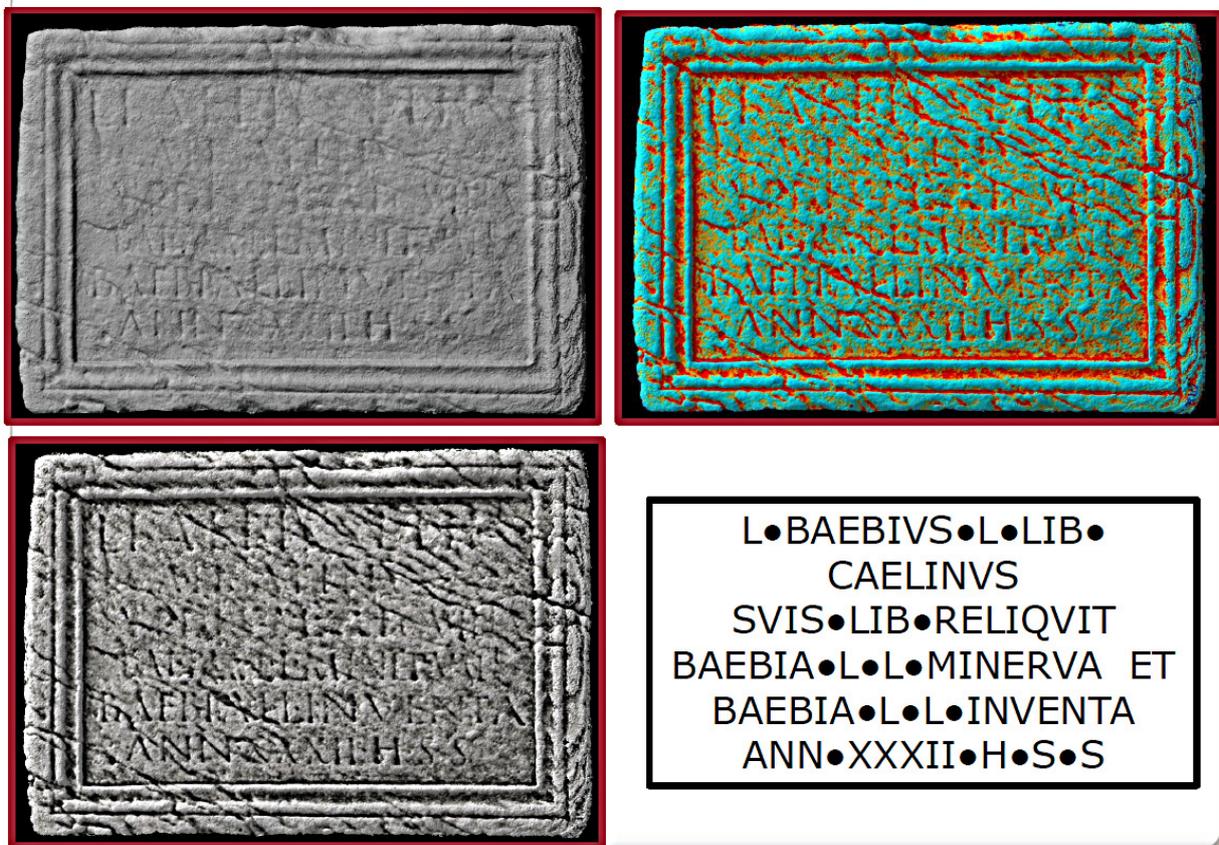


Fig. 7 - Aplicación del M.R.M. sobre la placa de mármol nº inv. 2179-00-4 (Consortio Ciudad Monumental de Mérida) = NEFAE 123.



Fig. 8 - Aplicación del M.R.M. sobre la placa de mármol nº inv. 158-00-3 (Consortio Ciudad Monumental de Mérida) = NEFAE 63.

Otro soporte donde se ha experimentado el M.R.M. con óptimos resultados es el marmóreo. Seleccionamos aquí dos ejemplares ilustrativos: una placa moldurada cuyo epígrafe ha sufrido un desgaste superficial muy considerable que dificulta la lectura de la inscripción (Fig. 7) y, a continuación, otra gran placa a la que se le ha practicado un fuerte y concienzudo repicado sobre las tres líneas de texto (Fig. 8).

## Conclusiones

Como ha quedado patente en esta contribución, la nueva tecnología del M.R.M. se está convirtiendo en una herramienta de trabajo utilísima en los estudios epigráficos en general y en los relacionados

con la epigrafía emeritense en particular, como es el caso que nos ocupa. Gracias a las imágenes generadas por esta aplicación de aquellas inscripciones dañadas sobre granito, mármol o cualquier otro soporte pétreo, resulta más fácil para el investigador lograr una legibilidad más fiable de estos textos antiguos. Allana incluso el camino a la hora de abordar nuevas revisiones de aquellos epígrafes leídos, muchos con dudosa fortuna, en el pasado mediante los métodos tradicionales.

Respecto a otras técnicas similares muy extendidas hoy en los campos de la investigación y difusión arqueológicas, como la “Transformación de Imagen por Reflectancia” (“Reflectance Transformation Imaging”) – R.T.I. – que implica el uso del algoritmo “Mapeado de Textura

Polinómica” – “Polynomial Texture Mapping” – (Malzbender, Gelb y Wolters, 2001; Bevan, Lehoux y Talbert, 2013) y que permite observar, pero no clasificar, detalladamente el micro-relieve en un sencillo interfaz bidimensional, el “Modelo Residual Morfológico” es particularmente eficaz a la hora de diferenciar distintivamente entre rasponazos que resultan de intervenciones más recientes y los niveles de grabación del texto original sobre piedras duras y con múltiples escalas de relieve como el granito. Sin embargo, ya es posible combinar las dos técnicas aprovechando lo mejor de los dos mundos (Pires, Martínez y Elorza, 2015).

El proyecto de investigación “Nueva Edición del CIL II: Conventus Emeritensis. I.- Augusta Emerita. Tituli sepulcrales urbanos” ha apostado decididamente por esta nueva metodología del M.R.M. para recuperar la lectura de decenas de monumentos funerarios de la antigua *Augusta Emerita* que han llegado muy deteriorados. Sus resultados se irán dando a conocer a medida que el estudio de los mismos vaya completándose. Y no sólo en publicaciones especializadas y foros científicos, sino también mediante la creación de una página web institucional donde se podrá consultar en abierto la documentación (textual y gráfica) generada por este proyecto.

## Bibliografía

- BEVAN, George; LEHOUX, Daryn; TALBERT, Richard (2013). Reflectance Transformation Imaging of a ‘Byzantine’ Portable Sundial. *Zeitschrift für Papyrologie und Epigraphik*, 187, pp. 221-229.
- EDMONDSON, Jonathan (2006). *Granite funerary stelae from Augusta Emerita* (Monografías Emeritenses, 9), Mérida: Ministerio de Cultura.
- EDMONDSON, Jonathan C.; CAMPO LASTRA, Raquel; GAGO SALDAÑA, María del Val (2014). La aplicación de la técnica del Modelo de Residuo Morfológico (M.R.M.) para la recuperación de los textos de dos *cupae* funerarias emeritenses. *Anas*, 24/2011, pp. 115-126.
- EDMONDSON, Jonathan C.; NOGALES BASARRATE, Trinidad; TRILLMICH, Walter (2001). *Imagen y memoria: monumentos funerarios con retratos en la Colonia Augusta Emerita* (Monografías Emeritenses, 6 y Bibliotheca Archeologica Hispana, 10), Madrid: Real Academia de la Historia.
- GARCÍA IGLESIAS, LUIS (1973). *Epigrafía romana de Augusta Emerita*, Madrid: Universidad Complutense de Madrid (Tesis doctoral inédita).
- MALZBENDER, TOM; GELB, DAN; WOLTERS, Hans (2001). Polynomial Texture Maps. In *SIGGRAPH '01: Proceedings of the 28th annual conference on Computer graphics and interactive techniques*, New York: Association for Computer Machinery, pp. 519-528.
- MURCIANO CALLES, José María (2016). *Monumenta. Tipología monumental funeraria en Augusta Emerita. Origen y desarrollo entre los siglos I a.C. y IV d.C.*, Sevilla: Universidad Pablo Olavide (Tesis doctoral) [<https://rio.upo.es/xmlui/handle/10433/2366>]
- NEFAE = HIDALGO MARTÍN, Luis Ángel; EDMONDSON, Jonathan; MÁRQUEZ PÉREZ, Juana; RAMÍREZ SÁDABA, José Luis (2019). *Nueva epigrafía funeraria de Augusta Emerita. Tituli sepulcrales urbanos (ss. I-VII) y su contexto arqueológico*. (Monografías Arqueológicas de Mérida. Memoria, 1). Mérida: Consorcio de la Ciudad Monumental de Mérida.
- PIRES, Hugo; FONTE, João; GONÇALVES-SECO, Luís; CORREIA SANTOS, Maria João; SOUSA, Orlando (2014). Morphological Residual Model: A New Tool For Enhancing Epigraphic Reading. In *EAGLE 2014 International Conference*, París, 17 de septiembre de 2014 [[http://www.eagle-network.eu/wp-content/uploads/2014/01/Eagle\\_ppt\\_MRM\\_Pires-et-al.pdf](http://www.eagle-network.eu/wp-content/uploads/2014/01/Eagle_ppt_MRM_Pires-et-al.pdf)].
- PIRES, Hugo; MARTÍNEZ RUBIO, José; ELORZA ARANA, Artzai (2015). Techniques for revealing 3D hidden archaeological features: Morphological Residual Models as virtual-polynomial texture maps. *ISPRS Archives, Volume XL-5/W4*, 2015. *Proceedings of the 3D-Arch 2015: “3D Virtual Reconstruction and Visualization of Complex Architectures”*, 25-27 February 2015, Ávila, pp. 415-421 [<http://www.int-arch-photogramm-remote->

sens-spatial-inf-sci.net/XL-5-W4/415/2015/isprsarchives-XL-5-W4-415-2015.pdf].

RAMÍREZ SÁDABA, José Luis (2003). *Catálogo de las inscripciones imperiales de Augusta Emerita* (Cuadernos Emeritenses, 21), Mérida: Museo Nacional de Arte Romano.

RAMÍREZ SÁDABA, José Luis (2013). *Badajoz antes de la ciudad. El territorio y su población durante la Edad*

*Antigua* (Colección Documentos para la Historia de Badajoz y su Alfoz, 5), Badajoz: Diputación de Badajoz.

RAMÍREZ SÁDABA, José Luis y MATEOS CRUZ, Pedro (2000). *Catálogo de las inscripciones cristianas de Mérida* (Cuadernos Emeritenses, 16), Mérida: Museo Nacional de Arte Romano.

# “REAPARICIÓN GRÁFICA” DEL TEATRO ROMANO DE MÉRIDA POR VICENTE PAREDES GUILLÉN (1887-1911)

*Recibido: 25 de Abril de 2017 / Aprobado: 10 de Janeiro de 2019*

**Carlos Jesús Morán Sánchez<sup>1</sup>**

Instituto de Arqueología-Mérida (CSIC-Junta de Extremadura)

## **Resumen**

En 2016 se cumplió el centenario del fallecimiento de Vicente Paredes Guillén, un personaje polifacético que dedicó parte de su gran actividad al estudio del patrimonio histórico y arqueológico, fundamentalmente en Extremadura, entre finales del s. XIX y comienzos del XX. Dentro de sus estudios, la “reaparición gráfica” del teatro romano de Mérida es concebida como un interesante ejercicio en el que el arquitecto imagina la forma y reconstrucción hipotética de este edificio. En este trabajo queremos rendir un homenaje a la figura de este estudioso, a la vez que analizar los distintos bocetos del edificio que realiza y la correspondencia intercambiada con los arqueólogos en su afán por reconstruir “al menos en el papel” la imagen del teatro romano emeritense. Además del interés de los dibujos en sí, el trabajo de Vicente Paredes, en su concepción, representa la bisagra que se establece entre los estudios eruditos de los siglos anteriores y la consolidación paulatina de la arqueología como disciplina científica a comienzos del siglo XX.

**Palabras-clave:** arquitectura romana; historiografía; reconstrucción arquitectónica; patrimonio arqueológico; Extremadura.

## **Abstract**

The centenary of the death of Vicente Paredes Guillén was celebrated in 2016. This multifaceted character dedicated part of his great activity to the study of the historical and archaeological heritage, fundamentally in Extremadura, between the end of the 19th century and beginnings of the 20th. Within its studies, the “graphic reappearance” of the Roman theatre of Mérida is conceived as an interesting exercise in which the architect imagines the form and hypothetical reconstruction of this building. In this work we want to pay tribute to the figure of this researcher while analyzing the different sketches of the building he makes and the correspondence exchanged with the archaeologists in their eagerness to reconstruct “at least on paper” the image of the Roman theater. Besides the interest of the drawings themselves, the work of Vicente Paredes, in his conception, represents the hinge that is established between the erudite studies of the previous centuries and the gradual consolidation of archaeology as a scientific discipline at the beginning of the 20th century.

**Keywords:** Roman architecture; historiography; architectural reconstruction; archaeological heritage; Extremadura.

---

<sup>1</sup> carmoran@iam.csic.es

## Un personaje polifacético.

La figura de Vicente Paredes Guillén ha sido reivindicada recientemente con motivo del centenario de su fallecimiento<sup>2</sup>. En este contexto, e inspirados en nuestros recientes trabajos sobre el teatro romano de Mérida<sup>3</sup> (Morán, 2018a), nos interesaba poner de relieve el gran interés que el arquitecto tuvo por lo que él denominó “reaparición gráfica” de este edificio.

Nacido en Gargüera (Cáceres) en 1840, Vicente Paredes ejerció su oficio de arquitecto en el ayuntamiento de Plasencia (Cáceres) hasta su muerte en 1916 (Domínguez Carrero, 2006). Fue un gran aficionado a la Prehistoria y Arqueología de la región, lo que le valió su nombramiento como académico correspondiente de la Real Academia de la Historia en 1887 (Pizarro, 2004: 15). Su amplia curiosidad investigadora le llevó a abordar aspectos tan variados como el origen de los topónimos históricos de Extremadura (Paredes, 1886); el trazado de la Vía de la Plata (Marín, 2013); la ciudad romana de Cáparra (Cerrillo, 2006) o la reconstrucción gráfica del teatro romano de Mérida que presentamos a continuación.

## Imaginando el teatro romano de Mérida (1887-1910).

Como adelantábamos, uno de los muchos afanes que movieron a Vicente Paredes fue el intento de reconstrucción “virtual” del teatro romano de Mérida. A menudo se ha considerado que el interés de Paredes por este monumento se basaba en la relación fluida que mantuvo con José Ramón

Mérida y Maximiliano Macías, arqueólogos responsables de la excavación arqueológica del edificio a partir de 1910. Sin embargo, sus apuntes y bocetos sobre el teatro emeritense se remontan a finales del siglo XIX, mucho antes de que las intervenciones arqueológicas empezaran a plantearse y de que arqueólogos y arquitecto hubieran tomado contacto. Es, precisamente, este interés del placentino el que, en buena medida, propicia que se pongan en conexión estas tres figuras claves en la arqueología extremeña de comienzos del siglo pasado.

En el Archivo Histórico Provincial de Cáceres, custodio de parte del legado Vicente Paredes, se conservan decenas de libretas de pequeño formato que el arquitecto utilizaba para tomar notas de sus

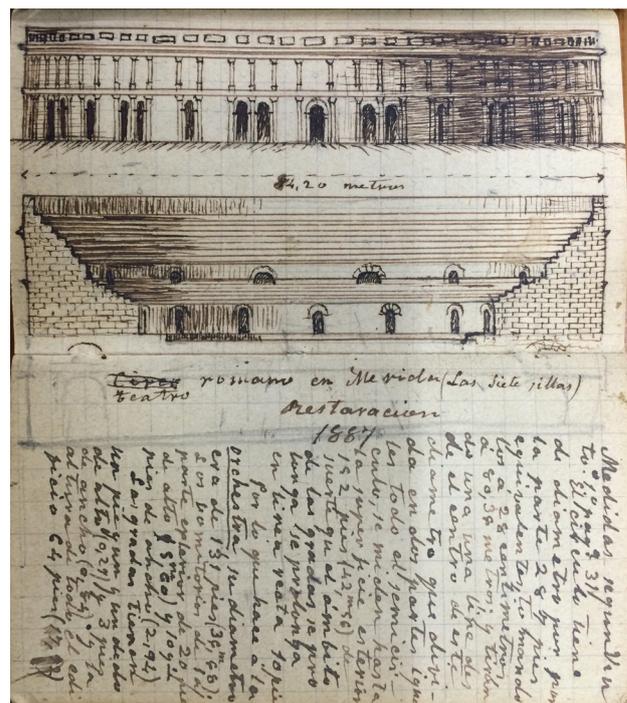


Fig. 1 - Alzado hipotético (exterior e interior) del gradierio del teatro romano de Mérida. Vicente Paredes, 1887. AHPCC<sup>4</sup>, sign. LVP. 93/21.

2 Las actividades llevadas a cabo pueden consultarse todavía en el blog: <https://vicenteparedes.wordpress.com> [Fecha de consulta: 15 de enero de 2018]. Algunas de las contribuciones han sido publicadas también en VV.AA., 2018.

3 Concretamente en el desarrollo de nuestra tesis doctoral, defendida en febrero de 2016 en la Universidad de Extremadura, donde indagamos en la labor de Vicente Paredes dentro del marco más amplio de las intervenciones en el teatro romano a comienzos del siglo XX.

4 La mayoría de la documentación y dibujos del Legado Vicente Paredes (LVP) se encuentran en el Archivo Histórico Provincial de Cáceres (en adelante AHPCC), aunque su fondo bibliográfico y otros dos dibujos se custodian en la Biblioteca Pública del Estado de esta localidad (BPECC), en concreto los que se muestran en las figuras 14 y 15 de este texto.

variadas actividades cotidianas. En una de estas libretas es donde puede constatarse un pequeño dibujo del alzado hipotético del graderío del teatro romano emeritense, bajo el cual V. Paredes escribe “Teatro romano de Mérida (Las Siete Sillas) Restauración 1887”. Este apunte es el primero de una serie que fueron realizados en esta fecha temprana (Fig. 1).

En las anotaciones que acompañan los dibujos, el arquitecto menciona los trabajos en los que se inspira, como el de José de Viú (1846) o las mediciones que Antonio de Nebrija efectúa en el circo de Mérida para establecer la medida del pie romano (Morán, 2009: 45-46). A pesar de que toma a estos autores como referencia, las medidas que figuran en sus apuntes son realizadas *in situ* por él mismo durante sus viajes.

Esta perspectiva permite ofrecer una dimensión especial al interés de Paredes por el estudio del teatro. De este modo, los trabajos de “reconstrucción” que el arquitecto placentino enviará a los arqueólogos dos décadas después de estos primeros bocetos obedecen a una atracción personal por el edificio que es anterior al comienzo oficial de las excavaciones, como ya hemos comentado. Así se explican las imprecisiones y las “libertades reconstructivas” que el arquitecto se toma, pues existen zonas del teatro que sólo se había podido imaginar, ya que permanecían bajo la tierra.

Los apuntes tomados en esta época son dos alzados del graderío (fachada e interior), y las diversas notas sobre el edificio a modo de ejercicio de “reconstrucción hipotética” que se pueden apreciar en las figuras 1 a 4. El carácter de notas de campo se deduce no sólo de los trazos a modo de boceto, que en algunos casos sólo perfilan ciertas partes a lápiz, aunque otras se repasan con tinta, sino también del propio soporte en el que están

realizados los dibujos: sus características libretas de notas.

En el dibujo del alzado (Fig. 1), V. Paredes denomina circo al teatro, aunque luego corrige debajo el nombre.

En el segundo de los dibujos, el correspondiente a la planta y un corte del graderío, comienza titulólo “An”, pero luego añade un guión y termina llamándolo teatro (Fig. 2).

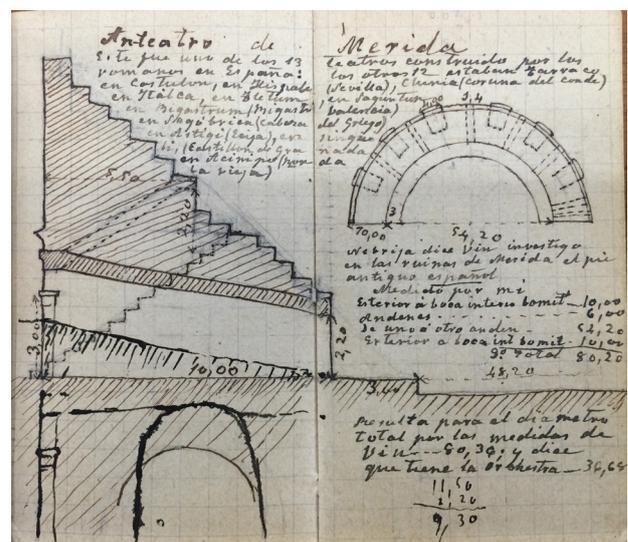


Fig. 2 - El hemiciclo y un corte de graderío del teatro romano de Mérida. Notas de trabajo de Vicente Paredes Guillén, 1887. AHPCC, sign. LVP. 93/21.

En un tercer apunte (Fig. 3), en el que representa una de las puertas de acceso al graderío, repite el error al comienzo de la denominación, pero lo modifica: tacha “Anfi” y pone la T de teatro en mayúscula. La puerta está representada con sus medidas, tomadas por el autor, aunque con toda seguridad alguna de estas medidas fuera simplemente deducida, dado que estos accesos estaban parcialmente enterrados en este momento. En este dibujo también reproduce una “teja romana de Mérida”, probablemente encontrada en las inmediaciones del teatro.

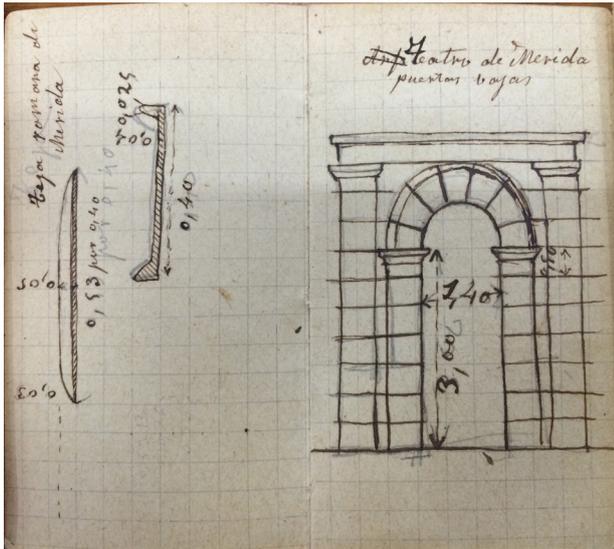


Fig. 3 - Representación de una de las puertas de acceso al graderío del teatro de Mérida. Vicente Paredes Guillén, 1887. AHPCC, sign. LVP 93/21.

En otro de los bocetos, V. Paredes vuelve a equivocarse en el nombre y corrige “circo”, sustituyéndolo por “teatro” (Fig. 4).

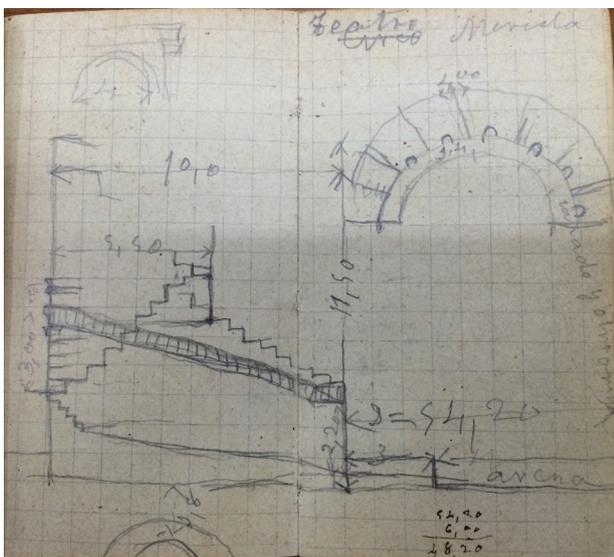


Fig. 4 - Apuntes sobre el teatro romano de Mérida. Vicente Paredes Guillén, 1887. AHPCC, sign. LVP 93/21.

Resulta muy significativa esta errónea identificación del teatro denominándolo “circo” y “anfiteatro” en dos respectivas ocasiones; no obstante, reconociendo su desliz, lo subsana en todos los casos. Este detalle ofrece una idea de la confusión

terminológica que existe en este momento y que es arrastrada por la historiografía (Morán, 2018a). Vicente Paredes, como arquitecto y como aficionado a la arqueología, conoce perfectamente la función del monumento y describirá años después este tipo de edificios en relación con el teatro emeritense (Paredes, 1911), pero ello no impide que yerre repetidas veces al denominarlo en sus notas y que incluya algunos elementos en el teatro más propios de otros edificios de espectáculos, como veremos más adelante.

Además de los bocetos que realiza en sus libretas de campo, el arquitecto emplea sus conocimientos para plasmar en el papel diversos estudios arquitectónicos fruto de estos apuntes. De este modo, ensaya la reconstrucción hipotética de las puertas que se distribuyen en la fachada exterior del hemiciclo y en el acceso al graderío (Fig. 5). En esta misma línea de traslación de sus apuntes a dibujos arquitectónicos, representa la planta

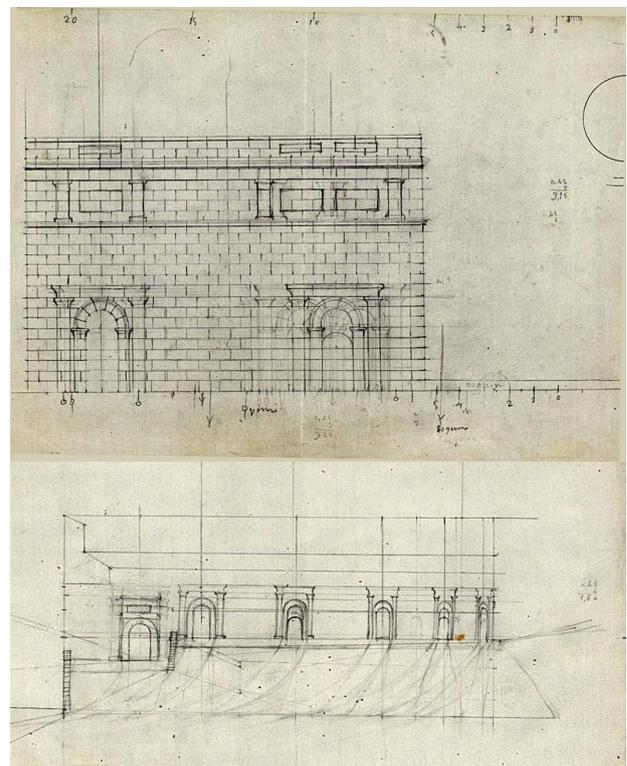


Fig. 5 - Ensayo de reconstrucción de las puertas de la fachada exterior del teatro (arriba) y de los accesos al graderío (abajo). AHPCC, sign. MPD 106 y 108.

y alzado de parte del graderío, lo que el autor denomina “punta del cuerno izquierdo” (Fig. 6).

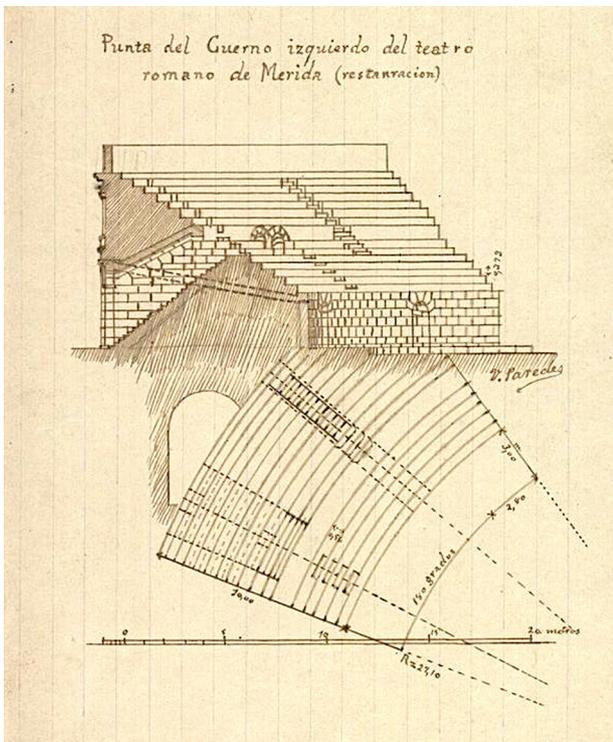


Fig. 6 - Planta y alzado de parte del graderío del teatro romano de Mérida según V. Paredes. AHPCC, sign. MPD 082.

Por otra parte, se atreve también a reconstruir la planta total del teatro, no solo del graderío sino también de la escena (Fig. 7). Finalmente, en función de las mediciones que realiza y de la planta,

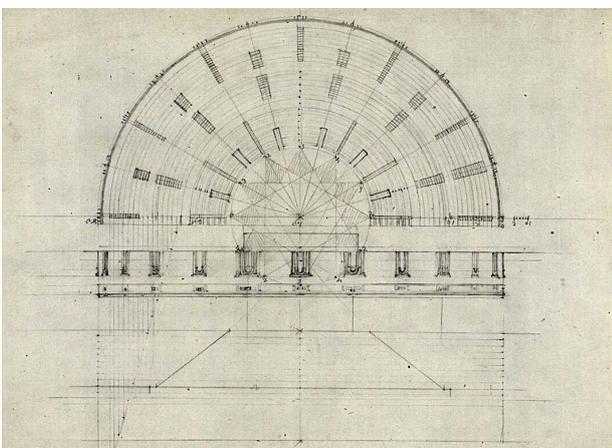


Fig. 7 - Dibujo de la planta del teatro romano de Mérida, anterior al comienzo de las excavaciones. Vicente Paredes Guillén, AHPCC, sign. MPD 105.

diseña un alzado completo del graderío (Fig. 8). Estos dibujos suponen, como ya hemos señalado, un ejercicio hipotético evidente, pues imagina zonas tales como la escena, que en ese momento se encontraban totalmente soterradas.

En relación directa con la percepción que V. Paredes tiene del teatro, realiza también algunos dibujos a mano alzada que, a modo pictórico y sin referencias métricas, ofrecen su visión particular sobre el monumento. En este caso, introduce elementos que “devuelven” el edificio a su época de máximo esplendor, según su visión idealizada del mismo. La inclusión de una *biga* en la *orchestra* del teatro -como si se tratara de la arena del circo- o la representación de una galería porticada en la *summa cavea* subrayan la cierta desorientación que el autor evidencia sobre el edificio, como hemos visto en la denominación de sus apuntes de campo, así como su adaptación al modelo estándar de teatro romano que infiere de los tratados arquitectónicos clásicos (Figs. 9 y 10).

El aspecto más interesante de estos bocetos es, en nuestra opinión, la época temprana en que se efectúan, a partir de 1887, pues constituyen un trabajo pionero cuyo objetivo principal es la realización de una “reconstrucción gráfica” del teatro romano. Precisamente, el hecho de realizarse estas notas y medidas en una época en la que gran parte del

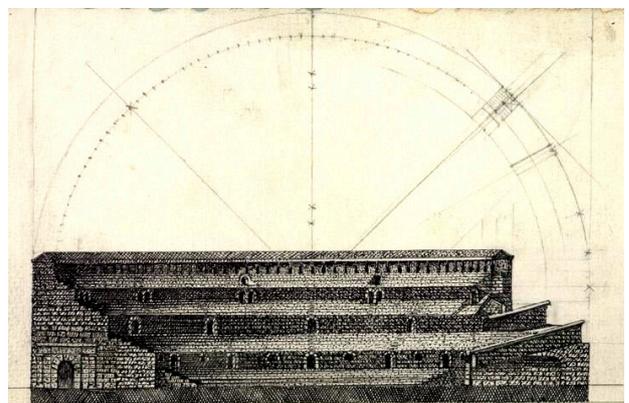


Fig. 8 - Elevación arquitectónica del graderío ajustada a las mediciones y a la concepción de V. Paredes del edificio, AHPCC, sign. 073/3.

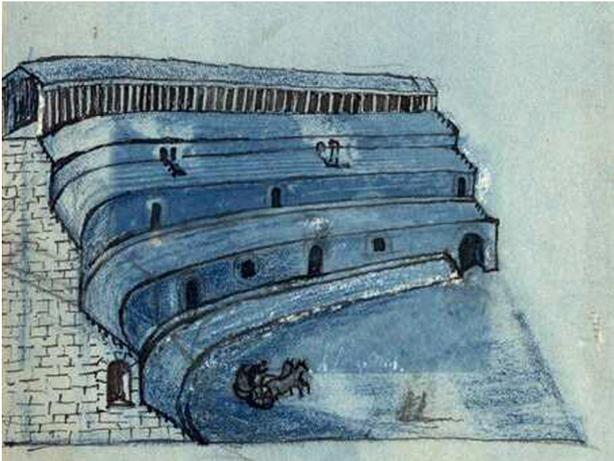


Fig. 9 - Elevación pictórica del graderío con inclusión de biga en la orquesta, AHPCC, sign. MPD 073/1.

edificio estaba bajo tierra llevará al autor, como ya hemos indicado, a cometer algunos errores tanto en las dimensiones como en las proporciones y forma que imagina para el edificio siguiendo los cánones de otros edificios similares, y, sobre todo, las indicaciones proporcionadas por Vitrubio al respecto. El interés constante y personal que sentía V. Paredes por el teatro le llevó a seguir de cerca y con entusiasmo las excavaciones arqueológicas (Pizarro, 2004: 31), tal como tendremos ocasión de constatar a continuación, y a modificar algunos aspectos de sus bocetos con la intención de que se amoldaran a la realidad arqueológica del edificio.

### Visitando las excavaciones en el teatro romano.

Como ya hemos expuesto, cuando comenzaron, en 1910, las intervenciones arqueológicas en el teatro romano de Mérida, el polifacético V. Paredes llevaba más de una década interesándose por este monumento y haciendo conjeturas gráficas sobre su forma original. En el artículo que publica

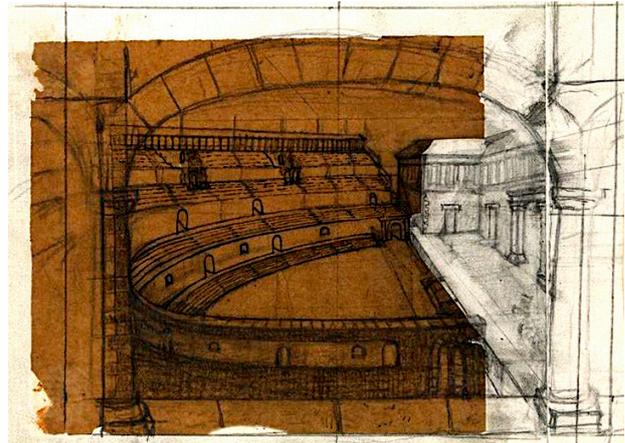


Fig. 10 - Detalle del teatro visto desde galería porticada, según la visión de V. Paredes, AHPCC, sign. MPD 075/1.

en enero de 1911 en la *Revista de Extremadura*, V. Paredes afirmaba que tomó datos del teatro “durante once años” (Paredes 1911: 24); cuando finalmente visitó las excavaciones arqueológicas no pudo sino reconocer sus errores de apreciación tras una década imaginando la forma del edificio. Las incorrecciones se deben, sobre todo, a que basaba su reconstrucción sobre fundamentos vitrubianos y en la ley Roscia para este tipo de construcciones<sup>5</sup>. El teatro de Mérida, sin embargo, se aleja de algunos de estos patrones, como, por ejemplo, en el número de gradas de la *cavea* baja (Paredes, 1911: 24). En su artículo, Paredes hace un repaso por la historiografía del edificio antes de comentar las excavaciones que se estaban llevando a cabo y su intención de “cooperar modestamente” con ellas como arquitecto. Es bastante probable que nuestro autor ya conociera las intenciones de los arqueólogos de restituir la escena del teatro<sup>6</sup> y aprovechó la ocasión, en este artículo, para ofrecerse a colaborar en estos trabajos que tanto le interesaban. Los contactos entre V. Paredes y los arqueólogos que inician la excavación del edificio en 1910, Maximiliano Macías y José Ramón

<sup>5</sup> La *Lex Roscia Theatralis* del año 67 a.C. y sus posteriores enmiendas y ampliaciones en la *Lex Iulia Theatralis* determinaban la configuración de la *cavea* del teatro, disponiendo su orden y morfología. Su aplicación se habría extendido, al menos, hasta el siglo II d.C. (Rodríguez Gutiérrez, 2001: 79-80).

<sup>6</sup> De hecho, José Ramón Mérida ya había expresado estas intenciones en diciembre de 1910 en la revista *Por esos Mundos* (Morán, 2013: 2185-2188; Morán, 2018a).

Mérida, se deben, principalmente, a esta profunda atracción que el arquitecto sentía por el teatro romano de Mérida. No obstante, Vicente Paredes será también un activo colaborador de J. R. Mérida para la confección del *Catálogo Monumental de Cáceres* (Mérida, 1924). El conocimiento del plan-centino de las vías romanas extremeñas era especialmente apreciado por Mérida para el *Catálogo*. En este sentido, por ejemplo, realizarán excursiones donde muestra a los arqueólogos la posición de los miliarios en la denominada “Vía de la Plata”, una calzada que llevaba años recorriendo y estudiando (Cerrillo, 2018: 178). Así lo relata el propio Paredes en una de sus libretas de campo, donde queda certificada tanto la fecha como la autoría de José Ramón Mérida de una de las fotografías más conocidas del arquitecto (Fig.s 11 y 12). En otra de sus libretas relatará una visita a las excavaciones arqueológicas del teatro en el momento en el que aparece una de las esculturas más conocidas del frente escénico, identificada como Plutón (Macías, 1913: 79-81). Estos apuntes, junto

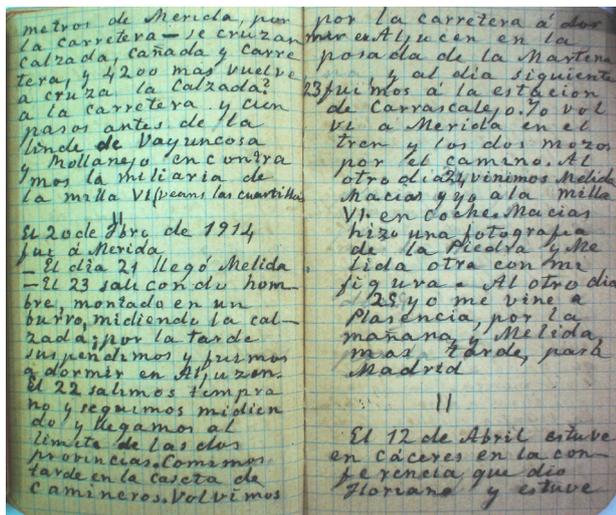


Fig. 11 - Libreta donde Vicente Paredes relata su viaje con J. Ramón Mérida y Maximiliano Macías por la Vía de la Plata. AHPCC, LVP, 93/21.

con el intercambio epistolar, sirven para constatar los frecuentes contactos que se establecen entre Mérida, Macías y Paredes.

Se conservan algunos bocetos que realiza para -según su propia denominación- la “reaparición gráfica” del teatro, que hará llegar a los arqueólogos, tal como se refleja en la correspondencia intercambiada entre ellos<sup>7</sup>. Las pequeñas equivocaciones cometidas por V. Paredes le son señalados por M. Macías y J. R. Mérida, que le invitan a visitar las excavaciones para comprobar el avance de las mismas. Así se lo expresa Macías que, hablando de la “reconstitución ideal” que V. Paredes le envía, le

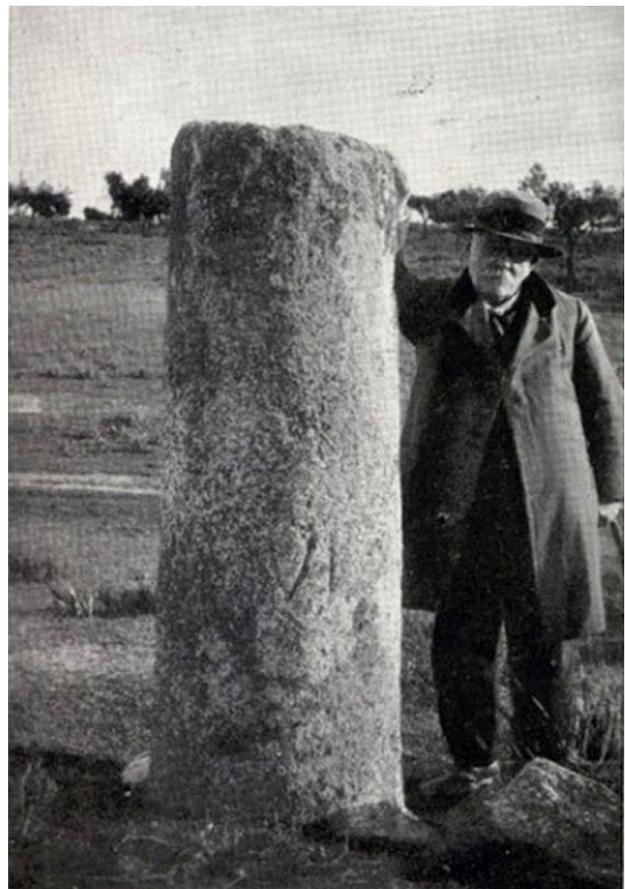


Fig. 12 - Una de las fotografías más conocidas de Vicente Paredes, tomada el 24 de febrero de 1914 por José Ramón Mérida, tal como relata en sus notas de campo (Cfr. fig. 11). AHPCC, LVP, caja 13-01158.

<sup>7</sup> Parte de la correspondencia se conserva en el Archivo Histórico Provincial de Cáceres (AHPCC), dentro del Legado Vicente Paredes (LVP). Los contactos entre los arqueólogos y el arquitecto se pueden deducir también en la correspondencia privada entre Macías y Mérida, publicada íntegramente en Caballero y Álvarez, 2011.

comenta: “(...) se notan algunas variaciones, hijas de lo poco adelantada que teníamos la excavación cuando V. estuvo aquí y tomó sus apuntes”. Mérida es más concreto y le envía una planta de las que se están realizando en las excavaciones “para que aprecie por sí mismo las diferencias que en ello ofrece la realidad” y le explica, por ejemplo, que la línea del proscenio se alarga a lo largo de toda la escena y que, en los teatros, no existen las “puertas ecuestres”, en alusión al nombre que asigna Paredes, en su planta final, a la galería por la que saldría el coro (Fig. 13). Esta interpretación del arquitecto estaría en consonancia con el boceto en el que incluyó una *biga* o con sus erróneas denominaciones del teatro, corregidas, en los primeros dibujos que realiza sobre el edificio en 1887, como hemos visto anteriormente.

Las correcciones formales pueden intuirse en la comparación entre las plantas del edificio que realiza en los primeros diseños (Fig. 7) y la que envía a J. Ramón Mérida en mayo de 1911 (Fig. 13).

Del mismo modo, el arquitecto placentino modifica los alzados, como puede constatarse en la comparación de algunos de los bocetos y en la definitiva “reconstrucción ideal”, que convierte en postal, enviada a M. Macías el 21 de mayo de 1911 (Figs. 14 a 16).

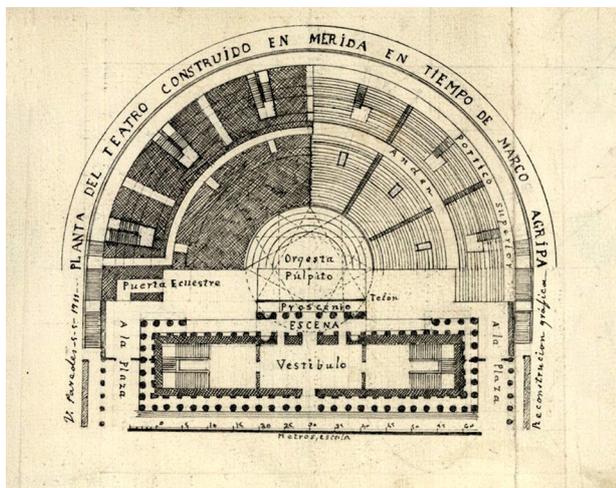


Fig. 13 - Planta definitiva del teatro que V. Paredes envía a los arqueólogos en 1911. AHPCC, LVP, MPD 74/1.

A pesar del esfuerzo por adecuar sus dibujos, V. Paredes mantuvo alguno de sus errores. Observamos que en los primeros bocetos incluyó numerosas puertas a lo largo de todo el frente escénico (Fig. 5) o unos vomitorios que desembocaban directamente en un corredor seguido de sólo catorce gradas (Figs. 8-10). En la planta final de mayo de 1911 (Fig. 13), sin embargo, V. Paredes corrigió el número de gradas o el de puertas de la escena, pero mantuvo una línea del proscenio demasiado corta y diseñó las tres *valvae* de la escena adelantadas con respecto al resto del frente escénico.

En cuanto a los alzados, el arquitecto modifica el graderío e incluye algunos elementos aparecidos en las excavaciones arqueológicas, como el dintel de Agripa (Fig. 14). No obstante, siguió manteniendo el corredor porticado sobre la *summa cavea*, una hipótesis reconstructiva descartada por los arqueólogos (Fig. 15) y que no aparecía en sus primeros apuntes (Cfr. figs. 1, 5 y 6). Paredes se resiste también a modificar su concepción del *frons scaenae*, imaginando la valva regia adelantada con respecto a las laterales. Estos detalles ponen de manifiesto, de nuevo, su extrema fidelidad a la

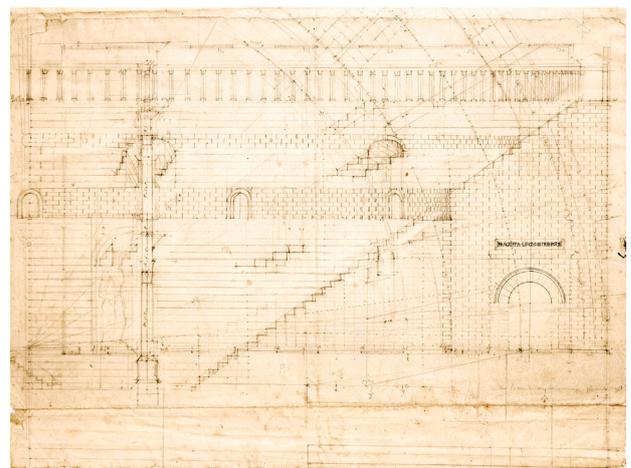


Fig. 14 - Detalle de boceto sobre graderío del teatro romano. La inclusión de la inscripción con la dedicatoria de Agripa y la modificación del número de gradas con respecto a los bocetos anteriores ponen de manifiesto que el arquitecto ya ha visitado las excavaciones arqueológicas. BPECC, sign. PL3.20.

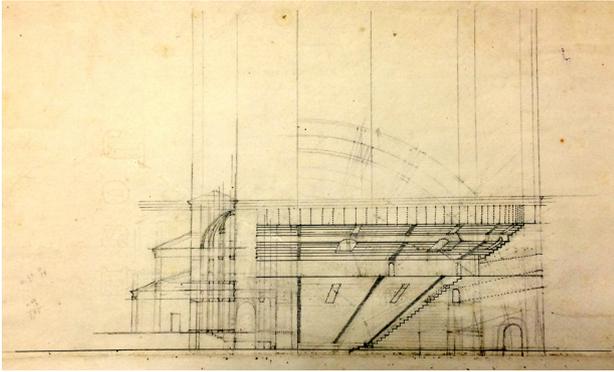


Fig. 15 - Detalle de boceto de alzado del teatro romano. BPECC, sign. PL.3.20.

ortodoxia vitrubiana a pesar de la contradicción con los datos arqueológicos.

El carácter de definitivos de estos diseños posteriores a las excavaciones es evidente; tanto el papel en el que se realizan los dibujos como su ejecución formal exponen la idea final del teatro romano de Vicente Paredes.

Como hemos comentado, el último de los dibujos que envía a los arqueólogos es una “reconstrucción ideal” del teatro que convierte en postal (Fig. 16). En esta recreación, fruto del entusiasmo de Paredes por el edificio, el arquitecto placentino mantiene alguno de los errores que hemos señalado, pero incluye algunas particularidades del teatro que se habían conocido a raíz de las excavaciones. Llama la atención también que perfile una zona porticada en la postescena, espacio que aún permanecía inexplorado; se trata de otro ejemplo de los preceptos vitrubianos que adopta el arquitecto y que, en este caso, resultará acertado.

Es, precisamente, esta constante referencia a Vitrubio la que genera las mayores críticas de los arqueólogos, principalmente de José Ramón Mélida. En correspondencia privada con M. Macías, el arqueólogo madrileño trata el tema de las reconstrucciones de Paredes de modo ligeramente superficial:

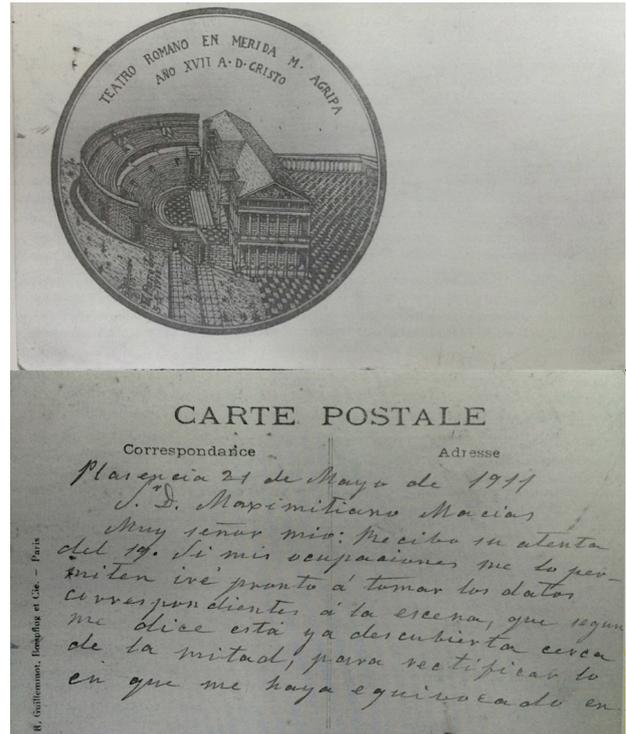


Fig. 16 - Reconstrucción ideal del teatro realizada en postal, Vicente Paredes, 5 de mayo de 1911 (Caballero y Álvarez 2011: 406). Colección particular de José Caballero.

(...) Me escribió el Sr. Paredes de regreso de Mérida y antes me había enviado sus reconstituciones ideales (¡Y tan ideales!) del teatro. Evidentemente chochea con Vitrubio. Y me recuerda esto un cura todavía más chiflado que yo conocí y decía había sido su padre arquitecto del tiempo de Vitrubio!!!  
(...) (Caballero y Álvarez, 2011: 64, carta 70).

A pesar de estos comentarios, es evidente que tanto Maximiliano Macías como José Ramón Mélida aprecian la labor y los conocimientos de Vicente Paredes y estiman su amistad personal. Así se desprende de las distintas cartas que se conservan en el Archivo Histórico Provincial de Cáceres; en el epistolario entre Mélida y Macías o en otros detalles, como el puntual envío a Paredes de las publicaciones sobre las excavaciones en el teatro. El afecto y el respeto entre estos tres

personajes, sin duda, trascendió a lo meramente profesional (Fig. 17).

Para concluir, debemos remarcar que, en nuestra opinión, Vicente Paredes representa, en su contexto, el cambio que se está produciendo entre el anticuariado y la consolidación de la arqueología

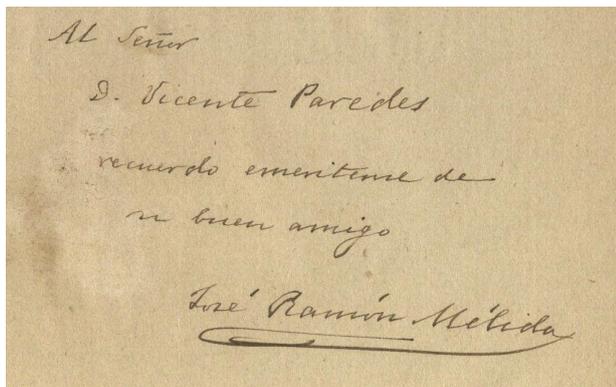


Fig. 17 - Dedicatoria de J. Ramón Mérida a Vicente Paredes en el ejemplar que le envía de *El teatro romano de Mérida* (Mérida, 1915). Biblioteca Pública del Estado de Cáceres, sign. 2/12378.

como disciplina científica. Es deudor de la tradición de las representaciones gráficas del siglo XVIII (Morán y Pizzo, 2015) y, por otra parte, asume los errores historiográficos en cuanto a la denominación del teatro y se aferra al seguimiento estricto de Vitrubio para la arquitectura romana. No obstante, su intento por corregir los errores y su afán por realizar una “reconstrucción gráfica” del edificio sirvió, a buen seguro, para que los arqueólogos se reafirmaran en su idea primigenia de la reconstitución arquitectónica. A pesar de sus imprecisiones por falta de datos reales, estamos convencidos de que si V. Paredes hubiera tenido algunos años menos o las excavaciones arqueológicas hubieran comenzado algunos años antes, su papel en la reconstrucción del edificio, que finalmente se produjo entre 1921 y 1925 (Morán, 2018b), habría sido, quizá, destacado.

## Bibliografía

- CABALLERO, José; ÁLVAREZ MARTÍNEZ, José María (2011). *Epistolario de las grandes excavaciones en Mérida. Correspondencia privada entre Maximiliano Macías y José Ramón Mérida (1908-1934)*. Mérida: Consorcio de la Ciudad Monumental de Mérida-Museo Nacional de Arte Romano.
- CERRILLO MARTÍN DE CÁCERES, Enrique (2006). El tetrapylon de Cáparra. Visión histórica y gráfica. *Zephyrus*, 59, pp. 305-316.
- CERRILLO MARTÍN DE CÁCERES, Enrique (2018). Vicente Paredes y la arqueología del Camino de la Plata. In (1916-2016) *Vicente Paredes y el patrimonio cultural de Extremadura*. Cáceres: Biblioteca Pública del Estado “A. Rodríguez-Moñino/M. Brey”, pp. 177-189.
- DOMÍNGUEZ CARRERO, María de la Montaña (2006). *Vicente Paredes y Guillén, biografía*. Cáceres: Institución Cultural El Brocense.
- MACÍAS LIÁÑEZ, Maximiliano (1913). *Mérida Monumental y Artística. Bosquejo para su estudio*. Barcelona: La Neotipia.
- MARÍN HERNÁNDEZ, Carlos (2013). Vicente Paredes Guillén (1840-1916): medio siglo de trabajos, estudios y opiniones sobre la Vía de la Plata. *Actas de la XIV Jornada de Historia de Fuente de Cantos. La Vía de la Plata y otros estudios sobre Extremadura*. Fuente de Cantos: Asociación Cultural Lucerna, pp. 110-129.
- MÉLIDA ALINARI, José Ramón (1915). El teatro romano de Mérida. *Revista de Archivos, Bibliotecas y Museos*, Año XIX: 1-2, pp. 1-38.
- Mérida Alinari, José Ramón (1924). *Catálogo Monumental de la Provincia de Cáceres (1914-1916)*. Madrid: Ministerio de Instrucción Pública y Bellas Artes.
- MORÁN SÁNCHEZ, Carlos Jesús (2009). *Piedras, Ruinas, Antiguallas. Visiones de los restos arqueológicos de Mérida. Siglos XVI a XIX*. Mérida: Junta de Extremadura.
- MORÁN SÁNCHEZ, Carlos Jesús (2013). El reflejo de la prensa nacional sobre la recuperación del teatro romano de Mérida (1910-1936) In *Actas del VI Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular*. Villafranca de los Barros: Excmo. Ayuntamiento de Villafranca de los Barros, pp. 2183-2232.

- MORÁN SÁNCHEZ, Carlos Jesús; PIZZO, Antonio (2015). *Fernando Rodríguez. Dibujos de Arquitectura y Antigüedades romanas*. Anejos de AEspA, LXXIII. Mérida: CSIC.
- MORÁN SÁNCHEZ, Carlos Jesús (2018a). *Memoria arqueológica y social de dos escenarios romanos: el teatro y el anfiteatro de Mérida (1910-1936)*. Anejos de AEspA, LXXXIV. Mérida: CSIC.
- MORÁN SÁNCHEZ, Carlos Jesús (2018b). Reconstitución, restitución, reconstrucción: el levantamiento del frente escénico del teatro romano de Mérida. In Pedro Mateos Cruz (ed.) *La Scaenae Frons del teatro romano de Mérida*. Anejos de AEspA, LXXXVI. Mérida: CSIC, pp. 207-242.
- PAREDES GUILLÉN, Vicente (1911). Reconstrucción del teatro romano de Mérida. *Revista de Extremadura*, XIII, pp. 21-41.
- PIZARRO GÓMEZ, Francisco Javier (2004). *Vicente Paredes Guillén y el patrimonio extremeño*. Trujillo: Real Academia de Extremadura de las Letras y las Artes.
- RODRÍGUEZ GUTIÉRREZ, Oliva (2001). El espacio teatral y su regulación jurídica en época romana: estructura y legislación. *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad Autónoma de Madrid*, 27, pp. 79-84.
- VIÚ, José de (1846). *Colección de Inscripciones y Antigüedades de Extremadura*. Cáceres: Imprenta de Concha y Compañía.
- VV. AA. (2018). (1916-2016) *Vicente Paredes y el patrimonio cultural de Extremadura*. Cáceres: Biblioteca Pública del Estado "A. Rodríguez-Moñino/M. Brey".

# PROPUESTA METODOLÓGICA PARA EL ESTUDIO DE LA ARQUITECTURA DOMÉSTICA URBANA HISPANORROMANA CON EL CONCURSO DE LAS TICS

Recibido: 28 de Abril de 2017 / Aprobado: 19 de Noviembre de 2018

**Álvaro Corrales Álvarez<sup>1</sup>**

Universidad Pablo Olavide Sevilla. Departamento de Geografía, Historia y Filosofía.

**Pedro Mateos Cruz<sup>2</sup>**

Instituto de Arqueología de Mérida. CSIC-Junta de Extremadura.

## Resumen

El presente trabajo muestra la aplicación de un modelo metodológico específicamente diseñado para desarrollar las tareas de análisis y difusión de las viviendas romanas del yacimiento de *Augusta Emerita*. El principal objetivo es conciliar la difusión de los resultados obtenidos tras la documentación del registro arqueológico con la metodología de análisis de los Sistemas de Información Geográfica. El poder real de la propuesta reside en la accesibilidad de la información en tiempo real a los datos digitalizados y almacenados en una *geodatabase* de cada casa de la *colonia*.

**Palabras-clave:** arquitectura romana doméstica urbana, SIG, *Augusta Emerita*, *Lusitania*.

## Abstract

This work shows the application of a methodological approach specifically designed to develop the tasks of analysis and dissemination of the Roman dwellings at the site of *Augusta Emerita* (Mérida). The main objective is to reconcile the dissemination of the results obtained after the documentation of the archaeological record with the analysis methodology of Geographic Information Systems. The real power of the proposal lies in the accessibility of the information in real time to the digitised data stored in a *geodatabase* of each house in the colony.

**Keywords:** Roman urban domestic architecture; GIS; *Augusta Emerita*; *Lusitania*.

---

<sup>1</sup> acoralv@upo.es

<sup>2</sup> p.mateos@iam.csic.es

## 1. Introducción

Las investigaciones realizadas por parte de la historiografía tradicional sobre la arqueología del Suroeste habían relegado a un plano marginal los estudios de las ciudades romanas (Bermejo y Campos, 2013: 393). Así, desde el V Congreso Nacional de Arqueología celebrado en 1957, el profesor Balil advertía de la poca valoración que los problemas de la arquitectura privada de la España romana tenían para la historiografía hasta la fecha (Balil Illana, 1959: 284). El mismo autor señaló, en la celebración del bimilenario de la ciudad de Mérida, que muy pocas ciudades romanas permitían estudiar con cierta amplitud la evolución de su arquitectura doméstica en las coordenadas de tiempo y espacio, siendo *Augusta Emerita* uno de los máximos exponentes, dentro y fuera del panorama de la Península Ibérica (Balil Illana, 1976: 75). No obstante, en la última década, la línea de investigación arqueológica centrada en el análisis y discusión de la arquitectura doméstica de época romana se ha manifestado como uno de los campos de estudio más dinámico en la historiografía del Suroeste. En este período han visto la luz tres estudios monográficos. El más antiguo introdujo a debate la arquitectura doméstica de veintiuna ciudades de la *Provincia Baetica* que poseían algunos edificios de esta tipología edilicia privada (Gómez Rodríguez, 2010). En el caso de la *Provincia Lusitania* los trabajos se consagraron a desentrañar, exhaustivamente, hasta el más mínimo detalle de las casas romanas de la ciudad de *Conimbriga* (Correia, 2013) y de la *colonia Augusta Emerita*, capital de dicha provincia durante el período alto-imperial y *sede* de la *Diocesis Hispaniarum* durante la etapa tardorromana (Corrales Álvarez, 2016). Asimismo, cabe destacar las recientes publicaciones sobre la arquitectura doméstica urbana de la Lusitania romana (Pizzo, 2020) y el lenguaje de la

arquitectura doméstica urbana como expresión de identidad en el mundo romano (Corrales, 2022) que han supuesto los últimos esfuerzos editoriales de esta línea de investigación.

Una de las particularidades del yacimiento emeritense es el hecho de ocupar un mismo solar desde su fundación hasta la época actual. Este fenómeno se conocía en los años ochenta del pasado siglo XX como la arqueología de las ciudades modernas superpuestas a las antiguas (Álvarez Martínez, 1985: 35-54). Desde los orígenes de la arqueología urbana, los investigadores centraron sus prioridades en dotar a esta nueva forma de proceder de una reflexión sobre su base metodológica (Mateos Cruz, 2001: 183), las experiencias nacionales, los ámbitos a examinar y la necesidad de establecer una programación que permitiera conocer y evaluar el patrimonio soterrado de las ciudades (Galinié y Randoin, 1979: 8).

Esta disciplina relativamente neófita ha experimentado un intenso desarrollo en las últimas tres décadas debido a la reurbanización de los cascos históricos y la mayor demanda social de conocimiento y preservación del patrimonio arqueológico, que la acometida de estas obras de infraestructura ponía al descubierto. Una de las mayores preocupaciones estribaba en la contaminación y desaparición de los registros arqueológicos de las ciudades precedentes. Este hecho conllevó la génesis de un equilibrio inestable debido a los intereses encontrados entre las inmobiliarias, las administraciones públicas, la investigación arqueológica y la ciudadanía (Rodríguez Temiño, 2004: 17). La arqueología urbana de las ciudades del Suroeste de la Península Ibérica insertas en el contexto económico europeo se ha visto afectadas por una grave crisis económica y financiera. En esta coyuntura se han puesto de relieve las principales debilidades de la disciplina. Entre ellas, de

manera general, la fragmentariedad del registro arqueológico alimentado de excavaciones de una extensión enormemente reducida que propicia la obtención de unos datos inconexos que dificulta la interpretación de los vestigios. Esta cuestión de cariz metodológico se ve agravada con la falta de financiación privada de las intervenciones (Rodríguez Temiño, 2010: 19-28).

El yacimiento emeritense ha cumplido ya más de un siglo de excavaciones arqueológicas en su fértil suelo. Los primeros pasos en esta búsqueda de conocimiento de la sociedad romana a partir de sus vestigios se centraron en el estudio de la arquitectura pública y la topografía (Mateos Cruz, 2011: 127-144). Estos edificios, secularmente bien conservados y expresión de una magnificencia exterior visible, acapararon el interés de los científicos, quedando relegado a un plano marginal el estudio de la edificación privada (Alba Calzado, 2004: 67). La complejidad propia de la trama urbana de la ciudad de Mérida, que ocupa el mismo solar desde su fundación, representa una de las dificultades endémicas para el estudio global de esta parcela del conocimiento científico (Corrales Álvarez, 2011: 311). Tal fenómeno afecta por igual a las otras capitales provinciales de *Hispania*, provocando una desproporción entre el conocimiento arqueológico de los complejos arquitectónicos de la vida cotidiana y las grandes obras públicas (Macías Solé, 2004: 73; Vaquerizo Gil, 2004: 81). Como parte de la arquitectura privada, las construcciones domésticas no constituyen una excepción.

Los datos relativos a la edificación doméstica de la Mérida romana obedecen a los efectos combinados de la problemática intrínseca al estudio de una ciudad antigua a la que se superpone una ciudad moderna. Entre las dificultades principales consideramos la excavación íntegra de viviendas, ya que

el parcelario moderno no se corresponde con los predios romanos; este hecho viene agravado por lo incompleto, fragmentario e inconexo de los vestigios de esta naturaleza registrados en el interior de complejos estructurales formados a través de la construcción, la transformación, el abandono y, en determinadas ocasiones, la reutilización, sobre todo al interior del recinto amurallado.

Por otra parte, la ausencia de fuentes literarias específicas que aludan al paisaje doméstico emeritense, existente para otras ciudades como Roma, Ostia, Pompeya o Herculano. En otras ocasiones la falta de recursos humanos y económicos, aunados al carácter de urgencia con que se llevan a cabo los trabajos arqueológicos son los factores que han actuado en detrimento de la elaboración de una documentación analítica. En este panorama asistimos a la práctica ausencia de estudios monográficos dedicados a historiar la edificación doméstica emeritense. Así, en la mayoría de los casos la documentación de las estructuras se basa en descripciones genéricas que tan sólo facilitan datos suficientes para establecer la identificación de una construcción privada y su pertenencia a un período cronológico amplio. Solamente a partir de la publicación de la serie Memorias de excavación de Mérida a partir del año 1994, se ofrecen de forma sistemática los datos relativos a los trabajos arqueológicos.

## 2. La aplicación de la informática al registro arqueológico del yacimiento emeritense

La ingente cantidad de información generada a diario por las intervenciones arqueológicas del yacimiento emeritense y la importancia que ha tenido (y tiene) la accesibilidad a la misma fueron las premisas básicas para la aplicación de la

informática a la arqueología de la ciudad (Arroyo Barrantes, 1998: 396).

La tecnología informática se aplicó ya desde los albores del Consorcio de la Ciudad Monumental de Mérida (en adelante Consorcio) dentro de una política de gestión de la documentación arqueológica muy planificada. Así, en cinco fases (si bien, la primera y la tercera estaban tan relacionadas que podría hablarse sólo de cuatro fases realmente) se puso en marcha la informatización del Departamento de Documentación con la idea de base de centralizar toda la información arqueológica del yacimiento. La fase inicial estuvo encaminada al diseño de una base de datos relacional para el almacenamiento de los contenidos. En este sentido, el sistema gravitaba en torno a seis pilares (intervenciones, unidades estratigráficas, actividades, materiales, planimetría y fotografía). Para que cada arqueólogo pudiese implementar información en el sistema la base de datos debía soportar la arquitectura cliente/servidor. En la tercera fase se escogió el sistema gestor de la base de datos. En este caso el programa escogido fue *Interbase* de la compañía *Borland*, así como la herramienta *Delphi*, también de la compañía *Borland*, que posibilitaba el acceso a bases de datos Cliente/Servidor con el lenguaje de programación *Pascal* como motor de los procesos (Arroyo Barrantes, 1998: 390 y 394).

La segunda fase giró en torno a la digitalización de la información planimétrica. Desde una etapa muy temprana se optó por la utilización de las versiones *AutoCad* de la compañía *Autodesk*. Así, a través de periféricos, como las tabletas digitalizadoras, se trasladaba el dibujo realizado en la excavación a las coordenadas reales del lugar que ocupaban los restos en el espacio. Asimismo, a partir del *software CorelDRAW* de la compañía *Corel* se digitalizaban los materiales recuperados de los diferentes estratos de cada intervención

arqueológica. No obstante, la función primordial en esta fase sería la exportación de una cartografía general de Mérida en la que se irían representando los diferentes restos arqueológicos. La cuarta etapa consistió en la informatización de la información fotográfica (diapositivas y fotografías), utilizando para ello, periféricos como los *scanner*, si bien se apuntó la posibilidad de emplear cámaras digitales que permitiesen el ahorro de este paso (Arroyo Barrantes, 1998: 392 y 394).

En última instancia, la fase cinco, que completaba el proceso de informatización del Consorcio, era la creación de un gestor integrado de datos. De esta forma, mediante la creación de un Sistema de Información Geográfica (en adelante SIG) se enlazaba la base de datos de texto con el programa de diseño, con lo que permitía la consulta tanto de datos gráficos como de datos textuales. El uso de esta herramienta auguraba un futuro prometedor en el que la consulta de una cantidad ingente de información podría realizarse en un tiempo récord (Arroyo Barrantes, 1998: 395).

Los datos, imágenes y cartografías de los que partimos para iniciar el proyecto fueron:

- a) Precedentes del Consorcio: los señalados en los párrafos precedentes.
- b) Del Ayuntamiento de Mérida y su Delegación de Urbanismo:
  - Los catálogos de patrimonio arqueológico y arquitectónico. Son documentos en PDF donde aparecen distintas planimetrías y una ficha por cada elemento catalogado.
  - Cartografías del Plan General de Ordenación Urbana (PGOU). Son cartografías en formato DWG con bastante fiabilidad espacial, pero con la información no preparada para SIG, ya que los polígonos de los elementos urbanos no se encuentran

cerrados ni tienen una continuidad en las distintas hojas de las que se compone esta serie cartográfica.

- Fotogramas de los vuelos de 1996 para la elaboración de cartografías.

c) De la Junta de Extremadura:

- Cartografía 1/10.000. En formato DWG. Más completa espacialmente que la del ayuntamiento y de características similares.
- Ortofotografías satélite del área emeritense.
- Datos, no digitales, de la Carta Arqueológica de Extremadura correspondientes al término de Mérida.

d) De Catastro:

- La planimetría catastral urbana y rústica del término municipal en formato SHP.
- Las tablas de los datos catastrales (excepto las de tipo fiscales y/o personales).

Paralelamente a la recopilación de datos, se sistematizaron, en los “expedientes documentales”, toda la información dispersa perteneciente a los distintos monumentos de la ciudad no afectados por intervenciones arqueológicas. En total se recopilamos 70 expedientes, que constan de planos, fotografías, vaciado de documentación de archivo relativa a cada uno de ellos y listado bibliográfico sobre el monumento. Uno de estos expedientes recoge toda la documentación general sobre Mérida, destacando de ella los planos históricos. Toda esta información se almacena en ficheros de diversos formatos en el servidor de archivos (Arroyo, Barrientos y Mateos, 2011: 681).

En este curso 2016/2017 en que se cumple el XX Aniversario del Consorcio debe destacarse que el maridaje entre Arqueología e Informática sólo

fue posible merced a una apuesta firme por unos técnicos cualificados y la inversión en potentes equipos informáticos.

### 3. Un SIG para el análisis de la arquitectura doméstica de *Augusta Emerita*

Existen dos argumentos de base que justifican la elección de los SIG para el análisis de nuestro campo de estudio a lo largo del proceso de investigación. El primer de ellos está en relación con el punto de vista que entiende el desarrollo digital como una herramienta metodológica que permite solventar problemas generados por variedad de contextos teóricos y prácticos (Zubrow, 2006: 10-31). En este sentido, el yacimiento arqueológico emeritense adolece de una problemática fundamental vinculada con la arqueología urbana: la fragmentariedad de los datos obtenidos mediante los trabajos arqueológicos llevados a cabo y la inconexión de los diferentes contextos del paisaje urbano que derivan de la ocupación durante más de dos mil años de la ciudad de Mérida. El concurso de las bases de datos espaciales en entorno SIG posibilita la introducción dentro de un mismo entorno gráfico de un gran volumen de datos que, a modo de solución de rompecabezas, permitirían recomponer el paisaje doméstico de *Augusta Emerita* mediante la combinación de las 178 viviendas analizadas en el catálogo que actuarían como las piezas del *puzzle* (Corrales Álvarez, 2016: 21). La otra razón de peso es la versatilidad que ofrecen las herramientas SIG a la hora de trabajar con datos de carácter espacial, así como la admisión de diferentes tipologías de formatos (De Soto Cañamares, 2010: 8).

Las bondades de estos entornos de trabajo son múltiples (Lock, 2003: 164-182), entre las que destacamos en el desarrollo de nuestro trabajo la facilidad de representación de entidades a través de puntos,

líneas y polígonos, el cálculo de diversas operaciones interrelacionadas con las entidades representadas y la obtención de un producto final de calidad en la presentación de los resultados, como son los mapas con que se ilustra el presente trabajo. En suma, los SIG forman parte de un conjunto de avances técnicos necesarios para la generación de nuevos paradigmas para tratar de superar viejas problemáticas (Kuhn, 1997: 20-32). Finalmente, debemos señalar que el *software* elegido para el desarrollo de este trabajo fue el *Arc Map 10.1* de la compañía *ESRI*.

El producto final creado con las nuevas tecnologías fue la elaboración de una planimetría arqueológica de la arquitectura doméstica de *Augusta Emerita* absolutamente nueva e inédita en el yacimiento atendiendo a los principios de generalización cartográfica. En este sentido, el objetivo de este proceso es la producción de una imagen

cartográfica, legible y expresiva en concordancia con el objetivo de los mapas en la cual priman la selección de elementos a representar, su clasificación, simplificación y simbolización (Cuenin, 1972). De acuerdo con esta propuesta planteamos tres niveles diferentes de visualización: planos de situación, planos “catastrales” y planos temáticos, cada uno con su consecuente modelización del pasado en relación con diferentes bases de datos espaciales (Palmer y Daly, 2006: 97-127).

### Planos de situación

El objetivo de esta planimetría es contextualizar la vivienda de la que se ocupa un registro en cuestión, en relación con el contexto doméstico general de la región en que se ubica, así como mostrar la relación con el resto de sectores urbanos que forman la ciudad (Fig.1).

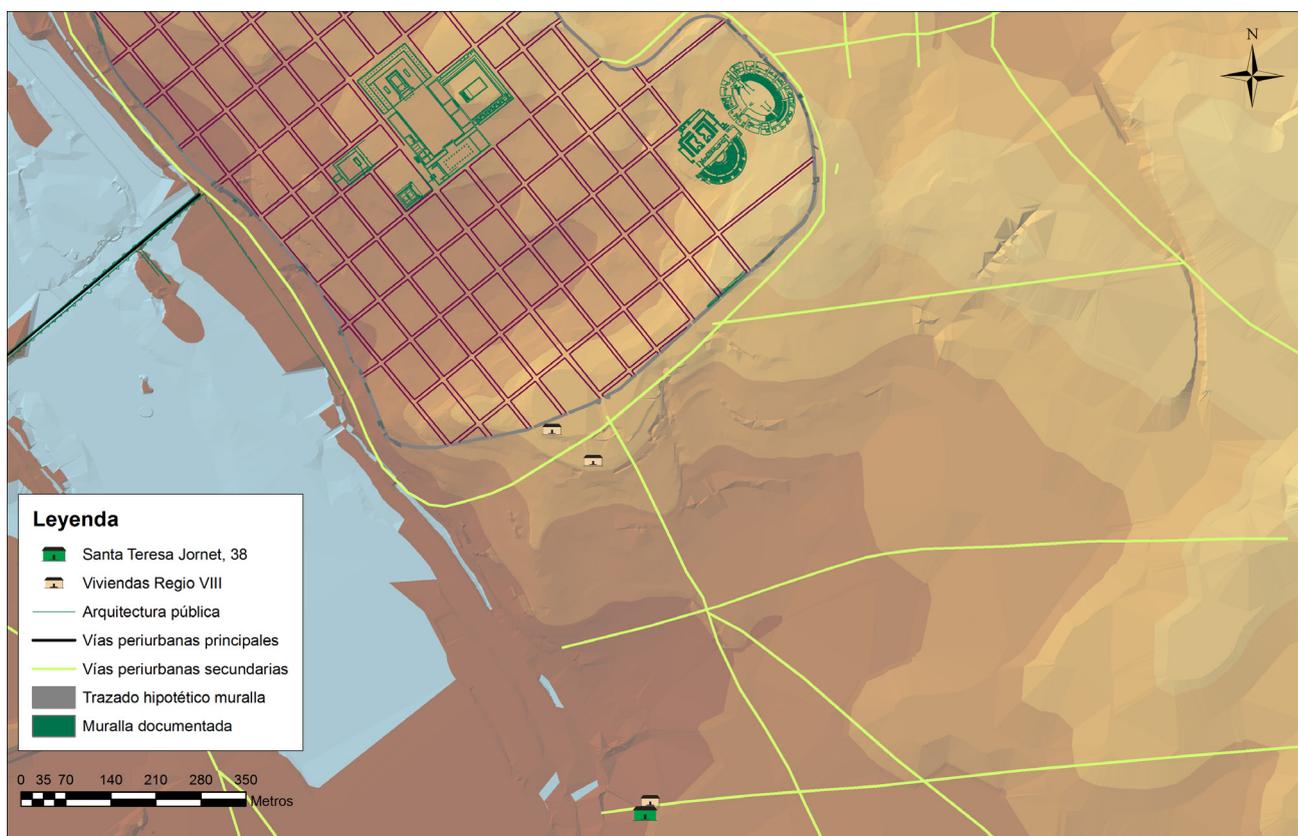


Fig. 1 - Plano de *Augusta Emerita* en el que se muestra la situación de la casa de la avda. Santa Teresa Jornet, 38, así como el contexto doméstico de la regio VIII, en relación con la trama urbana de la ciudad romana de época altoimperial, los principales espacios públicos y las vías periurbanas (Corrales Álvarez, 2016: Fig.1076).

Para ello fue necesario elaborar diferentes capas temáticas entre las que destacan: arquitectura doméstica, TIN corte (relativo a la hipsografía), hidrografía, viario, muralla<sup>3</sup> y arquitectura pública. En la base de datos espacial asociado a esta cartografía introducimos toda la información necesaria para delimitar el área de estudio que conllevan la localización y otros atributos (Wheatley y Gillings, 2002: 23). En el caso de las viviendas los campos a valorar son: FID, *Shape*, Nombre, Cronología, “X”, “Y”, Región y falsación. Todos los datos asociados a un registro concreto hacen de él una entidad diferente de la anterior. En estos mapas los valores centrales son los aportados por los campos “X e Y” donde se recogen las coordenadas UTM en huso 29 Norte ED 1950 de las viviendas representadas. Asimismo, el campo región representa la convención en que se dividió el urbanismo de la ciudad en cuatro regiones intramuros (I-IV, partiendo de la intersección entre cardo y decumano máximo), cuatro regiones extramuros (V-VIII, prolongación de los ejes viarios cardo y decumano máximo al exterior de la muralla) y una región intramuros de urbanismo especial (IX) reservada en un principio a los edificios de ocio y espectáculo (teatro y anfiteatro), pero donde también se documentaron casas.

### Planos “catastrales”

El objetivo de esta cartografía es contextualizar la vivienda de la que se ocupa un registro en cuestión, en relación con la manzana residencial en la que se edifica, así como ofrecer un marco de referencia que posibilite el establecimiento de pautas de carácter urbano, como la densidad de ocupación por *insula* (en caso de que la vivienda se sitúe al interior de la muralla). En última

instancia estas planimetrías muestran las tensiones generadas en la ciudad entre los espacios de carácter privado y los espacios destinados a edificios de naturaleza pública. En caso de que la vivienda analizada se localizase al exterior del recinto amurallado, la relación se establece con las vías periurbanas y la propia cerca de la ciudad (Fig.2).

Para la consecución de esta meta fue necesario elaborar diferentes capas temáticas entre las que destacan: arquitectura doméstica, cortes arqueológicos, TIN corte, hidrografía, viario, muralla y arquitectura pública.

A diferencia de los planos de situación, presentes en todos y cada una de las construcciones domésticas documentadas en *Augusta Emerita*, los planos catastrales sólo han podido generarse en relación con aquellas viviendas que contaron con un proceso de documentación exhaustivo. En este sentido existe un buen número de casas de las que no se tiene una planimetría detallada, por lo que resultó inviable la generación de este tipo de cartografía. La primera tarea que realizamos fue solicitar a las diferentes instituciones las planimetrías que se habían obtenido durante la realización de trabajos arqueológicos en la ciudad. Esta información se encontraba en diferentes formatos que debíamos unificar en *shape files*. Así, en primer lugar, la cartografía de las intervenciones más antiguas se había realizado en papel, por lo que tuvimos que digitalizar, georeferenciar y editar.

### Planos temáticos

La última de las planimetrías, según los principios de generalización cartográfica aplicados,

<sup>3</sup> Agradecemos la cortesía de D<sup>a</sup> Teresa Barrientos Vera por facilitarnos el acceso a los datos relativos a la muralla así como la libre disposición de los mismos.

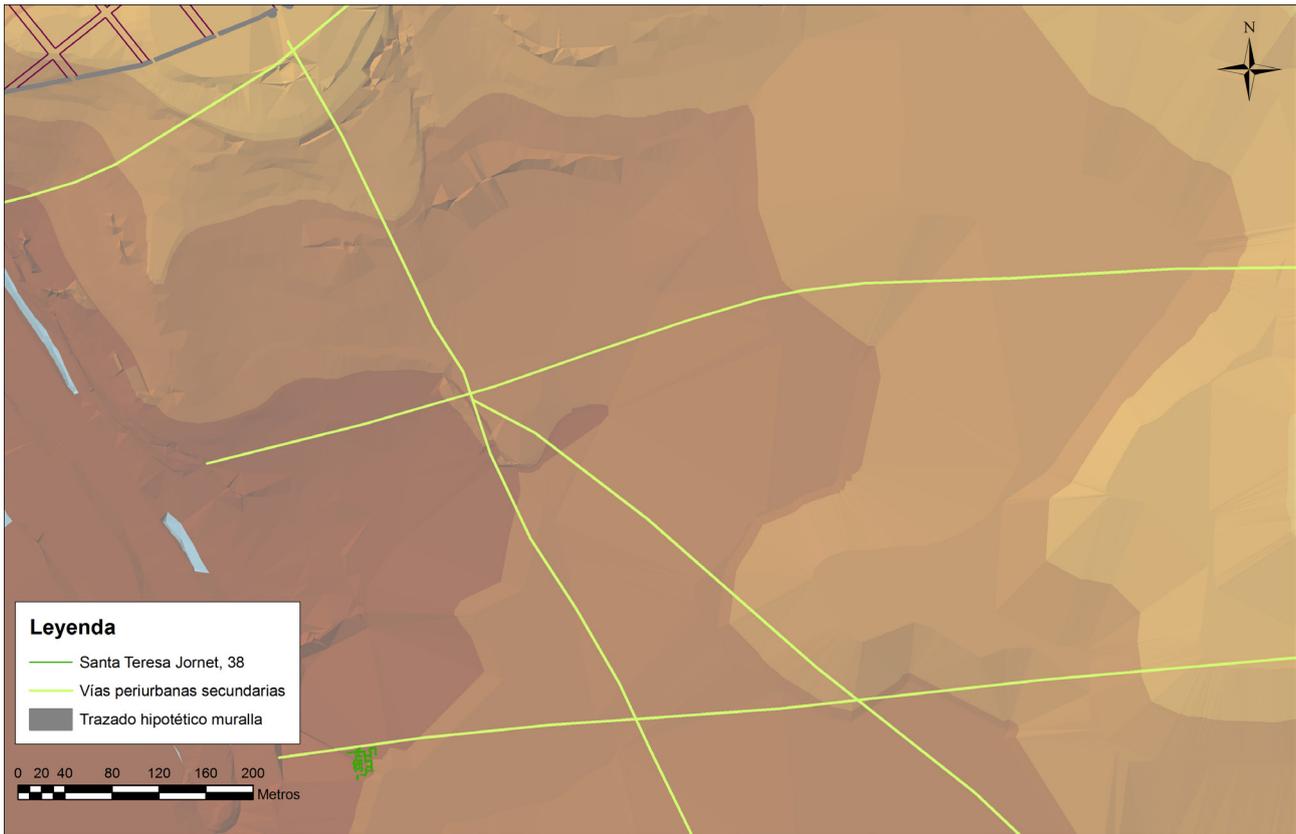


Fig. 2 - Plano de *Augusta Emerita* en el que se muestran los restos de la vivienda documentada en relación al trazado de la muralla y las vías periurbanas más próximas (Corrales Álvarez, 2016: Fig.1077).

tiene como objetivo la visualización de los diferentes ambientes que componen la vivienda de que se ocupa un registro en cuestión. Para ello solamente fue necesaria la edición de cada capa temática de las casas obtenidas mediante el doble filtro explicado en la fase anterior de trabajo. Al igual que sucedía con los planos catastrales, los planos temáticos de cada vivienda solamente pudieron editarse en relación con aquellas casas que contaron con un proceso de documentación exhaustivo. En este sentido existe una ingente cantidad de construcciones domésticas de las que no poseíamos una cartografía detallada, por lo que no resultó posible la elaboración de este tipo de planos. La edición de la capa temática de una vivienda es un proceso informático aparentemente sencillo, sin embargo, precisa una inversión muy grande de esfuerzo y tiempo. La información contenida fue elaborada enteramente a lo largo

de nuestro trabajo de investigación originando como resultado una nueva perspectiva global de aproximación a la realidad de la edificación doméstica de *Augusta Emerita*. Entre los principales atributos de esta capa se encuentra un *shape* de polilíneas, número de intervención, fase arqueológica, tipo de estructura, técnica constructiva y materiales de construcción. Estos datos se asocian, de manera individualizada, a cada una de las polilíneas que componen la entidad representada en el plano digital, consiguiendo un gran nivel de precisión en el diseño de la cartografía.

Fase arqueológica: Este atributo hace referencia al período histórico de construcción de cada polilínea de una estructura. Así, los valores que figuran en su descriptor comprenden el horizonte cultural romano emeritense: augustea, altoimperial, tardorromana y una especie de “cajón de sastre” denominado período romano no determinado,

cuando la cronología de los restos no puede ser precisada con exactitud (Fig.3). Para dotar de coherencia visual los diferentes planos se ha seguido el mismo código de colores que en el atributo cronología de la base de datos espacial de los planos de situación, es decir: el amarillo para la fase augustea, el verde para la etapa altoimperial, el azul para el período tardorromano y el rojo para el momento general, cuya exactitud no puede precisarse.

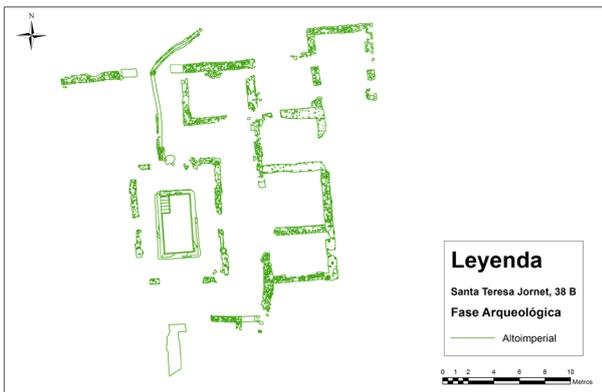


Fig. 3 - Planimetría de los restos arqueológicos en la que se muestra la fase arqueológica a la que se adscriben las estructuras documentadas (Corrales Álvarez, 2016: Fig.1078).

Tipo de estructura: Este campo establece una clasificación de las estructuras básicas que conforman los diversos ambientes de una vivienda. Dicha categorización admite los valores: cimentación, aparejo, marco, pilar, contrafuerte, solución de esquina, arco, bóveda, pozo, depósito, estanque, estructura de almacenamiento, umbral, ventana y escalera (Fig. 4).

Técnicas constructivas: Este atributo hace referencia al examen de los aparejos, esto es, la forma en que quedan colocados los materiales en una construcción. Esta clasificación admite los valores siguientes: mampostería, *opus signinum*, *opus testaceum*, *opus mixtum*, *opus africanum*, adobe y tapial (Fig. 5).

Materiales de construcción: Este campo se refiere a las materias primas o productos manufacturados utilizados en la construcción de las viviendas. De la misma forma que en los dos atributos anteriores,

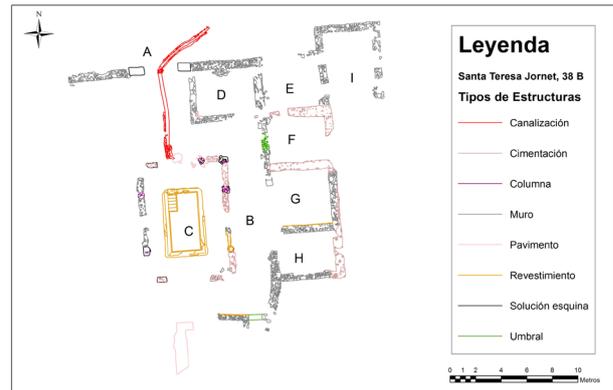


Fig. 4 - Planimetría de los restos arqueológicos en la que se muestran los tipos de estructuras documentadas (Corrales Álvarez, 2016: Fig.1079).

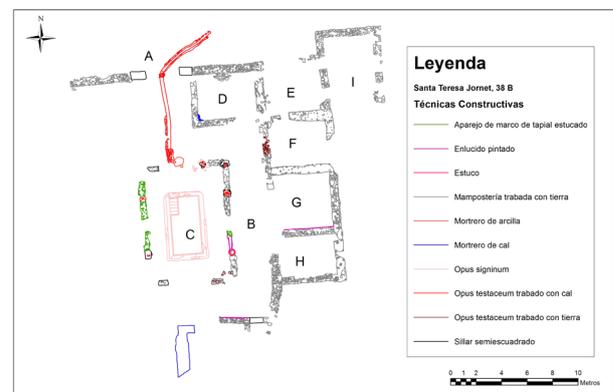


Fig. 5 - Planimetría de los restos arqueológicos en la que se muestran las técnicas constructivas documentadas (Corrales Álvarez, 2016: Fig.1080).

atendimos a unos criterios de clasificación que luego sirvieron para el desarrollo del capítulo de ecología de la construcción. Los valores admitidos son los más recurrentes en la litología de la comarca emeritense, si bien fue necesaria una tipología más detallada para distinguir elementos pertenecientes a un mismo grupo. Estos tipos fueron: anfibolita, arcilla, arenisca, caliza, cuarcita, pizarra, granito, mármol y vidrio (Fig.6).

## La gestión de la información adjunta

El verdadero poder de los SIG aplicado a la arquitectura doméstica de *Augusta Emerita* radica en la creación de una *geodatabase* donde se almacena toda la información digitalizada disponible de la vivienda generada tanto a raíz de las excavaciones

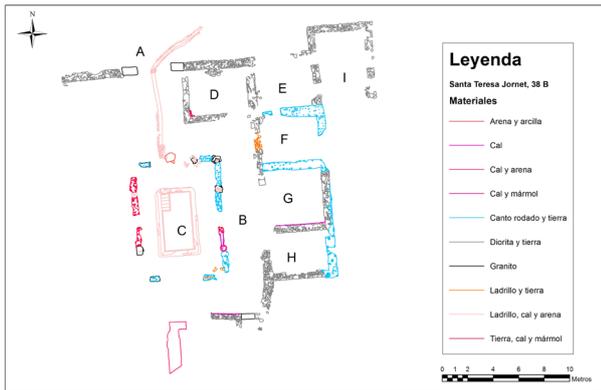


Fig. 6 - Planimetría de los restos arqueológicos en la que se muestran los materiales empleados en la fábrica de la construcción (Corrales Álvarez, 2016: Fig.1081).

(informes, archivos fotográficos, planimetrías, descripciones) como de la bibliografía que alude a cada casa de manera específica. Así, merced a la creación de una nueva capa temática denominada habitaciones (*shapefile* de puntos) digitalizada manualmente sobre cada una de las estancias de la vivienda, más un punto digitalizado en el umbral de acceso a la misma, se produce la obtención de datos precisos y concretos que resulta de obligada cumplimentación. El campo número de habitación (tipo texto) permite ordenar las estancias de la casa actuando como dominio principal.

El campo función (tipo texto) alude al tipo de actividad a que se destinaba una habitación concreta. Los valores que admite son: *taberna, cella ostiaria, vestibulum, cubiculum, cella penaria, culina, oecus/triclinium, tablinum, atrium, perystilum, viridarium, balneum*. Sin embargo, estos valores podrían ampliarse con la asimilación de la funcionalidad de algunas estancias que permanecen desconocidas hasta la fecha. El campo imagen (tipo *raster*) sirve para facilitar la comprensión de las planimetrías mediante la aportación de una fotografía de cada una de las dependencias (Fig.7). El segundo cuerpo de la *geodatabase* está formado por una serie de campos que no son de obligada cumplimentación, es decir, sólo se cubren con datos los campos de los que se posee información. Otra de las características comunes es que todos estos campos son de tipo texto. La nomenclatura de los campos hace referencia a la tipología de registro: numismática, epigrafía, vidrio, adorno personal, muestras óseas, malacofauna, que se completan con un campo de observaciones por

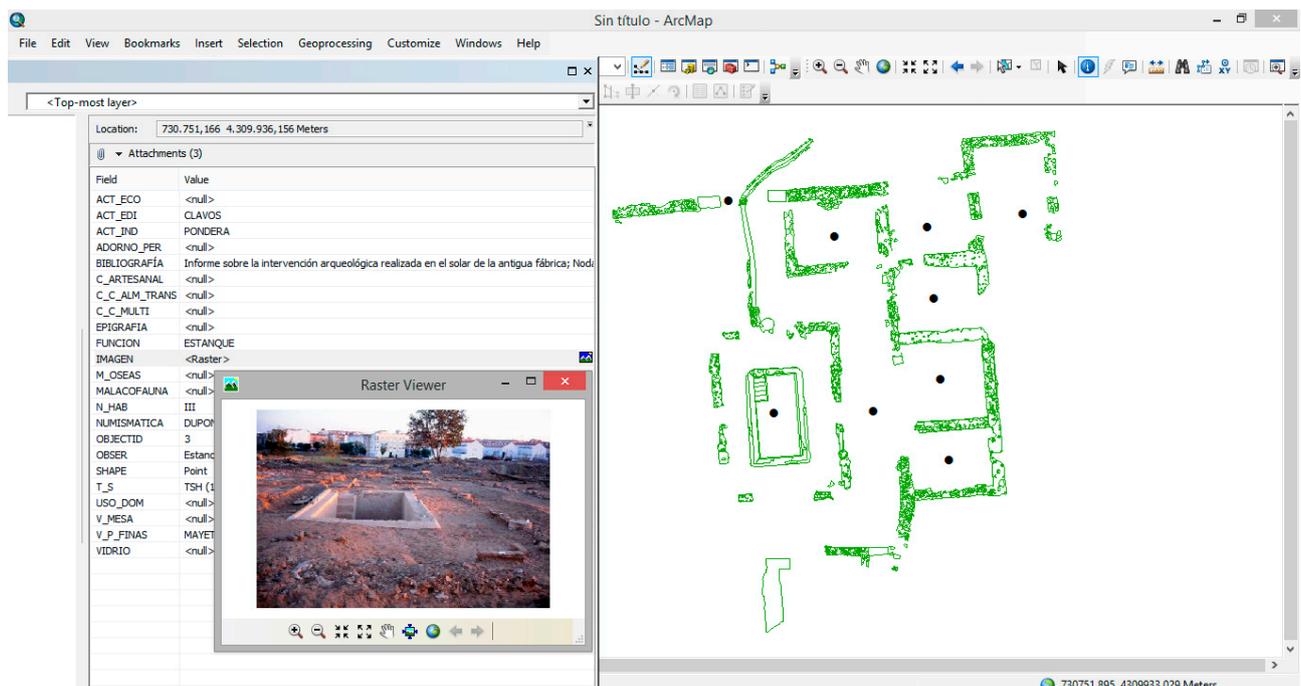


Fig. 7 - Vista de detalle de la interfaz de usuario del *raster viewer* (Elaboración propia de los autores).

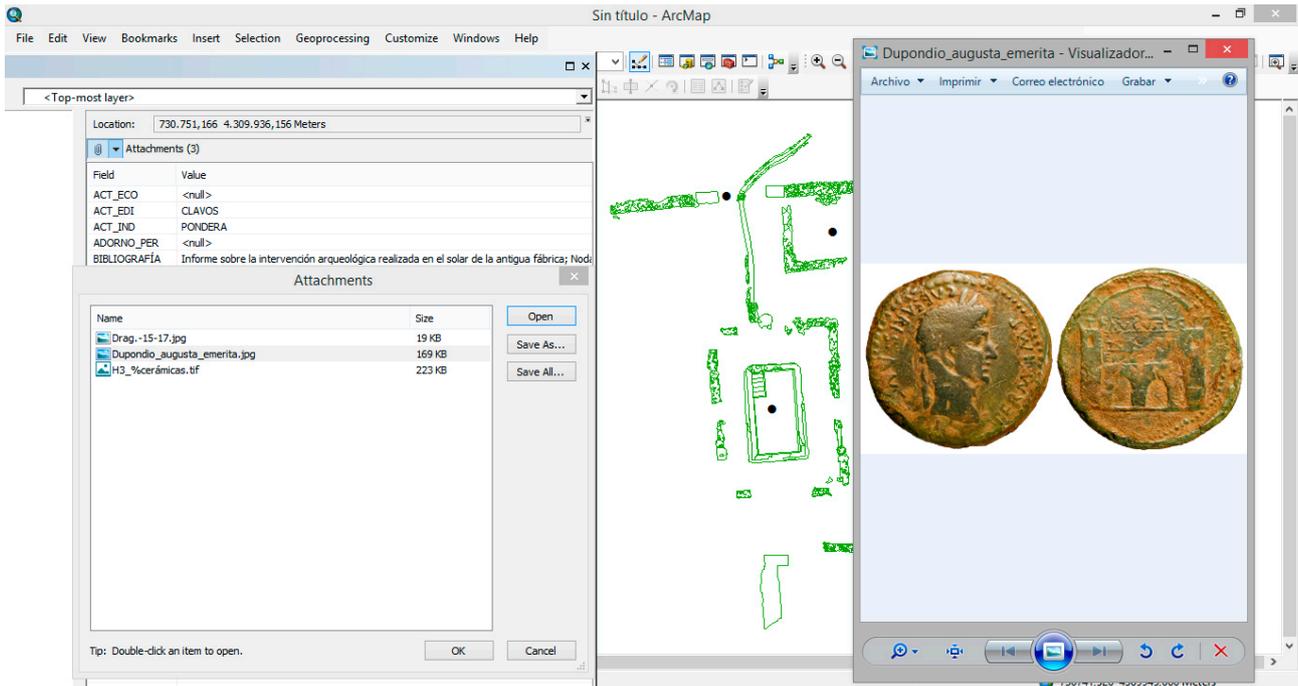


Fig. 8 - Vista de detalle de la interfaz de usuario del *attachments manager* (Elaboración propia de los autores).

si fuera de interés resaltar algún dato de manera específica.

El tercer y último cuerpo de la *geodatabase* está destinado a la documentación de la cultura material, de tal forma que, en campos especializados, se recoge la panoplia de elementos que se pueden registrar. Al igual que sucedía con el segundo cuerpo, todos los campos son de tipo texto y no son de obligada cumplimentación. La nomenclatura de los campos es la que sigue: vajilla de mesa *terra sigillata*, vajilla de mesa paredes finas, cerámica común almacenamiento y transporte, cerámica común de cocina, cerámica común servicio de mesa, cerámica común multifuncionales, cerámica uso artesanal, actividades económicas, uso doméstico, actividad edilicia, actividad industrial, que se completan con un campo denominado bibliografía que recoge una síntesis de los trabajos desarrollados de manera específica sobre cualquiera de los ítems.

Además, al plantear la minería de datos del SIG como una *geodatabase* hemos podido almacenar a

partir de la herramienta *Attachment Manager* un gestor de adjuntos que posibilita conectar dentro de la capa habitaciones (*shapefile* de puntos) una ingente cantidad de documentos en una vasta gama de formatos (\*.doc, \*.docx, \*.jpg, \*.tiff, \*.pdf) en los que simplemente haciendo doble clic sobre el elemento que queramos seleccionar en cuestión se da acceso en tiempo real.

Entre la información almacenada es de destacar fotografías de cada estancia de la casa, fotografías de los materiales documentados durante la excavación, el estudio de materiales de los objetos recuperados, bibliografía disponible sobre la casa y los materiales muebles, etcétera (Fig. 8).

#### 4. Consideraciones finales

El objeto de estudio de los SIG aplicado a la arquitectura doméstica de *Augusta Emerita* ha sido una experiencia piloto. Debido al éxito categórico de su implantación se baraja su exportación a otras tipologías edilicias del yacimiento, como la arquitectura pública o la arquitectura privada funeraria.

La potencialidad mostrada por la unión de los entornos SIG con bases de datos espaciales y su aplicación en el yacimiento romano de Mérida puede exportarse a cualquier campo de actuación arqueológica, siempre y cuando se trabaje a partir de unos criterios científicos.

Los resultados de la investigación animan a mirar al futuro con la esperanza de difundir el patrimonio arqueológico cada vez a más personas. Este hecho pasa por democratizar el acceso a la información y poder no sólo crear y compartir mapas vía web GIS.

Como es bien sabido, el panorama de las publicaciones de la edificación doméstica de época romana está lejos de ser satisfactorio. Los SIG constituyen una de las herramientas más apropiadas en el ámbito de la Arqueología para coordinar una ingente cantidad de información procedente de diversas fuentes en un marco topográfico de referencia concreto. Los SIG son buenos para el manejo flexible de información compleja, pero no constituyen un fin en sí mismos, sino que son una metodología para resolver problemáticas que deben plantearse. Las preguntas a las que deben dar respuesta deben ser generadas por una extensa lectura de bibliografía, así como de trabajo de campo de los autores acerca de la arquitectura doméstica de época romana.

## Bibliografía

- ALBA CALZADO, Miguel (2004). Arquitectura doméstica. In Xavier Dupré Raventós (ed.) *Colonia Augusta Emerita*. Roma: L'Erma di Bretschneider, pp. 67-85.
- ÁLVAREZ MARTÍNEZ, José María (1985). Excavaciones en *Augusta Emerita*. In *Arqueología de las ciudades modernas superpuestas a las antiguas*. Zaragoza: Ministerio de Cultura, Dirección General de Bellas Artes y Archivos (Institución Fernando el Católico), pp. 35-54.
- ARROYO BARRANTES, Isidoro (1998). La aplicación de la informática en el Consorcio de la Ciudad Monumental de Mérida. *Memoria Excavaciones Arqueológicas en Mérida*, 2. Mérida: Consorcio de la Ciudad Monumental de Mérida, pp. 387-396.
- ARROYO BARRANTES, Isidoro, BARRIENTOS VERA, Teresa y MATEOS CRUZ, Pedro (2011). Proceso de diseño y configuración de un Sistema de Información para la gestión del patrimonio emeritense. In Los SIG y el análisis arqueológico del territorio, *Anejos de AEspA*, LIX. Mérida: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, pp. 679-694.
- BALIL ILLANA, Alberto (1959). La casa romana en España. In *V Congreso Nacional de Arqueología*. Zaragoza: Secretaría General Congresos Arqueológicos Nacionales, pp. 284-287.
- BALIL ILLANA, Alberto (1976). Sobre la arquitectura doméstica en Emérita. In Antonio Blanco Frejeiro (ed.) *Actas del Simposio internacional conmemorativo del bimilenario de Mérida*. Madrid: Dirección General del Patrimonio Artístico y Cultural del Ministerio de Educación y Ciencia y Patronato de la Ciudad de Mérida, pp.75-91.
- BERMEJO MELÉNDEZ, Javier y CAMPOS CARRASCO, Juan Manuel (2013). El mundo urbano romano en el occidente de la Bética. Balance y perspectivas de futuro. In Juan Manuel Campos Carrasco y Javier Bermejo Meléndez (eds.) *Roma en el occidente de la Baetica. Civitas et ager en el territorio onubense*. Roma-Huelva: L'Erma di Bretschneider-Universidad de Huelva, pp. 393-394.
- CORREIA, Virgílio Hipólito (2013). *A Arquitectura Doméstica de Conimbriga e as Estruturas Económicas e Sociais da Cidade Romana*. Coimbra: CEAUCP-DGPC-LAC.
- CORRALES ÁLVAREZ, Álvaro (2011). La arquitectura doméstica en *Augusta Emerita*. 100 años de investigación arqueológica. In Pedro Mateos Cruz; José María Álvarez Martínez (eds.) *Actas Congreso Internacional 1910-2010: el yacimiento emeritense*. Mérida: Ayuntamiento de Mérida, pp. 311-326.
- CORRALES ÁLVAREZ, Álvaro (2016). *La arquitectura doméstica de Augusta Emerita* (Anejos de AEspA; LXXVI). Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas.

- CORRALES ÁLVAREZ, Álvaro (ed.) (2022). *The language of the urban domestic architecture as an expression of identity in the Roman world* (Mytra 11). Mérida: Instituto de Arqueología de Mérida.
- CUENIN, René (1972). *Cartographie generale*. Paris : Eyrolles.
- DE SOTO CAÑAMARES, Pau (2010). *Anàlisi de la xarxa de comunicacions i del transport a la Catalunya romana: estudis de distribució i mobilitat*. Tesis doctoral inédita). Departamento de Ciencias de la Antigüedad y de la Edad Media. Barcelona: Universidad Autónoma de Barcelona.
- GALINIÉ, Henri; RANDOIN, Bernard (1979). *Les archives du sol à Tours : survie et avenir de l'archéologie de la ville*. Tours: La Sinarre.
- GÓMEZ RODRÍGUEZ, Águeda (2010). *La arquitectura doméstica urbana en época romana en la Provincia Baetica*. Huelva: Universidad de Huelva.
- KUHN, Thomas Samuel (1997). *La estructura de las revoluciones científicas*. México: Fondo de Cultura Económica.
- LOCK, Gary (2003). *Using computers in archaeology. Towards virtual pasts*. London-New York: Routledge.
- MACIAS SOLÉ, José María (2004). *Arquitectura doméstica*. In Xavier Dupré Raventós (ed.) *Tarragona: colonia iulia urbs triumphalis Tarraco*. Roma: L'Erma di Bretschneider, pp.73-82.
- MATEOS CRUZ, Pedro (2001). *Augusta Emerita*. La investigación arqueológica en una ciudad de época romana. *Archivo Español de Arqueología*, 74, pp.183-208.
- MATEOS CRUZ, Pedro (2011). *Topografía y urbanismo en Augusta Emerita*. In Pedro Mateos Cruz; José María Álvarez Martínez (eds.) *Actas Congreso Internacional 1910-2010: el yacimiento emeritense*. Mérida: Ayuntamiento de Mérida, pp. 127-144.
- PALMER, Carol; DALY, Patrick (2006). *Bedouin and digital archaeology*. In Thomas Evans; Patrick Daly (eds.) *Digital Archaeology. Bridging method and theory*. London-New York: Routledge, pp. 97-127.
- PIZZO, Antonio (ed.) (2022). *La arquitectura doméstica urbana de la Lusitania romana* (Mytra 6). Mérida: Instituto de Arqueología de Mérida.
- RODRÍGUEZ TEMIÑO, Ignacio (2004). *Arqueología urbana en España*. Barcelona: Ariel.
- RODRÍGUEZ TEMIÑO, Ignacio (2010). *Arqueología urbana en tiempos de crisis*. In *Arqueología, patrimonio histórico y urbanismo en las ciudades Patrimonio de la Humanidad*. Madrid: Ministerio de Cultura, pp.17-29.
- VAQUERIZO GIL, Desiderio (2004). *Arquitectura doméstica y funeraria*. In Xavier Dupré Raventós (ed.) *Córdoba. Colonia Patricia Corduba*. Roma: L'Erma di Bretschneider, pp. 81-94.
- WHEATLEY, David; GILLINGS, Mark (2002). *Spatial technology and archaeology. The archaeological applications of GIS*. New York: Taylor & Francis.
- ZUBROW, Ezra (2006). *Digital Archaeology. A historical context*. In Thomas Evans; Patrick Daly (eds.) *Digital Archaeology. Bridging method and theory*. London-New York: Routledge, pp. 10- 31.

# DOCUMENTACIÓN DE NUEVAS LABORES ROMANAS EN RIOTINTO (HUELVA) 2014-2016

*Recebido: 20 de Março de 2017 / Aprovado: 25 de Novembro de 2018*

## **Aquilino Delgado Domínguez<sup>1</sup>**

Museo Minero de Riotinto, Fundación Río Tinto, HUM 838

## **Juan Aurelio Pérez Macías<sup>2</sup>**

Universidad de Huelva, HUM 838

## **Maria del Carmen Quintero Cristóbal<sup>3</sup>**

Fundación Río Tinto

## **María de la Cinta Regalado Ortega<sup>4</sup>**

Fundación Río Tinto

### **Resumen**

Este trabajo trata sobre las labores mineras romanas halladas en Riotinto desde 2014 hasta 2016. En 2014, ante la posibilidad de la reapertura de la mina de Riotinto, se hizo primero una Prospección Arqueológica del área minera en 2014. Con los resultados de la Prospección se determinaron las zonas donde iba a ser necesario desarrollar el Control Arqueológico de Movimientos de Tierras de las operaciones mineras y de forma complementaria se articuló un Seguimiento Arqueológico del Proyecto Riotinto. Durante estos trabajos, se han hallado varias labores romanas mineras en las masas Salomón, Lago y Dehesa.

**Palabras-clave:** galerías; mineras; romanas; Riotinto.

### **Abstract**

This paper is about the Roman mining works found in Riotinto from 2014 until 2016. In 2014, before the possibility of reopening the mine of Riotinto, an Archaeological Survey of the mining area was first carried out. With the results of the Survey, the areas where it was necessary to develop the Archaeological Control of Land Movement of the mining operations were determined. In addition, the Archaeological Follow-up of the Riotinto Project was articulated. During these works, several Roman mining works have been found in the lodes of Solomon, Lago and Dehesa.

**Keywords:** galleries; mining; Roman; Riotinto.

---

1 museominero@fundacionriotinto.es

2 japerez@dhis1.uhu.es

3 mcqc76@gmail.com

4 cintaregalado@gmail.com

## 1. La Investigación Arqueológica en Riotinto.

Desde la reapertura de las minas de Riotinto en 1725, en época borbónica, fueron comunes los hallazgos de restos arqueológicos. Sin embargo, la única pieza del siglo XVIII de la que contamos con datos de su descubrimiento fue la placa de bronce con inscripción hallada el 31 de julio de 1762 durante las labores de investigación en la Galería San Carlos (CIL II 956), en las proximidades de Masa Planes. Es una inscripción dedicada por Pudente, *Procurator [metallorum]*, al emperador Marco Cocceio Nerva.

Durante el siglo XIX los ingenieros de minas a cargo del establecimiento minero de Riotinto llevaron a cabo excavaciones, como recoge Ezquerro del Bayo en uno de sus trabajos, desarrolladas en colaboración con Ignacio Goyanes, ingeniero de minas en funciones de ayudante del director de la mina (Ezquerro del Bayo, 1839: 348).

Frente a los técnicos que tenían una mentalidad coleccionista, hubo otros con más sensibilidad. Así, aunque muchas de las piezas recogidas fueron a parar a manos privadas, algunas también fueron depositadas en el Museo de la Escuela de Minas, que en buena parte pasaron en 1868 al actual Museo Arqueológico Nacional. Esta intención de conservar el patrimonio minero hallado en Riotinto y en otras minas hispanas fue defendida por varios ingenieros. La defensa más clara la realizó Ramón Rúa Figueroa:

*“Es sensible que en nuestra Escuela de Minas no se haya organizado todavía un museo arqueológico-minero, cuando tan numerosos como dignos de estudio serían los elementos que concurrirían a formarle, recogidos en nuestras comarcas mineras explotadas desde los tiempos más remotos”* (Rúa Figueroa, 1864: 46, nota nº1).

Habría que esperar a la segunda mitad de los años sesenta para que se desarrollaran en Riotinto las primeras excavaciones con metodología arqueológica, que estuvieron centradas en el estudio del yacimiento de Cerro Salomón, pues la Compañía que entonces trabajaba el yacimiento minero, Río Tinto Patiño, iba a explotar la mineralización de gossan sobre la que se encontraba. Así, entre 1966 y 1967 se desarrollaron dos campañas de excavación subvencionadas por esa compañía minera y la Universidad de Emory (Atlanta, USA), dirigidas por Antonio Blanco Freijero, José María Luzón Nogué y Diego Ruíz Mata (Universidad de Sevilla), y los resultados se publicaron en 1970 (Blanco, Luzón y Ruiz, 1970: 5-38).

En ese mismo año, J. Mffi Luzón Nogué y D. Ruíz Mata realizaron la primera campaña de excavación en Cortalago/Llano de los Tesoros, donde se delimitó una zona próxima a la explotación a roza abierta de Masa Lago. También se desarrollaron sondeos estratigráficos en la necrópolis de la Dehesa, y durante la realización de estos trabajos fue hallada de forma fortuita la lápida funeraria de *Lucius Iulius Reburinus* (Luzón y Ruiz, 1970: 136-138).

En 1977, tras la constitución de Río Tinto Minera S.A., se determinó que ante la inminencia de la explotación de todas las monteras de gossan se desarrollaran trabajos arqueológicos previos. En 1978 y 1979, G.D.G. Jones (Universidad de Manchester) excavó una parte de la necrópolis de La Dehesa, que había quedado entre las instalaciones industriales y las oficinas de Cerro Colorado, y delimitó la zona de la necrópolis conocida como del Stock de Gossan, por encontrarse bajo la capa de esta mineralización extraída desde 1892 y 1931 de la montera de Filón Norte. Mayor relevancia tuvo su intervención en

el poblado de Cortalago/Llano de los Tesoros, en el que realizó una primera lectura de la estratigrafía (Jones, 1981: 153).

Después se contactó con el Instituto de Estudios Arqueometalúrgicos (IAMS) y el Departamento de Arqueología y Prehistoria de la Universidad de Sevilla para la elaboración de un proyecto de investigación, el Proyecto Arqueometalúrgico de la provincia de Huelva (Huelva Archaeometallurgical Project, HAP). Dentro de este proyecto se realizaron varias intervenciones dirigidas en un primer momento por Donalson, Fernandez-Posse y Sánchez Palencia en el asentamiento romano de Cortalago/Llano de los Tesoros. Se practicaron sondeos para estudiar los niveles de habitación romanos y el escurial. También se realizó una intensa prospección de la zona minera en explotación, elaborándose de esta forma una primera carta arqueológica de la zona de minería (Blanco y Rothenberg, 1981: 162-182).

Por la importancia que iba adquiriendo el patrimonio arqueometalúrgico tras estas investigaciones, Río Tinto Minera S.A. creó en 1981 un Departamento de Patrimonio Histórico. A partir de 1984 se puso en marcha un nuevo proyecto, el Proyecto Riotinto, codirigido por Beno Rothenberg y Juan Aurelio Pérez Macías, cuyo objetivo era la investigación de los distintos yacimientos inventariados, sobre todo los que iban a verse afectados por las futuras explotaciones mineras.

El yacimiento más investigado fue Cortalago, con campañas arqueológicas que se prolongaron desde 1984 a 1990 (Rothenberg y Pérez, 1986: 380-391; Pérez Macías, 1998: 108-141). En estas excavaciones se estudió en profundidad el hábitat de Cortalago/Llano de los Tesoros, se realizaron sondeos estratigráficos desde los estratos fundacionales hasta los de época romana y se diferenciaron las fases julio-claudia, flavia y antonina.

La zona donde se ubicaba este yacimiento fue catalogada como “Zona Arqueología”, y para su protección quedó al margen de las zonas de operaciones mineras de extracción. También se llevaron a cabo excavaciones de urgencia en la necrópolis del Stock de Gossan, donde se limpiaron algunas tumbas en fosa y se recuperó un *bustum* infantil (Pérez Macías, 1986: 190-192). El proyecto atendió así mismo a la investigación de otros yacimientos situados en el extrarradio del área mineralizada, como el Cerro del Moro (Pérez y Delgado, 2007: 137-184). Es importante destacar igualmente que en estos años se iniciaron diversos trabajos arqueometalúrgicos sobre Riotinto (Craddock *et al.*, 1985: 199-214; Hunt Ortiz, 1988: 601-612; Rothenberg *et al.*, 1990: 57-70; Pérez Macías 1998: 207-218), que se han mantenido hasta nuestros días en diversos proyectos de investigación (Anguilano *et al.*, 2010: 269-276; Pérez y Delgado, 2014: 255-265).

Desde fines de los años 90 del siglo pasado no se han realizado intervenciones arqueológicas dentro de las instalaciones mineras, con la salvedad del cerramiento de la necrópolis de La Dehesa.

Por el tema que nos ocupa, hay que subrayar que estos trabajos de excavación se acompañaron de un minucioso levantamiento de los restos de minería romana que se conservaban en la zona de Filón Norte. El trabajo fue iniciado por el equipo del Peak District Mining Museum y continuó después por el Museo Minero de Riotinto. A través de estos trabajos contamos con una idea bastante fiel de los caracteres de la minería romana en Riotinto (Pérez y Delgado, 2011: 3-16). Sabemos que las extracciones se extendieron en todas las masas conocidas, las de la zona de Filón Norte para la explotación de los minerales argentíferos (Salomón, Lago, Dehesa, Mal Año, Cerro Colorado, Argamasilla, San Lucas,

Quebrantahuesos y San Dionisio) y las de Filón Sur y Planes para la producción de cobre.

El método de trabajo partía de una exploración por medio de pozos desde la superficie, hasta alcanzar los niveles de base del gossan y el contacto con el nivel freático, cota a la que se encontraban los minerales de plata (gossan jarosítico) y cobre con más leyes (sulfuros secundarios). De esta exploración nos quedan los planos de Cerro Colorado, completamente perforado por estos pozos en una prospección que no encontró finalmente una masa.

Cuando se alcanzaban bolsas de mineral con buenas leyes, se extraían formando grandes cámaras de explotación de formas muy irregulares, algunas muy conocidas en la literatura de la historia de Riotinto, entre ellas las de Silo de la Mota, Cueva del Lago o de los Murciélagos, Cueva del Tabaco, Pozos Amargos, Hoyo de la Reina, Cueva del Salitre, Cueva de la Reina Mora, Cuevas de Sobial, Cueva Dehesa, etc. Esta explotación se veía favorecida por medidas de seguridad y saneamiento, las entibaciones cuando los terrenos no eran firmes y el desagüe del agua ácida que se iba acumulando en el piso de estas extracciones, que se drenaba por medio de galerías inclinadas o por medios mecánicos (norias, poleas de cangilones, tornillos de Arquímedes, bombas de Ctesibio, etc.). Pilares y columnas que se dejaban sin excavar ayudaban también a evitar derrumbes y atoramientos.

La exploración podía continuar entonces también desde el interior, por medio de pequeñas galerías muy regulares, y cuando se alcanzaba otra zona rentable volvían a excavar cámaras (anchurones) para su completa extracción. Podía incluso explorarse un nivel inferior mediante contrapozos y galerías inclinadas, a través de los cuales era más cómoda la evacuación del mineral. La facilidad de trabajo también se conseguía con explotaciones

en realce, para que el mineral cayera por su propio peso.

Lo más significativo es que a pesar de que no contemos con un plano completo de todas las labores romanas y dé la impresión de que no existe orden en las labores, la minería era una actividad perfectamente regulada, tanto desde el punto de vista de su planificación minera como de su gestión administrativa (Pérez y Delgado, 2014: 251-264). Es posible que con los escasos restos conservados no alcancemos a comprender todo el sistema minero en Riotinto, pero la rica variedad tipológica de las labores es ya un reflejo de los modelos que rigen los objetivos de las labores de interior. En el exterior, el control sobre el mineral extraído es también una consecuencia de un seguimiento pormenorizado de todos los pasos que exige la producción metálica.

## 2. Intervenciones Arqueológicas 2014 - 2016.

A partir de 2014 se ha recuperado la investigación arqueológica en el área de operaciones mineras, circunscritas a las masas Salomón, Lago, Quebrantahuesos, San Lucas, Dehesa, Argamasilla y Cerro Colorado, siendo el objeto de este trabajo dar a conocer las labores romanas documentadas en las mismas.

Antes de reanudarse la investigación arqueológica, La Cuenca Minera de Riotinto-Nerva recibió por Decreto 504/2012 de 16 de Octubre la inscripción en el Catálogo General de Patrimonio Histórico Andaluz como Bien de Interés Cultural con la tipología de Zona Patrimonial, que incluye los términos municipales de Nerva, El Campillo y Minas de Riotinto (BOJA 208, de 23 de octubre de 2012: 23-54) (Fig. 1).

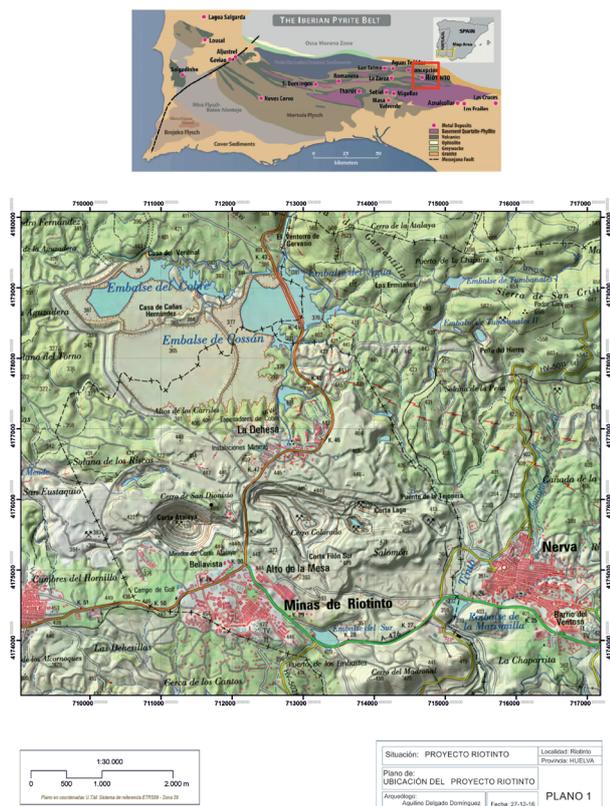


Fig. 1 - Ubicación del Proyecto Riotinto.

Para la reapertura de un nuevo Proyecto Minero en Riotinto por parte de la compañía Atalaya Mining S.L. y con el fin de tener un conocimiento profundo del área donde iban a desarrollarse las operaciones mineras, se elaboró un proyecto con el que gestionar los bienes patrimoniales que se encontraban en esa zona. Por ello, en la Autorización Ambiental Unificada se recogían las condiciones indicadas por la Comisión Provincial de Patrimonio Histórico de Huelva, que establecía la obligatoriedad de llevar a cabo la Actividad Arqueológica Preventiva de Prospección Arqueológica Superficial del Área del Proyecto Riotinto, que fue realizada por el equipo arqueológico de la Fundación Río Tinto, dirigido por Aquilino Delgado. Esta prospección arqueológica se desarrolló en los meses de noviembre y diciembre de 2014, y su objetivo era obtener una visión global del área en la que se desarrollaría este nuevo proyecto minero. Entre sus resultados se encuentran el registro de nuevos

yacimientos y elementos arqueológicos, entre ellos por su significación los restos de la Fundición de Planes de 1787, la más antigua de época contemporánea, y el hallazgo de un horno metalúrgico romano en un óptimo estado de conservación (Delgado y García, 2017: 7).

Con los datos obtenidos durante esta prospección, se definieron las directrices para la gestión del Patrimonio Histórico en el Área del Proyecto Minero Riotinto, que fue informado favorablemente por la Comisión Provincial de Patrimonio Histórico de Huelva. Con relación a ella se elaboró el Proyecto de Actividad Arqueológica Preventiva de Control Arqueológico de Movimientos de Tierra en el Área del Proyecto Minero Riotinto, dirigido por Aquilino Delgado. Intervención que se viene desarrollando de forma ininterrumpida desde el 5/5/2015. En paralelo a este proyecto se han realizado trabajos arqueológicos para la extracción del horno metalúrgico romano que fue hallado durante la prospección en 2014, la Documentación y Limpieza en la Necrópolis de la Dehesa y el Estudio estratigráfico de algunos de los escoriales hallados durante la prospección.

La zona donde se realizaron los trabajos de Prospección y donde se vienen desarrollando los de Control Arqueológico de Movimientos de Tierra está situada en Filón Norte (Masas Dehesa, Lago, Argamasilla, Salomón, Quebrantahuesos y San Lucas) (Fig. 2).

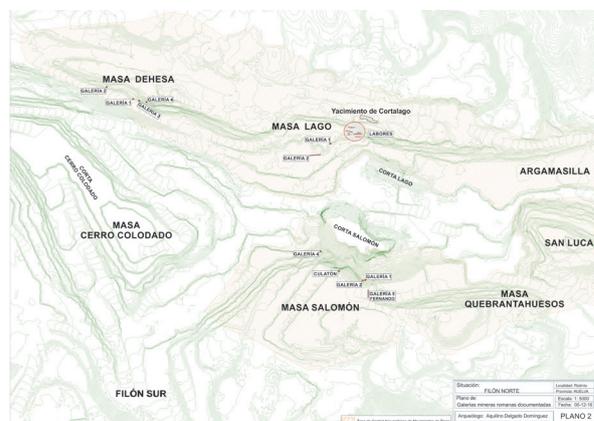


Fig. 2 - Plano de los trabajos mineros romanos hallados en Filón Norte.

### 3. Nuevas Labores Romanas en Minas de Riotinto.

Durante la segunda mitad de los años ochenta del siglo pasado se inició un estudio y documentación sistemática de las labores mineras romanas. Este trabajo se hizo necesario ante la ampliación de las zonas de minería en el área de Filón Norte (Masas Lago, Dehesa y Salomón). En estos años se explotaría el gossan *in situ*, los óxidos e hidróxidos de hierro con cantidades rentables de oro y plata, de los que mediante el proceso de cianuración se podían obtener estos metales preciosos. Además de generar una completa documentación (cartográfica y fotográfica) de los trabajos mineros romanos, se detectó que se encontraban entre la cota 440 y 410 m (Pérez *et al.*, 1991: 39). La publicación de sus resultados (Pérez *et al.*, 1991: 37-75; Willies, 1997: 17-28) nos sirven hoy de referencia sobre la tipología de las labores mineras romanas en Riotinto.

Sin embargo, desde 1995 los trabajos mineros fueron realizados sin ningún tipo de control arqueológico, pues en esos momentos de crisis minera, con bajas posibilidades de obtener oro y plata y en una coyuntura con bajos precios del cobre, se desarrolló una minería sin planificación, próxima al antiguo método de hurto. Este sistema de explotación se prolongó hasta 2002 y se centró en el tren de bancos ubicados al sur del yacimiento en Cortalago, donde no hubo posibilidades de efectuar un seguimiento arqueológico y de llevar a cabo el estudio de las labores romanas que iban apareciendo.

Con la puesta en marcha del nuevo Proyecto Riotinto por Atalaya Riotinto Minera, hemos tenido la oportunidad de registrar las labores romanas que van apareciendo en la zona de minería. Todas las labores que presentamos en este trabajo han sido documentadas en Filón Norte. Esta área está formada por las

masas de Salomón, Lago, Dehesa, Argamasilla y Quebrantahuesos, y el *stockwork* de Cerro Colorado. En esta zona se desarrolló la minería argentífera desde época protohistórica y tuvo su máximo apogeo de explotación desde inicios del s. I a.C. hasta fines del s. II d.C. A partir de esta fecha el laboreo minero-metalúrgico fue casi testimonial hasta el primer cuarto del siglo XVIII, cuando tras el Real Asiento de Wolters se reinició la explotación de las minas de Riotinto. En realidad, esta zona no comenzará a ser explotada hasta bien entrada la década de los años 80 del siglo XIX por la compañía británica *Rio Tinto Company Limited*, pues las labores de época borbónica se habían centrado en Filón Sur. En esta nueva etapa se explotaron todas las masas conocidas, al principio por contramina (minería de interior) y desde fines de los años 80 del siglo XIX hasta los años 30 del siglo XX por explotaciones a cielo abierto. Salvo en masa de Los Planes, el resto de las masas dieron forma a Corta Dehesa, Corta Lago, Corta Salomón, Corta Filón Sur y Corta Atalaya.

Tras la Guerra Civil Española, los trabajos se centraron en las masas de mayores leyes en cobre (Filón Sur, Planes y San Dionisio), y no fue hasta fines de los años sesenta cuando la compañía minera Rio Tinto Patiño comenzó la explotación de Filón Norte con la intención de beneficiar el oro y plata que contenía el gossan de los desmontes de esas cortas, almacenado en reserva (Stock de Gossan). Además, se abrió una nueva Corta, la de Cerro Colorado, para explotar las mineralizaciones de cobre en forma de *stockwork* (García Palomero, 1980: 88). Debido a la ampliación de la Corta de Cerro Colorado, está actualmente está casi unida con las antiguas cortas de Lago por el norte, y Salomón al sur y este.

En este trabajo nos centraremos en la descripción de las nuevas labores mineras descubiertas

durante la prospección de 2014 y el Control Arqueológico de Movimientos de Tierra en curso, entre 5/5/2015 y 31/12/2016, y el Seguimiento Arqueológico desarrollado desde julio de 2015 hasta 2016, en su topografía y en su clasificación. Para ello seguiremos el criterio de agruparlas según su situación en cada una de las masas.

### 3.1. Labores Romanas en Corta Dehesa.

La excavación a cielo abierto de Masa Dehesa comenzó en 1902 y solo estuvo en explotación treinta años (Pinedo Vara, 1963: 159-161). A partir de noviembre de 1967 comenzó la apertura de la nueva Corta Cerro Colorado para la explotación de su montera ferruginosa de gossan, con contenidos rentables de oro y plata. Esta nueva corta fagocitó el talud sur, oeste y este de la antigua Corta Dehesa. Actualmente sólo se conserva el talud norte, parcialmente modificado por la pista principal que baja hasta las demás masas.

En este perfil septentrional de la Corta Dehesa, se hallaron labores romanas en los años 80 (Pérez, Funes y Pumares, 1985: 28). Durante la Prospección (Delgado y García, 2017: 1-10), el Control Arqueológico de Movimientos de Tierra (Delgado y Quintero, 2016: 36-37) y el Seguimiento Arqueológico (Iglesias García, 2015 y 2016), se han localizado nuevas labores que pasamos a describir a continuación.

3.1.1. Galería Dehesa 1. Documentada durante la prospección realizada en noviembre de 2014 (Delgado y García, 2017: 1-2) es una galería situada en el talud norte de Corta Dehesa, en la cota 402 m, junto a la pista principal. Se encuentra en la zona inferior de gossan, en la zona de contacto con la mineralización de sulfuros. Es una labor de sección rectangular redondeada en el techo, y tiene unas dimensiones de 2,16 m de altura y 0,80 m de ancho. Está colmatada en el suelo y los costados por lamas

de arcilla fina, y en la parte del techo se aprecia una profundidad de 0,51 m. Presenta una orientación noroeste-suroeste y está inclinada hacia el sureste.

Al lado de esta zona de extracción de la Masa Dehesa se encontraba un sector de los escoriales de Filón Norte, el individualizado como RT- 19, cuya base arrancaba de época republicana (Craddock *et al.*, 1985: 199-214), que todavía pudimos catalogar durante la prospección (Delgado y García, 2017: 5-6). En esta zona se beneficiaron pues los minerales argentíferos a pie de mina durante época republicana, a la que corresponden las escorias de placa, e imperial, con sus lupias tronco-cónicas de sangrado.

Esta labor se ha conservado gracias a que está en el talud del diseño final de Corta desde finales de los años 90 del siglo pasado, que se continúa en la actualidad, y está asegurada su conservación pues

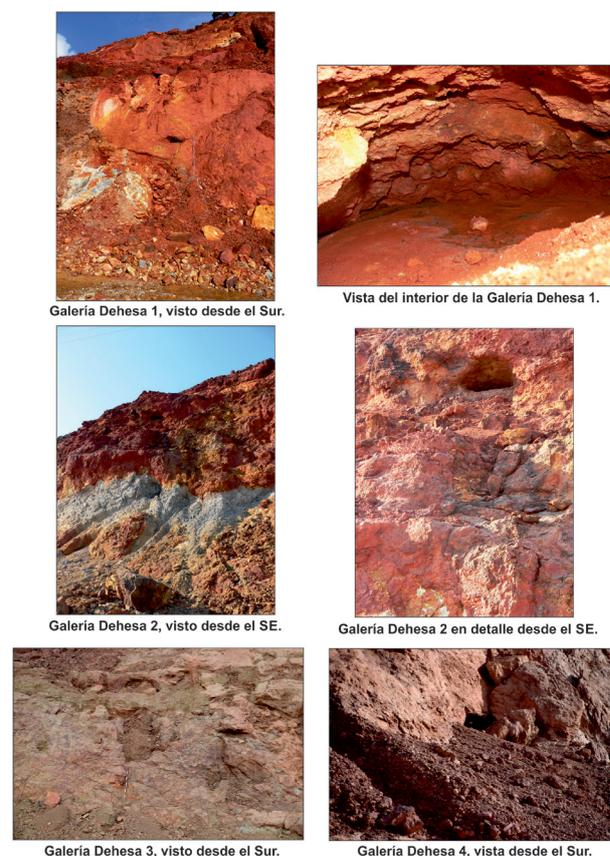


Fig. 3 - Galerías halladas en Masa Dehesa.

no está ubicada en una zona donde se plantean nuevos arranques (Figs. 2 y 3).

3.1.2. Galería Dehesa 2. Registrada durante el Control de Movimientos de Tierra en junio de 2015. Es otro tramo de galería, situada en la cota 424 m (Delgado y Quintero, 2016: 36), anexa a la pista que sube desde Cerro Colorado, al oeste de la anterior.

Conserva solo la parte inferior en la zona en la que ha sido eliminado el techo y los costados. Está colmatada con la parte superior por material arrastrado por la dinámica de ladera (Figs. 2 y 3).

3.1.3. Galería Dehesa 3. Es otro pequeño tramo de galería documentada durante el Seguimiento Arqueológico del Proyecto Riotinto (Iglesias García, 2015: 10; Delgado y Quintero, 2016: 37). Se encuentra colmatada por material proveniente de la ladera y no hemos podido documentarla en toda su longitud.

Consiste en un trecho de cañería cuyo techo y zona superior de los hastiales fueron decapitados cuando se excavó el talud del banco. Está ubicada en la cota 402 m, a 7,6 m al este de la galería 1. Tiene unas dimensiones de 2,74 m de alto, tiene una anchura máxima de 1,41 m, y 0,63 m de anchura mínima. En la zona superior se aprecian huellas de uso de las herramientas con las que fue excavada. A falta de una limpieza, parece seguir una orientación e inclinación similar a la Galería Dehesa 1 (Figs. 2 y 3).

3.1.4. Galería Dehesa 4. Esta labor se localiza en el frente norte de la antigua Corta Dehesa, durante el Seguimiento Arqueológico del Proyecto Riotinto (Iglesias García, 2015: 10), a cota 421 m sobre el contacto entre el gossan y la zona de enriquecimiento secundario.

La embocadura conservada presenta tendencia cuadrangular y orientación sur-sureste nor-noroeste, sin que sepamos, por el momento, su profundidad debido a las dificultades de exploración

al encontrarse colgada en un antiguo banco. El acceso se encuentra parcialmente taponado por dos grandes bloques de gossan y un cono de material arrastrado por la erosión de los bancos superiores (Figs. 2 y 3).

### 3.2. Labores Romanas en Corta Salomón

Corta Salomón es la explotación por roza abierta de la masa de mismo nombre. En Masa Salomón las operaciones mineras no se desarrollaron plenamente hasta 1881 por minería de interior o contramina. El acceso a los trabajos de interior y el trecheo de mineral se realizaba a través del malacate nº 5 por el pozo del mismo nombre. En 1892 se inició la explotación de esta masa a roza abierta, para la explotación de los sulfuros masivos, y la explotación se mantuvo hasta 1927 (Pinedo Vara, 1963: 159-161). A partir de 1968, cuando se consideró agotada la masa de sulfuros, comenzaron a explotarse pórfidos cobrizos. Desde mediados de los años 90 del siglo XX hasta 2002 se explotó para oro y plata la parte de gossan del talud norte, la zona anexa de Isla Lago y la parte de Levante. En esta zona también se documentaron abundantes trabajos romanos (Pérez *et al.*, 1991: 37-75; Willies, 1997: 17-28), y a cotas inferiores, en la zona de sulfuros masivos, se hallan trabajos mineros con sistema de pilares y cámaras, realizados en el último cuarto del siglo XIX y comienzos del siglo XX.

En el talud sur se habían catalogado labores romanas, que fueron inventariadas en la prospección (Delgado y García, 2017: 3). Durante el Control Arqueológico se han realizado levantamientos fotográficos y planimétricos que nos han permitido ubicar su cota y dimensiones. A estas dos labores se suman las tres halladas durante el Control Arqueológico de Movimientos de Tierra del Proyecto Riotinto. Se trata de pequeñas galerías de exploración sobre la zona inferior de la zona de gossanización.

3.2.1. Galería Salomón 1. Galería de prospección de sección subcircular. Tiene orientación norte-sur. La excavación de Corta Salomón la seccionó en parte y la zona que actualmente da cara al talud sur tenía la boca parcialmente cubierta por el material proveniente de la ladera y una planta de *erica andevalensis*. Está ubicada en la zona inferior del gossan, en la cota 399.7 m. Tiene una altura documentada de 1,10 m y una anchura de 1,25 m. No disponemos de datos sobre su longitud (Figs. 2 y 4).

3.2.2. Galería Salomón 2. Galería con los costados rectos y el techo curvado. Al igual que la anterior fue cortada al excavar Corta Salomón y está ubicada en la zona gossanizada del talud sur de la corta. Se encuentra en la cota de 395,8 m. Durante los trabajos de arranque directo en la cota 395 m en el talud sur de Corta Salomón, se halló y limpió sobre el banco de trabajo, documentándose un tramo de galería de 8,65 m desde el talud de Corta Salomón hacia el sur. Tiene un primer tramo excavado sobre un nivel de gossan de 3,40 m conservados de longitud, 0,85 cm de altura y 130 cm de anchura. En el nivel inferior de esta labor se documentó un nivel de 92 cm de arcilla de gossan, con una anchura superior de 1,30 m de longitud y 1,10 m de longitud en la zona inferior. La granulometría es mayor en la zona inferior, y los estratos superiores están compuestos por lamas. Tras este primer tramo hay un hueco de 3,15 m, que coincide con la zona de contacto del gossan al norte y con el pórfido caolinitizado al sur (hidromoscovita), con unas dimensiones medias de 1,10 m de altura, 1,30 m de anchura y 2,20 m de longitud, y finaliza hacia el sur en un fondo de saco. El abandono de este *ternagus*, que desde el norte se abría paso hacia el sur, se debe a la disminución de la ley de plata en la mineralización, como demostró el resultado del análisis realizado



Fig. 4 - Galerías 1 y 2 de Masa Salomón.

por el Laboratorio de Atalaya Mining, pues en la zona final de la galería el contenido en plata era de 0 ppm, mientras que el tramo más al norte excavado sobre el nivel de gossan era de 27 ppm de Ag. La composición química de ambos sectores fue la que sigue. Tramo 1 (sobre el nivel de gossan): Cu 0,087 %; S 0,27 %; Pb 0,08; Zn 0,07 %; As 445 ppm; Sb 71 ppm; Se 33 ppm; Bi 131 ppm; Hg 0 ppm y Fe 15,48. Tramo 2 (sobre el nivel de hidromoscovita al sur del nivel de gossan): Cu 0,034 %; S 1,37 %; Pb 0,01; Zn 0,01 %; As 233 ppm; Sb 8 ppm; Se 8 ppm; Bi 42 ppm; Hg 0 ppm y Fe 4,85 (Figs. 2, 4 y 5).

3.2.3. Galería Salomón 3. En el talud sur de Corta Salomón, a poniente, sobre la cota 385 m se catalogó durante la intervención de Control Arqueológico de Movimientos de Tierra otra galería de prospección, seccionada por la apertura de Corta Salomón. Su orientación es norte-sur y tiene unas dimensiones de 1 m de alto y 0,86 m de

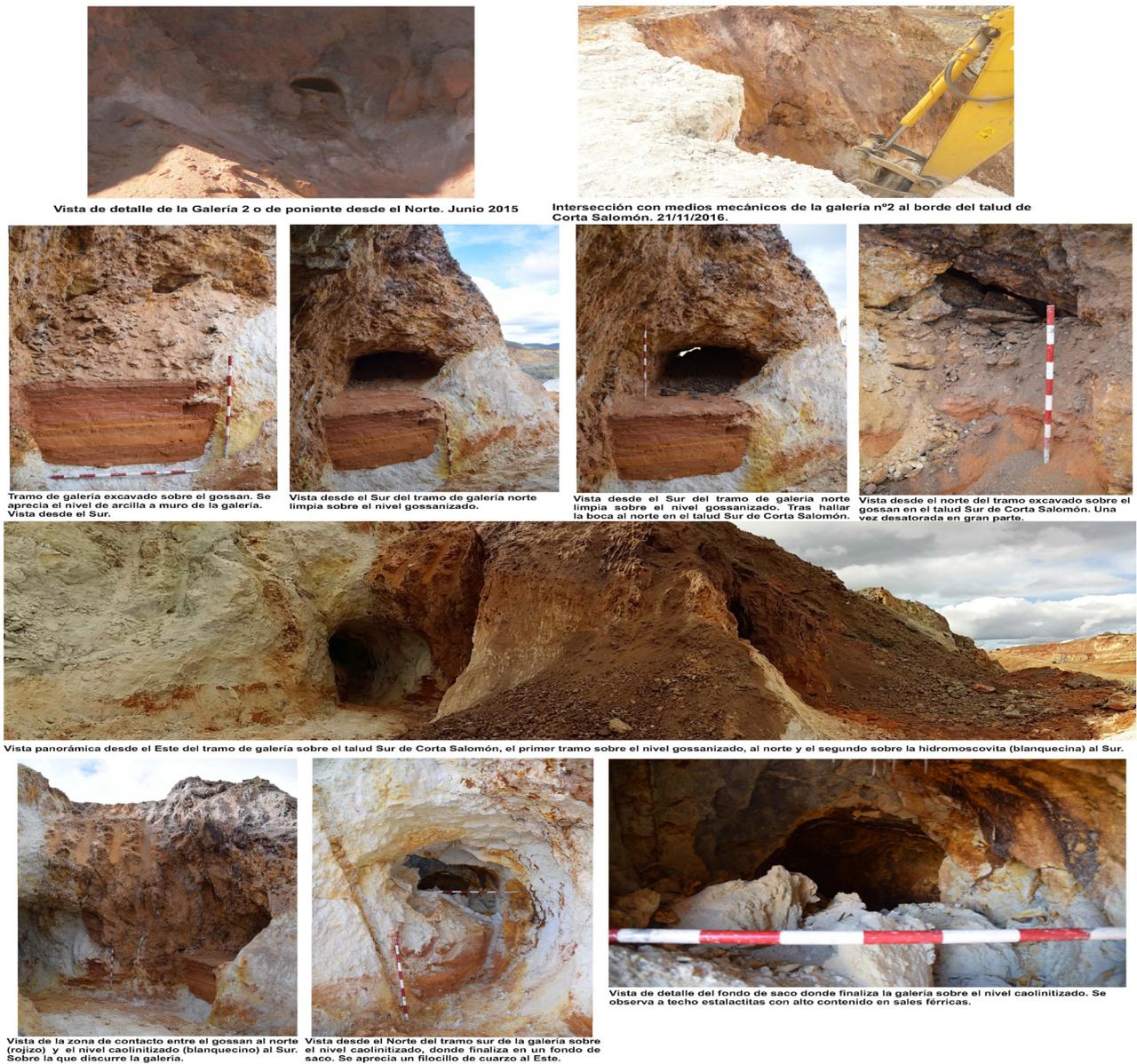


Fig. 5 - Galería 2 de Masa Salomón.

ancho, pero no hemos podido obtener medidas de su longitud. Es hasta el momento la labor minera romana hallada a mayor profundidad en Masa Salomón (Figs. 2 y 6).

3.2.4. Galería Salomón 4. Durante el Control Arqueológico de Movimientos de Tierra se individualizó un culatón de una pequeña cámara de extracción en la cota 407,8 m. Tenía una anchura en el interior de la zona visible de 92 cm de ancho y 142 cm en la exterior. Su orientación es norte-sur,

aunque no se pudo documentar su desarrollo hacia el interior del banco (Figs. 2 y 6).

3.2.5 Galería Salomón 5 “Fernando”. Galería romana hallada durante el Control Arqueológico de Movimientos de Tierra, en la cota 401,24 m, a levante del talud sur de Corta Salomón. Es, hasta este momento, la que se encuentra más al este en este depósito de sulfuros. La labor minera consta de un tramo de galería que se estrecha a 3,60 m desde la boca conservada, dando lugar a una galería de investigación en dirección sur, que finaliza en un fondo de

saco. Tiene una altura media de 1,20 m, una anchura media de 1,40 m y una longitud de 18 m.

Se tomaron muestras de la mineralización sobre la que se ubica, que, analizados en el laboratorio de Atalaya Mining, arrojaron la siguiente composición. Muestra 1 sobre la boca de la galería: Cu 0,006 %; S 3,59 %; Pb 0,01 %; Fe 2,76-5; As 40 ppm; Sb 34 ppm; Se 25 ppm y Hg 1 ppm. Muestra 2 a 8,7 metros desde la bocamina: Cu 0,008 %; S 0,30 %; Pb 0,03 %; Fe 0,03; As 327 ppm; Sb 30 ppm; Se 21 ppm; Hg 0 ppm; Fe 14,96 y Ag 2 ppm. Conociendo las leyes de la mineralización sobre la que se excavó esta labor, se podría explicar que se abandonó por falta de ley, ya que la cantidad de metal (plata o cobre) que podían haber recuperado era mínima. El final de la galería en dirección sur nos indica que la excavación se hizo desde el norte, bien partiendo de una galería de la ladera de Masa Salomón o desde la caldera de un pozo. El mineral del techo y los hastiales de la galería están teñidos

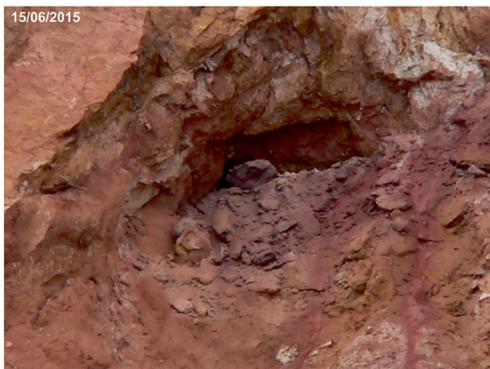
de rojo, debido a la percolación del gossan de color rojo que se ubica sobre ella (Figs. 2 y 7).

### 3.3. Labores Romanas en Masa Lago.

La Masa Lago está situada al norte de Salomón, al Este de Masa Dehesa y al Oeste de Argamasilla, y fue profusamente laborada en época romana, como pusieron de manifiesto los trabajos arqueológicos desarrollados en los años 80 y principios de los 90 del siglo XX (Pérez *et al.*, 1991: 37-75; Willies, 1997: 17-28).

Si bien se desarrollaron trabajos de limpieza y exploración desde fines del siglo XVIII y los tres primeros cuartos del siglo XIX, no fue hasta 1882 cuando se comenzó a explotar por contramina. En 1901 se inició su beneficio a cielo abierto y esta explotación se prolongó hasta 1927 (Pinedo Vara, 1963: 159-161). A partir de 1968 se retomaron los trabajos para el beneficio de gossan. Desde mediados de los años 80 del siglo XX se explotaron intensamente los taludes sur, poniente, levante, y la zona anexa de Isla Lago que comunicaba con Corta Salomón. Desde mediados de los años 90 hasta 2002 la compañía Minas de Río Tinto S.A.L. explotó las zonas de levante, que linda con Argamasilla, a poniente y al sur del yacimiento arqueológico de Cortalago/Llano de los Tesoros. También se dispuso a poniente de Corta Lago una pequeña escombrera de estériles, denominada "Vacie Corisco".

3.3.1. Galería Lago 1. Durante la Prospección Superficial del Área del Proyecto Riotinto se documentó una galería de prospección romana en la cota 397.6 m. Está situada a poniente de Corta Lago y al suroeste del yacimiento de Cortalago. La boca de la galería era visible parcialmente en el talud norte del banco, pues parte de la boca estaba taponada por el material proveniente de la zona



Culatón documentado en el talud Sur de Corta Salomón desde el talud Norte.



Galería 3 documentado en el talud Sur de Corta Salomón desde el talud Norte.

Fig. 6 - Galerías 3 y 4 de Masa Salomón.

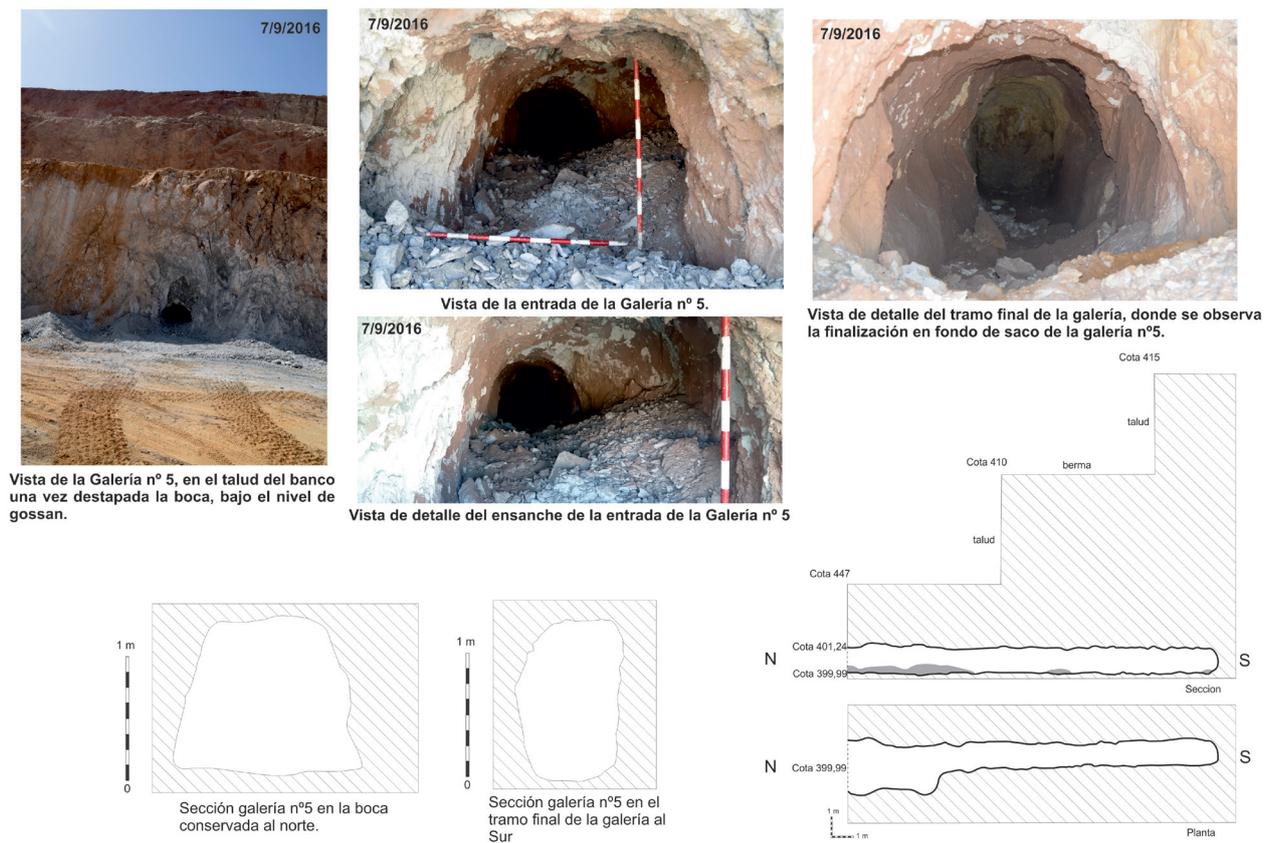


Fig. 7 - Galería 5 de Masa Salomón.

superior de la ladera. Para poder realizar su estudio limpiamos manualmente estos sedimentos de la entrada. Presenta una orientación norte-sur, aunque desde la entrada buza ligeramente hacia el este. Tiene una altura media de 0,89 m, una anchura media de 1,08 m y desde la entrada hasta el derrumbe hay una distancia de 3,60 m. Se aprecian dos lucernarios en el costado derecho (Figs. 2 y 8).

3.3.2. Galería Lago 2. Se encuentra al oeste de la zona de pórfido pizarroso y al este del contacto con el nivel de relleno donde se estaba construyendo una rampa de acceso a la corta. Se sitúa en la cota 386 m, y en sección tiene un desarrollo conservado de unos 25,6 m, 1,25 m de altura media y 98 m de anchura. Esta galería tiene una orientación noroeste-sureste, al oeste buza hacia el norte y parece que se introduce en las pizarras al norte. Se observan restos de huellas de uso de herramientas

manuales, pero en este tramo tan largo no se han hallado lucernarios, por lo que podrían estar situados en la pared sur, que no se ha conservado. Hemos documentado restos de madera de posibles labores de fortificación. Su orientación podría indicar la búsqueda de minerales beneficiables desde Masa Lago hacia poniente y al norte, donde conocemos que existieron minerales cobrizos explotados en las últimas dos décadas del siglo XX (Figs. 2 y 9).

3.3.3. Labores romanas en el talud norte de Corta Lago (Figs. 2 y 10) Al sur del asentamiento romano de Cortalago, en los restos del tren de bancos del talud norte de Masa Lago, que fueron extraídos entre noviembre de 1999 y enero de 2000, se han documentado cinco áreas con labores romanas durante el trabajo de Control Arqueológico de Movimientos de Tierra y el Seguimiento Arqueológico. Se localizan en un nivel gossanizado encajado entre pórfido



Fig. 8 - Galería 1 de Masa Lago.

mineralizado al este y pizarras con alto contenido en cobre al oeste, entre las cotas 407 y 415 m.

Una de las labores está formada por dos galerías de prospección gemelas (Iglesias García, 2015: 7) ubicadas en la cota 412 m. Labores de similares características fueron documentadas en Masa Lago a principios de los años 90, como es el caso de RT8816 y RT8818 (Pérez *et al.*, 1991: 67-69). La boca de ambas galerías está obturada por material proveniente del talud y la vegetación. Tiene una orientación sur-suroeste / nor-noreste.

Puede identificarse una segunda labor en una zona donde se aprecian restos de huellas de picadas realizadas por herramientas. Se comunicaba con una galería en posición central y con otra zona donde se aprecian huellas de picos al este. Estos restos de labores se sitúan en la cota 413,70 m, y la boca de la galería está obturada tanto con restos

provenientes de talud como por el posible colapso de la labor. Como la primera, presenta una orientación norte-sur.

Una tercera labor está formada por una galería afectada por las operaciones de extracción desarrolladas entre 1999 y 2000. Se encuentra en la cota de 415,07 m, y es la labor documentada a cota más alta hasta ahora durante el trabajo de Control Arqueológico de Movimientos de Tierra. La boca está taponada con materiales provenientes del talud y al igual que en las labores 1 y 2 su orientación es norte-sur.

La cuarta labor es un área de trabajo minero ubicada entre la cota 411,35 y la 414,0 m. Está formada por restos de una galería y una zona hacia el este donde se aprecian huellas de uso de herramientas mineras durante varios metros, que debieron estar conectados con la galería. La

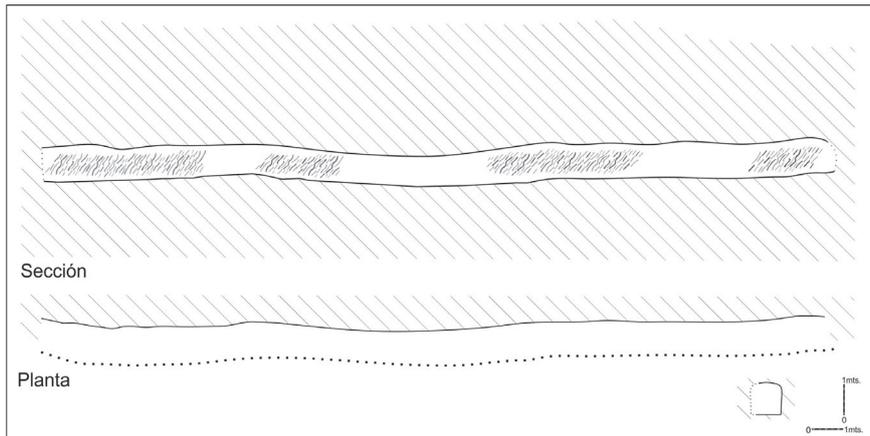
## Galería Lago 2



Vista panorámica de la Galería Lago 2, al Este se aprecia el inicio del "vácie Corisco".



Vista de detalle de las huellas de uso de herramientas en el costado de la Galería Lago 2.



Galería Lago 2 vista desde el Este



Vista de Galería Lago 2 en su zona más al Oeste.

Fig. 9 - Galería 2 de Masa Lago.



Labores Masa Lago

Fig. 10 - Labores de Masa Lago.

galería está cegada y su orientación es norte-sur. Podría tratarse de un culatón de una cámara de extracción.

Una quinta labor, ubicada en la cota 407 m, es la boca de una galería excavada sobre el gossan, oculta por el material procedente del talud y del antiguo Vacie Corisco. A diferencia de las anteriores galerías, tiene

una orientación este-oeste, semejante a la Galería Lago 2.

3.3.4. Culatón en posición secundaria. Fuera de la zona cautelada, en la zona sur de contacto entre Masa Lago y al norte de Masa Salomón, se documentó durante los trabajos de Control Arqueológico de Movimientos de Tierra un culatón o tramo final de una galería romana en un bloque de gossan en posición secundaria. La galería tiene unas dimensiones de 1,83 m de largo y 1,22 m de altura. Este bloque provenía del desmonte realizado en la zona de Masa Lago e Isla Lago entre 1986 y 1989, y se encontraba en la zona donde se construyó un puente de marginal que conectaba Masa Salomón con la trituradora primaria en el Área 29. El sector donde se encuentra este bloque corresponde con el margen norte de este puente de marginal, por lo que no podemos averiguar la zona exacta de su origen (Fig. 11).

#### 4. Conclusiones

La Prospección desarrollada en el área del Proyecto Riotinto en 2014, el trabajo de Control de Movimientos de Tierra llevado a cabo entre mayo de 2015 y diciembre de 2016 y el Seguimiento Arqueológico desarrollado desde julio de 2015 y diciembre de 2016 han permitido completar la documentación de los trabajos mineros romanos en minas de Riotinto con diecisiete nuevas labores, cinco en Masa Salomón, cuatro en Masa Dehesa, siete en Masa Lago, y una en posición secundaria.

Con este trabajo hemos querido dejar anotadas la posición y ubicación de estos trabajos mineros romanos. Los trabajos de exploración romanos documentados hasta ahora se desarrollaban entre las cotas 440 y 410 m (Pérez *et al.* 1991: 39), pero con estas nuevas galerías hemos podido conocer

que las labores de prospección desarrolladas en la zona dedicada a minería de plata en Filón Norte durante en época romana alcanzaron mayor profundidad. Se han documentado trabajos mineros romanos entre la cota 436,36 y 385 m en Masa Salomón y la 415 y la 386 m en Masa Lago. Si bien la mayor parte de los trabajos mineros tiene orientación norte-sur, de los que es el mejor ejemplo la galería nº 5 “Fernando” de Salomón con 18 m de longitud, hay dos labores con orientación este-oeste.

Hay que añadir a esto que la documentación en sección de la Galería 2 en Masa Lago ha demostrado que las labores romanas se extendieron hacia el noroeste, por lo que la exploración minera romana tuvo una mayor extensión que la conocida hasta la realización de este trabajo.



Bolo de gossan en posición secundaria con restos de una labor minera romana.



Vista del culatón romano que estaba excavado en el bolo de de gossan en posición secundaria.



Vista del culatón excavado en el bolo una vez que este fue volado.



Vista de detalle del culatón excavado en el bolo una vez que este fue volado.

Fig. 11 - Culatón en posición secundaria.

Junto a estos trabajos mineros de exploración en Masa Lago y Masa Salomón, también se han documentado zonas de minería extractiva por la presencia de fondos de cámaras de extracción o “culatones”.

La mayoría de las labores documentadas son parte de las galerías de acceso al corazón de la masa desde el costado norte de las rocas de caja, que debían alcanzar el filón de sulfuros en la ladera norte del Cerro Colorado, donde se encontraba la masa Dehesa. Trazando estas galerías desde el pie de Cerro Colorado podía alcanzarse una cota que se situaría en la zona de contacto entre la montera de gossan y los sulfuros primarios, la zona de mayor interés para la minería romana. En esta zona se encontraban los niveles jarosíticos de la base del gossan, ricos en minerales de plata, y el enriquecimiento supergénico que se encontraba por debajo de ellos, en la zona superior de los sulfuros primarios, donde predominaban los minerales de cobre de altas leyes. A la búsqueda

de estos minerales se dirigían también las galerías de exploración catalogadas en las masas de Lago y Salomón, pues los análisis realizados de los minerales de esta zona indican un alto enriquecimiento en antimonio y arsénico, metales que forman los minerales con mayor riqueza en plata del nivel jarosítico (pirargirita, proustita, freibergita, y tennantita). Bajo este nivel de minerales de plata se encontraban los minerales secundarios con alto contenido en cobre (calcosina, covelina, melaconita, etc.), algunos de ellos con altos contenidos en arsénico o antimonio (enargita, tetraedrita, etc.) (Fig. 12).

### Minerales hallados en Riotinto.

Colección Museo Minero de Riotinto



Malaquita



Azurita, Malaquita y Cuprita.



Calcosina



Covelina



Jarosita



Cobre nativo

Fig. 12 - Minerales hallados en Riotinto.

## Bibliografía

- ANGUILANO, Lorna; REHREN, Thilo; MÜLLER, Wolfgang; ROTHENBERG, Beno (2010). The Importance of lead in the silver production at Riotinto (Spain). *Archeoscience revue d'archéométrie*, 34, pp. 269-276.
- BLANCO, Antonio; LUZÓN, José María; RUIZ, Diego (1970). *Excavaciones Arqueológicas en el Cerro Salomón (Riotinto, Huelva)*. Anales de la Universidad Hispalense, 4, Serie Filosofía y Letras. Sevilla: Universidad de Sevilla.
- BLANCO, Antonio; ROTHENBERG, Beno (1981). *Exploración Arqueometalúrgica de Huelva*. Madrid: Editorial Labor.
- BOJA 208: *Boletín Oficial de la Junta de Andalucía*, nffl 208 de 23 de octubre de 2012.
- CRADOCK, Paul; FREESTONE, Ian; GALE, Noël; MEEKS, Nigel; ROTHENBERG, Beno; TITE, Michael (1985). The investigation of a small heap of silver smelting debris from Rio Tinto, Huelva, Spain. In Paul T. Craddock; M. J. Hughes (eds.) *Furnaces and Smelting Technology in Antiquity*, British Museum Occasional Paper, 48. London: British Museum, pp. 199-214.
- DELGADO DOMÍNGUEZ, Aquilino; GARCÍA FERNÁNDEZ, Marcos (2017). Prospección Arqueológica Superficial del Área Proyecto Riotinto (Minas de Riotinto, El Campillo, Nerva – Huelva). *De Re Metallica*, 29, pp.1-10.

- DELGADO, Aquilino; QUINTERO, María del Carmen (2016). *Memoria del Control Arqueológico de Movimientos de Tierra, Área del Proyecto Riotinto, Mayo 2015 – Mayo 2016. Minas de Riotinto*. Delegación Territorial de Cultura de Huelva, Inédito.
- EZQUERRA DEL BAYO, Joaquín (1839). *Elementos de laboreo de minas y algunas nociones sobre geognosia y la descripción de varios criaderos de minerales, tanto en España como en otros reinos de Europa*. Madrid: Imprenta Salvador Albert.
- GARCÍA PALOMERO, Félix (1980). *Caracteres geológicos y relaciones morfológicas y genéticas de los yacimientos del Anticlinal de Riotinto*. Huelva: Diputación de Huelva.
- HUNT ORTÍZ, Mark Antonio (1988). Consideraciones sobre la metalurgia del Cobre y del Hierro en época romana en la provincia de Huelva, con especial referencia a las minas de Rio Tinto. *Habis*, 18-19, pp. 601-612.
- IGLESIAS GARCÍA, Luís (2015). *Memoria de Actividades Arqueológicas julio – diciembre 2015*, Inédito.
- IGLESIAS GARCÍA, Luís (2016). *Memoria de Actividades Arqueológicas enero – diciembre 2016*, Inédito.
- JONES, Geraint Dyfed Barry (1980). The Roman mines at Rio Tinto. *Journal of Roman Studies*, 70, pp. 146-165.
- LUZÓN NOGUÉ, José María; RUIZ MATA, Diego (1970). El poblado minero de Riotinto. *Habis*, 1, pp. 125-138.
- PÉREZ MACÍAS, Juan Aurelio (1986). Excavaciones de Urgencia en la necrópolis romana del Stock de Gossan (Riotinto), Huelva. *Anuario Arqueológico de Andalucía* 1985, III, pp. 187-192.
- PÉREZ MACÍAS, Juan Aurelio (1998). *Las minas de Huelva en la Antigüedad*. Huelva: Diputación de Huelva.
- PÉREZ Juan Aurelio; FUNES, Ana; PUMARES, Juan (1985). Minería romana en Río Tinto. *Revista de Arqueología*, año VI, 56, pp. 24-31.
- PÉREZ, Juan Aurelio; GÓMEZ, Francisco; ÁLVAREZ, Genaro; FLORES, Eduardo (1991). *Documentación de la minería antigua en las Minas de Riotinto*. Nerva: Ayuntamiento de Minas de Riotinto.
- PÉREZ, Juan Aurelio; DELGADO, Aquilino (2011). Ingeniería minera antigua y medieval en el suroeste ibérico. *Boletín Geológico y Minero*, 122 (1), pp. 3-16.
- PÉREZ, Juan Aurelio; DELGADO, Aquilino (2007). Los *Metales* de Riotinto en época Julio-Claudia. En Juan Aurelio Pérez y Aquilino Delgado (Eds.) *Las Minas de Riotinto en época Julio-Claudia*. Universidad de Huelva, pp. 137-184.
- PÉREZ, Juan Aurelio; DELGADO, Aquilino (2014). La Minería Romana en el Suroeste Ibérico. *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad de Granada*, 24, pp. 239-265.
- PINEDO VARA, Isidro (1963). *Piritas de Huelva, su historia y aprovechamiento*. Madrid: Editorial Summa.
- ROTHENBERG, Beno; GARCÍA, Félix; BACHMANN, Hans-Gert; GOETHE, Johan (1990). The Rio Tinto Enigma, Madrid. In Claude Domergue *Minería y Metalurgia en las antiguas civilizaciones mediterráneas y europeas*, I (Coloquio internacional asociado: Madrid, 24-28 octubre 1985). Madrid: Dirección General de Bellas Artes y Archivos, pp. 57-69.
- ROTHENBERG, B. y PÉREZ, J.A. (1986). Excavaciones en la Corta del Lago (Riotinto, Huelva). *Anuario Arqueológico de Andalucía* 1985, II, pp. 380-391.
- RÚA FIGUEROA, Ramón (1864). Composición de un vidrio de la época romana. *Revista Minera*, XV, pp. 45-49.
- WILLIES, Lynn (1997). Roman mining at Rio Tinto. *Mining History: The Bulletin of the Peak District Mines Historical Society*, 13/3, pp. 1-29.

# UMA SEPULTURA DE MESA NA PONTA DO VERDE (TRÓIA)

Recebido: 20 de Março de 2020 / Aprovado: 19 de Julho de 2020

## **Inês Vaz Pinto<sup>1</sup>**

Troia Resort | CEAACP-Universidade de Coimbra

## **Ana Patrícia Magalhães<sup>2</sup>**

CECH | Bolseira FCT (SFRH/BD/145422/2019)

## **Patrícia Brum<sup>3</sup>**

Troia Resort | HTC-CFE

## **Margarida Figueiredo<sup>4</sup>**

Antropóloga

## **Filipa Araújo dos Santos<sup>5</sup>**

Arqueóloga

## **Sónia Gabriel<sup>6</sup>**

Laboratório de Arqueociências - DGPC

## **Resumo**

Apresenta-se a escavação de uma sepultura de mesa identificada na vertente de uma duna no sítio arqueológico de Tróia e os seus resultados. Os trabalhos arqueológicos revelaram uma caixa tumular intacta, com o esqueleto de uma mulher, com cobertura, já incompleta, em *opus signinum* com uma placa de mármore incrustada, e sobreposta por vestígios de ocupação mais tardios. O estudo dos contextos que a envolviam sugere que a sepultura date da segunda metade do século IV, e a utilização de tijolos novos e homogéneos, a grande dimensão da cobertura e o seu relativo isolamento sugerem uma sepultura, se não privilegiada, pelo menos de alguém com alguma importância na comunidade.

**Palavras-chave:** *Mensa*; Sepultura de mesa; Tróia; Inumação; Antiguidade Tardia

## **Abstract**

This paper presents the excavation of a *mensa* tomb identified on the slope of a dune in the archaeological site of Troia and its results. The archaeological works revealed an intact funerary case, with the skeleton of a woman, with an incomplete *opus signinum* covering with an inlaid marble plaque, under the vestiges of a later occupation. The study of the contexts that surrounded the tomb suggests a dating in the second half of the 4<sup>th</sup> century. The use of brand new and homogeneous bricks, the great size of the covering and its relative isolation suggest a tomb, if not privileged, at least belonging to someone with some importance in the community.

**Keywords:** *Mensa*; *mensa tomb*; inhumation; Troia; Late Antiquity

---

1 invpinto@gmail.com

2 apmagalhaes@troiaresort.pt

3 psbrum@troiaresort.pt

4 margaridavpf@gmail.com

5 filipa.ar.santos@hotmail.com

6 gabriel.sonia@gmail.com

## Introdução

O sítio arqueológico de Tróia localiza-se na costa sudoeste portuguesa, na península arenosa com o mesmo nome. Os vestígios romanos estendem-se por 2km ao longo da orla estuarina do Sado e múltiplas investigações demonstraram uma intensa actividade de produção de salgas de peixe do século I ao século V (Étienne, Makaroun e Mayet, 1994; Pinto *et al.*, 2014) e vestígios de ocupação até ao século VI, ou mesmo ao VII (Magalhães, Pinto e Brum, 2020).

Em Novembro de 2011, numa visita de monitorização do estado de conservação das estruturas romanas na orla do estuário, foi identificada uma sepultura parcialmente exposta pelas marés e visível em corte na base de uma duna coberta de vegetação. Verificou-se de imediato que se tratava de uma sepultura de mesa, pois era visível a cobertura de *opus signinum* típica destas sepulturas sobre uma caixa tumular feita com tijolos.

A sepultura de mesa em questão localiza-se na área conhecida como Ponta do Verde, cujos vestígios arqueológicos foram assinalados pela primeira vez por I. Marques da Costa (1923/1924: fig. 1), e que é fortemente afectada pela erosão costeira (Brum *et al.*, 2017). Existem várias oficinas de salga nesta área e a sepultura em questão situa-se entre a oficina de salga 19 e a oficina de salga 20 (Pinto, Magalhães e Brum, 2011) (Fig. 1).

Este achado revestiu-se de particular interesse pois as sepulturas de mesa são relativamente frequentes em Tróia (Pinto, 2016), mas nenhuma tinha sido, até à data, publicada com o seu contexto estratigráfico.

A descoberta de um exemplar com a cobertura já incompleta, sujeito à progressiva destruição pela erosão marinha, e numa área onde, pouco tempo antes, outra sepultura tinha sido vandalizada,

motivou uma intervenção de emergência e permitiu, desta forma, escavar estratigraficamente uma sepultura de mesa de Tróia.

Neste estudo, apresenta-se a descrição dos trabalhos de escavação, que decorreram de 14 a 19 de Dezembro de 2011, os seus resultados, incluindo o estudo antropológico dos restos ósseos, e faz-se uma breve reflexão sobre o seu significado.

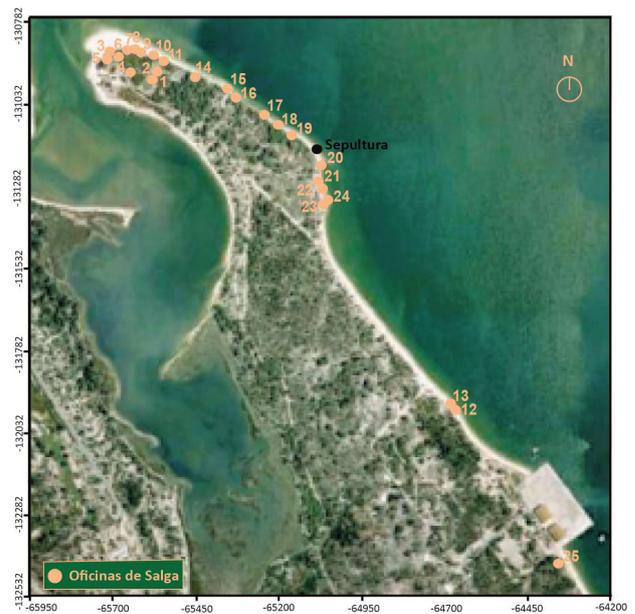


Fig. 1 - Localização da sepultura de mesa em relação às oficinas de salga de peixe do sítio arqueológico de Tróia.

## A escavação da sepultura

Dado o objectivo de escavar integralmente a sepultura identificada na vertente de uma duna, delimitou-se uma área de escavação que envolveu unicamente a sepultura e procurou adaptar-se aos limites das estruturas aí encontradas, adquirindo uma forma trapezoidal com cerca de 13,30m<sup>2</sup> (3,80m de comprimento a nordeste e 3,20m a sudoeste, com uma largura de cerca de 3,50m). A potência estratigráfica era maior na parte sudoeste da sondagem, constituída pela duna, enquanto na área nordeste a duna e parte da cobertura da sepultura já tinham sido parcialmente levadas pelas marés, expondo essa área até ao nível da

praia. A caixa tumular e a cobertura eram visíveis em corte, estando à vista o interface de destruição das marés (Unidade Estratigráfica, doravante U.E., [946]) (Figs. 2 e 3).

Começou por se escavar as areias superficiais com o coberto vegetal (U.E. [879]) (Fig. 4), desde o topo da duna que se formou sobre a sepultura até ao nível da praia, onde se recolheram dois fragmentos de faiança azul e branca e se identificou lixo moderno trazido pelas marés.

Por baixo, expôs-se um estrato enegrecido (U.E. [880]) por raízes e matéria orgânica decomposta, com alguns fragmentos de ânfora e cerâmica comum de forma indeterminada. Ficou à vista o topo de uma parede a sudoeste ([U.E. 925]) com a orientação noroeste-sudeste, alinhada com a sepultura, e que atravessava toda a área. Apoiado a esta



Fig. 2 - Aspecto da sepultura de mesa antes da intervenção arqueológica.



Fig. 3 - Aspecto dos trabalhos de escavação da sepultura.

parede, estava o fundo de um *dolium* fragmentado (U.E. [881]) (Figs. 5 e 6), do qual se recolheram 149 fragmentos, e ainda dois fragmentos de bordo de forma A.2 (nº 1, Fig. 6, nº inv. 12492a) que não parecem pertencer ao referido fundo (nº 2, Fig. 6, nº inv. 12492) (Santos, 2018: 97), embora as três peças tenham um fabrico regional relativamente banal.

Este conjunto de fragmentos cerâmicos estava envolto num nível de areias (U.E. [883]), aparentemente depositadas pelo vento, no qual se recolheram dois fragmentos de *terra sigillata* africana D, um fundo de ânfora Sado 1 (nº 3, Fig. 6, nº inv. 12497), um bordo de Almagro 51a-b, variante C (nº 4, Fig. 6, nº inv. 12496), um bordo de alguidar da forma A.2 (nº 5, Fig. 6, nº inv. 12500) (Santos, 2018: 63) e fauna mamalógica e malacológica. O *dolium* [881] e a unidade estratigráfica de areias [883] assentavam ambos no depósito designado U.E. [884], e o *dolium*, embora já incompleto, poderá ter sido destruído aquando da formação da unidade de areias [883].

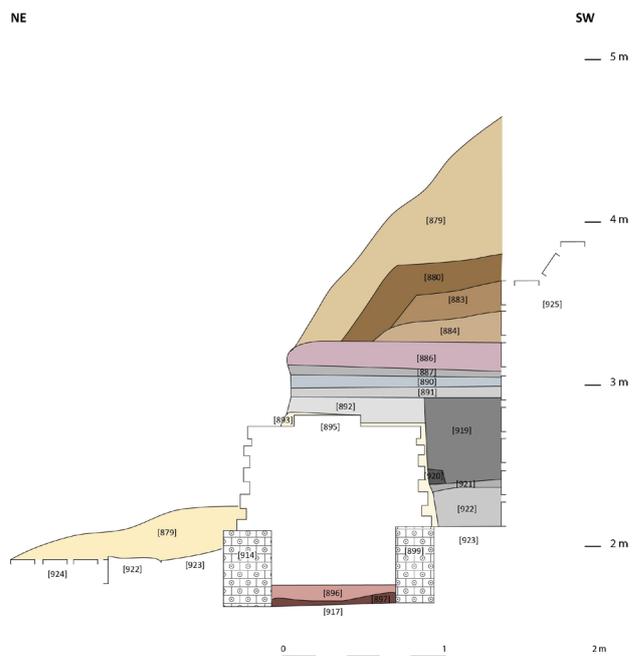


Fig. 4 - Perfil esquemático da área de escavação da sepultura.

A U.E. [884] era constituída por um depósito compacto de matriz areno-argilosa, castanho escuro, com elevada frequência de cerâmica de construção fragmentada, com predomínio de *imbrices*, incluindo alguns grandes fragmentos deste tipo de telha e de ânfora, alguns com restos de peixe agarrados, e muita cerâmica e sobretudo cerâmica comum. Identificaram-se, em particular, três fragmentos de *terra sigillata* africana D, um deles



Fig. 5 - Aspecto da área após remoção do coberto vegetal: U.E.'s [880] e [881].

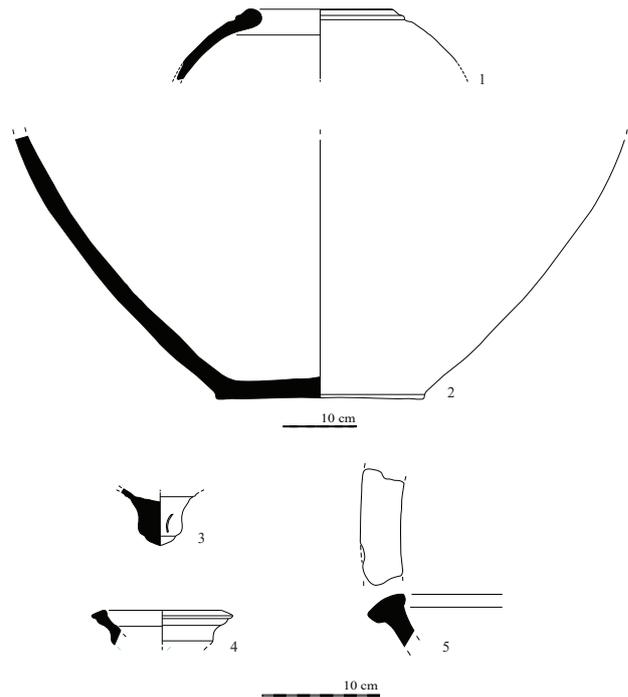


Fig. 6 - Cerâmicas das U.E.'s [881] (nº 1-2) e [883] (nº 3-5).

um fragmento de fundo com decoração estampada onde se vê um *chevron* muito incompleto no interior, genericamente integrado no estilo A de Hayes (nº 1, Fig. 7, nº inv. 12505), datado entre 320 e 470 (Hayes, 1972: 219), ânforas Dressel 14 (três asas), Dressel 7-II (nº 2, Fig. 7, nº inv. 12514), Keay 16 (nº 3, Fig. 7, nº inv. 12513), Almagro 51C (um bordo e fragmentos de asa), Sado 1 variante A e Almagro 51a-b, esta representada por um bordo da variante B (nº 4, Fig. 7, nº inv. 12511) e fragmentos de asa, além de muita cerâmica comum, incluindo várias tampas e fundos. Nesta, pode-se distinguir, de acordo com a tipologia de F. Santos (2018), um prato covo C.1 (nº 5, Fig. 7, nº inv. 12561), um pote/panela próximo da forma B.2 (nº 6, Fig. 7, nº inv. 12563), um pote/panela próximo da forma C.3 (nº 7, Fig. 7, nº inv. 12562), um jarro próximo da forma A.2 (nº 8, Fig. 7, nº inv. 12534) e um *dolium* da forma A.2 (nº 9, Fig. 7, nº inv. 12533), este de pasta com minerais negros enquanto as outras peças são todas de fabrico regional. A fauna mamalógica e malacológica era rara mas os restos de peixe agarrados à superfície de alguns fragmentos de telha

e ânfora, sobretudo na parte noroeste da unidade, formavam uma concentração de resíduos ictiológicos que foi individualizada como U.E. [885].

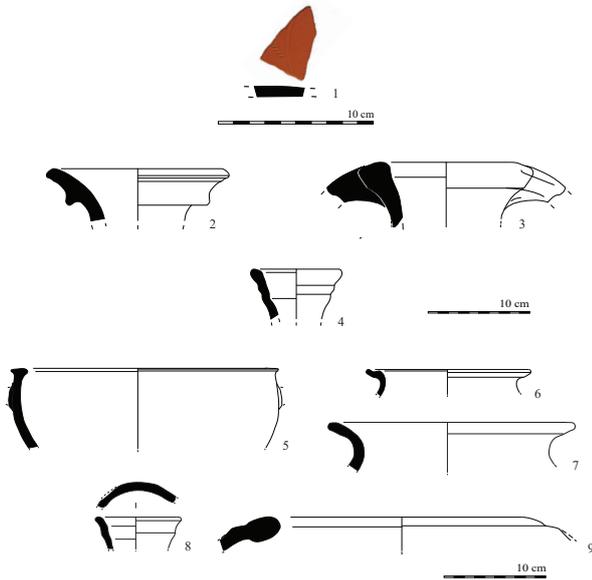


Fig. 7 - Cerâmicas da U.E. [884].



Fig. 8 - Aspecto do piso U.E. [886] acima da sepultura.

A amostra recolhida, cerca de 400ml de remanescente de preparados piscícolas, foi processada e analisada seguindo os métodos descritos em Gabriel e Silva (2016: 113), o que permitiu uma primeira avaliação do seu conteúdo. A subamostra analisada (c. 30ml) revelou uma grande concentração de material ósseo (um mínimo de 4511 ossos e fragmentos de osso, dos quais 3911 não são identificáveis), resultante de sardinha *Sardina pilchardus*, carapau *Trachurus trachurus* e capatão/cachucho *Dentex* sp., e outros esparídeos não identificados *Sparidae* e, possivelmente, outras espécies não identificáveis. A sardinha representa cerca de 97% (N= 486) do total identificado, o carapau (N= 6), o capatão/cachucho (N= 3), e outros esparídeos (N= 5) significam perto de 1% cada. Os exemplares capturados são sobretudo peixes de pequeno tamanho. O material identificado sugere a presença de pelo menos dois carapaus, um com cerca de 28cm de comprimento total (CT), e outro ligeiramente abaixo dos 26cm CT. O tamanho máximo do carapau é de até 60cm, mas é mais comum entre os 15-30cm CT. Além destes, assinala-se ainda a presença de dois capatões/cachuchos de muito pequeno tamanho (< 20cm CT). O tamanho dos capatões/cachuchos é de 70/65cm CT, mas é mais comum entre os 50/30cm CT. Relativamente à sardinha, calcula-se a presença de pelo menos oito exemplares com tamanhos estimados entre 13 e 18cm CT.

Sob as U.E.'s [879], [880], [884] e [885], foi identificado um sedimento argiloso de cor castanho escuro, compacto e com elevada frequência de argamassas, a U.E. [886]. No topo desta unidade, verificou-se a disposição de fragmentos de cerâmica tendencialmente na horizontal, e o seu enchimento tinha fragmentos de tijolos, *imbrices* e grandes recipientes, para lhe dar maior solidez (Fig. 8). A composição deste estrato, com argamassas e cerâmicas envolvidas num sedimento

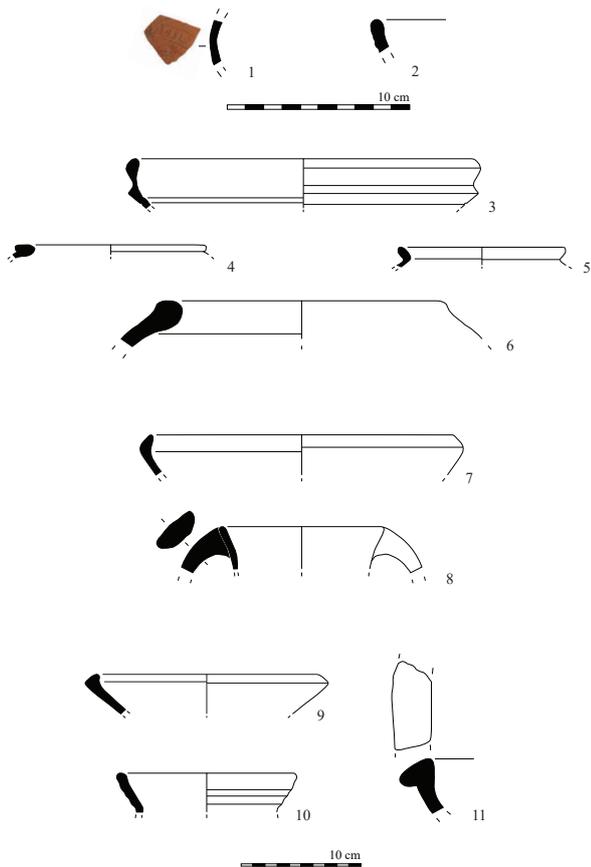


Fig. 9 - Cerâmicas das U.E.'s [886] (nº 1-6), [887] (nº 7-8) e [888] (nº 9-11).

argiloso, é típica da constituição de pisos e assim foi interpretada esta unidade. Neste piso recolheu-se uma *terra sigillata* hispânica tardia do Vale do Ebro da forma Drag. 37t (nº 1, Fig. 9, nº inv. 12565), com decoração a molde inserida no estilo “Rosetas e Círculos” de López Rodríguez (1985: 141-142) ou no primeiro estilo de Paz Peralta (1991: 104-113), *terra sigillata* africana D das formas Hayes 63 (nº 2, Fig. 9, nº inv. 12564) e Hayes 91 (pequeno fragmento de bojo com decoração roletada no interior), fragmentos de ânfora Dressel 14 (bordo, bojo e asa), e cerâmica comum. Nesta pode-se distinguir, de acordo com a tipologia de F. Santos (2018), um prato covo de forma E.1 e fabrico 4 (nº 3, Fig. 9, nº inv. 12578), um tacho A.1 de fabrico 6 (nº 4, Fig. 9, nº inv. 12576), um pote/panela C.1 de fabrico regional (nº 5, Fig. 9, nº inv. 12575) e uma talha próxima da forma A.1 de fabrico também regional (nº 6, Fig. 9, nº inv. 12580).

Sob esta unidade, delimitou-se uma camada argilosa, U.E. [887], acastanhada e rígida, que terá constituído o primeiro nível, ou seja a preparação do piso acima descrito, e que revelou apenas dois fragmentos de ânfora Dressel 14, um deles um bordo da variante C, uma asa de ânfora Keay 19 da Bética oriental, um prato covo A.2 de fabrico 4 (nº 7, Fig. 9, nº inv. 12598) (Santos 2018) e um pote/panela C.2 (nº 8, Fig. 9, nº inv. 12592), além de vários fundos. Esta unidade, que tinha ainda um fundo de vidro esverdeado e alguma fauna mamalógica, estava adossada à parede sudoeste [925], tal como as outras acima.

Sob estas duas últimas unidades, e por isso num momento necessariamente anterior à construção desse piso tardio e a noroeste da área de escavação, ficou completamente à vista um derrube, U.E. [888], associado a uma pequena parede perpendicular à parede sudoeste, U.E. [898], à qual se apoiava. Esta unidade apresentava uma maior concentração de fragmentos de cerâmica e alguns blocos de pedra de pequena dimensão envoltos num sedimento argiloso esverdeado compacto igual ao ligante do muro [898]. Continha ainda, além de alguma fauna mamalógica e malacológica, um fragmento de parede decorada com linha de óvulos e folha de acácia da forma Drag. 30 em *terra sigillata* sudgálica, residual, e um fragmento inclassificável de *terra sigillata* africana D, fragmentos de bojo de ânforas africanas e regionais, entre os quais uma asa de Dressel 14, e alguma cerâmica comum regional (Santos, 2018): um prato B.1 (nº 9, Fig. 9, nº inv. 12607), um pote/panela C.2 (nº 10, Fig. 9, nº inv. 12608) e um alguidar A.2 (nº 11, Fig. 9, nº inv. 12606).

A pequena parede (U.E. [898]), com orientação sudoeste-nordeste, foi feita com grandes pedras, essencialmente de calcário, ligadas por um

sedimento argiloso verde azeitona, parede esta por sua vez adossada à parede oeste [925].

Sob as U.E.'s [887] e [888], definiu-se a grande placa de *opus signinum*, U.E. [890], que constituía a cobertura ou *mensa*, com o comprimento de 3,10m, a largura incompleta, devido à erosão das marés, de c. de 1,40m e uma espessura de c. de 10cm. A superfície estava alisada, tendencialmente horizontal, com um acabamento arqueado do lado sudeste. No lado noroeste, tinha, incrustada, uma pequena placa de mármore branco (0,29 m x 0,27 m), (U.E. [889]), fragmentada e incompleta, sem inscrição, aplicada com argamassa no *opus signinum* ainda fresco, e nivelada com a superfície da placa (Figs. 10-12). Tendo em conta que esta placa estava sensivelmente centrada sobre a caixa tumular, pode-se presumir que estava também centrada



Fig. 10 - Aspecto da cobertura da sepultura (U.E. [890]) e da sequência estratigráfica das restantes unidades de construção associadas.



Fig. 11 - Placa de mármore (U.E. [889]) na cobertura da sepultura.

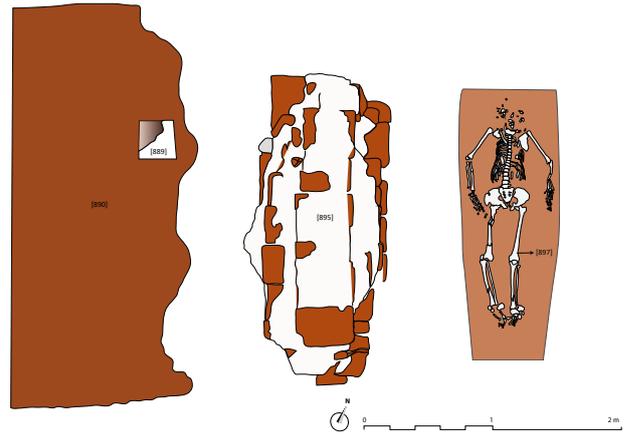


Fig. 12 - Planos da cobertura em *opus signinum*, do tampo da arca tumular, e esqueleto identificado na sepultura da Ponta do Verde.

em relação à largura da placa e reconstituir uma largura original da mesma de cerca de 2,30m (Pinto *et al.*, 2014: 113).

A sudoeste, a cobertura da sepultura encostava à parede [925], de um edifício de função desconhecida e por escavar, e a noroeste, à pequena parede [898], que parece ter sido construída propositadamente para delimitar a sepultura e sustentar a sua cobertura.

Quando se removeu a cobertura, recolheram-se alguns fragmentos de cerâmica que estavam inseridos no próprio *opus*: um bojo de *terra sigillata* africana C e um fundo de *terra sigillata* africana D, ambos de forma indeterminada, um bordo de ânfora bética Dressel 23 (nº 1, Fig. 13, nº inv. 12618) e fragmentos de bojo de ânfora indeterminada.

A sustentar a cobertura, registou-se um embasamento com pedras de pequena e média dimensão, U.E. [891], constituído por pequenos blocos de pedra calcária, arenito e brecha da Arrábida, de formato anguloso, ligados por um sedimento argiloso de cor castanho-escuro. Incluía ainda fragmentos de cerâmica de construção de grandes dimensões, essencialmente de tijolo e alguns de *tegula*, e ainda dois tijolos de quadrante. Este embasamento cobria simultaneamente a vala

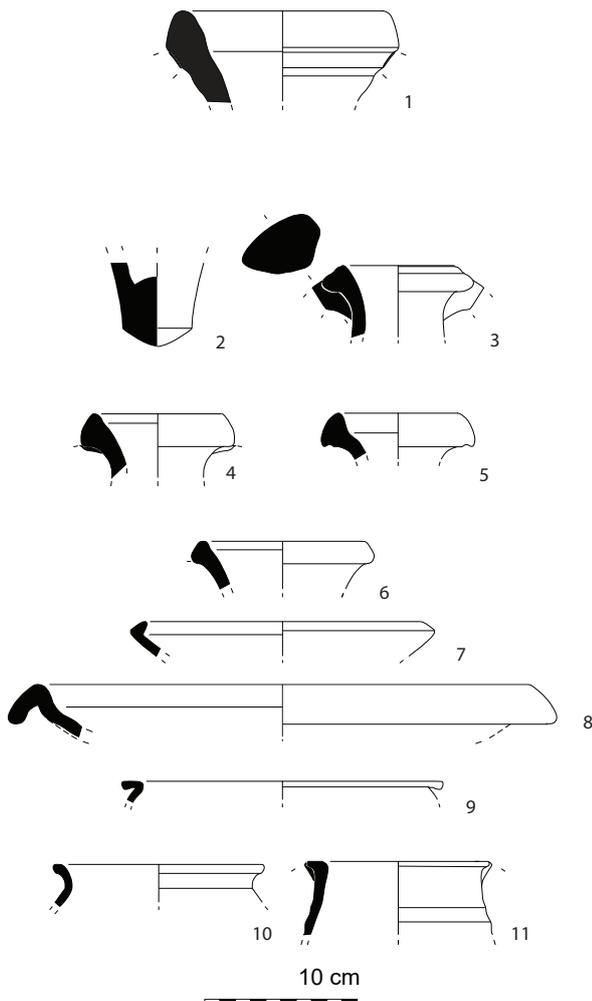


Fig. 13 - Cerâmicas das U.E.'s [890] (nº 1) e [892] (nº 2-11).

[894], escavada para a colocação da sepultura, com as duas unidades que formam o seu enchimento, U.E [892] e em alguns pontos a U.E. [893] e, do lado sudoeste, uma faixa de sedimento ao longo da parede [925], encabeçada pela U.E. [919], faixa essa cortada por esta mesma vala e que por isso corresponde aos níveis de ocupação anteriores à construção da sepultura.

O primeiro depósito a ser escavado no enchimento de vala [894] foi denominado U.E. [892], um sedimento de matriz argilosa de coloração castanho escuro com laivos avermelhados, gerados pela inclusão de cerâmica triturada, caliças e pequenos nódulos de argamassa, que consolidou a superfície da vala antes da construção da cobertura.

Continha dois fragmentos inclassificáveis de *terra sigillata* africana, um do tipo A, três fragmentos de Dressel 14, duas asas e um fundo (nº 2, Fig. 13, nº inv. 12628), e quatro bordos de Almagro 51C (nº 3-6, Fig. 13, nº inv. 12625, 12626, 12627 e 12641), o primeiro com engobe esbranquiçado típico da variante B. Na cerâmica comum, pode-se destacar, segundo a tipologia de F. Santos (2018), um prato B.1 de cozedura redutora com minerais negros (nº 7, Fig. 13, nº inv. 12644) e, de fabrico regional, um alguidar próximo da forma A.1 ou prato covo de forma pouco comum (nº 8, Fig. 13, nº inv. 12643), um tacho A.1 (nº 9, Fig. 13, nº inv. 12639), dois potes/panela C.1, um pote/panela C.3 (nº 10, Fig. 13, nº inv. 12640) e um jarro A.1 (nº 11, Fig. 13, nº inv. 12642).

Sob este depósito identificou-se um enchimento arenoso amarelado, U.E. [893], que preencheu a vala após a construção do tampo da sepultura. Estas areias são muito semelhantes às do substrato arenoso original onde foram construídas as paredes da sepultura, devendo corresponder ao reaproveitamento das areias resultantes da escavação da vala para colocação da sepultura.

Pelo seu interface negativo, ficou claro que a vala aberta para construção da sepultura tinha uma forma subrectangular no sentido noroeste-sudeste, sendo mais larga no topo, ao nível da tampa da arca tumular, e levemente mais estreita ao nível das paredes. Constatou-se que tinha c. de 2,60m de comprimento máximo por 1,30m de largura máxima (equivalentes ao topo da vala) e uma profundidade visível, mas incompleta, de c. de 1m, uma vez que não se desmontaram as paredes da arca tumular para preservar ao máximo a integridade da sepultura.

A tampa da arca tumular (U.E. [895]) (Fig. 14), com uma orientação noroeste-sudeste, era formada por 10 camadas de tijolos (*lateres* com

0,38/0,445m de comprimento por 0,28/0,31m de largura e 0,035/0,044m de espessura) do tipo *lydion* de 1 pé por 1 pé e meio, muitos deles com linhas diagonais digitadas, muito homogêneos e sem evidência de elementos reutilizados. As fiadas de tijolos estavam escalonadas em pirâmide truncada e o fecho da tampa era composto por um alinhamento único de tijolos dispostos no sentido nordeste-sudoeste. As cinco camadas seguintes eram compostas por duas fiadas dos mesmos tijolos com a mesma orientação (Fig. 15), mas a partir da sétima camada a contar do topo (Fig. 16), e até à décima, ou, por outras palavras, nas primeiras quatro camadas a serem dispostas, os tijolos apresentavam uma disposição no sentido noroeste-sudeste, semelhante à das paredes, à excepção de um tijolo de orientação inversa nos extremos



Fig. 14 - Aspecto da arca tumular.

noroeste e sudeste. Os tijolos estavam ligados por uma argamassa esbranquiçada muito arenosa.

Após a remoção integral da tampa, ficou visível a arca tumular, com 2,55m de comprimento e 1,30m de largura, de forma rectangular mas com as paredes laterais levemente convexas, sendo a cabeceira mais larga do que os pés. O espaço interior tinha 2m de comprimento e a largura era de 0,73m na cabeceira e 0,47m nos pés. Sob o nível de destruição do interior da sepultura, U.E. [896], composto por areias soltas, com fragmentos de argamassa das paredes e intensa presença de raízes (Fig. 16), jaziam os restos ósseos de uma mulher de idade já madura (fig. 17), que foi designada U.E. [897], e cujo estudo se apresenta mais adiante. Não foi encontrado qualquer tipo de espólio ou objecto de adorno associado a este enterramento.



Fig. 15 - Aspecto da terceira camada escalonada de tijolos da tampa a contar de cima.



Fig. 16 - Aspecto da sétima camada escalonada de tijolos da tampa a contar de cima.

As paredes da arca tumular (U.E.'s [899], [910], [912] e [914]) tinham 0,43 a 0,48m de altura e foram feitas com nove camadas de tijolos idênticos aos da tampa, sobrepostos e ligados pelo mesmo tipo de argamassa branca arenosa, e só muito raramente foi usado um fragmento de tijolo ou pequenas pedras para colmatar um espaço. A face interna de cada parede foi originalmente rebocada com argamassa (U.E.'s [909], [911], [913] e [915]), que pode ter sido aplicada num único momento embora estivesse já muito destruída.

Removidos os restos ósseos, ficou à vista a base da sepultura, composta por um nível de argamassa (U.E. [916]) sobre um embasamento feito igualmente com tijolos do mesmo tipo, inteiros e homogêneos, em duas fiadas paralelas dispostas no sentido noroeste-sudeste, ligados por argamassa,



Fig. 17 - Arca tumular com o esqueleto humano.

U.E. [917] (Fig. 18). O ligante de argamassa já se encontrava destruído em alguns pontos, confirmando que a sepultura assenta directamente sobre o substracto geológico local, constituído por areia (U.E. [923]), e o facto de alguns *lateres* da base terem sido cortados para preencher o espaço interno da sepultura indica que esta foi feita após a construção das paredes.

A vala para construção da sepultura foi aberta a cerca de 0,5m da parede sudoeste [925], e implicou o corte de depósitos mais antigos, anteriores à construção da sepultura, preservados numa faixa com essa largura ao longo dessa parede (fig. 19). Decidiu-se escavar essa área na expectativa de entender a formação dos estratos que preenchiam o espaço antes da construção da sepultura e de recolher materiais datantes que constituíssem um *terminus post quem* para a sua construção.

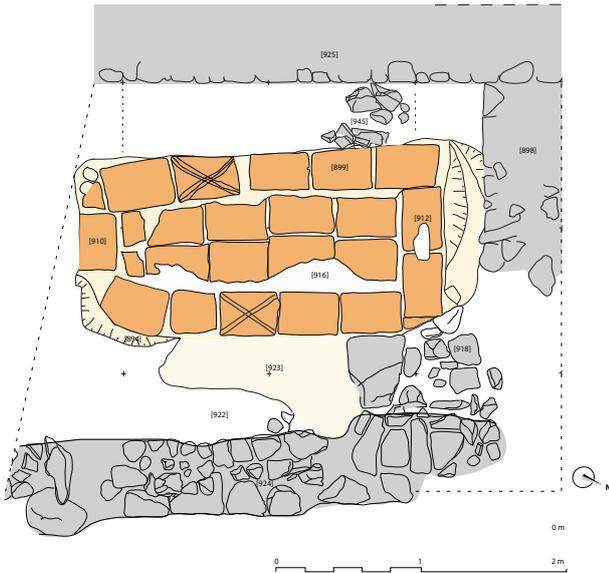


Fig. 18 - Planta final da escavação.

A primeira unidade (U.E. [919]) escavada nessa faixa consistia num depósito de matriz argilo-siltosa rígida, relativamente homogénea, de cor castanha escura acinzentada com a inclusão de blocos de argamassa, carvões, alguma fauna mamalógica, malacológica e ictiológica, fragmentos de vidro, um prego em liga de cobre, cerâmica de construção fragmentada, raros pequenos blocos de pedra e abundantes materiais cerâmicos. Destacou-se um bordo de *terra sigillata* sudgálica da forma Drag. 27, dois fragmentos de *terra sigillata* africana A, um deles classificável na forma Hayes 15 (nº 1, Fig. 20, nº inv. 12648) e seis fragmentos de *terra sigillata* africana C, incluindo um bordo da forma Hayes 50B (nº 2, Fig. 20, nº inv. 12754) e outro da forma Hayes 53 (nº 3, Fig. 20, nº inv. 12649). No que se refere a ânforas, identificou-se a Almagro 51C, representada por um bordo, e ainda um fundo, ambos da variante B (nº 4-5, Fig. 20, nº 12656 e 12695), a Sado I variante A (nº 6-7, Fig. 20, nº inv. 12658 e 12659) e a Sado I variante B (nº 8, Fig. 20, nº inv. 12657), e ainda um fundo de Sado I de variante indeterminada (nº 9, Fig. 20, nº inv. 12694). Em termos de cerâmica comum, de acordo com a classificação de F. Santos (2018), assinala-se a presença, em fabrico regional, dos



Fig. 19 - Corte nordeste da vala [894] com as U.E.'s. [919] a [923].

pratos A.1 (nº 10, Fig. 20, nº inv. 12669) e B.1, do pratel A.1, da tigela B.1, dos alguidares A.1 (nº 11, Est. 20, nº inv. 12671), A.3 (nº 12, Fig. 20, nº inv. 12688) e A.4, do tacho A.1 de fabrico com minerais negros, dos potes/panela A.1 também de fabrico com minerais negros (nº 13, Fig. 20, nº inv. 12676), C.3 (nº 14, Fig. 20, nº inv. 12675) e de uma forma não comum (nº 15, Fig. 20, nº inv. 12670), de um jarro também pouco comum (nº 16, Fig. 20, nº inv. 12678) e de uma tampa A.2, além de diversos fundos.

Sob esta unidade estratigráfica foi definida a U.E. [920], de superfície levemente ondulada e composta por nódulos espessos de argamassa de cal esbranquiçada envoltos num sedimento castanho acinzentado fino e compacto, quase estéril de materiais cerâmicos, interpretada como um piso.

Sob este piso, identificou-se um depósito argiloso, U.E. [921], pouco homogéneo, duro, de cor castanho esverdeada com pequenos nódulos de argamassa, carvões e cerâmica moída, raríssimos e indefinidos fragmentos cerâmicos, à excepção de um bordo de tigela de fabrico regional, e vestígios de bioturbação. Considerou-se ser o nível de preparação do piso acima descrito.

Sob esta preparação de piso, foi definido um depósito de sedimento endurecido de cor avermelhada, U.E. [922], com abundantes nódulos

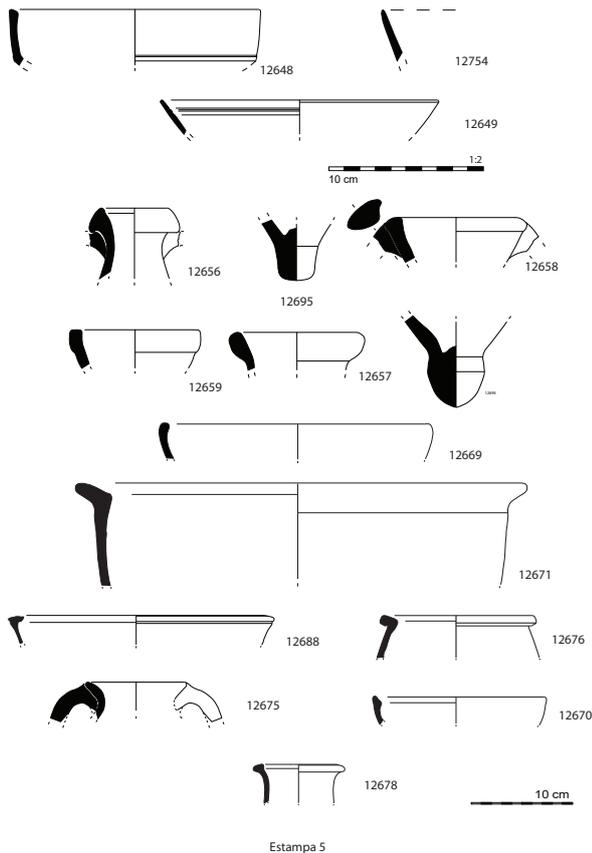


Fig. 20 - Cerâmicas da U.E. [919] (nº 1-15) e [922] (nº 16-17).

de argamassa, cascalho e blocos de arenito geralmente pequenos, nódulos de argila esverdeada e pequenos fragmentos de cerâmica de construção. De assinalar ainda a presença de finas raízes e de raros carvões, assim como de fauna mamalógica e de raros e indistintos fragmentos de ânfora, uma asa de Dressel 14 presa no corte que não foi recolhida, e alguns poucos fragmentos de cerâmica comum. Embora só tenha sido exposto numa faixa de 2m de comprimento junto à parede [925], este depósito está encostado ao enrocamento dessa parede e foi interpretado como o primeiro piso deste compartimento. Por fim, e após a remoção deste piso avermelhado, na pequena área escavada ficou visível uma concentração de pedras, U.E. [945] (fig. 18), assente directamente sobre areias soltas amareladas, U.E. [923], que parecem constituir o substracto geológico natural desta área e

estão à vista sob a sepultura e na parte nordeste da área de escavação, ao nível da praia.

No canto norte da sondagem, numa área mais destruída pelas marés, já era visível um pequeno conjunto de blocos de pedra, U.E. [918] (fig. 18), de origem e tamanho diversos, com a inclusão ocasional de cerâmica de construção. Esta concentração de pedras é muito semelhante à que foi definida junto à parede sudoeste (U.E. [945]), considerando-se a possibilidade de as duas, assentes nas areias de praia (U.E. [923]), serem equivalentes e consistirem no embasamento do piso [922], e por isso igualmente afectadas pelo corte da vala [894].

A nordeste da sepultura e junto ao limite da área de escavação, definiu-se a fundação de uma parede, U.E. [924] (figs. 18), a cerca de 2,5m da parede [925], paralela a essa. É constituída por blocos de pedra de tamanho variado ligados por argamassa branca arenosa, com 0,53m de largura, apenas 0,20m de altura visível e prolongando o seu comprimento para além da área de escavação.

A parede sudoeste [925] tinha um comprimento visível de 5,60m que ultrapassava a sondagem de ambos os lados, 1,73m de altura máxima preservada e uma espessura de 0,53m. Distinguem-se dois lanços de alvenaria distintos nesta parede (Fig. 19). O lanço inferior é feito com elementos pétreos médios-grandes de forma irregular (por ex. 0,35 por 0,26m e 0,28 por 0,24m), essencialmente de calcário, mas também um bloco de brecha da Arrábida, dispostos num *opus incertum*. O lanço superior é feito com blocos pequenos de forma quadrangular (por ex. 0,20 x 0,11m, 0,18 x 0,08m), dispostos de forma relativamente regular em fiadas horizontais, num *opus vittatum* irregular. Na base observou-se um patamar de aspecto menos cuidado e levemente mais espesso feito com blocos de calcário, arenito e nódulos da argamassa.

Não foi possível compreender o comprimento original deste espaço com cerca de 2,5m de largura nem a sua função.

### O estudo antropológico dos restos ósseos

O esqueleto encontrava-se em decúbito dorsal, numa orientação noroeste (crânio) – sudeste (pés), pernas paralelamente estendidas, crânio aparentemente centrado (apesar da sua quase inexistência) e braços adjacentes ao tronco, perfazendo um ângulo de cerca de 135° em cada articulação do cotovelo, numa posição pouco natural.

O indivíduo [897] (figs. 12 e 17) encontrava-se depositado em contacto directo com a base de tijolos da sepultura, sem que tenham sido detectados quaisquer indícios de caixão, sugerindo o uso de uma simples mortalha. Também não se diagnosticou qualquer tipo de colmatação do corpo com sedimento. Aquando da abertura da sepultura, os ossos aí presentes encontravam-se cobertos por uma malha intrincada de raízes, fenómeno que fragilizava, mas também consolidava a articulação do esqueleto. Para além destas raízes foram diagnosticados restos da argamassa que cobria paredes e tecto, que terá caído progressivamente. Estas mesmas raízes, que de alguma forma ajudaram na imobilização dos restos esqueléticos, também os fragilizaram, penetrando nas cavidades medulares dos ossos longos e fragilizando o tecido esponjoso/trabecular das suas extremidades e das peças mais frágeis, como as vértebras e crânio. Houve ainda acção directa da água e da humidade no interior da estrutura que destruíram o tecido cortical dos ossos longos, conferindo-lhes um aspecto laminado e poroso, polvorento ao toque.

Na diagnose sexual utilizaram-se as recomendações de Ferembach e Stoukal (1980), inerentes à morfologia dos ossos da bacia, em simultâneo

com os pontos de cisão para as várias medidas do úmero, da tíbia, do fémur (Wasterlain, 2000), do talus e do calcâneo (Silva, 1996). Algumas das indicações métricas e as observações morfológicas não coincidiam, e consideraram-se os parâmetros morfológicos da bacia como mais fiáveis. Tendo em conta a observação das características morfológicas dos coxais – chanfradura ciática ampla em forma de U; arco composto duplo; acetábulo pequeno, crista ilíaca pouco sinuosa; coxal baixo e largo - e da mandíbula são consentâneas com a maioria das medidas conseguidas, definindo-se com segurança tratar-se de um indivíduo do sexo feminino.

No que respeita ao cálculo da idade à morte, a classificação teve por base a escala etária de Ferembach, Schwidetzky e Stoukal (1980), seguindo-se estas recomendações bem como dos estádios de fusão da extremidade esternal da clavícula, propostos por MacLaughlin (1990) e a tabela do processo de ossificação da cartilagem da tiróide por Krogman e Iscan (1976).

Tratava-se de um indivíduo adulto, com todas as epífises fundidas (Ferembach, Schwidetzky e Stoukal, 1980) inclusive a epífise esternal da clavícula (esquerda) e com um processo de ossificação já iniciado na cartilagem da tiróide, sugestivos de uma idade superior a 40 anos (MacLaughlin, 1990).

Os processos degenerativos eram quase exclusivos do esqueleto apendicular inferior, sendo que este padrão na dispersão deverá ser um indicador fiável do sobre-esforço exercido sobre as pernas. Os sinais degenerativos mais evidentes surgiam na articulação de ambos os joelhos, com marcas nas superfícies articulares dos fémures, tíbias e rótulas, traduzidas sob a forma de eburnação nos côndilos femurais, associada a uma osteofitose marginal, também visível nas superfícies

articulares das rótulas e nas articulações proximais das tíbias. Por outras palavras, o que acontece naturalmente com a idade ou forçadamente pela actividade, é a perda gradual de tecido cartilaginoso articular. Sem esta protecção, os ossos ficam cada vez mais sujeitos à fricção directa entre eles, acabando por desgastar as suas zonas de contacto (epífises).

Tenhamos ainda presentes as afectações degenerativas não articulares (entesopatias) que não são mais do que lesões inflamatórias na zona de inserção dos músculos, tendões e ligamentos. Quando o esforço é muito e a actividade constante, estes tecidos podem ossificar nas extremidades formando pequenas projecções ósseas capazes de sugerir padrões de actividade e estilos de vida (Larsen, 1997). Com um padrão de distribuição muito semelhante ao das artroses, e provavelmente correlacionado com estas, as marcas entesopáticas surgiram aqui especialmente incidentes ao longo da *linea aspera* de ambos os fémures (grau 2), na fossa solear das tíbias (especialmente incidente no lado esquerdo), no ligamento tibiofibular do perónios e no tendão de Aquiles especialmente incidente no lado esquerdo (grau 2).

Embora a simetria não seja constante, o padrão das entesopatias e das artroses demonstra que os joelhos e tornozelos eram sobre-utilizados de forma quase idêntica.

Com base no padrão degenerativo encontrado – artroses nas articulações; entesopatias consen-tâneas, desgastes e perda *ante mortem* de dentes – nas observações de processos de ossificação avançada em algumas das cartilagens diagnosticadas – nomeadamente nas superfícies esternais das costelas – podemos aferir com alguma segurança uma idade largamente superior aos 30 anos.

A ausência dos terceiros molares inferiores, em dissonância com os restantes factores de

diagnóstico, poderá ser aqui explicada, não como factor de juventude, mas fruto de fenómenos hereditários não menos comuns como é o caso da agenesia dentária.

De uma observação mais pormenorizada aquando do levantamento dos ossos, registaram-se algumas evidências patológicas degenerativas, infeciosas e orais. As primeiras, geralmente sintomáticas de uma idade mais avançada, têm de ser lidas aqui com as devidas reservas, uma vez que os factores degenerativos poderão ter sido “acelerados” por determinado estilo de vida, tais como as cáries e as perdas de peças dentárias que poderão corresponder a uma alimentação desequilibrada e má higiene oral.

Um padrão com forte desgaste generalizado sugere um mecanismo intenso de mastigação e um tipo de alimentação abrasiva - com o consumo excessivo de pão com muitas sementes e grãos, farinhas e leguminosas, muito desgastantes para os dentes posteriores – aliado à falta de cuidados de higiene oral, que promovem a perda *ante mortem* e resultam numa grande cárie destrutiva.

A disposição dos ossos, com o esqueleto apendicular a assumir ângulos muito mais abertos do que seria expectável – braços e pernas muito afastados do restante esqueleto axial - o padrão patológico concentrado nos membros inferiores, indiciando uma sobrecarga nas pernas e pés, e a especificidade de patologias orais, poderão indiciar a presença de um indivíduo (feminino) adulto com excesso de peso. Provavelmente uma figura socialmente importante, com acesso a determinados alimentos mais calóricos e/ou com mais açúcares. Esta relevância social é corroborada pela própria estrutura funerária. A confirmar-se esta hipótese teríamos o primeiro caso de obesidade no mundo romano de Tróia.

## A datação da sepultura

Tendo em conta que as sepulturas de mesa ocorrem durante um longo período, desde o século II (Leveau, 1978) até ao século VI (Duval, 1995: 200), não é possível inferir uma data de construção desta sepultura a partir do tipo de sepultura. É possível deduzir que é uma sepultura do Baixo Império por se tratar de uma inumação, mas uma data de construção mais precisa só pode ser obtida através da análise das unidades estratigráficas que a envolvem e da datação do respectivo espólio.

Ficou claro nos resultados da escavação que foi escolhido um espaço entre duas paredes de um edifício abandonado para construir a sepultura. É provável que a parede nordeste já estivesse parcialmente caída, caso contrário haveria pouco espaço para escavar a vala e construir a arca tumular. Essa vala deixou uma faixa de depósitos prévios ao longo da parede sudoeste, cujo espólio pode indicar uma data *post quem* para a construção da sepultura. Nessa faixa, é o depósito superior, a U.E. [919], com maior frequência de cerâmica, que pode contribuir para essa datação. Nesta unidade, a *terra sigillata* africana C da forma Hayes 53, datável de 350-430 (Hayes, 1972: 78-82) e a Hayes 50B, bem integrada na segunda metade do séc. IV (Hayes, 1972: 69-73) constituem o *terminus post quem* para a implantação da sepultura, que, por isso, não pode ser anterior a meados do século IV. Estas peças vêm acompanhadas da ânfora Sado I, variante B, considerada uma produção que não surge antes de meados do século IV e que é frequente na segunda metade desse século (Pinto e Almeida, 2016) e conforta essa datação. Mas os materiais classificáveis também não permitem ir muito além no tempo, devido à ausência dos materiais típicos dos finais do século IV e do século V, apontando claramente para uma acumulação de sedimentos e resíduos da segunda

metade do século IV e, provavelmente, do terceiro quartel deste século.

Outra unidade útil para a datação da sepultura é a [892], o sedimento arenoso que cobriu a arca tumular e sobre a qual assentou o enrocamento e a cobertura de *opus signinum* e que, por isso, é contemporânea da construção da sepultura. Nesta unidade recolheram-se dois fragmentos de *terra sigillata* africana, um seguramente do tipo A, mas outro muito mal preservado e por isso sem fabrico atribuído, embora possa até ser mais próximo da D, de ânforas Dressel 14, certamente residuais, e de Almagro 51c, incluindo um bordo da variante B, datável de meados do século III a meados do século IV. A cerâmica comum também não tem nenhuma forma muito tardia que contrarie esta datação. Nota-se que não há nenhuma peça cujo início de produção ultrapasse os meados ou terceiro quartel do século IV e que possa alterar a datação proposta.

A própria cobertura de *opus signinum* continha apenas um fragmento de *terra sigillata* africana C e outro de *terra sigillata* africana D, ambos de forma indeterminada, uma ânfora bética Dressel 23 e fragmentos de bojo de ânfora. A ânfora Dressel 23 tem uma cronologia lata de finais do século III ao século V e a presença de *terra sigillata* africana D apenas indica uma datação não anterior a meados do século IV.

Presume-se que a cobertura da sepultura tenha estado exposta durante um certo período, dando tempo a que a placa de mármore incrustada se fragmentasse e desaparecesse em parte, e que houvesse um desmoronamento parcial (U.E. [888]) da parede noroeste à qual estava adossada (U.E. [898]). Só mais tarde se deu uma remodelação do espaço, com a implantação de um piso com a sua fundação. Neste piso (U.E. [886]), além de fragmentos de cerâmica residuais, recolheu-se um fragmento diminuto de *terra sigillata* hispânica tardia da forma

Drag. 37, com um estilo decorativo que abrange os séculos IV e V d.C. (Paz Peralta, 1991: 104-113), mas é próxima da decoração da peça 4.32, uma peça completa atribuída à primeira metade do século V d.C. (Paz Peralta, 2008: 524), *terra sigillata* africana D da forma Hayes 63, integrada no último quarto do século IV (Hayes, 1972: 109), embora seja reconhecida em contextos mais alargados, entre 360 a 440 (Atlante I, 1981: 86) e, um bojo de Hayes 91, que, sem a possibilidade de definição de uma variante, apresenta uma cronologia mais lata, mas que deverá ser integrado genericamente no século V, muito possivelmente ainda na primeira metade desse século de acordo com o padrão de consumo já observado em Tróia (Magalhães, 2021), constituindo o *terminus post quem* deste piso. Por cima deste piso, uma ânfora Almagro 51a-b variante C (nº 4, Fig. 6) confirma uma ocupação do século V dada a datação desta ânfora (Mayet e Silva, 1998: 284-286 e 300, fig. 133).

### O significado da sepultura

Num artigo anterior (Pinto, 2016), houve oportunidade de apresentar as sepulturas de mesa de Tróia e de discutir o seu significado em geral. As sepulturas de mesa destinavam-se ao banquete funerário e a oferendas aos defuntos. Podiam ser rectangulares, evocando uma mesa comum, ou semicirculares, ditas “em sigma” (letra grega C), estas reproduzindo a *mensa lunata* (em forma de meia lua) e o *stibadium*, o leito semicircular à volta da mesa no qual os convivas se reclinavam. Estas coberturas em forma de mesa tinham, por vezes, uma placa de mármore encastrada, e destinavam-se precisamente ao banquete funerário, o *agape*, típico da religião tradicional romana, mas que perdurou entre os cristãos (por ex. Jensen, 2008: 128). Embora menos frequentes, há também, no mundo romano, exemplos de *biclinia* e *triclinia*

associados a sepulturas, com o mesmo objetivo de facilitar a refeição partilhada pelos vivos (Jensen, 2008: 119).

No mesmo artigo de 2016, fizemos, desde logo, uma reflexão sobre os aspectos mais relevantes da sepultura da Ponta do Verde no contexto das suas congéneres de Tróia.

Antes de mais, há que destacar a sua grande dimensão, visto que tem cerca de 3,10m de comprimento e, se se considerar que a placa de mármore estava centrada, como é habitual, cerca de 2,10m de largura. Isto significa uma grande afinidade a sepulturas dos compartimentos B/C, D e E da igreja paleocristã de Tróia conhecida como “basílica” (Pinto *et al.*, 2014: 115, fig. 19). A sepultura nº 39 (compartimento B/C), por exemplo, tem 2,50m de comprimento por 2,60m de largura, a sepultura nº 51 (compartimento D) tem 2,85m de comprimento por 2,30m de largura e a sepultura nº 64 (compartimento E) tem um comprimento mínimo de 2,10m e uma largura de 3,10m. À data da descoberta da sepultura da Ponta do Verde, pensávamos que estas grandes sepulturas, que contrastam com as mais numerosas de aspecto individual, fossem colectivas e albergassem pelo menos duas pessoas, ou mesmo várias, tal como se verificou na sepultura de mesa no tanque 3 sob a igreja paleocristã (Pinto *et al.*, 2014: 107-110). Apesar de, ao contrário da sepultura da Ponta do Verde, nenhuma destas grandes sepulturas ter uma placa de mármore inserta, a descoberta de uma sepultura individual sob uma cobertura tão grande indica que a dimensão da cobertura pode ser o reflexo do estatuto social do indivíduo nela enterrado, e permanece a dúvida sobre as grandes sepulturas não-escavadas.

No que respeita à datação, as sepulturas anteriores à construção da igreja paleocristã foram consideradas de meados ou segunda metade do século IV

num exercício de cronologia relativa (Pinto, 2016: 105-106). Dada a grande afinidade verificada, a escavação estratigráfica da sepultura da Ponta do Verde vem confirmar a datação na segunda metade do século IV.

Sabendo que as sepulturas de mesa podem conter cremações ou inumações, e que só algumas com mosaicos, epigrafia ou pintura são explicitamente cristãs, permanece a dúvida sobre a afinidade religiosa das sepulturas de mesa de Tróia (Pinto *et al.*, 2019a: 387), à excepção de uma sepultura de mesa, aparentemente mais tardia, com iconografia cristã (Pinto *et al.*, 2019b: 433-434). Até à data, não se conhecia a orientação do corpo de nenhuma das sepulturas de mesa da igreja paleocristã, e só uma sepultura vandalizada da necrópole a sul da Capela de Nossa Senhora de Tróia tinha sido reportada como tendo apenas um prato de cerâmica (Almeida e Paixão, 1978). A grande dimensão da sepultura da Ponta do Verde e a sua construção com tijolos muito homogéneos, certamente novos, contrastam com a simplicidade do enterramento, sem qualquer espólio, seja em termos de oferendas funerárias, objectos de adorno pessoal ou relacionados como o vestuário. A ausência de qualquer objecto foi certamente uma escolha deliberada e sugere um novo paradigma religioso-funerário que poderá ser cristão. A orientação noroeste-sudeste do corpo, em contraste com outros enterramentos de Tróia de finais do século II a finais do século III com orientação sudeste-noroeste (Almeida, 2008: 73), conforta esta hipótese.

A localização desta sepultura de mesa longe dos outros conjuntos conhecidos de sepulturas de mesa em Tróia confirma que, apesar de não ter sido registado na necrópole da Caldeira, é um tipo de sepultura que surge em vários pontos do sítio

arqueológico e que se pode considerar comum em Tróia.

Permanece a dúvida quanto ao espaço escolhido para a instalar, com cerca de 2,5m de largura, entre duas paredes, uma delas muito pouco preservada, mas parece muito provável que se tenha aproveitado um edifício abandonado. É possível que originalmente tivesse constituído um estreito pátio ou corredor de uma oficina de salga, tendo em conta que há exemplos em Tróia de menor largura (Pinto, Magalhães e Brum, 2011: 156) e que a parede sudoeste apresenta um *opus vittatum* irregular que neste sítio arqueológico é típico das paredes de tanques de oficinas de salga (Pinto, Magalhães e Brum, 2011: 160). Este espaço teria adquirido uma função funerária numa fase mais tardia, após o abandono da produção de salgas. Mas é, por agora, uma suposição impossível de comprovar.

A escavação revelou ainda que esta ocupação de carácter funerário não foi a última neste ponto do complexo industrial, visto que se identificaram depósitos mais tardios acima da sepultura. Ocupavam uma pequena área e continham materiais cerâmicos de vários tipos e épocas, mas esta ocupação não pode ser anterior ao século V, dada a presença de uma ânfora Almagro 51a-b, variante C, tal como foi referido. A análise dos restos de peixe associados a fragmentos de ânforas e telhas de um destes depósitos revelou o predomínio da sardinha (97%), como é habitual nos restos de produção dos tanques de Tróia. No entanto, tendo em conta que 75% das sardinhas se distribuem entre 16 e 18cm de comprimento, esta amostra aproxima-se mais de uma de Setúbal, recuperada no interior de uma ânfora Dressel 14 (RFAF 10-12), onde os exemplares se distribuem entre 16 e 21cm de comprimento, e interpretada como *salsamenta* (sardinha salgada) (Gabriel e Silva, 2016: 114-115).

## Conclusão<sup>7</sup>

A escavação estratigráfica da sepultura da Ponta do Verde permitiu, pela primeira vez, contextualizar uma sepultura de mesa rectangular, e datá-la da segunda metade do século IV, o que condiz com a suposta datação de sepulturas afins do núcleo da igreja paleocristã de Tróia.

A sua grande dimensão surpreende numa sepultura individual e sugere uma relação directa com a importância social de uma mulher madura, possivelmente obesa, nela depositada.

A orientação noroste-sudeste do corpo, a total ausência de espólio numa sepultura feita com materiais de construção novos e com grande cobertura com placa de mármore encastrada admitem que se possa enquadrar no culto cristão, sem que seja possível prová-lo.

## Bibliografia

- ALMEIDA, Fernando; PAIXÃO, Judite e António C. (1978). Um tipo raro de sepultura romana. In *Actas das III Jornadas Arqueológicas (Lisboa, 1977)*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 323-335.
- ALMEIDA, João (2008). *A necrópole romana da Caldeira, Tróia de Setúbal: escavações de Manuel Heleno nas décadas de 40-60 do século*. Dissertação de Mestrado em Pré-História e Arqueologia, Faculdade de Letras de Lisboa.
- ATLANTE I (1981). *EAA Atlante delle forme ceramiche I. Ceramica fine romana nel bacino mediterraneo (medio e tardo impero)*. Roma: Istituto Enciclopedia Italiana.
- BONIFAY, Michel (2004). *Études sur la céramique romaine tardive d'Afrique*. Oxford: British Archaeological Reports Oxford Ltd.
- BRUM, Patrícia; PINTO, Inês Vaz; MAGALHÃES, Ana Patrícia; SANTOS, Filipa; MULLER, John (2017). The STORM project and coastal erosion. The case of Troia. *Skyllis*, 17, Jahrgang 2017, pp. 62-68.
- COSTA, Inácio Marques da (1923/24). Estudos sobre algumas estações de época luso-romana dos arredores de Setúbal. *O Arqueólogo Português - 1.ª Série*, Vol. XXVI, pp. 314-328.
- DUVAL, Noël (1995). Les nécropoles chrétiennes d'Afrique du Nord. In *L'Afrique du Nord antique et médiévale. Monuments funéraires, institutions autochtones* (VIe Colloque International sur l'Histoire et l'Archéologie de l'Afrique du Nord (Pau, 1993)). Pau: Éditions du CTHS, pp. 187-205.
- ÉTIENNE, Robert; MAKAROUN, Yasmine; MAYET, Françoise (1994). *Un grand complexe industriel à Tróia (Portugal)*. Paris: De Boccard.
- FEREMBACH, D; SCHWIDETZY, I; STOUKAL, M. (1980). Recommendations for age and sex diagnosis of skeletons. *Journal of Human Evolution*, 9, pp. 517-549.
- GABRIEL, Sónia; SILVA, Carlos Tavares (2016). Fish bones and amphorae: new evidence for the production and trade of fish products in Setúbal (Portugal). In Inês Vaz Pinto; Rui Almeida; Archer Martin (eds.) *Lusitanian Amphorae: Production and Distribution*. Roman and Late Antique Mediterranean Pottery, 10. Oxford: Archaeopress, pp. 111-116.
- HAYES, John (1972). *Late Roman Pottery*. London: The British School at Rome.
- JENSEN, Robin M. (2008). Dining with the Dead: from the Mensa to the Altar in Christian Late Antiquity. In Laurie Brink, O.P. and Deborah Green (eds.) *Commemorating the Dead: Texts and Artifacts in Contexts: Studies of Roman, Jewish and Christian Burials*. Berlin-New York: Walter de Gruyter, pp. 107-143.
- KROGMAN, Wilton; ISCAN, Mehmet (1976). The human skeleton in forensic medicine. Springfield: Charles Thomas.
- LEVEAU, Philippe (1978). Une mensa de la nécropole occidentale de Cherchel. *Karthago, Revue d'Archéologie Africaine*, XVIII, pp. 127-131.
- LÓPEZ RODRÍGUEZ, José (1985). *Terra sigillata hispánica tardia decorada a molde de la Península*

<sup>7</sup> Em Agosto e Setembro de 2021, já depois de concluído este artigo, foi descoberto, no sítio arqueológico de Tróia, mais um conjunto significativo de sepulturas de mesa que será oportunamente apresentado e publicado.

- Ibérica*. Salamanca: Universidade de Valladolid, Junta de Castilla y Leon, Universidad de Salamanca.
- MACLAUGHLIN, Sue (1990). Epiphyseal fusion at the sternal end of the clavicle in a modern Portuguese skeletal sample. *Antropologia Portuguesa*, 8, pp. 59-68.
- MAGALHÃES, A. P. (2021). *Troia. A terra sigillata da Oficina 1. Escavações de 1956-1961 e 2008-2009*. Suplemento nº 10 de O Arqueólogo Português. Lisboa: Imprensa Nacional / Museu Nacional de Arqueologia / Direcção-Geral do Património Cultural.
- MAGALHÃES, Ana Patrícia; PINTO, Inês Vaz; BRUM, Patrícia (2020). Late Roman imported pottery in the southwest of Lusitania: the case of Tróia (Portugal). In Maria Duggan; Sam Turner; Mark Jackson (eds.) *Ceramics and Atlantic Connections: Late Roman and Early Medieval Imported Pottery on The Atlantic Seaboard* (International Symposium Newcastle University, March 26th-27th 2014), Roman and Late Antique Mediterranean Pottery 15. Oxford: Archeopress Publishing Ltd, pp. 135-150.
- MAYET, Françoise; SILVA, Carlos Tavares da (1998). *L'atelier d'amphores de Pinheiro (Portugal)*. Paris: De Boccard.
- PAZ PERALTA, Juan (1991). *Cerámica de mesa romana de los siglos III al VI d.C. en la provincia de Zaragoza*. Zaragoza: Pórtico.
- PAZ PERALTA, Juan (2008). Las producciones de Terra Sigillata Hispánica intermedia y tardia. In Darío Bernal Casasola; Albert Ribera i Lacomba (coords.) *Cerámicas hispanorromanas. Un estado de la cuestión*. Cádiz: Universidad de Cádiz. p. 497-540.
- PINTO, Inês Vaz (2003). *A cerâmica comum das villae romanas de São Cucufate (Beja)*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- PINTO, Inês Vaz (2016). Late Roman Tombs at Tróia (Portugal): the *mensae*. *Journal of Ancient Egyptian Interconnections*, <http://jaei.library.arizona.edu>, vol. 10 (September 2016), pp. 103-112.
- PINTO, Inês Vaz; ALMEIDA, João Pedro (2016). Sado 1 (Western Lusitania). *Amphorae ex Hispania. Landscapes of production and consumption* (<http://amphorae.icac.cat/amphora/sado-1-western-lusitania>), 09 July, 2016.
- PINTO, Inês Vaz; MAGALHÃES, Ana Patrícia; BRUM, Patrícia (2011). O complexo industrial de Tróia desde os tempos dos Cornelii Bocchi. In João Luís Cardoso; Manuel Almagro-Gorbea (eds.) *Lucius Cornelius Bocchus. Escritor Lusitano da Idade de Prata da Literatura Latina*. Colóquio Internacional de Tróia (6-8 de Outubro de 2010). Lisboa-Madrid: Academia Portuguesa da História e Real Academia de la Historia, pp. 133-167.
- PINTO, Inês Vaz; MAGALHÃES, Ana Patrícia; BRUM, Patrícia (2014). An overview of the fish-salting production centre at Tróia (Portugal). In Emmanuel Botte; Victoria Leitch (eds.) *Fish & Ships. Production et commerce des salsamenta durant l'Antiquité* (Actes de l'atelier doctoral à Rome, 18-22 juin 2012), Bibliothèque d'Archéologie Méditerranéenne et Africaine 17. Aix-en-Provence : Centre Camille Julian, Éd. Errance, pp. 145-157.
- PINTO, Inês Vaz; MAGALHÃES, Ana Patrícia; BRUM, Patrícia; ALMEIDA, João (2014). Novos Dados sobre a Tróia Cristã. In *O Sudoeste Peninsular entre Roma e o Islão –Southwestern Iberian Peninsula between Rome and Islam*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, pp. 104-123.
- PINTO, Inês Vaz; MAGALHÃES, Ana Patrícia; BRUM, Patrícia; SANTOS, Filipa (2019a). Problemática em torno da basílica de Tróia. In Jordi López Vilar (ed.) *Tarraco Bienal. Actes 4t Congrès Internacional d'Arqueologia i Món Antic. VII Reunió d'Arqueologia Cristiana Hispànica. El Cristianisme en l'Antiguitat Tardana. Noves Perspectives* (Tarragona, 21-24 de Novembre de 2018). Tarragona: Universitat Rovira i Virgili - Institut d'Estudis Catalans, p. 385-393.
- PINTO, Inês Vaz; MAGALHÃES, Ana Patrícia; BRUM, Patrícia; MACIEL, Justino (2019b). Representação da cruz paleocristã em Tróia de Setúbal (Portugal). In Justino Maciel; Filomena Limão (coords.) *Horizontes Artísticos da Lusitânia. Dinâmicas da Antiguidade Clássica e Tardia em Portugal. Séculos I a VIII*. Amadora: Canto Redondo, p. 432-441.
- SANTOS, Filipa Araújo dos (2018). *A Cerâmica Comum da Oficina de Salga 1 de Tróia (Grândola, Portugal): contextos da primeira metade do século V*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.

SILVA, Ana Maria (1996). *O Hipogeu de Monte Canelas I (IV-III milénios a.C.): Estudo paleobiológico da população humana exumada*. Trabalho de síntese. Universidade de Coimbra.

WASTERLAIN, Sofia (2000). *Morphé: análise das proporções entre os membros, dimorfismo sexual e estatura*

*de uma amostra da colecção de esqueletos identificados do Museu Antropológico da Universidade de Coimbra.*

Dissertação de mestrado em Evolução Humana apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

# DE LAS CANTERAS. PRIMERAS EVIDENCIAS DE LOS SISTEMAS DE EXPLOTACIÓN EN GADES

Recebido: 1 de Maio de 2017 / Aprobado: 19 de Outubro de 2018

**Macarena Lara Medina<sup>1</sup>**

Universidad de Cádiz

## Resumen

La necesidad de elaborar un mecanismo para la obtención, el traslado y el tallado de los elementos arquitectónicos para la construcción de los espacios eminentemente públicos se hacía fundamental en época romana, pues de ello dependía la propaganda de Roma. El estudio de los sistemas de explotación de los materiales pétreos se puede considerar el primer paso para la comprensión del espacio urbanizado y las técnicas constructivas empleadas. En este sentido, este trabajo aborda una primera aproximación a los sistemas de explotación de época romana documentados en Cádiz, donde se analizan los datos obtenidos en las diversas intervenciones arqueológicas. Se presentan los resultados de un estudio pionero de estas características en la ciudad de Cádiz.

**Palabras-clave:** canteras; *Gades*; urbanismo; Neápolis.

## Abstract

The need to elaborate a mechanism to obtain, move and carve the architectural elements for the construction of the eminently public spaces was fundamental in the Roman period, since the propaganda of Rome. The study of the systems of exploitation of the stone materials can be considered the first step for the comprehension of the urbanized space and the constructive technologies employed. Nevertheless, scanty studies have addressed this subject in the Iberian Peninsula. In this respect, this study attempts a first approach to the systems of exploitation documented in the gaditan capital from the archaeological point of view. It will analyse the information obtained in the diverse interventions in the city and it will be the first time that this kind of approach will be addressed in the city of Cadiz.

**Keywords:** quarries; *Gades*; urbanism; Neápolis.

---

<sup>1</sup> macarena.lara@uca.es

## Introducción

En este trabajo presentamos las evidencias de explotación de cantera en contextos cronológicos tempranos (época romana republicana), documentados hasta la actualidad en la ciudad de Cádiz fruto de las intervenciones arqueológicas. Se analizan y exponen los modelos y los sistemas de explotación (frentes de canteras, patrones, material empleado), el material obtenido (material, módulo, patrones) y las áreas de dispersión de las mismas, así como su posterior registro arqueológico asociado al abandono y propuesta cronológica de uso. Los enclaves objeto de este estudio se sitúan en la plaza de San Antonio, la calle Veá Murgía, 24, la calle Ceballos, 1-3, Santa Bárbara y la calle Juan Ramón Jiménez, 9.

Cádiz fue considerada en época romana la ciudad más gloriosa y privilegiada dada su localización geoestratégica, favorecida por los recursos naturales que propiciaban la exportación y la importación de productos a todo el Imperio, y convirtiéndola en puerto principal de rutas comerciales. La ciudad alcanzó su máximo auge en el siglo I d.C. como consecuencia de la práctica evérgeta de su vecino Balbo, quien, gracias a su propaganda, según se mantiene tradicionalmente, promovió la construcción de una nueva ciudad, la *Urbs Iulia Gaditana*. Desconocemos la fecha exacta de su construcción, si bien, los testimonios arqueológicos apuntan a las dos últimas décadas del siglo I a.C. La *Nova Urbs* se construyó manteniendo ciertos cánones de época imperial, con las áreas públicas como el foro, el mercado, las áreas religiosas y las lúdicas, así como los espacios destinados a las áreas domésticas. Tal cantidad ingente de material constructivo obligaba a buscar lugares de explotación

cercanos para la obtención de material constructivo. Las fuentes literarias de época clásica ya se hacían eco de las canteras de *Hispania*, como las citadas por Plinio (*N.H.* XXXVI, 6). Por su parte, Estrabón aludía a la vinculación propietaria de éstas y el cambio sufrido de gestores públicos a gestores privados desde el 140 a.C. a época de Augusto, momento que confluye con el período de romanización y, por tanto, con los intereses del Estado.

La riqueza geológica existente en la bahía de Cádiz propició la obtención de material constructivo de fácil extracción y a la vez duradero para la construcción de la ciudad romana, como se ha constatado en las estructuras halladas, principalmente canteras de biocalcarenita. Con motivo de nuestra Tesis Doctoral (Lara, 2016), el acceso y la revisión de las intervenciones acometidas desde los años setenta y ochenta hasta el año 2015 en Cádiz nos ha ofrecido la posibilidad de ampliar el conocimiento sobre la *Gades* romana<sup>2</sup>, permitiéndonos reflexionar sobre algunas líneas temáticas relacionadas con el urbanismo de la ciudad gaditana (Lara, 2019).

## La ciudad de Cádiz: el marco geológico en su entorno inmediato

En la fachada atlántica del extremo suroccidental de la Península Ibérica, sobresale a modo de ápice como una lengua de tierra la ciudad de Cádiz (Fig. 1). Se presenta en una peculiar ubicación, quedando al oeste abierta al mar, mientras que el extremo oriental queda situado en el interior de la bahía a la que le da nombre, configurándose como barrera natural frente a los sedimentos que desembocan en la bahía, procedentes principalmente del

<sup>2</sup> Este trabajo ha sido realizado en el marco de nuestra Tesis Doctoral titulada *Urbs Iulia Gaditana. El urbanismo de Gades a través de su registro arqueológico. Análisis y propuesta interpretativa*, defendida el 19 de diciembre de 2016 en la Universidad de Cádiz y dirigida por el profesor Dr. Darío Bernal Casasola.

río Guadalete. Su ubicación y su carácter insular hacen de este enclave un lugar con abundantes problemáticas para su estudio en la Antigüedad.



Fig. 1 - Localización de la ciudad de Cádiz en la Península Ibérica y su entorno inmediato.

La bahía de Cádiz está compuesta por los siguientes materiales:

- **Materiales mesozoicos o “antiguos”:** son materiales del triásico, que se consideran las rocas más antiguas de la provincia, formadas por afloramientos de margas, yesos, arcillas variegadas y sales, como se observa en el Cerro de los Mártires en San Fernando. Los yesos han sido empleados como materia prima para la explotación de canteras, así como manantiales salinos asociados a esta formación. Al caracterizarse como materiales plásticos, han desplazado a grandes distancias, formaciones modernas que se situaban en la parte superior, desempeñando, pues, un papel importante en los movimientos tectónicos de toda el área.

- Por otro lado, están los materiales del período histórico del Jurásico-Cretácico, que aparecen en el entorno de la bahía como isleos de calizas y dolomías, englobados en masas como arcillas, margas y yesos de la etapa previa. Son materiales que proceden de un emplazamiento lejano y que fueron depositados en el entorno de Cádiz.
- **Materiales terciarios:** entre los que distinguimos los materiales preorogénicos, rocas con cronología de edad terciaria, afectadas con posterioridad y arcillas y margas blancas con diatomeas (las moronitas). Por su parte, los materiales postorogénicos, que son rocas formadas por acumulación de restos de caparzones de moluscos, gasterópodos, espículas de erizos, con matriz terrígena rica en granos de cuarzo y cemento carbonatado. Materiales, posiblemente, generados en plataformas costeras, muy característicos en el entorno gaditano, como los acantilados de Barbarte, Sierra de San Cristóbal en el Puerto de Santa María (Domínguez-Bella, 2011: 34-36). A nivel arqueológico, esta formación geológica es significativa, pues fue empleada como materia prima con finalidad constructiva desde época antigua hasta la actualidad.

El caso que nos ocupa, el marco geológico del substrato de la ciudad gaditana (Fig. 2) está compuesto principalmente por materiales arcillosos-margosos, que conforman la base sedimentaria que observamos en la actualidad, arenas amarillas con pectínidos (visibles en la Playa Santa María del Mar) y conglomerados cementados, con ostras y pectínidos (piedra ostionera), que posteriormente sufrieron una emersión, creándose una plataforma de abrasión marina, la cual sería cubierta parcialmente por las arenas rojas aluviales con cantos de cuarcita, cuarzo y filitas entre

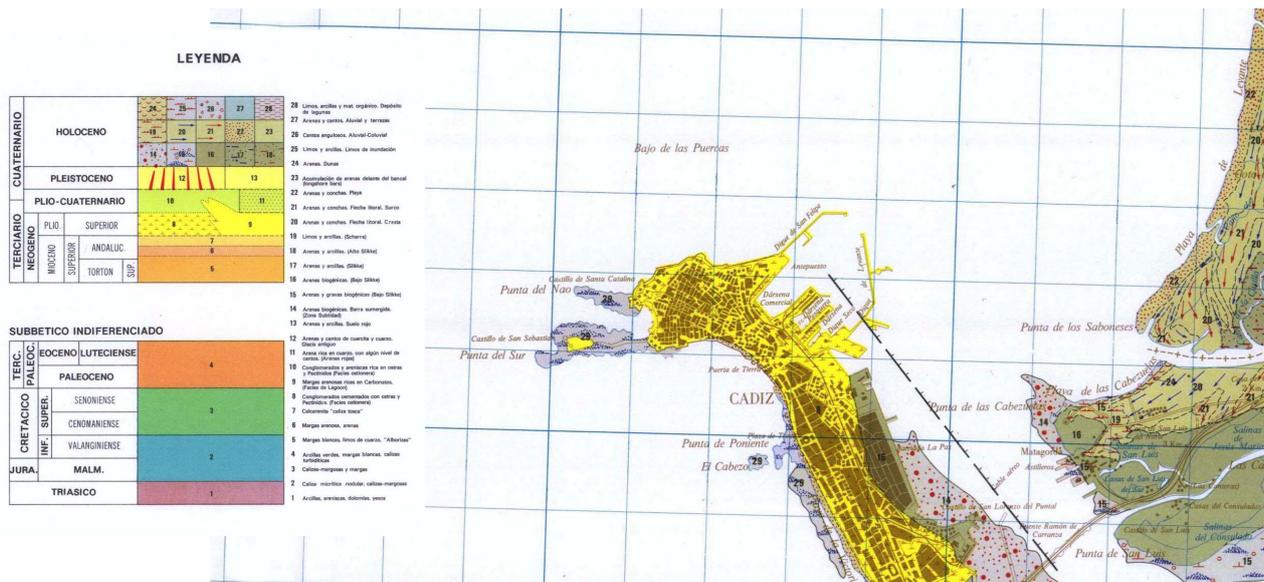


Fig. 2 - Mapa geológico de la ciudad de Cádiz, donde se puede apreciar el volumen del conglomerado bioclástico. Mapa Geológico de España, escala 1:50.000.

otras (Domínguez-Bella, 2008: 120-121), entorno que favorece la extracción de este material plástico cuando está húmedo pero duradero y consistente cuando está seco. Con todo, la abundancia en el subsuelo gaditano permitió el uso continuado de este material básico desde época púnica hasta la actualidad. Arqueológicamente, se han constatado canteras romanas minoritarias en el litoral gaditano, si bien en la última década, las actividades arqueológicas acometidas en este yacimiento, han permitido sacar a luz algunos datos al respecto. A continuación, exponemos las evidencias arqueológicas documentadas en la ciudad de Cádiz asociadas a época romana.

**Las canteras romanas de Gades. Primeras evidencias de los sistemas de explotación y su uso**

Han sido abundantes los estudios acometidos sobre la geomorfología de la ciudad de Cádiz, su formación como bahía y su dinámica litoral. Los estudios arqueológicos por su parte han ido encaminados hacia aspectos vinculados con la explotación económica de los recursos piscícolas y con

la necrópolis fundamentalmente. Sin embargo, la historiografía de ambas disciplinas no ha prestado atención suficiente a la procedencia de los materiales empleados en las construcciones romanas ni a los sistemas de explotación que podrían ofrecer datos sobre el uso de los recursos pétreos existentes en su entorno.

La Arqueología nos ha ofrecido datos relevantes sobre los sistemas de explotación en época romana en Cádiz, corroborando de este modo el uso de los conglomerados cementados que emergieron y que quedaron visibles en algunas áreas de la ciudad, sobre todo en su extremo norte, identificándose este sector de la ciudad como área de explotación, con un total de al menos seis frentes de canteras constatados (Fig. 3).

**La plaza de San Antonio**

En el sector septentrional del casco histórico de Cádiz se documentó, en una fase previa a las instalaciones productivas, un frente de explotación de conglomerado bioclástico. Se localizó en el extremo occidental de la plaza, bajo las estructuras

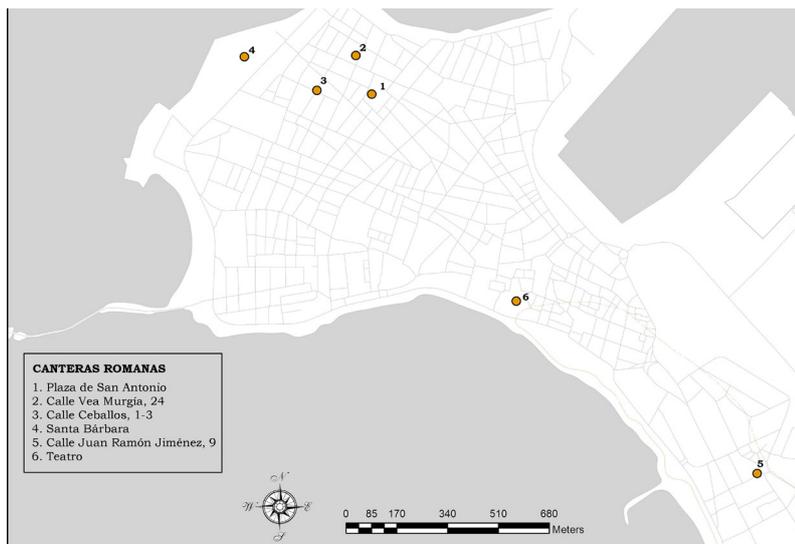


Fig. 3 - Plano de la mitad occidental de Cádiz, con la localización de las canteras documentadas de época romana.

de época imperial. Este frente se caracteriza por un notable perfil semicircular, con marcas del proceso de extracción (y de las herramientas metálicas empleadas, como cinceles), en bloques

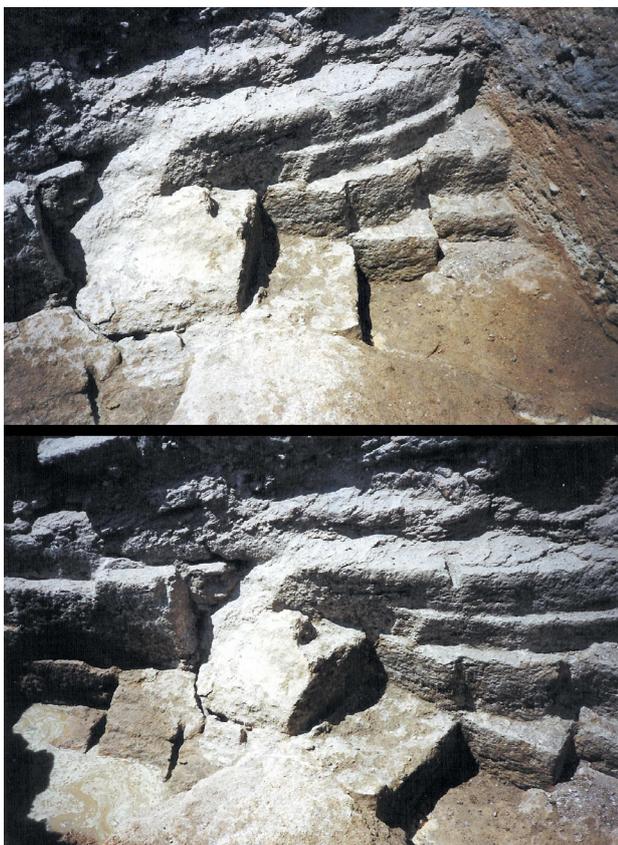


Fig. 4 - Vista general de los frentes de extracción documentados en la Plaza de San Antonio (cortesía de F. Blanco).

(Fig. 4), con un elevado porcentaje compuesto por piezas cuadrangulares –presumiblemente sillares-, cuyo material geológico es conglomerado bioclástico. Se identifica con una zona de trabajo al aire libre, y cuyo material se extrae en forma de gradas (como ocurre en la cantera hallada en Santa Bárbara en Cádiz). El contexto arqueológico es muy escueto, pero aporta una cronología temprana, según sus excavadores, posiblemente del siglo I a.C. como indican las ánforas Dressel 1 (Perdigones Moreno, 1990).

### Calle Veá Murgía, 24

En las proximidades de la cantera de la plaza de San Antonio se llevó a cabo un control de movimientos de tierra que ofreció datos relacionados con la explotación del *substratum*. Las marcas definidas en el nivel geológico localizado a escasos metros del nivel actual de uso, puso de manifiesto la acción antrópica en el mismo, donde se documentó un tramo estructurado en ángulo recto. El frente se localizó en el extremo oriental del solar (Fig. 5), cuyo contexto arqueológico aportó una cronología que abarcaba desde el siglo I y hasta el siglo II d.C. (materiales como ánforas, material de paredes finas, cerámica común, un cuenco de TSH y un vaso de TSH de la forma 37 y TSG), aunque algunos contextos procedentes de otros sectores del solar proporcionaron materiales del siglo III a.C. (Jurado Fresnadillo, 2001).

### Calle Ceballos, 1-3

En el epicentro del extremo norte de la isla de *Erytheia*, en las proximidades de las canteras sitas

en la plaza de San Antonio y en la calle Veá Murgía, se documentó un nuevo frente de cantera. Espacio que discurriría al aire libre, como característica común de los sistemas de explotación en este sector, donde se aprecian algunos patrones de trabajo, similares a los documentados en la calle Veá Murgía y donde se observan las marcas del proceso de extracción (Fig. 5). Los materiales hallados parecen proponer una fecha de uso a mediados del siglo I a.C. y amortizado en la primera mitad del siglo I d.C. (Córdoba Alonso, 2005: 5).

### Santa Bárbara

En el flanco occidental del actual casco histórico de Cádiz se halló un contexto romano de gran interés, representado por un enterramiento aislado, un frente de cantera, el cual quedó finalmente amortizado por un vertedero. El frente de cantera, localizado al oeste presentaba una forma escalonada, con rectángulos irregulares, en los cuales se apreciaban las huellas de extracción de grandes bloques

paralelepípedos (Fig. 6), las cuales marcaban cruces en los cortes destinados a desgajar el bloque (Fig. 7), realizados con el pico de cantero, cuyo paralelo más directo se documenta en la plaza de San Antonio situado a escasos metros. Es una cantera que tipológicamente se corresponde con las áreas de explotación en extensión al aire libre y dispuesta en gradas (Anderson, 2014: 164), como las documentadas en Campoamor en Orihuela (García Samper, 2007: 520). Por otro lado, en algunos lugares del mismo solar se han documentado restos de sillares de piedra ostionera recién extraídos de la materia prima, abandonados tras este proceso.

Además de las evidencias de cantería, sus excavadores han documentado diversas alineaciones de escombreras de material mueble variado, depositados en el perfil de cantera. Estas escombreras contenían material constructivo, pintura parietal, así como material mueble cerámico, principalmente tipologías representadas como platos con bordes colgantes, platos con bordes escalonados, cuencos, botellas, jarras, lucernas, ollas, *opercula*,

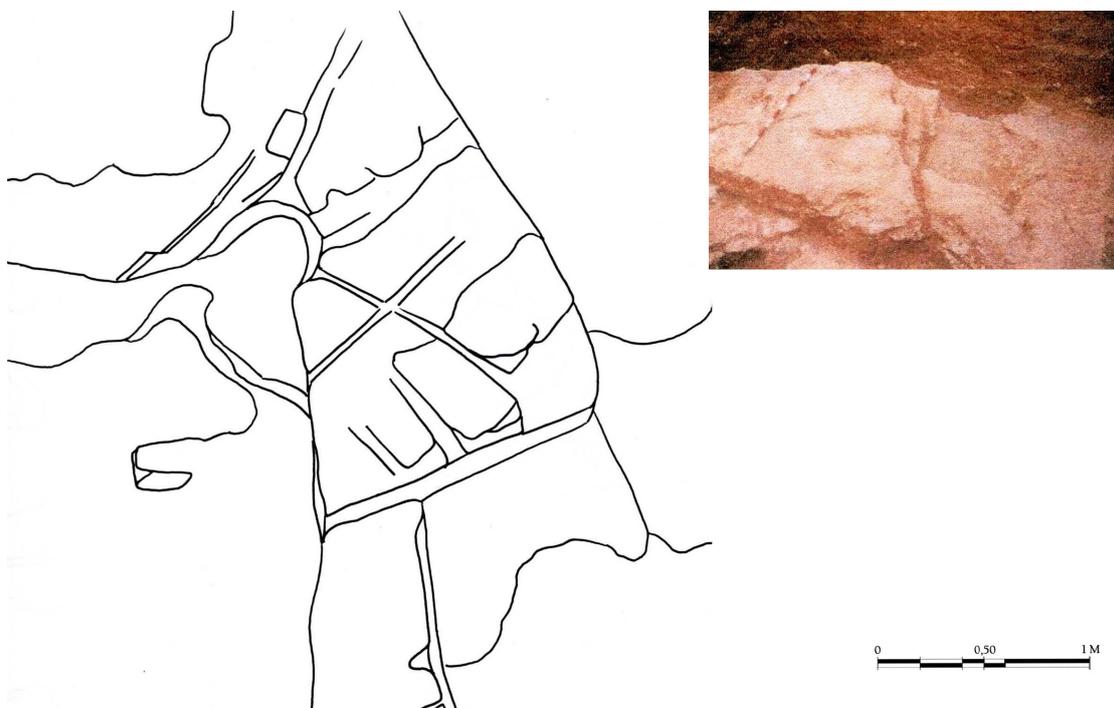


Fig. 5 - Planimetría con las marcas y fotografía general del área intervenida en la calle Veá Murgía, 24 (Jurado, 2001: 45 y 65).



Fig. 6 - Frente de cantera donde se aprecia las secciones escalonadas y los bloques regulares (Pineda, 2012).

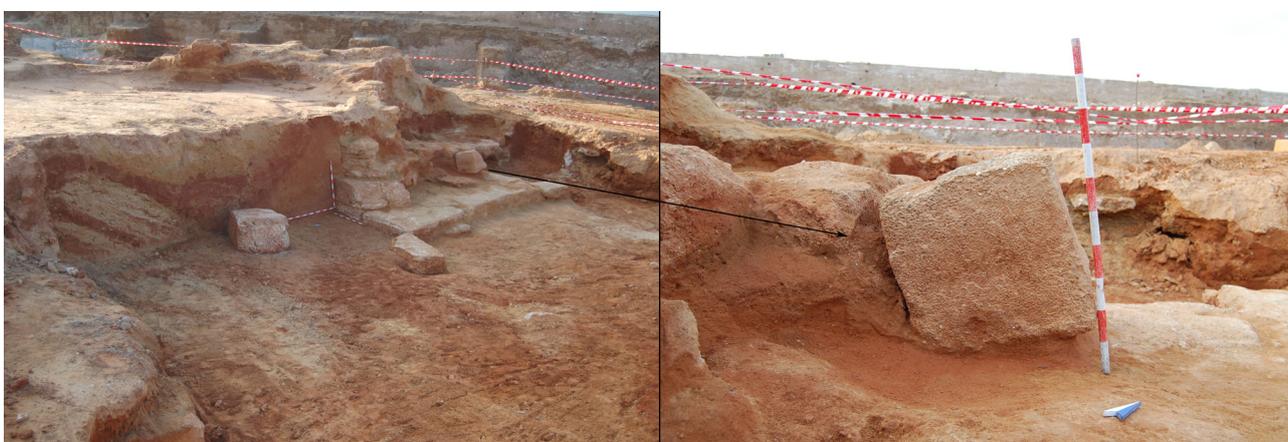


Fig. 7 - Sillar en proceso de extracción y contexto arqueológico en el cual fue hallado (Pineda, 2012).

ánforas del tipo Dressel 7/II, Dressel 20 y 23 y Haltern 70, pesas de telar y *sigillatas* (Lamboglia 4/36B y Lamboglia 9A 2/2), que aportan una cronología de finales del siglo II d.C. (Pineda, 2012). La cantera, por lo tanto, pertenece a un período anterior, datado por sus arqueólogos en el siglo I d.C, aunque estimamos por las canteras documentadas en el entorno inmediato que debió comenzar su actividad con anterioridad, quizá a finales del siglo I a.C. La última fase, se corresponde con un enterramiento puntual de finales del siglo II d.C., cuando este espacio cesó su actividad como cantera y escombrera. No es un caso aislado, pues en época púnica, este espacio fue considerado funcionalmente como espacio de enterramiento, como han certificado en el proceso

de exhumación de los testimonios arqueológicos que se han conservado en este sector gaditano.

### Calle Juan Ramón Jiménez, 9

En esta zona situada a Extramuros del casco histórico de Cádiz y a apenas 2 km de las canteras identificadas, se documentaron marcas de extracción de arcilla. El material, principalmente compuesto por las margas rojizas –producto de los aportes del río Guadalete- fue extraído desde época temprana (s. IV a.C.), probablemente destinado para las labores productivas que se desarrollaban en las proximidades de la cantera. Es un frente de cantera no común en la capital gaditana, de ahí su interés, si bien, apenas su excavador ha aportado más información al respecto. Tras un claro receso,

el solar fue ocupado como área de vertido, como advierten los materiales procedentes de las actividades productivas que se acometían en la zona hasta bien entrado el siglo I d.C., cuyo contexto cronológico nos indica que el momento de mayor auge se dio en el siglo I a.C., al menos en esta zona (Sibón, 1993a y b). Además, se documentó un gran pavimento de *opus signinum* fragmentado en posición secundaria y un gran nivel de vertido, compuesto por terracotas femeninas, cerámica campaniense, cerámica común, fragmento de una urna ibérica policromada a bandas rojas, cerámica pompeyana y cerámica púnica del siglo III a.C.

En definitiva, el análisis de las canteras documentadas arqueológicamente nos permite conocer el material mayormente explotado, los sistemas de explotación, la cronología y el uso. Las canteras de conglomerado bioclástico son, en número, las mayormente documentadas (Fig. 8). Apenas se han localizado canteras de arcilla, de manera puntual en la calle Juan Ramón Jiménez, 9 y recientemente bajo las gradas del teatro romano (Bernal y Arévalo, 2011), dato que no es llamativo si tenemos presente la gran plataforma que aflora bajo la actual ciudad de Cádiz y aún en la actualidad se puede observar en la playa de La Caleta en el extremo occidental de la ciudad. Este material, que húmedo es de fácil extracción, pero en seco

muy resistente, fue el material preferente para las construcciones en la capital gaditana. Igualmente, debemos tener en cuenta que la proximidad de su lugar de extracción, en la propia ciudad, propició el uso de este material para la construcción de las edificaciones. Todas las canteras se hallaban al aire libre y fueron explotadas mediante dos sistemas o, de graderío en bloques, o bien, mediante la extracción en horizontal de bloques informes de material que después sería tratado para obtener su forma definitiva.

### Conclusión

Tras la revisión exhaustiva de los datos que hemos expuesto, se aprecia una concentración de esta actividad en el sector occidental y septentrional de la ciudad, motivado posiblemente por el afloramiento del substrato geológico que configura la plataforma emergente de la ciudad de Cádiz, así como el del litoral gaditano. Como evidencia aislada, se ha documentado una cantera de extracción de arcilla, probablemente vinculada a la obtención de materia prima para la actividad alfarera fechada en época republicana al igual que la cantera hallada bajo el teatro romano. La necesidad de material pétreo destinado fundamentalmente para la construcción de los principales

Cantera	Sistema	Material	Cronología
Plaza de San Antonio	Aire libre bloques en gradas	Conglomerado bioclástico	s. I a.C.
Calle Vea Murgía, 24	Aire libre en plano	Conglomerado bioclástico	¿s. I d.C.?
Calle Ceballos, 1-3	Aire libre en plano	Conglomerado bioclástico	Mitad s. I a.C.
Calle Santa Bárbara	Aire libre bloques en gradas	Conglomerado bioclástico	Segunda mitad del s. I a.C.
Calle Juan Ramón Jiménez, 9	Aire libre	Margas rojizas arcillosas	¿s. III-I a.C.?

Fig. 8 - Síntesis de las canteras documentadas arqueológicamente en la ciudad de Cádiz.

edificios monumentales de la ciudad, y en menor medida, para otros edificios de carácter productivo y doméstico, propiciaron la extracción de este material en la isla gaditana, solventando, de este modo, la problemática que suponía la importación de material constructivo, causado por la peculiaridad insular de la ciudad, pues conllevaría un enorme esfuerzo transportar los materiales pétreos obtenidos de canteras procedentes del entorno. Desconocemos el volumen de material extraído de estos frentes de canteras y la existencia de otras en la propia capital, si bien sabemos por autores modernos, que el perímetro inmediato a La Caleta por sus flancos norte y sur, fue explotado en época moderna y hasta prácticamente bien entrado el siglo XX. El desarrollo urbanístico que protagonizó Cádiz durante el cambio de Era, que con total probabilidad propició que esta actividad alcanzara su momento más álgido, como apuntan los datos. Las estructuras murarias analizadas y su registro arqueológico ponen de manifiesto el uso continuado de este material para todas las edificaciones, exceptuando algunos conjuntos sagrados en las necrópolis donde se sustituye este material pétreo por el ladrillo. Debemos prestar atención a este apunte, pues presenta connotaciones significativas que implica la lectura histórica y cultural de la ciudad de Cádiz, pues en este sentido, el empleo del *opus testaceum* en las construcciones representa el reflejo de una sociedad totalmente romanizada, que no se materializa en la capital del *Conventus Gaditanus*. De hecho, el empleo de esta técnica no fue muy habitual en la Bética, y se vincula principalmente al uso termal, siendo introducida en ciudades vecinas como *Carteia* en el siglo II d.C., a través de importaciones, como ocurrió con total probabilidad en *Baelo Claudia* (Roldán, 1992: 190-191). Cronológicamente, parece que la actividad de cantería comenzó en algún momento de mediados del siglo I a.C., siendo los espacios

de canteras amortizados a lo largo el siglo I d.C., convirtiéndose alguno de estos lugares en espacios de vertido, cuyo mayor exponente es la cantera de Santa Bárbara. Estos datos nos permiten hacer una lectura histórica, ya que la cronología de la fase activa de las canteras corresponde al momento inicial de la construcción de la ciudad *ex novo*, la ciudad imperial que Estrabón menciona como la *Dydime*. En este sentido, se puede vincular esta actividad, al menos cronológicamente, con la construcción de la ciudad, siendo este extremo noroeste de la ciudad de Cádiz un centro de explotación del substrato geológico que afloraba en este sector para la obtención de material constructivo, que en época imperial se transforma en el principal centro productivo y área suburbana occidental de la *Gades* imperial (Lara y Bernal, 2022).

## Bibliografía

- ANDERSON, Timothy J. (2014). Moleras en la Península Ibérica: una primera clasificación de las canteras de molinos. *Revista d'Arqueologia de Ponent*, 24, pp. 157-174.
- BERNAL CASASOLA, Darío; ARÉVALO GONZÁLEZ, Alicia (2011). *El Theatrum Balbi de Gades*. Cádiz: Universidad de Cádiz.
- CÓRDOBA ALONSO, Ignacio (2005). *Memoria preliminar Actividad arqueológica preventiva en la Calle Ceballos nº 1, 3 y 5 E/A Calle Navas nº 13 (Cádiz)*. Ejemplar inédito depositado en la Delegación Provincial de Cultura de Cádiz.
- DOMÍNGUEZ-BELLA, Salvador (2008). Geología en el entorno de la ciudad de Cádiz. *Revista Atlántico Mediterránea de Prehistoria y Arqueología Social*, 10, pp. 117-130.
- DOMÍNGUEZ-BELLA, Salvador (2011). Reconstrucción del marco geológico de la Bahía de Cádiz: recursos líticos y materias primas. In Juan Carlos Domínguez Pérez (coord.) *Gadir y el Círculo del Estrecho revisados. Propuestas de la arqueología desde un enfoque social*. Cádiz: Universidad de Cádiz, pp. 33-51.

- GARCÍA SAMPER, María (2007). Canteras romanas de piedras en el sur alicantino. *Caesaraugusta*, 78, pp. 511-520.
- JURADO FRESNADILLO, Gemma (2001). *Informe de la actividad de urgencia y del seguimiento de los movimientos de tierras realizados en el solar nº 24 de la calle Vea Murgía de Cádiz*. Ejemplar inédito depositado en la Delegación Provincial de Cultura de Cádiz.
- LARA MEDINA, Macarena (2019). *Urbs Iulia Gaditana. Arqueología y urbanismo de la ciudad romana de Cádiz al descubierto*. Cádiz: Universidad de Cádiz.
- LARA MEDINA, Macarena (2016). *Urbs Iulia Gaditana. El urbanismo de Gades a través de su registro arqueológico. Análisis y propuesta interpretativa*. Tesis Doctoral: Universidad de Cádiz.
- LARA MEDINA, Macarena; BERNAL-CASASOLA, Darío (2022). Eritía, la isla menor: el suburbium occidental de Gades. *Lucentum*, XLI, pp. 51-78.
- PERDIGONES MORENO, Lorenzo (1990). Arqueología de urgencia en Cádiz durante 1989. *III Jornadas de Arqueología Andaluza*. Cádiz: Junta de Andalucía, pp. 25-57.
- PINEDA REINA, Pineda (2012). *APP Aparcamiento Subterráneo de Santa Bárbara. Memoria final de la actuación*. Ejemplar inédito depositado en la Delegación Provincial de Cultura de Cádiz.
- ROLDÁN GÓMEZ, Lourdes; BENDALA GALÁN, Manuel (1992). *Técnicas constructivas romanas en Carteia (San Roque, Cádiz)*. Monografías de Arquitectura Romana, 1. Madrid: Universidad Autónoma.
- SIBÓN OLANO, Francisco José (1993a). *Informe de la excavación del solar de la calle J. R. Jiménez*. Ejemplar inédito depositado en la Delegación Provincial de Cultura de Cádiz.
- SIBÓN OLANO, Francisco José (1993b). Informe de la excavación del solar de la calle Juan Ramón Jiménez. *Boletín del Museo de Cádiz*, VI, pp. 83-88.

# A NECRÓPOLE ROMANA DO TORREJÃO (QUINTOS, BEJA) – PRIMEIROS DADOS

*Recebido: 23 de Abril de 2017 / Aprovado: 10 de Outubro de 2018*

**Ana Rosa<sup>1</sup>**

Arqueóloga

**Dulce Fernandes<sup>2</sup>**

Antropóloga

## **Resumo**

O presente texto propõe-se a divulgar os primeiros dados relativos à intervenção arqueológica preventiva realizada na necrópole do Torrejão (Quintos, Beja), identificada no âmbito do projecto Circuito Hidráulico Baleizão-Quintos, promovida pela EDIA, em 2014/15. No espaço, parcialmente intervencionado, foram escavadas 14 sepulturas de inumação, a maioria das quais continha espólio votivo. No todo, o conjunto recuperado corresponde a um horizonte cronológico datado entre os séculos II d.C. e III d.C.

**Palavras-chave:** necrópole; romano; Beja.

## **Abstract**

This text proposes to disseminate the first data related to preventive archaeological intervention carried out in the necropolis of Torrejão (Quintos, Beja), identified in the scope of the Project Circuito Hidráulico Baleizão-Quintos, promoted by EDIA, in 2014/15. In the area, partially intervened, 14 burial graves were excavated, most of which contained votive estate. In total, the recovered set corresponds, chronologically, between the end of the 2nd century A.C. and the 3rd century A.C.

**Keywords:** necropolis; Roman; Beja.

---

<sup>1</sup> Ana\_vs\_Cristina@hotmail.com

<sup>2</sup> dulce.ir.fernandes@gmail.com

## Introdução

Durante a execução da empreitada de beneficiação da rede de drenagem de Aproveitamento Hidráulico Baleizão-Quintos e respectivos blocos de rega, executada pela EDIA, S.A., foi identificada, no sítio do Torrejão, uma área funerária pertencente a uma necrópole romana.

O Torrejão localiza-se a cerca de 1,6 km a sul de Quintos (freguesia de Quintos, concelho e distrito de Beja) (Fig. 1). As coordenadas geográficas (sistema PT-TM06/ETRS89) são as seguintes: X 236 753.48 e Y 119 538.32.

Do ponto de vista geológico, o sítio insere-se na zona da Ossa-Morena, composto pela unidade geológica do Complexo Ígneo de Beja, apresentando estes terrenos uma matriz constituída essencialmente por gabros.

Implantado na Peneplanície Alentejana, acompanha as características de baixa planura próprias do relevo do Sul do país, encontrando-se a cerca de 200m de altitude. Está encaixado na Bacia Hidrográfica do Guadiana e usufrui da proximidade ao rio e seus afluentes.

## Organização do espaço funerário e características gerais

Os trabalhos realizados no Torrejão possibilitaram reconhecer 14 sepulturas de inumação que, do ponto de vista tipológico, se apresentam em dois grupos, assinalando uma clara distinção ao nível do estatuto social destes indivíduos. Por um lado, foi possível intervencionar estruturas em caixa, de planta rectangular, com um ligeiro ressalto interno, com vista à colocação das tampas de cobertura e cujos materiais empregues apresentavam alguma variedade (fragmentos de *imbrices*, *tegulae*, blocos pétreos e até, num caso particular, placas de mármore). Por outro lado, outras sepulturas resultaram da abertura de simples covachos no substrato geológico (caliços), com o espaço suficiente para a deposição do indivíduo.

Os esqueletos encontravam-se em mau estado de preservação, verificando-se uma elevada fragmentação óssea. Da mesma forma, foram observadas alterações de índole destrutiva da superfície óssea relacionadas com a acidez do ambiente onde se encontrava o enterramento, a acção das raízes das plantas, acção de pequenos animais (bioturpação) e a humidade do solo (Fernandes, 2015).

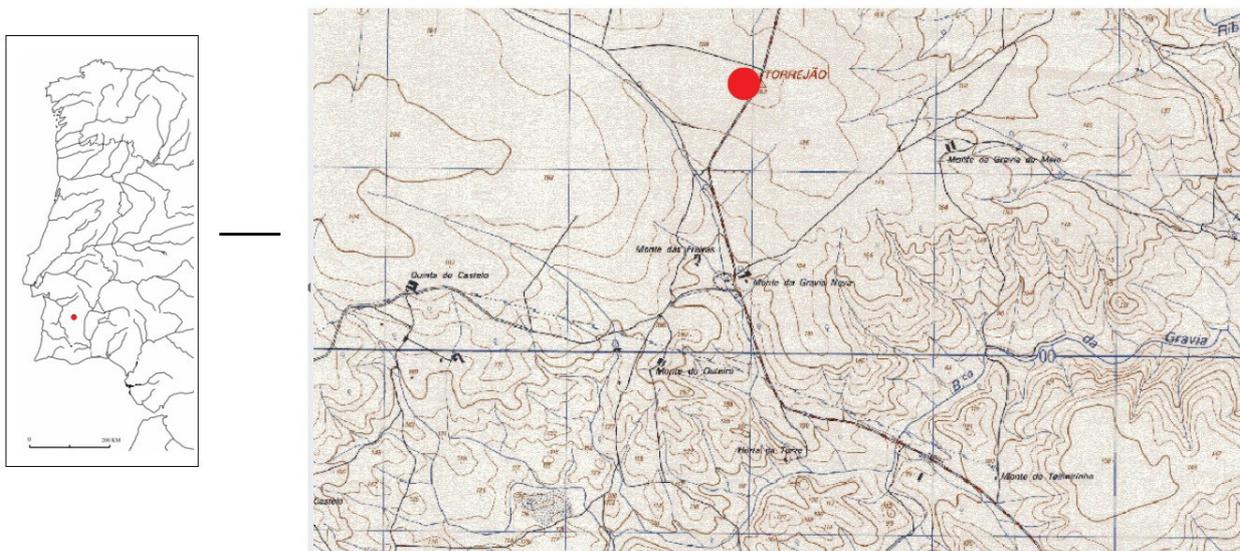


Fig. 1 - Localização do Torrejão em excerto da CMP, folha 532, à escala 1/25000 (modificado).

Do conjunto representado, quatro dos sepulcros encontravam-se vazios, situação que se pode justificar pelos factores de ordem tafonómica anteriormente mencionados, e que afectaram, sobretudo, os indivíduos não adultos, cujos esqueletos são mais frágeis. Na sepultura 11 (Fig. 2), não foram identificados quaisquer vestígios osteológicos humanos, mas supomos que a cobertura de *tegulae* terá servido para proteger o corpo de uma criança, dadas as dimensões da estrutura.

Das 11 inumações primárias presentes, a análise biológica efectuada em campo concluiu que quatro eram de indivíduos subadultos e sete de indivíduos adultos. Esta amostra era constituída por dois indivíduos do sexo masculino e três do sexo feminino, sendo os restantes seis indeterminados. Todas as inumações se encontravam orientadas com a cabeça voltada aproximadamente para Oeste e os pés para Este, encontrando-se a



Fig. 2 - Sepultura 11.

maioria dos inumados depositada em posição dorsal.

A Sepultura 14 (Fig. 3) distingue-se das restantes por apresentar um duplo enterramento infantil. Caracteriza-se pela planta subrectangular, escavada no substrato geológico, e os indivíduos encontravam-se depositados “em decúbito dorsal, com a cabeça para Noroeste e os pés para Sudeste” (Fernandes, 2015: 37). A cobertura, constituída por *lateres*, foi preparada com o propósito de cobrir um indivíduo não adulto (com cerca de 12 anos), deitado em posição dorsal. Ao lado, encontrava-se cuidadosamente estruturada a sepultura de um indivíduo não adulto (com cerca de 3 anos), depositado em posição dorsal e com espólio associado. A mesma apresentava-se construída com recurso a *tegulae*, fragmentos de cerâmica de construção e placas de mármore. Alguns elementos em tijolo e um *later* serviram como parede divisória.



Fig. 3 - Sepultura 14.

De um modo geral, os indivíduos apresentam um ritual cuidado, tendo sido acompanhados por oferendas (Fig. 4), em quantidade considerável, mostrando “uma inequívoca inserção nos parâmetros cerimoniais” (Carneiro, 2005: 309).

O espólio recolhido no decorrer da escavação é proveniente de sete das 14 sepulturas intervencionadas. A cerâmica domina o conjunto composto por púcaros (Fig. 5, nºs 26 e 48), potes, bilhas (Fig. 5, nºs 39 e 41) e pratos (Fig. 7, nº 56). Estas peças não têm bons paralelos nas cerâmicas das necrópoles do Alto Alentejo (Nolen, 1985), à excepção da bilha nº 39 que tem afinidades com a pequena bilha nº 4 de tipo 1a de Serrones, do século II (Nolen, 1985, p.



Fig. 4 - Pormenor de espólio identificado no interior da Sepultura 14.

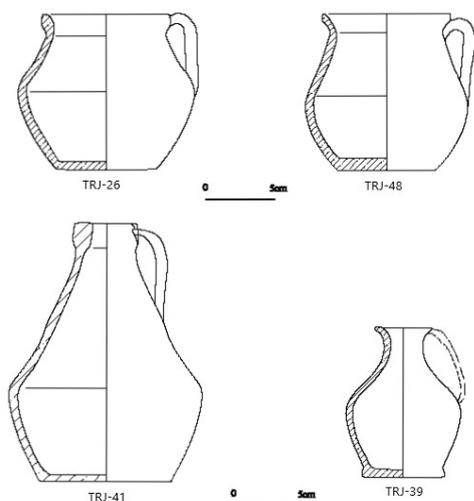


Fig. 5 - Púcaros e bilhas recolhidos da necrópole.

173, 229, Est. I). O prato nº 56, com uma pequena aba, e apesar de não ter pé, parece inspirar-se no prato de *terra sigillata* africana A da forma Hayes 32, datado de inícios a meados do século III (Hayes, 1972, p. 54-55) e a sua forma tem afinidade com o prato de *terra sigillata* clara da sepultura nº 439 da necrópole de Valdoca (Alarcão e Alarcão, 1966, p. 86, Est. XXXII).

O espólio identificado na sepultura 3 apresenta alguma particularidade, com a sobreposição de uma lucerna sobre um púcaro (Fig. 6). Do ponto de vista formal, o púcaro caracteriza-se pelo bordo ligeiramente exvertido, de lábio boleado e com bico vertedor, base plana e uma asa descentrada (Fig. 7,



Fig. 6 - Lucerna e púcaro sobrepostos, identificados junto à perna direita de um indivíduo adulto, do sexo masculino, da Sepultura 3.

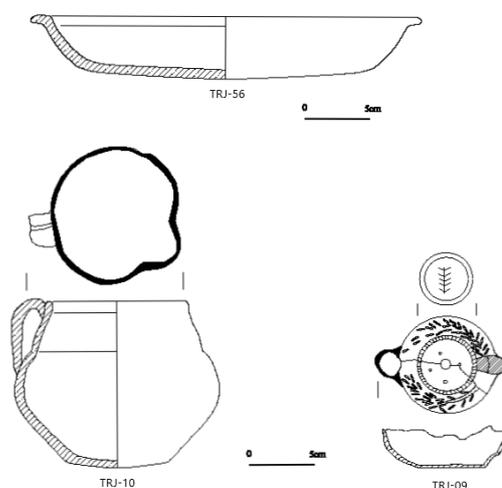


Fig. 7 - Prato recolhido da sepultura 13 e conjunto de púcaro e lucerna recolhidos da Sepultura 3.

nº 10). Um exemplo de púcaro de bocal trilobado com asa descentrada, do século III-IV, é a peça nº 44 do forno I da Quinta do Rouxinol (Corroios) (Duarte, 1990: 106 e 115, fig. 20), embora tenha um bordo um pouco diferente. Já a lucerna, com uma coroa de loureiro na orla e a particularidade de ter quatro orifícios de combustão (Fig. 7, nº 09), parece ser uma produção local ou regional. Esta peça poderá enquadrar-se na tipologia Dressel 28, apesar do tipo de decoração que apresenta seja, igualmente, frequente nas lucernas do tipo Bussiére DX2. A cronologia para esta peça situa-se entre 175 d.C. e 250/275 d.C. Estas peças apresentam vestígios de exposição ao fogo, sugerindo, assim, que foram depositadas lucernas já usadas, ou que, no momento de deposição, a lucerna se encontraria acesa, possivelmente num acto simbólico, pois servia “como oferenda e para a iluminação do caminho do defunto” (*apud* Vieira, 2011: 12).

Identificámos ainda duas peças em vidro, mas por se encontrarem muito fragmentadas, não permitem, de momento, uma descrição tecno-morfológica. Da mesma forma, recolhemos um objecto em metal produzido em ferro com remate afiado para acabamento, assim como um numisma algo desgastado, o que impediu uma leitura cronológica e iconográfica.

A conjugação de todos os elementos recolhidos, e o facto de as sepulturas serem de inumação, leva-nos a considerar uma utilização deste espaço compreendida entre os finais do século II d.C. e o século III d.C. Excepção feita a duas sepulturas de tipologia ovalada, marcadas pela ausência de quaisquer elementos votivos, que poderão enquadrar-se num momento mais prolongado de utilização da necrópole. Verificámos ainda que não se regista uma organização interna do espaço, uma

vez que não revela diferenciação entre adultos e não adultos, nem ao nível do género.

## Considerações finais

O Torrejão encontra-se no raio de influência de *Pax Iulia* e apresenta uma localização privilegiada, em grande parte, pelos recursos naturais localmente disponíveis e pelo amplo domínio visual para Beja e Serpa. A faixa que se estende por Quintos, Baleizão e Salvada, ocupada sobre terrenos com grande aptidão agrícola e marcada pelo atravessamento de vários cursos de água, foi propícia à instalação de um elevado número de propriedades rústicas como é inclusive referido nos trabalhos realizados por Abel Viana (1946). Entre as *villae* identificadas encontra-se a Horta da Gravia 1 (Viana, 1946; Lopes, 2003), cuja proximidade ao Torrejão é evidente, não sendo de descurar uma relação directa entre ambos.

Este tipo de contexto tem surgido recorrentemente no Alentejo, resultado, em grande medida, do mega projecto do Alqueva. Assim, a necrópole do Torrejão está de acordo com a ocupação conhecida para este território, em época romana. Com as mesmas características, foram identificados os espaços funerários em Batum (Carvalho, 2018), Corte do Monte Piorno (*apud*, Carvalho, 2018) ou Monte do Moinho (Carvalho, 2017).

A informação arqueológica recolhida, e agora dada a conhecer, é limitada no sentido em que apenas foi intervencionada uma parcela da necrópole, ou seja, o que efectivamente seria afectado pela empreitada. Ainda assim, e de acordo com os dados disponíveis, a área funerária que se apresenta no Torrejão é representativa do culto funerário romano, tornando-se um claro contributo para o conhecimento das práticas culturais no território pacense.

## Agradecimentos

As autoras agradecem à Dra. Célia Silva pela ilustração dos materiais apresentados neste artigo. Um agradecimento também à Dra. Inês Vaz Pinto, ao Dr. Carlos Pereira e à Dra. Brigitte Dias pelo auxílio na caracterização do espólio.

## Bibliografia

- ALARCÃO, Jorge; ALARCÃO, Adília (1966). O espólio da necrópole luso-romana de Valdoca (Aljustrel). *Conimbriga*, V, pp. 7-104.
- CARNEIRO, André (2005). Espólio da necrópole romana da Herdade dos Pocilgais (Fronteira). Uma leitura integrada. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV. 23, pp. 283-320.
- CARVALHO, José (2017). Minimização de impactes sobre o património cultural decorrentes da execução do circuito hidráulico de Baleizão-Quintos e respectivo bloco de rega. Relatório final global (Setembro de 2013 a março 2014), Omnikos, Policopiado.
- CARVALHO, José (2018), A necrópole romana do Batum (Baleizão, Beja): materiais arqueológicos e arqueozoológicos, incluído vestígios de aves, *Evolução*, Lisboa, Série 1, 2:1, pp.76-79.
- DUARTE, Ana Luísa C. (1990). Quinta do Rouxinol. A produção de ânforas no vale do Tejo. In Adília Alarcão; Françoise Mayet (eds.) *Les Amphores Lusitaniennes. Typologie, production, commerce* (Actes des Journées d'Étude ténues à Conimbriga les 13 et 14 Octobre 1988. Paris: E. de Boccard, pp. 97-115.
- FERNANDES, Dulce (2015), Relatório dos Trabalhos Antropológicos do Torrejão – Beja, Abran-Ark. Policopiado.
- HAYES, John W. (1972). *Late Roman Pottery*. London: The British School at Rome.
- LOPES, Maria Conceição (2003). *A Cidade Romana de Beja. Percursos e debates acerca da “civitas” de PAX IVLIA*. Coimbra: Instituto de Arqueologia, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra.
- NOLEN, Jeannette U. Smit (1985), *Cerâmica Comum de Necrópoles do Alto Alentejo*, Fundação da Casa de Bragança, Lisboa.
- PEREIRA, Carlos (2013). Lucernas romanas de Alcácer do Sal: entre a prática e o sagrado. *Al-madan*. Almada. Série 2. 17:2, pp. 13-28.
- VIANA, Abel (1946). Pelo Baixo Alentejo. Notas históricas, arqueológicas e etnográficas, *Arquivo de Beja*, S. 1, vol. 3, fasc. 1-2, pp. 3-36.
- VIEIRA, Vasco A. C. N. (2011). *As Lucernas Romanas da Praça da Figueira (Lisboa): contributo para o conhecimento de Olisipo*. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Lisboa: Universidade Nova.

# A NECRÓPOLE ROMANA DO SÍTIO DA ESTRADA DA CALÇADA 2 (BEJA) - NOTÍCIA PRELIMINAR

Recebido: 1 de Maio de 2017 / Aprovado: 6 de Janeiro de 2019

**Tiago Nunes<sup>1</sup>**

Era Arqueologia S.A.

**Patrícia Simão<sup>2</sup>**

Era Arqueologia S.A.

## Resumo

O sítio da Estrada da Calçada 2 refere-se a uma necrópole romana, cronologicamente enquadrável no século I d.C. Na referida necrópole identificou-se um pequeno mausoléu em que foi possível observar a existência de dois momentos distintos de utilização, tendo-se observado uma remodelação da estrutura. Na primeira fase de utilização do monumento foram identificados enterramentos de incineração posteriormente colocados em urnas e colocados no interior do mesmo. No interior da câmara foi ainda encontrado um elevado número de unguentários de cerâmica.

**Palavras-chave:** necrópole; mausoléu; incineração; romano; Beja.

## Abstract

The archaeological site of Estrada da Calçada 2 refers to a Roman necropolis, chronologically framed in the first century AD. In the mentioned necropolis a small mausoleum was identified, in which the existence of two distinct moments of use was perceived, as well as a remodelling of its structure. In the first phase of use of this monument, several burials of incineration were identified, posteriorly placed in urns and placed inside it. A high number of ceramic *unguentaria* were also found inside the chamber.

**Keywords:** necropolis; mausoleum; incineration; Roman; Beja.

---

<sup>1</sup> tiagocmn@outlook.com

<sup>2</sup> patrisimao@gmail.com

## Introdução

O sítio da Estrada da Calçada 2 foi identificado durante os trabalhos de acompanhamento decorrentes da instalação da rede de fibra ótica, associada aos Blocos de Rega de Beringel – Beja por parte da empresa EDIA, S.A.

O referido sítio romano situa-se no limite SO da área urbana da cidade de Beja (Fig. 1) num terreno atualmente utilizado para fins agrícolas. Parte dos vestígios identificados refere-se às ruínas de uma necrópole do período romano datável do séc. I d.C., podendo apontar-se a sua construção para o início do século e o seu abandono para o final do mesmo. Juntamente com os contextos funerários foi ainda interveniada parte de uma via, neste caso uma calçada, sendo perceptível a existência de duas fases de utilização desta realidade, podendo colocar-se a possibilidade de a sua utilização ser contemporânea da mencionada necrópole.

## Descrição dos contextos

Entre as várias estruturas interveniadas neste sítio destaca-se um pequeno mausoléu, de planta retangular, medindo atualmente o seu espaço interior cerca de 2,85m de comprimento por 1,70m de largura, orientado no sentido SO-NE, não tendo sido possível identificar a sua entrada (Figs. 2-3). O referido compartimento apresentava marcas de, pelo menos, duas fases distintas de utilização: uma primeira fase onde são colocados restos de cremação em urna, algumas das quais enterradas no chão da câmara, juntamente com espólio funerário (unguentários em cerâmica); e uma segunda fase onde existe uma remodelação do mausoléu, construção de novas estruturas e redimensionamento do espaço interior, com a redução da sua área. Nesta segunda fase é também construída uma sepultura de inumação junto da parede sul, colocando-se a hipótese de, com esta remodelação do espaço, ter ocorrido simultaneamente também uma mudança no



Fig. 1 - Localização do sítio na carta militar de Portugal, folha 521.



Fig. 2 - Planta do mausoléu.

ritual de enterramento: de cremação para inumação. Refira-se que o enchimento desta sepultura não foi escavado, pelo que não foi possível aferir se existem vestígios osteológicos no seu interior. Com a colocação deste enterramento aparentemente finda o uso do mausoléu, não se tendo observado a existência de enterramentos (de inumação ou cremação) posteriores.

Ainda em relação à primeira fase de utilização da estrutura, não nos parece completamente esclarecido se as cremações dos corpos foram totalmente efetuadas no exterior da estrutura e posteriormente colocadas no mausoléu dentro de urnas (cremação em *ustrinum*), ou se alguma das cremações foi feita no interior da própria estrutura (cremação em *bustum*). Esta hipótese resulta da identificação de vestígios do que aparentam ser bolsas de barro cozido assentes no “chão” do compartimento e também da recolha de vários fragmentos de vidro derretido em depósitos associados ao período de utilização do mausoléu, estando estes inequivocamente ligados ao processo de cremação dos corpos e exposição a altas temperaturas. Ressalve-se o facto de estes vestígios vítreos poderem ser resultado de cremações no exterior da estrutura e terem sido transportados para o



Fig. 3 - Vista geral do mausoléu.

seu interior juntamente com os restos ósseos das cremações.

O facto de a intervenção efetuada não abranger a totalidade das estruturas associadas ao mausoléu impossibilitou, em parte, a descoberta da entrada desta estrutura, tendo simultaneamente dificultado a compreensão imediata de alguns dos contextos e, em alguns casos, inviabilizado a compreensão total das relações de anterioridade/posterioridade existentes entre as várias estruturas que compõem o mausoléu. Nesse sentido, apenas futuras intervenções poderão esclarecer algumas das dúvidas que permaneceram, nomeadamente se alguma das estruturas identificadas associadas ao mausoléu, que extravasam os limites da sondagem, poderão pertencer a outros mausoléus. No que respeita às várias estruturas identificadas no sítio, observa-se o facto de, mesmo as mais antigas, serem construídas com o recurso a materiais reaproveitados (fragmentos de *tegula*, tijolo ou ânfora) podendo este dado colocar a hipótese de estas estruturas não serem as primeiras construções no local. Em pelo menos uma das fases de abandono registadas nestas duas sondagens, foram observadas valas de destruição de estruturas que estarão relacionadas com a recolha de

materiais de construção para reaproveitamento e construção de novas estruturas, pelo que não é descabido colocar-se a hipótese de as estruturas encontradas nestas sondagens serem elas próprias resultado do reaproveitamento de estruturas mais antigas, desconhecendo-se, no entanto, a sua eventual localização. Para além do reaproveitamento de materiais nas estruturas, existem materiais cerâmicos de datação anterior ao séc. I d.C. misturados nos depósitos de cronologia posterior, nomeadamente alguns fragmentos de cerâmica campaniense tipo B e de paredes finas itálicas, que nos apontam para uma ocupação/utilização do espaço mais antiga, eventualmente no século I a.C.

Para além da necrópole foram identificadas duas calçadas, uma mais recente (Fig. 4) sobrepondo-se a uma mais antiga. A calçada de cronologia mais recente teve uma utilização praticamente até aos nossos dias, desconhecendo-se, porém, a data da sua construção, não existindo materiais associados que permitam apontar para uma cronologia de construção. O único facto observável é o de esta calçada mais recente substituir uma mais antiga, que foi aterrada para a construção desta mais recente. O trajeto de ambas as vias aparenta ser o mesmo, dado que uma se sobrepõe à outra, e a sua substituição foi eventualmente motivada pela

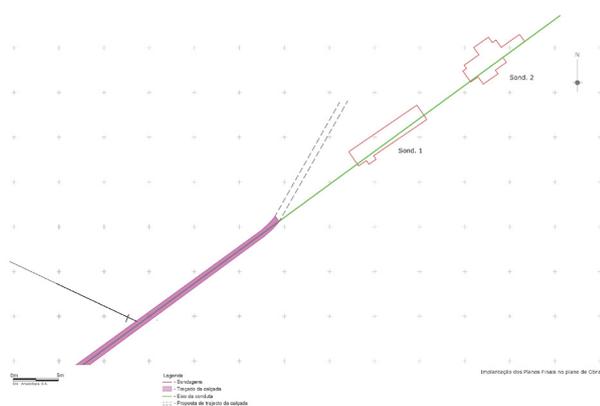


Fig. 4 - Vista em planta da calçada e sondagens da necrópole.

degradação da mais antiga ou a necessidade de subir a cota de circulação.

À semelhança do sucedido com a via mais recente, também a calçada mais antiga não apresenta materiais que possam datar a sua construção ou período de utilização, pelo que a atribuição de uma cronologia será maioritariamente especulativa. Porém, a hipótese de se tratar de uma via romana deverá ser grandemente ponderada, tendo em conta que esta via e as estruturas da necrópole assentam no mesmo depósito castanho argiloso, de origem natural, ou seja, em princípio foram as primeiras construções no local; em segundo lugar, se tivermos em conta as cotas dos dois contextos, (238,43m na calçada e 238,60m no fundo do mausoléu (na fase mais antiga), verificamos que existe apenas uma pequena diferença na cota de circulação de ambas as realidades; por último, é observável no terreno que a calçada segue numa determinada direção em linha reta (SO-NE) e ao aproximar-se das estruturas da necrópole faz um pequeno desvio para norte, de modo a contornar estas realidades (Fig. 4). Este desvio pode ser explicado pela pré-existência destas estruturas no local que impediu a via de seguir em linha reta como vinha a seguir até então. Porém não é possível perceber se a utilização destas duas realidades foi simultânea e por quanto tempo, ou seja, se a necrópole se manteve em utilização durante todo



Fig. 5 - Vista da calçada.

o período de uso desta via ou se, por exemplo, quando se deu a construção da calçada a necrópole já se encontraria em ruínas. Qualquer que seja o caso, parece evidente que o traçado da calçada nesta zona teve em conta a existência da necrópole ou, pelo menos, das suas ruínas.

À argumentação anteriormente apresentada soma-se a eventual localização de algumas das portas da cidade romana de Beja, nomeadamente as designadas “portas de Aljustrel”, ou mesmo a hipótese colocada por Jorge de Alarcão que situa uma porta na atual Rua Brito Camacho (Alarcão, 1990). Se for estabelecido um alinhamento reto da calçada na direção da cidade, poderemos constatar que alcançará uma localização próxima destas duas portas, sendo possível especular, caso seja verdadeira a existência de alguma destas portas, que esta via entraria na cidade por um destes acessos, ressaltando-se que com os dados atuais não é possível determinar qual seria o seu destino, podendo apenas colocar-se a hipótese de esta se dirigir eventualmente para Vipasca ou Myrtilis.

### Componente bioantropológica

As quatro estruturas funerárias do sítio da Estrada da Calçada 2 continham vestígios osteológicos humanos cremados, destacando-se a sepultura 2 por apresentar, pelo menos, duas cremações distintas. Observou-se a presença de urna funerária (Fig. 6) em três das quatro cremações recuperadas o que, aliado à ausência de marcas da ação de fogo e à diminuta quantidade de carvões recuperada, permitiu determinar que estas estruturas funerárias constituíam locais de deposição secundária.

A preservação do material osteológico cremado foi negativamente influenciada por fatores de ordem tafonómica (por exemplo, flora). Salientam-se as



Fig. 6 - Vista de urna.

manchas de cor verde resultantes do contacto com metal que um fragmento de íliaco da cremação [245] ostentava. O baixo índice de preservação, aliado à própria natureza destes vestígios, condicionou a sua classificação, que se realizou maioritariamente de acordo com a região anatómica (crânio, ossos longos e inclassificáveis). Entre os ossos mais representados constam os ossos do tarso, o fémur e o íliaco.

No que respeita à coloração do material ósseo, verificou-se o predomínio da cor branca (Fig. 7) com *nuances* de cinzento azulado em duas cremações, enquanto nas restantes, para além do branco, se verificou também a presença de outras colorações, como o castanho, o preto e o amarelo. Estes dados são indicativos de que as temperaturas de combustão das cremações terão oscilado entre um mínimo de 20°C e um máximo de 940°C (Shipman, Foster e Schoeninger, 1984), o que



Fig. 7 - Fragmento de osso longo de cor branca.

pode correlacionar-se com o tempo de exposição ao calor e/ou a existência de focos de calor durante a cremação do cadáver, sendo que as zonas mais próximas apresentariam temperaturas de combustão mais elevadas, em oposição às zonas mais afastadas, onde as temperaturas registadas seriam menores (Silva, 2009).

O material osteológico exumado da Estrada da Calçada 2 exibia três tipos de fratura, sendo as mais frequentes as transversais direitas, seguidas das fraturas do tipo pátina. As fraturas transversais encurvadas verificaram-se apenas no material recolhido da cremação [248] (Fig. 8). Os dados apresentados são compatíveis com cremações em osso fresco (cadáver) (Buikstra e Swegle, 1989; Etxebérria, 1994; Herrmann e Bennet, 1999; Symes *et al.*, 2001).

As características arquitetónicas das estruturas cinerárias, os rituais funerários observados e o tipo de espólio votivo recolhido indicam gestos funerários romanos. Na região do Baixo Alentejo têm-se intervencionado necrópoles cinerárias do período romano, entre as quais constam a necrópole da Herdade do Vale 6 (Cuba) (Cosme, 2009; Silva, 2009), e a necrópole da *Villa Romana da Mesquita do Morgado*, em S. Manços (Évora) (Ferreira, 2014).



Fig. 8 - Vista palmar de um astrágalo direito com fraturas transversais encurvadas.

A amostra osteológica humana recolhida das estruturas cinerárias da Estrada da Calçada 2 é constituída por um total de quatro cremações. Partindo do pressuposto de que cada cremação corresponde apenas a um indivíduo, então o número mínimo desta amostra é de, pelo menos, quatro indivíduos. A maturação do esqueleto foi observável somente em três cremações, constando-se a presença de um indivíduo adulto e de dois indivíduos subadultos (Fig. 9) (Herrmann *et al.*, 1990; Ubelaker, 1974). Devido ao baixo índice de preservação do espólio ósseo humano, a sua análise paleobiológica foi seriamente comprometida. Unicamente foi exequível a estimativa da idade à morte para os indivíduos imaturos. Para um deles, este parâmetro determinou-se com base no desenvolvimento da coroa de três dentes permanentes (1º incisivo superior direito, canino indeterminado e 1º molar inferior direito), o que permitiu indicar uma idade compreendida entre os 2 e os 4 anos (Ubelaker, 1989) (Fig. 9). Para o segundo indivíduo imaturo foi através do intervalo de fusão da epífise proximal do úmero e da epífise distal do rádio que se estabeleceu um intervalo etário compreendido entre os 14 e os 22 anos (Cardoso, 2008).



Fig. 9 - Pormenor do 1º molar inferior direito permanente, cuja coroa não estava completamente calcificada (3 anos  $\pm$  12 meses).

## Materiais arqueológicos

O espólio material recolhido no sítio da Estrada da Calçada 2 remete-nos na quase totalidade para o mobiliário funerário. Registamos a presença de fragmentos de cerâmica campaniense B, alguns fragmentos de pequena dimensão de cerâmica de paredes finas, *terra sigillata*, cerâmica comum (urnas), fragmentos de lucerna e unguentários em cerâmica (Fig. 10) e vidro (Fig. 11).

Em relação a estes últimos, salienta-se a grande desproporcionalidade entre os fragmentos de vidro e de cerâmica. Os unguentários em cerâmica superam em muito, em quantidade, os de vidro, e mesmo comparando com todos os outros materiais juntos, estas peças destacam-se, tendo-se calculado, entre as centenas de fragmentos, em mais de 50 o número mínimo de peças individuais. Todos os unguentários cerâmicos em que foi possível identificar a forma correspondem à forma Oberaden 29 (Beltrán, 1990) / tipo 63 (Vegas, 1973) (Fig.



Fig. 10 - Unguentários em cerâmica.

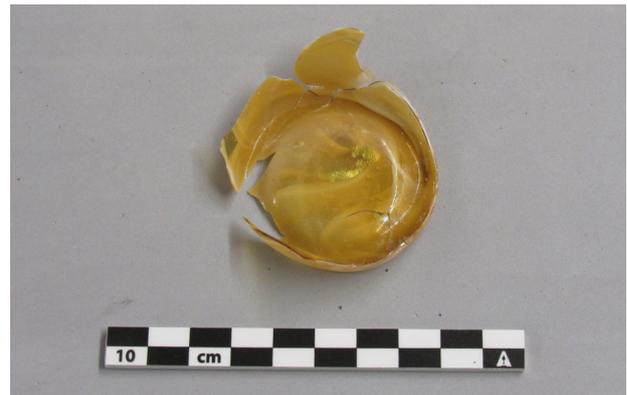
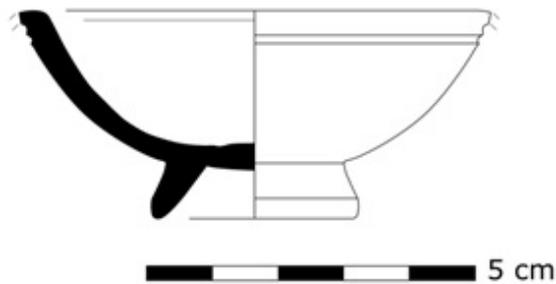
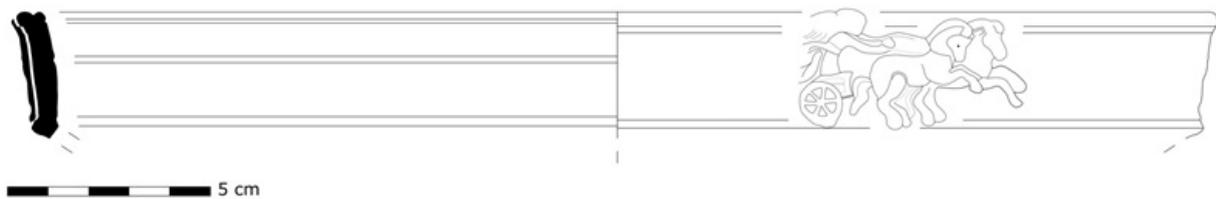


Fig. 11 - Fundo de unguentário em vidro.

10), peças que foram fabricadas a partir da última metade do séc. I a.C., desaparecendo em meados do séc. I d.C., altura em que são substituídas pelos unguentários em vidro (Fig. 11).

Relativamente ao grupo da *terra sigillata*, observa-se que, em termos de fabrico, existe uma predominância das produções itálicas e gálicas, com presença menor dos centros oleiros hispânicos. Todos os fragmentos são originários de depósitos de abandono/não utilização, não existindo nenhuma peça associada diretamente a alguma das cremações. As produções hispânicas encontram-se localizadas apenas nos níveis finais de abandono da necrópole, sendo as restantes produções distribuídas mais uniformemente pelos vários depósitos de abandono/não utilização.

Os fragmentos são de reduzidas dimensões, facto que dificulta a sua identificação em termos formais, tendo sido possível, no entanto, identificar algumas formas, entre as quais exemplos de Drag.27, 29b e 35 (Fig. 12), Goud. 37 e Consp.21.2 (Fig. 13). Do conjunto deste tipo cerâmico destacam-se algumas peças com marca de oleiro (não foi possível a identificação de nenhum dos produtores) e de dois fragmentos de *terra sigillata* marmoreada de produção gálica, nos depósitos [208] e [209].

Fig. 12 - *Terra sigillata* gálica marmoreada, Drag.35.Fig. 13 - *Terra sigillata* itálica, Consp. 21.2.

## Conclusão

A intervenção efetuada no sítio da Estrada da Calçada 2 permitiu a identificação de várias estruturas e enterramentos em urna, associados a uma necrópole do período romano do século I d.C., localizada nas imediações da cidade de Beja.

Os vestígios referentes à necrópole concentravam-se maioritariamente na sondagem 2, onde todos os contextos intervencionados estão associados a uma estrutura tipo mausoléu. O referido compartimento apresentava marcas de pelo menos duas fases distintas de utilização: uma primeira fase onde são colocados restos de cremação em urna, enterradas no chão da câmara, juntamente com espólio funerário (unguentários em cerâmica); e uma segunda fase onde existe uma remodelação do mausoléu e é construída uma sepultura de inumação junto da parede sul, colocando-se a hipótese de que com esta ação findou o uso do mausoléu, não se tendo observado a existência de enterramentos (inumação ou cremação) posteriores.

Relativamente à primeira fase de utilização da estrutura, salienta-se que não ficou completamente esclarecido se as cremações dos corpos foram totalmente efetuadas no exterior da estrutura e posteriormente colocadas no mausoléu dentro de urnas ou se alguma das cremações foi feita no interior da própria estrutura.

Os vestígios osteológicos exumados nas várias cremações identificadas no mausoléu apontam para a presença de pelo menos quatro indivíduos, tendo sido possível identificar a existência de um indivíduo adulto, sem confirmação da sua idade à morte, e dois subadultos com idades distintas: uma criança com 2 a 4 anos de idade e um adolescente com 14 a 22 anos de idade.

Para além da necrópole identificaram-se duas calçadas, uma mais recente sobrepondo uma mais antiga, sendo a via mais antiga com elevada probabilidade contemporânea da referida necrópole, ou seja, do período romano. Assumindo como verdadeira essa premissa, poderemos estar perante a presença de uma via romana à qual se associava a descrita necrópole. Este caminho

encaminhar-se-ia para uma das portas da cidade romana como por exemplo as designadas “portas de Aljustrel” ou uma das hipóteses colocada por Jorge de Alarcão de uma porta situada na atual Rua Brito Camacho (Alarcão, 1990).

A intervenção tanto desta necrópole, como da mencionada via, vem ajudar a complementar os conhecimentos já existentes sobre a Beja romana, nomeadamente no que respeita à localização e caracterização das suas necrópoles e vias de comunicação. De facto, nos anos 90 do século XX, havia já sido identificada e escavada parcialmente uma necrópole romana no local onde se efetuavam as obras de requalificação da Pousada de S. Francisco (Lopes, 2000). Os resultados então obtidos demonstravam a presença de várias sepulturas, tanto de inumação como de incineração, tendo sido possível datar estas últimas entre os finais do século I d.C. e os inícios do século II d.C, ou seja, uma cronologia muito próxima à obtida na necrópole agora em análise, salientando-se, no entanto, que o tipo de deposição das cinzas se fez de modo diferenciado, sem qualquer tipo de estruturação individual.

Uma outra necrópole romana poderá localizar-se na zona da Estação de Caminhos de Ferro da cidade, tendo-se encontrados vestígios na área aquando a execução de vários trabalhos de construção civil durante o século XX (Lopes, 2000). Apesar da constatação da sua presença, até ao momento ainda não foram realizados trabalhos arqueológicos no sítio que possam providenciar uma caracterização dessa realidade.

## Bibliografia

- ALARCÃO, Jorge de (1990). A urbanização de Portugal nas épocas de César e de Augusto. In Walter Trillmich e Paul Zanker (coords.) *Stadtbild und Ideologie die Monumentalisierung hispanischer Städte zwischen Republik und Kaiserzeit*. München: Verlag der Bayerischen Akademie der Wissenschaften, pp. 43-57.
- BELTRÁN, Miguel (1990). *Guía de la cerámica romana*. Zaragoza: Livros Pórtico.
- BUIKSTRA, Jane E.; SWEGLE, M. (1989). Bone Modification Due to Burning: Experimental Evidence. In Robson Bonnischsen; Marcella H. Sorg *Bone Modification*. Orono, Maine: Center for the Study of the First Americans, Institute for Quaternary Studies, University of Maine, pp. 247-258.
- COSME, Susana (2009). *Intervenção Arqueológica na Herdade do Vale 6 – Relatório Final*. Relatório Técnico-Científico, ArcheoEstudos, Investigação Arqueológica Lda.
- CARDOSO, Hugo (2008). Age Estimation and Young Adult Male and Female Skeletons II, Epiphyseal Union at the Upper Limb and Scapular Girdle in a Modern Portuguese Skeletal Sample. *American Journal of Physical Anthropology*, 137, pp. 97-105.
- ETXEBERRIA, Francisco (1994). Aspectos macroscópicos del hueso sometido al fuego: revisión de las cremaciones descritas en el País Vasco desde la arqueología. *Munibe*, 46, pp. 111-116.
- FERREIRA, Maria T. (2014). Villa Romana da Mesquita do Morgado (S. Manços, Évora): Considerações acerca das práticas funerárias. *Actas do 4º Colóquio de Arqueologia do Alqueva - O Plano de Rega (2002-2010)*. Beja: EDIA, S.A., pp. 246-249.
- HERRMANN, Bernd; GRUPE, Gisela; HUMMEL, Susanne; PIEPENBRINK, Hermann; SCHUTKOWSKI, Holger (1990). *Prähistorische Anthropologie. Leitfaden der Fels- und Labormethoden*. Berlin - Heidelberg: Springer-Verlag.
- HERRMANN, Nicholas P.; BENNETT, Joanne L. (1999). The differentiation of traumatic and heat related fractures in burned bone. *Journal of Forensic Sciences*, 44-3, pp. 461-469.
- LOPES, Maria da Conceição (2000). *A Cidade Romana de Beja*, Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- SILVA, Filipa C. (2009). *Intervenção Antropológica na Necrópole Romana da Herdade do Vale 6 - Relatório Final*. Relatório Técnico-Científico, ArcheoEstudos, Investigação Arqueológica Lda.

- SHIPMAN, Pat; FOSTER, Giraud; SCHOENINGER, Margaret (1984). Burnt Bones and Teeth: An Experimental Study of Color, Morphology, Crystal Structure and Shrinkage. *Journal of Archaeological Science*, 11-4, pp. 307-325.
- SYMES, Steven; POPE, E.; SMITH, O.; GARDNER, C.; ZEPHRO, L. (2001). Burning Observations. III: analysis of fracture patterns in Burned Human Remains. *Proceedings of the American Academy of Forensic Sciences*, 7, pp. 278.
- UBELAKER, Douglas (1974). *Reconstruction of demographic profiles from ossuary skeletal samples: a case from the Tidewater Potomac*. Washington, D.C.: Smithsonian Institution Press.
- UBELAKER, Douglas (1989). *Human Skeletal Remains: excavation, analyses and interpretation* (2ª edição). Washington, D.C.: Taraxacum Washington.
- VEGAS, Mercedes (1973). *Cerámica Común Romana del Mediterráneo Occidental*. Barcelona: Universidad de Barcelona, Instituto de Arqueología e Prehistoria.

# EJEMPLO DE *TABULAE LUSORIAE* PROCEDENTE DE *PERCEIANA* (VILLAFRANCA DE LOS BARROS, BADAJOZ)

Recibido: 22 de Maio de 2017 / Aprobado: 20 de Outubro de 2018

## **Cristina Mena Méndez**<sup>1</sup>

Arqueóloga profesional

## **Macarena Bustamante-Álvarez**<sup>2</sup>

Universidad Autónoma de Madrid

## **Miriam García Cabezas**<sup>3</sup>

Junta de Extremadura

### **Resumen**

Presentamos una tabla romana de juego múltiple realizada sobre un ladrillo cerámico procedente del término municipal de Villafranca de los Barros –Badajoz, España-. En este trabajo se analizan sus características morfológicas, así como las ocho tablas de juego posicionadas sobre dicha pieza.

**Palavras-clave:** *tabulae*; ladrillo; juego.

### **Abstract**

We present a roman play-board with multiple game made on a ceramic brick. It was found in the municipal term of Villafranca de los Barros, Badajoz, Spain. In this paper, we analyse its morphological characteristics as well as the eight playing boards positioned on the piece.

**Keywords:** *tabulae*; brick; game.

---

1 cristina.mena.cimm@gmail.com

2 mbustamante@ugr.es

3 sgc.ctd@juntaex.es

## 1. Introducción<sup>4</sup>

En este trabajo presentamos un conjunto de tablas de juego / *tabulae lusoriae* / *abaci* romanas incisas *post cocturam* sobre un ladrillo cuadrangular parcialmente obliterado. Aunque se desconocen los datos sobre su contexto de aparición, todos los indicios apuntan a que fue exhumada en lo que debió ser la *mansio* de *Perceiana*, en el término de Villafranca de los Barros (Badajoz) –para más datos sobre el enclave y su problemática ver Rodríguez 1982-. En la actualidad se encuentra depositada en la sala dedicada a la ocupación romana del Museo Municipal de Villafranca de los Barros -MUVI-(Badajoz).

El estudio de este tipo de piezas, aunque ha centrado la atención de la investigación, podemos decir que no ha sido objeto de una autopsia monográfica en *Hispania*. Para la Península Ibérica

tenemos estudios de carácter local o regional que, a menudo, presentan piezas que recogen tradiciones zonales. Trabajos como los desarrollados para *Italica* (Bendala, 1973 o Rogerio y Criado, 2010), *Hispalis* (Amores y Jiménez, 2014), Mérida (Bejarano Osorio, 2012) o la zona galaica (Carretero, 1998) ofrecen buena prueba de lo indicado. Para *Hispania* ha habido un intento preliminar de establecer una tipología sobre este tipo de tableros (Jiménez, 2014a y b) que, aunque viene a poner orden a esta temática, aún se encuentra en un estadio inicial. Si saltamos a la esfera internacional ha sido un tema recurrente desde que Austin (1934a y b) publicara unos estudios de síntesis sobre las tablas de juego. Los trabajos más importantes, en cuanto compendio, serían los de Bell (1960) y el de Finkel (2007) que logra aunar una serie de estudios sobre la materia.

A lo largo de estas páginas presentaremos la pieza tanto desde el punto de vista morfológico como desde la óptica de los tableros plasmados. Indicar que no es nuestro cometido realizar una exégesis sobre los juegos en época romana ya que el carácter descontextualizado de la pieza no permite aportar nuevos datos a dicha problemática.

## 2. Análisis de la pieza

Como ya se ha apuntado previamente y puede observarse en las figuras 3 y 4, nos encontramos ante un ladrillo cuadrangular realizado en cerámica. Presenta una pasta de



Fig. 1 - Mapa con ubicación del término municipal de Villafranca de los Barros, Badajoz.

<sup>4</sup> Agradecemos al Museo Municipal de Villafranca las atenciones prestadas durante el desarrollo de este trabajo



Fig. 2 - Ubicación de la pieza en el Museo de Villafranca de los Barros (foto cortesía MUVI).

coloración naranja intenso y, macroscópicamente, se pueden aislar desgrasantes de granulometría media-alta. La parte superior, donde se ubican los tableros, presenta un leve alisado. La cara inferior, por el contrario, exterioriza una apariencia rugosa fruto, posiblemente, de su ubicación sobre una superficie irregular durante su manufactura. Por los restos que se atisban, inicialmente, pudo tener una leve aguada blanquecina que la recubriría en su integridad. A día de hoy no es posible establecer un posible foco de producción, sin embargo, no hay que olvidar que la producción cerámica en el entorno está atestiguada desde época antigua (Bustamante Álvarez, Galves Pérez y García Cabezas, 2013) y, prácticamente, se ha mantenido hasta la actualidad no sólo por los restos que aún

son visibles en el entramado urbano, sino también por la propia toponimia del lugar.

De interés resulta el soporte de esta pieza, cerámica, ya que lo normal es que el usado sea el lapídeo, como se observa en otros estudios, caso del realizado para *Hispalis* (Amores y Jiménez, 2014: 252).

Centrándonos en el ladrillo, sus medidas aproximadas son de 34 x 35 cm conservando parte de dos de sus lados originales. El grosor es de 8 cm y presenta múltiples huellas postdeposicionales frescas en sus dos caras, bien de pico, o quizás algunas, resultado de la actividad agrícola en la zona. Al estar descontextualizada sólo podemos teorizar sobre su emplazamiento original y no podemos aportar ningún tipo de información cronológica como veremos *a posteriori*.

Los juegos de tablero gozaron en la antigua Roma de una importante presencia y popularidad que queda de manifiesto en los múltiples ejemplares hallados y en su incorporación en los ajuares funerarios de niños y adultos, lo que denota que era un elemento muy presente en la vida diaria romana.

La mayoría de los hoy conservados están grabados en piedra, aunque no debemos olvidarnos de todos aquellos que serían ejecutados en soportes de menor perdurabilidad y que no han llegado hasta hoy. Es bastante habitual hallar grabados de este tipo en las ciudades romanas, sobre todo en las vías públicas ya que gran parte de la vida discurría en las calles y plazas. Aunque, probablemente, este ladrillo estuviese en origen integrado

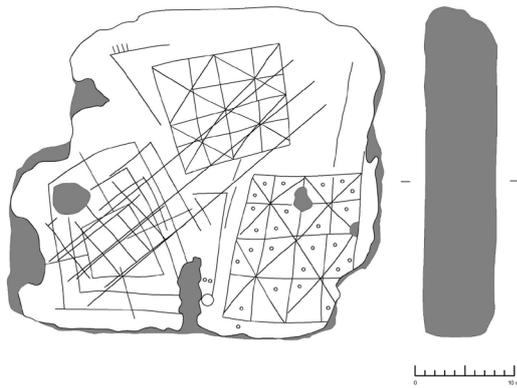


Fig. 3 - Dibujo del ladrillo y su sección con las diferentes *tabulae* grabadas sobre él.



Fig. 4 - Foto del fragmento del ladrillo conservado.

como parte de un suelo -ya que sólo está grabado en una de sus caras y su peso forzaría su uso fijo-, también hubo en la antigüedad tableros portátiles.

El grado de reutilización de este soporte, patente en las sucesivas superposiciones, nos informa sobre la perdurabilidad temporal y lúdica de este tablero, lo que nos induce a pensar que se hallaba en un paso altamente frecuentado o muy activo durante un largo período de tiempo. En relación a quién o quiénes serían los que diseñarían estas piezas, tradicionalmente se piensa que eran los propios jugadores eligiendo premeditadamente un sitio donde llevar encuentros con los otros contrincantes (Amores y Jiménez, 2014: 252).

Tras analizar exhaustivamente la pieza hemos podido constatar hasta ocho *tabulae* (ver fig. 5) ejecutadas todas ellas sobre una de las caras del ladrillo, y, a juzgar por las huellas de desgaste y, sobre todo, a las diferentes superposiciones de tableros, sabemos que no todas son coetáneas.

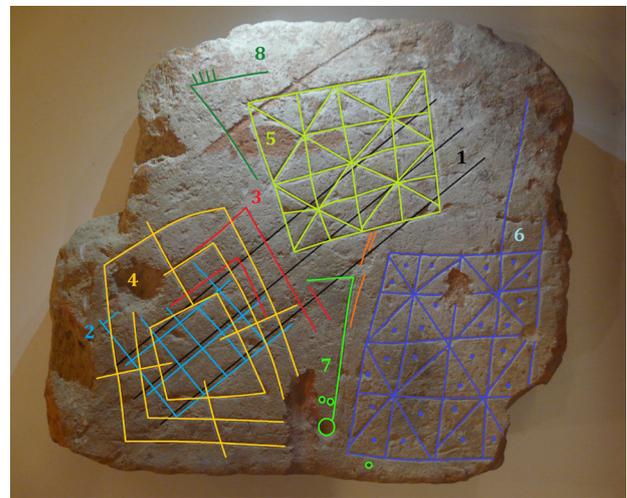


Fig. 5 - Diferentes *tabulae* y trazos sin conexión (en naranja).

### 2.1. La *tabula* 1

El primer juego que abordamos es el que hemos denominado *tabula* 1. Es el más antiguo que se detecta y consta de tres líneas paralelas muy

desgastadas, sobre todo donde se le superpone la *tabula* 5, que recorren oblicuamente el ladrillo de un extremo a otro. Podría tratarse del conocido *ludus duodecim scripta* o “juego de las doce líneas”, precursor del *backgammon*, que se juega sobre un tablero compuesto por veinticuatro casillas cuadradas dispuestas a lo largo de dos filas en las que las fichas enfrentadas de cada oponente avanzarían en función de la tirada de los dados. Morfológicamente, recuerda mucho al conocido juego egipcio Senet, documentado ya en el Imperio Antiguo, con la salvedad de que el tablero egipcio constaba de 30 casillas dispuestas en tres filas de diez cada una. Sobre este tablero se superponen las *tabulae* 2, 3, 4 y 5.

### 2.2. La *tabula* 2

La *tabula* 2 se trata de un reticulado, posible *ludus latruncularum*, que se encuentra incompleto por lo que no podemos precisar cuántas casillas lo conformarían pues en esta zona del ladrillo apreciamos hasta cuatro tablas superpuestas y el desgaste y/o borrado de parte de ellas nos complica la tarea de definir al completo este tablero. Se inserta dentro del grupo C –retículas- de la tipología de Jiménez (2014b). No obstante, están ampliamente documentados tableros de retícula entre los cuales varía ampliamente el número de casillas, no habiéndose establecido una tipología única (Jiménez, 2014a: 133). El juego consistiría en hacer avanzar las fichas y capturar las contrarias cuando fuese posible para ganar así la partida.

### 2.3. La *tabula* 3

La *tabula* 3 podría tratarse de la esquina de un posible “alquerque de nueve” que se superpone parcialmente sobre las tablas 1 y 2. Sus trazos se observan algo desgastados y es imposible seguir

su desarrollo, pues probablemente fuesen borrados. Desarrollamos las reglas de juego en la descripción de la siguiente *tabula*.

### 2.4. La *tabula* 4

El tablero 4 se trata de un “alquerque de nueve” o juego de molino que se conserva casi completo. Presenta unos trazos muy marcados que evidencian claramente la superposición a los tableros 1, 2 y 3. Este juego necesita de dos jugadores y para comenzar hacen falta 18 fichas de juego, nueve por cada jugador. En un principio el tablero aparece vacío y sucesivamente, por turnos, los jugadores deben intentar colocar sus fichas en línea y capturar las del oponente, al que se le puede arrebatar más de una ficha a la vez. El número de fichas ganadas estará ligado al número de líneas que se hayan podido formar en ese turno y el juego finaliza cuando uno de los oponentes no puede formar nuevas líneas ni realizar movimiento alguno debido a la pérdida de la mayoría de las fichas. Se inserta dentro del grupo B5 –de triple recinto- de la tipología de Jiménez (2014b).

### 2.5. La *tabula* 5

La *tabula* 5 es un “alquerque de doce” que se conserva prácticamente completo y presenta unos trazos fuertes y poco desgastados, salvo en una esquina donde por la acción reciente ha saltado parte de la superficie del ladrillo. Para ejecutar este tablero se procedió al borrado intencionado de parte de la denominada *tabula* 1, a la que se superpone. Las reglas de este juego son sencillas, se comienza con todas las piezas colocadas sobre el tablero (12 de cada color para cada uno de los dos contrincantes) dejando tan sólo vacía la intersección central del tablero. Por turnos las

piezas se van moviendo a las posiciones vacías adyacentes con el objetivo de capturar las fichas del adversario sobre las que hay que “saltar” siempre y cuando exista un espacio vacío donde colocar la ficha atacante tras la captura. El jugador que pierde la mayoría de sus fichas, y por tanto queda imposibilitado para mover las que le quedan, pierde la partida. Esta *tabula* se localizaría dentro del grupo B4 –cuadrado dividido en ocho espacios triangulares cada uno- de la tipología de Jiménez (2014b).

## 2.6. La *tabula* 6

La *tabula* 6 nos plantea un interrogante. Se trata de un “alquerque de doce” completo con la particularidad de que presenta múltiples hoyuelos o pequeñas cazoletas en su interior. Este tablero no se superpone a ningún otro y en él documentamos 16 casillas cuadradas (8x8), cada una de las cuales se encuentra subdividida diagonalmente en dos. En el interior de cada uno de los triángulos resultantes de la partición de los cuadrados encontramos un pequeño hoyuelo, detalle que no concuerda con la tipología conocida de este juego y desconocemos a qué responde, aunque podría deberse a una variante local o regional del juego. Llegamos a esta conclusión porque todos los hoyuelos están grabados en el interior de los triángulos y no salen del tablero, motivo por el que los mantenemos asociados a esta *tabula*. Llama la atención que varias líneas, alguna de gran recorrido, salen del tablero y se proyectan hacia el exterior, pudiera quizá deberse a la ejecución por una mano no muy diestra. Esta *tabula* sería una variante con el aditamento de cazoletas dentro del grupo B4 –cuadrado dividido en ocho espacios triangulares cada uno- de la tipología de Jiménez (2014b).

## 2.7. La *tabula* 7

La *tabula* 7 se corresponde con el grabado de una línea recta que conecta con otra perpendicular, más pequeña, trazando un ángulo ligeramente menor de noventa grados. La línea más larga se extiende hasta conectar con una cazoleta y, muy próxima a esta, observamos otras dos cazoletas más pequeñas que podrían estar asociadas. Esta *tabula* no presenta mucho desgate en sus trazos, lo que nos induce a pensar que no pertenece a los primeros grabados efectuados sobre este soporte y, aunque no podemos afirmar cuál sería el juego que se desarrollaría sobre ella, tradicionalmente las cazoletas se han asociado con el juego infantil y de canicas.

## 2.8. El ejemplar 8

La figura 8 se corresponde con dos líneas que se unen formando un ángulo agudo (de aproximadamente 65°) y en la que observamos cuatro pequeñas líneas que nacen perpendiculares de una de ellas. Desconocemos de qué se trata, ni siquiera si formaría parte de alguna tabla de juegos o más bien si se trataría de un grafito decorativo. En la superficie del ladrillo se aprecian trazos indefinidos e inconexos a los que no podemos dar sentido ni interpretar debido al sesgado de los mismos (Fig. 2).

## 2.9. Dudoso juego, ¿n. 9?

Se trata de un hoyuelo o pequeña cazoleta que se encuentra cercano a la tabla 7, pero desconocemos si pudiera estar en relación con ésta, asociada al juego de canicas. Ante la falta de argumentos para vincularla decidimos individualizarla.

### 3. Conclusiones

En resumen, nos encontramos ante un ejemplar genuino y magnífico que nos permite observar en un único soporte hasta ocho tablas de juego, seis de ellas diferentes, y además, constatar el prolongado uso lúdico de esta pieza que, a tenor de lo observado, fue muy utilizada. No hemos de obviar que el ladrillo aparece incompleto y que en el fragmento perdido seguramente también habría más *tabulae* grabadas que no han llegado hasta nosotros. En cualquier caso, se trata de un ejemplo excepcional que ilustra muy bien la importancia del juego en la vida diaria romana y la pervivencia de las formas de algunos de estos juegos que han llegado hasta nuestros días prácticamente sin ver alteradas las reglas del juego.

Aunque los juegos localizados sobre éste se caracterizan por ser distintos entre ellos, es resaltable la ausencia de ejemplares de forma circular, que sí son los más recurrentes para otros espacios, como en Itálica (Bendala, 1973: 263).

Como ya hemos ido indicando a lo largo del trabajo, el que no se sepan datos del contexto de aparición de este ladrillo limita mucho el arco cronológico de gestación, así como otros elementos que nos permitan extraer inferencias históricas. Bajo nuestro punto de vista y tras el análisis del formato, creemos sin dudas que el soporte es de época romana sin poder precisar un arco cronológico más definido. En relación a las tablas de juegos recogidas sobre él no podemos precisar su cronología debido a la fuerte pervivencia diacrónica de las mismas a lo largo del tiempo. Esperamos que futuros hallazgos en la zona nos ayuden a definir más los datos de partida con los que contamos actualmente.

### Bibliografía

- AMORES CARREDANO, Fernando; JIMÉNEZ CANO, Cristina (2014). *Tabulae lusoriae en Hispalis. Gerión*, 32, pp. 251-270.
- AUSTIN, Roland Gregory (1934a). Roman Board Games. I, *Greece and Rome*, vol. IV, n. 10, pp. 24-34.
- AUSTIN, Roland Gregory (1934b). Roman Board Games. II, *Greece and Rome*, vol. IV, n. 11, pp. 76-82.
- BEJARANO OSORIO, Ana María (2012). *Tabula lusoria, El Consorcio y la arqueología emeritense: de la excavación al museo* (Exposición). Mérida: Museo Nacional de Arte Romano y Consorcio Ciudad Monumental, Histórico-Artística y Arqueológica de Mérida, p. 210.
- BELL, Robert Charles (1960). *Board and table games from many civilizations*. Oxford: Oxford University Press.
- BENDALA GALÁN, Manuel (1973). Tablas de juego en *Italica. Habis*, 4, pp. 263-272.
- BUSTAMANTE-ÁLVAREZ, Macarena; GALVES PÉREZ, Lourdes; GARCÍA CABEZAS, Miriam (2013). Una figlina en Villafranca de los Barros (Badajoz). Nuevos datos sobre la ocupación romana en Tierra de Barros. In Javier Jiménez Ávila; Macarena Bustamante-Álvarez y Miriam García Cabezas (coords.), *VI Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular*, Villafranca de los Barros: Excmo. Ayuntamiento de Villafranca de los Barros, pp. 1577-1597.
- CARRETERO VAQUERO, Santiago (1998). El ludus latruncolorum, un juego de estrategia practicado por los equites del Ala II Flavia. *Boletín SAA*, 64, pp. 117-140.
- FINKEL, Irving L. (ed.) (2007). *Ancient board games in perspective*, Papers from the 1990 British Museum colloquium, with additional contributions London: British Museum Press, pp. 106-109.
- JIMÉNEZ CANO, Cristina (2014a). Estudio preliminar sobre los juegos de mesa romanos en Hispania. *Antesteria*, 3, pp. 125-138.
- JIMÉNEZ CANO, Cristina (2014b). Tipología preliminar de los juegos de tablero en Hispania. In José María Álvarez Martínez; Trinidad Nogales Basarrate; Isabel Rodà de Llanza *Actas del XVIII Congreso Internacional Arqueología Clásica*, vol. II. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano, pp. 1427-1430.

RODRIGUEZ DÍAZ, A. (1982). El asentamiento romano en el término municipal de Villafranca de los Barros (Badajoz). Perciana: “Vila” y “Mansio” en la ruta Ayamonte, Mérida (Iter ab Ostio fluminis Anae Emeritam). In José Cáscales Muñoz, *Romanización y otros apuntes*. Villafranca

de los Barros (Badajoz): Instituto Meléndez Valdés, pp. 129-150.

ROGERIO CANDELERIA, Miguel Ángel; CRIADO MARTÍN, Antonio Javier (2010). Las losas grabadas de la Cañada Honda de Itálica. Una revisión a la luz de la utilización de técnicas de análisis digital de imágenes. *SPAL*, 19, pp. 203-213.

# EL TESORILLO DE LA CASA NORTE DE ARUCCI (AROCHE, HUELVA)

Recibido: 27 de Abril de 2017 / Aprobado: 10 de Janeiro de 2019

**Nieves Medina<sup>1</sup>**

Ayuntamiento de Aroche

**Javier Bermejo<sup>2</sup>**

Universidad de Huelva

**Juan M. Campos<sup>3</sup>**

Universidad de Huelva

## Resumen

La ciudad romana de *Arucci* se ubica a escasos tres kilómetros del actual núcleo urbano de Aroche (Huelva) y es objeto desde 2004 de investigaciones y puestas en valor por parte del Ayuntamiento de Aroche y la Universidad de Huelva, con el apoyo de la Junta de Andalucía. En 2014 se desarrolló una campaña en la denominada Casa Norte de la ciudad, una *domus* donde fue documentado un tesoro compuesto por 376 denarios del siglo I-II d.C., de los cuales 375 pertenecen a la Dinastía de los Antoninos y sólo una es emitida con anterioridad por Domiciano. Dentro de este atesoramiento destaca un mayor numerario en época de Adriano. Más que un ahorro, el atesoramiento de Arucci parece responder a una selección o colección de monedas.

**Palabras-clave:** *Arucci*; tesoro; denario; Adriano.

## Abstract

The Roman city of *Arucci* is located just three kilometers from the present urban center of Aroche (Huelva) and has been object since 2004 of research and enhancement by the Ayuntamiento de Aroche and the University of Huelva, with the support of the Junta de Andalucía. In 2014, a campaign was carried on in the denominated North House of the city, a *domus* where a treasure composed by 376 *denarius* from the 1st-2nd century AD was documented, 375 belonging to the Antonine Dynasty and only one is earlier, belonging to Domitian. Within this hoarding, a greater number of coins is from the time of Hadrian. More than savings, Arucci's hoarding seems to respond to a selection or collection of coins.

**Keywords:** *Arucci*; treasure; *denarius*; Hadrian.

---

1 ayuntamientoaroche@yahoo.es

2 javier.bermejo@dhis1.uhu.es

3 campos@uhu.es

La ciudad romana de *Arucci* se localiza en el término municipal de Aroche, en la provincia de Huelva (España), a escasos 3 km del actual núcleo urbano, en un paraje denominado Los Llanos de la Belleza (Fig. 1). La fundación de esta ciudad *ex novo* en época de Augusto, en torno al año 10-15 a.C. se relaciona con la implantación de Roma y su necesidad de control de un territorio que había participado de las insumisiones contra la conquista del siglo II a.C. y posteriormente en la confrontación civil sertoriana, en la primera mitad del siglo I a.C., y en las luchas entre Pompeyo y César a mediados de la misma centuria (Campos y Bermejo, 2013). No olvidemos además, que la ciudad se ubica en la denominada *Baeturia Celtica*, al Noroeste de la *Baetica*, en una zona fronteriza entre la *Lusitania* y *Urium*, donde los romanos necesitan garantizar las extracciones mineras.



Fig. 1 - Vista aérea del yacimiento.

La ocupación romana parece que se hace efectiva con la llegada de un contingente poblacional conformado por ciudadanos y peregrinos, provenientes de otras zonas del territorio hispano, principalmente de la zona lusitana y galaica, quizás fruto de la posible desmovilización de tropas tras el fin de las guerras cántabras y el proyecto de repoblación de un territorio tradicionalmente conflictivo (Pérez Macías, 2008; Bermejo, 2013). Este proyecto no contempló sólo la fundación de

una ciudad, sino también la colonización del *ager aruccitanus*, donde se aprecian numerosos trazados, ejes y sendas que parecen identificarse con el establecimiento de un catastro agrario centuriado (Bermejo, 2013).

El yacimiento se dio a conocer al mundo científico por el profesor J.M. Luzón Nogué (1975), pero las primeras intervenciones, arqueológicas no se producirán hasta los años 90 del pasado siglo de manos de la Universidad de Huelva. Tras un breve lapsus en las investigaciones, éstas se retomarán en 2004 en el marco de colaboración entre el Ayuntamiento de Aroche y el Área de Arqueología de la Universidad de Huelva, que se mantiene hasta la actualidad y donde el yacimiento ha desarrollado un modelo de gestión que garantiza las investigaciones, la conservación, mantenimiento y puesta en valor (Campos, Medina y Bermejo, 2017). Es en el marco de este trabajo común entre instituciones donde se lleva a cabo la investigación sobre la Casa Norte.

La excavación de la Casa Norte es el resultado de un proceso de investigación que ha pasado por diferentes etapas, siendo la primera de ellas las prospecciones geofísicas mediante georadar que se desarrollaron en el yacimiento en 2007, durante una de las campañas del Proyecto General de Investigación. Los trabajos geofísicos permitieron la identificación de un edificio de planta regular y soterrado a escasos 20 cm de profundidad. Tras la obtención de estos resultados se planificó una intervención de excavación arqueológica superficial, con la intención de descubrir las cabezas de las estructuras murarias y así permitir la identificación y delimitación del edificio. Esta limpieza superficial facilitó la publicación de las primeras hipótesis sobre la Casa Norte (Gómez, Bermejo y Medina, 2010), cuya nomenclatura responde a la ubicación del edificio en la ciudad, intramuros,

junto a la muralla Norte, separada de ella por una vía de unos 4 metros (Fig. 2).

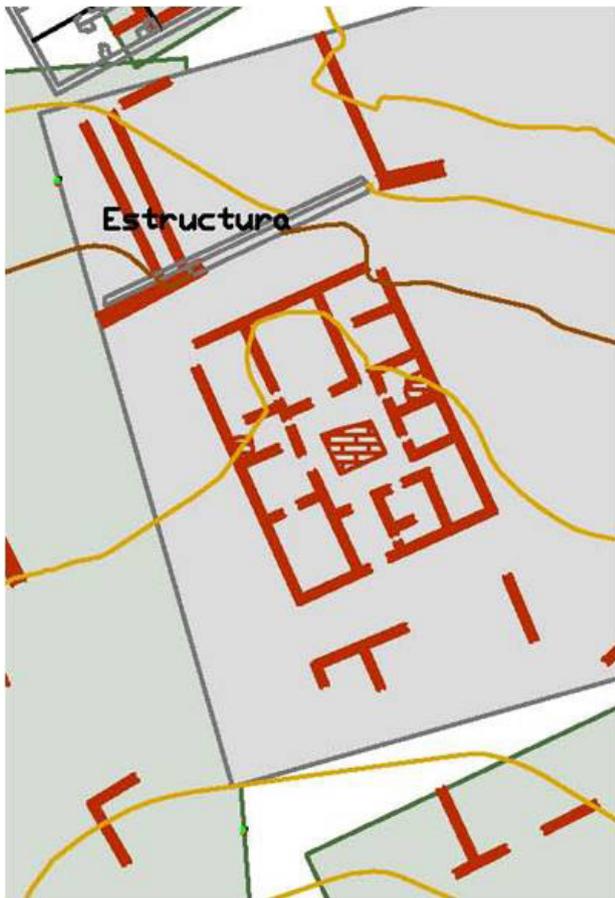


Fig. 2 - Prospección geofísica de la Casa Norte.

La definición mediante la prospección geofísica de este nuevo elemento del urbanismo de la ciudad facilitó el interés por intervenir sobre él, máxime teniendo en cuenta que sobre el hábitat doméstico de la ciudad se conocían escasos datos, apenas los facilitados por la excavación parcial de la Casa de la Columna, excavada en 2004 (Gómez Rodríguez, 2008; Campos Carrasco, 2009) y ubicada al Sur de la nueva estructura.

Una nueva campaña arqueológica desarrollada entre finales de 2008 e inicios de 2009 permitió la realización de algunos sondeos en diferentes áreas del yacimiento, con la finalidad de investigar sobre el trazado urbano y recuperar su uso para la articulación de las visitas al Enclave Arqueológico.

Durante este proceso se delimitaron de forma superficial los muros perimetrales de la nueva *domus*, así como el arranque de las estructuras murarias que la articulaban. A estos sondeos se sumó un nuevo proyecto consistente en definir las cabezas de todas las estructuras murarias del edificio, quedando por tanto la *domus* excavada hasta una profundidad media de unos 0,30 m, lo que permitió su puesta en valor provisional hasta la ejecución de nuevos proyectos que permitieran sacar a la luz el edificio completo y agotar la estratigrafía arqueológica.

El edificio presenta 16,50 m de ancho por 21 m de largo, delimitando una superficie total de 346,50 m<sup>2</sup>. Su interior se compone de 13 estancias diferenciadas, de las cuales 11 quedan integradas en la división funcional del ámbito doméstico, todas ellas dispuestas de forma ordenada y con gran simetría, y dos quedan incomunicadas con el resto de la vivienda, estando abiertas a la vía principal y con una función claramente comercial. Indudablemente estamos ante un edificio doméstico ubicado en una de las zonas más privilegiadas de la ciudad, al situarse junto a la muralla, y suponemos próxima a una de las puertas de acceso a la ciudad que daría salida al cardo máximo en su extremo Norte, y en comunicación directa con el *campus*, situado al exterior del *pomerium* (Fig. 3).

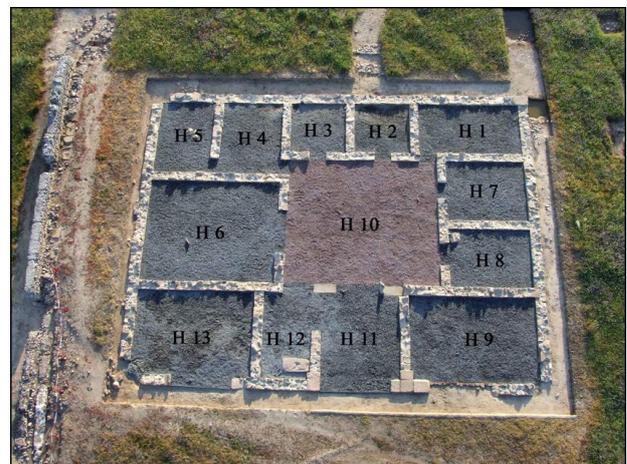


Fig. 3 - Vista de la excavación arqueológica superficial de la Casa Norte.

Será necesario esperar hasta finales del año 2014 para acometer una nueva intervención arqueológica, esta vez excavando completamente el edificio y agotando su estratigrafía arqueológica. La Casa Norte de *Arucci* representa una vivienda de *atrium*, integrada por el esquema característico de este tipo de vivienda, *vestibulum-atrium-triclinium*. Una de las particularidades del edificio es la organización interna, desarrollada en un eje principal orientado de Suroeste a Noreste. Se accede desde el exterior a través del vestíbulo en comunicación directa con el atrio y cerrado al fondo por dos estancias similares. Este eje longitudinal ocupa el ancho del edificio, es decir, el lado más estrecho del conjunto, esquema poco usual en el mundo romano en el que la línea articuladora se dispone en el lado más largo, aportando profundidad al edificio. En el diseño habitual de la vivienda clásica, el *triclinium* suele ocupar la cabecera del conjunto, condición que no siempre se cumple como sucede en la *Casa Norte*, al hallarse desplazado hacia la izquierda del ingreso. La entrada, así como las tabernas dispuestas con accesos en la fachada de poniente, se disponen en uno de los laterales del plano. Este proyecto, inusual en el modelo romano puede responder a un factor urbanístico, a la vez que económico y representativo. Esto quiere decir, la elección de uno de los lados mayores como acceso principal puede deberse a la importancia de la vía a la que comunica, evitándose así su construcción hacia el frente Sureste de la casa (Figs. 4 y 5).

Pasando a la descripción de las distintas estancias, el acceso principal de la vivienda se realiza mediante la Habitación 11 (H11), con una puerta de grandes dimensiones desde la que se permitía observar el interior del edificio, práctica muy habitual en

el mundo romano. Esta estancia es identificada como *vestibulum*, y sería el espacio de tránsito entre la calle y el interior de la vivienda. Tras esta estancia se encuentra una de las dependencias más importantes de la casa, la Habitación 10 (H10).

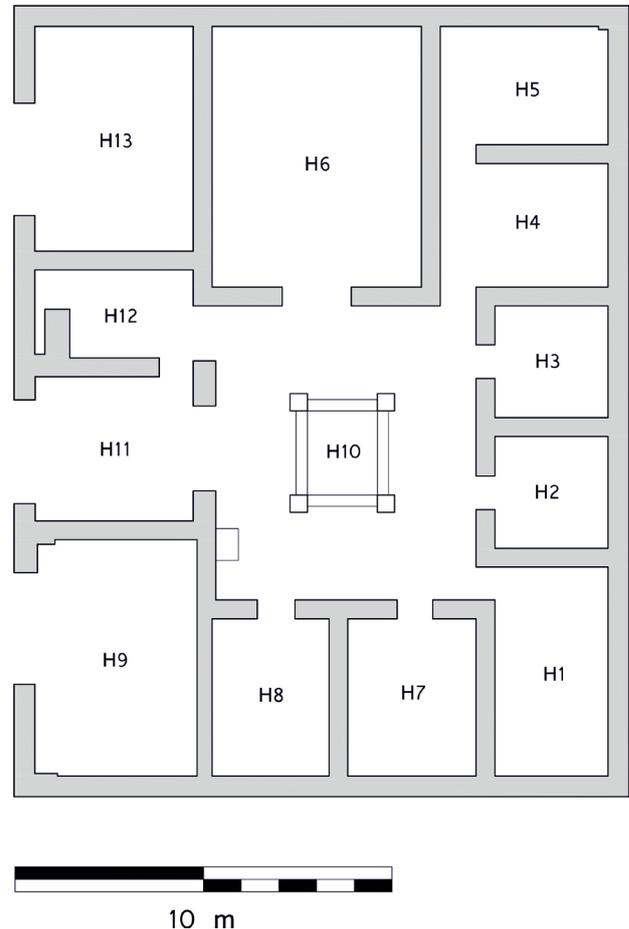


Fig. 4 - Plano de la Casa Norte.



Fig. 5 - Levantamiento fotogramétrico de la Casa Norte (D. Gaspar Arqueocad, S.L.).

Por sus dimensiones y ubicación espacial es identificada como *atrium*, alejándose del *peristylum* por su reducido tamaño. Se trataría de un *atrium* tetrástilo, con cuatro columnas y un *impluvium* central, cuyo interior se encuentra revestido de *opus signinum* en muy mal estado de conservación y que mediante un sumidero de *fistula plumbea* permite la evacuación de las aguas hacia un canal de desagüe que sale del edificio, no realizándose el almacenamiento del agua, quizás por la cercanía del cauce del río. Dentro del *atrium* se documenta en la esquina suroeste el *lararium* compuesto por un pedestal de *opus testaceum*.

A partir de la república los *atria* comienzan a entrar en desuso dejando paso a los *peristyla*, aunque de forma ciertamente residual este tipo de vivienda perdura en un momento avanzado del imperio. En la *Provincia Baetica* son escasas las evidencias arqueológicas, tan sólo hallamos algunos ejemplos en la Fase II de la Avda. Gran Capitán, nº 2 de Córdoba (Marfil Ruiz, 1997) y en La Monaria en Jaén (Royo Encarnación *et al.*, 1997), viviendas construidas durante la república. Las casas de *atrium* edificadas en época altoimperial las documentamos en las Domus 1, 2 y 6 de *Munigua* (Gómez Rodríguez, 2006), en calle Francisco, nº 15 y 17 esquina calle Mortecina, nº 7 y 9 (Rodríguez Temiño, 1991), en calle Padilla, nº 1 con calle Leonor -Fase I- (Carrasco y Romero, 1993) de *Astigi*, o en el solar nº 25 de Ronda de los Tejares con calle Alonso de Burgos de *Corduba* (Carrillo Díaz-Pinés, 1999).

Al Norte de esta estancia se ubica otra dependencia de gran interés para la investigación, la Habitación 6 (H6). Ocupa un lugar privilegiado dentro del conjunto al situarse en la cabecera Noroeste. Sus grandes dimensiones la convierten en otro de los ambientes importantes de la casa junto al anterior, ambas comunicadas entre sí

mediante un gran vano. Por sus características, dimensiones y ubicación espacial es identificado como *triclinium*. Según el esquema canónico en la península italiana la casa de *atrium* se acompaña de otra estancia representativa, el *tablinum*. Éste funcionaría de archivo y comedor, a la vez que lugar de recepción. Con el tiempo dicho espacio entra en desuso y es sustituido por el *triclinium* (comedor), vinculado inicialmente a las viviendas de *peristylum*. En un momento avanzado de la dominación romana a las casas de *atrium* se les asocia el *triclinium*, siendo éste el caso de la *Provincia Baetica* donde encontramos algunas viviendas de atrio encabezadas por grandes *triclinia*, como la Casa número 1 y 6 de *Munigua*, entre los paralelos más cercanos. En *Arucchi*, el *triclinium* se desplazada del eje director, modelo que hallamos en otras viviendas como la Casa de la Fortuna de *Carthago Nova* (Soler Huertas, 2001) o la Casa de las Tabernas y de la Exedra de *Italica* (Gómez Rodríguez, 2006), como paralelos más cercanos en la Península Ibérica.

Las Habitaciones 4 (H4) y 5 (H5) que ocupan el ángulo Noreste, por los materiales arqueológicos documentados, así como el paso de la canalización de evacuación de aguas por estas salas, nos indican que funcionaban para uso doméstico, almacenamiento de la vajilla doméstica o de los alimentos, *cella penaria*, y *culina* (cocina). A pesar de situarse junto al *triclinium* ocuparía un área apartada en la vivienda, el espacio más doméstico.

Las Habitaciones 1 (H1), 2 (H2), 3 (H3), 7 (H7) y 8 (H8), distanciadas de las anteriores en el plano, podrían corresponder con *cubicula*. Los motivos que nos llevan a tal consideración son entre otros, la posición abierta al *atrium* y las similitudes en las dimensiones, así como el registro material. Nos encontraríamos ante un área de carácter privado. Prueba de ello sería la documentación de

un escaso material cerámico, dentro del cual está presente alguna forma cerámica fina (*terra sigillata* o paredes finas) y prácticamente inexistente en comparación con el material de cocina. Además se encuentran elementos de adorno/uso personal representado por fíbulas en su mayor parte, siendo estos elementos bastante representativos en el registro.

Otra pieza singular con acceso directo desde el *vestibulum* es la Habitación 12 (H12), sala en cuyo interior se documentó un gran sillar que indicaría el ascenso a una segunda planta, dado que las estructuras murarias y cimentaciones podrían soportar una segunda planta donde se ubicarían más estancias destinadas a distintos usos. Esta estancia se corresponde claramente con la *cella ostiaria*, desde donde el ostiense controlaría el acceso a la vivienda. En un momento inicial este ambiente comunicaría con el atrio hasta que en un momento posterior indeterminado se ciega su conexión. Ello estaría mostrando un significativo cambio de funcionalidad de la estancia y las dependencias que se encontrarán en la segunda planta; es decir, en un momento avanzado probablemente las dependencias superiores quedarían en régimen de arrendamiento con lo que el acceso a la misma se haría por la antigua portería, la cual ya no tiene por qué comunicar con el resto de la casa.

Hacia el exterior comunican dos únicas habitaciones, H9 y H13, sin acceso desde el interior, que desempeñarían la función de *tabernae*. Es ilustrativo el espacio que ocupan dentro del conjunto doméstico, representan el 14,5 % del área total de la vivienda. Estas tiendas, por su inconexión con la casa no debieron estar explotadas por el señor, debieron ofrecerse en alquiler y trabajadas por personas ajenas, aunque el análisis arqueoarquitectónico ha identificado un acceso cegado desde

H9 al *vestibulum*, lo que indica que posiblemente en una primera fase si, fue el *dominus* quien pudo gestionarla. El abundante registro material recuperado en la estancia 9 ha permitido extraer interesantes conclusiones relativas a los productos que en ella se comercializaban. En esta línea, la aparición de diversos recipientes cerámicos muestra que en este espacio comercial se criaban y comercializaban los preciados lirones, productos costosos y muy demandados en la cocina romana. Estos recipientes –*vivaria in doliis* o *gliraria*– como nos lo transmiten las fuentes, servían para el engorde de las piezas. Además, la existencia de pequeñas pesas de red bien podría estar relacionada con la caza de los roedores. El hallazgo de este material permite establecer un contexto comercial y productivo claro en el marco de un ambiente de taberna, aspectos poco conocidos en el ámbito hispano.

En cuanto a la datación de la *Casa Norte*, su construcción parece realizarse en momentos augusteos del cambio de era, como así se desprende del análisis del registro material cerámico, con especial incidencia en los niveles fundacionales con presencia de *sigillatas* itálicas y paredes finas de momentos del cambio de era. Además, en los niveles de ocupación se encuentran las formas sudgálicas características de momentos de Claudio conviviendo a partir de mediados de la centuria con las formas hispánicas, las cuales coparán de manera clara el registro hasta los niveles de amortización. Durante la segunda centuria la casa muestra una continuidad en su ocupación con un importante registro de materiales de importación africanos que permiten llevar su actividad hasta finales del siglo II d.C. En cuanto a su momento de abandono, que no destrucción, la misma parece no estar ocupada en momentos del s. III d.C., la ausencia en el registro de las formas africanas propias de esta centuria supone uno de

los mejores datos para corroborar dicha afirmación; ya que se tiene constatación de la llegada de estos productos a este ambiente doméstico en la centuria previa. Muy posiblemente la *domus Norte* sea abandonada en momentos iniciales del siglo III d.C., periodo en el cual, tras la dinastía de los Severos, se produce un abandono institucional y municipal urbano en el que las élites abandonan la ciudad a su suerte. Muy posiblemente los propietarios de esta *domus* – inmersos en la dinámica poblacional que describimos – se trasladarán a su *fundus*, o incluso es posible que en momentos altoimperiales ni siquiera vivieran allí todo el año. En síntesis, el registro muestra una *domus* con una importante actividad de ocupación desde sus momentos fundacionales en momentos del cambio de Era hasta fines del siglo II o comienzos del III d.C. Creemos que el edificio sufrió sus primeros expolios de materiales constructivos y decorativos en el momento de su abandono, quizás para la ampliación o nueva construcción de las *villae rusticae* que proliferan a partir de esa época en el entorno del Valle del Chanza. Se han documentado materiales constructivos pesados (sillares) en el cauce del Chanza, rivera abajo, lo que puede asociarse con el traslado de estos materiales constructivos por el río en pequeñas balsas o embarcaciones que a veces sufrirían percances cayendo estos materiales al cauce sin poder ser recuperados para su reutilización.

La falta de niveles de derrumbe importantes en las distintas habitaciones, así como la falta de conservación de niveles de pavimentación, enfoscados, revestimientos, etc., avalan la hipótesis de un expolio importante en el momento de abandono de la ciudad, resultando significativa la ausencia de niveles de ocupación posteriores o reutilización de los espacios, momentos éstos documentados ampliamente en la mayoría de edificios públicos excavados.

La *taberna* identificada como H9, además de los materiales arqueológicos antes mencionados, permitió documentar un atesoramiento oculto bajo el nivel que debió ocupar el pavimento. Se trata de un *tesorillo* compuesto por 376 denarios, que van desde el emperador Domiciano a Marco Aurelio. En el interior de una *aula*, se encontraban las monedas amalgamadas, formando un solo bloque, aunque de poca consistencia, resultando fácil la extracción de las mismas de forma independiente. Ante la posibilidad de que el atesoramiento se hubiese acumulado a lo largo de diferentes fases, se optó por separar las monedas por capas artificiales, clasificadas en paquetes de 14 monedas. No obstante, tras su restauración y estudio no se han documentado patrones, ni cronologías diferenciales en las capas.

El tesorillo de *Arucci* está compuesto por denarios del siglo I-II d.C., 376 piezas de las cuales 375 pertenecen a la Dinastía de los Antoninos, y sólo una es emitida con anterioridad, por Domiciano (Fig. 6).

Cabe destacar las piezas emitidas a nombre de Adriano, con el mayor porcentaje, un 47,34%, seguido del 17,02% de Trajano y el 15,42% de Antonino Pío. No debemos olvidar que la época de máximo apogeo de la ciudad de *Arucci* coincide con el siglo II, sobre todo en época de Adriano (117-138 d.C.), para comenzar su abandono progresivo a finales del siglo III, inicios del IV, en el contexto general de la crisis urbana que se produce en todo el Imperio. Las piezas emitidas a nombre de Marco Aurelio, último emperador presente en el tesorillo, se realizan bajo el reinado de Antonino Pío. No obstante, la fecha de ocultación no suele tener relación con las fechas de emisión de las monedas, dada la perdurabilidad de las mismas, por ello hallazgos como el de *Arucci* tiene un valor importante debido a que se producen en un contexto arqueológico bien documentado.

## tesorillo Arucci

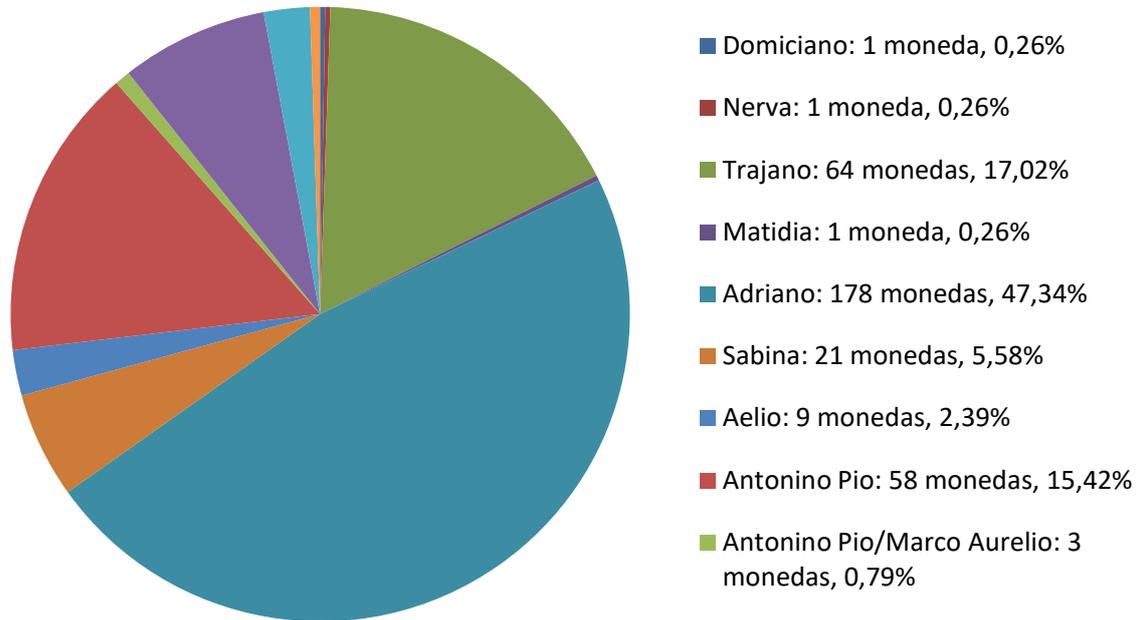


Fig. 6 - Gráfico de porcentajes de representación.

Normalmente, las ocultaciones suelen responder a momentos de inestabilidad, es decir, ocultamientos de riqueza de tipo privado y provisional, con la idea de recobrarlos una vez superado el ambiente de inseguridad. Por ello son más frecuentes los tesorillos romano-republicanos (Blázquez Cerrato, 1998), sobre todo los coincidentes con las guerras lusitanas (154-133 a.C.), sertorianas (80-72 a.C.) o las campañas de Cesar (49-44 a.C.). Este tesorillo pudo esconderse como medida preventiva ante la posibilidad de robos en la ciudad, aunque también pudiera ponerse en relación con las incursiones de *mauri* en el siglo II en la *Baetica* (Carrillero y López, 2005) y que se prolongan con sucesivas oleadas durante el siglo III (Bermejo, 2010-2011). No obstante, podríamos estar ante un hecho fortuito de la historia, quizás lo más certero en este caso, pudiendo el propietario de la taberna guardar sus ahorros escondidos bajo el suelo y sufrir un percance que evitara que los recuperase. Debemos incidir que aunque se trate de “ahorros”, parece más bien una verdadera colección

de piezas, debido a la amplia representación de la familia imperial (Fig. 7) y que por su estado de conservación, podría decirse que la circulación de estas monedas ha sido muy escasa, dado el poco grado de desgaste que presentan, a pesar que su acuñación se realiza en Roma. Hay que recordar que tras la reforma de Claudio las cecas provinciales se cierran y el mayor aporte de numerario, sobre todo en plata y oro, procede directamente de Roma.

Durante la Dinastía de los Antoninos, *Hispania* disfrutó de un ambiente general de paz y prosperidad, y la crisis no se hará manifiesta hasta bien entrado el reinado de Antonino Pío, y los hallazgos esporádicos indican un aprovisionamiento regular, detectándose un aumento de numerario respecto a la anterior dinastía, especialmente con Trajano y Adriano (Blázquez Cerrato, 1998), aspecto que coincide con los porcentajes representados en el tesorillo de *Arucci*. Los hallazgos más cercanos provienen del yacimiento de Las Bóvedas en Jerez de los Caballeros y en Talavera la Real (Badajoz).



Fig. 7 - Representación imperial.

Los primeros emperadores de la dinastía de los Antoninos, Trajano, Adriano y Antonino Pío demostraron gran interés por las provincias, interés que se materializó en la conmemoración de una serie de acuñaciones donde se representan las iconografías de las diferentes provincias (Garzón Blanco, 1991a; 1991b; 1993). En el tesoro de *Arucci* se

documentan hasta 17 monedas de este tipo, algunas de ellas de la serie *Restitutor* (Fig. 8), donde la provincia se representa en actitud sumisa, como cuatro ejemplares de Trajano, momento en el que se inicia la personificación de Dacia. Estas cuatro piezas pertenecen a la emisión de Trajano de la segunda Guerra Dácica con sentido propagandístico.



Fig. 8 - Serie *Restitutor*.

También contamos con monedas conmemorativas a *Hispania* acuñadas por Adriano y donde prima la imagen de una mujer y símbolos de la provincia como el olivo o el conejo. Algunas piezas de Adriano con el reverso de *Hispania* se han atribuido a la oficina de *Tarraco*, durante el viaje del emperador a estas tierras, sin embargo, no hay razones para dudar que estas monedas fueran labradas en Roma (Garzón Blanco, 1990-1991). Italia, tercera provincia más representada por Adriano, después de *Hispania* y África también está representada en esta colección y acuñada por Antonino Pío. También están presentes en el atesoramiento las representaciones a África, Arabia, Alejandría, Egipto, Nilo o Galia. La iconografía de *Aegyptus* se acuña sólo en la serie Provincias, pero en oro, plata y bronce, estando el reverso ocupado por la leyenda “*AEgyptos*” y la personificación reclinada a la izquierda portando sistro, serpiente a su lado e ibis a sus pies, todas acuñaciones de Adriano entre el 134 y el 138 (Garzón Blanco, 1993). África es la segunda provincia más representada por Adriano y en este atesoramiento hay dos ejemplares, donde *Africa* está representada por una figura femenina, reclinada a la izquierda, con el distintivo en la cabeza de la *exuviae* de un elefante, además se representan con un escorpión y un cesto de frutas, símbolos de la fauna y abundancia de la provincia. *Alexandria* también está en la serie Provincias de Adriano, quién le otorgó este privilegio al ser una ciudad. En este tesoro aparecen dos monedas acuñadas entre el 134 y 138 con la personificación femenina de la provincia, de pié, portando sistro y cesta con una serpiente, atributos de *Isis*.

También incluido en la serie Provincias se encuentra *Nilvs*, con un ejemplar en este atesoramiento, donde el dios-Río recostado, aparece acompañado del hipopótamo y el cocodrilo, fauna característica del Nilo y porta un junco o caña muy característica

de este río. Estas acuñaciones de Adriano entre el 134-138, están muy conectadas con las de *Alexandria* o *Aegyptus*.

En general las series “*provinciales*”, bien representadas en este atesoramiento fueron la forma en que Adriano y posteriormente Antonino Pío celebraron el 150 aniversario de la *Edad de Oro* de Augusto, conmemoración que se materializó en la acuñación de monedas donde se honraba a las provincias, queriendo reflejar la visión global del Imperio, la moneda como propaganda del Imperio (Garzón Blanco, 1991b).

Los estudios sobre circulación monetaria en la Bética durante el siglo II d. C. resultan escasos, a excepción de los circunscritos al yacimiento de *Italica* (Chaves, 1983) o a la ciudad de Málaga (Mora Serrano, 1982-83), además de *Baelo Claudia* en Tarifa (Bost *et al.*, 1987), no obstante son escasos los ejemplares documentados *in situ* (Arias, 2007), lo que dificulta enormemente establecer hipótesis de trabajo. A pesar de ello y en atención a los datos estadísticos extraídos del estudio de estos tres lugares principalmente, en todos ellos es notable la presencia de mayor numerario en época de Adriano, marcando un índice mayor de aprovisionamiento monetario (Arias, 2007), dato éste que coincide con los porcentajes del atesoramiento de *Arucci*. Tras el gobierno de Adriano, el descenso en la llegada de moneda es ya irreversible, registrándose los índices más bajos de aprovisionamiento de todo el período con el numerario de Marco Aurelio, y especialmente con Cómodo, emperador que ya no tiene representación en el tesoro de *Arucci*.

Las monedas de plata aumentaron considerablemente su presencia en la masa monetaria, alcanzando porcentajes del 7,6% durante la dinastía Flavia y un 5,7% durante la Antonina, lo que pondría de manifiesto una expansión de

la economía monetaria (Ripollès, 2002). Este aumento se relaciona con un mayor uso de la moneda, mayor generación de riqueza y un importante papel del evergetismo a la hora de propiciar cierta redistribución social de la misma (Ripollès, 2002). Estos actos de evergetismo se han documentado también en *Arucchi* en la construcción del Templo central del Foro, a cargo de *Baebia Crinita*.

La presencia de denarios en los contextos arqueológicos estudiados más a fondo no deja de ser un porcentaje mínimo, por ejemplo, un 1% en *Italica*, un 8% en el valle del Guadalquivir o un 9% en *Baelo Caludia*, siendo más representativo en la zona malagueña, con un 48% debido a un estudio de selección de este tipo monetario (Arias, 2007). No obstante, con estos datos, a los que habría que sumar el hallazgo de *Arucchi*, 100% denarios, aumentaría considerablemente la estadística sobre denarios de la Bética, y podemos afirmar que queda testimoniada completamente la llegada de numerario de plata al sur hispano.

En cuanto a las equivalencias y valores, en el caso específico del denario, único presente en este hallazgo, sería la siguiente: 1 denario sería el equivalente a 4 sestericios, 8 dupondios, 16 ases, 32 semis y 64 cuadrantes. Ha sido frecuente la documentación de numerario de bronce en las campañas de excavación de *Arucchi*, aunque no se han realizado estudios específicos que puedan indicarnos porcentajes, si bien es cierto que apenas ha sido una sola pieza de plata la documentada fuera del conjunto del tesoro.

Para poder entender mejor el volumen de piezas documentado en esta excavación, en este atesoramiento puntual y privado, podemos adentrarnos en conocer por ejemplo la cuantía de algunos salarios en determinadas épocas

coincidentes con este tesoro. Con Domiciano un legionario podría tener un salario al año de unos 300 denarios según la información generada por Tácito sobre salarios, aunque de estos 300 denarios habría que deducir los gastos de avituallamiento, vestuario y armamento, con lo que el *stipendium* se reduciría considerablemente. Según el testimonio de la *Lex* de la Colonia de Urso (Osuna, Sevilla) del siglo I d.C., uno de los trabajadores de la administración mejor pagados era el *scriba*, cuyo salario eran unos 300 denarios (Arias, 2007). Resulta significativa igualmente una “lista de gastos” de una familia hallada en Pompeya y donde además de la variedad de productos adquiridos, donde destaca el pan y el vino, se puede valorar que en 9 días el gasto de la familia fue de unos 14 denarios (Arias, 2007). Con estos datos, el atesoramiento de la Taberna de la *Casa Norte* no parece responder a un amplio período de “ahorro” sino más bien a una selección o colección, y el hecho de que el 100% de las piezas sean denarios y no haya otro tipo de numerario, da mayor solidez a esta teoría, además de que el período de acuñación se establezca entre el 93-94 d.C. y el 145-147 d.C., un período de unos 54 años. No obstante, ya hemos advertido que la fecha de acuñación no suele tener una relación directa con la fecha de circulación o la fecha de ocultación, que puede excederse considerablemente. Otro dato que suma para esta teoría de la colección es que hay representación dentro del período de acuñación que hemos apuntado de casi la práctica totalidad de la familia real *Antonina*. Además, el tesoro se encontraba ubicado en una de las tabernas de la Casa Norte, con funcionalidad comercial, pero donde se documenta el uso doméstico para el tendero del mismo espacio, y por ello lugar del escondite de esta selección de monedas.

## Bibliografía

- ARIAS, Laura (2007). *La circulación monetaria en la Hispania del siglo II d.C.* Tesis doctoral. Alicante: Universidad de Alicante.
- BERMEJO, Javier (2010-2011). Las terracotas femeninas del foro de *Arucci Turobriga*. ¿Testimonio de culto a las *Augustae et Divae*? *Anales de Arqueología Cordobesa*, 21/22, pp.127-145.
- BERMEJO, Javier (2013). *Arucci Turobriga: Un modelo de implantación territorial y municipal en la Baeturia Celtica: civitas et territorium*. Huelva: Universidad de Huelva.
- BOST, Jean-Pierre; CHAVES, Francisca; DEPEYROT, Georges; HIERNARD, Jean; RICHARD, Jean Claude (1987). *Belo IV. Les monnaies*, Publications de la Casa de Velázquez, Série Archéologie, VI. Madrid.
- BLÁZQUEZ CERRATO, Cruces (1998). Aproximación a la circulación monetaria en torno *al Iter ab Emerita Asturicam*. *Zephyrus*, 51, pp. 195-218.
- CAMPOS CARRASCO, Juan Manuel (2009). El urbanismo del municipio romano de *Turobriga* (Aroche, Huelva). In Rosario Cruz-Auñón Briones; Eduardo Ferrer Albelda (coords.) *Estudios de prehistoria y arqueología en homenaje a Pilar Acosta Martínez*. Sevilla: Universidad de Sevilla, pp. 465-482.
- CAMPOS CARRASCO, Juan Manuel; BERMEJO MELÉNDEZ, Javier (2013). *Arucci y Turobriga: Su problemática y reducción*. *Archivo Español de Arqueología*, 86, pp.113-130.
- CAMPOS, Juan Manuel; MEDINA, Nieves; BERMEJO, Javier (2017). El modelo de investigación y gestión de la ciudad romana de *Arucci* (Aroche, Huelva). In Desiderio Vaquerizo Gil (ed.); Ana B. Ruiz Osuna (ed.); Manuel Delgado Torres (coord.) *Rescate. Del registro estratigráfico a la sociedad del conocimiento: el patrimonio arqueológico como agente de desarrollo sostenible*. Córdoba: Universidad de Córdoba, pp. 189-206.
- CARRASCO, Inmaculada; ROMERO, Carmen (1993). Excavación arqueológica calle Padilla, 1 esquina a calle Leonor de Écija (Sevilla). *Anuario Arqueológico de Andalucía/1991*, Vol. III, pp. 510-512.
- CARRILLERO, Manuel; LÓPEZ, María Juana (2005). Estudio preliminar de un conjunto de denarios de Castro del Río (Córdoba). In Carmen Alfaro Asins; Carmen Marcos Alonso; Paloma Otero Morán (coords.) *XIII Congreso Internacional de Numismática* (2003). Madrid: Ministerio de Cultura, pp. 681-689.
- CARRILLO DÍAZ-PINÉS, J. Ramón (1999). Evolución de la arquitectura doméstica en *Colonia Patricia Corduba*. *Córdoba en la historia: construcción de la urbe. Actas del Congreso Córdoba 20-23 de mayo de 1997*, Córdoba. Córdoba: Ayuntamiento de Córdoba, pp. 75-86.
- CHAVES, Francisca (1983). Monedas halladas en la Casa de las Columnas de Itálica (Sevilla). *Habis* 14, pp. 245-266
- GARZÓN BLANCO, José Antonio (1990-1991). Los tipos monetarios relacionados con la *Domus* imperial en Adriano y Antonino Pío. *Lucentum*, 9-10, pp. 123-132.
- GARZÓN BLANCO, José Antonio (1991a). Iconografía numismática de las provincias europeas desde Trajano a Antonino Pío. *Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología, BSAA*, tomo 57, pp. 259-266.
- GARZÓN BLANCO, José Antonio (1991b). La ideología provincial de los Antoninos en sus acuñaciones: Asia y África. *Studia Historica, Historia Antigua*, 9, pp. 99-108.
- GARZÓN BLANCO, José Antonio (1993) Iconografía de las provincias en Trajano, Adriano y Antonino Pío. *Faventia*, 15, Fasc. 2, pp. 75-85.
- GÓMEZ RODRÍGUEZ, Águeda (2006). *Arquitectura doméstica urbana en época romana en la Provincia Baetica*. Tesis Doctoral. Universidad de Huelva. Inédito.
- GÓMEZ RODRÍGUEZ, Águeda (2008). Arquitectura doméstica de la ciudad hispanorromana de *Turobriga* (Aroche, Huelva). *III Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular*. Aljustrel, pp. 330-340.
- GÓMEZ RODRÍGUEZ, Águeda; BERMEJO, Javier; MEDINA, Nieves (2010). Nuevos datos para la interpretación del urbanismo en la Ciudad Hispanorromana de *Arucci/Turobriga*: La Casa Norte. *Romvlla*, 9, pp. 155-176.
- LUZÓN NOGUÉ, José María (1975). La romanización. *Huelva: Prehistoria y Antigüedad*. Madrid, pp. 269-320.
- MARFIL RUIZ, P. (1997). Resultados de la I.A.U. en la Avenida del Gran Capitán nº 2 de Córdoba (15

- de noviembre de 1990 a 15 de enero de 1991). *Anuario Arqueológico de Andalucía/1993*, vol. III, pp. 161-169.
- MORA SERRANO, Bartolomé (1982-1983). Notas sobre la circulación monetaria de la época romano-imperial en la provincia de Málaga. *Mainake*, 4-5, pp. 251-260.
- PÉREZ MACÍAS, Juan Aurelio (2008). Las inscripciones funerarias de comienzos de siglo en Huelva. ¿Migración o colonización? In *Espacios, usos y formas en la epigrafía hispana en época antigua y tardoantigua. Homenaje al Dr. Armin Stylow. Anejos de Archivo Español de Arqueología*, XLVIII, pp. 285-295.
- RIPOLLÈS, Pere Pau (2002). La moneda romana imperial y su circulación en Hispania. *Archivo Español de Arqueología*, 75, pp. 195-214.
- RODRÍGUEZ TEMIÑO, Ignacio (1991). La casa urbana hispanorromana en la *Colonia Augusta Firma Astigi*: Écija. Sevilla. In *La casa urbana hispanorromana: ponencias y comunicaciones*, Zaragoza: Diputación de Zaragoza, Institución “Fernando El Católico”, pp.345-354.
- ROYO ENCARNACIÓN, Mari Angeles; GUTIÉRREZ SOLER, Luis María; BELLÓN RUIZ, Juan Pedro; BARBA COLMENERO, Vicente (1997). Documentación gráfica del yacimiento romano de La Monaria. *Anuario Arqueológico de Andalucía/1993*, vol. III, pp. 386-390.
- SOLER HUERTAS, Begoña (2001). La arquitectura doméstica en *Carthago Noua*. El modelo tipológico de una *domus* urbana. En Elena Ruiz Valderas (coord.) *La casa romana en Carthago Noua. Arquitectura privada y programas decorativos*. Murcia: Tabularium, pp. 55-82.

# VIDRIOS QUE IMITAN PIEDRAS: ALGUNOS EJEMPLOS PROCEDENTES DE *AUGUSTA EMERITA*<sup>1</sup>

Recebido: 31 de Maio de 2017 / Aprobado: 20 de Outubro de 2018

## **Pilar Caldera de Castro**<sup>2</sup>

Museo Nacional de Arte Romano de Mérida

## **Nova Barrero**<sup>3</sup>

Museo Nacional de Arte Romano de Mérida

## **Miguel Cisneros**<sup>4</sup>

Universidad de Cantabria

### **Resumen**

Las imitaciones de producciones hechas en materiales preciados o preciosos en otras realizadas en soportes más baratos, pero con elevado grado de similitud es común en todas las épocas. Las fuentes clásicas mencionan vasos en piedra imitados en vidrio. En este trabajo presentamos algunos ejemplos de este fenómeno en *Augusta Emerita*, donde se constata la presencia de variedades locales junto a piezas de talleres foráneos. En la colección emeritense se distinguen distintos tipos de producciones dentro de las imitaciones, como los vidrios opacos y los denominados “vidrios mosaico”.

**Palabras-clave:** Imitaciones; *marmora*; vidrio amarmolado; Hispania.

### **Abstract**

Highly elaborate imitations of objects made of precious or valuable materials using cheaper resources has been common throughout all periods. Classical sources mention stone vessels replicated in glass. This paper presents instances of this phenomenon in *Augusta Emerita*, where the existence of local varieties and of pieces from foreign workshops has also been attested. Various types of imitations can be noted in the collection from *Augusta Emerita*, such as opaque glass and so-called “mosaic glass”.

**Keywords:** Imitations; *Marmora*; marbled glass; Hispania.

---

<sup>1</sup> Esta publicación es parte del proyecto de I+D+i titulado Ficta Vitro Lapis: las imitaciones de piedras en vidrio en la Hispania romana (HAR2015-64142-P), financiado por MCIN/AEI/10.13039/501100011033 y FEDER “Una manera de hacer Europa” y del Proyecto I+D del Ministerio de Economía y Competitividad “Augusta Emerita y los inicios de la Provincia Romana de Lusitania en Época de Augusto” (2015-2017, HAR2014-52958-P).

<sup>2</sup> pilar.caldera@cultura.gob.es

<sup>3</sup> nova.barrero@cultura.gob.es

<sup>4</sup> miguel.cisneros@unican.es

## Introducción

El uso de vasos de piedra ornamental y semipreciosa en Egipto, Próximo Oriente y en las épocas minoica y micénica no ofrece dudas. Así, en Egipto ese empleo fue común desde las primeras dinastías tanto en rocas ornamentales como en semipreciosas, con formas repetitivas (Aston, Harrell y Shaw, 2000), mientras que en las épocas minoica y micénica se constata la influencia en formas y en decoraciones entre los recipientes pétreos y los fabricados en metal y en cerámica (Warren, 1969; Sakellaris, 1976), siendo en todos los momentos frecuente la existencia de su comercio en el Mediterráneo oriental. Entre los ejemplos conocidos parecen predominar aquéllos con finalidad funeraria, pero también los hubo para uso ritual y cotidiano, como se ha destacado en Creta y Micenas, donde existió una producción estandarizada que abarcó los principales centros de poder (Sakellaris, 1976: 175-186). Esta tradición continuó hasta época helenística con referencias a vasos de ónice en ceremonias dionisiacas organizadas en Alejandría por Ptolomeo II Filadelfos o sobre el tesoro de Mitrídates VI, rey del Ponto, con dos mil recipientes de la misma roca (Alcouffe, 1984: 73).

A través del mundo griego, y en especial de las guerras de conquista, fue como los romanos conocieron esas producciones de lujo (Slavazzi, 2003: 442). Además, los contactos con Oriente, que garantizaban el aprovisionamiento de la materia prima, favorecieron la adopción del uso de las piedras de colores en la joyería y en las artes suntuarias (Belli Pasqua, 1989: 107), a pesar de la oposición de los austeros defensores de los valores tradicionales. Pero, además, la conquista de Grecia produjo que buena parte de las fuentes de extracción estuviesen en manos de los conquistadores o en su esfera de

influencia (Pensabene, 1998: 334). A esto hay que añadir la conquista de Egipto en el 31 a.C., tras la cual Augusto se reservó la provincia, que fue administrada bajo sus órdenes, convirtiéndose en propietario de las canteras y minas explotadas por los faraones y los Ptolomeos y en heredero de su sistema de explotación (Fant, 1988: 149).

Las fuentes clásicas usan la voz *murrina* cuando se refieren a recipientes pétreos para beber, especialmente vino, probablemente aromatizado, entre otras sustancias, con mirra, pero también para comer, aunque entre los hallazgos arqueológicos se contemplan otras funciones, como contenedores para líquidos, ungüentarios, placas de ornamentación parietal, adorno personal, etc. Ese vocablo también se vincula con otros objetos suntuarios, como el cristal de roca o las gemas y Plinio (*NH* 37, 204) los considera junto a diamantes, esmeraldas y piedras preciosas como los productos más costosos del interior de la tierra. Estos *murrina* se asocian tradicionalmente con la fluorita, aunque esta identificación no debe darse por concluida (Cisneros, Ortiz y Paz, 2013a: 276-277). Es Plinio quien nos ofrece el dato más exacto acerca de la introducción de recipientes *murrina* en Roma a partir de la tercera victoria de Pompeyo en el 61 a.C. que supuso extensas conquistas en el Este (Eichholz, 1962: 171). Él fue el primero en ofrecer en sacrificio a dioses romanos este tipo de recipientes que tenían tras de sí siglos de significación religiosa y mágica<sup>5</sup>. Poco después se desatará en la metrópolis una auténtica fiebre por poseer vasos *murrina* que servían, sobre todo, como piezas de unas vajillas de aparato; recordemos, por ejemplo, al miembro del orden senatorial que llegó a pagar 70.000 sestercios por una sola copa *murrina*. Este personaje reunió 179 copas del mismo material,

<sup>5</sup> Son varios los autores que apuntan la influencia que los objetos de concha tuvieron en recipientes de metales preciosos y de piedra, que atestiguan la importancia ritual y las propiedades mágicas y apotropaicas de las conchas desde la remota antigüedad.

que Nerón acabó por arrebatarse a sus hijos; es en el reinado de este emperador cuando, al parecer, se agota el aporte a Roma de murrinas originales procedentes de la parte oriental del Imperio.

Su empleo implicaba una manifestación de lujo y de pertenencia a una elite, convirtiéndose en signo de prestigio político y social. Es dentro de esta valoración de las piedras duras y preciosas, que las equiparan a otras materias primas apreciadas, en el que debemos considerar el fenómeno de sus imitaciones. El objetivo es claro: copiar objetos manufacturados en materias primas caras y muy apreciadas en otras más baratas para una mayor comercialización y difusión de los modelos, lo que no significa que los productos resultantes, menos costosos económicamente, estuviesen necesariamente al alcance de cualquier clase social.

Este fenómeno, conocido en la antigüedad, se observa en la influencia que las vajillas hechas en materiales caros, como el alabastro, las piedras preciosas, como el ágata, los metales preciosos y el cristal de roca ejercieron en el vidrio, cuyas formas imitaron (Vickers, 1996: 50), pudiendo seguirse desde el Próximo Oriente hasta Grecia, pero sin que deba entenderse como uniforme ni sencillo (von Saldern, 1991: 117-119).

## Los Materiales Estudiados

Algunos ejemplos de este fenómeno de imitaciones de producciones en piedra en vidrio han sido publicados para el caso de Hispania, en especial referidos al valle del Ebro (Cisneros, Ortiz y Paz 2013a; 2013b; 2014). En este trabajo presentamos nuevos casos procedentes de *Augusta Emerita*, depositados en el Museo Nacional de Arte Romano (MNAR), que conserva una importante colección de piezas halladas en el solar de la antigua colonia, donde se llevan a cabo intervenciones arqueológicas sin interrupción desde hace más de un siglo.

La colonia, fundada por el emperador Augusto en el 25 a.C. se convertiría en capital de la tercera provincia administrativa de Hispania, Lusitania, en torno al 16-15 a.C. y contó ya desde mediados del s. I d. C. con talleres de vidrio que han permitido constatar, entre otros aspectos, la existencia de variedades locales en distintos recipientes de uso cotidiano. Junto a estos, existe la presencia continuada de piezas de vidrio procedentes de talleres foráneos, itálicos principalmente, campanos y aquileños.

La colección del MNAR se completa además con una presencia notable de vasos pétreos, en alabastro y cristal de roca principalmente, que también deben ser puestos en valor y en relación a las producciones a analizar, si bien esto lo será en un futuro en estudio monográfico dada su importancia.

El análisis preliminar de la colección permite distinguir distintos tipos de producciones dentro de las imitaciones en piedras ornamentales, que son las que a nosotros nos interesan en esta ocasión:

### • Verde opaco:

**Urna con tapadera.** N° Inv. 10071 (Fig. 1).

Alt. 110mm, Diám. Base 65mm, Diam. Boca 89mm.

Vidrio fundido y decorado a rueda.

Siglo I. d.C.

Inédito.



Fig. 1 - Urna de vidrio verde opaco. N° Inv. 10071 (Foto: Archivo MNAR/L. Plana).

Se trata de un vaso que se conserva completo, con fondo plano, cuerpo ovoide, cuello cóncavo, bordes rectos y labios redondeados. La tapadera encaja perfectamente en la boca y presenta asa horizontal de volutas.

La pieza formaba parte de un numeroso depósito funerario hallado en los años sesenta de manera casual, dentro de un sarcófago de plomo. Dicho depósito es excepcional en los materiales que lo componen, con piezas de marfil, ámbar y cristal de roca. Este depósito formaría parte del área de necrópolis oriental de la ciudad, situada en una de las principales vías que partían de Mérida, y que unía ésta con *Caesar Augusta*.

El único objeto con que ha sido relacionada esta urna es la magnífica Jarra de mosaico Maxwell, como ya afirmara en su día A. Engle (1988: 31 y ss). Esta autora ofrece una sugerente teoría acerca de la identificación de la Jarra Maxwell con la urna cineraria que contuviera las cenizas de Alejandro Magno, una vez que hubiera sido removido de su sarcófago de oro original, por orden de Ptolomeo XI, y trasladado a uno de “vidrio”, según palabras de Estrabón. Engle avanza aún más y añade, reinterpretando el texto de Suetonio que esta jarra pudo ser el único objeto que Augusto eligiera al conquistar Egipto tras la derrota de Marco Antonio en Accio y, sigue aún, pudo llegar a depositarla en su mausoleo que comenzó a construir cuarenta y dos años antes de su muerte. La reverencia de Augusto por Alejandro Magno es, por otra parte, sobradamente conocida.

Sea o no cierta la identificación entre la Jarra Maxwell y la urna de Alejandro Magno, lo que sí es cierto es que *Emerita* cuenta con un ejemplar de características comunes a esta pieza, lo que unido a la calidad de las piezas con las que fue hallada, fundamenta su pertenencia a ese primer conjunto

de piezas de gran calidad técnica y procedencia oriental.

Si bien no hemos encontrado paralelos en cuanto a la forma del vaso ni en piedra ni en metal, su aspecto visual recuerda al de las metagrauvas, que son rocas metamórficas con matriz arcillosa con abundante contenido de material terrígeno, como cuarzo, fragmentos de roca y feldespato (Castro, 2015: 182), con variada textura, que oscila entre fina y muy fina, y coloración, entre el gris oscuro y el verde con tonos grisáceos (Harrell, 2013). Se trata de un tipo de roca empleado ya en época egipcia y también en la romana. Se extraía en las canteras de Wadi Hammamat, en el desierto oriental egipcio y a él se refieren los autores latinos con la denominación de *lapis basanites* (Harrell, 2013). Se usó para recipientes, especialmente cuencos, pero también para otros con formas poco usuales de flores y hojas que imitan a los vasos en metal y a las bandejas realizadas en cestería, en diferentes momentos, aunque principalmente en el periodo predinástico, las primeras dinastías, el Imperio Medio y a partir del periodo tardío. Este empleo fue restringido a pesar de la popularidad de esta roca, que mayoritariamente



Fig. 2 - Vaso en metagrauvas (Aston, 1994, lámina 6).

lo fue en escultura (Aston, 1994: 32) y en época romana se han conservado también excelentes ejemplos de ello, como la estatua de Agripina depositada en el Museo Nazionale Romano – Centrale Montemartini en Roma.

• **Mosaico / millefiori** (Fig. 3).

**Fragmento de pared.** N° Inv. 32459 (Fig. 3.a).

Alt. 42.9mm, Anch. 44.9mm, Gr. 4mm.

Vidrio fundido.

Casa del Anfiteatro. Nivel III.

Inédita.



Fig. 3.a - Fragmento de pared. N° Inv. 32459 (Foto: Archivo MNAR/L. Plana).

Fragmento irregular de pared y borde exvasado. Fondo muy oscuro con decoración tapizante de pastillas que incluyen puntos blancos o amarillos, con forma central de círculos concéntricos en blanco-rojo-blanco. Otras pastillas incluyen formas celulares de distintos tamaños con círculos concéntricos de colores y formas formadas en amarillos, azules, blancos y rojizos.

**Cuenco de costillas.** N° Inv. 2012/1/18 (Fig. 3b).

Isings 3a.

Alt. 59, Diám. Borde 116mm. Diám. Base 44mm.

Vidrio fundido.

1º mitad del siglo I d.C.

Sánchez Hidalgo, 2012: 96-97.



Fig. 3.b - Cuenco de costillas. N° Inv. 2012/1/18 (Foto: Archivo MNAR/L. Plana).

Cuenco de costilla que se conserva completo. Fue hallado junto a otros elementos constituyendo el depósito funerario de una sepultura de incineración en la necrópolis nororiental, en la excavación del Cuartel de Hernán Cortés (Mérida).

**Plato.** N° Inv. 2013/4/16 (Fig. 3.c).

Isings 18 con pie.

Gr. Máx. 20mm.

Molde.

Época de Claudio.

Alonso y Mateos Cruz, 2004: 478-485.

Plato fragmentado en 33 piezas, correspondientes



Fig. 3.c - Plato. N° Inv. 2013/4/16 (Foto: Archivo MNAR/L. Plana).

a la base, el depósito y el borde. La pieza es incolora y presenta su superficie con incrustaciones aleatorias de vidrio mosaico, en dos formatos: pastilla cuadrangular de fondo verde opaco con cuatro

filamentos amarillos (este formato se repite en dos módulos) y pastilla circular con círculos concéntricos de interior a exterior rojo-amarillos-rojo.

Estos recipientes recrean las lumachelas, conocidas también como “ojos de pavo” en el vocabulario marmorario. Esta decoración en espirales, círculos concéntricos, con diferente coloración y grado de complejidad, proporciona un gran número de diseños (Cisneros, Ortiz y Paz, 2013a: 287).

Las lumachelas son calizas fosilíferas, que fueron usadas desde antiguo y mayoritariamente en los lugares próximos a sus canteras hasta que los romanos las importaron o comercializaron (Gnoli, 1988: 201). Los nombres que reciben son muy variados, dependiendo entre otros aspectos de su color dominante, que puede ser el del fondo o el de los fósiles, ya que sus lugares de procedencia son en su mayoría inseguros. De esta forma, por ejemplo, la llamada “lumachella nera” lo es por su color negro de fondo y el denominado “occhio di pavone bianco” por el de los fósiles, predominantemente blancos. Su empleo es conocido básicamente en arquitectura, tanto en edificios públicos como privados a lo largo de toda la geografía imperial, pero gracias a su colorido también se usaron para objetos decorativos en casas y villas, como por ejemplo en hermas o en trapezoforos. La cronología de uso de estas rocas en época romana es también incierta, algunas lo hicieron ya en época de Augusto, caso, por ejemplo, de la “lumachella orientale” y otras en el área de Pompeya, como el denominado “lumachellone antico” y la llamada “lumachella di Sibilio”, lo que proporciona para su empleo una fecha anterior al 79 d.C. (Di Leo, 1989: 82).

Las imitaciones de estas rocas no se refieren a un modelo concreto, sino más bien a uno genérico, lo que permite un color de fondo muy variado y la presencia de fósiles o conchas, dando lugar

a numerosas interpretaciones de elementos alargados o redondeados y a su vez cerrados o abiertos, según la libertad creativa del artesano. Este proceso es similar al que puede observarse en algunas imitaciones de rocas ornamentales en pintura mural en las se representa de forma libre rocas no de gran difusión, sino sólo conocidas en determinadas zonas geográficas (Cisneros, Ortiz y Paz, 2013a: 287).



Fig. 4 - Lumachella pavonazza, posiblemente procedente del centro de Europa (Foto: M. Bruno).

#### • Vidrio opaco anaranjado (Fig. 5).

Plato. N° Inv. CE10159 (fig. 5)

Alt. 17.38mm, Diám. Boca 133.1mm, Diám. Base 115.8 Gr. 3.4mm.

Vidrio fundido.

Casa del Anfiteatro. Lado Norte del peristilo. Excavaciones de 1964.

García Sandoval, 1966: 42, n° 13 (identificada como: “Terra sigillata marmorata” vitrificada).



Fig. 5 - Plato de vidrio opaco anaranjado. N° Inv. 10159 (Foto: Archivo MNAR).

Plato de base plana, paredes bajas y ligeramente convexas y borde redondeado. Base decorada a ruedecilla al interior mediante anillos concéntricos. Sufrió una restauración muy agresiva, pero se conservan suficientes fragmentos que han permitido restituir la forma y dimensiones originales.

Su similitud la establecemos con alguna de las variantes cromáticas que presenta el *marmor Numidicum* (*Simitthus*-Chemtou, Túnez), cuyo modelo fue tan popular que se repitió en los talleres cerámicos de *terra sigillata* gálica de La Graufesenque con excelentes resultados, conociéndose como *marmorata*, que se fabricó en las formas Dragendorff 23, 24/25, 27, 35 y 36, entre otras, y se produjo entre finales de la época de Claudio y la de Nerón (Bémont, 1987). Su importancia nos lleva a considerar que estos vasos de vidrio anaranjado están imitándola.

Igualmente, una esquirra de vidrio en bruto de esta coloración, posiblemente empleada para la fabricación de teselas fue hallada en *Asturica Augusta* (Astorga, León) (Cisneros, Ortiz y Paz, 2013a: 282).

El *marmor Numidicum* es una brecha con un color de fondo amarillo (de ahí el nombre con el que es conocido de “giallo antico”), con variaciones cromáticas desde el crema hasta el rojo, pasando

por el naranja, y cantos y vetas marrones, rojizos y blancos, fundamentalmente. Es una roca vinculada a la *gens Aemilia*, lo que podría explicar su uso por parte de M. Emilio Lépido, en el 79 a.C. (Plinio, *NH* 36, 49), y de M. Emilio Scauro, en el 58 a.C. (Plinio, *NH* 36, 4-5), dentro del marco de relaciones familiares con el Norte de África que se remontarían a comienzos del siglo II a.C. (Gaggiotti, 1987), pero sobre todo es una roca ligada a la figura de César, ya que sus canteras pasaron del patrimonio de los reyes nómadas al del pueblo romano, tras sus victorias en el 46 a.C. y la inclusión de la ciudad de *Simitthus* en la provincia de África. Además, el uso de esta roca estuvo asociado a la figura del dictador tras su muerte, ya que de este material era la columna monolítica con la inscripción: Al Padre de la Patria, que se erigió tras su muerte en el Foro; a los pies de dicha columna, según Suetonio (*Iul.* 85), se ofrecían sacrificios por el nombre de César, entre otras costumbres (Fant, 1988: 149). Se ha considerado, también, que sus canteras pasaron a ser propiedad de Agripa, al haber aparecido su nombre en ellas (Pensabene, 1998: 337). Con posterioridad, fueron de propiedad imperial. Todo ello es indicativo de la importancia de esta roca ornamental, que en Roma se utilizó desde mediados del siglo II a. C., y con seguridad desde el I a. C. para ámbitos privados. Su difusión

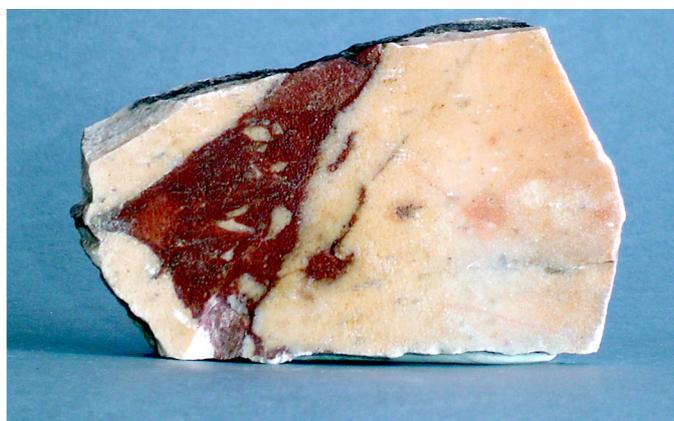


Fig. 6 - Placa de revestimiento en mármol Numidicum procedente de Bilbilis (Calatayud, Zaragoza), donde se observa la variedad cromática de esta roca, que en este caso presenta coloración diferente en ambas caras (Foto: M. Cisneros).

más abundante se produce en las épocas augustea y la severiana. Se empleó en arquitectura, esencialmente, para revestimientos, pavimentaciones, pequeños capiteles y columnas y en escultura para hermas, trapezoforos, representaciones de bárbaros prisioneros y de leones, y más raramente para bañeras, entre otros (Cioffarelli, 1989: 74; Pensabene y Bruno, 1998: 13).

## Consideraciones Finales

El repertorio de piezas vítreas analizadas representa una pequeña muestra de la colección existente en el MNAR y con su estudio queremos recalcar no sólo su importancia dentro de la artesanía del vidrio sino también la que tuvieron los objetos fabricados en piedras preciosas y duras, ya que con su imitación bien en forma y decoración-color o sólo en esta última permitieron difundir modas y gustos, porque no debe olvidarse que el uso de estos recipientes pétreos, de los que se han conservado escasos ejemplares, estaba reservado a una minoría, como las fuentes nos indican.

De hecho, las fuentes clásicas mencionan precisamente vasos en piedra que son imitados en vidrio. Las imitaciones, como señala Braemer (2004: 109), son siempre tributarias de una roca bien definida, incluso si su ejecución fue una mera interpretación del modelo, así podemos observar representaciones estandarizadas en cuanto a diseño y color, que agilizan su asociación, y casos con una cierta libertad creadora e interpretativa, como el llamado “mármol moteado” en pintura.

Dentro de este fenómeno esqueuomorfo debemos incluir los ejemplos presentados, que son una nueva constatación de la imitación de las calizas fosilíferas en los llamados vidrios mosaico y del

*marmor Numidicum*, en alguna de sus diferentes variedades, y de la conocida como basanita, entre otras denominaciones, en los vidrios opacos<sup>6</sup>.

## Bibliografía

- ALBA CALZADO, Miguel; ÁLVAREZ MARTÍNEZ, José María (2012). *El Consorcio y la arqueología emeritense. De la excavación al museo* (Catálogo de la Exposición). Mérida: Consorcio de la Ciudad Monumental de Mérida.
- ALCOUFFE, Daniel (1984). Classical, Byzantine and Western hardstone-carving. In *The Treasury of San Marco, Venice*. Milano: Olivetti, pp. 73-108.
- ALONSO, Javier; CALDERA DE CASTRO, María Pilar (2014). Vidrio romano temprano del solar “El Disco”, Mérida. Usos del vidrio en rituales funerarios. In José María Álvarez Martínez; Trinidad Nogales Basarrate; Isabel Rodà (eds.) *Centro y periferia en el mundo clásico: XVIII Congreso Internacional de Arqueología Clásica / Centre and periphery in the ancient world: XVIIIth International Congress of Classical Archaeology*, vol. II. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano, pp. 1405-1408.
- ALONSO, Javier; MATEOS CRUZ, Pedro (2014). Plato con incrustaciones de vidrio mosaico hallado en Augusta Emerita. In Pedro Bádenas de la Peña; Paloma Cabrera Bonet; Margarita Moreno Conde; Arturo Ruiz Rodríguez; Carmen Sánchez Fernández; Trinidad Tortosa (eds.) *Homenaje a Ricardo Olmos. Per speculum in aenigmate. Miradas sobre la Antigüedad*. Estudios y textos de Erytheia 7. Madrid: Asociación Cultural Hispano-Helénica, pp. 478-485.
- ASTON, Barbara (1994). *Ancient Egyptian stone vessels: materials and forms*. Heidelberg: Heidelberg Orientverlag.
- ASTON, Barbara G.; HARRELL, James A.; SHAW, Ian (2000). Stones. In Paul T. Nicholson; Ian Shaw (eds.) *Ancient Egyptian Materials and Technology*. Cambridge: University Cambridge Press, pp. 5-77.
- BARRERO, Nova (2021). ¿Vidrio por piedra? Imitación de piedras en el adorno personal. Algunos ejemplos

6 Una ampliación de los resultados aquí presentados y de otros ejemplos existentes en el MNAR, así como de su significado se puede ver en: Cisneros, Ortiz y Paz, 2021; Caldera de Castro, 2021; Barrero, 2021

- de la Colonia *Augusta Emerita*. In Miguel Cisneros (ed) *Imitaciones de piedras preciosas y ornamentales en época romana: color, simbolismo y lujo*. Anejos de Archivo Español de Arqueología XCIII. Madrid: CSIC, pp. 189-200.
- BELLI PASQUA, Roberta (1989). Vases and inlays in marble and semi-precious stone. In Maxwell L. Anderson; Leila Nista (eds.) *Radiance in Stone. Sculptures in colored marble from the Museo Nazionale Romano*. Roma: De Luca edizioni d'arte, pp. 104-110.
- BÉMONT, Colette (1987). La fosse Malaval 1 (La Graufesenque): traitement numérique. *Rei Cretariae Romanae Fautorum Acta* 25/26. Bonn: Rei Cretariae Romanae Fautores, pp. 331-343.
- BRAEMER, François (2004). Le rôle des pierres précieuses et nobles dans l'ornementation dans l'Antiquité et le Haut Moyen Âge. In Pascale Chardron-Picault; Jacqueline Lorenz; Pierre Rat; Gilles Sauron (eds.) *Les roches décoratives dans l'architecture antique et du Haut Moyen Âge*. Paris, pp. 89-120.
- CALDERA DE CASTRO, María Pilar (1982). Aspectos del vidrio romano en Mérida. In *Homenaje a Saenz de Buruaga*. Mérida: Diputación de Badajoz, pp. 137-144.
- CALDERA DE CASTRO, María Pilar (1983). El vidrio romano emeritense. In *Augusta Emerita I. Excavaciones arqueológicas en España* 126. Madrid: Ministerio de Cultura. Dirección General de Bellas Artes y Archivos.
- CALDERA DE CASTRO, María Pilar (1991). *El vidrio romano en Lusitania y Betica*. Tesis Doctoral inédita.
- CALDERA DE CASTRO, María Pilar (2021). Caído del cielo: el cristal de roca entre la realidad y el mito. Una aproximación desde la colección del Museo Nacional de Arte Romano. In Miguel Cisneros (ed) *Imitaciones de piedras preciosas y ornamentales en época romana: color, simbolismo y lujo*. Anejos de Archivo Español de Arqueología XCIII. Madrid: CSIC, pp. 89-104.
- CASTRO, Antonio (2015). *Petrografía de rocas ígneas y metamórficas*. Madrid: Ediciones Paraninfo.
- CIOFFARELLI, Ada (1989). Giallo antico. In Maxwell L. Anderson; Antonio Giuliano; Leila Nista (eds.) *Radiance in Stone. Sculptures in colored marble from the Museo Nazionale Romano*. Roma: De Luca edizioni d'arte, pp. 73-78.
- CISNEROS, Miguel; ORTIZ, Esperanza; PAZ, Juan Ángel (2013a). Not everything is as it seems. Imitation marbles and semi-precious stones in roman glass. *Madrideder Mitteilungen*, 54, pp. 275-298.
- CISNEROS, Miguel; ORTIZ, Esperanza; PAZ, Juan Ángel (2013b). Stone emulated in glass: an *alabastrum* and a glass similis, both from Hispania. *Journal of Roman Archaeology*, 26, pp. 409-422.
- CISNEROS, Miguel; ORTIZ, Esperanza; PAZ, Juan Ángel (2014). Mercancías romanas de piedra imitadas en vidrio: ejemplos procedentes de Hispania. In José María Álvarez Martínez; Trinidad Nogales Basarrate; Isabel Rodà (eds.) *Centro y periferia en el mundo clásico: XVIII Congreso Internacional de Arqueología Clásica / Centre and periphery in the ancient world: XVIIIth International Congress of Classical Archaeology*, vol. II. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano, pp. 1399-1403.
- CISNEROS, Miguel; ORTIZ, Esperanza; PAZ, Juan Ángel (2021). *Luxus*: vidrio de lujo y vidrio por lujo. Reconstrucción del escenario histórico para esqueuomorfos y piedras duras. In Miguel Cisneros (ed) *Imitaciones de piedras preciosas y ornamentales en época romana: color, simbolismo y lujo*. Anejos de Archivo Español de Arqueología XCIII. Madrid: CSIC, pp.27-53.
- DI LEO, Brigida (1989). Lumachella. In Maxwell L. Anderson; Leila Nista (eds.), *Radiance in Stone. Sculptures in Colored Marble from the Museo Nazionale Romano*. Roma: De Luca edizioni d'arti, pp. 82-84.
- EICHHOLZ (1962): PLINY. *Natural History*. Volume X: Books 36-37. Translated by D. E. Eichholz. Loeb Classical Library 419. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- ENGLE, Anita (1988). *Luxury Glass of the Roman Period*. Readings in Glass History 21. Jerusalem: Phoenix.
- FANT, J. Clayton (1988). The Roman Emperors in the Marble Business: Capitalists, Middlemen or Philanthropists? In Norman Herz; Marc Waelkens (eds.) *Classical Marble: Geochemistry, Technology, Trade*. Nato Science Series E. 153. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, pp. 147158.
- GAGGIOTTI, Marcello (1987). L'importazione del marmo numidico a Roma in epoca

- tardo-republicana. In Attilio Mastino (ed.) *L'Africa romana. Atti del IV convegno di studio*. Sassari, pp. 201-213.
- GARCÍA SANDOVAL, Eugenio (1966). *Informe sobre las casas romanas de Mérida y excavaciones en la Casa del Anfiteatro*. Excavaciones arqueológicas en España, 49. Madrid: Servicio Nacional de Excavaciones Arqueológicas.
- GNOLI, Raniero (1988). *Marmora romana*. Roma: Edizioni dell'Elefante.
- HARRELL, James A. (2013). Ornamental Stones. In Willeke Wendrich (ed.) *UCLA Encyclopedia of Egyptology*. Los Angeles: UCLA. Disponible en: <http://digital2.library.ucla.edu/viewItem.do?ark=21198/zz002dwzs4> [Consulta: 25 de abril de 2017].
- PENSABENE, Patrizio (1998). Il fenomeno del marmo nella Roma tardo-republicana e imperiale. In Patrizio Pensabene (ed.) *Marmi antichi II. Cave e tecnica de lavorazione, provenienze e distribuzione*. Roma: L'Erma di Bretschneider, pp. 333-390.
- PENSABENE, Patrizio; BRUNO, Matthias (eds.) (1998). *Il marmo e il colore. Guida fotografica della collezione Podesti*. Roma: L'Erma di Bretschneider.
- SAKELLARIS, Jannis A. (1976). Mycenaean Stone Vases. *Studi micenei ad egeo-anatolici*, 17, pp. 173-187.
- SÁNCHEZ HIDALGO, Fernando (2012). Cuenco de Costillas. In *El Consorcio y la Arqueología emeritense. De la excavación al Museo*. Catálogo de la exposición Mérida: Museo Nacional de Arte Romano/ Consorcio de la Ciudad Monumental de Mérida, pp. 96-97.
- SLAVAZZI, Fabrizio (2003). Vasi in pietra dura nell'età ellenistico-romana. In Bruno Zanettin (ed.) *Cristalli e gemme. Realtà fisica e immaginario, simbologia, tecniche e arte*. Venezia: Istituto Veneto di Scienze, pp. 437-458.
- VICKERS, Michael (1996). Rock crystal: the key to cut glass and *diatrete* in Persia and Rome. *Journal of Roman Archaeology*, 9, pp. 48-65.
- VON SALDERN, Axel (1991). Roman glass with decoration cut in high relief. In Martine Newby; Kenneth S. Painter (eds.) *Roman glass: two centuries of art and invention*. London: Society of Antiquaries of London, pp. 111-121.
- WARREN, Peter (1969). *Minoan Stones Vases*. Cambridge: Cambridge University Press.

# CARACTERIZACIÓN Y USOS DE LOS MOLINOS ROTATORIOS ROMANOS EN LAS *CETARIAE* DEL ESTRECHO DE GIBRALTAR

Recibido: 1 de Maio de 2017 / Aprobado: 13 de Dezembro de 2018

**María Ángeles Pascual Sánchez<sup>1</sup>**

Universidad de Castilla-La Mancha

## Resumen

Se presenta un avance del estudio de algunos molinos rotatorios romanos documentados en ambientes haliéuticos del área del estrecho de Gibraltar, así como los resultados obtenidos a partir del muestreo de la superficie activa de los molinos. Gracias a la aplicación de diferentes técnicas arqueométricas, los análisis han deparado el hallazgo de elementos de diferente naturaleza, mayoritariamente ictiofauna.

**Palabras-clave:** arqueología romana; molinos rotatorios; contexto haliéutico; *Fretum Gaditanum*.

## Abstract

We present preliminary results of the archaeometric study of some Roman rotary querns documented in fishing environments of the area of the Strait of Gibraltar, as well as the results obtained from the sampling of the active surface of the millstones. Archaeometric techniques have allowed us to confirm the presence of different types of remains, mainly ichthyofauna.

**Keywords:** Roman archaeology; rotary querns; halieutic context; *Fretum Gaditanum*.

---

<sup>1</sup> angeles.pascual@uclm.es

## 1. Introducción

Por todos es conocida la relevancia del suroeste de la Península Ibérica en las actividades productivas y comerciales asociadas a los recursos pesqueros desde época antigua. Las excavaciones efectuadas en los últimos años en algunas de las unidades fabriles del área del estrecho de Gibraltar, como *Baelo Claudia* y *Iulia Traducta*, ambas en el sur peninsular, y *Septem Fratres*, en el norte de África (Fig. 1), han revelado la presencia de útiles rotatorios de molienda y han permitido abrir una nueva vía en la investigación de la explotación de los recursos pesqueros de época romana. Pionera en los avances de los estudios arqueométricos aplicados a los molinos hallados en fábricas salazoneras, *Iulia Traducta* y, en concreto, las excavaciones de la *cetaria* de la calle San Nicolás, comenzadas en el año 2001, abrieron las puertas a nuevos análisis que continúan llevándose a cabo en la actualidad en otros ejemplares del entorno geográfico. Se ha podido constatar el empleo de este tipo de útiles en labores de trituración de productos piscícolas diversos de manera complementaria a aquéllas a las que tradicionalmente han sido asociados, véase materias primas de origen vegetal prácticamente en su totalidad, salvo excepciones vinculadas a la molienda de minerales. Las nuevas vías de investigación a día de hoy plantean interesantes cuestiones, como es el empleo del triturado de pescado para la elaboración de pastas, salsas u otros productos en ámbitos haliéuticos (Pascual, 2018a y 2020b); la posibilidad ya planteada por diferentes autores acerca la realización de harinas de pescado a partir de los desechos ictiológicos; la existencia de otras sustancias procesadas en las *cetariae* a través de la molturación, de tipo orgánico e inorgánico, además del pescado y el reconocimiento de espacios, estructuras y herramientas relacionadas en el procesado del pescado en estos centros productivos.



Fig. 1 - Situación de las factorías estudiadas. De Este a Oeste, Ceuta, Algeciras y *Baelo Claudia*.

## 2. Los molinos rotatorios en los contextos arqueológicos pesqueros

En ambas orillas del estrecho de Gibraltar se configura una geografía característica y estratégica para el asentamiento de los centros productivos que acabamos de comentar. Proponemos realizar un recorrido sucinto sobre los focos productivos que actualmente se están estudiando, ordenados estos de manera diacrónica, según han sido excavados. El primero de ellos fue descubierto a raíz de la ejecución de una serie de intervenciones arqueológicas iniciadas a mediados de los años noventa en la ciudad de Ceuta. Durante las dos primeras campañas arqueológicas efectuadas en 1996, entre los números 18 y 24 del Paseo de las Palmeras, salieron a la luz unas estructuras asociadas a la industria conservera de época romana, con una cronología de entre los siglos II d.C. y mediados o finales del siglo III d.C. y amortizadas hacia el siglo V d.C. Un año después, se constató la continuidad de estas estructuras en el solar correspondiente al número 16 de dicho paseo, hallándose en el lugar dos piletas, en este caso, con una datación bajoimperial. (Bernal *et al.*, 2005: 436). Fruto de los trabajos de excavación llevados a cabo en las primeras etapas, salieron a la luz fragmentos pétreos correspondientes

a dos ejemplares de molino rotatorio. El primero de ellos, elaborado en roca biocalcarenita, está formado por cuatro pequeños fragmentos que corresponderían a un cuarto del *catillus* o parte superior –móvil– de un molino. El segundo de los ejemplares lo compone un único fragmento, correspondiente también a un cuarto de *catillus*, en este caso elaborado a partir de una roca de origen volcánico. Estos dos pequeños ejemplares, *a priori*, podían pasar inadvertidos en la lectura e interpretación arqueológica de no ser por el descubrimiento efectuado pocos años más tarde al otro lado del Estrecho, en los conjuntos industriales excavados en la calle San Nicolás de la ciudad de Algeciras a partir del año 2001 (Bernal Casasola *et al.*, 2003; Domínguez Bella y Bernal Casasola, 2011; Bernal Casasola y Sáez Romero, 2018). Dada la elevada cantidad de herramientas de este tipo –que llegaba a la veintena–, y el buen estado de conservación de numerosas de ellas, se expuso su posible uso normalizado o frecuente dentro de la industria conservera, hipótesis que había sido lanzada casi una década antes al hallarse un ejemplar similar en la factoría excavada en la Plaza del Marqués, en Gijón (Fernández Ochoa, 1994: 134). Las excavaciones en Algeciras, la antigua *Iulia Traducta*, aportaron datos importantísimos acerca del contenido residual de la mitad de las herramientas de molturación recopiladas (Domínguez Bella, 2018), abriendo un novedoso campo de investigación que fue continuado años después (Pascual Sánchez, 2018a). A fin de completar los análisis de los molinos de la calle San Nicolás, efectuamos el estudio tipológico de la otra mitad de molinos documentados y la pertinente toma de muestras de sus oquedades, obteniéndose de nuevo datos positivos. En este caso, todos los ejemplares habían sido labrados en roca local, de tipo biocalcarenita, pero mostraban cierta variedad en sus formas (grosor, zona de alimentación), en los tipos de enmangue (horizontal y vertical) y en sus dimensiones.

El tercer lugar de los aquí presentados está situado a 44 km al O de Algeciras, en la denominada ensenada de Bolonia. La ciudad de *Baelo Claudia*, destacado enclave en la producción de salsas y salazones de pescado en época romana, es también un lugar particularmente interesante por el hallazgo de molinos rotatorios en sus unidades fabriles. A pesar de haberse documentado en varios lugares, traeremos a colación únicamente los ejemplares hallados más recientemente y que, a la vez, cuentan con una estratigrafía perfectamente definida. En las excavaciones realizadas durante la campaña del año 2008 en el marco de los “Cursos Internacionales de Arqueología Clásica en *Baelo Claudia*” en el conocido como *Edificio Meridional IX* del barrio pesquero, se produjo el hallazgo de un conjunto de doce fragmentos de molinos acumulados en una de sus estancias (Bernal *et al.*, 2009: 454 y 455). Este lugar, denominado también por los investigadores como “Casa de la Puerta de Carteia”, se asoció a un ambiente doméstico que, con el paso del tiempo, sería reocupado para la realización de diferentes labores industriales (Bernal *et al.*, 2016a: 167). Se pudo constatar la presencia de una docena de fragmentos de molino, pertenecientes a un total de ocho individuos. Tres de los fragmentos, pertenecientes a un mismo molino, destacaba sobre el resto debido a la naturaleza volcánica de la roca (Fig. 2).



Fig. 2 - *Edificio Meridional IX* de *Baelo Claudia*. Estancia en la que se documentaron los molinos rotatorios (Bernal *et al.*, 2016: 166).

### 3. Síntesis de los molinos analizados

De los centros de producción mencionados, más de una veintena de fragmentos de molino de tipo rotatorio – tanto *catilli* como *metae*-, han sido sometidos a un estudio integral, atendiendo a sus características formales, a la naturaleza de las rocas en las que estos útiles han sido tallados y a los residuos documentados en las cavidades presentes en las superficies de fricción (Fig. 3). Gran parte del trabajo se basa en el empleo de diferentes técnicas analíticas útiles para la caracterización de los materiales de estudio -tanto de los elementos pétreos, como de los residuos contenidos en ellos- como herramientas precisas de apoyo en el desarrollo de la investigación. Partiendo del análisis preliminar de las muestras pétreas en lámina delgada, a través de la microscopía óptica, con el objetivo de identificar las litologías, se puede profundizar en la caracterización de los elementos con otras técnicas avanzadas, como son la Difracción de Rayos-X

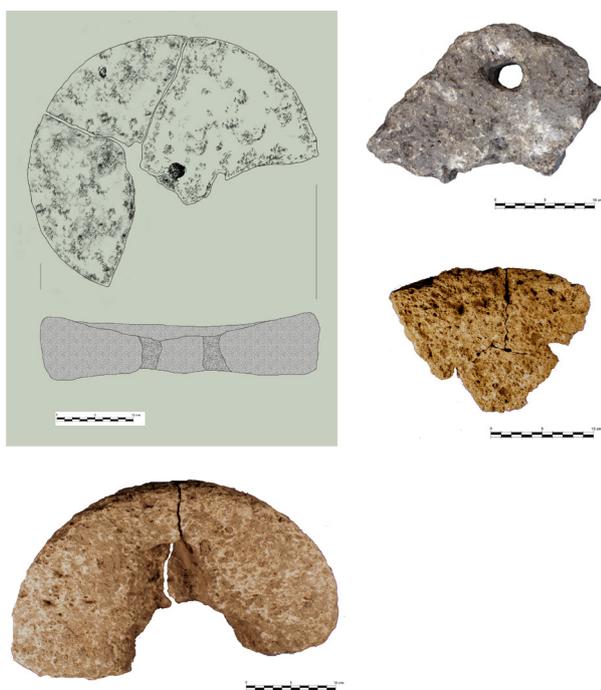


Fig. 3 - Detalle de los molinos rotatorios M.2 (procedente de Ceuta), M.8 (procedente de Algeciras), M.12 y M.14 (procedentes de *Baelo Claudia*).

(DRX), además del empleo de la Microscopía electrónica de Barrido y Espectroscopía por Energía Dispersiva de Rayos-X (MEB-EDS) para los casos de caracterización química e identificación de las partículas de diferente naturaleza que han sido extraídas de las oquedades de los molinos.

#### 3.1. Las rocas y las posibles áreas de extracción

Prácticamente la totalidad de fragmentos de molino han sido realizados a partir de rocas locales como biocalcarenititas o conglomerados terciarios, que se encuentran en las zonas litorales de la provincia de Cádiz (Gutiérrez Más, Martín-Algarra y Navarrete Salvador, 1982: 189). Se tiene constancia de la explotación de canteras que recorren la costa gaditana, desde la zona de Chipiona hasta la Isla de Tarifa. De todas ellas, al menos cuatro, han sido identificadas las labores específicas de extracción de molinos rotatorios en diferentes etapas históricas (Anderson, 2013: 532; Pascual Sánchez, 2018a: 312-330), atendiendo a las evidencias alveolares documentadas en el substrato rocoso como visibles signos de talla. De las canteras que no muestran signos de talla de forma alveolar, no se descarta, igualmente, la posibilidad de extracción de la roca para la elaboración de molinos, a pesar de no haberse encontrado evidencias directas remanentes de sectores específicos de canteras de molinos en el lugar, siendo estos extraídos aprovechando o reutilizando los tambores de columnas, como ocurriría en las canteras de Punta Camarinal y Paloma Alta (Domínguez Bella, 2009 y 2016; Anderson 2013: 368; Anderson, Scarrow y Cambeses, 2014: 121). En todo caso, parece suponerse que el material se acarrea hacia la zona de playa para su posterior transporte hacia la ciudad de *Baelo Claudia* y, posiblemente, a otros lugares a través de embarcaciones (Sillières, 1997: 71-72).

Las características que podemos observar en la relación de muestras aquí expuestas son similares a juzgar por sus aspectos formales y composicionales, aspectos que dificultan el trabajo a la hora de intentar clarificar la fuente u origen de las rocas. En todos los ejemplares se puede apreciar la presencia de calcita esparítica, con granos o cristales con dimensiones mayores a  $10\mu\text{m}$  que constituyen un cemento asentado y precipitado en las oquedades de la roca, combinado con un bajo porcentaje de caliza micrítica en alguna de las muestras. Los casos expuestos, salvo excepciones, presentan restos de fósiles de moluscos – ostreidos y otros bivalvos- briozoos y foraminíferos o protozoos marinos, de tamaño y forma variados, entre los que destacan los llamados nummulíticos o foraminíferos pluriloculares, con varias cámaras compartimentadas, cuyo caparazón o concha aparece definido en forma de espiral, de unas dimensiones que pueden abarcar desde los milímetros hasta algunos centímetros. Igualmente, hemos apreciado en varios casos la coronización o reacción química alrededor de los minerales (Fig. 4).

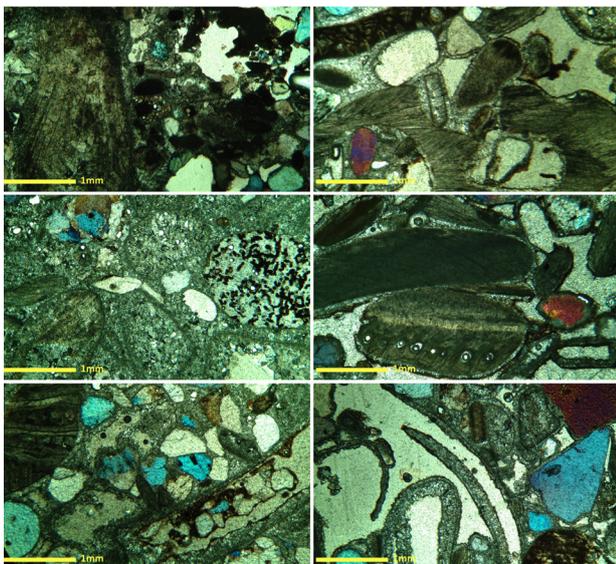


Fig. 4 - Muestra de algunas láminas delgadas de las rocas biocalcareniticas.

En otro orden de cosas, en el entorno que nos ocupa no es común encontrar ejemplares de

molinos rotatorios tallados en roca volcánica, aunque, como hemos podido comprobar, existen excepciones que nos resultan muy útiles para ahondar en el estudio de los focos de producción así como en la distribución y comercio del material. Las rocas de origen volcánico son materiales pródigamente empleados en el Mediterráneo para la manufactura, tanto de material constructivo, así como de molinos en una cronología que abarca desde la Protohistoria y que se muestra realmente floreciente en época romana. La presencia de áreas de cantera diseminadas por diversas zonas geográficas parece constatada, además de por su elevado uso, por la extensión y la capacidad de distribución de los molinos en lugares distantes, aunque a día de hoy llega a ser difícil discernir el origen de algunas de las rocas. Se puede advertir, por regla general el flujo de estos materiales volcánicos, los cuales aparecen distribuidos de manera sectorizada, por un lado en el Mediterráneo central y occidental, y por otro, en el oriental (Williams-Thorpe y Thorpe, 1993: 301). Este tipo de roca volcánica es asiduamente empleada en la elaboración de molinos de vaivén, de tipo Olinto, rotatorios manuales y molinos altos -Morgantina y el pompeyano-, muchos de los cuales fueron exportados por todo el Imperio (Williams-Thorpe, 1988). Si bien es cierto que suelen ser unas rocas en su amplia mayoría asociadas a los grandes molinos de tipo pompeyano, no menos lo es que parte de los trabajos de cantería iban destinados a la talla de molinos rotatorios de pequeño tamaño que, en un principio, podían asociarse más a los entornos domésticos. El uso de las rocas volcánicas en la elaboración de herramientas destinadas a la molienda queda justificado en buena medida por las propiedades abrasivas y la evidente resistencia de este tipo de material, que evitaban la contaminación del producto molturado (Bombardieri, 2010: 14). Igualmente, se debe precisar que dentro

del conjunto de las rocas volcánicas, las más aptas para el uso como molinos son las denominadas de tipo vacuolar o escoriáceas, siendo descartados otros tipos basálticos que por su compacidad, sufren un desgaste claramente mayor (Puche Riart y García de Miguel, 1991: 12). Sea como fuere, los molinos rotatorios manuales realizados en roca volcánica se han podido documentar también en lugares asociados a la producción, como es el caso de las *cetariae* que hemos estudiado, siendo un elemento complementario a otras de las muchas labores que se llevan a cabo en la cadena productiva y comercial de los productos pesqueros. Este tipo de rocas volcánicas suele presentar tonalidades oscuras, que pueden sufrir variaciones grisáceas, negras o verdes, compuestas en gran proporción de silicatos oscuros o ferro-

gran cantidad de opacos, minerales silicatados y fenocristales muy alterados no identificables. Por su parte, el ejemplar perteneciente a la excavación del *Edificio Meridional IX* de *Baelo Claudia*, está compuesto por una roca de tipo basalto olivínico vacuolar, que cuenta con fenocristales de olivino alterados, matriz con cristales aciculares negros y vacuolas rellenas de grano muy fino. La matriz está constituida por plagioclasas, con cristales aciculares prismáticos, y fenocristales de olivino con una corona de reacción de color pardo. Aunque, generalmente, el olivino es incoloro, su tonalidad puede variar y amarillear si es rico en hierro y en ocasiones puede llegar a alterarse dando lugar a iddingsita, una mezcla de óxidos de hierro y otros minerales (Fig. 5).

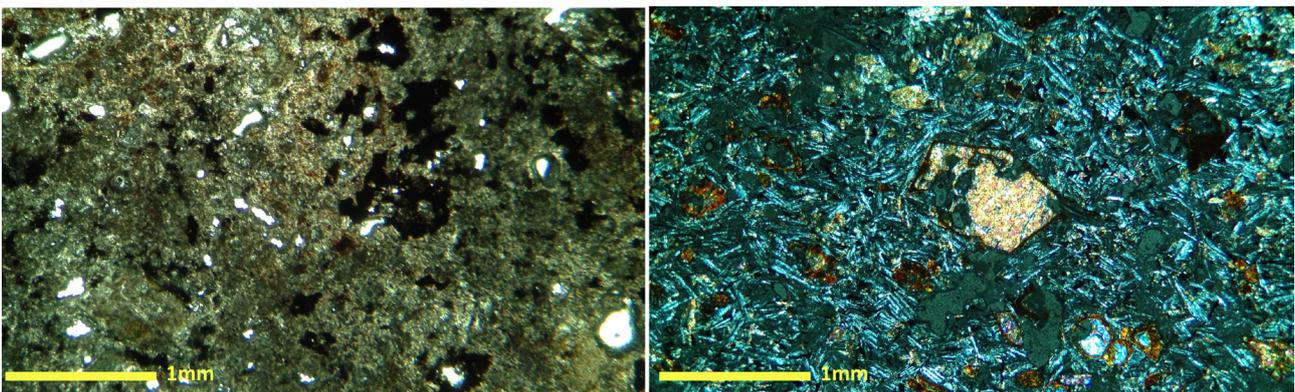


Fig. 5 - Láminas delgadas de las rocas volcánicas M.1 y M.12.

magnésicos, como el olivino o el piroxeno. En el caso de sufrir cierto grado de alteración, como se ha podido observar claramente en uno de los ejemplares, la roca muestra coloraciones pardas o rojizas por la liberación de óxidos de hierro por parte de los piroxenos. El ejemplar hallado en el Paseo de las Palmeras de Ceuta corresponde a una roca ígnea de tipo basalto vacuolar muy alterada, afanítica o de granulometría fina, imperceptible a simple vista. Presenta una matriz microcristalina irregular, de color gris y pardo. Su estructura es muy porosa, conteniendo minerales ameboides,

### 3.2. Toma de muestras e identificación de los residuos de origen íctico

De los fragmentos de molinos analizados en los contextos excavados durante las últimas décadas en los tres centros productivos anteriormente referidos, se han obtenido resultados óptimos de veinticuatro. Ciertamente, debemos mencionar un único ejemplar –de los dos documentados en el Paseo de las Palmeras de Ceuta)- del cual no se ha obtenido un resultado satisfactorio, debido a dos motivos principales: el desgaste de su superficie activa y

la consecuente ausencia de oquedades. Dadas las dimensiones y el desgaste sufrido por la mayoría de restos recuperados, hemos procurado ser cautos a la hora de intentar definir cada uno de ellos, sobre todo aquellos que cuentan con un origen faunístico y que, objetivamente, dificultan su identificación (Morales Muñiz, 1990: 252). Por este motivo, no debemos caer en el grave error de obligarnos a catalogar todas las muestras, corriendo el riesgo de hacerlo erróneamente para dejar de ser, de esta manera, objetivos en nuestro trabajo. Los residuos de diferente naturaleza obtenidos tras el muestreo en las oquedades de los molinos rotatorios han sido estudiados mediante Microscopía Electrónica de Barrido Ambiental (ESEM) y a través del *Análisis por Energía Dispersiva de RX*. Se ha logrado interpretar buena parte de los residuos de carácter íctico gracias a la aplicación de estas técnicas por una parte, ya la colaboración de investigadores especializados en ictiología. Cerca de trescientos residuos han podido ser recuperados de las zonas porosas de los molinos rotatorios (Fig. 6). De todos ellos, la gran mayoría, más del 90% del total son de origen faunístico, de entre los que podemos destacar vértebras, escamas, elementos dentarios pertenecientes a sardinas (*Sardina pilchardus*) y boquerones (*Engraulis encrasicolus*), espículas de erizos de mar, numerosos restos no identificables por su tamaño, erosión y rotura, y un mínimo porcentaje de lo que parecen ser restos de pequeños mamíferos. Como se ha podido comprobar en otras ocasiones, no es raro encontrar en los hallazgos arqueológicos de las *cetariae* ingredientes muy diferentes que formaban parte de la elaboración de las salsas junto al pescado, como los de erizos de mar, que, como en nuestro caso, también fueron documentados en la factoría de *Barcino*, donde aparecieron algunos restos de caparzones y espículas en el

desagüe vinculado a un *dolium* (Beltrán de Heredia, 2007: 283). La información ofrecida por los textos antiguos, además de las aportaciones que nos otorga la arqueología experimental y la etnografía (Pascual Sánchez, 2018b y 2020b), son vitales para comprender el desarrollo de las actividades conserveras y la introducción y empleo de los elementos de molienda para diferentes fines del procesado del pescado. Pastas, harinas y otros subproductos bien pudieron haberse elaborado con este tipo de instrumental, sin olvidar que, posiblemente, algunos de ellos sirvieran como elementos de prensado<sup>2</sup> en los procesos de extracción de las grasas y de los aceites de pescado (Pascual Sánchez e.p.).

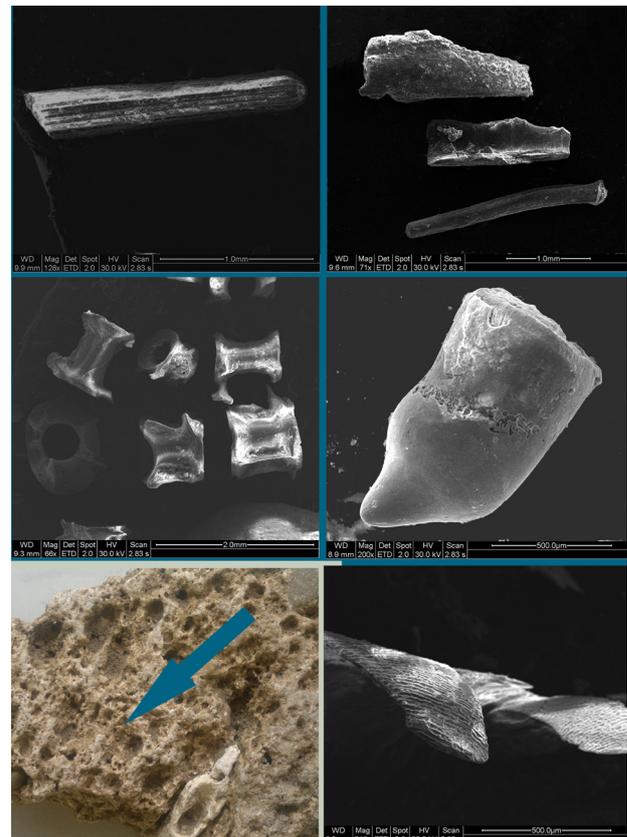


Fig. 6 - Detalle de las muestras de ictiofauna mediante el microscopio electrónico de barrido (1. Espícula de equinideo; 2. Fragmentos ícticos; 3. Vértebras de pisciculi; 4. Elemento dentario de espárido; 5. Oquedades donde aparecen depositados los residuos; 6. Escama de clupeido).

<sup>2</sup> Avances aportados en el encuentro celebrado en Ceuta en marzo de 2017, titulado: "Exquisitices de emperadores. Recuperando el *Garum*. De Pompeya a *Septem Fratres*", en la conferencia impartida "Acerca de la producción romana de aceites, harinas y otros derivados piscícolas en el estrecho de Gibraltar".

#### 4. Aspectos funcionales de los molinos rotatorios en contextos haliéuticos

Es evidente, como los contextos arqueológicos han corroborado, la relevancia de la industria pesquero-conservera en el entorno del *Fretum Gaditanum* (Ponsich y Tarradell i Mateu, 1965) y el correspondiente comercio y distribución de los diferentes productos más allá de sus límites geográficos. Sorprendentemente, y a pesar de contar con un número elevado de factorías conservadas sobre el litoral gaditano que han sido objeto de estudio desde la primera mitad del siglo XX (Paris, Laumonier y Bonsor, 1923), desconocemos otros posibles procesos intermedios de esta cadena productiva que culminaría con el transporte y la distribución de las mercancías en su destino final. La labor investigadora ha ido encauzada por un lado, esencialmente, al estudio arqueológico estructural de las *cetariae*, *salinae* y *fliglinae* y, consecuentemente, enfocado a conocer las tipologías de los recipientes y su envasado y posterior comercio, además de recuperar ejemplares de los mismos con restos orgánicos en yacimientos terrestres y en pecios. Por su parte, el aparente mundo enigmático de la gastronomía romana y de la alimentación en general, así como el empleo de las salsas y pastas piscícolas como condimento en las mesas, ha saciado la curiosidad en innumerables escritos que han querido ver en el recetario romano -en el que se recogen algunos usos de los pescados y de sus derivados- y en la persona de Apicio, la respuesta a toda la incertidumbre que se nos sigue planteando, en un bucle peligroso del que parece complejo salir. A sabiendas de las limitaciones que supone la lectura de un texto como el escrito por el cocinero tiberiano y de las aportaciones de otros pocos relatos antiguos en los que se describe la existencia de diversos productos relacionados con la industria pesquera y, someramente, su procesado -*garum*, *liquamen*, *muria* y *hallec*-, también

exprimidos por la historia de la investigación en diversas vertientes del conocimiento, la necesidad de realizar aportaciones novedosas al conocimiento de estos y otras tantas manufacturas olvidadas, obliga a los investigadores a plantear otras vías enmarcadas en los estudios etnográficos y en la arqueología experimental (García Vargas *et al.*, 2014). Al margen de las especulaciones que rodean al mundo literario, hay otros factores que no han sido pasados por alto, pero sí relegados a un segundo plano respecto a otros, por lo que es necesario recurrir nuevamente a ellos para analizarlos con más detalle. Nos referimos, en primera instancia, a todo aquello que ocurre en las instalaciones en las que se desarrollan las labores de despiece, transformación y envasado del producto. Los estudios específicos relativos a la organización planimétrica de las factorías de salazones han sido desarrollados durante largo tiempo con el objetivo de entender los espacios de trabajo y, aún en el presente, perduran ciertas cuestiones concernientes a la funcionalidad de estos últimos, debido, en buena medida, a la obtención parcial de los datos aportados por el registro arqueológico o a la imposibilidad misma de entendimiento dado el estado de conservación de los hallazgos y, en último lugar, a las grandes lagunas o ausencias en relación a estos temas en las fuentes literarias. Algunas de las antiguas excavaciones arqueológicas no repararon en detalles fundamentales en su momento de ejecución, que de haberse detectado, habrían ofrecido otro punto de vista en la investigación. Nos estamos refiriendo a los residuos orgánicos presentes, por suerte, en diversos lugares dentro de las instalaciones conserveras. Los restos ícticos hallados en este tipo de instalaciones no han sido atendidos, por norma general, de la misma manera que a la cerámica, en la cual se han ido centrando prácticamente la totalidad de los estudios, siendo los primeros, en la mejor de

la ocasiones, inventariados o, al menos, mencionados sucintamente en los informes y publicaciones. De un tiempo a esta parte, conscientes de la importancia de estos elementos para poder llegar a conclusiones fehacientes sobre los aspectos productivos de estas industrias, la aplicación de la disciplina arqueozoológica ha ido ofreciendo otras perspectivas y con ella, se han establecido interesantes y prometedoras vías de investigación (Bernal Casasola *et al.*, 2016b y Bernal Casasola *et al.*, 2016c).

## 5. Valoración

Los resultados obtenidos<sup>3</sup> a raíz del análisis de los molinos procedentes de los yacimientos situados en el Paseo de las Palmeras de Ceuta, de la calle San Nicolás de Algeciras, y del denominado *Conjunto Industrial IX* de *Baelo Claudia*, han deparado, por un lado, la presencia de residuos de naturaleza íctica y se ha indagado sobre la posibilidad de uso de estas herramientas en las actividades del pescado, bien seco para la elaboración de harinas (Domínguez Bella, y Bernal Casasola, 2011; Bernal Casasola y Sáenz Romero, 2018), o bien, para el afinado de pastas tipo *hallec* (Pascual Sánchez, 2020b), entre otros usos secundarios, como el prensado, dentro de los trabajos que corresponden al procesado del pescado en la industria conservera antigua.

Por otro lado, los molinos rotatorios documentados en las factorías de salazones mencionadas han mostrado tener diferente naturaleza, si bien en el área que nos ocupa, la producción de molinos manuales en su amplia mayoría, se debe, lógicamente, a roca

biocalcarenita de origen local, debido en buena medida a la profusión de canteras en varias zonas del Estrecho, a la facilidad de talla de este tipo de material y a las características óptimas aprovechables para el empleo como herramientas de molturación. La escasa presencia del basalto como material constitutivo de molinos rotatorios en el litoral gaditano respecto a la previsible multitud de ejemplares de herramientas elaboradas en rocas locales, ha llamado la atención de diferentes autores con el fin de realizar una aproximación a las fuentes de origen de estas herramientas. En estas circunstancias, la aparición de tres fragmentos de un *catillus* de basalto casi completo perfectamente localizado, procedente del barrio pesquero en la zona meridional de la ciudad de *Baelo Claudia*, sumado al pequeño fragmento de *catillus* documentado en este caso en la otra orilla del Estrecho algo más de una década antes, en el Paseo de las Palmeras de Ceuta, nos llevan a plantear varias cuestiones acerca de la elección de un tipo u otro de roca para realizar labores de molturación de productos concretos como el pescado, cómo llegan estos instrumentos a sus destinos correspondientes, y en qué lugar se extrae la roca y cómo se elaboran las piezas, puesto que podría barajarse su origen de ultramar, seguramente siciliano, o bien, de explotaciones del interior peninsular, del área de la actual Ciudad Real (Pascual Sánchez, 2018a: 345). Éstas y otras cuestiones, han de responderse a partir de una lógica recopilación y del análisis integral de ejemplares basálticos hallados en contextos productivos no exclusivamente pesquero-conserveros de ambas orillas del Estrecho, como se ha hecho en otros lugares del Mediterráneo.

<sup>3</sup> El trabajo se llevó a cabo en el Laboratorio UGEA-PHAM (Unidad de Geoarqueología y Arqueometría Aplicadas al Patrimonio Histórico-Artístico y Monumental), del Departamento de Ciencias de la Tierra (UCA), en el Laboratorio de Arqueología (UCA) y en las secciones de Difracción de Rayos X y Microscopía electrónica de los Servicios Centrales de Investigación Científica y Tecnológica (SC-ICYT) de la Universidad de Cádiz. Me gustaría agradecer la implicación en nuestro trabajo a los profesores y directores de la Tesis, los doctores D. Bernal Casasola y S. Domínguez Bella. Igualmente, quiero agradecer la minuciosa labor de identificación de los residuos faunísticos al especialista R. Marlasca.

## Bibliografía

- ANDERSON, Timothy (2013). *Millstone quarries in the south of the Iberian Peninsula from Protohistory to Modern Times*, Tesis Doctoral, Université de Grenoble.
- ANDERSON, Timothy; SCARROW, Jane Hannah; CAMBESES, Aitor (2014). Continued characterization of querns and quern quarries in Southern Spain. *AmS-Skrifter*, 24, pp.111-131.
- BELTRÁN DE HEREDIA, Julia (2007). *Cetariae* Bajo Imperiales en la costa catalana: el caso de Barcino. En Lázaro Lagóstena, Darío Bernal, y Alicia Arévalo (eds.) *Actas del Congreso Internacional CETARIAE. Salsas y salazones de pescado en Occidente durante la Antigüedad*, Universidad de Cádiz, noviembre de 2005. Oxford: British Archaeological Reports, pp. 277-284.
- BERNAL CASASOLA, Darío; DOMÍNGUEZ BELLA, Salvador (2011-12). Colorantes y pigmentos en las Pesquerías Hispanorromanas. *CuPAUAM*, 37-38, pp. 671-685.
- BERNAL CASASOLA, Darío; SÁEZ ROMERO, Antonio (2018). Molinos rotatorios en las fábricas de Traducta. Estudio arqueológico y consideraciones sobre la producción de derivados piscícolas. In Darío Bernal Casasola y Rafael Jiménez Camino (eds.) *Las factorías de salazones de Traducta. Primeros resultados de las excavaciones arqueológicas en la C/ San Nicolás de Algeciras (2001-2006)*, Cádiz: Editorial UCA y Ayuntamiento de Algeciras, pp. 399-424.
- BERNAL CASASOLA, Darío; JIMÉNEZ CAMINO, Rafael; LORENZO, Lourdes; TORREMOCHA, Antonio; EXPÓSITO, José Ángel (2003). Las factorías de salazones de *Iulia Traducta*. Espectaculares hallazgos arqueológicos en la calle San Nicolás 3-5 de Algeciras. En Actas de las VII Jornadas de Historia del Campo de Gibraltar, *Almoraima*, 29, Algeciras, pp. 163-183.
- BERNAL CASASOLA, Darío; PÉREZ RIVERA, José Manuel; LORENZO, Lourdes; EXPÓSITO, José Ángel; CARVAJAL, Santos (2005). El urbanismo de Septem en la Antigüedad Tardía. Novedades de las actuaciones arqueológicas en el Paseo de las Palmeras. En *VI Reunió d'Arqueologia Cristiana Hispànica, València* (2003). Barcelona: IEC, pp. 435-446.
- BERNAL CASASOLA, Darío; ARÉVALO, Alicia; DÍAZ, José Juan; EXPÓSITO, José Ángel (2009). Un nuevo conjunto industrial salazonero en el barrio meridional de *Baelo Claudia*. *Caetaria. Revista del Museo Arqueológico de Algeciras*, 6 (7), pp. 453-458.
- BERNAL CASASOLA, Darío; ARÉVALO, Alicia; DÍAZ, José Juan; EXPÓSITO, José Ángel (2016a). *Baelo Claudia* y sus actividades haliéuticas. Una nueva cetaria y una posible *domus* en el barrio meridional (2005-2009). En *Actas de las II Jornadas Internacionales de Baelo Claudia nuevas investigaciones: 14 y 15 de abril de 2010*, Cádiz. *Baelo Claudia*. Sevilla: Consejería de Cultura.
- BERNAL CASASOLA, Darío; MARLASCA, Ricard; RODRÍGUEZ SANTANA, Carmen Gloria; RUIZ ZAPATA, Blanca; GIL GARCÍA, María José; ALBA, Miguel (2016b). Garum de sardinas en Augusta Emerita. Caracterización arqueológica, epigráfica, ictiológica y palinológica del contenido de un ánfora Beltrán IIB. In *Rei Cretariae Romanae Fautorvm Acta 44*. Bonn: *Rei Cretariae Romanae Fautores*, pp.737-749.
- BERNAL CASASOLA, Darío; EXPÓSITO ÁLVAREZ, José Ángel.; DÍAZ RODRÍGUEZ, José Juan; MARLASCA MARTÍN, Ricard; RIQUELME CANTAL, José Antonio; LARA MEDINA, Macarena; VARGAS GIRÓN, José Manuel; BUSTAMANTE ÁLVAREZ, Macarena; PASCUAL SÁNCHEZ, María Ángeles (2016c). Saladeros romanos en *Baelo Claudia*. Nuevas investigaciones arqueológicas. In Darío Bernal Casasola; José Ángel Expósito Álvarez; Laura Medina Grande; Juan Sebastián Vicente-Franqueira García *Un Estrecho de Conservas. Del Garum de Baelo Claudia a la melva de Tarifa*. Cádiz: Editorial UCA – Universidad de Cádiz, pp. 43-69.
- BOMBARDIERI, Luca (2010). *Pietre da macina, macine per mulini: definizione e sviluppo delle tecniche per la macinazione nell'area del Vicino Oriente e del Mediterraneo orientale antico*. Oxford: British Archaeological Reports, international series: 2055.
- DOMÍNGUEZ BELLA, Salvador (2009). Roman quarries from Sierra de Paloma Alta-San Bartolomé, near *Baelo Claudia* (Cádiz, SW Spain). In P. Jokey (coord.) *Interdisciplinary Studies on Mediterranean ancient marble and stones, Proceedings of 8th International Conference ASMOSIA VIII*

- (*Aix-en-Provence*, 2006). Paris: Maison méditerranéenne des sciences de l'homme / Maisonneuve & Larose, pp. 213-228.
- DOMÍNGUEZ BELLA, Salvador (2016). Materiales rocosos en la construcción de *Baelo Claudia*. Análisis arqueométrico y geoarqueología de las canteras de Paloma Alta y de Punta Camarinal. En *Actas II Jornadas Internacionales de Baelo Claudia: Nuevas Investigaciones*, Vol. I. S/l: Junta de Andalucía. Consejería de Cultura, pp. 93-105.
- DOMÍNGUEZ BELLA, Salvador (2018). Estudio arqueométrico e implicaciones sobre el origen y utilización de los molinos de mano de la factoría de c/ San Nicolás. Primeros resultados. In Darío Bernal Casasola y Rafael Jiménez Camino (eds.). *Las factorías de salazones de Traducta. Primeros resultados de las excavaciones arqueológicas en la c/ San Nicolás de Algeciras (2001- 2006)*, Cádiz: Editorial UCA y Ayuntamiento de Algeciras, pp. 425-436.
- DOMÍNGUEZ BELLA, Salvador; BERNAL CASASOLA, Darío (2011). Fish-Based Subproducts in Late Antiquity. Archaeometric and Archaeological evidence from the fish factories at Traducta (Algeciras, Cádiz, Spain). In Isabella Turbanti-Memmi (ed.) *Proceedings of the 37th International Symposium on Archaeometry*, 13th-16th May 2008, Siena, Italy. Berlin-Heidelberg: Springer-Verlag, pp. 453-458.
- FERNÁNDEZ OCHOA, Carmen (1994). *Una industria de salazones de época romana en la Plaza del Marqués (Gijón)*, Gijón: Ayuntamiento de Gijón.
- GARCÍA VARGAS, Enrique; BERNAL CASASOLA, Darío; PALACIOS MACÍAS, Víctor; ROLDÁN GÓMEZ, Ana María; RODRÍGUEZ ALCÁNTARA, Álvaro; SÁNCHEZ GARCÍA, Josefina (2014). *Confectio Gari Pompeiani*: procedimiento experimental para la elaboración de salsas de pescado romanas. *SPAL: Revista de prehistoria y arqueología de la Universidad de Sevilla*, 23, págs. 65-82.
- GUTIÉRREZ MÁS, José Manuel; MARTÍN-ALGARRA, Agustín; NAVARRETE SALVADOR, Antonio (1982). *Itinerarios geológicos por la provincia de Cádiz*. Cádiz: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cádiz.
- MORALES MUÑIZ, Arturo (1990). Arqueozoología teórica: usos y abusos reflejados en la interpretación de las asociaciones de fauna de yacimientos antrópicos. *Trabajos de Prehistoria*, 47, pp. 251-29.
- PARIS, Pierre; LAUMONIER, Alfred; BONSOR, George Edward (1923). *Fouilles de Belo (Bolonía, Province de Cadix): 1917-1921. 1. La ville et ses dépendances*. Bibliothèque de l'École des Hautes Études Hispaniques, 6. Bordeaux: Féret & Fils, éditeurs; Paris: E. de Boccard.
- PASCUAL SÁNCHEZ, María Ángeles (2018a). *La molituración en ámbito haliéutico romano. Aportaciones arqueológicas y arqueométricas en el entorno del Fretum Gaditanum*, tesis doctoral inédita, Universidad de Cádiz.
- PASCUAL, SÁNCHEZ, María Ángeles (2018b). La arqueología experimental aplicada al uso de molinos rotatorios en la industria conservera romana. En *I Congreso de Jóvenes Investigadores del Mar*, Cádiz: Editorial UCA – Universidad de Cádiz, pp. 429-431.
- PASCUAL SÁNCHEZ, María Ángeles (2020a). Evidencias de las actividades de molienda en los saladeros romanos del estrecho de Gibraltar. *Almoraima*, 52, pp. 103-115.
- PASCUAL, SÁNCHEZ, María Ángeles (2020b). Harina de pescado y otros subproductos en *Baelo Claudia*: acerca de la molienda en ámbito haliéutico. In Darío Bernal Casasola; José Ángel Expósito Álvarez; Díaz Rodríguez, José Juan y Víctor Palacios Macías (eds.) *Baelo Claudia y los secretos del Garum. Atunes, ballenas, ostras, sardinas y otros recursos marinos en la cadena operativa haliéutica romana*. Cádiz: Editorial UCA – Universidad de Cádiz, pp. 116-125.
- PASCUAL, SÁNCHEZ, María Ángeles (e.p.). Los molinos rotatorios en el barrio meridional de *Baelo Claudia* y la elaboración de subproductos pesqueros en la Antigüedad. In Darío Bernal Casasola; José Ángel Expósito Álvarez; Díaz Rodríguez, José Juan (eds.) *Baelo Claudia y el garum en la Antigüedad tardía. Reflexiones interdisciplinares sobre las actividades haliéuticas en el Círculo del Estrecho*, Cádiz: Editorial UCA.
- PONSICH, Michel y TARRADELL i MATEU, Miquel (1965). *Garum et industries antiques de salaison dans la Méditerranée occidentale*. Paris: Presses Universitaires de France.

- PUCHE RIART, Octavio y GARCÍA DE MIGUEL, José María (1991). Rocas volcánicas empleadas en la construcción. *Roc Máquina*, 15, pp. 11-19.
- SILLIÈRES, Pierre (1997). *Baelo Claudia. Una ciudad romana de la Bética*. Madrid: Colección de la Casa de Velázquez, 61.
- WILLIAMS-THORPE, Olwen (1988). Provenancing and Archaeology of Roman Millstones from the Mediterranean area. *Journal of Archaeological Science*, 15, pp. 253-305.
- WILLIAMS-THORPE, Olwen y THORPE, Richard (1993). Geochemistry and Trade of Eastern Mediterranean Millstones from the Neolithic to Roman Periods. *Journal of Archaeological Science*, Vol. 20, 3, pp. 263-320.

# SOBRE LA PISTA DE UNA IGLESIA DESAPARECIDA DE LA MÉRIDA TARDOANTIGUA

Recebido: 13 de Julho de 2017 / Aprovado: 19 de Outubro de 2018

**Francisco Javier Heras Mora<sup>1</sup>**

Junta de Extremadura

## Resumen

El descubrimiento en 2009 de los restos de una construcción de planta absidada en Mérida, en la margen del río opuesta al recinto amurallado romano, sirve como punto de partida para reflexionar sobre la ubicación de una de las iglesias o ermitas citadas por el libro de las *Vidas de los Santos Padres Emeritenses*.

En esta comunicación se pretende un recorrido historiográfico y arqueológico que atañe a algunos de los edificios cristianos que estaban en pie al menos en el siglo VI. Entre los argumentos que se esgrimen, se encuentra el interesante conjunto de fragmentos escultóricos -elementos litúrgicos o de arquitectura religiosa de “época visigoda”- rescatado en este mismo lugar hace casi setenta años.

**Palabras-clave:** Templo cristiano; escultura visigoda; Mérida; Tardoantigüedad.

## Abstract

The discovery in 2009 of the remains of an apsidal building in Merida, on the riverbank opposite to the Roman walled city, is the starting point to reflect on the location of one of the churches or hermitages cited in the book *Vitae Sanctorum Patrum Emeritensium*.

In this presentation we intend a historiographic and archaeological reflection about some of the Christian buildings that were standing at least in the 6th century. Among the arguments that we wield, there is the interesting set of sculptural fragments -liturgical elements or religious architecture of the ‘Visigothic period’- rescued in this same place almost seventy years ago.

**Keywords:** Roman temple; Visigoth sculpture; Merida; Late Antiquity.

---

<sup>1</sup> fjheras@gmail.com

## Introducción

La trayectoria historiográfica de la arqueología emeritense hace décadas que no está del todo capitalizada en solitario por los estudios sobre el conjunto monumental de su pasado clásico. Y es que el papel que la ciudad debió desempeñar durante la Antigüedad Tardía es sumamente relevante y en esta línea hemos de entender la necesidad de continuar investigando sobre este capítulo de su historia y el importante legado arqueológico que ha dejado en su estratigrafía arquitectónica.

Es innegable el peso que, desde este punto de vista, ha adquirido tradicionalmente el conjunto de Santa Eulalia, la basílica, la necrópolis y otros elementos vinculados de una forma u otra con este núcleo religioso y urbano (por ejemplo: Barrera, 1995, Mateos Cruz, 1999). También las manifestaciones artísticas, en buena medida al amparo de esta circunstancia, han gozado de justa atención (Cruz Villalón, 1985), aunque aún falte por completar el proceso socio-divulgativo con la esperada construcción de la futura sede de la “Colección de Arte Visigodo”. Sin embargo, las continuas excavaciones que se realizan en la ciudad amenazan con no cerrar nunca el ya abultado elenco de piezas con que cuentan los almacenes del Museo o del Consorcio de Mérida.

El conjunto de Santa Eulalia, los restos arqueológicos del área de Santa Catalina, donde se identificó el *Xenodochium* mencionado por las *Vitae*<sup>2</sup>, o la basílica de Casa Herrera, fuera ya del ámbito urbano, constituyen los restos más evidentes de esa etapa tardoantigua de Mérida, por lo menos sus más significativos edificios religiosos o en relación con ellos. Sin embargo, la arquitectura cristiana debió ir mucho más allá y, de hecho, las mismas fuentes a que me refería aluden a otras

iglesias o ermitas, como la que fuera el templo principal -*Sancta Iherusalem*-, San Cipriano y San Lorenzo, *Quintiliana* y *Cubillana* o *Cauliana*.

Algunos de estos templos cristianos se habrían erigido extramuros, fuera de los límites de la ciudad pero dentro de su radio gravitatorio. Dos de ellos, el de San Fausto y el de Santa Lucrecia, apenas distarían de sus murallas unos pocos centenares de metros, a lo sumo una milla, según se deduce de aquel extraño episodio en que se narra la vivencia de un joven muchacho testigo de una comitiva de santos entre quienes se encontraba el obispo Fidel. Profundizaremos más adelante sobre este capítulo, así como en ciertos aspectos que pueden deducirse de sus detalles y que -veremos también- pueden ayudarnos en nuestro objetivo.

Este texto se torna en una pieza más de un interesante puzzle del que formarán parte, además, otros testimonios modernos, unas indicaciones poco precisas sobre la ubicación de unos restos escultóricos, la entidad misma de éstos y unas estructuras de reciente descubrimiento. Veamos cómo puede encajar todo ello, si es que en efecto podemos obtener una explicación unitaria en nuestro recorrido. Comencemos pues con la materialidad de la evidencia arqueológica y dejemos para el final la construcción historiográfica y sus posibles interconexiones.

## La evidencia arqueológica (I): los restos post-romanos y altomedievales de la Escuela de Hostelería de Mérida

A comienzos de 2009, en el desarrollo de la intervención arqueológica previa a la construcción de la Escuela de Hostelería de Mérida -en adelante EHM-, en la margen derecha del río Guadiana (Fig. 1), documentábamos los restos de una estructura,

<sup>2</sup> *De vita et miraculis patrum emeritensium*. Tomaré las traducciones y estudio de I. Velázquez (2008).

semidesmontada de antiguo, que se integraba en la fase tardoantigua de la estratigrafía. La secuencia se inauguraba -al margen de unos silos prehistóricos- con unos hornos cerámicos y basureros de época orientalizante (Jiménez *et al.*, 2013; Jiménez y Heras, 2017). Los niveles romanos que la sucedían venían igualmente marcados por una intensa actividad productiva y, de nuevo, con carácter alfarero (Bustamante y Heras, 2013). Seguramente, la vecindad al agua y, en buena medida también, las cualidades de la arcilla de su ámbito próximo o de los lodos arenosos más inmediatos harían de este sitio un emplazamiento óptimo para instalar este tipo de industria. En época romana, además, hemos de tener en cuenta su situación periférica respecto al recinto amurallado de la ciudad, a una distancia suficiente como para alejar los molestos humos de las chimeneas de los hornos cerámicos. Veremos más adelante cómo ese uso industrial se reproduce casi hasta nuestros días.



Fig. 1 - Plano de situación del solar excavado en 2009 para la construcción de la Escuela de Hostelería de Mérida.

Tras los primeros años o décadas de la Era, toda esta actividad alfarera se ve interrumpida, así como cualquier otra ocupación del espacio -al menos que haya dejado evidencia material directa-, hasta el periodo tardorromano o tardoantiguo. Es el momento en se excavan unas sepulturas y se erige

la construcción sobre la que centraremos nuestro análisis en lo sucesivo.

Los hornos y testares romanos que otrora formaron parte de un complejo encargado de la producción de material latericio, cerámica común y ánforas, hacía tiempo que estaban abandonados y habían quedado sepultados bajo más de un metro de fina arena de río. Probablemente, el régimen de arrastre y sedimentación a que sometía el Guadiana a sus orillas con cada crecida y retirada habría condicionado, no sólo el destino de estas áreas fluviales, sino la propia dinámica topográfica de la zona.

### La ocupación medieval

Uno de los elementos más indicativos de esta problemática erosiva y de la voluntad de controlar sus efectos pudo ser la excavación de un gran foso que atravesaba el solar. Éste discurría al menos desde el Alto Medioevo, seguramente ya en el siglo IX. Con un promedio de 6 m de ancho y hasta 1,50 m de profundidad y sección en “V”, este canal presentaba orientación prácticamente O-E, perpendicular a la orilla del río y a las curvas de nivel y, por tanto, con pendiente hacia su cauce. El interior apareció colmatado completamente por una sucesión de sedimentos arenosos, por lo general muy homogéneos, y separados a lo sumo por finas bolsadas de color levemente más oscuro. Esta gran fosa se interpretó como acequia de desagüe, posiblemente con la intención de encauzar las escorrentías del cerro que, con toda probabilidad, habrían de suponer un problema de relevancia para un eventual uso agrícola de este espacio allanado junto a las cotas bajas del margen fluvial. A favor de esta hipótesis, contamos con las características del suelo que lo rodea, sus aptitudes y la

ausencia de cualquier construcción coetánea en sus proximidades.

En ambos márgenes y a lo largo de todo el desarrollo de esta gran fosa, aparecen irregularmente repartidos grandes bloques de cuarcita y granito. En general, estas piezas conforman grupos distribuidos y alineados conforme al borde mismo de nuestro supuesto canal de desagüe, a una cota semejante y en relación con la superficie de uso generada en torno a éste.

A escasos metros se define una nueva estructura, hueca, de planta cuadrada, de 3,20 m de lado y más de 2,50 m de profundidad documentada, si bien no fue excavada en su totalidad, al alcanzar a esa cota el nivel freático. Presenta fábrica de sillares de granito en la mayor parte de su desarrollo, en que se intercalan bloques de cuarcita de menor tamaño y piedra pequeña en los intersticios, a



Fig. 2 - Detalle del interior del pozo islámico excavado en el solar de la EHM, donde se aprecia la fábrica de sillares de granito reutilizados.

modo de cuña (Fig. 2). Sólo en los últimos centímetros -superiores-, próximos a la rasante del suelo, la obra se ejecuta mediante mampostería de cantos de tamaño medio y pequeño trabados con una solución de cal de escasa consistencia. Sin mayores reservas, este elemento se ha puesto en relación con un pozo para la captación de agua subterránea, aprovechando el nivel freático que poseen estas zonas inmediatas al río y destinado a cubrir las supuestas necesidades de los cultivos que debieron practicarse en este sector periurbano.

Como en las agrupaciones de piedra del margen del canal, los bloques empleados muestran notable desgaste en sus aristas y, mayoritariamente, corresponden a fragmentos de sillares. Se compone, en definitiva, con materiales reutilizados procedentes de otras construcciones, romanas en último término, pues las piezas completas muestran el habitual formato empleado en aquéllas, con la característica muesca para su manipulación.

En lo relativo a la cronología de este pozo, también aquí es posible fijar su uso y, al menos, su obliteración en época islámica. Entre los materiales más representativos, destacamos un fragmento cerámico con el característico acabado de “cuerda seca total”, cuyo uso se generaliza a partir del siglo X, y que presenta una inscripción con caracteres cúficos.

### El edificio absidado post-romano

Al otro lado del canal de desagüe, no obstante, a escasos centímetros de éste y a pocos metros del pozo de sillares, se traza la planta de una nueva construcción de piedra. Las estructuras que la conforman, conservadas precariamente hasta la primera hilada, presentan espesores por encima de un metro de ancho, quizás con el objeto de

conferir mayor estabilidad al edificio. Buena parte de su recorrido se encuentra perdido y, acaso, resta la huella del expolio de las piezas desde su posición original, impresa parcialmente en las zanjas de cimentación (Fig. 3).



Fig. 3 - Vista general de los restos conservados de un edificio en cuya planta se incluye un espacio absidado.

Con todo, podemos definir algunos tramos y, en cierta medida, seguir el trazado de un sector de un edificio de aspecto unitario. Integran su planta un muro curvo -de entre 1 y 1,10 m de grosor-, al final de otro recto -de hasta 7 m de longitud-, que le confiere una morfología absidada a la estancia que definen ambos; del flanco oriental, arranca perpendicularmente una tercera cimentación -de hasta 1,20 m de anchura-, con un recorrido conservado de 8 metros (Fig. 4). A partir de la curvatura de aquél podría suponerse un ambiente “central” de aproximadamente 4 m de amplitud, pero de desarrollo longitudinal desconocido. Tampoco conocemos el espacio que se define a continuación del costado oriental, ni la planta ni sus dimensiones, con lo que resulta sumamente complicado adivinar su relación con aquel otro.

Desde el punto de vista técnico, hemos de tener en cuenta que en la cimentación se emplean bloques escuadrados de granito, la mayoría fragmentos

de sillares, con aristas desgastadas y, en algunos casos, facetas irregularmente cortadas. Estas piezas se ubican sobre todo en el trasdós del muro curvo y en la inserción de éste con la estructura perpendicular. En el interior, y a modo de relleno, se usan piedras de menor tamaño, cuarcitas en su mayoría, trabadas entre sí “a hueso”.

En una construcción donde falta una parte ciertamente reseñable de su planta y, sobre todo, los alzados de sus muros, los suelos tampoco se han conservado, si es que en origen contó con algún pavimento de fábrica. En el lugar donde cabría esperar algún tipo de solución en este sentido, a lo sumo se ha documentado una superficie de tierra compacta, oscura, sobre la que se extiende en un par de metros cuadrados una fina bolsa de cenizas y carbones, acompañada por unos cuantos fragmentos cerámicos poco significativos de cronología tardoantigua-altomedieval.

Baste contemplar la fábrica de estas cimentaciones para reconocer en ellas las mismas cualidades presentes en las piezas documentadas en aquel pozo y los márgenes del gran canal inmediato. Y es que no resulta difícil deducir que en estos elementos de cronología islámica habrían de emplearse los materiales disponibles de una construcción previa, posiblemente obsoleta y, en todo caso, abandonada. De asumir esa relación de obsolescencia

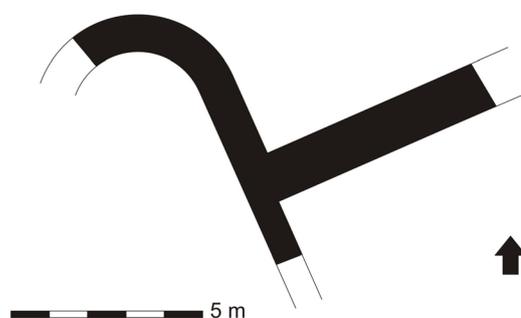


Fig. 4 - Planta de los restos de la edificación absidata post-romana documentada durante las excavaciones arqueológicas previas a la construcción de la EHM.

y pragmático reaprovechamiento, podemos llegar a entender un desarrollo notable de este otro edificio, con robustos muros levantados con bloques de piedra, cuarcita y granito, a su vez reciclados de otras edificaciones anteriores. Podremos aceptar, incluso, que la planta debió trascender substancialmente de la que describen los restos conservados, algo que ya habíamos intuido, puesto que no se conocen las terminaciones periféricas de los distintos muros que la componen.

A la vista de todo ello, cabría pues interpretar una construcción semidesmontada, anterior en todo caso al hipotético uso agropecuario del espacio, deducido a partir del canal y el pozo islámicos. Aquélla pudiera retrotraerse acaso al periodo post-romano, tal vez tardoantiguo, donde suele ser habitual el reaprovechamiento -a su vez- de elementos constructivos de la fase romana clásica en desuso, en un usual *continuum* en el ciclo de renovación urbana en una ciudad tan dinámica como *Emerita*.

Por su parte, su planta muestra un interesante recurso que la aleja de los habituales esquemas funcionales de las instalaciones agropecuarias post-romanas, tardoantiguas o medievales. La solución curva que presenta uno de sus muros nos lleva a considerar un espacio absidado que recuerda a ciertas estancias de representación de las *domus* tardorromanas, pero también a la arquitectura religiosa y cristiana, basada en una reinterpretación del modelo basilical. De hecho, no sería la primera vez que se identifica una de esas aulas domésticas “tardías” como basílica en el seno mismo de la ciudad.

La limitación que, obviamente, supone conocer tan sólo una porción reducida del plano del edificio obliga a la cautela en este tipo de lectura funcional. Tampoco la carencia de contextos materiales claros vinculados a su uso permite

caminar con seguridad en ese sentido. Tampoco la frecuente cohabitación de los espacios religiosos con los enterramientos se muestra aquí de forma rotunda; acaso, hemos de tener en cuenta la constatación, a escasos metros, de sendas sepulturas de inhumación, decúbito supino y en fosa simple, con cubierta de *tegulae*, orientación O-E y carentes de ajuar o depósito funerario. Por otra parte, si recurrimos, además, a la orientación de aquel “ábside” hemos de admitir que ésta no sigue *a priori* los cánones generales de la arquitectura cristiana que los alinea hacia el Este.

Habría que aceptar pues que esta última cuestión no es baladí y supone un verdadero hándicap para proseguir con esta línea argumental acerca de un hipotético cometido religioso. Empero, no ha de espantarnos la idea de que existan variaciones más que significativas en la orientación de los templos cristianos, muchas veces alineados conforme a caminos u obligados a adaptarse a espacios o construcciones preexistentes. Ni siquiera debemos dejar de contemplar la posibilidad de que esta estructura curva no sea más que uno de los ábsides de un edificio más complejo, pues hasta cierto punto abundan soluciones multiabsidadas en la arquitectura religiosa tardoantigua.

De lo primero, no faltan ejemplos de ermitas con el ábside orientado hacia el norte, como la también extremeña de Santiago de Albuquerque, de posible cronología tardoantigua (Bueno, 1973: 13; Alba y Feijoo, 2003: 14) -quizás medieval (Caballero y Arce, 2005)-, o la portuguesa de Odrinhas, en el área lisboeta (Maciel y Baracho, 1994). Por lo segundo, las construcciones pluriabsidadas, particularmente contra-absidadas, tampoco son inéditas en el ámbito territorial emeritense, como la propia basílica de Casa Herrera, con dos ábsides enfrentados (Caballero y Ulbert, 1975),

al igual que el edificio de la villa de La Cocosa (Serra Rafols, 1952), también en la provincia de Badajoz, o Mértola (Macias, 1992; Lopes, 2000) y Torre de Palma (Heleno, 1962), estas últimas en el país vecino, pero aún en el espacio de la antigua Lusitania.

## La evidencia arqueológica (II): escultura litúrgica tardoantigua

A mediados del pasado siglo, los inventarios del entonces Museo Arqueológico de Mérida venían ingresando, de forma aparentemente fortuita y arbitraria, un conjunto de piezas marmóreas procedentes de un sector muy concreto de la periferia emeritense, *grosso modo* lo que hoy pudiera corresponder con el espacio de la actual EHM (Fig. 5). El llamado “depósito de la Alcazaba”, que custodiaba una parte de la colección del Museo, se había convertido en el destino de muchos de estos hallazgos escultóricos, al menos hasta que fueran expuestos -parcialmente- en la Iglesia de Santa Clara, antecedente del actual Museo Nacional de Arte Romano -en adelante MNAR- y donde permanecen formando parte de la llamada “Colección Visigoda”.

A efectos de la procedencia, la mayoría de las veces las se incluían en los registros con precarias

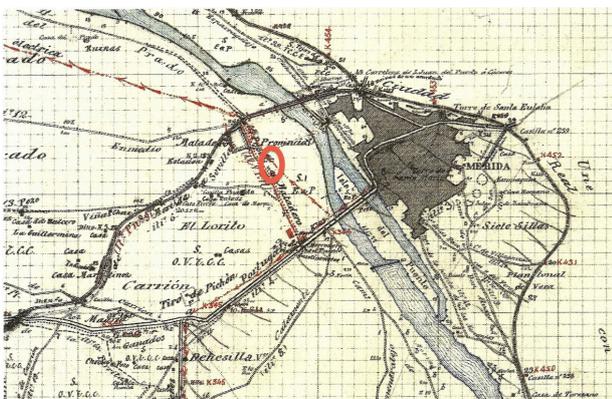


Fig. 5 - Situación relativa del solar intervenido para la construcción de la EHM, en el margen de la carretera del antiguo Matadero Provincial, en el paraje conocido como “El Lorito”.

indicaciones toponímicas, como “El Lorito” o “Loreto”, “en la Cra. de Mérida al Matadero” e incluso en la zona de “Santa Lucrecia”, etc. (Álvarez, 1976: 148). En la orilla sur del río subsistía, todavía en el siglo XX, ese topónimo de “El Lorito”, aludido ya por Moreno de Vargas -como veremos más adelante- y que venía a coincidir con las inmediaciones del Matadero Provincial. A éste se accedía transitando por un camino o estrecha carretera, que partía desde el Puente Romano y discurría paralelo al cauce del Guadiana en dirección a “El Prado”. Hoy, toda esta área se encuentra en vías de urbanización. Sin embargo, aún en el parcelario inmediatamente anterior, en las fotografías aéreas, en los topográficos y el planeamiento urbanístico, o en el recuerdo mismo de los vecinos de la localidad, se conserva con nitidez el trazado de ese vial; incluso cuando comenzaban las labores de excavación del solar para la construcción de la EHM persistían las últimas decenas de metros de esta vieja carretera antes de llegar a su destino, el referido Matadero.

Por aquel entonces, el Museo estaba dirigido por D. José Álvarez Sáenz de Buruaga, quien firmaría un meritorio trabajo años más tarde titulado *Los primeros templos cristianos de Mérida* (Álvarez, 1976), donde se hacía un repaso acerca de las iglesias y ermitas que pudieron existir en la Mérida tardoantigua. Recogía todas aquellas alusiones y coordenadas indirectas que tradicionalmente se venían desprendiendo de la lectura de las *Vidas de los Santos Padres Emeritenses*, reproduciendo algunos de los viejos postulados que los eruditos locales habían hecho calar en la historia de la ciudad. No obstante, era ya un acercamiento con cierta dosis crítica y con una visión arqueológica, ausente en muchos de aquéllos otros.

Entre los haberes de este estudio, nos interesa precisamente el aporte que hace a propósito de la

localización de una de las ermitas desaparecidas, la de Santa Lucrecia. Decía que en la carretera que conduce al Matadero habían aparecido varias piezas escultóricas de mármol que databan de época visigoda y -apuntillaba- su fortuito hallazgo se debía a la extracción de tierras para surtir a un horno cerámico que había allí mismo, a finales de 1949. Se refería precisamente a aquellos mismos vestigios marmóreos recogidos en el Museo y estas indicaciones completaban en cierta medida lo recogido en las fichas de ingreso. Además, si nos detenemos en las circunstancias del descubrimiento -“al hacerse un profundo rebaje de tierras” “donde al parecer hubo años antes un horno de cerámica que (...) destruyó parte del yacimiento” (Álvarez, 1976: 148)- podemos llegar a comprender, incluso, algunas particulares circunstancias observadas durante el proceso de excavación en la estratigrafía del solar de la EHM, que incluía la sección de las cunetas de aquella carretera. Precisamente las evidencias más sobresalientes del siglo XX corresponden a los heterogéneos rellenos de cenizas, carbones y tierra de textura limosa que colmataban profundas depresiones artificiales del terreno, sumamente irregulares.

Otra de las referencias que pueden extraerse del testimonio de Álvarez Sáenz de Buruaga tiene que ver precisamente con la destrucción de unos enterramientos, dos años antes, durante las obras del chalet del conocido médico emeritense Andrés Valverde Grimaldi, cuya ubicación no debió alejarse del hasta hace poco Matadero Provincial o Regional. Al parecer se trataban de sepulturas con cubiertas de “mármol decorado visigodo”, lo que de alguna forma supone abundar sobre la posición de la EHM y la localización aquí de restos escultóricos tardoantiguos.

En definitiva, de una forma u otra, podemos poner en relación un grupo al menos de las piezas

escultóricas ingresadas en aquel año -1949- con el espacio excavado para la EHM. Quedándonos exclusivamente con las que se recogen como procedentes de la “Cra. del Matadero”, el conjunto consta de dos pilastras decoradas (Fig. 6), un pilarcillo, una columnilla, varios fragmentos de placas decoradas -una de ellas parte de un posible crismón (Cruz, 1985: 85, 194, 206, 287, 291, 348)- y una pieza de ensamblaje (núms. inv. 7897, 8746, 13889, 12142, 12140, 12126 y 17807).



Fig. 6 - Pilastra decorada de mármol procedente de la “Cra. del Matadero”, hoy expuesta en la Colección Visigoda de Mérida (nº inv. MNAR 7897).

Por su parte, no debemos dejar al margen otras piezas que -como adelantaba- son ingresadas en el Museo con la indicación de “El Lorito” o “zona de Santa Lucrecia”, esta última en relación con la arraigada creencia de que ambos topónimos guardaban relación -derivado el uno del otro-, como también veremos más adelante. En concreto, podemos resaltar un cimacio de pilastra, con decoración de rosetas de cuatro pétalos o cruces insertas en círculos tangentes, tallado sobre una inscripción romana (Cruz, 1985: 114), y un segundo cimacio (Fig. 7), igualmente decorado en sus frentes con motivos fitomorfos, esta vez con palmetas quinefolias y rosetas estrelladas de seis puntas insertas en un círculo (Cruz, 1985: 153).



Fig. 7 - Cimacio decorado de mármol, procedente de “El Lorito” -inmediaciones de la carretera del Matadero Provincial-; fue ingresado en 1949, en el entonces Museo Arqueológico de Mérida -hoy el MNAR “Colección Visigoda”- (nº inv. MNAR CE27197).

En general, todas ellas pueden ser entendidas como parte del repertorio habitual de la arquitectura tardoantigua hispánica y sus motivos casan bien con la acostumbrada decoración de los edificios religiosos del momento. Las pilastras -cuanto menos una de ellas-, si bien pueden ser un elemento no necesariamente vinculado a ese uso, sí guardan interesantes semejanzas con las piezas reutilizadas en el Aljibe de la Alcazaba o

del denominado *Xenodochium*, muy vinculado a la arquitectura emanada de la Iglesia emeritense de la época. Una de las placas es más que susceptible de interpretarse como parte de un cancel, más aún si reconocemos en él el símbolo cristiano -cristmón o cruz patada-; las otras pueden, en efecto, no haber desempeñado la misma función, aunque no por ello carecen de una manifiesta carga simbólica y cristiana -un león y un toro- como parte de un hipotético Tetramorfos (Cruz, 1985: 201). También la pieza de ensamblaje con representación de un trifolio y venera (Cruz, 1985: 68, 184, 282) puede caminar en esa línea de los elementos que suelen componer el ambiente litúrgico de las construcciones tardoantiguas. El motivo de la roseta estrellada de seis puntas, por su parte, parece abundar igualmente en ese cariz significativo y simbólico, pudiendo sustituir a la cruz en determinadas composiciones (Cruz, 1985: 326).

### Las “Vidas de los Santos Padres Emeritenses” y la estela de Moreno de Vargas

Las *Vitae Sanctorum Patrum Emeritensium* constituyen uno de los documentos más importantes que posee la disciplina histórica para comprender el funcionamiento de la Iglesia hispánica de los siglos VI-VII -con permiso del contenido de los concilios- y, en particular, supone el ineludible referente literario de la Tardoantigüedad en Mérida. De hecho, es una compilación de obrillas relativas a la vida de Paulo, Fidel y Masona, que fueron obispos de la ciudad durante buena parte del siglo VI -desde ca. 530 en que el primero accede a esta dignidad- e inicios del VII, ambientada, por tanto, entre los reinados de Leovigildo y Recaredo. No obstante, son muchos los interrogantes que aún presenta el texto, comenzando por su autor -anónimo, aunque no falta alguna hipótesis distinta al

respecto-, aunque no falta alguna hipótesis distinta al respecto- o el momento en que la obra fue escrita, quizás hacia 633-638, durante el obispado de Esteban de Mérida y revisada poco después, entre 666 y 681 (Velázquez, 2008, 13-15).

El contenido y el lenguaje es en buena medida el propio de las hagiografías del momento, pero, a pesar del sesgo habitual de este tipo de relato, entre sus líneas se revelan informaciones de gran interés. Entre prodigios y milagros de los obispos, se deslizan datos acerca de la topografía urbana, que incluye la existencia de los templos cristianos contemporáneos al texto y su ubicación relativa. La catedral consagrada a *Sancta Iherusalem*, el inmediato baptisterio de San Juan y el palacio episcopal, la basílica de Santa Eulalia y otros edificios próximos, como una *domus* y el conocido hospital *-xenodochium-*, identificado en la actual barriada de Santa Catalina. Aunque no muy alejado del centro urbano, este conjunto ya quedaba fuera del recinto amurallado; no así tanto el monasterio de *Cauliana* y otras dos ermitas, la de San Fausto y la de Santa Lucrecia.

Vamos a detenernos en estas dos últimas. A ellas se alude en un interesante capítulo que versa sobre uno de los milagros atribuidos al obispo

Fidel. En la narración<sup>3</sup>, un joven que permanecía frente a uno de los accesos de la ciudad, en la llamada “Puerta del Puente”, aguardando a que ésta se abriese, divisó a lo lejos a un grupo de santos entre los que figuraba el propio Fidel. La comitiva, precedida de un *globum igneum* -orla, halo o esplendor que rodea a los santos (Velázquez, 2008: n. 30)-, se dirigía hacia la basílica de Santa Lucrecia y partía de la iglesia de San Fausto “a una milla de la ciudad” (*Lib. IV, 7, 2-7*).

A partir de tan someras indicaciones, se ha supuesto que ambos templos cristianos se encontraban fuera de la ciudad y habrían de ubicarse al otro lado del Puente Romano. Que la reciente tradición histórica emeritense hubiera incorporado rápidamente estas deducciones tiene gran parte de la responsabilidad el historiador local Bernabé Moreno de Vargas, autor de la *Historia de la Ciudad de Mérida*. Suponía que los restos de la ermita de Santa Lucrecia habrían de buscarse en la fábrica de la también desaparecida iglesia de Ntra. Sra. de Loreto, cuya ubicación correspondería al paraje homónimo, y que esta advocación tendría que ver con la corrupción fonética de aquella Lorecia o Lucrecia<sup>4</sup>. Otros investigadores se limitan, en muchos casos a reproducir lo expresado por este autor. El padre Flórez o V. Barrantes siguen de

3 “Cierta día [Fidel] envió a un muchacho, sirviente suyo, a un lugar que se llama Caspiana, que dista de la ciudad de Mérida dieciséis millas, y le mandó que regresara a toda prisa. Éste partió, pero, como sucedió que no pudo regresar en el mismo día, se quedó allí. Justo al inicio de la noche, estando ya dormido, le pareció que cantaban los gallos y despertándose inmediatamente subió a su caballo y apresurándose veloz llegó antes de medianoche ante la puerta de la ciudad que se llama Puerta del Puente. Después de permanecer durante mucho rato, al comprobar que se había levantado antes de la hora conveniente y que, aunque llamaba a gritos, nadie le abría la puerta, le pareció oportuno dar de comer a su caballo un poco de forraje de hierba hasta que alguien le franqueara la puerta. Y he aquí que de repente, a altas horas de la noche, alzando la vista vio a lo lejos un globo de fuego que salía de la iglesia de San Fausto, que está a casi una milla de la ciudad, y se dirigía a la basílica de Santa Lucrecia. Mientras éste contemplaba en silencio qué era aquello, inmediatamente una multitud de santos, a quienes aquella luz precedía, avanzando por el puente llegó hasta la puerta; con ellos caminaba también el muy santo Fidel. En cuanto el grupo llegó a la puerta el citado muchacho, al ver el tropel de neófitos y reconocer también al venerable Fidel vestido con una túnica blanca, avanzando en medio de ellos, se quedó atónito y, aterrado y tembloroso por el miedo, quedó como muerto” (*VSPE, Liber IV, 7, 2-7*).

4 “Su cuerpo de nuestra Santa Leocrecia están entre los demás mártires que tiene esta ciudad en la Iglesia de Santa Eulalia. Y en tiempo de los godos tuvo templo dedicado a su nombre de esa parte del Guadiana cerca de la puente, como dice Paulo Diácono. Púedese creer es que ahora está allí con advocación de Nuestra Señora de Loreto, porque el edificio de la capilla mayor y sus dos colaterales son fábrica de godos; si bien el cuerpo de la iglesia es de tiempo más moderno. Pudo ser que siempre hubiese conservado el nombre de Lucrecia con alguna corrupción causada del lenguaje de los moros y que después por constarle a los cristianos que verdaderamente había sido iglesia antigua e imaginando que el nombre de Lucrecia o Lorecia era el de Loreto, la dedicaron a esta Señora causado de la ignorancia de nuestros mayores” (Moreno de Vargas, 1633: 198).

una forma u otra esta estela; incluso -como hemos visto- J. Álvarez (1976) parte de esa hipótesis para contextualizar algunos de aquellos hallazgos escultóricos de la Cra. del Matadero. Algo más recientes son las aportaciones de P. Mateos, que duda de una posición tan alejada del templo de Lucrecia y -siempre a partir de la escueta y ambigua narración de las *Vitae*- sostiene la posibilidad de que se encontrara en la misma orilla de la ciudad amurallada, acaso en el lugar donde se levantará la Alcazaba islámica (Mateos Cruz, 1997: 614).

Con todo, hasta el momento no parece que se hayan producido avances significativos en este sentido, no al menos más allá de apreciaciones topográficas que redundan en semejantes consideraciones (Sastre, 2010: 93). Por otro lado, también la propia advocación acarrea ciertos interrogantes, pues como mártir, Lucrecia no se conoce hasta época medieval; la alusión pues a una basílica con este nombre puede tener que ver, como defiende P. Mateos, con la existencia de un *titulus Leocritiae* identificado erróneamente después con la santa cortobesa (Cruz Mateos, 1997, 614).

Tampoco al respecto de San Fausto logramos mayor seguridad. Asumía Moreno de Vargas<sup>5</sup> que la distancia expresada en el mismo relato -una milla, recordemos- podría cumplirse en el cerro frente al Puente Romano, de donde partían los caminos hacia Calamonte y Arroyo de San Serván. Esa confluencia de calzadas, en tiempos del historiador moderno -siglo XVII-, vendría a coincidir con el entorno del actual polígono CEPANSA. La conclusión desnuda, débil y subjetiva de Moreno de Vargas, precariamente sostenida por la cuestión de la distancia, va a sustentar nuevamente su

estela historiográfica durante los siglos siguientes. Incluso una voz de la autoridad de J. Álvarez abunda en ella, ahora bien, incorporando “dos piezas visigodas decorativas de mármol” aparecidas durante las obras de dicho polígono industrial (Álvarez, 1976: 148) que, no obstante, no han de significar otra cosa que existiera en las inmediaciones uno de esos templos aludidos, a lo sumo.

## Conclusiones

Seguramente, el debate de la ubicación de los templos aludidos en las *Vitae* ha supuesto un verdadero acicate para el análisis de la topografía cristiana de la Mérida tardoantigua. A pesar de los meritorios estudios acometidos por los investigadores actuales y sus antecesores, muchas de las premisas manejadas para situar cada una de las iglesias, ermitas y monasterios aún presentan importantes carencias. La extensa colección de escultura emeritense de los siglos VI y VII contrasta sin embargo con la parquedad de los datos arqueológicos contextualizados, sobre todo desde el punto arquitectónico. La basílica “senior” de *Sancta Iherusalem* pudiera ser un buen ejemplo de ello, pues a pesar de todo lo dicho acerca de su posición relativa y de su probable identificación con la actual concatedral de Santa María, aún faltan pruebas arqueológicas determinantes con base en documentos arquitectónicos definitivos.

Ni que decir tiene, los “templos menores” han gozado tal vez de menor atención que aquella o que los elementos que conforman el conjunto eulaliense, aunque, como hemos visto anteriormente, no han faltado intención ni propuestas para situarlos al menos. Cabe tener en cuenta,

5 “La iglesia de San Fausto, de que aquí se ha hecho mención, debía estar en aquel alto o cerro que está entre los caminos que salen de Mérida y van a Calamonte y Arroyo; los de Mérida tuvieron devoción con este santo, ora porque era hermano de San Serván y San Germán, ora porque quizás era también su natural, como lo fueron estos sus hermanos, o por todo junto, y así le edificaron templo a la vista de la ciudad, pues el criado del arzobispo le vio desde la puente de Guadiana” (Moreno de Vargas, 1633: 198)

en descarga de responsabilidad de los meritorios trabajos de investigación, que las noticias que nos llegan de aquéllos son sumamente parcas y, en muchos de los casos, no pueden ser contrastadas con otras fuentes. Este problema nos lleva a asumir la práctica imposibilidad de localizarlos, sobre todo los edificios extramuros o más alejados de la ciudad. Sin embargo, tal vez fruto de la casualidad, ocurre que en alguna ocasión se dan encuentro en unos pocos metros cuadrados de terreno diversas circunstancias que nos permiten albergar cierta esperanza al respecto. Pudiera ser que algo así sucediera en el lugar hoy ocupado por la EHM.

Desde que Moreno de Vargas sugiriese la correspondencia etimológica y toponímica entre Loreto, Lorito, “Lorecia” y *Leocratia*, sobre este espacio periférico de la Mérida actual y romana ha sobrevolado la idea -cuanto menos la sospecha- de que el historiador local estuviera en lo cierto y que ahí alguna vez existieron los restos de la basílica de esta *Leocratia*, aludida en las *Vitae*. Sin embargo, ni sus argumentos ni tampoco los esgrimidos desde entonces por toda una estela de eruditos e investigadores, han podido corroborar tal relación ni aportar mayores datos en esa línea.

Cuestión bien distinta es que, en efecto, existan pruebas de un templo tardoantiguo y cristiano en la zona. Éstas son, como hemos venido enumerando a lo largo de la presente comunicación, una interesante concentración de hallazgos escultóricos en mármol de cronología “visigoda” y de carácter indudablemente litúrgico. Pero, también lo van a ser esos restos de una edificación que, en términos estratigráficos, coincide temporalmente con aquéllos y que, también en el aspecto morfológico, no presenta en modo alguno rasgos incompatibles con la planta de una de esas iglesias tardoantiguas que cabría esperar en Mérida. Mas al contrario, el sobredimensionado de sus muros

-con anchos superiores a un metro, recordemos- parece denunciar cierta singularidad del edificio y la fisonomía absidada de uno de ellos permitiría abogar por ese uso religioso que, desde aquí, he tratado de defender.

No hemos de perder de vista que los límites que hacíamos ver acerca del contenido de las *Vitae* a propósito de la localización de uno de esos templos extramuros -particularmente los de Santa Lucrecia o de San Fausto- están todavía vigentes, aún después de mostrar los datos y nuestras conclusiones, y que tal vez debamos resignarnos admitiendo que los restos que encontramos en la EHM podrán serlo de cualquiera de estas dos iglesias desaparecidas, incluso de alguna otra anónima e ignota de la ciudad.

Con la misma prudencia, hemos de sostener pues que nuestros restos podrían corresponder un edificio religioso, que los muros de éste, a pesar de su pésima conservación, no contradicen tal posibilidad y que, con todo, aún persisten importantes interrogantes. El primero de ellos es el desarrollo de su planta y el segundo es necesariamente su identificación religiosa y advocación concreta. Por esta razón, es preferible desenvolvemos en términos de hipótesis y, en ese sentido supositivo, se propone el título mismo de la intervención: “Sobre la pista de una iglesia desaparecida de la Mérida tardoantigua”.

## Bibliografía

ALBA CALZADO, Miguel; FEIJOO MARTÍNEZ, Santiago (2003). Iglesia de Santiago (Albuquerque). In Caballero Zoreda, Luis; Mateos Cruz, Pedro (eds.) *Repertorio de Arquitectura Cristiana en Extremadura. Época Tardoantigua y Altomedieval*. Anejos de Archivo Español de Arqueología, 29. Mérida: Ed. CSIC, pp. 11-14.

- ÁLVAREZ Sáenz de Buruaga, José (1976). Los primeros templos cristianos de Mérida. *Revista de Estudios Extremeños*, XXXII-I, pp. 139-155.
- BARRERA ANTÓN, José Luis de la (1995). Las necrópolis de Santa Eulalia, Mérida y Santa Eulalia. In *Actas de las Jornadas de Estudios Eulalienses*. Mérida, pp. 77-89.
- BUENO ROCHA, José (1973). Antiguas iglesias de Extremadura. La ermita de Santiago en Alburquerque (Badajoz). *Alcántara*, 29, pp. 5-16.
- BUSTAMANTE ÁLVAREZ, Macarena; HERAS MORA, Francisco Javier (2013). Producción anfórica en Augusta Emerita (Mérida, Badajoz) y los nuevos hallazgos del solar de la Escuela de Hostelería. In Darío Bernal; Luis Carlos Juan; Macarena Bustamante; José Juan Díaz; Antonio Sáez (eds.) *Hornos, talleres y focos de producción alfarera en Hispania* (I Congreso Internacional de la SECAH (Cádiz, 3-4 March 2011)). Cádiz: Universidad de Cádiz and Ex Officina Hispana, Sociedad de Estudios de la Cerámica Antigua en Hispania, pp. 199-213.
- LOPES, Virgílio (2000). O baptistério e o conjunto musivo de Mértola. Balanço das escavações recentes. In *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular*, VI. Porto, pp. 669-678.
- MACIAS, Santiago (1992). A Basilica paleocristã e as necrópoles paleocristã e islâmica de Mértola: aspectos e problemas. In *XXXIX Corso di cultura sull'arte ravennate e bizantina*. Ravenna: Ed. del Girasole, pp. 401-434.
- MACIEL, Manuel Justino; BARACHO, Carlos (1994). O monumento absidal de Odrinhas (Sintra). *III Reunió d'Arqueologia Cristiana Hispànica* (Maó, 12-17 de setembre de 1988). Barcelona: Institut d'Estudis Catalans, Universitat de Barcelona, Institut Menorquí d'Estudis, pp. 93-103.
- MATEOS CRUZ, Pedro (1997). El urbanismo emeritense en época paleocristiana (ss. V-VI). *Antigüedad y Cristianismo. Revista de Estudios sobre Antigüedad Tardía*, 14, pp. 601-616.
- MATEOS CRUZ, Pedro (1999). *La Basílica de Santa Eulalia de Mérida*. *Arqueología y urbanismo*. Anejos de Archivo Español de Arqueología, XIX. Madrid: Ed. CSIC.
- MORENO DE VARGAS, Bernabé (1633). *Historia de la Ciudad de Mérida*, (10ª ed.), Biblioteca Pública Municipal "Juan Pablo Forner", 2001.
- SASTRE DE DIEGO, Isaac (2010). *Los primeros edificios cristianos de Extremadura. Sus espacios y elementos litúrgicos*, Ataquina, Colección de Estudios de la Lusitania 5. Badajoz: Asamblea de Extremadura.
- SERRA RAFOLS, Josep Calassanç (1952). *La 'villa' romana de la Dehesa de La Cocosa*. Badajoz: Diputación Provincial.
- VELÁZQUEZ, Isabel (2008). *Vidas de los Santos Padres de Mérida*. Madrid: Ed. Trotta. Madrid.
- ÁLVAREZ Sáenz de Buruaga, José (1976). Los primeros templos cristianos de Mérida. *Revista de Estudios Extremeños*, XXXII-I, pp. 139-155.
- BARRERA ANTÓN, José Luis de la (1995). Las necrópolis de Santa Eulalia, Mérida y Santa Eulalia. In *Actas de las Jornadas de Estudios Eulalienses*. Mérida, pp. 77-89.
- BUENO ROCHA, José (1973). Antiguas iglesias de Extremadura. La ermita de Santiago en Alburquerque (Badajoz). *Alcántara*, 29, pp. 5-16.
- BUSTAMANTE ÁLVAREZ, Macarena; HERAS MORA, Francisco Javier (2013). Producción anfórica en Augusta Emerita (Mérida, Badajoz) y los nuevos hallazgos del solar de la Escuela de Hostelería. In Darío Bernal; Luis Carlos Juan; Macarena Bustamante; José Juan Díaz; Antonio Sáez (eds.) *Hornos, talleres y focos de producción alfarera en Hispania* (I Congreso Internacional de la SECAH (Cádiz, 3-4 March 2011)). Cádiz: Universidad de Cádiz and Ex Officina Hispana, Sociedad de Estudios de la Cerámica Antigua en Hispania, pp. 199-213.
- LOPES, Virgílio (2000). O baptistério e o conjunto musivo de Mértola. Balanço das escavações recentes. In *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular*, VI. Porto, pp. 669-678.
- MACIAS, Santiago (1992). A Basilica paleocristã e as necrópoles paleocristã e islâmica de Mértola: aspectos e problemas. In *XXXIX Corso di cultura sull'arte ravennate e bizantina*. Ravenna: Ed. del Girasole, pp. 401-434.
- MACIEL, Manuel Justino; BARACHO, Carlos (1994). O monumento absidal de Odrinhas (Sintra). *III Reunió d'Arqueologia Cristiana Hispànica* (Maó, 12-17 de setembre de 1988). Barcelona: Institut d'Estudis Catalans, Universitat de Barcelona, Institut Menorquí d'Estudis, pp. 93-103.
- MATEOS CRUZ, Pedro (1997). El urbanismo emeritense en época paleocristiana (ss. V-VI). *Antigüedad y Cristianismo. Revista de Estudios sobre Antigüedad Tardía*, 14, pp. 601-616.
- MATEOS CRUZ, Pedro (1999). *La Basílica de Santa Eulalia de Mérida*. *Arqueología y urbanismo*. Anejos de Archivo Español de Arqueología, XIX. Madrid: Ed. CSIC.
- MORENO DE VARGAS, Bernabé (1633). *Historia de la Ciudad de Mérida*, (10ª ed.), Biblioteca Pública Municipal "Juan Pablo Forner", 2001.
- SASTRE DE DIEGO, Isaac (2010). *Los primeros edificios cristianos de Extremadura. Sus espacios y elementos litúrgicos*, Ataquina, Colección de Estudios de la Lusitania 5. Badajoz: Asamblea de Extremadura.
- SERRA RAFOLS, Josep Calassanç (1952). *La 'villa' romana de la Dehesa de La Cocosa*. Badajoz: Diputación Provincial.
- VELÁZQUEZ, Isabel (2008). *Vidas de los Santos Padres de Mérida*. Madrid: Ed. Trotta. Madrid.

# O NÚCLEO DE OCUPAÇÃO VISIGÓTICA DOS SÉCULOS VI A VIII DO SÍTIO DE VALE DE BARRANCAS 1 (BERINGEL, BEJA)

*Recebido: 28 de Abril de 2017 / Aprovado: 6 de Janeiro de 2019*

**Tiago Nunes<sup>1</sup>**

Era Arqueologia S.A.

## **Resumo**

O sítio de Vale de Barrancas 1 localiza-se numa pequena elevação a sul de Beringel, nas proximidades de um curso de água (Ribeiro do Galego). Este sítio apresenta uma ampla diacronia de ocupação, e de tipo de ocupação, sendo a ocupação do espaço em período visigótico caracterizada por contextos habitacionais e por espaços fúnebres. Para além dos fundos de cabana, fossas e estruturas de tipo forno, foi identificada uma zona de necrópole com mais de duas dezenas de sepulturas. Cronologicamente, a ocupação deste período poderá balizar-se entre os séculos VI e VIII.

**Palavras-chave:** Antiguidade Tardia; cabanas; sepulturas; fornos.

## **Abstract**

The archaeological site of Vale de Barrancas 1 is located on a small elevation south of Beringel, near a watercourse (Ribeiro do Galego). This site presents a wide diachronic occupation, and type of occupation, since the occupation of the space in the Visigoth period is characterized by housing remains as well as funerary spaces. In addition to the remains of pit houses, pits and kiln-like structures, a necropolis area with more than two dozen graves was identified. Chronologically the occupation of this period may be marked between the 6th and 8th centuries.

**Keywords:** Late Antiquity; pit houses; graves; kilns.

---

<sup>1</sup> tiagocmn@outlook.com

## Introdução

O sítio de Vale de Barrancas 1 localiza-se junto ao Vale de Barrancas, a sul de Beringel (Beja), integrando-se no lanço C das Auto-estradas do Baixo Alentejo (Fig. 1). O sítio implanta-se numa pequena elevação, a maior logo a sul de Beringel, expandindo-se para este pela encosta e prolongando-se até às proximidades de um curso de água existente atualmente no local (Ribeiro do Galego). O referido sítio apresenta uma ampla diacronia de ocupação, e de tipo de ocupação, que se inicia no Neolítico Final passando pela Idade do Bronze, período romano, visigótico, e se prolonga até aos nossos dias com atividades de cariz agrícola.

A ocupação relativa ao período visigótico, séculos VI a VIII, encontra-se dividida em dois tipos de vestígios diferenciados, sendo um respeitante a contextos habitacionais e outro referente a contextos funerários (Fig. 2).

No que se refere aos contextos habitacionais, são constituídos por várias estruturas negativas de grandes dimensões, escavadas no substrato geológico, identificadas como sendo fundos de cabana, às quais se encontravam associados pequenos fornos construídos com tijolo burro (núcleos A e B).

A zona de necrópole encontra-se localizada no topo da elevação onde se implanta o sítio, tendo sido identificados dois núcleos de enterramentos

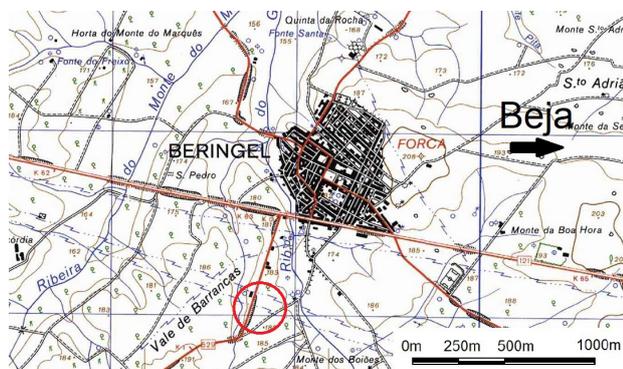


Fig. 1 - Localização do sítio de Vale de Barrancas 1 na carta militar de Portugal, folha 509.

(núcleos C e D), com 20 sepulturas no total, das quais foram escavadas doze e as restantes permaneceram por escavar.

## Contextos habitacionais

Os contextos habitacionais identificados no sítio de Vale Barrancas 1 reportam-se a seis estruturas negativas de grandes dimensões. Estes vestígios foram divididos em duas áreas, Núcleo A e B, de modo a diferenciar duas áreas distintas afastadas, onde se localizavam os vários negativos. No núcleo A foram incluídas as Estruturas 1 a 5 (Fig.3), e no Núcleo B foi considerada a Estrutura 6.

Genericamente estes contextos apresentavam uma planta subcircular, subquadrangular e sub-retangular, escavadas no substrato geológico, interpretadas como sendo fundos de cabana, associados nalguns casos a estruturas em tijolo tipo forno (Figs. 7), apresentando estas construções, nalguns casos, evidências de remodelações do espaço durante o seu período de utilização. Excetuando as Estruturas 1 e 2, que apresentam uma passagem entre elas, nenhuma das restantes tem relação estratigráfica entre si, não sendo por isso possível aferir a contemporaneidade em termos de utilização das várias estruturas a nível estratigráfico, ficando neste caso por esclarecer se seriam todas habitadas simultaneamente.

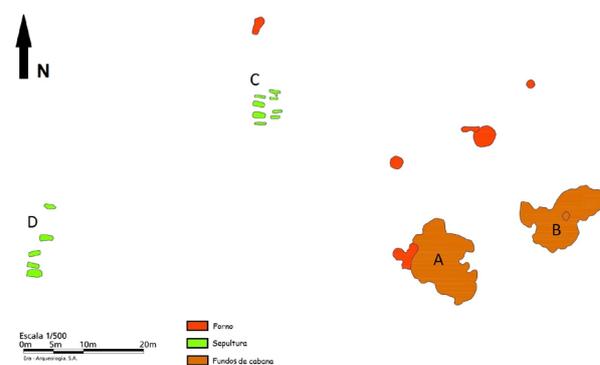


Fig. 2 - Distribuição dos vestígios visigóticos em Vale de Barrancas 1.



Fig. 3 - Planta do núcleo habitacional A: Estruturas 1 a 5.

Na Estrutura 1 e também na 2, foram registadas pequenas interfaces negativas, de plano circular e pouco profundas, algumas preenchidas com sedimento, pedras e fragmentos de cerâmica de construção, em que, apesar de não terem sido encontrados vestígios de madeira no seu interior, poderão ser interpretadas como buracos de poste, servindo estes de suporte a algum tipo de cobertura que cobria as estruturas (Fig. 5). Acrescido às evidências de uma possível cobertura, foram registados nas Estruturas 1, 2 e 4 depósitos bastante compactos e nivelados que se crê tratarem-se de níveis de pisos. A existência de eventuais estruturas de cobertura e de pisos leva a colocar a hipótese de estas estruturas escavadas nos caliços serem fundos de cabanas, semelhantes aos estudados em alguns locais em Espanha de cronologia visigótica (Penedo Cobo e Sanguino Vázquez, 2009).

Na base destes fundos de cabana, para além dos supracitados buracos de poste, foram identificadas nas Estruturas 2, 4 e 5 várias interfaces negativas com um diâmetro superior a 1m, podendo nestes casos tratar-se de negativos com função de armazenamento. Ainda na base destas cabanas, foram identificadas zonas de combustão, mais propriamente lareiras estruturadas com fragmentos de



Fig. 4 - Vista geral do núcleo habitacional A (vista para Norte).



Fig. 5 - Vista de buracos de poste e lareira na Estrutura 1 do núcleo habitacional A.

tégula romana, nomeadamente na Estrutura 1, reforçando estas evidências ainda mais o carácter habitacional/doméstico destas estruturas negativas.

Durante a fase de escavação destas estruturas e após a fase de estudo das mesmas, não foi possível esclarecer alguns aspetos funcionais relativos à ocupação dos contextos habitacionais referidos, nomeadamente no que concerne ao local de entrada nas eventuais habitações. Com efeito, a diferença de cotas entre o topo e a base dos fundos de cabana identificados sugere a provável utilização de escadas, fabricadas num material perecível, no acesso ao interior destas estruturas habitacionais,

podendo especular-se que os buracos de poste identificados poderiam não servir na totalidade para suportar uma cobertura, mas nalguns casos serem utilizados como apoio de algum tipo de escada.

Os dados analisados apontam para que de todas as habitações, as Estruturas 1 e 2 tenham sido as que tiveram um maior período de ocupação/utilização do espaço. Este facto é bastante evidenciado quando se observa a existência de diferentes níveis de pavimentação nestas duas estruturas, sugerindo que os níveis de piso de circulação sofreram ao longo da sua utilização desgaste, obrigando a trabalhos de reparação/remodelação. Para além destes trabalhos de manutenção do espaço, foi perceptível que, em determinada fase da sua ocupação, estas estruturas foram alvo de alterações mais profundas, observando-se que a passagem que existia entre ambas foi obstruída com a construção de uma parede, tendo a vala de fundação desta estrutura cortado os pisos pré-existentes no local. O objetivo desta ação é-nos desconhecida, podendo especular-se que a referida estrutura pudesse servir de delimitação entre os dois espaços. No entanto, não foi observada qualquer abertura, tipo porta ou vão, que pudesse ser usada para esse efeito, restando-nos a hipótese de alguma destas duas estruturas ter deixado de ser utilizada, tendo por isso sido tapada. Para além dos fundos de cabana, foram identificadas algumas estruturas que poderiam ter servido de apoio à habitabilidade deste espaço, nomeadamente estruturas negativas tipo “fossa”, uma caleira e vários fornos.

Em relação às estruturas negativas tipo “fossa”, refira-se que apesar de se terem identificado dezenas de fossas no sítio, enquadráveis neste período de ocupação, não foi possível determinar exatamente quais ou quantas se relacionam diretamente com a ocupação destas habitações. É, no entanto, evidente que pelo menos parte estará

efetivamente ligada a esta ocupação. Algumas destas estruturas negativas terão certamente servido como local de armazenamento, tendo-se identificado, no fundo de um destes negativos, um recipiente cerâmico com sementes no seu interior, para além do caso de fossas que serviram de apoio a recipientes cerâmicos de grande dimensão.

A supracitada caleira era construída em alvenaria, sendo o seu fundo, onde circularia a água, constituída por telhas de meia cana viradas ao contrário, não tendo sido possível determinar de onde e para onde iria, nem a sua função, de escoamento ou de abastecimento de água, dado a reduzida dimensão do troço da caleira que nos chegou (Fig. 6). A referida caleira localizava-se entre as Estruturas 2 e 4.



Fig. 6 - Vista da caleira entre as Estruturas 2 e 4 do núcleo habitacional A.

Junto destes fundos de cabanas observou-se também a existência de dois fornos com câmara de combustão (Fig. 7). Estes eram construídos em tijolo burro, do tipo vertical, apresentando plano circular, sendo visível num deles um pequeno corredor em frente da câmara, observando-se ainda a existência de suportes axiais para a grelha, junto das paredes, constituídos também por tijolo burro. Associados a estes fornos foram identificados vários depósitos com cinzas, carvões



Fig. 7 - Forno em tijolo escavado no substrato geológico a sudoeste da Estrutura 1 do núcleo habitacional A.

e a frequente presença de cerâmica na sua composição, que estarão relacionados com a atividade destas estruturas de combustão, nomeadamente na sua limpeza. Observa-se o facto de a utilização destes fornos não ser completamente contemporânea da ocupação de todas as estruturas supracitadas, tendo-se demonstrado a nível estratigráfico que, pelo menos no caso da Estrutura 2, esta já estaria aterrada aquando da deposição de alguns depósitos relacionados com a utilização dos fornos. Para as restantes estruturas, não foi possível aferir estratigraficamente se serão ou não contemporâneas dos fornos. Porém, tendo em conta as realidades estudadas noutros locais com as quais foi possível estabelecer analogias, como sendo o sítio de Buzanca 2 (Penedo Cobo, 2006) ou de La Recomba (Penedo Cobo e Sanguino Vázquez, 2009), poderá induzir-se que pelo menos algumas das estruturas habitacionais estariam em uso simultâneo com os referidos fornos.

Além destes dois fornos mais próximos das estruturas de cabana, foram identificados outros fornos ao longo da encosta onde se implanta o sítio arqueológico, dividindo-se os mesmos em duas tipologias distintas: um primeiro tipo, ao qual pertencem os dois fornos já descritos, escavado no substrato geológico, com uma câmara de combustão circular

e um pequeno corredor, estruturado com tijolo burro; e um segundo tipo em que o forno é apenas constituído por uma interface negativa subcircular escavada no substrato geológico, sendo observável neste tipo de forno que as paredes se encontram “queimadas” (Fig. 8). Os fragmentos de cerâmica comum recolhidos nestas estruturas apenas permitem perceber que estes se enquadram no mesmo período cronológico balizado entre os séculos VI e VIII não possibilitando, no entanto, aferir se existe uma contemporaneidade na sua utilização, podendo apenas colocar-se a hipótese, tendo em conta a existência de dois tipos diferentes de forno, que não existiu uma utilização simultânea de todos os fornos.



Fig. 8 - Forno escavado no substrato geológico entre o núcleo habitacional A e o núcleo de necrópole C.

Relativamente ao tipo de produção associado a estas estruturas de combustão, e considerando a presença frequente de fragmentos de cerâmica comum na composição dos depósitos associados à utilização dos referidos fornos, poder-se-á colocar a hipótese de estes estarem relacionados com a produção de cerâmica em pequena escala. No entanto, a informação disponível não é suficiente para comprovar esta interpretação.

Os materiais recolhidos e identificados nestes contextos reportam-se fundamentalmente a fragmentos de cerâmica comum, de uso doméstico, destacando-se em termos de formas os recipientes

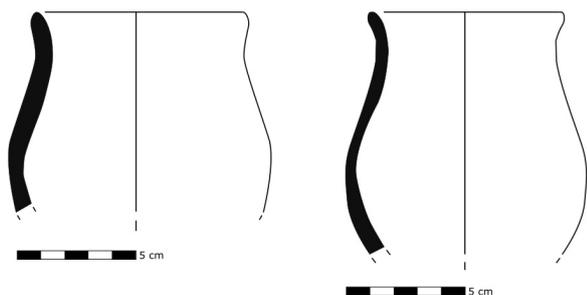


Fig. 9 - Potes.

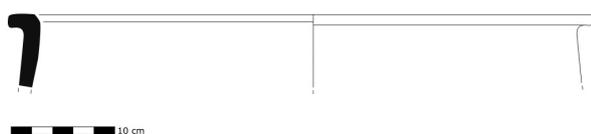


Fig. 10 - Alguidar.

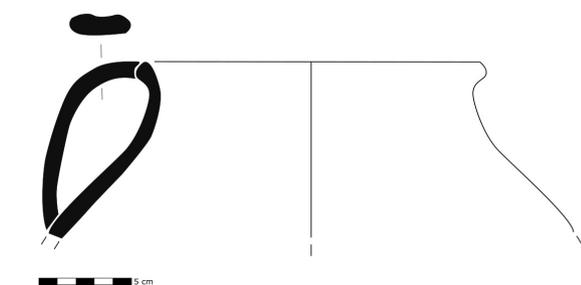


Fig. 11 - Panela.

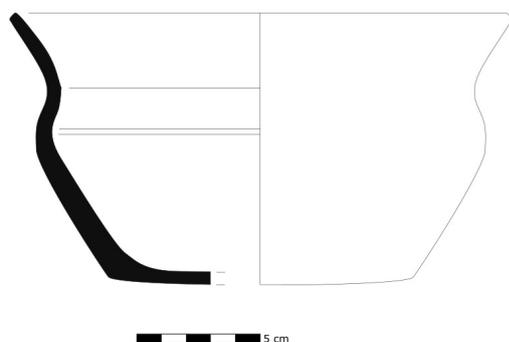


Fig. 12 - Tijela.

de armazenamento, tipo pote (Fig.9) e alguidar (Fig.10), cerâmica de uso na cozinha, como sendo panelas (Fig.11) tigelas (Fig.12) e jarros (Fig.13), predominando as pastas de coloração laranja. As formas aqui apresentadas poderão encontrar paralelos em peças identificadas noutros sítios com esta cronologia, como, por exemplo, é o caso de Toldo de Minateda em Espanha (Amorós Ruiz e Gutiérrez Lloret, 2018) ou nas necrópoles



Fig. 13 - Jarro trilobado.

da Azinhaga da Boa Morte e Tapada do Manuel Antunes, em Castelo de Vide (Prata, 2012).

### Contextos funerários

No topo da elevação onde se implanta o sítio, foram identificados dois núcleos (C e D) de sepulturas, um mais a oeste e outro mais a noroeste dos núcleos habitacionais. No total foram identificadas 20 sepulturas, das quais se intervieram apenas 12. No núcleo C, localizado mais a noroeste, foram escavadas todas as suas 10 sepulturas, tendo-se identificado neste núcleo uma sepultura dupla. Relativamente ao núcleo D (Fig. 14), situado na zona mais oeste do sítio, este era também composto por 10 enterramentos, tendo neste caso sido apenas escavadas duas destas estruturas e permanecido as restantes seladas no local.



Fig. 14 - Vista geral do núcleo D.

As sepulturas intervencionadas consistiam numa fossa alongada, aberta no substrato geológico, dentro da qual foi construída uma caixa funerária em blocos de granito e materiais de construção romanos (*lateres* e *tegulae*). Dentro desta caixa, de forma retangular ou, em alguns casos, ligeiramente antropomorfizada (alargando na zona dos ombros e estreitando aos pés), encontrava-se inumado um indivíduo adulto ou imaturo, em decúbito dorsal, e, na maioria dos casos, com os braços estendidos ao longo do corpo, e as mãos colocadas sobre a pélvis ou ao lado das pernas. Exceto num dos exemplos observados, a orientação das inumações dentro da sepultura era de oeste para este. Em alguns casos, a presença de uma tampa constituída por blocos de granito ou *tegulae* parece-nos indicar que o corpo do defunto estaria originalmente protegido do solo circundante dentro da caixa funerária. Conforme mencionado, as sepulturas apresentavam um carácter individual, no entanto, identificou-se um caso de sepultura dupla, na qual se preservava a individualidade no que respeita a um enterramento por caixa funerária, mas em que se construíram duas dessas estruturas lado a lado, apenas separadas por um pequeno murete central (Fig.15).



Fig. 15 - Vista de sepultura dupla (sepulturas 4 e 5).

Embora a prática funerária seja a da inumação individual, algumas sepulturas apresentam evidência de reutilização, na forma de ossários compostos pela redução óssea de um ou mais indivíduos, normalmente colocados aos pés da sepultura. A reutilização de algumas sepulturas, e a inexistência de qualquer tipo de distúrbio provocado pela abertura de novas sepulturas, parece indicar que todas as sepulturas estariam originalmente identificadas à superfície por uma marca ou estrutura funerária identificativa.

Em relação aos materiais associados às sepulturas, para além de pequenos fragmentos cerâmicos, foram recolhidos alguns objetos de adorno pessoal, como brincos do tipo argola (Fig. 16), com paralelos noutras necrópoles de época visigótica como o caso de Tinto Juan de la Cruz, na zona de Madrid (Barroso Cabrera *et al.*, 2006), no mosteiro do Monte Mosteiro em Mértola (Lopes, 2011) ou na necrópole da Abuxarda em Cascais (Arezes, 2005). Numa das sepulturas foi também encontrada uma fivela metálica (Fig. 17), encontrando-se peças semelhantes nos depósitos do Museu Nacional de Arqueologia (Arezes, 2010) ou na necrópole de Gózquez de Arriba em San Martín de la Veja em Espanha (Barroso Cabrera e Morín de Pablos, 2006).



Fig. 15 - Brincos recolhidos numa sepultura do núcleo C.

### Considerações finais

No atual território português existem várias necrópoles enquadradas neste período que foram já estudadas e publicadas, no entanto, não são conhecidos muitos contextos similares no que respeita aos contextos não funerários, tendo neste caso sido possível identificar o sítio da Horta da Figueira 6, na zona de Portel (Ramos, 2005), com contextos habitacionais semelhantes aos identificados em Vale de Barrancas 1. Porém, no caso espanhol, estas realidades encontram-se mais divulgadas, mostrando grandes semelhanças destas estruturas de tipo cabana observadas em Vale de Barrancas 1 com as de sítios arqueológicos de cronologia visigoda localizados, por exemplo, nos arredores de Madrid, como Buzanca 2, Bajo del Cercado e El Guijo (Penedo Cobo e Sanguino Vázquez, 2009). Nestes sítios, os fundos de cabana apresentavam plantas ovaladas, quadrangulares ou retangulares, encontrando-se associados a estruturas de combustão tipo forno, sendo nalguns casos observada a existência de depósitos resultantes da limpeza destas estruturas de combustão e estruturas negativas do tipo silo. A semelhança entre os contextos de época visigótica na zona de Madrid e os registados em Vale de Barrancas 1 é evidente, quer ao nível da planta das estruturas habitacionais, quer ao nível dos fornos e das estruturas negativas de tipo silo associadas a estas realidades. Saliente-se que no caso deste sítio não foi possível atribuir a função de silo às fossas



Fig. 16 - Fivela recolhida numa sepultura do núcleo C

intervencionadas, à exceção da fossa 22 onde foi recolhido um recipiente cerâmico contendo sementes. No entanto, não se exclui a hipótese de algumas, ou a totalidade, destas fossas poder ter desempenhado essa função em determinado período da sua utilização. Refira-se ainda a caleira registada na zona entre as Estruturas 2 e 4, para a qual se encontra paralelo no sítio de La Recomba (Penedo Cobo e Sanguino Vázquez, 2006), onde é descrita a existência de uma canalização de planta linear com função de drenagem, sendo que no caso do sítio em análise, o troço de caleira identificado aparenta fazer uma curva, não tendo sido possível determinar a sua função devido ao mau estado de conservação em que se encontrava. Em relação aos materiais arqueológicos, importa apenas realçar a existência de fragmentos de cerâmica a torno lento, situação também recorrente nalguns dos sítios supracitados.

Outro aspeto a realçar, e tal como verificado em sítios do atual território espanhol, como por exemplo Tinto Juan de la Cruz (Barroso Cabrera *et al.*, 2006), também em Vale de Barrancas 1 foi identificada uma zona de necrópole passível de ser associada a estes contextos habitacionais. De facto, localizado no topo da elevação onde se localiza o sítio, no limite oeste, foram escavadas 12 sepulturas e identificadas outras 8, sendo que estas últimas não foram intervencionadas. A maioria das sepulturas consistia numa vala aberta no substrato geológico, dentro da qual foi construída

uma caixa funerária, com materiais de construção (blocos de gabro-diorito, tijolo e *tegulae*) de forma retangular ou, em alguns casos, ligeiramente antropomorfizada (alargando na zona dos ombros, e estreitando aos pés). Em relação aos materiais recolhidos na necrópole destacam-se a fivela e dois brincos em bronze provenientes das sepulturas 1, 4 e 10 que, como já foi referido anteriormente, são ocorrência frequente em necrópoles do período visigótico.

Face ao que foi exposto, podemos afirmar que alguns dos contextos intervencionados em Vale Barrancas 1, designadamente os fundos de cabana, os vários fornos, onde eventualmente poderá ter sido fabricada cerâmica em pequena escala, e a necrópole localizada a oeste, constituem um exemplo de contextos habitacionais e de necrópole enquadrados no período de ocupação visigótica entre os séculos VI e VIII na zona sul do atual território nacional.

## Bibliografia

- AMORÓS RUIZ, Victoria; GUTIÉRREZ LLORET, Sonia (2018). Los siglos VII y VIII a través de los contextos cerámicos de El Tolmo de Minateda. In Iñaki Martín Viso; Patricia Fuentes Melgar; José Carlos Sastre Blanco; Raúl Catalán Blanco (coords.) *Cerámicas altomedievales en Hispania y su entorno (siglos V-VIII d.C.)*. Valladolid: Glyphos, pp. 521-544.
- AREZES, Andreia (2010). *Elementos de adorno altomedievicos em Portugal (séculos V a VIII)*, Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade Letras da Universidade do Porto. Texto policopiado.
- AREZES, Andreia (2015). *Ocupação “germânica” na alta idade média em Portugal: As necrópoles dos séculos V a VIII*, Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade Letras da Universidade do Porto, Vol.II. Texto policopiado.
- BARROSO CABRERA, Rafael; MORÍN DE PABLOS, Jorge (2006). Arqueología funeraria de época visigoda en la Comunidad de Madrid: la toréutica. *Zona Arqueológica*, 8, 3 (Ejemplar dedicado a: La Investigación de época visigoda de la Comunidad de Madrid). Alcalá de Henares, Madrid: Museo Arqueológico Regional, pp. 717-734.
- BARROSO CABRERA, Rafael; MORÍN DE PABLOS, Jorge; PENEDO COBO, Eduardo; OÑATE BAZTÁN, Pilar; SANGUINO VÁZQUEZ, Juan (2006). La necrópolis visigoda de Tinto Juan de la Cruz (Pinto, Madrid). *Zona Arqueológica*, 8, 2 (Ejemplar dedicado a: La Investigación de época visigoda de la Comunidad de Madrid). Alcalá de Henares, Madrid: Museo Arqueológico Regional, pp. 537-566.
- LOPES, Virgílio; SERRÃO, João; RAFAEL, Lígia; MURTEIRA, Jorge (2011). *O Mosteiro do Monte Mosteiro*. Mértola: Câmara Municipal de Mértola.
- PENEDO COBO, Eduardo (2006). El yacimiento visigodo de Buzanca 2. In *Zona Arqueológica*, 8, 2 (Ejemplar dedicado a: La Investigación de época visigoda de la Comunidad de Madrid). Alcalá de Henares, Madrid: Museo Arqueológico Regional, pp. 617-624.
- PENEDO COBO, Eduardo; SANGUINO VÁZQUEZ, Juan (2006). El yacimiento visigodo de la Recomba. *Zona Arqueológica*, 8, 2 (Ejemplar dedicado a: La Investigación de época visigoda de la Comunidad de Madrid). Alcalá de Henares, Madrid: Museo Arqueológico Regional, pp. 605-614.
- PENEDO COBO, Eduardo e SANGUINO VÁZQUEZ, Juan (2009). Documentación de aldeas altomedievales en el sur de Madrid. In Juan Antonio Quirós (dir.) *The archaeology of early medieval villages in Europe*, Documentos de Arqueología e Historia, 1. Bilbao: Universidad del País Vasco, pp. 341-354.
- PRATA, Sara Maria Sena Esteves (2012). *As necrópoles alto-medievais da Serra de São Mamede (Concelhos de Castelo de Vide e Marvão)*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa. Texto policopiado.
- RAMOS, Ana Cristina (2005). *Horta da Figueira 6. Portel. Plano de Minimização de Impactes sobre o Património Arqueológico na área do regolho da Barragem I, II e III dos Álamos*. Relatório dos Trabalhos Arqueológicos de 2005. ERA Arqueologia, S.A.

# LA TORRE EMIRAL DE IDANHA-A-VELHA

*Recibido: 8 de Maio de 2017 / Aprovado: 29 de Dezembro de 2018*

**Antonio Malalana Ureña<sup>1</sup>**

Universidad CEU San Pablo

**Jorge Morín de Pablos<sup>2</sup>**

AUDEMA

## Resumen

La literatura científica publicada hasta la fecha cataloga la torre de Idanha-a-Velha como templaria. Habitualmente, se ha utilizado como referencia documental una inscripción, fechada a mediados del siglo XIII y ubicada en el arco del acceso en altura. Sin embargo, otra serie de datos, fundamentalmente arqueológicos, nos ha llevado a plantear una hipótesis yuxtapuesta: dicha torre habría sido erigida a lo largo de los siglos IX-X. En los últimos años, un equipo multidisciplinar ha formalizado una revisión crítica de la literatura científica –bibliografía y literatura gris- y ha puesto en marcha un conjunto de métodos arqueológicos no invasivos. A partir de aquí, hemos querido replantear la lectura del edificio, principalmente de sus paramentos. Desde este instante, el planteamiento de la investigación se centraría en contextualizar correctamente este ejemplo singular de la arquitectura militar medieval. Los datos resultantes han supuesto un giro importante para la historia local.

**Palabras-clave:** Garb al-Andalus; Idanha-a-Velha; arquitectura militar andalusí; siglos IX-X; torres independientes.

## Abstract

The scientific literature published to date catalogs the tower of Idanha-a-Velha as Templar. An inscription, dated in the middle of century XIII and located in the arch of the access in height is usually the documentary reference. However, another series of data, mainly archaeological, has led us to propose a juxtaposed hypothesis: this tower would have been erected during the IX-X century. In recent years, a multidisciplinary team has formalized a critical review of the scientific literature -bibliography and gray literature- and has set in motion a set of non-invasive archaeological methods. From here, we wanted to rethink the reading of the building, mainly its facades. From this moment on, the research approach would focus on correctly contextualizing this unique example of medieval military architecture. The resulting data has been a major turning point in local history.

**Keywords:** Garb al-Andalus; Idanha-a-Velha; Andalusí military architecture; IX-X centuries; independent towers.

---

<sup>1</sup> malalana.fhm@ceu.es.

<sup>2</sup> jmorin@aduema.com

## Introducción

En el punto más alto de la ciudad intramuros se localiza un “castillo”. La primera referencia visual de este complejo procede del *Livro das fortalezas* de Duarte d’Armas, un documento que fue preparado entre 1495 y 1521. En uno de los folios aparece representada la fortaleza del cerro de Monsanto. Al lado derecho del espectador, en el llano, también sería esbozado el perfil idealizado de Idanha-a-Velha (Fig. 1).

En la ilustración destacan varios detalles, como el delineado de un muro perimetral, que nos aporta el dibujo de una planta cuadrangular. No se trata de la representación idealizada de la muralla urbana, sino de un segundo recinto, de menor tamaño, independiente, que cerca la torre, constituyendo un conjunto que perfectamente podría

ser entendido como un “castillo”; un esquema defensivo que estaría constituido por un edificio, exento, más una cerca que protege y aísla dicha torre del resto del hábitat.

La misma estructura, en uno de los documentos del *Tombo da Comenda* de Idanha-a-Velha (nº 142, fol. 77) fechado en 1505, será descrita como una “barbacana”. En el texto se indica como este lugar «tem huia torre de canto lavrada e forte cõ repartimientos dentro da qual ora sta descuberta e desmadeirada e sem portas e sohia ser apousentamento do comendador desta comenda. Darredor tem huia cerca baixa como barbacãa de pedra e barro quasi toda derribada» (Almeida, 1956: 350). El perímetro conservado del muro coincide, perfectamente, con la planta del criptopórtico vinculado al templo de Venus. Una estructura sólida que permitiría el anclaje de la cimentación del

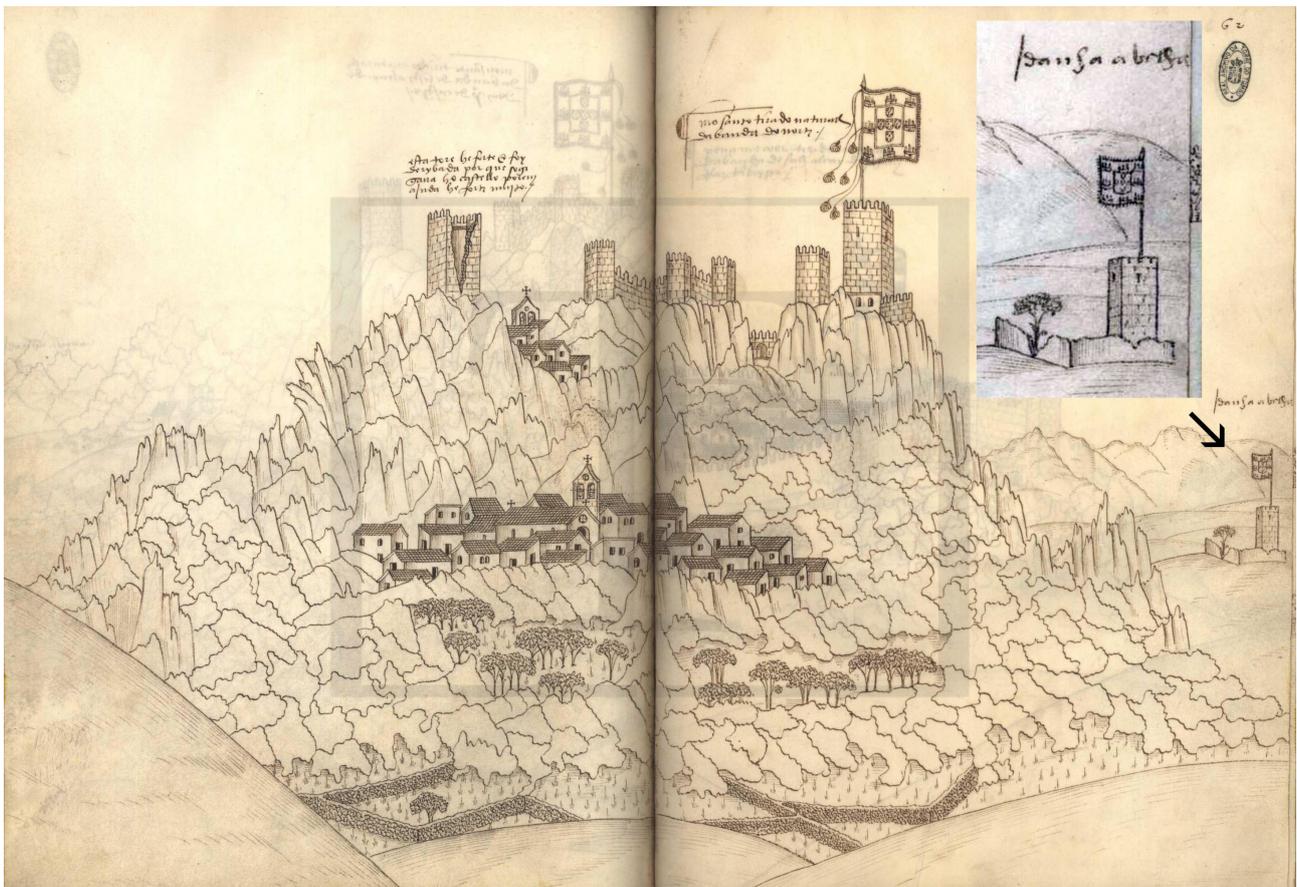


Fig. 1 - Fortaleza de Monsanto. A la derecha, ampliado, el detalle de la torre de Idanha-a-Velha. Duarte d’Armas, *Livro das fortalezas* (1495-1521).

citado edificio. Del mismo modo, se configuraría una plataforma horizontal, que nivelaba la cota más alta de *Egitania* y consolida la función de observatorio de este punto (Fig. 2).



Fig. 2 - Criptopórtico del templo de Venus reconvertido en un espacio cercado alrededor de la torre.

Centrándonos en el edificio, hoy por hoy, viene siendo interpretado como una torre de homenaje, datada, en 1245, gracias a la inscripción localizada en el tímpano del acceso primitivo de la torre (Barroca, 1999: insc. nº 324; 1999: I, 332; 2000: 222). Asimismo, el texto habría sido utilizado para incluir la obra dentro una serie de fortificaciones erigidas en Portugal por los templarios (Barroca, 1990-1991: 91)

Desde nuestra perspectiva, creemos que tanto la cronología, como la responsabilidad de la obra deberían corregirse. La propuesta tendría que ir acompañada de un profundo estudio del edificio. Asimismo, debemos tener en cuenta la contextualización del “castillo” dentro de una entidad principal, como un elemento más que se integraba en un paisaje cultural: Idanha-a-Velha, pero enmarcado dentro de la etapa andalusí.

En la edición anterior de este congreso presentamos un trabajo que intentaba poner orden, precisamente, en el registro arqueológico para los siglos VIII-XI. Planteábamos dudas sobre las hipótesis propuestas para el *Palatium*, insinuándose una

fase como mezquita, y para el perímetro murado, defendiéndose como una obra ejecutada por los musulmanes. Para el primero de los casos, no encontramos en el edificio ninguna huella que permite confirmar dicho uso. Y para las murallas, creemos que es necesario plantear un proyecto integral, iniciativa que ya está en marcha y que podría solucionar las dudas que genera este icono (Malalana, Sánchez y Morín, 2018).

En cualquier caso, hoy por hoy, sí contaríamos con algunas referencias arqueológicas incuestionables. Durante la intervención arqueológica de 2014, fue excavado, en el denominado Sondeo I, un silo basurero, cuyo relleno aportaría materiales cerámicos andalusíes fechados entre los siglos X-XI (Sánchez y Morín, 2015: 133-135). Un segundo dato, aunque este procede de la década de los cincuenta del pasado siglo, tiene que ver con el hallazgo de tres *dirhams*, fechados entre los años 778-842. Este pequeño conjunto monetario forma parte de los materiales exhumados durante la intervención dirigida por Fernando de Almeida en el interior de la torre (Almeida, 1957).

### 1. Características generales de la torre de Idanha-a-Velha

La torre de Idanha se asienta sobre el *podium* de un templo romano, quizás erigido a Venus (Almeida, 1970: 133-139), durante la primera mitad del siglo I d.C., por un tal Modestino, como reza en una de las inscripciones de la ciudad (Alarcão, 1987: 108).

Arquitectónicamente, el templo cuenta con un perfil que se asemeja al que tendría el levantado en el foro de la ciudad romana de *Ammaia* y en otras *ciuitas* de la Lusitania.

Por otra parte, el templo está fundado sobre una terraza –el criptopórtico–, espacio que debe tratarse como un emplazamiento privilegiado (Mantas,

2010: 183). Por consiguiente, la elección de este punto para levantar una torre era una decisión lógica.

La reutilización de grandes edificios romanos ha sido habitual. En Évora, el templo de Diana sería reconvertido en una fortaleza durante la Edad Media (Pereira, 1886: 5). Cuando, el 19 de agosto 913, Ordoño II lanza la incursión que le permitiría asaltar y destruir este enclave, los cronistas recogen un interesante episodio. Una decena de hombres, con sus familias, buscaría refugio en “algunos edificios antiguos, que encaramados en lo más alto de ellos” y “haciéndose fuertes”, permitiría ganar un tiempo precioso. Durante la noche, aprovechando la oscuridad y la confusión, conseguirían huir para ponerse a resguardo en la ciudad de Beja (Crónica anónima, 1958: III; Ibn Ḥayyān, 1981: 82). Los viejos edificios citados por el cronista deberían interpretarse como torres (Espanca, 1966: 16), siendo más que probable que el templo de Diana fuese una de ellas.

A continuación, presentamos las características generales de la torre de Idanha-a-Velha.

La planta de la torre es rectangular y cuenta con las siguientes medidas: 9,20 m de ancho y 17,40 de largo. Recordemos, que esta estructura formaría

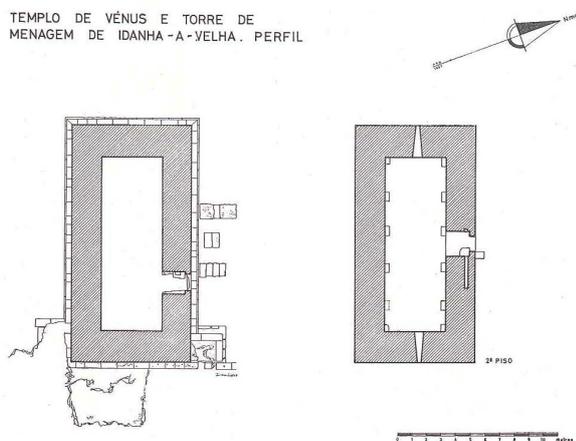


Fig. 3 - Planta de la torre de Idanha-a-Velha (Almeida, 1970: 134).

parte del plinto de un templo romano, obra que ahora ha sido reutilizada como una imponente cimentación. Sin embargo, el cuerpo de la torre retranquea unos 50 cm, por lo que las medidas reales serían 8,70 x 16,90 m (Fig. 3).

El desarrollo vertical de la estructura es peculiar, pues, además de contar con la sólida base que proporciona el plinto del templo, tendría una zarpa, de casi 3 m de altura, escalonada y formada por cuatro hiladas. El alzado, incompleto, aún conserva doce hiladas, unos 9 m de altura. Es muy probable que el edificio sufriera graves daños durante el siglo XII. Idanha-a-Velha, supuestamente, en 1133, habría sido destruida por los almorávides capitaneados por el emir Tāchfin b. ‘Alī (Ibn Abi Zar’, 1964: 321; Huici Miranda, 1960: 539; Velho, 1979: 45-47) (Fig. 4).

Entendemos que, por la posición del acceso en altura, faltaría la tercera de las plantas del edificio y la cubierta. Por tanto, la torre contaría con tres estancias, la inferior –ciega-, la intermedia -conectada con el exterior-, la superior y la terraza.

Los muros, al exterior y en sus cuatro lados, no están edificados a plomada, sino que presentan un alzado ligeramente ataludado. El ancho de los muros, cuyas medidas han tenido como referencia el vano de la puerta gótica, se aproxima a los dos metros, por lo que nos deja un espacio intramuros cercano a los 100 m<sup>2</sup>.



Fig. 4 - Fotogrametría exterior de la torre. Cara Norte. Global Arqueología.

La fachada principal está orientada al Norte, allí se encuentra el acceso al interior, ubicado en altura, centrado horizontalmente y a unos 4,5 m por encima del plinto romano. El vano sobresale por varias peculiaridades. La primera se centra en las jambas de la puerta, pues los sillares son de mayor tamaño y se disponen siguiendo cierto sistema de cremallera. Sobre las jambas tendríamos ménsulas, elementos que sustentan un arco de descarga de medio punto. Este arco debe aliviar la carga sobre las ménsulas. Asimismo, el hueco del arco está cegado mediante un dintel semicircular que se adapta al intradós y que se asienta sobre las ménsulas. Esta pieza completa la tarea de aligerar los empujes que soportaría el arco de descarga y las ménsulas. Curiosamente, es aquí en donde encontramos la inscripción de mediados del siglo XIII.

En el interior del acceso, e inmediatamente por detrás de las ménsulas, tenemos las quicialeras para una puerta de doble batiente. El pasillo de acceso al interior tiene una cubierta en bóveda de cañón. Para alcanzar el interior podría emplearse dos sistemas. Por la documentación de varios sistemas de soporte, incluido un canecillo, podríamos pensar que la torre dispuso de una escalera de tramos, construida en madera y de carácter efímero. No obstante, como ocurre en otros ejemplos peninsulares, cabe otra opción, que se recurriera a una escala. En ambos casos su destrucción o retirada suponía aislar el interior de la torre ante posibles asaltantes.

En el resto de las fachadas, en la parte superior, coincidente con la segunda planta, se abren sendas aspilleras.

El interior de la torre mantiene las características generales (Fig. 5).

En la línea de la rasante del suelo del acceso en altura se distribuyen regularmente, en las paredes norte y sur intramuros, varios canecillos pétreos (cinco por lado, más una en cada ángulo) que

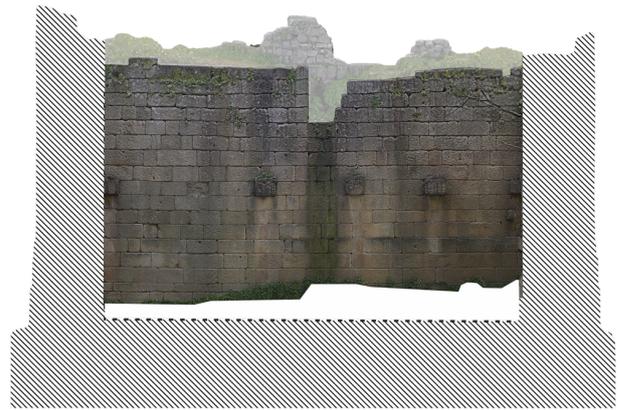


Fig. 5 - Fotogrametría interior de la torre. Cara sur. Global Arqueología.

sobresalen de la vertical de dichos muros y que tenían como función la sustentación de las grandes vigas de madera que deberían soportar el suelo entre las estancias, inferior e intermedia.

Los muros de la torre están edificados mediante un aparejo isódomo, empleando para ello bloques de granito paralelepípedos dispuestos en hiladas horizontales, pero en la modalidad de soga y tizón. El uso de materiales expoliados –*spolia*– certificaría que la cantera fue la propia ciudad antigua romana y visigoda. Como contrapunto, aunque consideramos que forma parte de la misma fase, las dos primeras hiladas -con 56-57 cm de grosor- de la zarpa cuentan con sillares de granito rosado de mayor tamaño. Los sillares están colocados a hueso (Fig. 6).

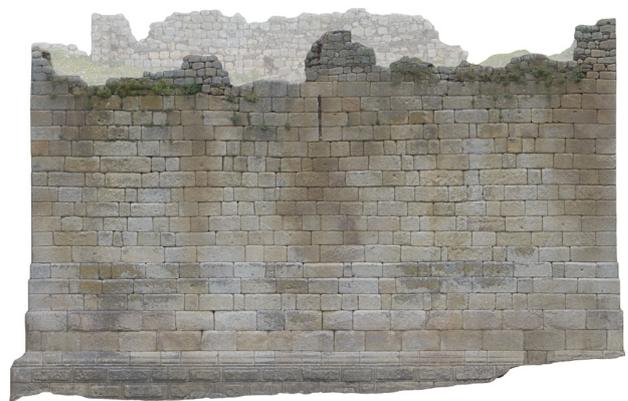


Fig. 6 - Fotogrametría exterior de la torre. Cara sur. Global Arqueología.

Todas las hiladas mantienen cierta uniformidad, apenas tenemos engatillados, pues las piezas tienen un grosor parejo, entre 43, 44 o 45 cm, por lo que contemplamos un aparejo muy regular, sin necesidad de recurrir a los engatillados, ni al ripio para nivelar. Concluyendo tenemos una apariencia estética de regularidad, perfección y resistencia.

Al margen de la plataforma del templo romano y del núcleo principal correspondiente a la torre primitiva, podríamos distinguir otras actuaciones posteriores.

Esta transformación se centra en la fachada principal de la torre y en las zonas altas de los muros.

Literalmente, se romperá el muro con el objetivo de abrir una nueva puerta que debería procurar un acceso más sencillo. Y aunque los materiales empleados sigan siendo los mismos, al recolocar o retallar algunos de los sillares, se rompe la estética homogénea. Otro de los elementos que cambian es el arco, ahora apuntado (Fig. 7).



Fig. 7 - Cara norte, detalles de los accesos.

La siguiente remodelación se desarrolla en la parte superior de la torre. Aparentemente, funciona como un “recrecimiento”, levantado con mampuesto regularizado de mediano tamaño. Junto a dicha ampliación se incorporó un matacán en la vertical de la segunda puerta.

## 2. La metodología ‘no invasiva’ para el estudio

Los objetivos que nos hemos marcado giran en torno a la puesta en marcha de los trabajos necesarios para comprender el proceso constructivo de esta fortificación exenta y sus posteriores modificaciones, alteraciones o mejoras. Como hipótesis planteamos que la torre fue erigida en un momento determinado del Emirato de Córdoba, a lo largo de los siglos IX-X.

Con el fin de poder abordar dicho estudio hemos seguido una serie de pautas, un conjunto de métodos y técnicas de investigación que creemos son los adecuados para demostrar la hipótesis planteada.

Metodológicamente, nuestro estudio arranca mediante la aplicación de las técnicas tradicionales, como la lectura de la literatura científica, de las fuentes narrativas y de las fuentes documentales. Por tanto, partimos de una triple contextualización, del territorio, de la época y de la arquitectura.

Este proceso incluye la toma de notas descriptivas sobre el terreno, mediciones básicas y la documentación fotográfica del monumento. Posteriormente, en laboratorio serían esbozados varios dibujos, siempre de carácter vertical. Todo ello debería permitirnos elaborar una lectura de paramentos, tanto los de las paredes exteriores como los de las interiores, con un claro énfasis en la identificación de las distintas fases constructivas. La reconstrucción virtual de la torre se ha completado con referencias arquitectónicas de otras construcciones históricas similares. El primer paso del proceso ha sido la realización de volumetrías como herramienta de trabajo para la toma de decisiones del aspecto general de la construcción. Para la reconstrucción virtual a nivel de detalle de la sillería de la torre, se ha tenido en

cuenta las características singulares de los sillares originales con la que se, por lo que se ha tomado la decisión de dibujar la muralla y las distintas fachadas mediante un método de trabajo más laborioso, creando un modelo 3D piedra a piedra en vez de realizar un único volumen de cada paño con una textura simulando el despiece de los sillares (Fig. 8).

### 3. Marco cultural y cronológico de la torre

La zarpa o zócalo escalonado –escarpa de gradas para J.G. Gaya Nuño (1943: 442)-, es una de las técnicas empleadas en numerosas fortificaciones andalusíes peninsulares. La zarpa es una respuesta arquitectónica distintiva. Principalmente, su funcionalidad es la resolución de las edificaciones sobre una orografía compleja: tiene un sentido de regularización y horizontalidad, que puede suplir o no la del terreo sobre el que se asentará el edificio. Por tanto, esta técnica ofrece una base sólida,

ancha y regular para el desarrollo de la estructura principal, ya sea lienzo, torre de flanqueo o torre independiente. El ejemplo principal sería la alcazaba de Mérida, pero esta técnica constructiva también la encontraríamos en otras fortificaciones, como las de Coria, Talavera, Toledo, Madrid, etcétera (Martínez, 1990: 171; 1991: 21-26). El siguiente de los perfiles técnicos, los paramentos ataludados, también es una de las características estilísticas arquitectónicas andalusíes, aplicada fundamentalmente para las torres aisladas, pero también en torres de flanqueo (Martínez, 1990: 153-154; 1991: 27-36). Un tercer elemento a analizar se centraría en la puerta de acceso en altura de la torre, sobre todo cuando en el tímpano se sitúa la inscripción del siglo XIII, documento empleado habitualmente para concretar una cronología absoluta para la construcción del edificio.

Como señalábamos más arriba, el vano sobresale por varias peculiaridades. La primera se centra en las jambas de la puerta, pues los sillares son de



Fig. 8 - Una de las reconstrucciones propuestas. 3D del conjunto formado por torre y recinto perimetral (Arquitecto Alfredo Santonja).

mayor tamaño y se disponen siguiendo cierto sistema de cremallera. Sobre las jambas tendríamos ménsulas, elementos que sustentan un arco de descarga de medio punto. Asimismo, el hueco del arco está ocupado por un dintel semicircular que se adapta al intradós del arco y que se asienta sobre las ménsulas. Esta pieza tendría como función principal aligerar los empujes que soporta el arco de descarga, sobre todo cuando se quiere compensar la falta de dintel horizontal. En cualquier caso, este tipo de puerta es icónica, pues traslada, no solo un estilo arquitectónico, sino una marca reconocible de quien impulsa la construcción.

La puerta de la torre de Idanha-a-Velha, no es un caso único, pues parece que responde a un modelo que se repite en otros puntos de Portugal, como Lamego; aunque el mayor número se concentra a lo largo de la ruta que comunica, a través del puente de Alcántara, el centro y el sureste peninsular con el Duero. La lista es interesante, pues incluye lugares como Marvão, Sabugal, Sortelha, Belmonte, Linares de Beira, Guarda, Marialva, Longroiva y Numão. Por otro lado, este tipo de técnica, el arco de descarga de medio punto sobre dintel, no es ajena a otras regiones andalusíes (Acién, 2006: 24). Es muy probable que este tipo de puerta tenga su origen en la arquitectura bizantina, palatina y militar, de los siglos VI-VII, con ejemplos en el Norte de África y en Oriente. Son ventanas y puertas adinteladas con arcos de descarga, con el intradós cegado o abierto. Ejemplos a citar, podrían ser los *qasr* de Libya (Túnez), Madauros (Argelia) (Pringle, 1981) o el palacio de Qasr Ibn Wardan (Siria) (Perich, 2013). Posteriormente, la arquitectura omeya continuaría utilizando este tipo de resoluciones, como en el Palacio de Amman –primera mitad del siglo VIII- (Almagro, 1983; Almagro, Jiménez y Navarro, 2000); e incluso en el alminar de la gran mezquita tunecina de Qayrawan -817-838-

aunque con arcos de herradura (Creswell, 1979: 144-146).

Y, finalmente, tendríamos los paramentos, caracterizados por la alternancia de la sogá y el tizón o series de tizones. Como diría L. Torres Balbás, al margen de la estética u otras consideraciones, este tipo de obra aporta consistencia y resistencia al muro y al edificio. La técnica es antigua, de origen helenístico, siendo descrita por Vitrubio (Torres Balbás, 1982: 361), aunque con escasos ejemplos para Roma. La generalización real del uso de la sogá y el tizón se alcanzaría durante el Imperio Bizantino (Adam, 1989: 117-120). Esencialmente son edificios circunscritos a la arquitectura militar del siglo VI, principalmente obras impulsadas por Justiniano, ejemplos que pueden documentarse en Oriente y en el Norte de África, entre otros, estarían los fuertes del Templo de Bel en Palmira (Siria), Sbeitla, el Capitolio de Thugga o Mactaris (Túnez), Madauros o Taoura (Argelia).

Esta técnica sería asimilada por los arquitectos de la dinastía omeya, empleándose, también, el Palacio de Amman, siendo muy visible en la muralla –lados norte y este- o en el vestíbulo del conjunto (Almagro, 1983: 54, 58, 63 y 124; Almagro, Jiménez y Navarro, 2000: 69-70). Por este motivo, todo parece indicar que los omeyas andalusíes trasladarían el estilo a la Península Ibérica (Torres Balbás, 1982: 361). Aunque también, se entiende que la arquitectura en al-Andalus es una simbiosis de las influencias externas e indígenas. Generalmente, suele utilizarse la alcazaba de Mérida, desde la perspectiva militar, como la principal obra-ícono reconocible de un estilo emiral, prototipo que rápidamente sería implantado en otros lugares. La planta regular y las torres de flanqueo cuadrangulares es una implantación en la Península de modelos orientales, de gran tradición en el *limes* romano, con fortalezas bizantinas

(Valdés, 1995: 283; 1996: 464; 2001: 349); aunque también encontrarían inspiración en la antigua fortificación local. A finales del siglo V, el dux Salla y el obispo Zenón impulsaron distintas actuaciones de mejoras para la ciudad, entre las que se incluía una profunda remodelación de las murallas de la ciudad (Alba, 1996: 372). Además de las torres cuadrangulares, la nueva obra se identificaba por su aparejo, caracterizado por el empleo de los sillares a soga y tizón. El perfil de la muralla emiral parece el reflejo en un espejo de la muralla visigoda. Así podemos contemplarlo dentro de la alcazaba, en donde las intervenciones arqueológicas nos permiten comparar ambas construcciones.

Sin embargo, con respecto al aparejo de soga y tizón deberíamos tener en cuenta la actividad de los emires en la ciudad de Córdoba, fundamentalmente, en la construcción de la Mezquita. De la fase primitiva, la impulsada por el emir ‘Abd al-Raḥmān I en 786, en los restos que aún se conservan, la fachada oriental, podemos comprobar cómo se alterna la soga y el tizón, junto a serie de tizones (Marfil, 1999: 189-192 y 193). Igualmente, encontramos este tipo de paramento en la obra del alminar de Hišām I (788-789), de planta cuadrada con 6 m por lado, y en donde comprobamos como se continua el estilo de ‘Abd al-Raḥmān I, con soga y tizón y series de tizones (Hernández, 1975: 130-132, lám. XXIII). Estamos ante un programa oficial que busca la legitimización del poder, aquí y en otras ciudades de al-Andalus, mediante la traslación de una imagen/icono común de la presencia de una dinastía, de un estado, a través, entre otros elementos, de la arquitectura militar oficial o estatal (León, 2008: 67; Azuar, 2005: 152). La lista de edificios es amplia e interesante: Mérida, Trujillo, Coria, Talavera, Toledo, Madrid, Sepúlveda, y, por supuesto, Idanha-a-Velha. Lógicamente, los ejemplos más cercanos a nuestro enclave

serían Mérida (Codera, 1902; Serra, 1946; Torres Balbás, 1982: 379-386; Feijoo y Alba, 2005; 2006; Barceló, 2004; Alba y Feijoo, 2006; Alba, Feijoo y Franco, 2009; Feijoo, 2014) y Coria (Díaz, 1956; Muñoz y Gutiérrez, 2000); pero creemos que la torre de Idanha-a-Velha plantea más similitudes con las técnicas constructivas desarrolladas en la mezquita de Córdoba.

Como afirma P. Cressier, “ninguna arquitectura oficial es inocente” (Cressier, 1991: 173). Y como vamos a ver en el siguiente párrafo, una nueva característica a añadir a esta idea de impulso estatal, se centraría en el fenómeno de *spolia*. El uso de material espoliado –*spolia*– supone una escenificación, tanto de la ruptura, como de la continuidad ligada al establecimiento de una nueva forma de gobierno, que pretende justificar, reafirmar y legitimar (Valdés, 1995: 295; Cressier, 2001: 311 y 323; Zozaya, 2013). También, Justiniano utilizaría las viejas ciudades como cantera, era un recurso natural, espoliando y saqueando los viejos edificios. Esta iniciativa, al parecer, estaba permitida por la ley y recomendada en *De Re Strategia*, tratado anónimo de época justiniana. Entre los edificios más afectados estarían los templos paganos o edificios erigidos en honor del emperador (Pringle, 1981: 133).

La reutilización de los templos y su transformación en fortalezas es paradigmática, de esta época conocemos algunos ejemplos, como el capitolio de Dugga (Túnez) o el Templo de Bel, en Palmira (Siria). Los casos de Évora e Idanha-a-Velha, demuestran la implantación del modelo bizantino en la Península Ibérica. Al-Andalus, a lo largo de los decenios, principalmente durante el Emirato y el Califato, terminará por definir una compleja organización territorial con una doble finalidad tributaria y militar. La estructura básica del poblamiento en al-Andalus, para época

omeya, queda articulada en tres tipos núcleos, el castillo o *hišn*, la alquería o *qarya* y la torre o *burj*. P. Guichard, interpretando las fuentes, identifica la alquería como una aldea, que en sí mismo es un tipo de hábitat, una unidad, un centro de explotación del territorio (Guichard, 1988: 164). Y, en muchas ocasiones alquería y *burj* podrían formar un binomio, interpretándose, en ocasiones, como un mismo elemento (Acién, 1985: 35). Por otro lado, deberíamos asimilar otro binomio: *turris-burūj* (Acién, 2002: 59). Por ejemplo, tomando como referencia *Dikr bilād al-Andalus* o al-'Uḍri en la *kūra* de Córdoba califal, podrían contabilizarse 294 *burūj* (Acién, 1992: 266). Precisamente, asumiendo estos datos, del 822 y con origen fiscal, no se debería identificar el *burj* como torre de alquería (Acién, 2006: 22). Además, existe la hipótesis que marca otras diferencias, como las plantas, el tamaño y la localización de las torres. En el caso de las *burūj*, sería una construcción aislada, tendrían una planta cuadrangular y con un mayor tamaño, estaría ubicada en un espacio llano, dependería de un propietario y tendría como función prioritaria la protección del entorno agropecuario (Zozaya, 1998: 247 y 248; 2004: 56; Acién, 2006: 22).

En cualquier caso, el número de torres cuadrangulares independientes, ya sean *burūj*, dependen de una alquería o deban ser interpretadas como almunia, es importante, distribuidas a lo largo de toda la Península y erigidas en varios momentos. Por ejemplo, la torre de la Mareca (Épila, Zaragoza) guarda muchos paralelismos con el edificio de Idanha (Cantos y Giménez, 2004). Además, tampoco es infrecuente que algunas de estas torres fueran erigidas en las antiguas sedes episcopales o en los monasterios visigodos. Podemos encontrar ejemplos significativos, además de Idanha-a-Velha, los de Segóbriga (Abascal y Almagro, 2011: 224-225), o en los monasterios Servitano (Ercavica,

Cuenca) (Barroso *et al.*, 2014: 284) de Melque y de Los Hitos (Toledo).

Las torres y otro tipo de fortificaciones eran conocidas desde el siglo II d.C. Un buen ejemplo lo encontramos en la Columna de Trajano, terminada en 114 d.C. En el primero de los frisos del bajo relieve, que conmemora las victorias sobre los dacios, encontramos algunas representaciones ligadas a la primera guerra, año 101. Esta imagen recuerda el *limes germanicus*, una línea de defensa y vigilancia configurada a mediados del siglo II en las provincias de Germania Superior y Recia. En aquel territorio fueron erigidas alrededor de 900 torres. Muchas de ellas disponían de acceso en altura, distribuyéndose el espacio interior en tres plantas: la inferior era el almacén para las vituallas; la intermedia, en donde se localizaba el acceso en altura, era la estancia principal; mientras que desde la superior la tropa proyectaba la labor de vigilancia.

Consecuentemente tenemos un tipo de fortificaciones que se mantendría, sobre todo a partir del siglo IV d.C., para la periferia oriental del Imperio. Y aunque en su génesis existió la función militar, para este momento tardío, no deberíamos desdeñar que emergieran como una construcción civil privada -como mirador- o colectiva -al servicio de una aldea-.

Con Bizancio destacaran como elemento visible del paisaje agrícola, manteniendo una funcionalidad mixta, doméstica y de protección, siendo un almacén, un punto de vigilancia y de refugio. Sin embargo, durante el siglo VI, la torre emerge como una respuesta a las amenazas exteriores, como una solución para la protección de las familias y de las comunidades de aldea, situándose tanto en los enclaves de vanguardia como de retaguardia (Decker, 2007: 507 y 517).

La expansión impulsada por Justiniano también supondría la implantación de una jerarquía en

la arquitectura militar, tanto en el Oriente, como en el norte de África. Dentro de la organización defensiva bizantina, entre los siglos VI-VII, se estructuraría en tres niveles: torres y *burgi*; castra y *castella*; fortalezas, ciudadelas y ciudades amuralladas (Pringle, 1981: 140; Băjenaru, 2010: 10). Lógicamente, dentro de este esquema nos interesa fijarnos en el primer nivel, torres/*burgi*, para poder compararlo con nuestro horizonte, *turris/burūj*. En el caso bizantino, estas estructuras serán erigidas como consecuencia de una política de consolidación del poder sobre tierras del antiguo imperio. No cabe duda, Justiniano plantea organizar el control del territorio, tanto para proteger las fronteras, como las rutas. Cada lugar elegido no solo es un punto de alto interés estratégico, sobre todo cuando no existe una línea clara que ayude a identificar la frontera, también destacarían por su alto valor económico –agricultura– (Pringle, 1981: 83-99). Las *burgi* cuentan con plantas de mediano tamaño, aunque también pueden adquirir dimensiones mayores, como Ksar el-Kebir (Argelia) -12,05 x 13,8 m y muros de 1,50 m de grosor– (Pringle, 1981: 141). Otro detalle, no menor, es la propuesta de tiempo para su construcción; como media, una torre de este tipo, y dependiendo del número de operarios, de los materiales y de la planta, tardaría en erigirse entre 100 días y cuatro años (Decker, 2007: 505-506). Por otro lado, este tipo de pequeña fortificación daría cobijo a soldados, soldados campesinos o a familias; dispondría de establos, pesebre, silos para grano, junto a un pozo o cisterna. Tanta era su importancia, que estas torres mantendrían su uso durante un largo periodo de la dominación musulmana (Pringle, 1981: 141).

En definitiva, las torres documentadas, tanto en el Oriente, como en el Norte de África son cuantiosas. Por ejemplo, en el *limes* de Palestina, entre Roma y Bizancio, el número de este tipo de fortificaciones sobrepasaría el centenar (Gichon, 1974).

Y desde entonces, las funciones y objetivos se han mantenido inalterables (Gichon, 1974: 514-534): a) Puesto avanzado de flanqueo y observación; b) sistema de comunicación mediante señales, sistema de alarma para el *limes*; c) cada torre cumple un objetivo dentro de un sistema; d) control y defensa de la red viaria; e) puesto de vanguardia para la defensa y el ataque; f) punto de referencia y refugio para las poblaciones del entorno; y g) protección del entorno productivo.

Por consiguiente, la torre de Idanha-a-Velha, como construcción de carácter militar, se caracteriza por ser una estructura exenta e independiente, que dibuja una planta rectangular, con un desarrollo vertical con tres plantas o estancias, la última desaparecida –desconocemos la altura total–. El acceso se realizaría mediante una puerta de entrada en altura, ubicada en la planta intermedia del muro norte y centrada en la fachada.

El alzado muestra una técnica constructiva muy depurada, de carácter regular, con sillares espoliados, bien trabajados y escuadrados, dispuestos a saga y tizón.

La factura general del edificio es impecable, visualmente perfecta, una construcción de prestigio, siendo un referente icónico para Idanha-a-Velha y para el entorno. Por tanto, podríamos entender la torre como una construcción de prestigio asociada al poder central.

Al mismo tiempo, la torre cubre otros objetivos, como la defensa, vigilancia y control del territorio. Desde la perspectiva económica, entendemos que la región disponía de interesantes recursos agrarios, ganaderos y mineros. Desde el punto de vista estratégico, todo este espacio está vinculado a varias rutas, principalmente aquellas que dependen de varios ejes, como los que se configurarían entre el Tajo y el Duero o entre el centro y el oeste peninsular. Por ejemplo, nuestra torre ejerce

un control visual directo sobre los pasos del río Pónsul, tanto hacia el puente antiguo, como con respecto al vado frente a la Puerta Sur de la ciudad.

Igualmente, por la planta, el uso de la zarpa escalonada, el aparejo isódomo dispuesto en soga y tizón, el tipo de acceso en altura, la mutación de un templo en fortaleza, etc. Culturalmente, la torre nos muestra la suma de un conjunto de influencias, locales, bizantinas y omeyas.

Llegados a en este punto, recuperemos un importante dato aportado obtenido durante los trabajos arqueológicos de 1957. Fernando de Almeida, al excavar el interior de la torre, exhumaría un pequeño lote monetar: tres *dirhams* fechados entre los años 778-842.

Concluyendo, creemos que la torre de Idanha-a-Velha debe ser entendida como una construcción andalusí, erigida durante el emirato, siglos IX-X, para ayudar a consolidar el control estatal de territorio. La inestabilidad política interna en al-Andalus, junto a las dañinas campañas militares lanzadas desde el norte, así lo aconsejaban. No es un ejemplo único, sino que esta formaría parte de un sistema más complejo constituido por otras torres y recintos fortificados, como Coria o la propia Mérida. En este sentido, no solo importa proteger la explotación de los recursos ya citados, agrarios, ganaderos o mineros, también la compleja y estratégica red viaria de Garb al-Andalus.

## Bibliografía

- ABASCAL, Juan Manuel; ALMAGRO GORBEA, Martín (2011). Modificaciones urbanas en Segóbriga durante los siglos V-VII. Algunos ejemplos. *Arqueología e Historia entre dos mundos*. Vol. II. *Zona Arqueológica*, 15, pp. 211-226.
- ACIÉN ALMANSA, Manuel (1985). La fortificación en al-Andalus. *Archeologia Medievale*, XXII, pp. 7-36.
- ACIÉN ALMANSA, Manuel (1992). Sobre la función de los husūn en el sur de al-Andalus. La fortificación del califato. En *Coloquio Hispano-Italiano de Arqueología Medieval*. Granada: Patronato de la Alhambra y Generalife, pp. 263-274.
- ACIÉN ALMANSA, Manuel (2002). De nuevo sobre la fortificación del emirato. En Isabel Cristina Ferreira Fernandes (coord.) *Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*. *Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos*. Lisboa: Colibri, pp. 59-75.
- ACIÉN ALMANSA, Manuel (2006). Las torres/*burūy* en el poblamiento andalusí. En *Al-Ándalus. Espaço de mudança. Balanço de 25 anos de história e arqueologia medievais. Homenagem a Juan Zozaya Stabel-Hansen*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, pp. 21-28.
- ADAM, Jean-Pierre (1989). *La construcción romana. Materiales y técnicas*. León: Editorial de los Oficios.
- ALARCÃO, Jorge de (1987). *Portugal romano*. Lisboa: Editorial Verbo.
- ALBA CALZADO, Miguel Ángel (1996). Consideraciones arqueológicas en torno al siglo V en Mérida. *Mérida, excavaciones arqueológicas*, 2, pp. 361-386.
- ALBA CALZADO, Miguel; FEIJOO, Santiago (2006). Defensas urbanas de la Mérida islámica. En *Al-Ándalus. Espaço de mudança. Balanço de 25 anos de história e arqueologia medievais. Homenagem a Juan Zozaya Stabel-Hansen*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola pp. 101-110.
- ALBA CALZADO, Miguel; FEIJOO, Santiago; FRANCO, Bruno (2009). Mérida islámica (s. VIII-IX): el proceso de transformación de la ciudad tardoantigua en medina. *XELB*, 9, pp. 191-228.
- ALMAGRO GORBEA, Antonio (1983). *El palacio omeya de Amman. I. La arquitectura*. Madrid: Instituto Hispano Árabe de Cultura.
- ALMAGRO GORBEA, Antonio; JIMÉNEZ, Pedro; NAVARRO, Julio (2000). *El palacio omeya de Amman. III. Investigación arqueológica y restauración 1989-1997*. Madrid: Instituto Hispano Árabe de Cultura.
- ALMEIDA, Fernando de (1956). *Egítânia, história e arqueologia*. Lisboa: Universidade de Lisboa.
- ALMEIDA, Fernando de (1957). *Relatório sobre os trabalhos da III campanha de escavações arqueológicas em Idanha-a-Velha (setembro de 1957)*. Arquivo do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa.

- ALMEIDA, Fernando de (1970). Templo de Vénus em Idanha-a-Velha En *Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia realizado em Lisboa de 15 a 20 de Dezembro de 1958, em homenagem ao Doutor José Leite de Vasconcelos*, vol. II. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, pp. 133-139.
- AZUAR RUIZ, Rafael (2005). Las técnicas constructivas en la formación de al-Andalus. *Arqueología de la Arquitectura*, 4, pp. 149-160.
- BĂJENARU, Constantin (2010). *Minor fortifications in the Balkan-Danubian area from Diocletian to Justinian*. Cluj-Napoca: Editura Mega.
- BARCELÓ, Carmen (2004). Las inscripciones omeyas de la alcazaba de Mérida. *Arqueología y Territorio Medieval*, 11 (1), pp. 59-78.
- BARROCA, Mário Jorge (1990-1991). Do castelo da Reconquista ao castelo românico. *Portugalia*, Nova Série, XI-XII, pp. 89-136.
- BARROCA, Mário Jorge (1999). *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*. Porto: Fundação Calouste Gubekian / Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- BARROCA, Mário Jorge (2000). Aspectos da evolução da arquitectura militar da Beira Interior. En *Beira Interior. História e Património. Actas das I Jornadas de Património de Beira Interior*. Guarda, pp. 215-238.
- BARROSO CABRERA, Rafael; CARROBLES SANTOS, Jesús; DIARTE BLASCO, Pilar; MORÍN DE PABLOS, Jorge (2014). La evolución del suburbio y territorio ercavicense desde la tardía antigüedad a la época hispanovisigoda. El monasterio Servitano y Recópolis. En Jorge López Quiroga y Artemio Manuel Martínez Tejera (eds.) *In concavis petrarum habitaverunt. El fenómeno rupestre en el Mediterráneo Medieval: de la investigación a la puesta en valor. BAR International Series 2591*. Oxford: Archaeopress, pp. 257-294.
- CANTOS CARNICER, Álvaro; GIMÉNEZ FERRERUELA, Héctor (2004). La torre islámica de Mareca (Épila, Zaragoza). *Saldvie. Estudios de prehistoria y arqueología*, 4, pp. 303-329.
- CODERA, Francisco (1902). Inscripción árabe del castillo de Mérida. *BRAH*, LII, pp. 138-142.
- CRESSIER, Patrice (1991). El renacimiento de la escultura de capiteles en la época emiral: entre Occidente y Oriente. *Cuadernos de Medinat al-Zahrā*, 3, pp. 165-187.
- CRESSIER, Patrice (2001). El acarreo de obras antiguas en la arquitectura islámica de primera época. En F. Valdés y A. Velázquez (eds.) *La islamización de la Extremadura romana. Cuadernos emeritenses*, 17, pp. 309-334.
- CRESWEL, K.A.C. (1979). *Compendio de arquitectura paleislámica*. Sevilla: Universidad de Sevilla.
- CRÓNICA ANÓNIMA (1958). *Una crónica anónima de 'Abd al-Rahmān III al-Nāṣir*. Ed. y trad., con intro., notas e índices por E. Levi Provençal y Emilio García Gómez. Madrid-Granada: CSIC.
- DECKER, M. (2007). Towers, Refuges, and Fortified Farms in the Late Roman East. *Liber Annus*, 56, pp. 499-520.
- DÍAZ MARTOS, Arturo (1956). La muralla de Coria. Topografía de la ciudad. *Revista de Estudios Extremeños*, 12 (1-4), pp. 263-295.
- ESPANCA, Tulio (1966). *Inventário artístico de Portugal, vol. VII. Concelho de Évora*. Vol I. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes.
- FEIJOO, Santiago (2014). La decadencia de Mérida en el siglo IX. En J. Zozaya y G. S. Kurtz Schaefer (eds.), *Bataliús III. Estudios sobre el reino aftasí*. Badajoz: Gobierno de Extremadura y Museo Arqueológico Provincial de Badajoz, pp. 93-110.
- FEIJOO, Santiago; ALBA CALZADO, Miguel (2005). El sentido de la alcazaba emiral de Mérida: su aljibe, mezquita y torre de señales, *Mérida. Excavaciones arqueológicas 2002*, (8), pp. 565-586.
- FEIJOO, Santiago; ALBA CALZADO, Miguel (2006). Nueva lectura arqueológica del aljibe y la alcazaba de Mérida. En *Al-Ándalus. Espaço de mudança. Balanço de 25 anos de história e arqueologia medievais. Homenagen a Juan Zozaya Stabel-Hansen*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, pp. 161-170.
- GAYA NUÑO, José Antonio (1943). Gormaz, castillo califal. *Al-Andalus*, VIII (2), pp. 431-450.
- GICHON, Mordechai (1974). Towers on the Limes Palestinae-Forms, purpose, terminology and comparisons, en D.M. Pippidi (ed.) *Actes du IX<sup>e</sup> Congrès International d'Études sur les frontières romaines*. Bucaresti-Köln-Wien: Böhlau Verlag, pp. 513-544.
- GUICHARD, Pierre (1988). Le problème des structures agraires en al-Andalus avant la conquête chrétienne. En Emilio Cabrera (coord.), *Andalucía entre oriente y occidente, (1236-1492)*. Actas del V Coloquio Internacional de Historia Medieval de Andalucía. Córdoba: Diputación, pp. 161-170.
- HERNÁNDEZ GIMÉNEZ, Félix (1975). *El alminar de Abd al-Rahman III en la mezquita mayor de Córdoba. Génesis y repercusiones*. Granada: Patronato de la Alhambra.

- HUICI MIRANDA, Ambrosio (1960). El *Rawd al-Qirtās* y los almorávides. *Hesperides-Tamuda*, 1, 513-541.
- IBN ABI ZAR' (1964). *Rawd al-qirtās*. Traduce y anota A. Huici Miranda. Valencia: Anubar.
- IBN ḤAYYĀN (1981). *Crónica del Califa 'Abdarrāḥmān III an-Nāṣir entre los años 912 y 942 (al-Muqtabis V)*. Traducción, notas e índices por M<sup>a</sup>J. Viguera y F. Corriente. Zaragoza: Anubar Ediciones, IHAC.
- LEÓN MUÑOZ, Alberto (2008). La construcción en sillería en España durante la Alta Edad Media. Una revisión de la información arqueológica. *Archeologia Medievale*, XXXV, pp. 55-74.
- MALALANA UREÑA, Antonio; SÁNCHEZ RAMOS, Isabel; MORÍN DE PABLOS, Jorge (2018). Idanha-a-Velha y su territorio en época andalusí (Proyecto IdaVe). En *VIII Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular / VIII Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular. Serpa / Aroche 2014*. Serpa: Câmara Municipal de Serpa.
- MANTAS, Vasco Gil (2010). Ammaia e Civitas Igaeditanorum. Dois espaços forenses lusitanos. En T. Nogales Basarrate (ed.), *Studia Lusitana*, 4. *Ciudad y foro en Lusitania Romana. Cidade e foro na Lusitânia Romana*. Badajoz: UNED, pp. 167-188.
- MARFIL RUIZ, Pedro (1999). Avance de resultados del estudio arqueológico de la fachada este del oratorio de Abd al-Rahman I en la mezquita de Córdoba. *Cuadernos de Madīnat al-Zahrā*, (4), pp. 175-207.
- MARTÍNEZ LILLO, Sergio (1990). Arquitectura militar de ámbito rural de la Marca Media (al-ṭagr al-awsaṭ). El alfoz de Ṭalabira. Antecedentes y evolución. *Boletín de Arqueología Medieval*, (4), pp. 135-171.
- MARTÍNEZ LILLO, Sergio (1991). Estudio sobre ciertos elementos y estructuras de la arquitectura militar andalusí. La continuación entre Roma y el Islam. *Boletín de Arqueología Medieval*, (5), pp. 11-37.
- MUÑOZ GARCÍA, Miguel Ángel; GUTIÉRREZ MILLÁN, M<sup>a</sup> Eva (2000). Medina *Cauria*, análisis de las defensas de una medina avanzada de la Marca Media. En M. Barroca, A. Malpica Cuello y M. Real (coords.), *3º Congreso de Arqueología Peninsular. Vol. 7. Arqueologia da Idade Média da Península Ibérica*. Porto: ADECAP, pp. 247-254.
- PEREIRA, Gabriel (1886). *Estudios Eborenses. Historia e Archeologia. Evora Romana 1ª parte. O Templo romano, as inscripções lapidares*. Évora: Minerva Eborense.
- PERICH I ROCA, Arnau (2013). El palacio de Qasr Ibn Wardan (Siria) y la evolución de la tipología palatina bizantina (siglos VI-VII). *Revista d'Arqueologia de Ponent*, 23, pp. 45-74.
- PRINGLE, Reginal Deny (1981). *The defense of Bizantine Africa from Justinian to the Arabic conquest. An account of the military history and archeology of the African provinces in the sixth and seventh centuries*. BAR International Series 99. Oxford.
- SÁNCHEZ RAMOS, Isabel; MORÍN DE PABLOS, Jorge (2015). *Idanha-a-Velha. Portugal. Paço dos Bispos de Idanha-a-Velha (campanha de escavação 2014)*. Madrid: Audema.
- SERRA RAFOLS, Josep de C. (1946). La alcazaba de Mérida. *AEspA*, XIX (65), pp. 334-345.
- TORRES BALBÁS, Leopoldo (1982). Arte hispanomusulmán hasta la caída del Califato de Córdoba. En *España Musulmana hasta la caída del Califato de Córdoba (711-1031 de J.C.)*, *Historia de España dirigida por Ramón Menéndez Pidal*. Tomo V. Madrid: Espasa-Calpe, pp. 333-378.
- VALDÉS FERNÁNDEZ, Fernando (1995). El aljibe de la alcazaba de Mérida y la política omeya en el occidente de al-Andalus. *Extremadura Arqueológica*, 5, pp. 279-300.
- VALDÉS FERNÁNDEZ, Fernando (1996). El *propugnaculum* de Mérida y la tradición arquitectónica bizantina en al-Andalus. *Revista de Estudios Extremeños*, 52 (2), pp. 463-486.
- VALDÉS FERNÁNDEZ, Fernando (2001). Acerca de la islamización de Extremadura. En F. Valdés y A. Velázquez (eds.), *La islamización de la Extremadura romana*. Cuadernos emeritenses, 17, pp. 335-368.
- VELHO, Martim (1979). O Arrasamento da Idanha em 1133. *Estudos de Castelo Branco*, 5, pp. 45-47.
- ZOZAYA, Juan (1998). The Islamic consolidation in al-Andalus (8th-10th centuries): an archaeological perspective. En R.-P. Gayraud (dir.), *Colloque international d'archéologie islamique*. El Cairo: Institut Français d'Archéologie Orientale, pp. 245-258.
- ZOZAYA, Juan (2004). Asentamientos islámicos en la región de Madrid. En *Testimonios del Madrid Medieval. El Madrid Musulmán*. Madrid: Museo de San Isidro, pp. 43-79.
- ZOZAYA, Juan (2013). Los spoliae en las murallas: significación, utilidad y problemas que plantean. En Isabel Cristina Ferreira Fernandes (coord.) *Fortificações e território na Península Ibérica e no Magreb (séculos VI a XVI)*, vol. 2. Lisboa: Edições Colibri, Campo Arqueológico de Mértola, pp. 555-565.

# E DA NOITE SE FEZ DIA... ALUMIAR EM PERÍODO ISLÂMICO

Recebido: 24 de Abril de 2017 / Aprovado: 29 de Dezembro de 2018

**Sandra Cavaco<sup>1</sup> e Jaquelina Covaneiro<sup>2</sup>**

Câmara Municipal de Tavira

**Maria Catarina Coelho<sup>3</sup>, Ana Sofia Gomes<sup>4</sup> e Isabel Inácio<sup>5</sup>**

Direcção Geral do Património Cultural

**Jacinta Bugalhão<sup>6</sup>**

Direcção Geral do Património Cultural/UNIARQ

**Isabel Cristina Fernandes<sup>7</sup>**

Museu Municipal de Palmela / CIDEHUS-UÉ / IEM-NOVA

**Susana Gómez<sup>8</sup>**

Campo Arqueológico de Mértola/Universidade de Évora

**Maria José Gonçalves<sup>9</sup>**

Câmara Municipal de Silves

**Marco Liberato<sup>10</sup>**

Arqueólogo

**Constança dos Santos<sup>11</sup>**

Arqueóloga

**Helena Catarino<sup>12</sup>**

Universidade de Coimbra

Grupo de Trabalho CIGA – Cerâmica Islâmica do Ġarb al-Andalus<sup>13\*</sup>

Centro de estudos em Arqueologia Artes e Ciências do Património (CEAACP)

---

1 scavaco@cm-tavira.pt

2 jcovaneiro@cm-tavira.pt

3 catgcoelho@gmail.com

4 agomes@dgpc.pt

5 isabelminacio@gmail.com

6 jacintabugalhao@gmail.com

7 isacrisff@gmail.com

8 susanagomez@sapo.pt

9 maria.goncalves@cm-silves.pt

10 marcoliberato@hotmail.com

11 constancavs@gmail.com

12 hcatarino@fl.uc.pt

13 ciga.portugal@gmail.com

\* Tratamento e unificação dos desenhos: Nélia Romba

“No Algarve aparecem com frequencia candeias arábicas de barro, que lembrão as lucernas romanas; mas, além de terem o bico (latim *myxa*) mais comprido, semelhante a um bico de pato, e a asa mais desenvolvida que as romanas têm também mais alta, e de forma de gargallo, a parte por onde se deitava o liquido” (Vasconcellos, 1915: 37).

## Resumo

Os últimos anos foram decisivos nos estudos sobre a cerâmica islâmica em Portugal, não apenas pelo volume de materiais descobertos como pela quantidade de publicações disponíveis. Embora as lacunas ainda sejam significativas, em especial no que diz respeito aos períodos mais recuados, o tema adquiriu uma grande abrangência territorial, com um considerável número de sítios a permitir um enquadramento cronológico fiável. Neste artigo, tratamos os objectos de iluminação, propondo um ensaio de abordagem crono-tipológica para estas formas no actual território português.

**Palavras-chave:** iluminação; período islâmico; Ġarb al-Andalus.

## Abstract

The last years were determinant in the flourishing of studies about Islamic pottery in Portugal, visible in the large quantities of materials from archaeological surveys and the available publications. Though the omissions are still significant, especially concerning the earlier periods, the subject has acquired a remarkable territorial expression. The study of a representative number of locations is leading to the definition of a reliable chronological context. In this paper, we propose a chronological and typological approach for the lighting forms in the Portuguese territory.

**Keywords:** lighting; Islamic Period; Ġharb al-Andalus.

## Introdução

Nas duas edições anteriores destes encontros (Gonçalves *et al.*, 2015; Coelho *et al.*, 2019) apresentámos propostas crono-tipológicas das formas abertas do período islâmico no actual território português. Neste encontro optámos pela sistematização das formas relacionadas com a iluminação.

Desde tempos imemoriais que o homem combate as trevas com o fogo, sendo a iluminação artificial uma das mais importantes criações humanas, uma vez que permite dilatar os limites do dia. A iluminação, durante a noite ou em espaços fechados, tem sido uma necessidade humana desde os tempos primordiais. Às primeiras soluções, baseadas no fogo e na chama, sucederam-se outras, tecnicamente mais sofisticadas, denunciando o crescente domínio das matérias-primas e da capacidade para as transformar. O reconhecimento das gorduras (animais e vegetais) como potencial combustível, e a invenção do pavio, terão sido um passo decisivo neste processo histórico.

O recurso a contentores de fogo permitiu um maior controlo deste importante elemento, possibilitando que a iluminação se tornasse “portátil”. Em tempos mais recuados, recorreu-se à reutilização de materiais disponíveis na natureza, como pequenas lajes afeiçoadas e conchas, bem como à utilização de recipientes com funções primárias distintas. Os primeiros objetos de iluminação deliberadamente fabricados para esta função remontam à Idade do Bronze e à Idade do Ferro. A transformação do sebo e da cera em velas é decerto uma realidade milenar.

Para o período islâmico conhecem-se quatro séries de objectos destinadas a iluminar: o candil, a candeia, a lanterna e a almenara. Independente do seu tipo ou da sua morfologia, o modo de funcionamento está baseado na combustão de gordura,

sobretudo vegetal, permitindo uma luminosidade clara e duradoura, muito devido à combustão lenta do azeite, sendo que a simples adição de uns grãos de sal grosso, absorvendo o excesso de água, produz uma chama regular, nítida e silenciosa (Zozaya Stabel-Hansen, 2007: 125).

A criatividade que aos poucos se tem vindo a constatar no repertório cerâmico, especialmente nos contextos almóadas do Sul de Portugal, permite suspeitar que as tipologias associadas a estas séries cerâmicas estão muito longe de serem definitivas.

## Candil

A palavra candil deriva da palavra árabe *qandil*, a qual para uns autores é um helenismo (Rosselló Bordoy, 1991: 149), defendendo outros que procede do término latino *candela*, do qual também provém a palavra candeia (Gómez Martínez, 2006: 276). Frequentes em contextos islâmicos, os candis são receptáculos de azeite utilizados na iluminação doméstica, conhecendo-se dois tipos principais.

O primeiro consiste numa forma fechada, constituída por um reservatório (que continha o azeite), colo (por onde se introduzia o combustível), bico (onde se colocava o pavio) e uma asa para facilitar o manuseamento (Serrano, 2011: 56-57).

Este tipo é o mais antigo e frequente, surgindo em época emiral, desenvolvendo-se no decurso do período califal, tendo atingido o seu auge durante a época almorávida/almóada. A evolução morfológica deste tipo está intimamente ligada à dicotomia diâmetro do reservatório/comprimento do bico: os mais antigos apresentam reservatórios grandes e bicos pequenos, morfologia que os aproxima das antecedentes lucernas romanas, enquanto os mais recentes possuem bicos maiores e reservatórios menores. Verifica-se, pois, que os mais antigos

apresentam bicos muito pequenos, amendoados, a que se sucedem candis com bico em forma de cauda de pato, evoluindo, no século IX, para bicos lanceolados (Zozaya Stabel-Hansen, 2007: 130). A evolução prossegue com o seu alargamento, fazendo lembrar uma “orelha de mula” (segunda metade do século IX), uma “orelha de lebre” (primeiro quartel do século X), sendo que começam a desenvolver paredes facetadas. No período de taifas, as cinco facetas criam uma “forma de barca”, voltando a afilar-se no período almorávida e, por último, no almóada os bicos são largos e profundos, apresentando-se facetados (Zozaya Stabel-Hansen, 2007: 130).

No que concerne aos acabamentos, verifica-se uma diversidade que passa dos alisados (I.33) aos vidrados (I.67 a I.78), passando pelos engobes (I.14 a I.16) e aguadas (I.33). Relativamente à ornamentação, estão presentes as mais variadas técnicas, nomeadamente, incisão (I.36), pintura [a branco (I.18), preto (I.17) e

vermelho (I.26, I.39)] e corda seca parcial (I.54 a I.66), bem como o vidrado parcial (I.49 a I.53), o verde e manganés (I.69) e os pingos de vidrado (I.40 a I.48).

O segundo tipo, os candis de disco impresso (I.79 a I.85), surgem em época almóada e assemelham-se às lucernas de períodos anteriores, facto que levou a que inicialmente se considerassem como elementos de transição entre a romanidade e o período islâmico (Zozaya Stabel-Hansen, 1999: 261).

Vidrados essencialmente a verde ou melado, estes candis eram produzidos a molde. Apresentam forma geralmente circular, corpo troncocónico ou cilíndrico, base plana, face superior com pequeno orifício para introduzir o azeite no reservatório, asa vertical circular e bico de canal de secção em U. Os exemplares que se conhecem são profusamente ornamentados, com motivos variados executados por impressão.

Descrição dos exemplos utilizados (Figs n.º 1 a 3):

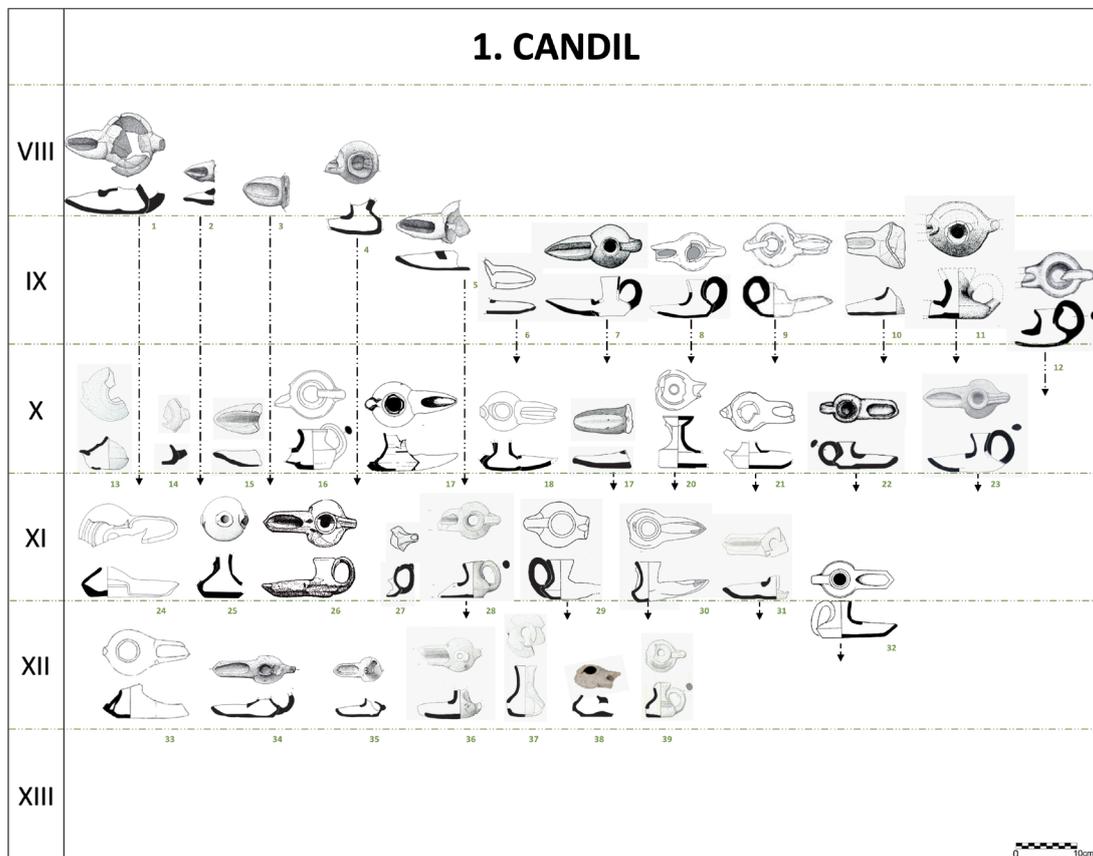


Fig. 1 - Evolução do candil (n.º 1.1 a 1.39).

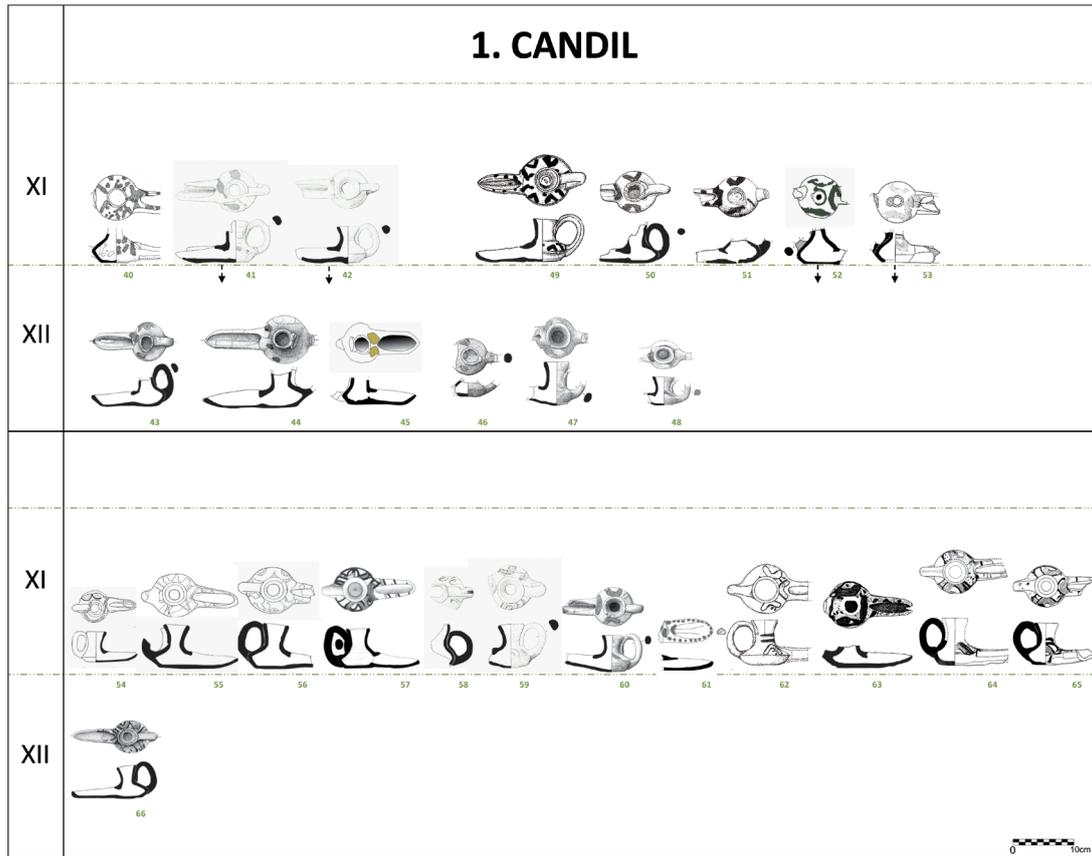


Fig. 2 – Evolução do candil (n.º 1.40 a 1.66).

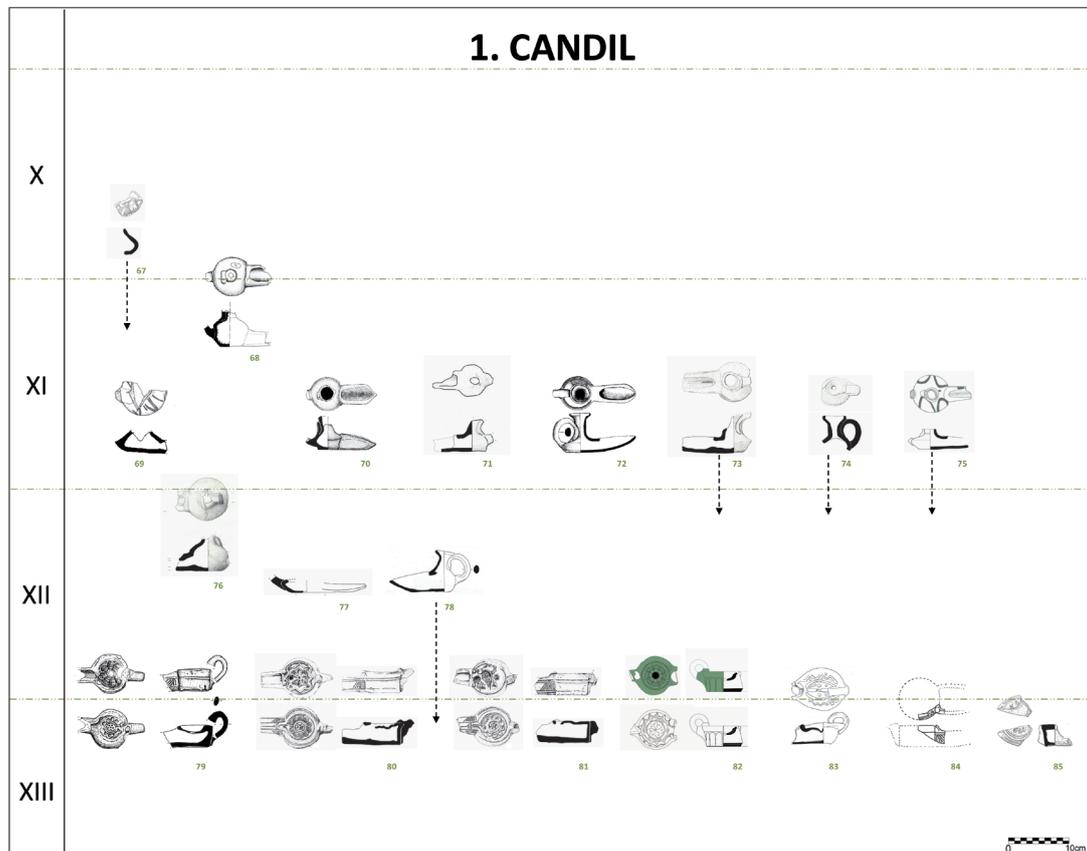


Fig. 3 – Evolução do candil (n.º 1.67 a 1.85).

- 1.1. Cerâmica comum. Séculos VIII-XI. Silves, Alcáçova (Gomes, 2003: 504).
- 1.2. Cerâmica comum. Séculos VIII-XI. Silves, Alcáçova (Gomes, 2003: 489).
- 1.3. Cerâmica comum. Séculos VIII-XI. Silves, Almarjão (Gomes, 2002: 146).
- 1.4. Cerâmica comum. Séculos VIII-XI. Silves, Almarjão (Gomes, 2002: 146).
- 1.5. Cerâmica comum. Séculos VIII-XI. Silves, Alcáçova (Gomes, 2003: 504).
- 1.6. Cerâmica comum. Séculos IX-X. Alcoutim, Castelo Velho (Catarino, 1997/98: 1141).
- 1.7. Cerâmica comum. Séculos IX-X. Alcácer do Sal (Carvalho, Faria, 1994: 106).
- 1.8. Cerâmica comum. Séculos IX-X. Coimbra, Beco das Condeixiras (Silva, 2014: 84).
- 1.9. Cerâmica comum. Séculos IX-X. Lisboa, Encosta de Sant'Ana (Calado e Leitão, 2005: 466).
- 1.10. Cerâmica comum. Séculos IX-X. Silves, Arrabalde (Gonçalves, Pires e Mendonça, 2007: 647).
- 1.11. Cerâmica comum. Séculos IX-X. Palmela, Castelo (Fernandes e Carvalho, 1993, Est.8).
- 1.12. Cerâmica comum. Finais do século IX - inícios século X. Penafiel, Croca (Barroca e Santos, 2006: 313).
- 1.13. Cerâmica comum. Século X. Silves, Arrabalde (Gonçalves, Pires e Mendonça, 2007: 648).
- 1.14. Cerâmica comum com engobe bege. Século X. Silves, Arrabalde (Gonçalves, Pires e Mendonça, 2007: 648).
- 1.15. Cerâmica comum com engobe bege. Século X. Silves, Arrabalde (Gonçalves, Pires e Mendonça, 2007: 648).
- 1.16. Cerâmica comum com engobe claro. Século X. Silves (Kemnitz, 1993/94: 436).
- 1.17. Cerâmica comum com pintura a branco. Século X. Mértola, Alcáçova (Gómez Martínez, 2006, CR/CF/0016).
- 1.18. Cerâmica comum. Século X. Santarém, Avenida 5 de Outubro (peça inédita, cortesia de Marco Liberato e Helena Santos).
- 1.19. Cerâmica comum com pintura a negro. Séculos X-XI. Silves, Arrabalde (Gonçalves, Pires e Mendonça, 2007: 648).
- 1.20. Cerâmica comum. Séculos X-XI. Chaves, Quinta do Raio X (Carneiro e Gomes, 2005: 163).
- 1.21. Cerâmica comum. Séculos X-XI. Chaves, Quinta do Raio X (Carneiro e Gomes, 2005: 163).
- 1.22. Cerâmica comum. Séculos X-XI. Tavira, Balsa (Paulo, 2009: 591).
- 1.23. Cerâmica comum. Séculos X-XI. Beja, Praça da República (Pinto, 2007: 528).
- 1.24. Cerâmica comum. Século XI. Lisboa, NARC (Bugalhão, Gomes e Sousa, 2007: 339 e 342, n.º 2985).
- 1.25. Cerâmica comum. Século XI. Lisboa, NARC (Bugalhão, Gomes e Sousa, 2007: 338 e 342, n.º 3279).
- 1.26. Cerâmica comum com pintura a vermelho. Século XI. Faro, Quintal da Judiçária (Gamito, 2007: 140).
- 1.27. Cerâmica comum. Século XI. Silves, Arrabalde (Gonçalves, Pires e Mendonça, 2007: 650).
- 1.28. Cerâmica comum. Séculos XI-XII. Silves, Arrabalde (Gonçalves, Pires e Mendonça, 2007: 651).
- 1.29. Cerâmica comum. Séculos XI-XII. Alcoutim, Castelo Velho (Catarino, 2008: 46).
- 1.30. Cerâmica comum. Séculos XI-XII. Alcoutim, Castelo Velho (Catarino, 1997/98: 1143).
- 1.31. Cerâmica comum. Séculos XI-XII. Silves, Arrabalde (Gonçalves, Pires e Mendonça, 2007: 650).
- 1.32. Cerâmica comum alisada. Segunda metade do século XI - século XII. Mértola, Encosta do Castelo (Gómez Martínez, 2014: 420).

- 1.33. Cerâmica comum com aguada. Século XII. Lisboa, Encosta de Sant'Ana (Calado, Leitão, 2005: 467).
- 1.34. Cerâmica comum. Século XII. Silves, Alcáçova (Gomes, 2003: 384).
- 1.35. Cerâmica comum. Século XII. Silves, Alcáçova (Gomes, 2003: 302).
- 1.36. Cerâmica comum incisa. Século XII. Silves, Arrabalde (Gonçalves, Pires e Mendonça, 2007: 652).
- 1.37. Cerâmica comum. Século XII. Silves, Arrabalde (Gonçalves, Pires e Mendonça, 2007: 652).
- 1.38. Cerâmica comum. Século XII. Tavira, Convento da Graça (Cavaco e Covaneiro, 2016: estampa XXIII).
- 1.39. Cerâmica comum pintada a vermelho. Século XII. Silves, Arrabalde (Gonçalves, Pires e Mendonça, 2007: 652).
- 1.40. Cerâmica comum com pingos de vidro verde. Século XI. Mértola, Câmara Municipal (Gómez Martínez, 2014: 419).
- 1.41. Cerâmica comum com pingos de vidro verde. Séculos XI-XII. Silves, Arrabalde (Gonçalves, Pires e Mendonça, 2007: 651).
- 1.42. Cerâmica comum com pingos de vidro verde. Séculos XI-XII. Silves, Arrabalde (Gonçalves, Pires e Mendonça, 2007: 651).
- 1.43. Cerâmica comum com pingos de vidro verde. Século XII. Silves, Arrochela (Gomes, 2011: 220).
- 1.44. Cerâmica comum com pingos de vidro verde. Século XII. Silves, Arrochela (Gomes, 2011: 220).
- 1.45. Cerâmica comum com pingos de vidro melado. Século XII. Mértola, Arrabalde (Gómez Martínez, 2016: 192).
- 1.46. Cerâmica comum com pingos de vidro castanho. Século XII. Silves, Arrochela (Gomes, 2011: 41).
- 1.47. Cerâmica comum com pingos de vidro verde. Século XII. Silves, Arrochela (Gomes, 2011: 58).
- 1.48. Cerâmica comum com pingos de vidro verde. Século XII. Silves, Arrochela (Gomes, 2011: 58).
- 1.49. Cerâmica vidrada parcial (verde). Século XI. Faro, Quintal da Misericórdia (Gamito, 2007: 137).
- 1.50. Cerâmica vidrada parcial (melado). Século XI. Évora (Filipe, 2015: 89).
- 1.51. Cerâmica vidrada parcial (verde). Século XI. Évora (Filipe, 2015: 89).
- 1.52. Cerâmica vidrada parcial (verde). Séculos XI-XII. Lisboa, Hotel de Santa Justa (imagem inédita, cortesia Victor Filipe).
- 1.53. Cerâmica vidrada parcial (melado). Séculos XI-XII. Lisboa, NARC (Bugalhão e Folgado, 2001: 137).
- 1.54. Cerâmica vidrada em corda seca parcial. Século XI. Alcoutim, Castelo Velho (Catarino, 1988: Est. XV. 1).
- 1.55. Cerâmica vidrada em corda seca parcial. Século XI. Alcoutim, Castelo Velho (Catarino, 1997/98: 1125).
- 1.56. Cerâmica vidrada em corda seca parcial. Século XI. Alcoutim, Castelo Velho (Catarino, 1997/98: 1125).
- 1.57. Cerâmica vidrada em corda seca parcial. Século XI. Mértola, Alcáçova (Torres, 1987: nº 27).
- 1.58. Cerâmica vidrada em corda seca parcial e pintura a manganês. Século XI. Silves, Arrabalde (Gonçalves, Pires e Mendonça, 2007: 649).
- 1.59. Cerâmica vidrada em corda seca parcial. Século XI. Silves, Arrabalde (Gonçalves, Pires e Mendonça, 2007: 649).
- 1.60. Cerâmica vidrada em corda seca parcial. Século XI. Silves, Arrochela (Gomes, 2011, 291).

- 1.61. Cerâmica vidrada em corda seca parcial. Século XI. Santarém, Avenida 5 de Outubro (cortesia de Marco Liberato e Helena Santos).
- 1.62. Cerâmica vidrada em corda seca parcial. Século XI. Évora, Largo Conde de Vila Flor (Teichner, 1998: 25).
- 1.63. Cerâmica vidrada em corda seca parcial. Século XI. Moura, Castelo (Macias, 1993: 133).
- 1.64. Cerâmica vidrada em corda seca parcial. Século XI. Vilamoura, Cerro da Vila (Matos, 1991: 450).
- 1.65. Cerâmica vidrada em corda seca parcial. Século XI. Vilamoura, Cerro da Vila (Matos, 1991: 450).
- 1.66. Cerâmica vidrada em corda seca parcial. Século XII. Silves, Torre Albarrã (Gomes, 2006: 100).
- 1.67. Cerâmica vidrada a melado com motivos a manganês. Séculos X-XI. Silves, Arrabalde (Gonçalves, Pires e Mendonça, 2007: 649).
- 1.68. Cerâmica vidrada a melado. Séculos X-XI. Lisboa, NARC (Bugalhão e Folgado: 2001, 136).
- 1.69. Cerâmica vidrada a verde e manganês. Séculos X-XI. Lisboa, NARC (Bugalhão e Gómez Martínez, 2005: 246).
- 1.70. Cerâmica vidrada a melado. Inícios do século XI. Mértola, Casa de Rui Bento (Gómez Martínez, 2014: 420).
- 1.71. Cerâmica vidrada a melado. Século XI. Silves, Arrabalde (Gonçalves, Pires e Mendonça, 2007: 649).
- 1.72. Cerâmica vidrada a melado. Meados do século XI. Mértola, Alcáçova (Torres, 1987, n.º 28).
- 1.73. Cerâmica vidrada a melado. Séculos XI-XII. Silves, Arrabalde (Gonçalves, Pires e Mendonça, 2007: 650).
- 1.74. Cerâmica vidrada a melado. Segunda metade do século XI - século XII. Silves, Arrabalde (Gonçalves, Pires e Mendonça, 2007: 651).
- 1.75. Cerâmica vidrada a melado com motivos a manganês. Séculos XI-XII. Alcoutim, Castelo Velho (Catarino, 1997/98: 1124).
- 1.76. Cerâmica vidrada a melado. Séculos XII-XIII. Silves, Arrabalde (Gonçalves, Pires e Mendonça, 2007: 652).
- 1.77. Cerâmica vidrada a melado. Séculos XII ou XII-XIII. Alcoutim, Castelo das Relíquias (Catarino, 1997/98: 1161).
- 1.78. Cerâmica vidrada a melado. Século XII. Faro (Kemnitz, 1993/94: 456).
- 1.79. Cerâmica modelada, vidrada a castanho. Finais do século XII - primeiro quartel do século XIII. Alcácer do Sal (Paixão e Carvalho, 2001: 227).
- 1.80. Cerâmica modelada, vidrada a verde. Finais do século XII - primeiras quatro décadas do século XIII. Silves, Alcáçova (Gomes, 2003: 36).
- 1.81. Cerâmica modelada, vidrada a verde. Finais do século XII - primeiras quatro décadas do século XIII. Portimão, Alvor (Gomes, 2003: 36).
- 1.82. Cerâmica modelada, vidrada a verde. Finais do século XII - primeiras quatro décadas do século XIII. Mértola, Bombeiros Voluntários (Gómez Martínez, 2014: 421).
- 1.83. Cerâmica modelada, vidrada a melado. Finais do século XII - primeiras quatro décadas do século XIII. Proveniência desconhecida (Kemnitz, 1993/94: 445).
- 1.84. Cerâmica modelada, vidrada a verde. Finais do século XII - primeiras quatro décadas do século XIII. Mértola, Encosta do Castelo (Gómez Martínez, 2006: CR/CF/0050).
- 1.85. Cerâmica modelada, vidrada a verde. Finais do século XII - primeiras quatro décadas do século XIII. Silves, Arrabalde (Gonçalves, Pires e Mendonça, 2007: 652).

## Candeia

No período almóada, difunde-se no al-Andalus uma nova forma de iluminação: a candeia. Convive durante algum tempo com o candil e substituiu-o quase por completo nos inícios do século XIII, sendo utilizada até à Época Moderna (Gonçalves *et al.*, 2007: 645; Serrano, 2011: 61).

Formalmente são de uma enorme simplicidade, apresentando base plana, corpo troncocónico invertido e um bico pinçado (2.1 a 2.7) (Fig. 4), podendo ter (2.1 a 2.5) ou não (2.6 e 2.7) uma pequena asa. Conhecem-se ainda exemplares de corpo cilíndrico e bico rectangular (2.8, 2.9, 2.13 a 2.16), sendo que alguns exemplares apresentam um apêndice central (2.11 a 2.13 e 2.16), geralmente cónico, onde se enroscaria a torcida. Este apêndice assemelha-se aos existentes nas lanternas, não sendo despiciendo que estas candeias utilizassem combustível sólido (cera), à semelhança do que acontece nas lanternas (Serrano, 2011: 77-78).

Nos inícios do século XIII surge a candeia de pé alto (2.17 a 2.28). O pé permitia o aumento da área iluminada sem que fosse necessária a colocação da candeia num sítio mais elevado (Serrano, 2011: 64). Considerando a sua maior complexidade morfológica, esta variante seria mais onerosa que a vulgar candeia, tornando a segunda mais abundante que a primeira, ainda que ambas sejam frequentes nos níveis almóadas do Ġarb (Gómez Martínez, 2000: 427; Serrano, 2011: 64, 85). Seriam também mais frágeis, pelo que se encontram documentados fragmentos isolados do reservatório (2.25 e 2.26) ou do pé (2.27 e 2.28).

Independentemente da tipologia, verifica-se que as candeias são maioritariamente vidradas, sobretudo a verde (2.5, 2.9, 2.11 a 2.16, 2.20, 2.22, 2.24, 2.26) ou a melado/castanho (2.1 a 2.4, 2.10, 2.17 a 2.19, 2.21, 2.23, 2.25, 2.27, 2.28), ainda que se

conheçam exemplares vidrados a branco (2.8) e sem vidrado (2.6 e 2.7).

Descrição dos exemplos utilizados (Fig. 4):

- 1.86. Cerâmica vidrada a melado. Finais do século XII - primeiras quatro décadas do século XIII. Mértola, Alcáçova (Torres, 1987: nº 30).
- 1.87. Cerâmica vidrada a castanho no interior. Finais do século XII - primeiras quatro décadas do século XIII. Silves, Arrabalde (Gonçalves, Pires e Mendonça, 2007: 653).
- 1.88. Cerâmica vidrada a castanho. Finais do século XII - primeiras quatro décadas do século XIII. Silves, Arrochela (Gomes, 2011: 114).
- 1.89. Cerâmica vidrada a melado. Finais do século XII - primeiras quatro décadas do século XIII. Tavira, Arrabalde da Bela Fria (Cavaco, 2011: Estampa VII).
- 1.90. Cerâmica vidrada a verde. Finais do século XII - primeiras quatro décadas do século XIII. Cacela Velha, Largo da Fortaleza (Garcia, 2015: 153).
- 1.91. Cerâmica comum. Finais do século XII - primeiras quatro décadas do século XIII. Silves, Arrochela (Gomes, 2011: 90).
- 1.92. Cerâmica comum. Finais do século XII - primeiras quatro décadas do século XIII. Faro, Quintal da Judiciária (Gamito, 2007: 141).
- 1.93. Cerâmica vidrada a branco. Finais do século XII - primeiras quatro décadas do século XIII. Mértola, Alcáçova (Torres, 1987: nº 29).
- 1.94. Cerâmica vidrada a verde. Finais do século XII - primeiras quatro décadas do século XIII. Salir, Castelo (Catarino, 1997/98: 1187).
- 1.95. Cerâmica vidrada a melado e estampilhada. Finais do século XII - primeiras quatro décadas do século XIII. Silves, Arrabalde (Gonçalves, Pires e Mendonça, 2007: 653).
- 1.96. Cerâmica vidrada a verde. Finais do século

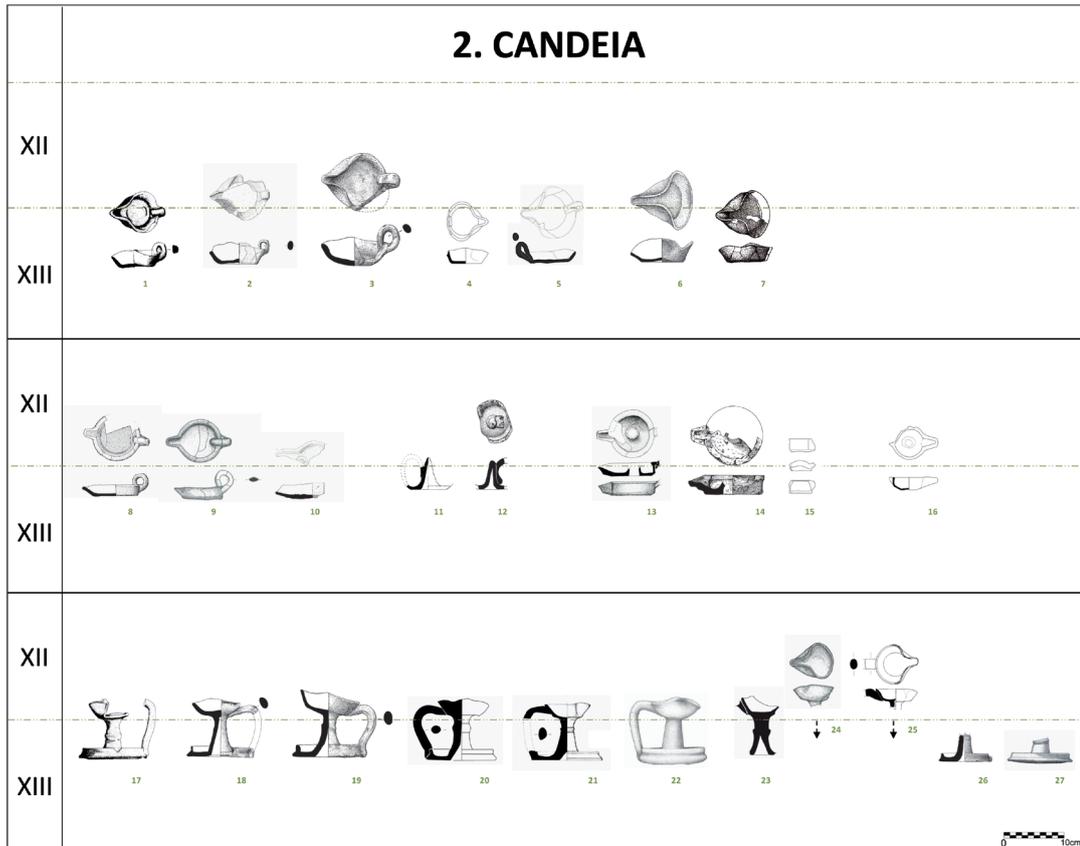


Fig. 4 - Evolução da candeia (n.º 2.1 a 2.27).

XII - primeiras quatro décadas do século

XIII. Mértola, Alcáçova (Gómez Martínez, 2014: 422).

1.97. Cerâmica vidrada a verde. Finais do século

XII - primeiras quatro décadas do século

XIII. Silves, Alcáçova (Gomes, 2003: 334).

1.98. Cerâmica vidrada a verde. Finais do século

XII - primeiras quatro décadas do século

XIII. Alcácer do Sal, Castelo (Carvalho e

Faria, 1994: 107).

1.99. Cerâmica vidrada a verde. Finais do século

XII - primeiras quatro décadas do século

XIII. Silves, Alcáçova (Gomes, 2003: 242).

1.100. Cerâmica vidrada a verde. Finais do século

XII - primeiras quatro décadas do século

XIII. Tavira, Arrabalde da Bela Fria (Cavaco,

2011: Estampa VII).

1.101. Cerâmica vidrada a verde. Finais do século

XII - primeiras quatro décadas do século

XIII. Tavira, Arrabalde da Bela Fria (Cavaco,

2011: Estampa VII).

1.102. Cerâmica vidrada a melado. Finais do

século XII - primeiras quatro décadas do

século XIII. Mértola, Alcáçova (Torres, 1987:

n.º 31).

1.103. Cerâmica vidrada a castanho. Finais do

século XII - primeiras quatro décadas do século

XIII. Silves, Arrochela (Gomes, 2011: 114).

1.104. Cerâmica vidrada a verde. Finais do século

XII - primeiras quatro décadas do século

XIII. Silves, Alcáçova (Gomes, 2003: 242).

1.105. Cerâmica vidrada a melado. Finais do

século XII - primeiras quatro décadas do

século XIII. Tavira, Convento da Graça

(Diniz, Covaneiro e Cavaco, 2012: 175).

1.106. Cerâmica vidrada a verde. Finais do século

XII - primeiras quatro décadas do século

XIII. Cacula Velha, Poço Antigo (Álvaro

Sánchez, 2000: Lâmina II).

1.107. Cerâmica vidrada a melado. Finais do

século XII - primeiras quatro décadas do século XIII. Beja, Rua do Sembrano (Casmarrinha, 2013: 166).

I.108. Cerâmica vidrada a verde. Finais do século

XII - primeiras quatro décadas do século XIII. Tavira, Convento da Graça (Cavaco e Covaneiro, 2016: Estampa XXIII).

I.109. Cerâmica vidrada a melado. Finais do

século XII - primeiras quatro décadas do século XIII. Salir, Castelo (Catarino, 1997/98: 1187).

I.110. Cerâmica vidrada a verde. Finais do século

XII - primeiras quatro décadas do século XIII. Mértola, Alcáçova (Gómez Martínez, 2006: CR/CF/0049).

I.111. Cerâmica vidrada a castanho. Finais do

século XII - primeiras quatro décadas do século XIII. Silves, Alcáçova (Gomes, 2003: 283).

I.112. Cerâmica vidrada a melado. Finais do

século XII - primeiras quatro décadas do

século XIII. Tavira, Convento da Graça (Cavaco, Covaneiro, 2016: Estampa XXIII).

### Lanterna

Utilizada na iluminação de espaços abertos, a lanterna apresenta asa zenital separada da base convexa por um corpo globular com abertura frontal semicircular. Esta abertura permitia o acesso à chama, que se encontrava resguardada do vento pelo corpo fechado (Gómez Martínez, 2000: 429-430). Poderia, ou não, ser dotada de apêndice cónico no seu interior, onde se enrolava a mecha e o combustível sólido (cera), conhecendo-se exemplares no Sharq al-Andalus com pequenos orifícios na parte superior (Gómez Martínez, 2006: 440).

Descrição dos exemplos utilizados (Fig. 5):

	3. LANTERNA		4. ALMENARA
VIII		VIII	
IX		IX	
X		X	
XI		XI	
XII		XII	
XIII		XIII	

Fig. 5 - Lanterna e almenara.

- I.II3. Cerâmica comum. Séculos X/XI. Lisboa, NARC (Bugalhão, Gomes e Sousa, 2007: 338 e 342, n.º 71).
- I.II4. Cerâmica comum com aplicações plásticas, linhas onduladas incisadas e pintura a branco. Segunda metade do século XII - primeira metade do século XIII. Mértola, Alcáçova (Gómez Martínez, 2014: 422).

## Almenara

O termo almenara designa uma candeia múltipla ou suporte que serviria para suspender ou elevar vários candis, servindo para alumiar um espaço fechado de consideráveis dimensões ou iluminar intensamente um espaço diminuto (Rosselló Bordoy, 1991: 174; Gómez Martínez, 2006: 484). Estes objectos são bastante raros, conhecendo-se a sua existência no Ġarb apenas em Mértola.

Descrição do exemplo utilizado (Fig. 5):

- I.II5. Cerâmica vidrada a branco. Século XII. Mértola, Alcáçova (Gómez Martínez, 2006: CR/CF/0036).

## Conclusões

A longa história da iluminação comprova a importância da luz no quotidiano das populações. Vencendo as trevas e a obscuridade, permite o prolongamento do dia.

A evolução tecnológica e morfológica dos objectos de iluminação ao longo dos séculos é bastante profunda, ainda que às vezes pareça existir um certo regresso a soluções formais pré-existentes. Evoluindo a partir das lucernas greco-romanas, os candis apresentam diferenças morfológicas relativamente às suas antecessoras, nomeadamente no colo (que substitui o orifício de alimentação) e no bico de canal. Os almóadas difundem as candeias,

que convivem com os candis até ao desaparecimento destes. A simplicidade formal das candeias lembra as singelas lâmpadas da Idade do Bronze e as sidéricas fenício-púnicas, sugerindo uma morfologia de longa evolução. Por outro lado, o ressurgimento desta forma poderá relacionar-se com o aumento do cultivo de azeite no Sul do al-Andalus (Serrano, 2011: 77).

Terminamos, em jeito de homenagem, com as palavras de quem dedicou a sua tese de doutoramento ao estudo destas formas, o nosso Amigo e mestre Juan Zozaya: *El aceite pasó entonces a dejar de ser también un elemento de luces, para ser uno de paladares, pero aún nada supera la luz de una torcida empapada en aceite de oliva, luz clara y fuerte, de larga duración, apta para leer y que las luces no sean sólo físicas* (2007: 134).

Mértola, 2017

## Bibliografia

- ÁLVARO SÁNCHEZ, Rocío (2000). Cerâmica almohade de Cacula Velha: primeros avances. In *Actas do 3.º Congresso de Arqueologia Peninsular - vol. VII Arqueologia da Idade Média da Península Ibérica*. Porto: ADECAP, pp. 453-464.
- BARROCA, Mário Jorge; SANTOS, Maria José Ferreira dos, (2006). O cantil califal de Pedranil (Croca, Penafiel). In *Al-Ándalus Espaço de Mudança. Balanço de 25 anos de História e Arqueologia medievais. Homenagem a Juan Zozaya Stabel-Hansen*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, pp. 310-317.
- BUGALHÃO, Jacinta; FOLGADO, Deolinda (2001). O arrabalde ocidental da Lisboa islâmica: urbanismo e produção oleira. *Arqueologia Medieval*, 7, pp. 111-145.
- BUGALHÃO, Jacinta; GOMES, Ana Sofia; SOUSA, Maria João (2007). Consumo e utilização de recipientes cerâmicos no arrabalde ocidental da Lisboa islâmica (Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros e Mandarin Chinês). *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 10:1, pp. 317-343.
- BUGALHÃO, Jacinta; GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana (2005). Lisboa, uma cidade do Mediterrâneo

- islâmico. In Mário Jorge Barroca e Isabel Cristina Fernandes (coords.) *Muçulmanos e cristãos entre o Tejo e o Douro (Sécs. VIII a XIII)*. Actas dos Seminários realizados em Palmela e Porto em 2003. Palmela: Câmara Municipal de Palmela e Faculdade de Letras da Universidade do Porto. pp. 237-262.
- CALADO, Marco; LEITÃO, Vasco (2005). A ocupação islâmica na Encosta de Sant'Ana (Lisboa). *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 8:2, pp. 459-470.
- CARNEIRO, Sérgio; GOMES, Ana, (2005). Candis e trempes islâmicos do Museu da Região Flaviense. *Aquae Flaviae*, 33, pp. 108-115. Disponível em [http://cmchaves.academia.edu/S%C3%A9rgioCarneiro/Papers/822509/Candis\\_e\\_trempes\\_islamicos\\_do\\_Museu\\_da\\_Regiao\\_Flaviense](http://cmchaves.academia.edu/S%C3%A9rgioCarneiro/Papers/822509/Candis_e_trempes_islamicos_do_Museu_da_Regiao_Flaviense)
- CARVALHO, António Rafael; FARIA, João Carlos (1994). Cerâmicas Muçulmanas do Museu Municipal de Alcácer do Sal. *Arqueologia Medieval*, 3, pp. 101 a 111.
- CASMARRINHA, Helena Patrícia Saúde (2013). *Materiais Islâmicos do Sítio da Rua do Sembrano, Beja*. Dissertação de mestrado em Arqueologia. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Universidade Nova de Lisboa. Disponível em <http://hdl.handle.net/10362/10250>
- CATARINO, Helena (1988). *Para o estudo da ocupação muçulmana no Algarve Oriental*. Provas de Capacidade Científica. Faculdade de Letras. Universidade de Coimbra.
- CATARINO, Helena (1997/98). *O Algarve Oriental durante a ocupação islâmica: povoamento rural e recintos fortificados. al'Ulyā*, 6, 3 volumes.
- CATARINO, Helena (2008). Cerâmicas do Castelo Velho de Alcoutim recolhidas em contexto de cozinha. In João Manuel Diogo (ed.) *Actas das 4.ªs Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval. Métodos e resultados para o seu estudo*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 33-48.
- CAVACO, Sandra (2011). *O arrabalde da Bela Fria: contributos para o estudo da Tavira islâmica*. Dissertação de mestrado em Portugal Islâmico e o Mediterrâneo. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Universidade do Algarve. Disponível em <http://hdl.handle.net/10400.1/3109>
- CAVACO, Sandra; COVANEIRO, Jaqueline (2016). *Trabalhos arqueológicos no Claustro do Convento de Nossa Senhora da Graça (2002). Relatório Final. Parte II. Análise dos Materiais Cerâmicos*. Tavira: Câmara Municipal de Tavira.
- COELHO, Catarina; LIBERATO, Marco; GOMES, Ana Sofia; BUGALHÃO, Jacinta; CATARINO, Helena; CAVACO, Sandra; COVANEIRO, Jaqueline; FERNANDES, Isabel Cristina, GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana; GONÇALVES, Maria José; INÁCIO, Isabel; SANTOS, Constança dos (2019). Vinte anos de cerâmica islâmica do Garb al-Andalus: ensaio crono-tipológico das formas abertas (2). *Atas do VIII Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular (Serpa-Aroche, 24 a 26 de Outubro de 2014)*. Serpa: Câmara Municipal de Serpa, pp. 685-696.
- DINIZ, Tânia; COVANEIRO, Jaqueline; CAVACO, Sandra (2012). Formas de cerâmica almóada provenientes do Convento da Graça (Tavira). *Arqueologia Medieval*, 12, pp. 169-177.
- FERNANDES, Isabel Cristina; CARVALHO, António Rafael (1993). *Arqueologia em Palmela - 1988/92*. Catálogo de exposição no castelo de Palmela. Palmela: Câmara Municipal de Palmela.
- FILIPPE, Vanessa (2015). Islamic pottery from the Évora Municipal Museum. *Actas do X Congresso Internacional A cerâmica medieval no Mediterrâneo*. Silves: Câmara Municipal de Silves. Campo Arqueológico de Mértola, vol. 1, pp. 84-92.
- FILIPPE, Victor; CALADO, Marco; GUERRA, Sandra; VALONGO, António; LEÓNIDAS, João; RAMOS, Romão; ROCHA, Margarida; COSTA, Jacinta; GINKUT, Natalia (2015). A cerâmica de importação no arrabalde ocidental de Luxbuna (Lisboa). Dados preliminares da intervenção realizada no Hotel de Santa Justa. *Actas do X Congresso Internacional A cerâmica medieval no Mediterrâneo*. Silves: Câmara Municipal de Silves. Campo Arqueológico de Mértola, vol. 2, pp. 711-718.
- GAMITO, Teresa Júdice (2007). *O Algarve e o Magreb (711-1249)*. Faro: Universidade do Algarve.
- GARCIA, Cristina Tété (2015). *Cacela-a-Velha no Contexto da Actividade Marítima e do Povoamento Rural do Sudoeste Peninsular nos séculos XII-XIV*. Tese de doutoramento. Universidade de Huelva. Disponível em <http://hdl.handle.net/10272/11376>
- GOMES, Rosa Varela (2002). Silves (Xelb), uma cidade do Gharb Al-Andalus: território e cultura. *Trabalhos*

- de Arqueologia*, 23. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.
- GOMES, Rosa Varela (2003). Silves (Xelb), uma cidade do Gharb al-Andalus: a Alcáçova. *Trabalhos de Arqueologia*, 35. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.
- GOMES, Rosa Varela (2006). Silves (Xelb), uma cidade do Gharb al-Andalus: o núcleo urbano. *Trabalhos de Arqueologia*, 44. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.
- GOMES, Rosa Varela (2011). Silves (Xelb), uma cidade do Gharb Al-Andalus: a zona da Arrochela, espaços e quotidianos. *Trabalhos de Arqueologia*, 53. Lisboa: IGESPAR.
- GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana (2000). Contenedores de fuego en el Garb al-Andalus. *Actas do 3.º Congresso de Arqueologia Peninsular. vol. VII - Arqueologia da Idade Média da Península Ibérica*. Porto: ADECAP, pp. 421-434.
- GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana (2006). *Cerámica Islámica de Mértola: producción y comercio*. Tesis doctoral. Facultad de Geografía e Historia. Universidad Complutense de Madrid. Disponível em <http://eprints.ucm.es/7087/>
- GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana (2014). *Cerámica Islámica de Mértola*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.
- GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana (2016). El arrabal portuario de Mértola (Portugal): el registro cerámico andalusí. *Onoba*, 4, pp. 181-196. Disponível em <http://rabida.uhu.es/dspace/bitstream/handle/10272/12480/El-arrabal.pdf?sequence=2>.
- GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana; GONÇALVES, Maria José; INÁCIO, Isabel; SANTOS, Constança dos; COELHO, Catarina; LIBERATO, Marco; GOMES, Ana Sofia; BUGALHÃO, Jacinta; CATARINO, Helena; CAVACO, Sandra; COVANEIRO, Jaquelina; FERNANDES, Isabel Cristina (2015). A cidade e o seu território no Gharb al-Andalus através da cerâmica. *Actas do X Congresso Internacional A cerâmica medieval no Mediterrâneo*, vol. I. Silves: Câmara Municipal de Silves/ Campo Arqueológico de Mértola, pp. 19-50.
- GONÇALVES, Maria José; PIRES, Alexandra; MENDONÇA, Carolina (2007). Evolução tipológica de um conjunto de utensílios de iluminação de um arrabalde islâmico de Silves. *Vipasca Arqueologia e História* [CD-ROM]. Aljustrel. 2.ª série, 2, pp. 643-653.
- GONÇALVES, Maria José; INÁCIO, Isabel; SANTOS, Constança dos; COELHO, Catarina; LIBERATO, Marco; GOMES, Ana Sofia; BUGALHÃO, Jacinta; CATARINO, Helena; CAVACO, Sandra; COVANEIRO, Jaquelina; FERNANDES, Isabel Cristina; GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana (2015). Vinte anos de cerâmica islâmica do Garb al-Andalus: ensaio crono-tipológico das formas abertas (1). *Actas do VII Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular*, pp. 1026-1041.
- KEMNITZ, Eva (1993/94). Candis da colecção do Museu Nacional de Arqueologia. *O Arqueólogo Português*, Série 4, 11/12, pp. 427-472.
- MACIAS, Santiago (1993). Moura na Baixa Idade Média: elementos para um estudo histórico-arqueológico. *Arqueologia Medieval*, 2, pp. 127-157.
- MATOS, José Luís de (1991). Cerâmica Muçulmana do Cerro da Vila. In *Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental (Lisboa, 16-22 de Novembro de 1987)*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, pp. 429-456.
- PAIXÃO, António Cavaleiro; CARVALHO, António Rafael (2001). Cerâmicas almóadas de al-Qasr al-Fath (Alcácer do Sal). *Garb. Sítios Islâmicos do Sul Peninsular*. Lisboa: Ministério da Cultura / IPPAR, pp. 199-229.
- PAULO, Luís Campos (2009). Medina Tavira e o Povoamento Islâmico do Sudeste Litoral Algarvio. *Xelb*, 9, pp. 579-595.
- PINTO, Maria Adelaide (2007). Praça da República de Beja. *Vipasca Arqueologia e História* [CD-ROM]. Aljustrel. 2.ª série, 2, pp. 519-530.
- ROSSELLÓ-BORDOY, Guillermo (1991). *El nombre de las cosas en al-Andalus: Una propuesta de terminología cerámica*. Palma de Mallorca: Sociedad Arqueológica Luliana y Museo de Mallorca.
- SERRANO, Liliana (2011). *Lucernas, candis e candeias: para uma distribuição geográfica no território português*. Dissertação de mestrado em Arqueologia e Território. Faculdade de Letras. Universidade de Coimbra. Disponível em <http://hdl.handle.net/10316/19172>
- SILVA, Ricardo Costeira (2014). A cerâmica dos níveis alto-medievais do fórum de Aeminium (MNMC, Coimbra). In Adriaan De Man; Catarina Tente

(coords.) *Estudos de Cerâmica Medieval O Norte e Centro de Portugal - séculos XI a XII*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, pp. 79-97.

TEICHNER, Felix (1998). A ocupação do centro da cidade de Évora da época romana à contemporânea. Primeiros resultados da intervenção do Instituto Arqueológico Alemão. In Hélder Abraços; João Manuel Diogo (eds.) *Actas das 2.as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval. Métodos e resultados para o seu estudo*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 17-31.

TORRES, Cláudio (1987). *Cerâmica Islâmica Portuguesa*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.

VASCONCELLOS, José Leite (1915). *História do Museu Etnológico Português*. Lisboa: Imprensa Nacional.

ZOZAYA STABEL-HANSEN, Juan (1999). Una discusión recuperada: candiles musulmanes de disco impreso. *Arqueología y Territorio Medieval*, 6, pp. 261-278.

ZOZAYA STABEL-HANSEN, Juan (2007). Los candiles de piqueta. *Tierras del Olivo. El olivo en la Historia*. Fundación *El Legado Andalusi*, pp. 125-135.

# A CIDADE DE ALCÁCER DO SAL DURANTE O EMIRATO E O CALIFADO DE CÓRDOVA

Recebido: 24 de Janeiro de 2017 / Aprovado: 29 de Dezembro de 2018

## Marta Isabel Caetano Leitão<sup>1</sup>

Bolseira de Doutoramento na Fundação para a Ciência e a Tecnologia (SFRH/BD/117606/2016).  
Instituto de Arqueologia e Paleociências da Universidade Nova de Lisboa (IAP).

### Resumo

No actual território português são poucos os vestígios que subsistem dos primórdios da islamização, no entanto, uma análise mais cuidada dos poucos indícios existentes pode vir a revelar mais sobre este período, pouco conhecido, nas cidades do ocidente peninsular. Partindo dos dados arqueológicos, consulta das fontes escritas islâmicas e cristãs, consulta das fontes iconográficas, registo fotográfico do arquivo da DGEMN e com recurso à arqueologia da arquitectura, tentou-se fazer uma reconstrução aproximada daquilo que seria a cidade de Alcácer do Sal durante o Período Omíada.

**Palavras-chave:** arqueologia medieval muçulmana; *Banu Danis*; fortificação; urbanismo; cultura material.

### Abstract

In the current Portuguese territory few traces remain of the early days of islamization, however a careful analysis of the few existing evidences may reveal more about this little known period of the Iberian Peninsula's western cities. Based on archaeological data, written Muslim and Christian sources, iconographic sources, the photographic register of the DGEMN and with recourse to architecture archeology, an attempt was made to roughly reconstruct what Alcácer do Sal may have been like during the Umayyad Period.

**Keywords:** Islamic Medieval Archeology; *Banu Danis*; fortification; urbanism; material culture.

---

<sup>1</sup> martaleitao11@gmail.com

## 1. Do palácio fortificado (*al-qasr*) à formação da medina

Durante o século IX d.C., foi construído na colina mais alta da cidade, um *al-qasr* (palácio fortificado) de planta quadrada com pátio central e com quatro torres rectangulares nos seus ângulos, bem destacadas da muralha, característica das torres tarde-romanas e do Período Emiral (Torres Balbás, 1985: 569). Este tipo de fortaleza assemelha-se às fortificações omíadas orientais erguidas na zona da Síria e da Jordânia com claras influências bizantinas e sassânidas, como são exemplo as fortificações de *Qasr Minya*, *Qasr al-Anyar*, *Qasr al-Hayr al Sharqi*, Palácio *Amman* de Jerusalém, datadas do século VIII d.C. (Soler e Zozaya, 1989: 265; Stierlin, 2002: 65-82; Enderlein, 2004: 73-78).

Para o caso peninsular, são conhecidas fortificações deste modelo, erguidas no século IX d.C. durante o Período Omíada, como é exemplo a Alcáçova de Mérida, Castelo de El Vacar, na província de Córdoba, Castelo de Guadalerzas, na província de Toledo, Castelo das Relíquias, Castelo Velho de Alcoutim, a primitiva Alcáçova de Silves e a Alcáçova do Castelo de Palmela, também se conhecendo casos para o Norte de África, datáveis do século X d.C., já no Período Califal, como o caso de Ceuta (Soler e Zozaya, 1989: 265; Catarino,



Fig. 1 - Castelo de Alcácer do Sal, 1991 (inventário da D.G.E.M.N.: INV/DGEMN).

1997/1998: 312; Fernandes, 2004: 239; Villada Paredes e Gurriarán Daza, 2013: 54; Gomes, 2014: 26).

Na actualidade, apesar das modificações introduzidas na fortaleza ao longo dos séculos, é possível observar ainda o primitivo palácio, assim como uma porta de arco ultrapassado no seu interior que daria acesso a um segundo piso (Figs. 1 e 2). Através da análise minuciosa dos panos e torres de muralha verificou-se que foram reutilizados materiais construtivos provenientes de construções anteriores na sua edificação, nomeadamente elementos arquitectónicos e epigráficos de época romana, assim como silhares de biocalcarenito (matéria-prima presente na região) de grandes dimensões, bem talhados, possuindo ainda as marcas de extracção

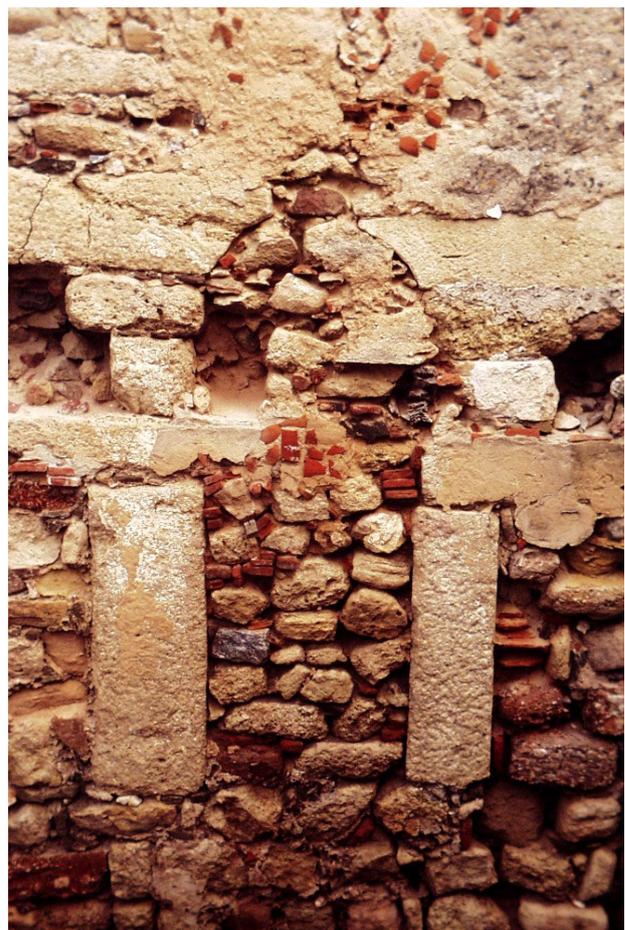


Fig. 2 - Porta de arco ultrapassado (fotografia cedida pelo Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Alcácer do Sal).



Fig. 3 - Paramento construtivo de uma das torres do *al-qasr* (cedida pelo Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Alcácer do Sal).

da obra, claramente do Período Romano (Fig. 3). Os mesmos foram dispostos em diversas fiadas na horizontal de forma um pouco irregular e afastados entre si, ligados por argamassa, apresentando o sistema de construção em *soga* e *tissão*, como se observa nas muralhas omíadas de Mérida, de Cória, de Vascos, do Castelo de Castros em Cáceres e também em uma das torres do Castelo de Palmela que, inclusive, apresenta uma dimensão de 10,2 m × 10,5 m, assemelhando-se à largura da face norte de uma das torres do palácio fortificado de Alcácer com 10,88 m (Fernandes, 2004: 239; Leitão, 2016a: 221).

É possível que o *al-qasr*, datado do século IX d.C., tenha sido construído pelos *Banu Danis* quando se instalaram naquela zona, no ano de 875-876,

coincidindo com o século em que se iniciaram as invasões vikings no *al-Andalus*, obrigando o poder central de Córdoba a investir na defesa do litoral ocidental peninsular, até então considerada zona periférica, instalando nela uma rede de atalaias e *ribats*, fazendo com que cidades como Sines e Alcácer cresçam no século X d.C., na medida em que é desta última que se dá, em 956, um alerta de um novo ataque viking (Silva, 2010: 73; Correia, 2013: 74; Leitão, 2016b: 82).

Este aspecto é ainda reforçado pelas fontes árabes que ao referirem o local durante o século IX d.C., designam-no de *al-Qasr*, denunciado deste modo a existência de um palácio fortificado na zona. Por outro lado, a descoberta de cerâmicas datáveis do período em estudo, encontradas durante as intervenções arqueológicas realizadas na alcáçova, em 1993-97, sob a direcção do IPPAR e da DRCA, e de dois capitéis descobertos na mesma cidade, pertencentes a uma construção palaciana e atribuíveis aos finais do século IX d.C. e inícios do X d.C. (Fig. 4), reforçam a hipótese do *al-qasr* de planta quadrada com quatro torres nos seus ângulos ter sido edificado nessa altura (Almeida, 1993: 81; Carvalho, Paixão e Faria, 1994: 227; Carvalho e Faria, 1994: 101-102; Leitão, 2016a: 212).



Fig. 4 - Capitel Emiral.

O crescimento que a cidade viria a ter durante este período não se deveu, somente, aos acontecimentos políticos, mas também à existência de um comércio que se formava a partir de um grande eixo viário que ligava Badajoz a Alcácer do Sal e Lisboa. Aquela era, nesse século, um centro urbano em pleno desenvolvimento, referida por *Alī ibn Hawqal*, como sendo uma cidade fortificada (Rei, 2012: 117; Leitão, 2016b: 81).

Com a instalação do Califado de Córdoba em 929, sabe-se que Alcácer do Sal, já capital de distrito, se encontrava sob o domínio califal, tendo *Abd al-Rahman III* confirmado *Yahyā b. Abi Dānis* à frente do governo de Alcácer e o seu sobrinho *Abd Allān b. Umar b. Abī Danis* como governador das dependências montanhosas da fortaleza, os montes *Banu Benamocer* (actual Serra da Arrábida) (Lévi-Provençal e García Gómez, 1950: 158; Fernandes, 2004: 273).

Este facto irá reforçar o investimento que os Omíadas farão em Alcácer, instalando nela, um estaleiro de construção naval que impulsionará a sua dinâmica portuária e que irá ser fundamental para a investida que *Ibn 'Amir al-Mansur* fará a Santiago de Compostela em 997, servindo-se daquele para equipar a sua frota. Este acontecimento demonstra a importância que aquele porto tinha, indicando a presença de infra-estruturas que permitiam a construção de navios e a presença de uma administração com capacidade para gerir esses mesmos equipamentos (Picard, 1997: 81; Kennedy, 1999: 142).

Durante esta fase, em que Alcácer do Sal já estaria sob o domínio de Córdoba, intensificaram-se as relações comerciais com a capital do *al-Andalus*, assim como outras cidades por via terrestre e marítima, fazendo com que a cidade se viesse a desenvolver, justificando, deste modo, a adaptação do *al-qasr* a alcáçova e à construção do primeiro

recinto amuralhado do núcleo urbano. As escavações arqueológicas realizadas no espaço correspondente à alcáçova, já referidas anteriormente, colocaram a descoberto um pano de muralha, erguido no século X d.C., que separaria a alcáçova da *medina*, assim como a respectiva porta que daria acesso ao núcleo urbano, localizada nesse mesmo muro, tal como a porta, localizada a oeste, que daria acesso ao exterior (Fig. 5). Sobre a primeira não se sabe que tipo de entrada seria, no entanto, a porta localizada a oeste, possuía uma entrada directa e era defendida por duas torres, como se observa na Alcáçova de Mérida (Chagas, 1995: 39; Torres Balbás, 1985: 606; Leitão, 2016c: 25).

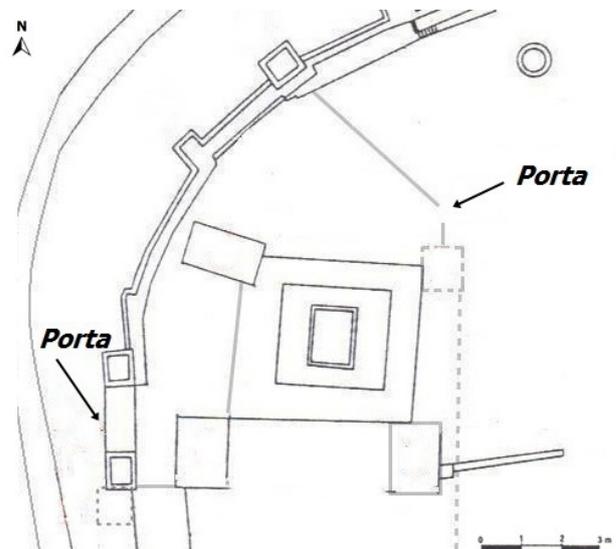


Fig. 5 - Planta da alcáçova (cedida pelo Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Alcácer do Sal/modificada pela autora).

No que respeita às torres construídas durante o Período Califal, foram identificadas duas na alcáçova, uma delas defenderia a porta que daria acesso ao exterior, enquanto outras cinco se encontravam adossadas à muralha que circundava o núcleo urbano (Figs. 6 e 7). Todas elas possuem formato quadrangular e foram edificadas em alvenaria de pedra média aparelhada e outras não, dispostas em fiadas paralelas, ligadas por argamassa e consolidadas nas juntas por pedra miúda e fragmentos de tijolo, assemelhando-se aquelas a



Fig. 6 - Torre da *medina* de cronologia califal, 1981 (inventário da D.G.E.M.N.: INV/DGEMN).

algumas das torres do Castelo de Palmela datáveis do século X d.C. (Fernandes, 2004: 241; Leitão, 2016a: 213-214).

## 2. Malha Urbana

### 2.1 Espaços habitacionais e de armazenamento

Quanto às estruturas habitacionais e de armazenamento correspondentes ao Período Omíada, foram identificadas no interior do *al-qasr*, provavelmente edificadas na altura em que aquele foi construído. Entre essas estruturas, importa destacar a descoberta de uma parede com vestígios de estuque, encontrando-se adossada a ela, do lado este, uma lareira ligada a um poço de abertura e secção circular (Fig. 8), com uma profundidade de

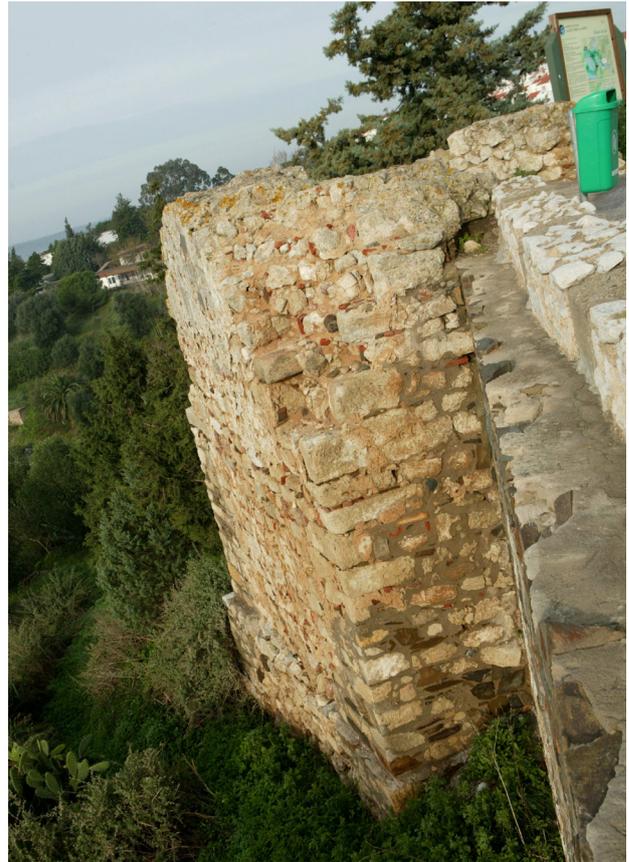


Fig. 7 - Torre da *medina* datada do século X d.C. (fotografia cedida pelo Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Alcácer do Sal).

cerca de 5 metros, edificado em silharia de pedra bem aparelhada, disposta de forma regular e intercalada por fiadas de tijolo e argamassa (Leitão, 2016a: 225).



Fig. 8 - Estruturas do Período Emiral identificadas no decorrer de intervenções arqueológicas realizadas no Convento de Aracoeli, entre os anos 1993-97, sob a direcção do IPPAR e da DRCA (fotografia de Manuel Perna cedida pelo Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Alcácer do Sal/ Direcção Regional de Cultura do Alentejo).

Este tipo de construção é característico das edificações iniciais do Período Islâmico (Navarro Palazón e Castillo Jiménez, 1997: 30), tratando-se



Fig. 9 - Espólio muçulmano *in situ* identificado no interior de um compartimento no decorrer de intervenções arqueológicas realizadas no Convento de Aracoeli, entre os anos 1993-97, sob a direcção do IPPAR e da DRCA (fotografia de Manuel Perna cedida pelo Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Alcácer do Sal/ Direcção Regional de Cultura do Alentejo).

aquele espaço possivelmente de uma cozinha do primitivo *al-qasr*. Um outro compartimento identificado por baixo de um outro, datado do período da ocupação das comunidades magrebina (Fig. 9), enquadrar-se-á igualmente na datação referida, dado ter-se descoberto a esse nível espólios *in situ*, correspondentes ao Período Emiral, todavia desconhece-se a que tipo de compartimento corresponderia (Leitão, 2016a: 225).

## 2.2 Arrabalde portuário

Durante o Período Omíada estaria em funcionamento na zona portuária um arrabalde, localizado onde hoje se encontra a Igreja do Espírito Santo/ Museu Municipal da cidade, e cujas intervenções arqueológicas realizadas no local, no ano

2008, sob a direcção da arqueóloga Marisol Ferreira, colocaram a descoberto algumas das suas estruturas. Aquele estaria certamente relacionado com o comércio proveniente do rio, onde habitariam as classes menos abastadas da cidade, nomeadamente os pescadores e outros comerciantes que se dedicavam às actividades portuárias e a alguns ofícios industriais, à semelhança do que se verifica no arrabalde islâmico da Rua dos Correiros em Lisboa (Carvalho, Paixão e Faria, 2001: 207; Bugalhão, Gomes e Sousa, 2007: 318).



Fig. 10 - Planta geral das estruturas identificadas na zona portuária durante escavações arqueológicas efectuadas na Igreja do Espírito Santo, no ano de 2008, sob a direcção da arqueóloga Marisol Ferreira (desenho de Marisol Ferreira).

Entre as estruturas descobertas, encontra-se uma habitação com um poço e fossas associadas edificadas em silharia de pedra (Fig. 10). Aquele local com vestígios de ocupação que remontam à Idade do Ferro foi ocupado no Período Islâmico, logo a partir do século IX d.C., inserindo-se o espólio cerâmico encontrado entre os séculos IX e XIII d.C., abarcando cronologicamente o Período Emiral até ao Período Almóada (Carvalho, Paixão e Faria, 2001: 207-208; Ferreira, 2015: 5).

Alcácer do Sal era, durante o Período Califal, uma cidade em pleno crescimento. O facto de *Ibn Amir al-Mansur*, no ano de 997, escolher o porto daquela cidade para se abastecer de mantimentos e equipar a sua frota, reforça a importância de Alcácer do Sal no século X d.C. É possível que o arrabalde portuário identificado estivesse ligado ao estaleiro de construção naval que as fontes muçulmanas referem (Leitão, 2016b: 81), todavia só novas intervenções arqueológicas no local poderão responder a essa questão.

### 2.3 Necrópole

Era comum nas cidades islâmicas as necrópoles se encontrarem fora dos recintos amuralhados, nomeadamente junto às portas das cidades e junto das principais vias que partiam dessas mesmas saídas em direcção a outras povoações. Em 2003, durante um acompanhamento arqueológico na encosta ocidental do castelo, sob a direcção do arqueólogo João Carlos Faria, colocou-se a descoberto quatro enterramentos muçulmanos, sem qualquer tipo de espólio associado, cujas inumações se encontravam depositadas em fossas abertas na rocha calcária, com os corpos depositados em decúbito lateral direito, com orientação oeste-este e os crânios voltados a sul, em direcção a Meca, tendo sido os corpos cobertos com terra de

cor castanha acinzentada e pouco compacta (Faria, 2003: 1-8).

Constatou-se que estes indivíduos foram enterrados num mesmo momento, pela proximidade em que se encontravam, não havendo qualquer remeximento ou violação do espaço, demonstrando que haveria um conhecimento exacto da localização dos enterramentos e que, por sua vez, este espaço sepulcral seria gerido de forma cuidada tendo-se a noção da área ocupada pelas sepulturas (Figs. 11 e 12).

No que respeita à datação desta necrópole, José Leite Vasconcellos, em 1895, numa das suas deslocações a Alcácer, faz referência a uma lápide



Fig. 11 - Sepultura 1 identificada durante intervenções arqueológicas na encosta do castelo, no ano de 2003, sob a direcção do arqueólogo João Carlos Faria (cedida pelo Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Alcácer do Sal).



Fig. 12 - Sepulturas 2 e 3 identificadas durante intervenções arqueológicas na encosta do castelo, no ano de 2003, sob a direcção do arqueólogo João Carlos Faria (cedida pelo Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Alcácer do Sal).

árabe existente no museu da cidade que teria sido encontrada na encosta do castelo, podendo, aquela, pertencer a esta necrópole (Vasconcellos, 1895: 86). Duas lápides, datadas do século XI d.C., encontram-se hoje em exposição na cripta arqueológica de Alcácer do Sal, traduzidas por Carmen Barceló e Ana Labarta (1987: 239-243) e, possivelmente, fariam parte desta necrópole, sendo uma delas a que José Leite de Vasconcellos fez referência no século XIX.

Encontramo-nos perante uma necrópole dos inícios da islamização deste espaço, nomeadamente das primeiras Taifas, mas também, provavelmente, do Período Emiral e Califal, dado se encontrar localizada junto à porta da alcáçova que dava acesso ao exterior. Aquela era gerida de forma cuidada, certamente por um poder central na cidade, na figura do governador e por alguém responsável pela gerência desse espaço, cuja função seria zelar pelo mesmo, sendo bastante habitual a presença desta entidade nas cidades islâmicas (Torres Balbás, 1985: 235; Leitão, 2016a: 228).

### 3. Cultura Material

No que respeita à cultura material, proveniente das intervenções arqueológicas realizadas na alcáçova e no núcleo urbano, entre os anos de 1993-97, foram descobertos uma série de espólios de períodos distintos (Carvalho, Paixão e Faria, 2001: 203). Relativamente ao Período Emiral/Califal, foram exumadas cerâmicas características das populações autóctones que já habitariam aquele território antes da chegada dos muçulmanos, denunciando aspectos das produções tardo-romanas e visigóticas, das quais são exemplo um candil de bico curto de pasta cinzenta, alguns púcaros, um jarro, algumas jarras e um cântaro decorado com três traços pintados de cor branca (Figs. 13 e 14). Por outro lado, descobriram-se igualmente

cerâmicas produzidas localmente ou regionalmente, sobretudo no que respeita à loiça de cozinha, com formas e temáticas decorativas do Islão, que indicam a existência de fornos de cerâmica na cidade, sendo aqueles já bastante conhecidos no Período Romano ao longo das margens do rio Sado (Faria, 2002: 69). A presença daqueles é ainda atestada no núcleo urbano durante a Idade Moderna, porventura alguns deles poderão datar do Período Muçulmano (Leitão, 2015: 100).



Fig. 13 - Candil, séculos VIII-IX d.C. (fotografia de António Rafael Carvalho/ Direcção Regional de Cultura do Alentejo).



Fig. 14 - Púcaro, séculos IX-X d.C. (fotografia de António Rafael Carvalho/ Direcção Regional de Cultura do Alentejo).

Outro pequeno conjunto de cerâmicas vidradas, decoradas com técnicas mais elaboradas, como o caso das peças a verde e manganês e corda seca parcial, indicam tratar-se, na sua maioria, de peças importadas. A cerâmica verde e manganês, bastante difundida no *al-Andalus* nos séculos X e XI d.C., sobretudo a partir da cidade palatina de *Medina-al-Zahra*, traduz influências recebidas do Próximo Oriente, desde o século VII d.C., sucessivamente desenvolvidas pelos centros oleiros do Médio Oriente, executando uma técnica decorativa que se iria espalhar por todos os territórios do *dar al-Islam*, como foi o caso da cidade palatina mencionada. Durante os Reinos de Taifas, terão surgindo em algumas cidades, como o caso de Silves e Mértola, centros oleiros imitando esta técnica (Gomes, 1988: 53-54; Gómez Martínez, 2014: 284).

Um fragmento de taça decorada a verde e manganês tem a representação de uma cruz quadrada ou palmetas e ao centro um cordão da eternidade (Fig. 15). São figurações típicas no reportório cerâmico do século X d.C., devendo-se o exemplar tratar de uma peça importada, possivelmente de *Medina-al-Zahra*, momento em que a cidade de Alcácer do Sal já se encontrava sob o domínio de Córdova, conforme referem as fontes (Leitão, 2016b: 81). Por outro lado, um fragmento de jarra que apresenta esta mesma técnica decorativa, e para a qual não se encontrou paralelos, poder-se-á tratar de uma produção local ou regional (Fig. 16), quiçá possivelmente, da cidade de Évora, onde existe uma grande coleção de cerâmicas ornamentadas a verde e manganês, denunciando a existência deste tipo de produção na cidade, possivelmente nos finais do Período Califal e, sobretudo, durante os Reinos de Taifas, altura em que aquela conhece um grande desenvolvimento económico (Filipe, 2012: 55; Leitão, 2015: 123).

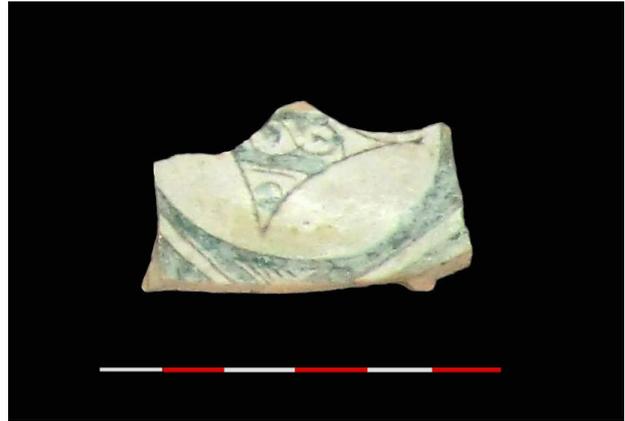


Fig. 15 - Fragmento de taça, século X d.C. (fotografia da autora/ Direção Regional de Cultura do Alentejo).



Fig. 16 - Fragmento de jarra, séculos X-XI d.C. (fotografia da autora/ Direção Regional de Cultura do Alentejo).

A técnica da corda seca parcial, que tem vindo a ser atribuída ao século XI d.C. e que irá perdurar até aos últimos séculos da ocupação muçulmana (Gómez Martínez, 2014: 236), está presente em dois exemplares encontrados, nomeadamente num jarro, descoberto num contexto arqueológico datado do século IX-X d.C., e num candil, possivelmente datado dos séculos X-XI/XII d.C., tratando-se, eventualmente ambas de peças importadas (Fig. 17). No que respeita ao jarro, com uma cronologia correspondente aos inícios do Período Islâmico, enquadra-se na datação atribuída igualmente a uma peça semelhante, decorada em corda seca parcial, exumada em Silves (Gomes, 1988: 103).



Fig. 17 - Jarro, séculos IX-X d.C. (fotografia de António Rafael Carvalho/ Direcção Regional de Cultura do Alentejo).

#### 4. Conclusão

Através da análise das torres e panos de muralha da fortificação, pôde-se constatar, com base nos paramentos construtivos, formas e paralelos com outras fortificações do *al-Andalus*, assim como pela consulta da documentação escrita e fontes iconográficas, que Alcácer do Sal possuía, no século IX d.C., um palácio fortificado quadrangular com quatro torres maciças nos seus ângulos, de formato rectangular, assemelhando-se às fortificações omíadas orientais presentes na zona da Síria e da Jordânia com influências bizantinas e sassânidas. Aquela teria sido erguida a partir da segunda metade do século IX d.C., quando a família dos *Banu Danis* se instalou naquele local.

Os paramentos construtivos da fortificação primitiva, tal como a porta de arco ultrapassado identificada no segundo piso, caracterizam-se pela utilização de elementos arquitectónicos do Período Romano, sendo ainda visível em alguns aparelhos a utilização de *soga* e *tissão*, denunciando a sua edificação no Período Emiral, tal como podemos observar nas muralhas de Mérida. Datam, igualmente, desta altura a construção da cozinha e um compartimento localizado no interior da fortificação.

Durante o século X d.C., encontrando-se Alcácer do Sal sob o domínio de Córdoba, a cidade cresceu economicamente, devido não só à via que a ligava a Évora e Badajoz, como, também, em virtude da sua relação com Córdoba e, sobretudo, pela sua condição de cidade marítima, com bastantes recursos naturais, designadamente boa madeira, justificando desta forma a instalação de um estaleiro de construção naval por parte do poder califal. A importância do crescimento do porto, devido à instalação daquela infra-estrutura, levou à edificação de um arrabalde portuário que estaria ligado às actividades aí fixadas, nomeadamente à pesca, à construção naval, às indústrias e às trocas comerciais.

No que respeita ao palácio fortificado, terá sido adaptado a alcáçova, construindo-se novas torres quadrangulares, com paramentos construtivos diferentes das torres e panos de muralha do Período Emiral, assim como as duas portas, uma que daria acesso à *medina* e outra que permitia a saída ao exterior, onde se encontraria a necrópole. Também se edificaram, nesta altura, as primeiras muralhas que iriam circundar o núcleo urbano. Os testemunhos materiais mostram-nos os quotidianos destas populações e dão-nos alguns elementos relacionados com os circuitos comerciais e riqueza dos habitantes. Peças ricamente

decoradas com a técnica verde e manganês, bem como a corda seca parcial, terão sido importadas de outras cidades do *al-Andalus*, todavia outras peças de cerâmica comum terão sido produzidas localmente ou regionalmente.

A descoberta dos vestígios analisados são um ponto de partida para o conhecimento da cidade de Alcácer durante o Período Omíada, no entanto, muito trabalho ainda se encontra por fazer no que respeita ao estudo desta fase em Alcácer, mas também nas restantes cidades do ocidente peninsular.

## Bibliografia

- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1993). *História da Arte em Portugal: arte da alta Idade Média*. Vol. II. Lisboa: Publicações Alfa.
- BARCELÓ, Carmen; LABARTA, Ana (1987). Dos inscripciones árabes halladas en Alcácer do Sal. *Setúbal Arqueológica*, VIII, pp. 239-243.
- BUGALHÃO, Jacinta; GOMES, Sofia; SOUSA, Maria João (2007). Consumo e utilização de recipientes cerâmicos no arrabalde ocidental da Lisboa Islâmica (Núcleo Arqueológico da Rua dos Correios e Mandarin Chinês). *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 10: 1, pp. 317-343.
- CARVALHO, António Rafael; PAIXÃO, António Cavaleiro; FARIA, João Carlos (1994). O castelo de Alcácer do Sal. Um projecto de arqueologia urbana. *Bracara Augusta*, 46 (Actas do Encontro de Arqueologia Urbana), pp. 215-264.
- CARVALHO, António Rafael; FARIA, João Carlos (1994). Cerâmicas Muçulmanas do Museu Municipal de Alcácer do Sal. *Arqueologia Medieval*, 3, pp. 101-112.
- CARVALHO, António Rafael; PAIXÃO, António Cavaleiro; FARIA, João Carlos (2001). Contributo para o estudo da ocupação muçulmana no Castelo de Alcácer do Sal: O Convento de Aracoelli. *Arqueologia Medieval*, 7 pp. 197-209.
- CATARINO, Helena (1997/98). O Algarve Oriental durante a ocupação islâmica: povoamento rural e recintos fortificados. *Al-Úlyá. Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé*, 6, vols. I, II e III.
- CHAGAS, José António Amaral Trindade (1995). *O castelo de Alcácer do Sal e a utilização da taipa militar durante o domínio almóada*. Dissertação de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico apresentada à Universidade de Évora.
- CORREIA, Fernando Branco (2013). Fortificações de iniciativa omíada no Gharb al-Andalus nos séculos IX e X: hipóteses em torno da chegada dos Majus (entre Tejo e Mondego). In Isabel Cristina Fernandes, *Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magreb (séculos VI a XVI)*, Vol. I. Lisboa: Edições Colibri-Campo Arqueológico de Mértola, pp. 73-86.
- ENDERLEIN, Volkmar (2004). Syria and Palestine: The Umayyad caliphate. In Markus Hattstein; Peter Delius (eds.) *Islam: Art and Architecture*. Tandem Verlag GmbH. Konemann. pp. 59-87.
- FARIA, João Carlos (2002). *Alcácer do Sal ao Tempo dos Romanos*. Lisboa: Edições Colibri.
- FARIA, João Carlos (2003). *Relatório dos Trabalhos de acompanhamento arqueológico do troço subterrâneo entre a PT ENATUR: Castelo de Alcácer do Sal e o PT Santa Luzia*, Alcácer do Sal.
- FERNANDES, Isabel Cristina (2004). *O Castelo de Palmela do islâmico ao cristão*. Lisboa: Edições Colibri.
- FERREIRA, Marisol (2015). A Igreja do Espírito Santo (Alcácer do Sal): Resultados Finais. *Revista Neptuno*, 19, pp. 4-6.
- FILIFE, Vanessa (2012). *Contributo para o conhecimento da presença islâmica em Yábura – Estudo do espólio exumado nas intervenções arqueológicas do Museu Municipal de Évora*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- GOMES, Rosa Varela (1988). *Cerâmicas Muçulmanas do Castelo de Silves. Xelb*, 1. Silves: Câmara Municipal de Silves.
- GOMES, Rosa Varela (2014). *Arquiteturas: Testemunhos Islâmicos em Portugal*. Lisboa: Castelo de São Jorge.
- GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana (2014). *Cerâmica Islâmica de Mértola: Museu de Mértola*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.
- KENNEDY, Hugh (1999). *Os Muçulmanos na Península Ibérica: História Política do al-Andalus*. Publicações Europa-América.

- LÉVI-PROVENÇAL, Evariste; GARCIA GÓMEZ Emilio (eds. e trads.) (1950). *Crónica Anónima de Abd al-Rahmân III al-Nâsir*. Madrid – Granada: C.S.I.C.
- LEITÃO, Marta Isabel Caetano (2015). *A Presença Islâmica em al-Qasr – Uma análise sobre o urbanismo e o sistema defensivo*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- LEITÃO, Marta Isabel Caetano (2016a). Alcácer do Sal durante o período muçulmano (IX-XIII). *Debates de Arqueologia Medieval*, 6 pp. 209-234.
- LEITÃO, Marta Isabel Caetano (2016b). A Porta Muçulmana da Alcáçova de Alcácer do Sal. *Al-Madan*, Série II, 20 - 2. Adenda electrónica, pp. 80-85.
- LEITÃO, Marta Isabel Caetano (2016c). Estudo do espólio cerâmico proveniente do interior de uma habitação almóada da alcáçova de Alcácer do Sal. *Arqueología y Territorio Medieval*, 23, pp. 23-39.
- NAVARRO PALAZÓN, Julio; CASTILLO JIMÉNEZ, Pedro (1997). *Excavaciones arqueológicas en la ciudad de Murcia: Platería 14. Sobre cuatro casas andalusíes y su evolución (siglos X-XIII)*. Murcia: Centro de Estudios Arabes y Arqueológicos “Ibn Arabi”.
- VILLADA PAREDES, Fernando; GURRIARÁN DAZA, Pedro (2013). Recientes investigaciones sobre las fortificaciones del Califato Omeya en el estrecho de Gibraltar (Tarifa, Algeciras, Tânger, Ceuta). In Isabel Cristina Fernandes, *Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magreb (séculos VI a XVI)*, Vol. I. Lisboa: Edições Colibri-Campo Arqueológico de Mértola, pp. 51-62.
- PICARD, Christophe (1997). *L’Océan Atlantique musulman: de la conquête arabe à l’époque almohade: navigation et mise en valeur des côtes d’al-Andalus et du Maghreb occidental (Portugal - Espagne - Maroc)*. Paris: Unesco.
- REI, António (2012). *O Gharb Al-Andalus Al-Aqsâ na Geografia Árabe (séculos III h. / IX d.C. – XI h. / XVII d.C.)*. Lisboa: IEM – Instituto de Estudos Medievais.
- SILVA, Carlos Guardado da (2010). *Lisboa Medieval: A organização e estruturação do espaço urbano*. Lisboa: Edições Colibri.
- STIERLIN, Henri (2002). *Islão: de Bagdade a Córdoba: A arquitectura primitiva do século VII ao século XIII*. Hohenzollernring: Taschen.
- SOLER, Alvaro; ZOZAYA, Juan (1989). Castillos omeyas de planta cuadrada: su relación funcional. In Javier Fernández Conde (coord.) *III Congreso de Arqueología Medieval Española*. Actas III Comunicaciones. Oviedo: Universidad de Oviedo, pp. 265-274.
- TORRES BALBÁS, Leopoldo (1985). *Ciudades Hispanomusulmanas*. Madrid: Instituto Hispano Árabe de Cultura.
- VASCONCELLOS, José Leite de (1895). Excursão arqueológica a Alcácer do Sal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série I:1-3, pp. 65-92.

# ENTRE MOUROS E CRISTÃOS: PRIMEIROS DADOS SOBRE A ZOOARQUEOLOGIA DO CASTELO DE ARACENA (HUELVA, ESPANHA)

*Recebido: 29 de Março de 2018 / Aprovado: 29 de Dezembro de 2018*

## **Maria João Valente<sup>1</sup>**

Universidade do Algarve – FCHS. CEAACP — Centro de Estudos de Arqueologia, Artes e Ciências do Património.

## **Francisco Rosa Correia**

Colaborador da Universidade do Algarve – FCHS

## **Rute Branco**

Mestranda. Universidade do Algarve – FCHS

## **Eduardo Romero Bomba e Timoteo Rivera Jiménez**

Universidad de Huelva – HUM 838

## **Omar Romero de la Osa**

Universidad de Sevilla – ETSA

## **Resumo**

O principal objetivo deste trabalho é a caracterização das atividades pecuárias e cinegéticas praticadas no Castelo de Aracena, entre os séculos X e XVI. Os resultados mostram o predomínio dos animais domésticos: porcos, cabra, ovelha e bovinos, mas também equídeos e aves de capoeira. A presença de animais como o veado e o javali sugere que a caça seria uma atividade complementar. Foram ainda identificados o coelho e vários carnívoros. Os vestígios de moluscos marinhos e peixe testemunham o seu ocasional consumo. As estimativas etárias sugerem tratamento diferenciado dos animais. As modificações ósseas evidenciam o processamento das carcaças com objetivos alimentares e, por vezes, de tendões, peles e fabrico de utensílios. A relativa homogeneidade dos principais táxones ao longo das ocupações, e a abundância de suínos, algo raro em contextos islâmicos, possibilitam duas realidades: ou depósitos faunísticos relacionados com as ocupações cristãs, ou uma comunidade islâmica atípica.

**Palavras-chave:** zooarqueologia; Medieval Islâmico; Medieval Cristão; Reconquista; Espanha.

## **Abstract**

The main objective of this work is the characterization of the livestock and hunting activities practiced in the Castle of Aracena, between the 10th and 16th centuries. The results show the predominance of domestic animals: pigs, goats, sheep and cattle, but also equids and poultry. The presence of animals such as deer and wild boar suggests that hunting would be a complementary activity. Rabbit and several carnivores were also identified. Fragments of marine molluscs and fishes testify to their occasional consumption. Age estimation suggest different treatment of animals. Bone modifications show the processing of carcasses for food purposes and, sometimes, of tendons, skins, and utensils' production. The relative homogeneity of the main taxa throughout the occupations, and the abundance of swine, something rare in Islamic contexts, allow two realities: either faunal deposits related to Christian occupations, or an atypical Islamic community.

**Keywords:** zooarchaeology; Medieval Islamic; Medieval Christian; Conquest; Spain.

---

<sup>1</sup> mvalente@ualg.pt

## 1. Introdução

O presente trabalho apresenta o estudo zoológico dos materiais recolhidos na campanha de escavações de 2012 no Castelo de Aracena, Huelva, dirigidas por dois de nós (ERB, TRJ). A coleção resultante assume particular interesse por incluir materiais associados às várias ocupações medievais que se desenvolveram no local, com o grosso do material a ser atribuído aos períodos almóada e cristão (séculos XII-XV), nomeadamente ao momento de transição.

O principal objetivo deste trabalho é a obtenção de informações sobre as atividades pecuárias e cinegéticas levadas a cabo pelos habitantes do estabelecimento almóada e da posterior fortificação cristã. Com esse fim, apresentamos a diversidade dos animais presentes, as suas respetivas abundâncias, as estimativas de idade das principais espécies, as principais alterações ósseas e seu significado, e alguns dados de integração biométrica nos conjuntos faunísticos já conhecidos para estes períodos.

Não são por ora incluídos os materiais exumados na campanha de 2014. Estes encontram-se ainda em fase de estudo, estando planeada a publicação final e abrangente dos dados zoológicos após meados de 2018.

## 2. Localização e enquadramento histórico

O Castelo de Aracena localiza-se na atual província de Huelva, no sudoeste de Espanha (Fig. 1). É uma das fortificações medievais que integram a chamada Banda Galega, definição dada ao conjunto de castelos que se localizam na zona ocidental da Sierra Morena e que pertenceram ao Reino de Sevilha. A localização estratégica destas fortificações visava a proteção das vias de comunicação e

do território e garantia a defesa da população como lugares de refúgio, ou delimitava a fronteira entre as terras reais e os territórios das Ordens Militares do Hospital e de Santiago (González, 2005: 67-78; Valor, 2005: 79-92; Romero e Rivera, 2012: 109-111).

Alguns de nós (Romero, Rivera e Pérez, 2010: 51-55) definiram já o sítio como uma vila fortificada ou encastelada onde se desenvolveu um povoamento baixo-medieval até ao séc. XVI. Nesta altura a povoação perde a sua funcionalidade militar e a expansão urbanística em direção ao vale terá proporcionado o seu abandono e sequente ruína.

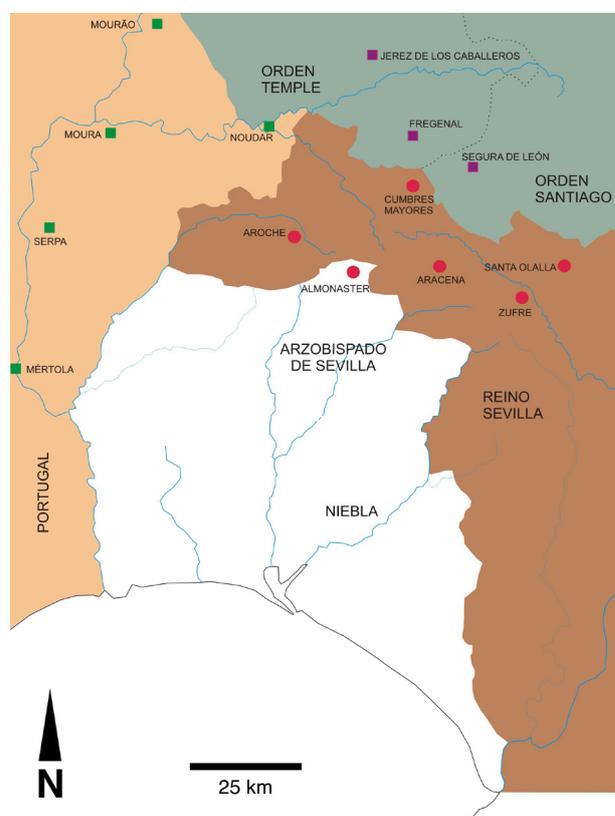


Fig. 1 - Mapa de localização Castelo de Aracena, à altura do Reino de Sevilha (após a Conquista Cristã).

## 3. Enquadramento: história e arqueologia do Castelo de Aracena

A construção do recinto fortificado de Aracena ter-se-á materializado por impulso português, em meados do século XIII. A sua função terá sido de defesa e reforço do território conquistado pelo

Reino de Portugal através da Ordem do Hospital e enquadra-se nos movimentos de conquista do Gharb al-Andalus por parte das ordens militares a mando das coroas lusa e castelhana-leonesa.

A situação fronteiriça deste território influenciou de maneira decisiva o processo de povoamento que, desde o momento da conquista cristã, foi objeto de disputa entre as ordens militares, os castelhanos e os portugueses. O tratado luso-castelhana de Badajoz de 1267 reconheceu como castelhanas as praças situadas a Este do rio Guadiana, pelo que Moura, Serpa, Aroche e Aracena passam a pertencer ao concelho de Sevilha. Todavia, Portugal não deixou de reivindicar estas praças nos anos posteriores; após a morte de Sancho IV, em 1295, D. Dinis reclamou junto dos tutores de Fernando IV a sua devolução. O conflito entre as duas coroas só foi solucionado em 1297, com o Tratado de Alcanizes, no qual Moura e Serpa retornam ao domínio português, enquanto Aroche e Aracena passam definitivamente para Castela-Leão (González, 1998: 15-35).

As intervenções arqueológicas no recinto fortificado de Aracena iniciaram-se em 2007 e foram desenvolvidas no contexto da sua conservação e valorização, com a implementação de um plano de investigação multidisciplinar. Até ao momento realizaram-se três campanhas centradas em diferentes zonas do recinto: em 2007 desenvolveram-se diversas sondagens na vila medieval e no castelo; no ano de 2012 escavou-se a área do alcácer; finalmente, em 2014, procedeu-se à escavação da zona norte (Fig. 2).

Os trabalhos incluíram prospeções pedestres e geofísicas, e escavações. Durante as escavações foram identificados vários contextos deposicionais, bem como contextos de construção ou de adição. A grande acumulação de materiais de derrube nos sedimentos não possibilitou o seu crivo.

A escavação permitiu constatar a presença de estruturas no interior do recinto fortificado, identificar as fases construtivas, sequenciar o processo mediante a análise das fundações, estabelecer uma interpretação cronológica, caracterizar funcionalmente as construções e detetar as cotas de uso originais, assim como documentar as estruturas prévias à construção do castelo. Um exemplo são as habitações almóadas exumadas na Unidade de Intervenção 8 e na Sondagem 2B, durante a campanha de 2012.



Fig. 2 - Foto aérea do Castelo de Aracena e planta das áreas de intervenção. 1 – Alcácer (Alcázar), área escavada em 2012. 2 – Flanco Norte, área escavada em 2014.

#### 4. Sequência das ocupações humanas

As características do cerro do castelo favorecem o povoamento humano e possibilitam o controlo de vias de comunicação, o domínio visual do território e o acesso a recursos agro-pecuários e minerais.

A sua mais antiga ocupação humana parece remontar à Pré-História recente. Dela restam alguma cerâmica manual e instrumentos em pedra polida, materiais espalhados por toda a zona do cerro, sem distinção de áreas de depósito primário.

A presença de materiais de construção, como telhas, e de alguma cerâmica *sigillata* gálica (Dragendorff 18 e 27), demonstram que durante o Período Romano o sítio também foi habitado. Nas imediações de Aracena assinalaram-se algumas

*villae* romanas (La Urraca, San Miguel, Jabuguillo e Las Gordillas (Romero Bomba, 2003: 84-88) e o cerro de Aracena pode ter tido a função de controlo da via romana que ligava as minas de Riotinto a Emerita Augusta.

Anterior ao recinto fortificado de origem cristã, documentou-se a presença de um importante povoamento islâmico que se terá desenvolvido durante a Época Califal, os Reinos das Taifas e o Período Almóada. Esse povoamento islâmico parece iniciar-se no século X, apesar da arquitetura mais bem conservada pertencer à ocupação almóada (séculos XII-XIII). Neste período, a construção de habitações e de canalizações evidenciam a existência de planificação urbana. Nota-se também a adaptação à orografia local, com escalonamento das estruturas ao longo da encosta e agrupamentos das habitações. Não conhecemos a dimensão deste povoado, mas a dispersão de materiais é ampla e identificaram-se estruturas em diversos pontos do cerro. Desconhece-se o nome desta povoação islâmica, conquanto alguns historiadores a interpretem como Qatrašāna (Pérez Macías, 2001: 57-58).

Durante a etapa baixo-medieval, após a conquista cristã, documentou-se a construção do castelo e de várias salas no seu interior. Estas divisões foram reformadas e modificadas ao longo do tempo com a construção de muros ou nivelamento de solos. A cultura material, nomeadamente a cerâmica, a numismática e o material bélico, aponta para uma ocupação balizada entre os séculos XIII e XV, sendo que o séc. XVI é marcado pelo abandono do recinto. Foi também observada uma ocupação externa ao Castelo, pela presença de muros de habitação na chamada “villa vieja.”

Em 2014 foi obtida uma datação pelo radiocarbono (Sac-3022): 710±35 BP (1247-1388 cal AD a 2 sigmas, pela curva IntCal 13). Foi feita sobre uma

amostra proveniente da Unidade Estratigráfica (UE) 116, unidade composta por uma camada de cinzas com carvões e madeiras que cobre uma habitação de Época Almóada (Vivenda A). A cultura material associada é do Período Almóada e o nível de cinzas pode indicar a tomada da povoação pelas tropas de Portugal, entre 1230 e 1251.

## 5. Metodologia zooarqueológica

O presente trabalho apresenta a análise zooarqueológica dos materiais da campanha de 2012; restam por analisar os materiais recolhidos em 2014, que incidiram na zona norte do castelo. A área intervencionada em 2012 corresponde a 12 *loci* diferentes e a cerca de 80 UEs.

A apresentação individual de cada contexto é extensa e a sua interpretação seria demasiado segmentada, pelo que reunimos os dados em cinco principais “Unidades de Agregação Cronológica” (UAC) (Fig. 3): (A) materiais do período das Taifas e Califal; (B) depósitos associados a materiais almóadas; (C) contextos de mistura da transição almóada-cristão; (D) depósitos associados ao período cristão entre os séculos XIII e XV; e (E) contextos associados à fase de abandono da fortificação. Deixamos de fora, por agora, os materiais “de arraste” que podem pertencer a qualquer um destes períodos. Infelizmente, estes incluem c. de 40% dos materiais faunísticos, incluindo achados interessantes como o de sacarrabos (*Herpestes ichneumon*).

Sempre que possível tentou-se a classificação ao nível da espécie (pela morfologia ou metria), recorrendo-se à coleção de referência do Laboratório de Arqueologia da Universidade do Algarve (LA-UALG) para mamíferos e moluscos. Alguns espécimes de identificação mais complicada foram classificados após consulta da coleção

Unidade de Agregação Cronológica (UAC)	Período	Unidades (sondagens, UE e UI)
A	Taifas e Califal	Sondeo 2B: 22, 28.
B	Almóada	Sondeo 1A: 6. Sondeo 2A: 11, 12, 13. Sondeo 2B: 7, 9, 10, 17. Sondeo 2B (ampliação): 9, 10, 16, 18, 19, 21, 27. Sondeo 2B obras: 16, 44, 49, 59, UC36. UI8 (Vivenda 2): 12, 29, 44, 45, 46. Outras: UI2/2sondeo, UI2/7sondeo, UI8/2, UI8/4, UI8/5, UI8/12, UI8/20, UI8/28.
C	Mistura Almóada-Cristão	Sondeo 2A: 3. Sondeo 2B (ampliação): 2, 4, 5, Sondeo 2B: 3, 4, 5, 6. Sondeo 2B obras: 3, 45. UI8/2 (Vivenda 2): 2. Outras: UI2/2.
D	Cristão (sécs. XIII–XV)	Sondeo 2A: 2. Sondeo 2B (ampliação): 12, 13. Sondeo 2B: 8, 12, 15, 1B. Sondeo 2B obras: UI8/2 (Vivenda 2): 33, 41, 42. Outras: UI7/2, UI7/4, UI8/13, UI8/16, UI8/17.
E	Abandono (sécs. XV–XVI)	Sondeo 2A: 5, 9. Sondeo 2B obras: 14. UI8/2 (Vivenda 2): 1. Outras: UI8/1.

Fig. 3 - Unidades de agregação e períodos culturais.

de referência do Laboratório de Arqueociências da Direção-Geral do Património Cultural (LARC).

A distinção entre ovelha e cabra foi feita com base nos critérios apresentados por Boessneck (1969: 331-358), Zeder e Lapham (2010: 2887-2905) e Zeder e Pilaar (2010: 225-242) para as seguintes porções anatómicas: dente dP<sub>4</sub> inferior, úmero distal, tibia distal, metacarpícos e metatársícos distais, astrágalo, primeira e terceira falanges.

Quando não foi possível a classificação taxonómica, procedeu-se à classificação dos restos segundo o tamanho dos animais: animal de pequeno porte (e.g. gato, coelho ou ave), animal de médio porte (e.g. caprinos, canídeos, suínos) e animais de grande porte (urso, cervídeos, bovinos e equídeos). As esquirolas (restos ósseos com menos de 2cm) foram analisadas com menos detalhe, observando-se apenas os vestígios de carbonização ou alguma outra alteração mais óbvia.

Na sua grande maioria este conjunto é composto por restos indeterminados (i.e. sem classificação por tamanho do animal) apesar de, na realidade, poderem ser incluídos nos grupos animais de médio ou grande porte.

Para quantificação dos materiais utilizámos as seguintes unidades: o Número Total de Restos (NTR), o Número de Restos Determinados (NRD), o Número de Restos Indeterminados (ND). O Número Mínimo de Indivíduos (NMI) é apenas apresentado para os principais taxónes (bovinos, caprinos e suínos) junto das estimativas de idade de abate. Teve em conta também a idade dos animais, principalmente através da análise das dentições (Klein e Cruz-Uribe, 1984: 26-29; Valente, 1997: 88-89; Lyman, 2008: 39-41).

O cálculo da idade de abate dos animais foi obtido mediante a utilização de dois métodos: (1) A erupção/desgaste dentário foi o método privilegiado ao

Taxon / UAC		A	B	C	D	E	TOTAL
<b>MAMÍFEROS</b>							
<i>Oryctolagus cuniculus</i>	coelho		27	1		1	29
<i>Felis catus</i>	gato		1	1			2
<i>Lynx pardina</i>	lince ibérico				1		1
<i>Canis lupus</i>	lobo		1		1		2
<i>Canis sp.</i>	lobo / cão			1			1
<i>Ursus arctos</i>	urso pardo			1			1
<i>Equus asinus</i>	burro			1			1
<i>Equus caballus</i>	cavalo		-	5	1	1	11
<i>Equus sp.</i>	burro / cavalo		7	20		1	28
<i>Sus cf. domesticus</i>	porco		3	1			4
<i>Sus cf. scrofa</i>	javali		3				3
<i>Sus sp.</i>	porco / javali	2	35	23	11	5	76
<i>Cervus elaphus</i>	veado	1	15	9	3	1	29
Cervídeo ND	(provável veado)		3	3		2	8
<i>Bos taurus</i>	boi/vaca		28	16	11	11	66
<i>Capra hircus</i>	cabra doméstica		2	3		1	6
<i>Ovis aries</i>	ovelha		9	5	1		15
<i>Ovis aries/Capra hircus</i>	cabra / ovelha	1	25	8	11	4	49
Total NR Mamíferos	—	4	163	98	40	27	332
% Mamíferos (*)	—	100%	90%	92%	100%	100%	93%
<b>AVES</b>							
<i>Gallus domesticus</i>	galinha		13	4			17
<i>Aquila sp.</i>	águia		1				1
Ave indeterminada	—			1			1
Total NR Aves	—		14	5			19
% Aves (*)	—		8%	5%			5%
<b>PEIXES</b>							
Indeterminado	—			2			2
% Peixes (*)	—			2%			1%
<b>MOLUSCOS</b>							
<i>Ruditapes decussata</i>	amêijoia-boa		1	2			3
<i>Pecten cf. maximus</i>	vieira		1				1
Osteridae	ostra		2				2
Total NR Moluscos	—		4	2			6
% Moluscos (*)	—		2%	2%			2%
<b>NÃO DETERMINADOS (VERTEBRADOS)</b>							
Animais de pequeno porte			3		1		4
Animais de médio porte		4	76	28	10	3	121
Animais de médio/grande porte		1	17	14	4	2	38
Animais de grande porte			80	28	16	10	134
Indeterminados		4	8				12
<b>NRD Total</b>		<b>4</b>	<b>181</b>	<b>104</b>	<b>40</b>	<b>27</b>	<b>356</b>
<b>ND Total</b>		<b>9</b>	<b>184</b>	<b>73</b>	<b>31</b>	<b>27</b>	<b>312</b>
<b>NTR</b>		<b>13</b>	<b>365</b>	<b>177</b>	<b>71</b>	<b>42</b>	<b>668</b>

Nota: (\*) cálculo a partir do valor total do NRD.

Fig. 4 - Quantificação geral das faunas (2012) do Castelo de Aracena (Número de Restos).

longo deste trabalho, seja nas mandíbulas com a presença de vários dentes, seja no caso de alguns dentes inferiores isolados. Para o cálculo do estágio de desgaste dos suínos e sua estimativa de idade foram utilizados os critérios de Grant (1982: 91-108) e Lemoine *et al.* (2014: 179-193). Para os bovinos, os critérios de Grant (1982: 91-108) e Jones e Sadler (2012: 11-28). Para os caprinos, os de Grant (1982: 91-108) e Payne (1973: 281-303; 1987: 609-614). As informações obtidas foram depois distribuídas por grupos etários, no que adotamos o sistema de O'Connor (1988: 84-88). (2) A observação das fusões ósseas, principalmente das epífises dos ossos longos. Os critérios para atribuição etária com base na fusão óssea foram os seguintes: para o porco, os de Zeder, Lemoine e Payne (2015: 135-150); para os bovinos, os de Habermehl (1975: 69-105); e para os caprinos, os de Zeder (2006: 87-118). Sempre que possível foi feito o cruzamento destas informações com as já obtidas para a erupção e desgaste dentários.

Em relação às alterações ósseas, tivemos em atenção as seguintes evidências:

- Carbonização: extensão, coloração e estágio (segundo Shipman, Foster e Schoeninger, 1984: 307-325).
- Marcas de corte: a existência de estrias superficiais (normalmente associadas à esfoliação da pele e ao corte de tendões) e marcas mais aprofundadas (tipo “cutelo”, muitas vezes derivadas da segmentação da carcaça animal, apesar de também podem resultar do corte de tendões ou carne).
- Outras marcas: como roedelas, enformando o aspeto típico da ação de canídeos, ou de puncturas, algumas delas associadas a felídeos ou aves de rapina.

Para a obtenção dos dados osteo-odontométricos seguimos as regras de Driesch (1976), completadas com algumas medidas de Davis (1992).

## 6. Resultados

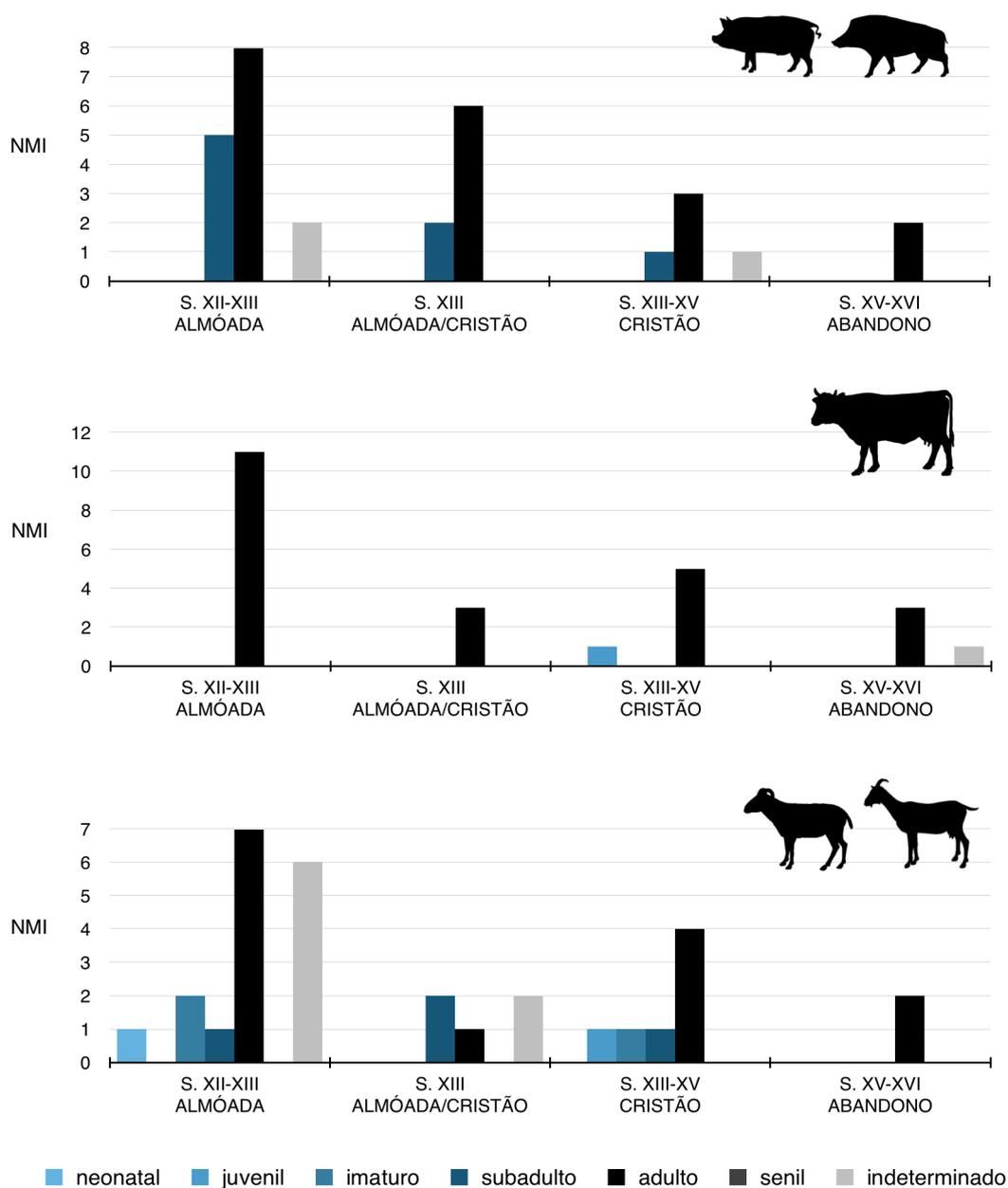
Em geral, os materiais estudados (UAC A a E) estão em bom estado, permitindo a classificação ao nível do género ou espécie de cerca de 53% da coleção (NRD=356).

Na Fig. 4 podem observar-se os dados quantitativos gerais resultantes da análise zooarqueológica. Os mamíferos compõem o grupo predominante (93,3% NRD), embora se tenham identificado também alguns restos de aves (galinha e uma falange ungueal de ave de rapina, cf. *Aquila* sp.), de moluscos (amêijoia-boia, vieira e ostra) e um resto de peixe indeterminado. Uma vez que os sedimentos exumados não foram crivados, é provável que os resultados tenham uma deflação dos animais de pequeno porte (coelhos, aves) e microfauna.

### 6.1. Abundâncias taxonómicas e estimativa de idades

A coleção faunística associada a materiais dos períodos califal e das Taifas (UAC A; séculos X-XII) é muito reduzida (NRD=4) e não permite grandes conclusões, para lá da presença de restos de suíno, cervídeo e caprinos (cabra/ovelha). Apenas foram observados animais adultos (Fig. 5).

O maior conjunto de restos animais resulta das UEs associadas a materiais almóadas (UAC B; séculos XII-XIII), onde foram determinados 181 restos. A diversidade dos animais presentes é grande, sendo a ordem de abundância dos mamíferos a seguinte: suínos (tanto o porco, como o javali; especificação obtida a partir das medições de terceiros molares inferiores), caprinos (mais ovelha que cabra, na ordem dos 4,5:1), bovinos,



NMI = Número Mínimo de Indivíduos

Fig. 5 - NMI e estimativa da idade de abate dos principais táxones: suínos, bovinos e caprinos.

coelho, veado, cavalo (e alguns restos de equídeo não determinado ao nível da espécie). Foram ainda observados dois espécimes de carnívoros: um de gato e outro de lobo (uma ulna muito robusta e de dimensões elevadas). No que respeita às aves, para lá da galinha doméstica, é nesta UAC que se registou o resto de águia.

No que se refere ao NMI (de quantidade relativamente elevada, pois foram tidas em conta as diferentes UEs e as idades estimadas para abate dos animais), a ordem de abundância é muito semelhante, apesar de os caprinos predominarem sobre os suínos (Fig. 5). A maioria dos animais é adulta, mas existem alguns jovens (suínos e, principalmente, caprinos). A abundância de suínos

classificados neste conjunto (23% NRD) coloca alguns problemas na interpretação do contexto (vd. discussão).

Das UEs consideradas de mistura almóada-cristão (UAC C; séc. XIII) resultou um conjunto faunístico relativamente numeroso (NRD=104) e diversificado, com a identificação de vários táxones dos quais se salientam os equídeos, com a presença tanto do cavalo como do burro, e os suínos (sendo certo apenas o porco, classificado a partir de uma mandíbula com a presença dos segundo e terceiro molares). A maioria dos espécimes pertence a animais adultos, apesar de existirem alguns subadultos entre os caprinos e os suínos. Também se assinalaram raros restos de carnívoros: gato, canídeo indeterminado (*Canis* sp.) e urso (este último pela presença de um 5º metacárpico; foi assinalado também um 1º metacárpico entre os materiais considerados “de arraste”).

As unidades atribuídas ao grosso da ocupação cristã (UAC D; séculos XIV-XV) forneceram uma coleção mais reduzida (NRD=40), onde apenas foram classificados mamíferos, principalmente caprinos, bovinos e suínos. Mais uma vez a maioria dos animais abatidos é adulta, mas existem indivíduos mais jovens, em especial entre os caprinos. Assinalou-se também a presença do lince (fragmento distal de rádio) e do lobo (2º metacárpico com dimensões elevadas).

Por fim, da fase atribuída ao abandono cristão (UAC E; séculos XV-XVI) analisou-se apenas um pequeno conjunto (NRD=27), composto somente por mamíferos, onde predominam os bovinos. Apenas se observaram animais adultos.

## 6.2. Principais modificações ósseas

As marcas de corte aparentam alguma homogeneidade ao longo das várias ocupações (Fig.

6): predominam as marcas de corte aprofundado sobre as de corte mais superficial (tipo “estria”). Existem ainda algumas marcas de corte serrilhado, em haste e corno; destes, alguns terão servido para o fabrico de utensilagem em osso.

Os vestígios de carbonização apresentam alguma variação quantitativa e qualitativa ao longo da sequência de ocupações: as primeiras fases (UAC B+C) incluem material com carbonização essencialmente parcial, com colorações indicativas de temperaturas médias (castanho e negro); enquanto que nas fases seguintes (UAC D+E) os vestígios de fogo tendem a abranger a totalidade dos restos, com algumas evidências de temperaturas mais elevadas (restos de cor cinzenta, a par da negra).

## 6.3 Principais dados biométricos

Infelizmente grande parte dos dados métricos obtidos pertencem a espécimes recuperados nas UEs de arraste, cuja cronologia exata de depósito é impossível de determinar (verosimilmente depositados entre os séculos XII e XVI). Existem, todavia, alguns espécimes associados a períodos específicos (Fig. 7).

As medidas obtidas para os elementos de suínos, bovinos e caprinos apontam para valores situados entre os dos espécimes do Período Medieval Islâmico em Santarém ou Silves e os dos espécimes de Beja atribuídos ao séc. XV (Davis, 2008: Figs. 5, 6, 14 e 15; Davis e Detry, 2013: Figs. 2, 5 e 6). No caso do veado, os valores obtidos para Aracena situam-se no terço superior dos disponíveis para Idade do Ferro, Período Romano e Período Medieval Islâmico no território português (Davis e Detry, 2013: Figuras 3a e 4).



Fig. 6 - Modificações ósseas. 1 – Ulna de suíno (*Sus* sp.) com roedelas na zona proximal (UAC C). 2 – Calcâneo de bovino (*Bos taurus*) com marcas de corte (UAC B). 3 – Falange proximal de bovino (*Bos taurus*) com marcas de corte (UAC B). 4 – Ponta de haste de veado (*Cervus elaphus*) serrilhada e carbonizada na extremidade (UAC B). 5 – Mandíbula de cabra (*Capra hircus*) com marca de corte e fractura de cutelo (UAC B). 6 – Três fragmentos de haste de veado (*Cervus elaphus*) cortados, provavelmente para manufatura de utensílios ósseos (UAC B).

ODONTOMETRIA								
Taxonomia	Elemento	W	L	Wa	Wc	Wp	Wa:Wc	UAC
<i>Sus</i> cf. <i>domesticus</i>	M3 inf	15,4	n.a.	15,4	14,7	n.a.	1,05	B
<i>Sus</i> cf. <i>domesticus</i>	M3 inf	16,9	33,8	16,9	15,7	12,4	1,08	C
<i>Sus</i> cf. <i>scrofa</i>	M3 inf	18,2	45,0	18,2	16,5	14,9	1,10	B
<i>Sus</i> sp.	M3 inf	17,5	39,6	17,5	17,5	14,5	1,0	B
OSTEOMETRIA								
Taxonomia	Elemento	GLI	BD	BT	HTC	UAC		
<i>Sus</i> sp.	úmero			40,0	21,2	B		
<i>Sus</i> sp.	tíbia		34,7			C		
<i>Cervus elaphus</i>	astrágalo	52,5	33,5			C		
<i>Cervus elaphus</i>	astrágalo	53,6	32,3			E		
<i>Bos taurus</i>	astrágalo		43,4			E		
<i>Ovis aries</i>	úmero			31,3	16,0	B		
<i>Ovis aries</i>	úmero			28,3	14,8	C		
<i>Ovis aries</i>	úmero			29,4	14,6	C		

Nota: valores (em mm) segundo Driesch (1976) e Davis (1992, 2006).

Fig. 7 - Principais dados biométricos.

## 7. Discussão e conclusões

No Castelo de Aracena temos vários contextos com restos faunísticos em bom estado de preservação, associados a materiais atribuíveis a um espaço de tempo entre os séculos XII e XVI, incluindo várias UEs caracterizadas pela presença de materiais cerâmicos almóadas e cristãos.

O conjunto faunístico estudado é relativamente numeroso e diversificado, apesar da relativa homogeneidade das principais espécies animais. Os mamíferos dominam a coleção, em particular os domésticos, sendo que os suínos, os bovinos e os caprinos (ovelha e cabra) são mais numerosos, com alguma variação na sua abundância ao longo dos depósitos. Nas UAC B e C (almóada e mistura), a abundância sequencial é a seguinte: suínos > caprinos > bovinos, e vários contextos com restos de equídeos e leporídeos. Nas UAC D e E (cristãs), a ordem altera-se: bovinos > caprinos > suínos, com diminuição do número de restos de leporídeos e equídeos.

Tendo em conta os animais presentes — nomeadamente a grande abundância de suínos ao longo de toda a sequência estratigráfica, em particular nas UAC B e C — e a presença de níveis de destruição com materiais bélicos associados a cultura material islâmica, poderemos ter uma situação de transição que mistura materiais dos períodos pré- e pós-conquista cristã.

Existem estabelecimentos mais a norte em que contextos de ocupação almóada têm uma percentagem relativamente elevada de suínos, quando comparadas com os números de espécimes bovinos e caprinos. Em Santarém, por exemplo, os suínos compõem 10% do conjunto destes três táxones. A este propósito, o autor sugere que tais restos pertencem também a javali e não só a porco (Davis, 2006: 26-28). Note-se, ainda a este

propósito, que Santarém foi durante várias décadas (entre os séculos XI e XII) palco de conquista e contra-conquista cristã e muçulmana, sendo um território de elevada instabilidade até à definitiva conquista cristã em 1147. Todavia, em zonas meridionais, consideradas plenamente islamizadas, como Mértola (Morales Muñoz, 1993: 263-271; Moreno García e Pimenta, 2012: 153-176), Silves (Davis, Gonçalves e Gabriel, 2008: 183-258) e Salir (Martins, 2015: 25-47) revelaram um número muito mais reduzido de suínos (0-2%).

Aracena localiza-se numa área plenamente islamizada desde cedo, que só a partir dos séculos XII-XIII parece ter estado envolvida em processos político-militares com consequentes mudanças populacionais. Todavia, Aracena apresenta uma percentagem de suínos muito mais elevada que qualquer dos contextos anteriormente mencionados: 39-43% nas UEs consideradas almóadas ou de mistura (UCA B e C), decrescendo esse valor para os 32-24% nas unidades plenamente cristãs (UCA D e E).

Face a esta situação, parece-nos que a elevada percentagem de restos de suínos associados a materiais almóadas pode ser explicada de duas formas: (1) ou os materiais faunísticos são, na sua maioria, restos alimentares já cristãos (numa situação de depósitos de lixeira formados após a conquista cristã, misturando materiais das duas ocupações; a presença de alguns materiais bélicos nestes contextos robustece esta possibilidade); (2) ou durante a ocupação almóada temos a presença em Aracena de uma comunidade atípica (e.g. presença de comunidades moçárabes ou de gentes muçulmanas que, por alguma razão, não cumpriam rigorosamente as prescrições árabes de alimentos proibidos ou *haram*).

Para além dos leporídeos, a caça está também atestada pela presença relativamente constante do

veado e pelos raros espécimes atribuíveis a javali. Os restos de mamíferos carnívoros são raros, apesar de diversificados: assinalou-se o gato, o lince, o cão e o lobo, e o urso pardo. Nos níveis de arraste foram também recuperados alguns restos de sacarrabos (*Herpestes ichneumon*). De notar que alguns destes animais são mencionados em textos da época: *Ordenanças de Sevilha* por Afonso X de Castela (após a conquista da cidade em 1248; menciona a taxa à caça do lince ou “lobo cervical”); *Livro de Montaria* de Afonso XI de Castela (1311-1350; identifica a caça aos lobos e ursos) e *Livro de Montaria* de D. João I de Portugal (1357-1433; *idem*).

As aves são pouco numerosas (mas, tendo em conta que a restante mesofauna também é escassa, tal facto pode derivar dos métodos de recolha). Identificaram-se alguns restos de galinha doméstica e um resto de águia. É, contudo, impossível determinar qual a utilização desta espécie de rapina (amuleto, práticas de falcoaria?).

Por fim, identificaram-se também alguns restos de peixes (indeterminados) e moluscos. Estes últimos atestam a comercialização de recursos inequivocamente marinhos para zonas mais interiores do território.

Os principais animais (bovinos, caprinos, suínos e equídeos) seriam utilizados diferentemente pelas comunidades locais. Os suínos, abatidos com idade superior a um ano (Fig. 5), serviriam principalmente como fornecedores de carne. Os bovinos terão sido abatidos mais tarde (com mais de 2 anos e algumas vezes mais de 5 anos) para que em vida fossem aproveitados os seus produtos secundários; principalmente transporte e/ou apoio aos trabalhos agrícolas. Após a morte seriam aproveitados a carne, o couro e talvez os tendões. As ovelhas e cabras, abatidas com várias idades (desde juvenis, com menos de 3 meses, a adultas),

teriam também aproveitamentos mais diversificados: produtos secundários durante a vida (leite, lã, pêlo) e carne após a morte. Os cavalos (e os burros) teriam sido essencialmente utilizados como montada ou apoio aos trabalhos agropecuários, contudo algumas marcas de corte nos seus ossos evidenciam também outros usos, como a remoção de couro e/ou tendões. Não podemos, claro, descartar por completo o seu aproveitamento como fonte de carne, mas tal não deveria ser regular (trata-se de um animal demasiado precioso para tal).

As alterações ósseas indicam também diferentes agentes e comportamentos. As diferentes marcas de corte assinalam a diversidade de gestos no processamento das carcaças animais: estrias associadas a esfoliação e ao corte de tendões; marcas mais acutilantes (tipo cutelo) para segmentação das partes do esqueleto e obtenção de nacos de carne mais pequenos que caibam em recipientes. De notar também a utilização regular de hastes de veado como matéria-prima para obtenção de artefactos e a presença de alguns instrumentos ósseos.

O processo de carbonização dos ossos parece ter alguma variação ao longo do tempo: numa primeira fase a maioria dos ossos queimados, de forma parcial e adquirindo cor acastanhada, sugere o uso de fogo culinário; posteriormente aumentam os vestígios de ossos sujeitos a temperaturas mais elevadas (a totalidade do osso e a cor negra ou cinzenta), muitas vezes associadas, não à culinária, mas à limpeza da área pelo descarte de restos alimentares para estruturas de combustão.

As marcas associadas a carnívoros, nomeadamente roedelas nas extremidades dos ossos de animais de médio porte (e.g. olecrânio da ulna de porco; Fig. 6) e as puncturas em animais de menor tamanho (e.g. ossos longos de leporídeos),

parecem ser mais uma evidência de animais comensais como o cão e o gato.

Finalmente, os dados biométricos obtidos assinalam valores semelhantes aos já obtidos para outras coleções medievais islâmicas e tardo-medievais.

## Agradecimentos

Os autores agradecem ao Eng. António Monge Soares pela obtenção da datação pelo radiocarbono e à Dra. Cristina Dores pelo apoio no Laboratório de Arqueologia da Universidade do Algarve.

## Bibliografia

- BOESSNECK, Joachim (1969). Osteological differences between sheep (*Ovis aries* Linné) and goat (*Capra hircus* Linné). In Don R. Brothwell; Eric Higgs (eds.) *Science in archaeology: A comprehensive survey of progress and research*. London: Thames & Hudson, pp. 331-358.
- DAVIS, Simon J. M. (1992). *A Rapid Method for Recording Information about Animal Bones from Archaeological Sites*. Ancient Monuments Laboratory Report, 19/92. London: English Heritage.
- DAVIS, Simon J. M. (2006). *Faunal remains from Alcáçova de Santarém, Portugal*. Trabalhos de Arqueologia, 43. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.
- DAVIS, Simon J. M. (2008). Zooarchaeological evidence for Moslem and Christian improvements of sheep and cattle in Portugal. *Journal of Archaeological Science*, 35:4, pp. 991-1010.
- DAVIS, Simon J. M.; DETRY, Cleia (2013). Crise no Mesolítico: evidências zooarqueológicas. In José Morais Arnaud; Andreia Martins; César Neves (eds.) *Arqueologia em Portugal. 150 anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 297-308.
- DAVIS, Simon J. M.; GONÇALVES, Maria José; GABRIEL, Sónia (2008). Animal remains from a Moslem period (12th/13th century AD) lixeira (garbage dump) in Silves, Algarve, Portugal. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 11:1, pp. 183-258.
- DRIESCH, Angela von den (1976). *A guide to the measurement of animal bones from archaeological sites*. Peabody Museum Bulletin, 1. Cambridge, Mass.: Peabody Museum of Archaeology and Ethnology, Harvard University.
- GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel (1998) Huelva, tierra de Frontera. In Juan Luis Carriazo Rubio; José María Miura Andrades (eds.) *Huelva en la Edad Media. 20 años después*. Huelva: Universidad de Huelva. pp. 15-35
- GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel (2005). Conquista y repoblación de la Banda Gallega. In Juan Aurelio Pérez Macías; Juan Luis Carriazo Rubio (eds.) *La banda gallega: conquista y fortificación de un espacio de frontera (siglos XIII-XVIII)*. Huelva: Universidad de Huelva, pp. 67-78.
- GRANT, Annie (1982). The use of tooth wear as a guide to the age of domestic ungulates. In Bob Wilson; Caroline Grigson; Sebastian Payne (eds.) *Ageing and sexing animal bones from archaeological sites*. Oxford: British Archaeological Reports, pp. 91-108.
- HABERMEHL, Karl-Heinz (1975). *Die Altersbestimmung bei Haus- und Labortieren*. Berlin: Paul Parey.
- JONES, Gillian G; SADLER, Peta (2012). Age at death in cattle: methods, older cattle and known-age reference material. *Environmental Archaeology*, 17:1, pp. 11-28.
- KLEIN, Richard G.; CRUZ-URIBE, Kathryn (1984). *The analysis of animal bones from archeological sites*. Chicago: University of Chicago Press.
- LEMOINE, Ximena; ZEDER, Melinda A.; BISHOP, Katelyn J.; RUFOLLO, Scott J. (2014). A new system for computing dentition-based age profiles in *Sus scrofa*. *Journal of Archaeological Science*, 47, pp. 179-193.
- LYMAN, R. Lee (2008). *Quantitative Paleozoology*. Cambridge; New York: Cambridge University Press.
- MARTINS, Soraia (2015). Estudo zooarqueológico do Castelo de Salir (Loulé). Contribuição para o conhecimento da dieta alimentar islâmica. *al-Úlyà. Revista do Arquivo Municipal de Loulé*, 15, pp. 25-47.
- MORALES MUÑIZ, Arturo (1993). Estudio faunístico del yacimiento islámico de Mértola: los mamíferos. *Arqueologia Medieval*, 2, pp. 263-271.
- MORENO GARCÍA, Marta; PIMENTA, Carlos (2012). Ossos no lixo: o contributo arqueozoológico para

- o estudo da alimentação na Mértola Islâmica. In Susana Gómez-Martínez (ed.) *Memória dos Sabores do Mediterrâneo*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, pp. 153-176.
- O'CONNOR, Terence P (1988). *The animal bones. Bones from the General Accident site, Tanner Row. The Archaeology of York*, 15. London: Council for British Archaeology.
- PAYNE, Sebastian (1973). Kill-off patterns in sheep and goats: the mandibles from Aşvan Kale. *Anatolian Studies*, 23, pp. 281-303.
- PAYNE, Sebastian (1987). Reference codes for wear states in the mandibular cheek teeth of sheep and goats. *Journal of Archaeological Science*, 14, pp. 609-614.
- PÉREZ MACÍAS, Juan Aurelio (2001). Los distritos islámicos en la Sierra de Huelva. In Juan Aurelio Pérez Macías; Yolanda Benabat Hierro (eds.) *I Jornadas de Cultura Islámica (Almonaster la Real, Huelva, 2000)*. Aljarafe: Ayuntamiento de Almonaster la Real, pp. 49-63.
- ROMERO BOMBA, Eduardo (2003). *El patrimonio arqueológico de Aracena*. Aracena: Ayuntamiento de Aracena.
- ROMERO BOMBA, Eduardo; RIVERA JIMÉNEZ, Timoteo (2012). Los castillos de la banda gallega. Aportaciones a su conocimiento desde la arqueología. In Juan Aurelio Pérez Macías; Juan Luis Carriazo Rubio; Beatriz Gavilán Ceballos (eds.) *Paisajes, tiempo y memoria: acercamientos a la historia de Andalucía*. Huelva: Universidad de Huelva, pp. 99-128.
- ROMERO BOMBA, Eduardo; RIVERA JIMÉNEZ, Timoteo; PÉREZ MACÍAS, Juan Aurelio (2010). La villa fortificada de Aracena: fases de ocupación. In Fernando Amores Carredano; Enrique Domínguez Berenjano (eds.) *Actas V Congreso Internacional sobre fortificaciones: Fortificación y ciudad (Alcalá de Guadaira, 3-7 de marzo 2009)*. Alcalá de Guadaira: Ayuntamiento de Alcalá de Guadaira, pp. 51-55.
- SHIPMAN, Pat; FOSTER, Giraud; SCHOENINGER, Margaret (1984). Burnt Bones and Teeth: An Experimental Study of Color, Morphology, Crystal Structure and Shrinkage. *Journal of Archaeological Science*, 11:4, pp. 307-325.
- VALENTE, Maria João (1997). A quantificação faunística: principais unidades, alguns parâmetros, regras e problemas. *Estudos do Quaternário*, 1, pp. 83-96.
- VALOR, Magdalena (2005). Algunas reflexiones sobre los castillos de la Banda Gallega. In Juan Aurelio Pérez Macías; Juan Luis Carriazo Rubio (eds.) *La banda gallega: conquista y fortificación de un espacio de frontera (siglos XIII-XVIII)*. Huelva: Universidad de Huelva, pp. 79-92.
- ZEDER, Melinda A. (2006). Reconciling Rates of Long Bone Fusion and Tooth Eruption and Wear in Sheep (Ovis) and Goat (Capra). In Deborah Ruscillo (ed.) *Recent Advances in Ageing and Sexing Animal Bones*. Proceedings of the 9th Conference of the International Council of Archaeozoology, Durham, August 2002. Oxford: Oxbow Books, pp. 87-118.
- ZEDER, Melinda A.; LAPHAM, Heather A. (2010). Assessing the Reliability of Criteria Used to Identify Postcranial Bones in Sheep, Ovis, and Goats, Capra. *Journal of Archaeological Science*, 37:11, pp. 2887-2905.
- ZEDER, Melinda A.; LEMOINE, Ximena; PAYNE, Sebastian (2015). A new system for computing long-bone fusion age profiles in *Sus scrofa*. *Journal of Archaeological Science*, 55, pp. 135-150.
- ZEDER, Melinda A.; PILAAR, Suzanne E. (2010). Assessing the reliability of criteria used to identify mandibles and mandibular teeth in sheep, Ovis, and goats, Capra. *Journal of Archaeological Science*, 37:2, pp. 225-242.

# HUERTA DE LA FRESA: UN ASENTAMIENTO BAJOMEDIEVAL Y MODERNO EN EL ENTORNO RURAL DE ALJARAQUE (HUELVA)

Recibido: 24 de Abril de 2017 / Aprobado: 29 de Dezembro de 2018

**Pedro Campos Jara<sup>1</sup>**

Grupo de Investigación HUM-556. Universidad de Huelva.

## Resumen

En este trabajo se presentan los resultados de la excavación arqueológica de una casa de épocas Bajomedieval y Moderna situada en un contexto rural en el municipio de Aljaraque (Huelva). Una valoración general del espacio y técnica constructiva de la casa nos lleva a considerar que ésta tuvo una fundación bajomedieval, posiblemente en el siglo XIV, permaneciendo habitada hasta mediados de la decimosexta centuria de la Edad Moderna, en que se abandonó. La cerámica documentada presenta una convivencia entre la tradición islámica bajomedieval, bien conocida en yacimientos próximos como Shaltish/Saltés, y la Loza Morisca (mayólica) característica de la Edad Moderna andaluza. De éstas se han localizado un conjunto muy homogéneo de piezas que se datan desde inicios del siglo XV hasta mediados del siglo XVI.<sup>2</sup>

**Palabras-clave:** río Odiel; Aljaraque; Ría de Huelva; casa bajomedieval; tapial; asentamiento rural; cerámica; loza común; mayólica; loza morisca.

## Abstract

In this paper we present the results of the archaeological excavation of a house of the Late Medieval and Modern periods located in a rural context in the municipality of Aljaraque (Huelva). A general evaluation of the space and constructive technology of the house leads us to think that this one had a Late Mediaeval foundation, possibly in the 14th century, remaining inhabited until mid 16<sup>th</sup> century of the Modern Age, when it was abandoned. The ceramics present a conviviality between the late mediaeval Islamic tradition, well-known in nearby settlements such as Shaltish/Saltés (near Huelva), and the *Loza Morisca* (majolica ware) typical of Andalusian Modern Age. Among these, a very homogenous set of ceramic pieces dating from the beginning of the 15th century until mid 16th century has been identified.

**Keywords:** Odiel river; Aljaraque; Huelva estuary; tabbiyya/adobe; mud wall; late mediaeval house; rural settlement; pottery; coarse earthenware; majolica; Morisco Ware.

---

<sup>1</sup> pedro.campos@dhisz.uhu.es

<sup>2</sup> Mi más sincero agradecimiento al Dr. Juan Aurelio Pérez Macías, Profesor Titular del Área de Arqueología de la Universidad de Huelva, por sus valiosas observaciones en la preparación de este trabajo. Igualmente vaya mi gratitud a la arqueóloga subdirectora de la excavación Antonia Morgado Rodríguez por su valiosa colaboración en el estudio cerámico de la excavación. Igualmente al arqueólogo Juan Manuel Alcázar Baya, subdirector de la actividad en los primeros meses de la intervención arqueológica.

## 1. Introducción

El yacimiento Huerta de la Fresa se sitúa en el municipio de Aljaraque (Huelva, España) (Fig. 1). Fue identificado y delimitado cuando entre 1998-99 realizamos prospecciones arqueológicas para la redacción de las Normas Subsidiarias de Planeamiento Urbanístico del municipio de Aljaraque (Campos Jara, 1999: 18) y, posteriormente, dado a conocer en la Carta Arqueológica de Aljaraque (Campos Jara, 2002: 129). A partir del año 1999 el espacio que ocupa el yacimiento pasa a ser suelo urbano quedando integrado en el denominado Plan Parcial Residencial nº II que, con 300 Ha. de superficie segregadas del antiguo coto de caza de la Compañía de Azufre y Cobre de Tharsis, se conformó el citado Plan Parcial que, en la actualidad, ha pasado a denominarse urbanización La Monacilla.

En el año 2006, tras la realización en la zona de nuevas prospecciones y actividades de catalogación arqueológica (Campos Jara, 2005a: 530-542; 2005b: n.16), la empresa propietaria de los terrenos, previendo el inicio de próximas construcciones de viviendas en el suelo ya urbanizable colindante con el yacimiento, solicitó nuestros servicios para realizar la Actividad Arqueológica Preventiva que era preciso abordar según lo dispuesto por la Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía. Ello generará la realización durante los años 2006 a 2007 de la “Actividad Arqueológica Preventiva en el (P.P.R.II) Plan Parcial Residencial nº II de Aljaraque (Huelva)” en la que se efectuaron tanto un sondeo arqueológico en el yacimiento paleolítico de Río Odiel I como la excavación en Huerta de la Fresa, que ahora nos ocupa<sup>3</sup> (Campos Jara, 2007; inédito; 2006/2007; e.p.).

<sup>3</sup> Los trabajos se extendieron en su integridad entre el 2 de mayo de 2006 y el 31 de enero de 2007. El equipo de trabajo lo formaron: Pedro Campos Jara (director); Antonia Morgado Rodríguez (subdirectora); Juan Manuel Alcázar Baya (subdirector); Cinta González Becerro, arqueóloga técnica; Pedro Campos Muñoz, David Báez Hernández y Jonathan Pérez Martín (operarios-auxiliares de arqueología). También se contrataron los servicios de CDL (Delineación y Topografía) y de Prisma Virtual (Infoarquitectura) y Dibujantes de Arqueología.com en el sondeo paleolítico. Agradecemos igualmente la colaboración de Blanca Muñoz Rodríguez, Luis Mata Lago y Manuel Guillermo Luis García (Prosegur), así como a la empresa propietaria y promotora de las obras Prasa & Procama S.A.

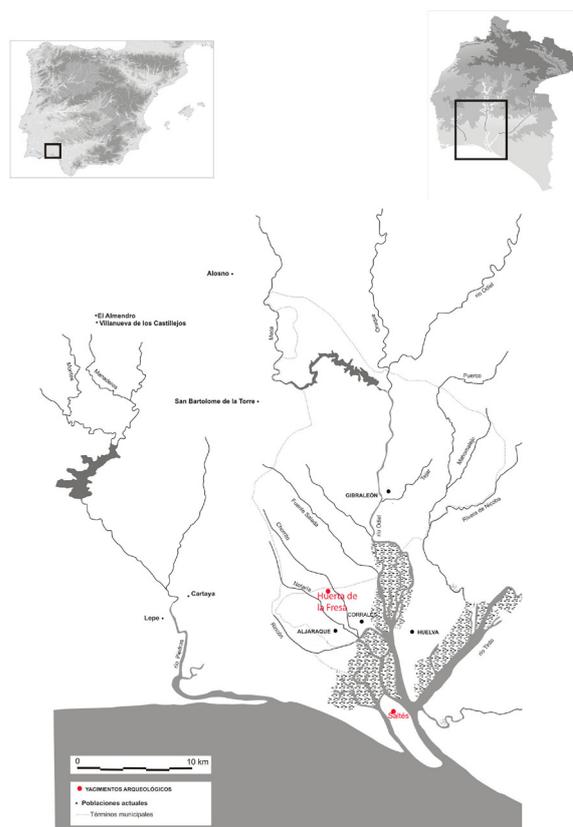


Fig. 1 - Mapa del Sur de la provincia de Huelva señalando los yacimientos arqueológicos de Huerta de La Fresa y Saltés.

## 2. El yacimiento y la actuación arqueológica en Huerta de la Fresa

El yacimiento se ubica en un pequeño valle fluvial sobre los areneros ribereños del último tramo del arroyo del Chorrillo o del Valle, 2 km antes de que sus aguas se mezclen con las del río o caño de Aljaraque en el extenso espacio estuario de la Ría de Huelva, actualmente denominado Paraje Natural Marismas del Odiel, en un contexto que podemos considerar fluvio-marítimo debido a su proximidad al citado complejo marismero (Fig. 2).



Fig. 2 - Situación del yacimiento de Huerta de la Fresa en su ámbito territorial próximo, a menor y mayor escala (imagen de Google Earth y mapa del Instituto Geográfico Nacional - [IGN.es/iberpix2](http://IGN.es/iberpix2)).

En la orilla derecha del arroyo, a cotas algo superiores pero cerca del cauce, se encuentra la mayor concentración de materiales arqueológicos. Por la potencia de los restos detectados en superficie el yacimiento se venía considerando fundamentalmente como un posible hábitat neolítico. En este sentido, las evidencias de neolitización en sus proximidades eran ya conocidas por prospecciones y excavaciones arqueológicas realizadas años atrás en el cercano yacimiento de Casa del Río durante los años 1992 y 1993 (Campos Jara y Martín Gómez, 1995: 109-114; Martín Gómez y Campos Jara, 1997: 280-289; García Rincón *et al.*,

1997: 272-279; Campos Jara, García Fernández, Maldonado Saavedra y Martín Gómez, 2001: 340-349).

En Huerta de la Fresa las prospecciones superficiales realizadas habían proporcionado un abundante material arqueológico constituido por industria lítica tallada y pulimentada, junto a fragmentos cerámicos fabricados a mano y restos de adobes. Principalmente, los restos neolíticos eran apreciables sobre las arenas fluviales, que conforman el sustrato geológico superficial, en el suave declive que a cotas descendentes se van aproximando al cauce del arroyo. No obstante, también se había documentado dentro los límites del yacimiento un área concreta con concentraciones significativas de fragmentos cerámicos a torno y de tejas curvas de tradición medieval, así como algún ladrillo y fragmentos de tégula romanos, si bien en ninguno de los casos se detectó algún tipo de estructura arqueológica.

Los criterios seguidos para la elección del lugar para la realización del sondeo, dentro de la extensa superficie del yacimiento, partían de la base del conocimiento del espacio y la observación practicada durante las prospecciones y trabajos de control arqueológico de los movimientos de tierra que habíamos realizado en años inmediatamente anteriores. Además de ello, nuestros criterios para seleccionar el lugar del sondeo partieron de una prospección micro-espacial de la zona para determinar el área donde los procesos naturales y antrópicos hubiesen alterado en menor medida el suelo del yacimiento. También estudiamos detalladamente la topografía del lugar y fuimos concretando el lugar de excavación en un sitio donde, si bien hasta el momento de realizar el sondeo arqueológico no existía ningún precedente cercano de ocupación antrópica ni, como ya se ha dicho, se habían detectado ningún tipo de estructuras arqueológicas, la alta concentración de

restos tanto prehistóricos como tardomedievales apuntaban dicha posibilidad. Se seleccionó como más importante una zona amesetada y de forma ligeramente tumular que era susceptible de albergar restos arqueológicos en posición estratigráfica. Hipótesis que posteriormente fue verificada positivamente tras realizar el primer sondeo y su posterior continuación en una excavación arqueológica que llegó a extenderse por un área de 332,15 m<sup>2</sup>. Los trabajos descubrieron la planta completa de una vivienda tardomedieval y moderna, asentada sobre un área de ocupación neolítica, que se hizo evidente en el propio substrato de la vivienda viniendo a confirmar lo que apuntaban los hallazgos que ya conocíamos por las prospecciones. Por tanto, en Huerta de la Fresa existen dos periodos arqueológicamente constatados. El más antiguo, establecido sobre el nivel geológico de arenas basales, conforma un área con evidencias de ser un emplazamiento neolítico con presencia de estructuras tipo fondos de cabaña, industria lítica tallada y pulimentada, molinos barquiformes y cerámica prehistórica y por otro, a techo de las estructuras prehistóricas subyacentes pero destruyéndolas con sus cimientos y estructuras, una vivienda de época Bajomedieval y Moderna cuya excavación nos ha permitido documentar su planta integra<sup>4</sup>.

### 3. Desarrollo de la excavación

El primer sondeo inicial de 4x4 m fue posteriormente ampliado a 5x5 m debido al descubrimiento a unos 50 cm de profundidad de las trazas de un muro de tapial que se pudo distinguir por las líneas paralelas que presentaban los revocos de cal a ambos lados de dicha estructura (Fig. 3). Posteriormente, tras el hallazgo a mayor

profundidad de un pavimento realizado con ladrillos, y de nuevas estructuras murarias y habitacionales, se fue ampliando el perímetro de excavación hasta completar la planta de la casa, que pudo ser documentada en su totalidad (Figs. 3, 5 y 6).



Fig. 3 - Huerta de la Fresa: arriba, primeras evidencias de los muros de tapial con revestimiento de cal a ambos lados. Parte inferior y central, interior de la casa con fotos de detalle del tapial y del pavimento de ladrillos dispuestos a la palma.

<sup>4</sup> Aunque en nuestra Memoria de la Actividad Arqueológica Preventiva se recogen de manera integral los trabajos realizados en su conjunto, en el presente artículo sólo nos hemos centrado en el estudio de la casa tardomedieval y moderna (Campos Jara, 2007).

Espacialmente, la casa tardomedieval de Huerta de la Fresa es una vivienda rural aislada de planta rectangular de 16,50x5,50 m, cuyos muros fueron realizados mayoritariamente en tapial, con algunos tabiques interiores en ladrillo, al menos hasta la altura documentada en la excavación, que en algunos tramos alcanza los 0,65 m (Figs. 3, 4 y 5). Dichas paredes de tapial, cuyo espesor medio es de algo más de dos pies (0,65 m), conservan en



Fig. 4. Huerta de la Fresa. Arriba: muro de ladrillos en el interior de la casa. Vista parcial del derrumbe interior del tejado de la casa y, en la imagen inferior, área de hogar en esquina.



Fig. 5 - Huerta de la Fresa: vista general de la excavación de la casa desde el Norte.



Fig. 6 - Huerta de la Fresa. Arriba: planta de la casa. En la parte inferior: reconstrucción virtual hipotética en 3D. Izquierda: alzado, cubierta, fachada Noroeste y distribución general (vista cenital). Derecha: distribución interior de la estancia central con detalle del área del hogar, situado en el patio interior semicubierto, y puerta de acceso a la alcoba principal; y otra vista del citado espacio interior semicubierto con puerta de acceso a la pieza contigua.

algunos tramos revoques de cal por ambas superficies, tanto en el interior como en el exterior (Fig. 3). La tierra con que están realizadas presenta una coloración ligeramente más oscura que las arenas que la rodean teniendo una mayor compactación. Formando parte también de su *materia constructa* contiene aleatoriamente dispuestos algunos fragmentos de tejas, cantos rodados, ladrillos árabes de un pie, con medidas de entre 28,8x14,4x4,9 cm y 30x15x5 cm, que son propias de la tradición almohade y que con ligeras variaciones se mantienen en los siglos de la Edad Moderna (Jiménez, 2015) (Fig. 7), completos y fragmentados y restos de ladrillos y tejas romanos, éstos en mucha menor abundancia<sup>5</sup>. El espesor de los muros entra dentro de los parámetros normales de las viviendas de una planta, de tradición almohade, capaces de albergar entre sus paredes estancias de 6 codos de luz (unos 2,80 m). Como refiere Miguel Ángel Tabales (2004), para el caso de Sevilla en dicho

periodo, la citada distancia entre muros se habría adecuado a los patrones de las vigas de madera disponibles en el entorno. Igualmente, en la cercana ciudad de Saltés, numerosas estancias de sus casas almohades poseen idéntico patrón constructivo (Bazzana y Bedia, 2005: 100-168). Las habitaciones de la casa de Huerta de la Fresa prácticamente se ajustan a dicho modelo, aunque ligeramente superiores (3 m de luz aproximadamente).

Intramuros, también se construyó un potente tabique con ladrillos a soga y tizón unidos con argamasa y cal, y otro, del que sólo se conserva parte de las dos primeras hiladas, combinando en su factura ladrillos con tapial (Fig. 4). Al igual que este tabique, otras paredes del interior de la casa siguen la misma pauta constructiva de tapial con revoques de cal.

La gran presencia de piedra en todos los derrumbes del interior de la vivienda, sugieren la presencia de estos materiales intercalados en niveles



Fig. 7 - Huerta de la Fresa: ladrillos, teja incompleta, escorias y clavos de hierro.

<sup>5</sup> En la construcción de la casa se reutilizaron materiales de época romana, generalmente fragmentarios, posiblemente obtenidos en alguna localización próxima. Cabe señalar aquí que el yacimiento romano de Cojillas, situado a unos 3 km del lugar, es el enclave más importante de dicho periodo situado en sus proximidades (Campos Jara y Pérez Macías, 2018). No obstante, durante otros trabajos de prospección realizados durante las obras de la vecina urbanización Dehesa Golf, se constataron restos en superficie correspondientes a época romana muy cerca de Huerta de la Fresa (Campos Jara, Martín Gómez y García Fernández, 1999).

más elevados de lo que fueron sus muros, o bien formando parte del refuerzo de esquinas, puertas o de algún tipo de algún banco o estructura de la que no ha quedado huellas. No obstante, no se ha podido verificar en el sistema constructivo de la casa la existencia de ningún muro realizado en piedra seca ni trabado con mortero o argamasa, ya que en los tramos de muros conservados sólo se aprecia la utilización del tapial, con inserciones de hiladas de ladrillo en algunos sectores, como denotan los derribos, así como alguna que otra inclusión de cantos o pizarras en su seno y la utilización de algunos grandes nódulos de calcarenita o areniscas en las esquinas.

La cubrición de la casa fue a base de tejas, como muestran los potentes derrumbes excavados (Fig. 4). Éstas son de tipo árabe habiéndose documentado las dos formas características, cobija y canal, estando realizadas, indistintamente, con pastas bien de color anaranjado bien amarillento con desgrasantes medios-gruesos. Desconocemos con exactitud si el tipo de cubrición de la casa fue de vertiente a una o a dos aguas, aunque por el análisis de la distribución y potencia de los derrumbes según áreas nos inclinamos por considerar que estaría conformada por faldones a un agua (Fig. 6).

La madera debió tener también una presencia fundamental en el sistema de cubrición, ya referido, y en las carpinterías de puertas o mobiliario, si bien no han quedado ningún tipo de evidencias. En cambio, sí se han documentado numerosos clavos de hierro de diferentes tamaños, de cabeza cuadrangular y cuerpo con sección igualmente cuadrangular, que podrían haber formado parte

de alguna puerta o estructura lúnea constructiva de la casa (Fig. 7).

El pavimento documentado es de dos tipos: de una parte, en una de las estancias de la casa se documenta un suelo, de unos 12 m<sup>2</sup> de superficie, realizado mediante ladrillos *dispuestos a la palma* sobre preparación de mortero. La buena factura de la obra denota una correcta planificación y realización técnica (Fig. 3). De otra parte, salvo en el área del hogar principal donde se documentaron los restos de un suelo tratado a la almagra, el resto de la casa posee un pavimento preparado con tierras de color amarillento, parecido al albero, que se superponen a las arenas basales.

#### 4. Descripción y espacios funcionales de la casa<sup>6</sup>

Por lo constatado, según el alcance de la superficie excavada, consideramos que nos encontramos ante una vivienda rural aislada, cuyos moradores se ocuparían, fundamentalmente, de tareas agrícolas, aprovechando las tierras más fértiles de las orillas del arroyo del Chorrito, y, por otro lado, de la ganadería en las zonas de monte bajo que rodean el pequeño valle.

La orientación de la casa es, como ya hemos mencionado, Noroeste-Sureste. Por tanto uno de sus lados mayores estaba orientado al sol. Además, la topografía de su espacio circundante le permitiría estar parcialmente resguardada de los vientos invernales. Por su situación, sobre una minúscula meseta en la antigua terraza fluvial a una prudencial distancia del arroyo del Chorrito, le mantuvo a salvo de inundaciones. De este mismo curso de

<sup>6</sup> A partir del estudio arqueológico y la interpretación funcional de las estancias de la casa, los diferentes espacios detectados, las cerámicas y otros ítems arqueológicos, hemos elaborado una serie de dibujos en tres dimensiones con el fin de hacer visible nuestra hipótesis sobre las estructuras y funcionalidad de la vivienda que iremos citando a lo largo de estas páginas para hacer reforzar nuestra explicación. Dichos dibujos (Fig. 6) contienen sendas reconstrucciones virtuales en 3D de la casa de Huerta de la Fresa: de la distribución interior, del alzado, de la cubierta y fachada noroeste y del área del hogar y patio/corral interior de la casa.

agua, o de algún pozo excavado en sus proximidades, obtendría agua para el consumo así como para el regadío en las fértiles tierras de fondo de valle donde se sitúa el yacimiento.

La vivienda presenta una distribución básica en la que hay una sucesión de espacios divididos mediante tabiques o paredes. Como veremos, en su interior se han podido distinguir algunos espacios funcionales o de actividad, que hemos podido inferir a partir de los hallazgos de estructuras o de cultura material.

Sus accesos desde el exterior no han podido ser definidos con total exactitud, si bien consideramos la posibilidad de la existencia de dos puertas. Una, estaba situada en el muro Este, casi en la confluencia de éste con el que cierra la casa por el Norte. Otro posible acceso consideramos que estaba situado en el muro Oeste (Fig. 6).

Accediendo a la casa por la puerta Este, aparece frente a ésta un espacio estrecho, de 0,85 m de ancho y 2,30 m de largo, delimitado por el muro Norte de la vivienda y por un tabique que la separa de la habitación contigua. Dicho espacio, por sus dimensiones, creemos pueda tratarse de una despensa, alacena o pequeño almacén. Aparece con un pavimento de tierra preparada recubierta con una capa de mortero de cal (Fig. 6).

El acceso a la habitación contigua desde la citada puerta se realiza en recodo. Esta estancia es la única que posee un pavimento de ladrillo. Tanto su zona de acceso desde el exterior como la de paso a la siguiente habitación, se aprecia por la pérdida de pavimento que se ha producido en sus límites lo que, a la vez, denota, el ancho de luz que tuvieron las puertas o zonas de paso interiores por dicha estancia (Fig. 6). La posible funcionalidad de la citada habitación valorando la calidad constructiva que posee nos lleva a considerarla como el

espacio doméstico más cuidado, lugar de reunión de la familia y de descanso (Fig. 3).

Sobre la citada alcoba se excavó un potente derrumbe de tejas, ladrillos, tierra blanquecina por estar mezclada con abundantes restos de cal. Ésta también se recogió en forma de gruesos nódulos, en fragmentos más pequeños provenientes del enlucido de muros realizado con mortero de cal o de restos de forma laminar procedentes de desprendimientos de su enlucido. Junto a éstos, ladrillos completos o fracturados con huellas de revoque de cal en sus caras, tejas fragmentadas y algunas completas, grandes piedras y cerámicas del ajuar doméstico. Tanto los muros de esta habitación como los que rodean el resto de la casa, son los que poseen mayores tramos donde se conservan los revoques de cal tanto interior como exteriormente.

En el límite Sur de la alcoba encontramos un potente muro de ladrillos trabado con argamasa y cal, de 0,65 m de espesor, que conserva a lo largo de su base, hacia el interior de la estancia, una capa de mortero de cal que consideramos sean evidencias del sistema de recubrimiento interior de la pared (Fig. 4). En el extremo Oeste de este muro se abre la puerta de acceso al siguiente espacio de la casa (Figs. 5 y 6).

La siguiente estancia de la casa tiene unas dimensiones de 21,50 m<sup>2</sup>, siendo la de mayor área. No obstante es donde se localizan espacios funcionales más definidos, como el hogar, y en la que consideramos que existe mayor complejidad interpretativa a la hora de definir espacios en su interior (Figs. 4 y 6).

En parte de la estancia, concretamente la situada entre el centro de la habitación y el muro Este de la casa, se documentó un potente derrumbe, que conserva algunas hiladas de tejas que muestran la disposición en que quedaron tras el desplome de

la cubierta, del que se ha dejado sin excavar parte del mismo como evidencia interpretativa que se optó por conservar previendo la futura conservación y puesta en valor del yacimiento (Figs. 4 y 6). Dicho derrumbe del tejado se extiende longitudinalmente a lo largo del citado muro Este en dirección Sur hasta los restos de un muro de tapial y ladrillos, del que sólo se conserva su arranque. Dicho derrumbe de la cubierta, que aparece enmarcado por las dos paredes citadas y el muro Este de la casa, ve desaparecer la presencia masiva de tejas entre el centro de la estancia y el muro que cierra la vivienda por el Oeste, sin que se haya encontrado ninguna otra evidencia muraria o de sustentación de dicho tejado, por lo que creemos que dicha estancia se conformaría como un espacio semicubierto a modo de galería sostenida con postes y vigas de madera abierta a un pequeño patio lateral en el interior de la casa (Fig. 6). Creemos posible interpretar la estancia que nos ocupa como un espacio semicubierto en el que se desarrollarían las actividades domésticas más cotidianas en torno a los hogares allí documentados, y otros menesteres relacionados con la vida en el campo como el almacenamiento de agua, cosechas, utillaje y otros.

Junto a la intersección que forma el muro de ladrillos antes citado con el muro Este que lo separa de la habitación anterior, se localizó un hogar asociado a un pavimento terrizo, tratado a la almagra, que no ha podido ser documentado en su mayor parte ya que se pierde bajo el derrumbe de tejas que, como acabamos de referir, se optó por conservar (Figs. 4 y 6). En dicho hogar se documentaron numerosos fragmentos cerámicos de cocina, clavos de hierro, conchas de moluscos, algunos fragmentos óseos muy deleznable posiblemente de ovicápridos, carbones y vidrio. De esto último se localizaron varios fragmentos de cristal, posiblemente correspondientes a una misma pieza, de

tendencia tubular y paredes muy finas, con restos de decoración exterior a modo de baño metalizado de color oro viejo.

Por tanto, dicho hogar, que debió ser el principal de la casa, si atendemos a la profusión de restos hallados en él, se encontraba bajo un espacio techado con tejas situado modo de una chimenea en recodo o esquina (Fig. 4 y 6). Su posición entre dos muros facilitaría el aprovechamiento del calor y el tiro de salida del humo, que se evacuaría al exterior mediante una apertura realizada en la superestructura de la casa.

Los demás hogares, al ser de menor potencia, se localizan más o menos aleatoriamente sobre el espacio de la misma estancia, pero fuera de la zona que interpretamos estaba cubierta. Es decir, se trataría de hogares, o más bien fogatas más esporádicas, que se realizaban en determinados momentos para hacer algún tipo de actividad cuya ejecución no fuera apropiada realizar en el hogar doméstico principal, antes citado, al modo del tipo de hogar sencillo (“foyer posé simple” de la clasificación de Bazzana (1992a: 126; 1996: 139-163)) dispuesto en el suelo sin ningún tipo de adecuación del espacio (Fig. 6). En este sentido las evidencias cerámicas, de clavos de hierro y de malacofauna, aunque siguen existiendo en estos últimos hogares no lo hacen con la profusión que en el primero y, por otro lado, también ahora se documentan algunas escorias de hierro (Fig. 7) en sus inmediaciones y pequeños fragmentos deformes de cerámica vidriada con aspecto de ser “fallos de horno”. La localización de estos nódulos y de “fallos de horno” en cerámicas comunes, que son de pequeño tamaño y poco abundantes, también se ha producido en otros espacios excavados de la casa, así como de forma superficial en el entorno, por lo que dada su poca abundancia ignoramos si en sus inmediaciones o algo más alejado existiría

algún tipo de horno o espacio de producción. Hay que tener en cuenta que en las proximidades del yacimiento existen afloramientos de arcillas bajo los niveles cuaternarios de los cabezos situados muy próximos al arroyo del Chorrito o del Valle que, como fuente de abastecimiento de agua, posibilitaría dicha actividad alfarera.

El pavimento está formado por una capa de tierra preparada compuesta por tierras de color amarillo-ocre, de tipo albero. De gran compactación y dureza, tiene un grosor irregular que va de los 6 a los 10 cm. En su conformación se aprecian entremezclados pequeños fragmentos de tejas y cerámicas. Una vez retirados los derrumbes y tierras acumuladas sobre él, se localizaron en éste área numerosos restos cerámicos de ajuar doméstico.

A través del muro Oeste de dicha estancia, que en esta zona formaba una tapia, consideramos que se abría otra puerta al exterior de la casa, con la finalidad de tener un acceso a este espacio doméstico y funcional que como hemos apuntado, debió estar parcialmente techado en su flanco Este y, al aire libre, en el Oeste (Fig. 6).

El límite Sur de este espacio intermedio aparece delimitado por una pared de tapial adosada al muro Oeste de la casa, de unos 0,65 m de espesor, con revoques de cal a ambos lados, detrás de la cual encontramos una última estancia. El citado muro, que se orienta en dirección Oeste-Este, tiene una longitud de 1,90 m. En su extremo Este se formaliza una puerta de acceso a la citada estancia desde la zona contigua (Fig. 6). Este último espacio de la casa tiene unas dimensiones de aproximadamente 10 m<sup>2</sup>. Su límite Sur lo constituye el muro de cierre de la casa por ese sector. En su interior también se documentaron derrumbes de tejas y ladrillos, no tan abundantes como en los casos anteriores, así como una gran cantidad de caliches procedentes de la degradación y derrumbes de los

revestimientos de cal de los muros. Además de ello, también se documentaron numerosos fragmentos de cerámica.

Desde el punto de vista funcional consideramos que este espacio debió ser una habitación que estaba en relación con el pequeño patio o corral de la casa, y que debió tener una funcionalidad bien doméstica, de almacenamiento o productiva, o bien como lugar de estabulación nocturna de animales domésticos o aves de corral, habida cuenta del contexto de aislamiento en el medio rural en que situaba la casa donde sería habitual la presencia de alimañas (Fig. 6).

Añadir que, además de la masiva utilización de la técnica del tapial, los materiales pétreos localizados en la excavación y que debieron ser empleados en la construcción o reformas de las diferentes partes de la casa fueron: calcarenitas o rocas ostioneras, costras ferruginosas, cantos rodados, pizarras en bloque o en lajas, areniscas y cascotes de hormigón romano (*opus caementicium*) que, excepción hecha de los cantos rodados propios de las cercanas terrazas cuaternarias del río Odiel, el resto del material pétreo debió provenir del acarreo. Otros materiales romanos reciclados lo constituían: fragmentos de dolia, tegula, y unos pocos ladrillos de *media luna* y sillarejos fracturados.

Una valoración general del espacio constructivo de la casa, refleja que nos encontramos ante una tradición cuyo antecedente conocido más próximo es la muy cercana ciudad de Saltés, emplazada en una pequeña isla situada en la ría de Huelva, cuya ocupación islámica se remonta al siglo IX siendo la época de su máximo apogeo entre los siglos XII y XIII en que acaece su declive y abandono (Bazzana y Cressier, 1989: 22 y 46 ; Bazzana y Bedia, 1994: 619-644; 2005: 100-168; Bazzana *et al.*, 2008: 155-201). Las medidas de sus muros, ancho de luz de sus estancias, tipo de ladrillos y tejas, empleo del

tapial, tratamiento de pavimentos, morteros, utilización de la cal y otros, reflejan el empleo de unas técnicas constructivas heredadas de la tradición almohade muy presente en el citado yacimiento<sup>7</sup>. Por su disposición, la planta de Huerta de la Fresa presenta gran similitud con la “casa de estancias rectangulares superpuestas”, definida por André Bazzana en la alquería islámica de Bofilla (Bétera, Valencia) y, en menor medida, bien con la “casa de patio lateral” del mismo yacimiento (Bazzana, 1992b: fig. 32.1) o bien con la que en Saltés es definida como “casa elemental” (Bazzana y Bedia, 2005: 116-117).

## 5. La cerámica

En su conjunto, las evidencias cerámicas documentadas permiten vislumbrar una serie de tipologías en las que abundan aquellas que guardan relación con la subsistencia y la vida en el medio rural como son los correspondientes, fundamentalmente, a almacenamiento, contenedores de líquidos o graneles, transporte y los destinados a tareas de manipulación alimentaria o higiénica (tinajas, cántaros, grandes vasos, lebrillos, pilón...), así como los propios de la vajilla o loza doméstica (jarros/as, escudillas o cuencos, fuentes, ollas, ataifores, platos, escudillas, morteros, tazas y cazuelas entre otros). El conjunto refleja también el mantenimiento de las tradiciones medievales andalusíes en su factura que, generalmente, tienen más pervivencia en el contexto rural, como es el caso del lugar en que se sitúa el yacimiento. El fuerte arraigo y continuidad de este grupo de cerámicas formarán parte del repertorio característico

de las generalmente conocidas a inicios de la Edad Moderna como Loza Común (o bizcochada). Para la descripción y estudio de la cerámica presente en Huerta de la Fresa, las hemos dividido en tres grandes grupos: cerámica común; cerámica con tratamiento de vidriado melado y Mayólicas.

### 5.1. Cerámica común

De este grupo, aparte de las piezas consideradas como grandes contenedores, se han localizado numerosas que presentan una terminación cuidada, generalmente lisas aunque dentro de éstas hay otras, mucho más escasas, que presentan decoración en sus paredes o bordes de tipo incisa, a peine, espatulada o digitada.

*Las tinajas* son de la tradición árabe con ejemplares del tipo cuello cilíndrico y exvasado, con labios engrosados de sección subrectangular, con diámetros de boca de entre 30 y 35 cm. Otro tipo que está presente, de posible tradición romana, carece de cuello con borde ligeramente elevado y una moldura entre el borde y la panza (Fig. 8.3, 8.5, 8.6).

*Los cántaros* y cántaras son muy abundantes en el yacimiento ofreciendo un variado repertorio tipológico en cuanto a módulo, cuellos, bordes y asas. Algunos presentan evidencias muy tenues de engobes, grisáceo o a la almagra, que se han podido perder por la acidez del terreno aunque generalmente sus paredes carecen de ningún tipo de decoración salvo unos pocos casos en que se ha practicado alguna línea incisa con punta roma en su hombro o panza y el de otro único caso con decoración incisa realizada a peine, formando bandas concéntricas sencillas o dobles en su

<sup>7</sup> *Sensu stricto* resulta muy difícil establecer en el medio rural una diferenciación tipológica sobre métodos constructivos desde finales del periodo andalusí y hasta bien entrado el gobierno de los reinos cristianos peninsulares. Incluso en ciudades como Sevilla donde ha sido bien estudiada dicha transformación se ha advertido que fue paulatina, ya que arqueológicamente se aprecia muy poca diferenciación constructiva durante el primer siglo de presencia castellana en la ciudad; sólo advertible, en ocasiones, por un descenso en la calidad y el descuido de las fábricas a partir de la consolidación del dominio cristiano (Tabales, 2004)

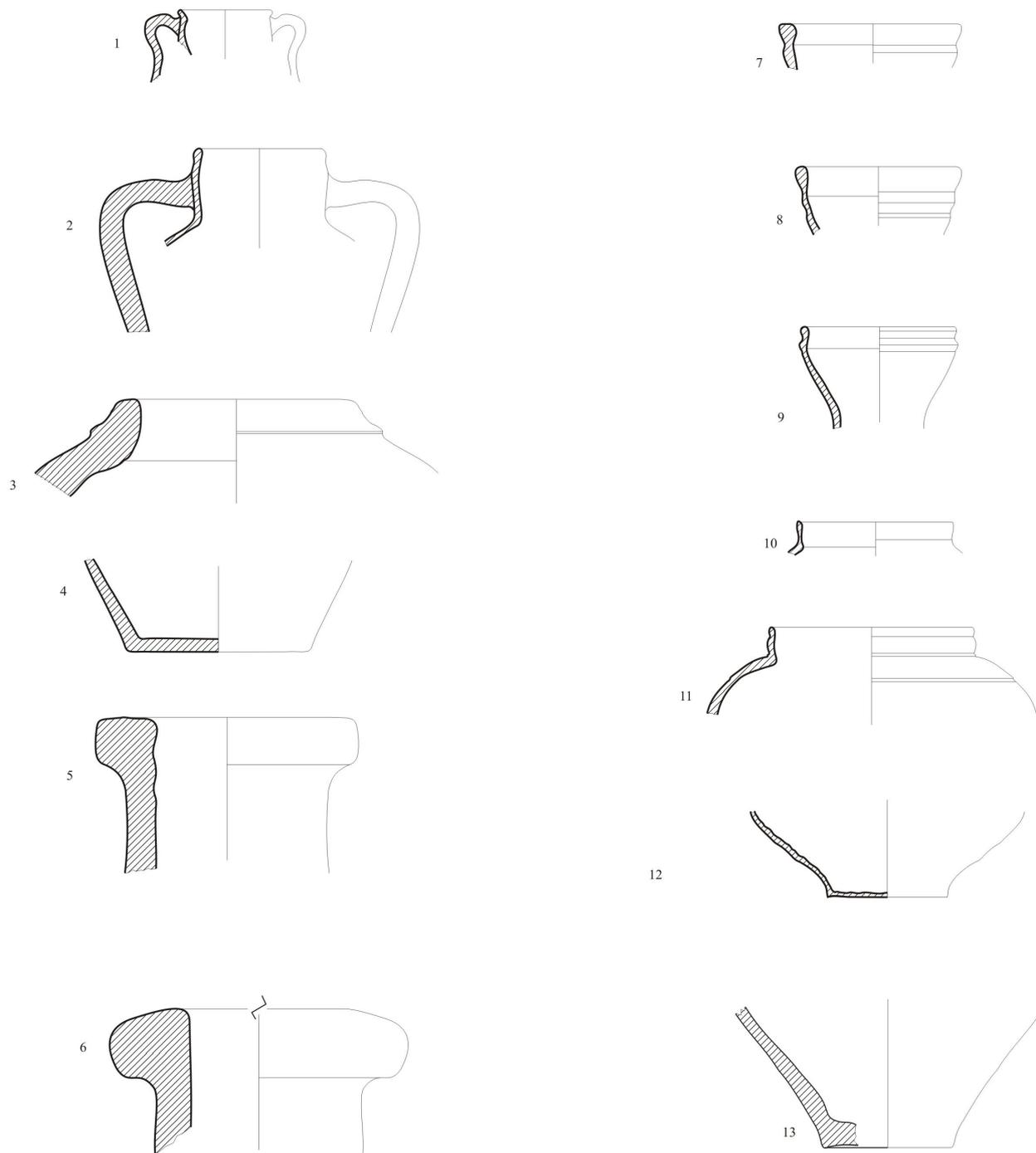


Fig. 8 - Huerta de la Fresa. Cerámica común: cántaros, tinajas, jarros/as y ollas.

pared; dentro del desarrollo de éstas, en la parte donde hay bandas dobles a peine, se añade en su parte inferior un motivo curvilíneo en secuencia, también practicado con el peine.

En cuanto a las bocas, cuellos y bordes existen múltiples variantes: de borde vertical y sección semicircular y parte superior del labio plana o semicircular; con el labio engrosado al exterior y acanaladuras; otros tienen el borde recto, de sección cuadrangular y engrosado y con el cuello moldurado; otros, con cuello de tendencia troncocónica con dos bandas molduradas, que por debajo del borde tienen un ensanchamiento del cuello para recibir posible tapadera; otros de cuello con acanaladuras tanto rectos como de forma troncocónica con acanaladuras en la parte inferior.

Las asas también presentan diferentes tipologías. En ocasiones están muy próximas a la boca de la pieza mientras que en otra arrancan de la parte inferior del cuello o de los hombros. La sección suele ser aplanada, plano cóncava o de dos o tres molduras (Figs. 8.1, 8.2., 8.7., 8.8, 8.9, 8.13).

Los *lebrillos* poseen, dentro de sus formas características, el borde engrosado hacia el exterior y forma de paredes abiertas de tendencia troncocónica (Fig. 9).

Con respecto a los jarros, jarritas, tazas, cuencos, ollas, fuentes, ataifores, escudillas, platos y morteros, incluidas en el grupo las cerámicas alisadas de ajuar doméstico existentes en el yacimiento, podemos significar que su presencia es muy inferior en número con respecto a tipos similares del grupo de las vidriadas, según el estudio y la cuantificación realizada (Fig. 8.10, 8.12 y 10 superior).

## 5.2. Cerámica con tratamiento de vidriado melado (Morisca Ware).

Como hemos referido más arriba, en Huerta de la Fresa el repertorio de tipos correspondiente a los denominados barros vidriados es mayoritario fundamentalmente en los tipos relacionados con la elaboración y consumo de alimentos, sólidos y líquidos. Aunque queda patente la existencia de formas típicas que proceden de la tradición alfarera hispanomusulmana, en Huerta de la Fresa es

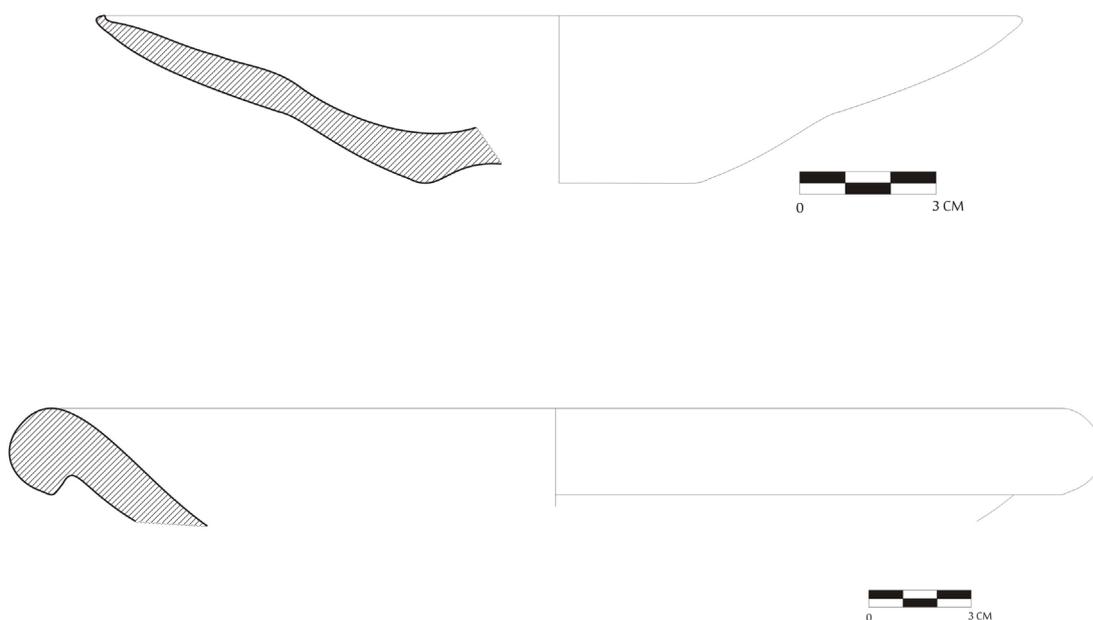


Fig. 9 - Huerta de la Fresa. Cerámicas: plato y lebrillo.

también muy significativa la presencia de las cerámicas de inicios de la Edad Moderna en que se van desarrollando nuevos tipos. Siguiendo lo enunciado más arriba, forman parte la Loza Morisca y las denominadas Mayólicas (incluidas todas en el grupo de Tradición Morisca de Pleguezuelo (1997: 131-141) o “Morisco Ware” según la clasificación de Goggin (1968: 115-202) y Deagan (1987: 48).

Las formas correspondientes a la cerámica con vidrio transparente, conocidas también en la bibliografía norteamericana como Morisco Ware (Goggin, 1968: 115-202; Deagan, 1987: 48) se caracterizan por estar cubiertas total o parcialmente con vidrio transparente (melado). Además, en su decoración se caracterizan también por la adición de manganeso como motivo decorativo, sobre o bajo la cubierta vítrea. Dentro del grupo de las meladas en Huerta

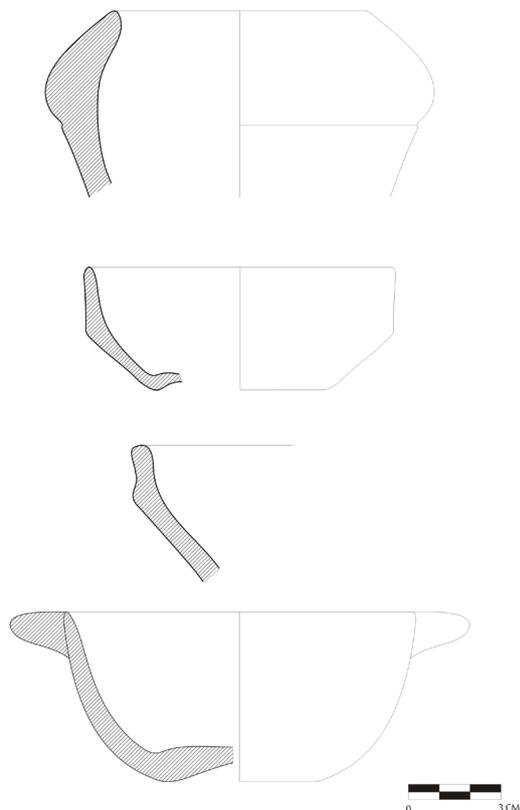


Fig. 10 - Huerta de la Fresa. Cerámica común: mortero (parte superior); centro: cuencos de cerámica vidriadas meladas y escudilla de orejas del tipo Columbia Plane, en la parte inferior.

de la Fresa existen abundantes ejemplos con decoración en manganeso a base de diferentes tipos de motivos como los pseudoepigráficos, fitomórficos, formando series de entrelazados o aislados, o con otros motivos figurativos como gotas y trazos aislados, entre otros (Figs. 10, 11, 12 y 13). También se han localizado meladas lisas con numerosas variantes entre las que se encuentran las vidriadas en tonos verdosos, marrón, verde acuoso y castaño ambarino. En ocasiones combinan el vidriado presentando un color en el anverso y otro en el reverso de la pieza mientras que en otras el vidriado, bien sea de un color o de otro, se aplica sólo en ciertas zonas, abundando las terminaciones con vidrio interior y chorro exterior. Tratamiento este último que es muy común en las cerámicas de cocina y de mesa.



Fig. 11 - Huerta de la Fresa. Arriba: plato azul y morado (Isabelle Polychrome). Abajo: plato melado con decoración en manganeso.

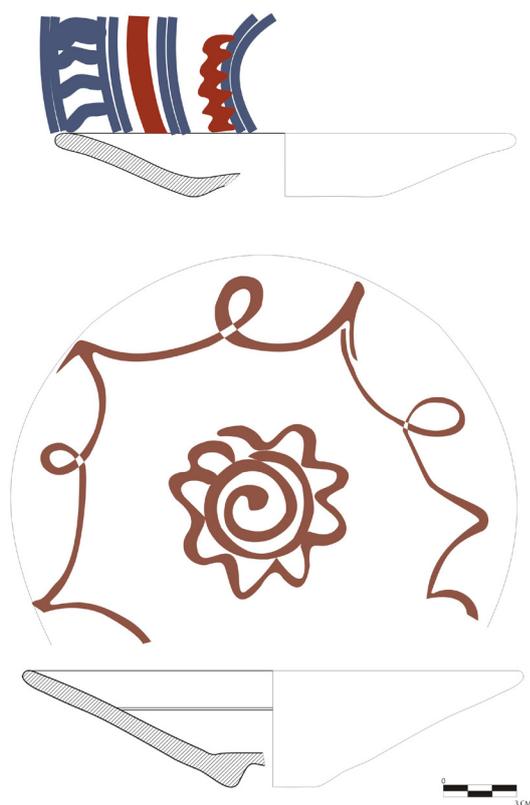


Fig. 12 - Huerta de la Fresa. Detalles decorativos de platos azul y morado (Isabelle Polychrome) y melado con decoración en manganeso.

Dentro del amplio repertorio de formas de este grupo destacamos las siguientes:

*Fuentes.* Se han documentado varios tipos de acabado: melada monocroma, lisas; vidriadas monocromas con un color melado amarillento; meladas monocromas y por el exterior decorada con pinceladas y puntos realizados con manganeso; melada por el interior y por el exterior chorreo melado sobre borde y parte alta de la pieza; vidriado de color verdoso por el interior y alisada por su cara externa.

Algunas presentan evidencias de la acción del fuego en su base exterior.

*Jarros.* Existen en el yacimiento con diferentes tipos de vidriado: jarros con decoración melada al completo; melado por el interior y por el exterior



Fig. 13 - Huerta de la Fresa. Fragmentos cerámicos vidriados correspondientes a varios tipos de piezas: unos del tipo melado con decoración en manganeso que presentan motivos fitomórficos, pseudoepigráficos o indeterminados, junto a otros en color castaño, marrón o verdoso, con o sin decoración.

chorreo melado sobre el labio, cuello y parte del hombro de la pieza; vidriado monocromo de color verdoso; y un único fragmento vidriado de color verde turquesa que presenta un motivo decorativo en círculo realizado con la técnica de “Cuerda seca”.

*Jarros.* Están representados en Huerta de la Fresa los siguientes tipos: melado en ambas caras; melado al interior y por el exterior chorreo melado sobre el labio y parte superior del cuello de la pieza y jarra de color melada amarillenta en ambas caras y con molduras muy pronunciadas.

*Platos.* Los platos de tipo melado por ambas caras son abundantes. En algunos casos presentan por el exterior una línea incisa longitudinal. Dentro de los melados con decoración en manganeso

presentan un amplio repertorio de motivos, generalmente en su interior, aunque en su gran mayoría debido a su estado fragmentario, es difícil determinar con exactitud el programa decorativo de la pieza. Podemos destacar las siguientes composiciones: decoración en manganeso al interior formando un lazo con tendencia a continuar en un entrelazado con posible motivo fitomórfico; con motivos pseudoepigráficos y fitomórficos; con motivos curvilíneos y con puntos y pinceladas. (Figs. 10, 11, 12 y 13). Dentro de este grupo destaca el hallazgo de un plato, conservado casi completo y restaurado posteriormente, del tipo melado que en su anverso presenta decoración en manganeso bajo cubierta a base de motivos fitomórficos. Éstos se disponen formando una ancha cenefa entrelazada que discurre por su cara interna entre el borde y la zona media. El fondo aparece decorado con una flor cuyos pétalos se disponen en torno a un motivo en espiral situado en el ombligo (Figs. 11 y 12).

Están también presentes en el yacimiento ciertas variantes de melado que tienen un cromatismo más amarillento, como un ejemplar que presenta el borde con moldura longitudinal.

Otro grupo de platos vidriados son de color verdoso. En ocasiones tienen una o más bandas incisas dispuestas de forma longitudinal junto al borde. Muchos presentan decoración en manganeso desarrollando programas decorativos similares a los de los melados: formando en su pared interior un conjunto de tres pinceladas en la zona próxima al borde, posiblemente seriadas; mediante puntos y pinceladas en el exterior y, en otros casos, formando un entrelazado.

Por último existen combinaciones en que su anverso es melado y el reverso del plato es de color verdoso. También, al igual que en el caso de los

melados, existen casos que presentan por el exterior una línea incisa longitudinal.

Algunos ejemplares de platos presentan evidencias de la acción del fuego en el exterior.

*Escudillas.* Es un tipo cerámico abundante en Huerta de la Fresa. Dentro de las meladas monocromas encontramos el siguiente repertorio: piezas con labio resaltado de tendencia vertical con una línea incisa al pie del borde; con carena de mayor o menor proximidad al borde; con carena central y decoración exterior con dos líneas incisas por debajo de la carena; con moldura central; con moldura central y decorada al exterior con trazo en manganeso.

En cuanto a las escudillas vidriadas de color verdoso predominan las monocromas con las siguientes variantes: con moldura central; con carena central; con dos líneas incisas longitudinales en su pared exterior. Hay algunos ejemplares de escudillas con interior verdoso y exterior melada. También se documentó un borde de posible escudilla con vidrio de color verdoso claro.

Otros tipos de vidriados mucho más escasos en el yacimiento son: en color marrón, con decoración en manganeso en su interior con motivo decorativo a modo de mancha de color de tendencia rectangular, y melado en el interior y color castaño en el exterior.

*Cuencos.* Presentan en su vidriado los tipos más habituales de otras piezas ya descritas como son los melados y verdosos. En cuanto a sus formas predominan los carenados. (Fig. 10). Generalmente tienen vidriado monocromo en los colores citados aunque existen las siguientes excepciones: melado en su anverso, amarillento en el reverso; melado en su interior, alisado al exterior; verdoso en el exterior, melado al interior con decoración en manganeso; marrón oscuro monocromo; marrón

con decoración en manganeso; marrón en el anverso y alisado en el reverso de la pieza.

*Ollas.* Como en el caso de otras piezas descritas con anterioridad presentan en su vidriado los tipos más habituales en el yacimiento como son los melados y verdosos, bien monocromos o bien con el vidriado por la parte interior de la pieza y por el exterior el vidrio chorreado sobre el borde, cuello y parte superior de la olla. Morfológicamente siguen la tradición islámica de cuerpo globular y dos asas en su parte superior. Presentan el cuello recto o moldurado con dos o tres bandas, con el labio de tendencia semicircular (Fig. 8.11). Generalmente presentan su zona inferior oscurecida por la acción del fuego.

*Lebrillos.* También aparecen lebrillos con tratamiento vidriado integral en el interior y chorreo exterior que cubre el borde y parte de las paredes de la pieza.

### 5.3. Mayólicas

El otro gran grupo de la clasificación son las Mayólicas (maiolicas, majolicas), cerámicas que se caracterizan estar realizadas en pasta color crema o amarillo claro con una textura de barro esponjoso, sin desgrasantes visibles, cubiertas con esmalte de estaño fino y opaco que les proporciona su característico fondo blanco que, en determinadas series, poseen decoración pintada. Esta variedad refleja igualmente una influencia morisca en estas producciones cerámicas del Suroeste español durante los siglos XV y XVI e incluso del XVII que, como es sabido, se distribuirán mediante las navegaciones castellanas por el Mediterráneo Occidental, Norte de África, Islas Canarias, Europa Atlántica y las colonias americanas. En nuestra descripción seguimos las clasificaciones de Goggin (1968: 115-202), Lister y Lister (1982: 45-57; 1987: 93-169;

192-252), Deagan (1987: 48) y Pleguezuelo (Pleguezuelo *et al.*, 1997: 130-157).

En Huerta de la Fresa se documentaron las siguientes:

*Columbia Plain* (Goggin, 1968: 117-126; Lister and Lister, 1987: 45-67; Deagan, 1987: 58), también conocidas como Blanca Lisa (Pleguezuelo *et al.*, 1987: 130-157). Destaca un cuenco, de color blanco, con asas en forma de orejas. En el interior presenta ya sólo la impronta de trazas muy sutiles representando una cenefa floral, casi perdida (Fig. 10, inferior). De esta variedad también están presentes otros tipos de cuencos carenados y de perfil convexo, formas que, como todas las documentadas de esta serie, corresponden a vajilla de mesa.

*Sevilla White* (Deagan, 1987: 58; Lister and Lister, 1982: 43-81; 1987: 6) Representada en escudillas, cuencos y platos y *Fine White Majolica* (Goggin, 1968: 24 y 74), con platos.

*Isabelle Polychrome* (Goggin, 1968: 126-128; Lister y Lister, 1987: fig. 67b), también designada Azul y Morado en la clasificación de Pleguezuelo (Pleguezuelo *et al.*, 1987: 130-157) Blue and Purple en la bibliografía británica (Ray, 1987: 306-308) o Azul-Manganês (castanha violácea de manganês) en Portugal (Varela Gomes y Varela Gomes, 1987: 467 y figs. 12-23). Este tipo es el único polícromo de las Mayólicas. En Huerta de la Fresa se documentaron numerosos fragmentos correspondientes a un único plato, casi al completo, que fue posteriormente restaurado (Figs. 11 y 12). De color blanco en su reverso, en su interior presenta una decoración en bandas, a base de líneas y trazos concéntricos de color azul y morado (manganeso púrpura) sobre fondo blanco. Cerca del borde, se desarrolla una cenefa más ancha que está enmarcada por dos trazos finos de color azul. En su interior se dispone una sucesión paralela de pequeños trazos ligeramente acodados agrupándose en dos

tandas, cada una con su color; motivo decorativo habitual en esta serie cerámica que se considera una reminiscencia epigráfica de alafia. En su tondo central dos círculos de color azul de trazo más fino enmarcan otros más gruesos de color morado. Este conjunto central aparece rodeado de cuatro trazos gruesos zigzagueantes de color morado. Sus dimensiones son: diámetro de la boca: 24 cm; diámetro de la base: 7 cm; altura: 4,2 cm.

Por último, mencionar que dentro de este grupo de mayólicas se documentaron ejemplos aislados, sin forma, de piezas cerámicas de reflejo metálico, blanca y verde y a la cuerda seca.

## 6. Conclusiones

La excavación arqueológica ha revelado que la casa tuvo una fundación tardomedieval, posiblemente en el siglo XIV, permaneciendo habitada hasta bien iniciada la Edad Moderna en que se hubo de abandonar en torno a mediados del siglo XVI, sobreviniendo su inmediata ruina y quedando sellados sus niveles arqueológicos interiores bajo el potente nivel de derrumbes de su tejado y de sus muros de tapial. La capa de derrumbes que sella toda la casa no nos ha permitido constatar una evolución en su ocupación ni la localización de producciones cerámicas posteriores, por lo que podemos establecer su fin en torno a esos años.

Bajo el citado nivel de abandono, compuesto por una compacta capa de tejas, cal, piedras y tierras, se excavó el estrato arqueológico correspondiente al suelo de ocupación de la casa conteniendo numerosas evidencias arqueológicas entre las que destacan las cerámicas. Tras su ocaso y la constatada nula reocupación del lugar se produjeron los consiguientes procesos postdeposicionales y probables expolios sobre todo de sus elementos constructivos (ladrillos, tejas, piedras...). A ello

se vino a sumar el rápido derrumbe de sus restos murarios de tapial. Estructuras que, sin el menor mantenimiento, en poco tiempo se desintegrarían en gran medida como consecuencia de su menor consistencia y perdurabilidad ante las inclemencias climáticas, la erosión, la invasión por raíces de malezas y árboles, los procesos sedimentarios y por la acción antrópica en el uso histórico del área donde se enclava el yacimiento. De aquí que durante la primera fase de la excavación el único indicio que reveló la presencia de muros de tapial fueron las líneas paralelas que presentaban los revoques de cal a ambos lados de dichas estructuras.

La excavación de la planta completa de la casa de Huerta de la Fresa ha mostrado la existencia de una vivienda rural aislada sin evidencias de formar parte de caserío o aldea. Situada a orillas del arroyo del Valle o del Chorrito, sus moradores compaginarían las tareas agrícolas, aprovechando las tierras más fértiles situadas en el fondo de valle con la ganadería en las zonas de bosques y monte bajo próximas. Dicho curso de agua consideramos que pudiera tratarse del denominado “Val de Sancta María” que cita el *Libro de la Montería* de Alfonso XI, escrito en el siglo XIV, el cual en la descripción que hace de los cazaderos situados en los extensos territorios de la vecina población de Gibraleón dice: “El monte de la Almedina es bueno de puerco en todo tiempo. Et es la vocería en el camino de Aliaraque; et otra en el arroyo de Aliaraque. Et son las armadas, la una en Tarracona, et la otra en el Val de Sancta María” (Libro III. Capítulo XXIV. Edición de G. Argote de Molina (1582)). José A. Valverde en su estudio sobre esta obra apunta en esa dirección describiendo el Val de Santa María como un arroyo paralelo al de Aljaraque que se une con él cerca de Corrales (Valverde, 2009: 1180). Consideramos, por tanto, que el “Val de Sancta María” es el valle

conformado a orillas del denominado en la actualidad como arroyo del Valle o del Chorrillo en los últimos kilómetros antes de su desembocadura en el estuario del Odiel.

Aunque no descartamos por completo la hipótesis de que el yacimiento de Huerta de la Fresa pueda estar relacionado de forma coetánea con alguna estructura constructiva más en sus proximidades, lo que sí es evidente, por los hallazgos realizados en superficie en zonas próximas y espacialmente de forma escalonada, es que el modo de ocupación del territorio estaba basado en un hábitat rural diseminado tomando como eje vector el cauce del arroyo del Valle y sus fértiles orillas. Es importante destacar aquí también que el recorrido de dicho cauce discurre de Sul a Norte durante un buen tramo muy cercano al Camino Viejo de Aljaraque a Gibraleón, localidades citadas en numerosas fuentes medievales cristianas; así como también andalusíes en el caso de Gibraleón.

En sus alrededores, además de las evidencias de ocupación Prehistórica, Protohistórica y Romanas (Martín Gómez y Campos Jara, 1997; Campos Jara, Martín Gómez y García Fernández, 1999; Campos Jara *et al.*, 2001; Campos Jara y Pérez Macías, 2018), se produjo a mediados del siglo XX el hallazgo fortuito de una campana de bronce mozárabe, con inscripción árabe, en la finca próxima de Ronzones, siendo depositada en el Museo de Huelva (Bedia, Beltrán y López, 1992: 175-181; Zozaya Stabel-Hansen, 2011: 282-283). En dicha área, delimitada como yacimiento arqueológico de *Ronzones*, hemos detectado en superficie la presencia de cerámicas con fallos de horno tanto de época romana como moderna y, por información oral, se sabe de la aparición de antiguas estructuras de regadío, pozos, hornos y hallazgos de “cántaros” por agricultores de la zona, etc; conjunto de informaciones de escasa precisión

cronológica que permiten suponer la existencia de un hábitat de mayor entidad, aunque no nos ha sido posible verificarlo ya que la finca está ocupada por una explotación agrícola con invernaderos y, además, hace años que fue objeto de unos trabajos de transformación con aporte de tierras y relleno con explanación que han soterrado cualquier posible evidencia arqueológica superficial. ¿Acaso la denominación de Val de Santa María, dada en la Edad Media al tramo final del actual arroyo del Valle, pudo guardar relación con un hábitat cuyos habitantes explotarían agrícolamente esa estrecha faja de terreno fértil situada en sus inmediaciones, cuyo centro religioso pudiera guardar relación con una desaparecida antigua ermita de cuya existencia fuera una prueba la citada campana mozárabe hallada en el lugar?

Sin salir de los estrechos límites del término municipal de Aljaraque, otras localizaciones también cercanas que podrían estar formando parte del modelo que venimos planteando de hábitat rural diseminado tomando como eje vector el cauce del arroyo del Chorrillo o del Valle son *Cardales*, situada junto al Camino Viejo de Aljaraque a Gibraleón, con la presencia en superficie de cerámicas bizcochadas y vidriadas de la Edad Moderna asociadas con materiales constructivos (Campos Jara, 2002: 129; 2005b: ficha 16), y el casi desaparecido “tejar árabe” de Casa del Río (Campos Jara y Martín Gómez, 1993: 7). Cuestiones, en suma, que afectan tanto al modelo de ocupación territorial como al estudio estratigráfico de los yacimientos que deberán ser contrastadas en futuros trabajos arqueológicos que se realicen en dicho espacio.

Por otro lado, el estudio de la cerámica de Huerta de la Fresa denota que, partiendo de unos tipos que están en la tradición musulmana andalusí, cuya pervivencia se hace patente ya en época mudéjar a lo largo del siglo XIV y bien entrado el XV, en

la denominada Loza Común, están presentes también diferentes piezas cerámicas y tipos decorativos como los pertenecientes al gran grupo de las cerámicas vidriadas en que se encuentran tanto el grupo de Tradición Morisca (Morisco Ware) como las Mayólicas. Éstas nos orientan bien para la caracterización y encuadre cronológico del yacimiento por tratarse de especímenes muy conocidos y en cuya datación existe uniformidad entre los numerosos estudios que se han centrado tanto en sus centros de producción, principalmente radicados en Sevilla-Triana, como en su difusión en asentamientos de Andalucía Occidental, Portugal, Norte de África, Islas Canarias, y América (Caribe, Mesoamérica, Méjico, Florida...) (Goggin, 1968: 15-202; Redman, Anzalone y Rubertone, 1979: 1-16; Lister y Lister 1982: 43-81; 1987: 93-169; 192-252 ; Boone, 1984: 76-86; Deagan, 1987: 48; Redman, 1986: 189-216; Varela Gomes y Varela Gomes, 1987: 457-490; Marken, 1994: 48 y 52-62; Amores y Chisvert, 1993: 270; 1995; Amores *et al.*, 1995: 305-306; Cuenca *et al.* 1995: 9-198; Sánchez, 1994: 52-59; Pleguezuelo y Lafuente, 1995: fig. 18.10-6; 217-244; Pleguezuelo, 1997: 343-386; Pleguezuelo *et al.*, 1997: 130-157; Pleguezuelo *et al.*, 1999: 263-292; Sánchez, 1996: 127-133; Sánchez, 1998: 121-133; Sosa, 1999: 1999-2021; Deagan y Cruxent, 2002: 139-185; Villada, Hita y Suárez, 2010: 131-164; Villegas y Mira, 2012: 162-164; Amores, 2015: 1-6; Fernández de Marcos García, Buxeda i Garrigós y Amores Carredano, 2017: 259-280).

Precisamente, la muestra cerámica proporcionada por la excavación es fiel exponente del cambio en la evolución de las producciones que se afianza en el Suroeste andaluz a inicios de la Edad Moderna de forma que, aunque en el yacimiento no se han hallado determinadas Mayólicas comunes a todo el repertorio cerámico de este periodo, el conjunto de Huerta de la Fresa es perfectamente

datable desde inicios del siglo XV hasta el entorno de la primera mitad del siglo XVI, como se viene haciendo en otros yacimientos del Suroeste Ibérico estudiados estratigráficamente y que han proporcionado diferentes muestras de estas series cerámicas (Varela Gomes y Varela Gomes, 1987: 457-490; Pleguezuelo *et al.*, 1997: 130-157; Giles *et al.*, 1995: 22-51; Mercado, Paz y Mejías, 2001: 717-720; García, 2010: 2008-2022; Jiménez Maqueda *et al.*, 1999: 241-262; López, Castilla y De Haro, 2010: 2095-2111; Lavado, 2010: 234-260; Ruíz, 2010: 190-344; 463-614; Guerrero y Echevarría, 2010: 1708-1712; López, De Haro y Castilla, 2010: 1744-1762; Bargão, Ferreira e Banha da Silva, 2015: 21-27; Batalha, Cardoso e Luna, 2017: 11-27; López y De Haro, 2018: 3159-3168).

La novedad en la investigación que ha supuesto la excavación arqueológica de Huerta de la Fresa para el conocimiento del hábitat rural tardomedieval y moderno en el sur de Huelva y área de los interfluvios Odiel-Piedras-Guadiana, en particular, deberá ser ampliada con futuros trabajos arqueológicos que, en conjunción con los avances experimentados en el estudio de las fuentes documentales, vayan cubriendo el vacío investigador arqueológico de los periodos tardomedieval y moderno que, salvo excepciones (Beltrán, López y Pérez Macías, 2001: 9-24; Villegas y Mira, 2012: 162-164), existe dentro de este amplio territorio sobre dichos aspectos del citado periodo histórico.

## Bibliografía

- AMORES CARREDANO, Fernando (2015). El plato de loza azul y morada del siglo XV. In *La pieza del Mes. Conferencia día 24 de octubre de 2015*. Jerez de la Frontera (Cádiz): Museo Arqueológico Municipal de Jerez / Asociación de Amigos del Museo, pp. 1-6.
- AMORES CARREDANO Fernando; CHISVERT JIMÉNEZ, Nieves (1993). Tipología de la cerámica

- común bajomedieval y moderna sevillana (Siglos XV-XVIII): 1, la loza quebrada de relleno de bóvedas. *SPAL: Revista de prehistoria y arqueología da la Universidad de Sevilla*, 2, pp. 269-325.
- AMORES, Fernando; CHISVERT, Nieves; FUENTES, A.; LÓPEZ, J.; MORA, P.; RUEDA, M. (1995). Una primera tipología de la cerámica común bajo medieval y moderna sevillana (s. XV-XVII). In *Actes du 5ème Colloque sur la Céramique Médiévale* (Rabat, Marruecos, 1991). Rabat: Institut national des sciences de l'archéologie et du patrimoine, pp. 305-315.
- ARGOTE DE MOLINA, Gonçalo (1582). *Libro de la Montería que mandó escribir el muy alto y poderoso Rey Don Alfonso de Castiella, y de León, Vltimo de este nombre, impresso en Sevilla por A. Pescioni* (Reimp. Libro de la Montería de Alfonso XI, Ediciones Velázquez, Madrid, 1976).
- BARGÃO, André; FERREIRA, Sara; BANHA DA SILVA, Rodrigo (2015). De Sevilla para Lisboa: pratos com decoração em “corda-seca” de final dos séculos XV e XVI de dois contextos na Ribeira ocidental. *Al-Madan*, IIª série, 20, Tomo 2, pp. 21-27.
- BATALHA, Luísa; CARDOSO, Guilherme; LUNA, Isabel (2017). Cerâmicas Quatrocentistas e Quinhentistas do Poço dos Paços do Concelho de Torres Vedras. *Al-Madan Online*, IIª série, 21, Tomo II, pp. 11-27.
- BAZZANA, André (1992a). *Maisons d'Al-Andalus: habitat médiéval et structures du peuplement dans l'Espagne orientale*. Vol. 1. Madrid: Casa de Velázquez.
- BAZZANA, André (1992b). *Maisons d'Al-Andalus: habitat médiéval et structures du peuplement dans l'Espagne orientale*. Vol. 2. Madrid: Casa de Velázquez.
- BAZZANA, André (1996). Foyers et fours domestiques dans l'architecture rurale d'al-Andalus. *Arqueologia Medieval*, 4, número especial bajo el título *Formas de habitat e alimentação na Idade Média*, pp. 139-163.
- BAZZANA, André; BEDIA, Juana (1994). Saltés y el Suroeste peninsular. In *Arqueología en el entorno del Bajo Guadiana*. Huelva, pp. 619-644.
- BAZZANA, André; BEDIA GARCÍA, Juana (2005). *Excavaciones en la Isla de Saltés (Huelva) 1988-2001*. Sevilla: Junta de Andalucía / Consejería de Cultura.
- BAZZANA, André; BEDIA GARCÍA, Juana; MEULEMEESTER, Johnny de; DELAIGUE, Marie-Christine (2008). Las casas: espacio, volúmenes y funcionamiento de los espacios domésticos. *Huelva arqueológica*, 21 (monográfico dedicado a Saltés), pp. 155-202.
- BAZZANA, André; CRESSIER, Patrice (1989). *Shaltish / Saltés (Huelva). Une ville médiévale d'al-Andalus*, Colección Casa de Velázquez, 25. Madrid: Casa de Velázquez.
- BEDIA, Juana; BELTRÁN, José M.; LÓPEZ, Miguel (1992). La campana mozárabe de Aljaraque. *Cuadernos del Suroeste*, 3, pp. 175-181.
- BELTRÁN PINZÓN, José M.; LÓPEZ DOMÍNGUEZ, Miguel A.; PÉREZ MACÍAS, Juan Aurelio (2001). El lugar de Osma. *Huelva en su Historia*, 8 (7). Huelva: Universidad de Huelva, pp. 9-24.
- BOONE, James L. III (1984). Majolica Escudillas of the 15<sup>th</sup> and 16<sup>th</sup> Centuries. A Typological Analysis of 55 Examples from Qsar es-Seghir. *Historical Archeology*, 18, pp. 76-86.
- CAMPOS JARA, Pedro (1999). *Identificación, estudio y delimitación de yacimientos arqueológicos del término municipal de Aljaraque para su inclusión en las Normas Subsidiarias de urbanismo del municipio de Aljaraque* (1998-1999). Concejalía de Urbanismo del Ayuntamiento de Aljaraque (Huelva) y Delegación Provincial de Cultura de la Junta de Andalucía en Huelva (Inédito).
- CAMPOS JARA, Pedro (2002). La Carta Arqueológica de Aljaraque (Huelva). *Anuario Arqueológico de Andalucía 1999*, Sevilla, II, pp. 121-137.
- CAMPOS JARA, Pedro (2005a). Actividad Arqueológica de Urgencia en el PPR11 de Aljaraque, Huelva. *Anuario Arqueológico de Andalucía 2002*. Sevilla, Actividades de Urgencia, pp. 530-542.
- CAMPOS JARA, Pedro (2005b). *Expediente de Inscripción Genérica Colectiva de los yacimientos arqueológicos de Aljaraque (Huelva) en el Catálogo General del Patrimonio Histórico Andaluz*. Huelva. Delegación Provincial de la Consejería de Cultura. (Inédito).
- CAMPOS JARA, Pedro (2007). *Memoria de la “Actividad Arqueológica Preventiva en el P.P.R.11 de Aljaraque (Huelva)”*, autorizada por la dirección General de Bienes Culturales en abril de 2006. Huelva/Sevilla. Archivos de la Delegación Provincial de Cultura y de la Dirección General de Bienes Culturales de la Junta de Andalucía (Inédito).

- CAMPOS JARA, Pedro (En prensa). Actividad Arqueológica Preventiva en el P.P.R.11 de Aljaraque (Huelva). Yacimientos Río Odiel I y Huerta de la Fresa. *Anuario Arqueológico de Andalucía 2007*. Sevilla.
- CAMPOS JARA, Pedro; GARCÍA FERNÁNDEZ, Marcos; MALDONADO SAAVEDRA, José María; MARTÍN GOMÈZ, José (2001). Excavación Arqueológica de Urgencia en “La Monacilla”, (Aljaraque, Huelva). *Anuario Arqueológico de Andalucía 1997*, III, pp. 340-349.
- CAMPOS JARA, Pedro; MARTÍN GÓMEZ, P. (1993). *Informe sucinto de los resultados de las actuaciones arqueológicas de urgencia realizadas en “La Dehesa Golf” de Aljaraque (Huelva), autorizadas por la Dirección General de Bienes Culturales con fecha 23 de noviembre de 1992*. Huelva. Delegación Provincial de Cultura en Huelva. Junta de Andalucía. (Inédito).
- CAMPOS JARA, Pedro; MARTÍN GÓMEZ, José (1995). El proceso de adquisición y consolidación de estrategias productoras en entorno fluvio-marítimo: el estuario Tinto-Odiel (Huelva) como referencia. *Rubricatum*, 1. Gavá (Barcelona): *Actes del I Congrés del Neolític a la Península Ibérica*. (2 vols.), pp. 109-114.
- CAMPOS JARA, Pedro; MARTÍN GÓMEZ, José (2001). Los inicios de la economía de producción en el estuario Tinto-Odiel: el asentamiento prehistórico de Casa del Río (Aljaraque, Huelva). *Huelva en su Historia*. Huelva, 9, pp. 25-40.
- CAMPOS JARA, Pedro; MARTÍN GÓMEZ, José; GARCÍA FERNÁNDEZ, Marcos (1999). Prospección arqueológica de urgencia en la Dehesa Golf. 3ª fase (Aljaraque, Huelva). *Anuario Arqueológico de Andalucía 1995*. Sevilla, III, Actividades de Urgencia, pp. 212-222.
- CAMPOS JARA, Pedro; GARCÍA, Marcos; MALDONADO, José María; MARTÍN, José (2001). Excavación Arqueológica de Urgencia en “La Monacilla”, (Aljaraque, Huelva). *Anuario Arqueológico de Andalucía 1997*. Sevilla, III, pp. 340-349.
- CAMPOS JARA, Pedro; MARTÍN GÓMEZ, José (2001). Los inicios de la economía de producción en el estuario Tinto-Odiel: el asentamiento prehistórico de Casa del Río (Aljaraque, Huelva). *Huelva en su Historia*. Huelva, 9, pp. 25-40.
- CAMPOS JARA, Pedro; PÉREZ MACÍAS, Juan Aurelio (2018). El poblamiento romano en la margen derecha de la desembocadura del río Odiel: el Caño del Fraile (Aljaraque/Gibraleón, Huelva). In Samuel Melro; Susana Correia (coords.) *Atas do VIII Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular* (Serpa (Portugal) y Aroche (España), 24, 25 y 26 de octubre de 2014). Serpa: Câmara Municipal de Serpa.
- CUENCA SANABRIA, Julio; LUIS ANAYA HERNÁNDEZ, Luis Alberto; BETANCOR RODRÍGUEZ, Antonio; CUENCA SANABRIA, Alejandro; LOBO CABRERA, Manuel; TOLEDO PONCE, Domingo; TORRES PALENZUELA, José A. (1995). La investigación histórico-arqueológica del desaparecido convento de San Francisco de Las Palmas de Gran Canaria. *Investigaciones Arqueológicas*, IV, pp. 9-198.
- DEAGAN, Kathleen (1987). *Artifacts of the Spanish Colonies of Florida and the Caribbean, 1500-1800. Volume I: Ceramics, Glassware, and Beads*. Washington, D.C.: Smithsonian Institution Press.
- DEAGAN, Kathleen; CRUXENT, José María (2002). *Archaeology at La Isabela: America's First European Town*. New Haven: Yale University Press.
- FERNÁNDEZ DE MARCOS GARCÍA, Cristina; BUXEDA I GARRIGÓS, Jaume; AMORES CARREDANO, Fernando (2017). Nuevos datos sobre la producción de cerámica de cocina y de loza basta de Sevilla en los siglos XV-XVI. *SPAL: Revista de prehistoria y arqueología da la Universidad de Sevilla*, 26, pp. 259-282.
- GARCÍA FERNÁNDEZ, Marcos (2010). Excavación solar plaza del Marqués y c/ Burgos y Mazo. Moguer (Huelva). *Anuario Arqueológico de Andalucía 2006*, pp. 2008-2022.
- GARCÍA RINCÓN, José M.; BORJA BARRERA, Francisco; GÓMEZ TOSCANO, Francisco; BELTÁN PINZÓN, José M.; LÓPEZ DOMÍNGUEZ, Miguel A.; BARRAL MUÑOZ M<sup>a</sup> Ángeles; GÓMEZ PONCE, Cinta; PORRAS CREVILLEN, Ana (1997). Excavación arqueológica de urgencia en Casa del Río II (Aljaraque, Huelva). El Corte A. *Anuario Arqueológico de Andalucía 1993*, pp. 272-279.
- GILES PACHECO, Francisco; LÓPEZ AMADOR, Juan José; PÉREZ FERNÁNDEZ, Enrique; RUIZ GIL,

- José Antonio; LAGÓSTENA BARRIOS, Lázaro; TORRES QUIRÓS, José (1995). Arqueología tardorromana y postmedieval en Ganado, 21. *Revista de Historia de El Puerto*, 15, pp.11-51.
- GOGGIN, John M. (1968). *Spanish majolica in the new world. Types of the sixteenth to eighteenth centuries*. New Haven, Connecticut: Yale University Press.
- GUERRERO CHAMERO, Olga; ECHEVARRÍA SÁNCHEZ, Alejandra (2010). Intervención Arqueológica Preventiva en calle Rascón nº 30 de Huelva. *Anuario Arqueológico de Andalucía* 2005, pp. 1708-1712.
- JIMÉNEZ HERNÁNDEZ, Alejandro (2015). La metrología histórica como herramienta para la Arqueología de la Arquitectura. La experiencia en los Reales Alcázares de Sevilla. *Arqueología de la Arquitectura*, 11. C.S.I.C. e022. doi: <http://dx.doi.org/10.3989/arq.arqt.2015.001>
- JIMÉNEZ MAQUEDA, Daniel; JIMÉNEZ MAQUEDA, Laura; MOSULÉN FERNÁNDEZ, Gregorio; SÁNCHEZ LIRANZO, Olga; RODRÍGUEZ CORDONES, Rosario (1999). Génesis y evolución de un arrabal sevillano: La Cestería. *SPAL: Revista de prehistoria y arqueología da la Universidad de Sevilla*, 8, pp. 241-262.
- JIMÉNEZ HERNÁNDEZ, Alejandro (2015). La metrología histórica como herramienta para la Arqueología de la Arquitectura. La experiencia en los Reales Alcázares de Sevilla. *Arqueología de la Arquitectura*, 11. C.S.I.C. e022. doi: <http://dx.doi.org/10.3989/arq.arqt.2015.001>
- LAVADO FLORIDO M.A. (2010). Memoria Preliminar de excavación arqueológica en la Plaza Mayor de Chiclana de la Frontera (Cádiz). *Anuario Arqueológico de Andalucía* 2006, pp. 234-260.
- LISTER, Florence C.; LISTER, Robert H. (1982). Sixteenth century majolica pottery in the valley of Mexico. *Anthropological Papers of the University of Arizon*, 39. Tucson: The University of Arizona Press. pp. 43-81
- LISTER, Florence C.; LISTER, Robert H. (1987). *Andalusian ceramics in Spain and New Spain: A Cultural Register from the Third Century B.C. to 1700*. Tucson: The University of Arizona Press.
- LÓPEZ DOMÍNGUEZ, Miguel Ángel; CASTILLA REYES, Elena; DE HARO ORDÓÑEZ, Jesus (2010). Intervención Arqueológica Preventiva en la calle Berdigón nº 13 de Huelva. *Anuario Arqueológico de Andalucía* 2006, pp. 2095-2111.
- LÓPEZ DOMÍNGUEZ, Miguel Ángel; DE HARO ORDÓÑEZ, Jesus Y.; CASTILLA REYES, Elena (2010). Intervención Arqueológica Preventiva en calle La Fuente nº 20 esquina a calle Almirante Garrocho (Huelva). *Anuario Arqueológico de Andalucía* 2005, pp. 1744-1762.
- LÓPEZ DOMÍNGUEZ, Miguel Ángel; DE HARO ORDÓÑEZ, Jesus (2018). Intervención arqueológica Preventiva en el solar nº 4 de la Plaza de las Monjas de Huelva. *Anuario Arqueológico de Andalucía* 2008, pp. 3159-3168.
- MARKEN Mitchell W. (1994). *Pottery from Spanish Shipwrecks, 1500-1800*. Gainesville: University Press of Florida.
- MARTÍN GÓMEZ, José; CAMPOS JARA, Pedro (1997). El poblado de Casa del Río, Aljaraque (Huelva): su inserción en el proceso de génesis y consolidación de estrategias productoras en el marco del Suroeste peninsular. *Anuario Arqueológico de Andalucía* 1993. Sevilla, III, Actividades de Urgencia, pp. 280-289.
- MERCADO HERVÁS, Laura; PAZ JORVA, Manuel Jesús; MEJÍAS GARCÍA, Juan Carlos (2001). Seguimiento arqueológico de la antigua estación de ferrocarril conocida como "Plaza de Armas", Sevilla. *Anuario Arqueológico de Andalucía* 1998. Sevilla, II. Actividades de Urgencia, Informes y Memorias, pp. 715-721.
- PLEGUEZUELO HERNÁNDEZ, Alfonso (1997). Lozas y azulejos de Sevilla Cerámica de Sevilla (1248-1841). In Trinidad Sánchez-Pacheco (Ed.) *Cerámica Española*. Summa Artis, Historia General del Arte, 42. Madrid: Espasa Libros, S. L., pp. 343-386.
- PLEGUEZUELO, Alfonso; HUARTE, Rosario; SOMÉ, Pilar; OJEDA, Reyes (1997). Cerámicas de la edad moderna (1450-1632). In Miguel Ángel Tabales (Dir.) *El Real Monasterio de San Clemente. Una propuesta arqueológica*. Sevilla: Fundación El Monte, pp. 130-157.
- PLEGUEZUELO HERNÁNDEZ, Alfonso; LAFUENTE, M.P. (1995). Cerámicas de Andalucía Occidental (1.200-1.600). In Christopher M. Gerrard; Alejandra Gutiérrez; Alan G. Vince *Spanish Medieval Ceramics in Spain and the British Isles*. Oxford: BAR International Series, 610, pp. 217-244.

- PLEGUEZUELO, Alfonso; LIBRERO, Antonio; ESPINOSA, María; MORA, Pedro (1999). Loza Quebrada procedente de la Capilla del Colegio-Universidad de Santa María de Jesús (Sevilla). *SPAL: Revista de prehistoria y arqueología da la Universidad de Sevilla*, 8, pp. 263-292.
- RAY, Anthony (1987). Fifteenth century Spanish pottery: the blue and purple family. *The Burlington Magazine*, Vol. 129, No. 1010, A Special Issue on Ceramics and Glass (May 1987), pp. 306-308.
- REDMAN, Charles L. (1986). *Qsar es-Seghir: an archaeological view of medieval life*. Orlando, Florida: Academic Press.
- REDMAN, Charles L.; ANZALONE Ronald D.; RUBERTONE, Patricia E. (1979). Medieval Archaeology at Qsar es-Seghir, Morocco. *Journal of Field Archaeology*, 6 (1), pp. 1-16.
- RUIZ GIL, José Antonio (2010). *Arqueología en la Bahía de Cádiz durante la Edad Moderna*. Huelva: Tesis Doctoral defendida en Julio de 1999 en la Universidad de Huelva. ISBN: 978-84-92944-48-4 D.L.: H 79-2010. 2 vols. Repositorio Institucional de la Universidad de Huelva. <http://hdl.handle.net/10272/2733>
- SÁNCHEZ CORTEGANA, José María (1994). *Arte Hispalense: El oficio de ollero en Sevilla en el siglo XVI*. Sevilla: Diputación Provincial de Sevilla.
- SÁNCHEZ José María (1996). La cerámica exportada a América en el siglo XVI a través de la documentación del Archivo General de Indias. Parte I: Materiales arquitectónicos y contenedores comerciales. Sevilla: *Laboratorio de Arte*, 9, pp. 125-142.
- SÁNCHEZ José María (1998). La cerámica exportada a América en el siglo XVI a través de la documentación del Archivo General de Indias. Parte II: Ajueres domésticos y cerámica cultural y laboral. Sevilla: *Laboratorio de Arte*, 11, pp. 121-133.
- SOSA SUÁREZ, Elena (1999). Las cerámicas del antiguo convento de San Francisco de Las Palmas: un modelo cronológico para el estudio de los yacimientos del archipiélago canario. In *XV Coloquio de Historia Canario-Americana*. Las Palmas de Gran Canaria: Casa de Colón / Cabildo de Gran Canaria, pp. 1999-2021.
- TABALES RODRÍGUEZ, Miguel Ángel (Dir.) (1997). *El Monasterio de San Clemente. Sevilla. Una propuesta arqueológica*. Sevilla: Fundación El Monte.
- TABALES RODRÍGUEZ, Miguel Ángel (2004). Algunas notas sobre fábricas murarias almohades en Sevilla. In Magdalena Valor Piechotta; José Luis Villar Iglesias; José Ramírez del Río (Coords.) *Los Almohades: su patrimonio arquitectónico y arqueológico en el sur de al-Andalus*. Sevilla: Consejería de Relaciones Institucionales, Junta de Andalucía, pp. 75-90.
- TABALES RODRÍGUEZ, Miguel Ángel (Dir.) (1997). *El Monasterio de San Clemente. Sevilla. Una propuesta arqueológica*. Sevilla: Fundación El Monte.
- VARELA GOMES, Mário; VARELA GOMES, Rosa (1987). Cerâmicas vidradas e esmaltadas, dos séculos XIV, XV e XVI, do Poço-cisterna de Silves. In *IV Congresso Internacional A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental (CMMO)*. Lisboa: Campo Arqueológico de Mértola, pp. 457-490.
- VILLADA PAREDES, Fernando; HITA RUIZ, José M.; SUÁREZ PADILLA, José (2010). Vestigios arqueológicos del periodo portugués (1415-1668) en Ceuta. In *Portugal e o Magrebe. Actas do 4.º Colóquio de História Luso-Marroquina*. Lisboa/Braga: CHAM / CITCEM, pp. 131-164.
- VILLEGAS MARTÍN, Juan; MIRA TOSCANO, Antonio (2012). Un despoblado en el Marquesado de Gibraltor: el rincón de San Antón (Siglos XIII-XVII). In Juan Aurelio Pérez Macías; Juan Luis Carriazo Rubio; Beatriz Gavilán Ceballos (Eds.) *Paisajes, Tiempo y Memoria*. Huelva: Publicaciones de la Universidad de Huelva, pp. 159-223.
- ZOZAYA STABEL-HANSEN, Juan (2011). Campana de bronce de Aljaraque (Huelva). In Luis A. García Moreno; Enrique Baquedano; Alfonso Vigil-Escalera Guirado; Manuel Ación Almansa, 711. *Arqueología e Historia entre dos mundos*. Catálogo colectivo de la Exposición homónima. Madrid: Museo Arqueológico Regional, pp. 282-283.

# UMA LIXEIRA DE OUTROS TEMPOS NA RUA DAS CAPACHEIRAS (TAVIRA)

*Recebido: 21 de Abril de 2017 / Aprovado: 29 de Dezembro de 2018*

**Jaquelina Covaneiro<sup>1</sup> e Sandra Cavaco<sup>2</sup>**

Arqueólogas. Município de Tavira.

## **Resumo**

Apresentam-se os dados relativos à escavação de um silo, localizado na Rua das Capacheiras, em Tavira. A informação recolhida permite considerar que, inicialmente, esta estrutura destinava-se ao armazenamento de alimentos. Posteriormente, o silo é desactivado passando a funcionar como lixeira.

**Palavras-chave:** silo; lixeira; cerâmica islâmica.

## **Abstract**

The results of the excavation of a *silo* located on Rua das Capacheiras, Tavira, are presented. The information gathered suggests that this structure was initially used for food storage. Subsequently, the *silo* was deactivated and used as a “refuse dump”.

**Keywords:** *silo*; dumping site; Islamic ceramic.

<sup>1</sup> jcovaneiro@cm-tavira.pt

<sup>2</sup> scavaco@cm-tavira.pt

## 1. Introdução

A escavação arqueológica surge na sequência de uma intervenção preventiva, efectuada no âmbito da requalificação do edifício sito na Rua das Capacheiras, n.º 20.

Os trabalhos arqueológicos revelaram a existência de contextos estratigráficos compatíveis com a sua interpretação como lixeira, resultante do despejo de lixos domésticos.

Os materiais arqueológicos exumados englobam, fundamentalmente, materiais cerâmicos, bastante fragmentados, materiais faunísticos e elementos metálicos.

O estudo das componentes cerâmicas permite considerar que esta estrutura terá sido entulhada num curto espaço de tempo, provavelmente entre os finais da ocupação almóada e os primeiros anos da presença cristã na cidade.

## 2. Localização da intervenção

A Rua das Capacheiras localiza-se na cidade e freguesia de Tavira, no exterior do espaço amuralhado. Esta área é abrangida pela Zona Especial de Protecção às Muralhas e ao Castelo de Tavira.

Em época islâmica as Capacheiras deveriam integrar o arrabalde islâmico (Cavaco e Covaneiro, 2013; Covaneiro e Cavaco, 2017), sendo o acesso ao interior da cidade realizado pela Porta do Postigo que aparece referenciada na *Crónica da Conquista do Algarve* (Agostinho, 1792: 89, 91).

Nos últimos anos têm sido realizadas diversas intervenções arqueológicas na área do Arrabalde Islâmico (Travessa das Olarias, antigo Orfeão de Tavira, Rua Miguel Bombarda, etc.) cujos dados confirmam esta hipótese de trabalho. Após a conquista da cidade por D. Paio Peres Correia, em 1242, o arrabalde transforma-se em mouraria.

Ao longo das centúrias seguintes esta é uma das áreas de expansão urbana da cidade.

## 3. O Contexto arqueológico

### 3.1 O silo

Os silos são estruturas que, originalmente, funcionariam como contentores de bens alimentares, principalmente cereais. Posteriormente, algumas destas estruturas negativas terão sido desactivadas e reutilizadas como local de despejo de lixos domésticos, assumindo a função de lixeiras em contexto secundário.

Regra geral, estas estruturas de armazenamento são escavadas no subsolo, de forma a permitir alcançar uma temperatura estável, favorecendo a boa conservação dos alimentos. É igualmente frequente o revestimento das paredes dos silos (Neto *et al.*, 2008: 108), com o objectivo de proteger o seu conteúdo da humidade, testemunho que não foi identificado no contexto em análise.

Tipologicamente o silo das Capacheiras, escavado no substrato calcário margoso (sobretudo margas amarelas), é caracterizado pela existência de base plana, secção de tendência piriforme e o característico estrangulamento da boca. Apresentava uma profundidade de 1,50m, largura máxima de 1,40m e 0,47m de boca (Fig. 1).

A boca é estreita apresentando-se estruturada por elementos pétreos que funcionavam como tampa e que selavam o conteúdo interior. A presença de tampas nestas estruturas serve também para impedir o acesso dos roedores aos cereais.

A escavação do silo das Capacheiras não permitiu observar a existência de estruturas de apoio e/ou de âmbito habitacional.

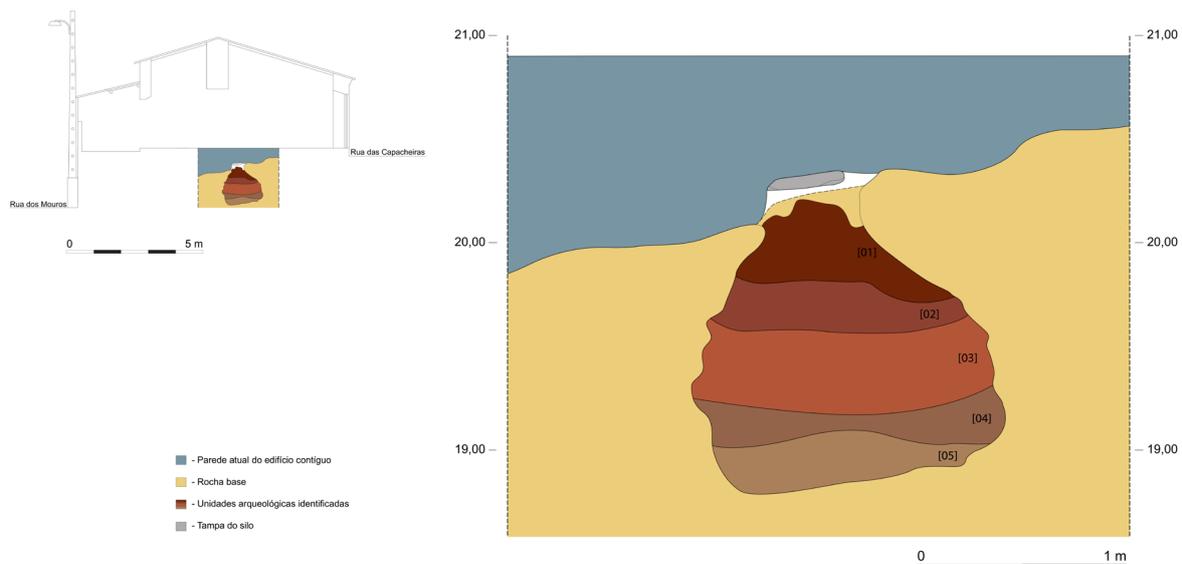


Fig. 1 - Corte estratigráfico do silo da Rua das Capacheiras.

### 3.2 A estratigrafia e a colmatação do silo

A escavação do enchimento do silo revelou a presença de cinco unidades estratigráficas, sendo que a [01] corresponde ao último momento de utilização ou abandono da estrutura.

De um modo geral, as unidades [02], [04] e [05] caracterizavam-se pela presença de sedimentos de granulometria e compactação diversa. Apresentavam pedras, fragmentos de telha e de tijolo, destacando-se a presença acentuada de cinzas e carvões, sendo de realçar a identificação de fauna ictiológica em elevada percentagem na unidade [02].

A unidade [03] apresentava um conjunto assinalável de grandes blocos de pedra, o que nos leva a considerar que este estrato corresponderá a uma tentativa de fecho da estrutura.

## 4. Os materiais arqueológicos

### 4.1 A cerâmica

Do conjunto de espólio arqueológico recolhido durante a escavação, a cerâmica é, sem dúvida, o

mais numeroso. Este facto deve-se, por um lado à sua fragilidade enquanto objecto, e por outro à sua aparente indestrutibilidade, já que é mais resistente que a maioria dos materiais arqueológicos (Orton, Tyers e Vince, 1997: 47).

Foram exumados 315 fragmentos cerâmicos: 289 em cerâmica comum e 26 em cerâmica vidrada.

Após o tratamento, análise e remontagem dos fragmentos cerâmicos, constatou-se que o número de peças completas e/ou com perfil completo é mínimo. Por este facto, optou-se por estudar os 31 recipientes que se apresentavam mais completos.

O seu estudo consistiu na análise da morfologia de cada peça, das características da pasta, bem como das suas técnicas de fabrico e ornamentais. Esta análise seguiu os critérios definidos pelo grupo CIGA – Cerâmica Islâmica do Gharb al-Andalus – (Bugalhão *et al.*, 2010). A distribuição dos recipientes por grupos de formas funcionais teve igualmente em consideração as propostas metodológicas definidas por este grupo de investigação.

A cor das pastas e das superfícies das peças não vidradas foi avaliada através do *Munsell soil color charts*, edição de 2000, e a busca de paralelos

cronológicos e a análise de proveniência tiveram em consideração caracteres morfológicos, tipológicos, cronológicos e ornamentais.

Os restantes 284 fragmentos foram alvo de estudo sumário, tendo sido agrupados de acordo com as suas características. Assim, foram definidos seis grupos de fabrico, independentemente do tipo de cerâmica (cerâmica comum e cerâmica vidrada), tendo por base o tipo de cozedura (oxidante, redutora e mista) e a coloração das pastas no cerne das peças com cozedura oxidante (pastas claras, pastas avermelhadas e acastanhadas). O Fabrico 1 (pastas claras), o Fabrico 2 (pastas avermelhadas) e o Fabrico 3 (pastas acastanhadas) apresentam cozedura oxidante; o Fabrico 4 apresenta cozedura redutora, o Fabrico 5 apresenta cozedura mista e o Fabrico 6 engloba as peças cujos fragmentos não se enquadravam nos restantes fabricos, abrangendo as cozeduras muito irregulares.

Foram ainda contabilizados vários itens, nomeadamente o número de asas (21), bordos (19) e fundos (17) e as cores dos vidrados, tendo-se verificado que prevalecem as peças vidradas a melado (9).

Ainda no que respeita aos fragmentos analisados, constatamos que a cozedura oxidante é a mais frequente (70%), a que se segue a cozedura mista (18%) e a cozedura redutora (5%). No que concerne a coloração das pastas com cozeduras oxidantes, verifica-se o predomínio das pastas avermelhadas (48%) sobre as pastas claras (15%) e acastanhadas (7%).

O Fabrico 2 (pastas avermelhadas com cozedura oxidante) é o mais frequente, estando presente em 137 exemplares, que correspondem a 48% do total da amostra; a que se segue o Fabrico 1 (pastas claras com cozedura oxidante), com um total de 43 exemplares (15% da amostra) e o Fabrico 5 (cozedura mista), utilizado em 18% da amostra (50 exemplares). O Fabrico 3 foi utilizado em 7%

do total da amostra (20 exemplares), o Fabrico 4 (cozedura redutora) está presente em 5% da amostra (15 exemplares) e o Fabrico 6 (19 exemplares) corresponde a 7% da amostra.

#### 4.1.2. As formas, as funções e os usos

As cerâmicas individualizadas foram agrupadas pelas funções aproximadas a que se destinavam, tendo sido utilizadas as formas funcionais definidas pelo grupo CIGA: “armazenamento e transporte”; “louça de cozinha”; “louça de mesa”; “objectos de iluminação”; “objectos de uso doméstico”; “objectos de uso agrícola e artesanal”; “objectos de uso lúdico e ritual” e “material de construção” (Bugalhão *et al.*, 2010: 460).

A louça de cozinha e de mesa totalizam 58% das cerâmicas individualizadas, os objectos relacionados com o armazenamento e transporte perfazem 16% da amostra, os objectos de iluminação respeitam 3%, enquanto 13% dizem respeito aos objectos de uso doméstico indeterminado e 10% correspondem a objectos indeterminados.

##### 4.1.2.1. Armazenamento e transporte

Nesta forma funcional inclui-se o cântaro, o cantil, o pote, a talha e seu suporte, a tampa e a forma indeterminada (Bugalhão *et al.*, 2010: 460). Com excepção do suporte e da tampa da talha, estes objectos destinam-se ao armazenamento de alimentos e/ou líquidos (cântaro, pote, talha), bem como ao seu transporte (cântaro, cantil).

##### Cântaro

Os cântaros correspondem a formas fechadas, com corpo ovóide, boca estreita (para que o líquido não verta) e asas para facilitar o manuseamento. A

sua média dimensão torna-os aptos ao transporte e, eventualmente, ao armazenamento de água (Torres, Gómez Martínez e Ferreira, 2003: 127).

A amostra é composta por quatro cântaros sendo um dos exemplares incluído no Fabrico 1 e os

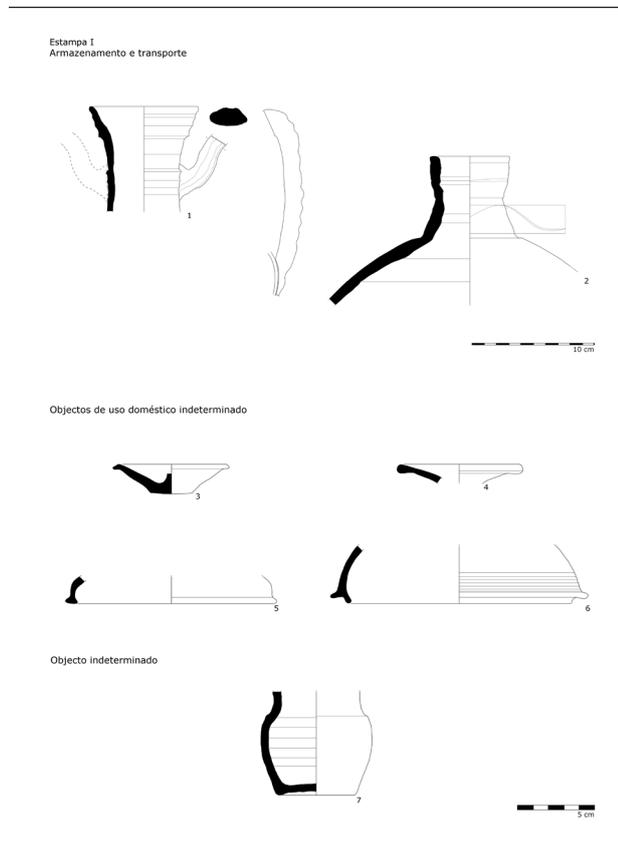


Fig. 2 - Louça de armazenamento e transporte (peças 1 e 2); objectos de uso indeterminado (peças 3 a 6) e objeto indeterminado (peça 7).



Fig. 3 - Cântaro com pintura a vermelho.

restantes três no Fabrico 2 (Fig. 2, n.º 1 e 2). Do ponto de vista morfológico apresentam lábio plano (1), afilado (1) e triangular (1), colo troncocónico recto (1) e troncocónico curvo (2). No que concerne o acabamento das superfícies verificamos que todos os exemplares apresentam engobe/aguada na superfície interna. A superfície externa exhibe engobe/aguada de coloração amarela (1), vermelha (1) e castanha (1).

Do ponto de vista ornamental, todos os exemplares apresentam ornamentação, estando presentes as caneluras (3), a incisão (1), a digitação (1) e a pintura a vermelho (1) (Fig. 3).

## Talha

A talha consiste numa forma fechada, de grandes dimensões, com corpo ovóide que poderia ter, ou não, asas. De um modo geral, estes recipientes eram utilizados na contenção de alimentos sólidos e líquidos, estando destinados a permanecer imóveis, na dispensa da casa ou nas imediações do pátio, sob um pequeno alpendre (Torres, Gómez Martínez e Ferreira, 2003: 127).

O exemplar de talha identificado na nossa amostra encontra-se representado por parte do colo e uma porção do corpo. O acabamento da superfície interna é conseguido pelo recurso a engobe/aguada, de coloração amarela pálida. Na superfície externa este é alcançado mediante a utilização alternada de vidrado verde e de engobe/aguada de coloração amarela pálida.

No que respeita à sua ornamentação, observa-se a presença de estampilhas, dispostas em fiadas alternadas, com motivos diversos (Fig. 4). Neste capítulo, registamos a presença de motivos fitomórficos (amêndoas e palmetas), de um Cordão da Eternidade e de motivo epigráfico que representa o *al-yumn* (“a felicidade”).



Fig. 4 - Talha vidrada a verde com estampilha.

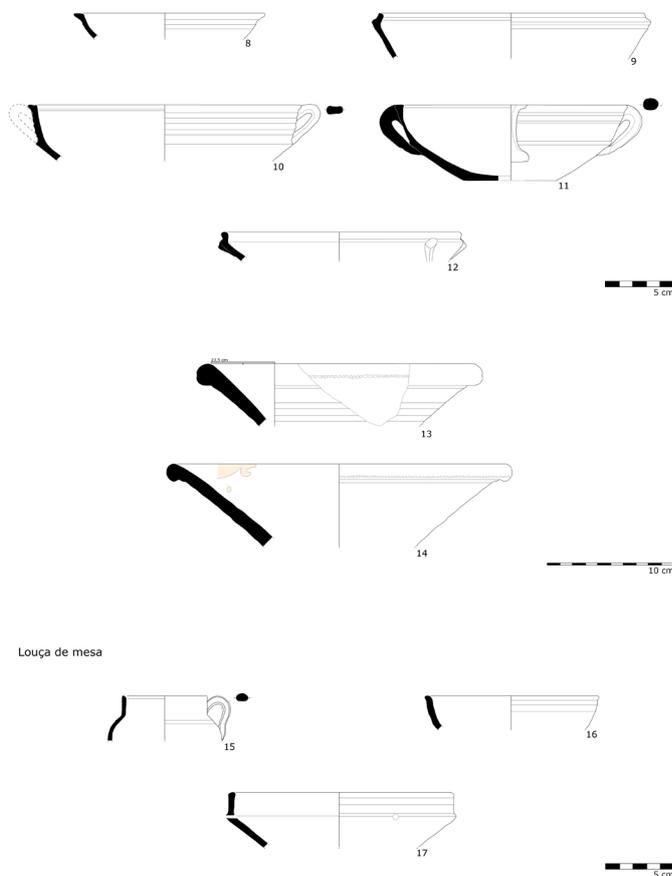


Fig. 5 - Louça de cozinha (peças 1 a 14) e louça de mesa (peças 15 a 17).

#### 4.1.2.2. Louça de cozinha

Nesta forma funcional integra-se o alguidar, o almofariz, a caçoila, o fogareiro, o funil, a panela e a forma indeterminada (Bugalhão *et al.*, 2010: 460). Estes objectos podem apresentar formas abertas ou fechadas, de tamanho pequeno ou médio, sendo a sua capacidade ajustável à quantidade de comida que se pretendia preparar (Gómez Martínez, 2006: 314).

#### Alguidar

O alguidar consiste num grande recipiente aberto, mais largo do que alto, de corpo normalmente troncocónico invertido ou cilíndrico e base plana, de menor diâmetro do que o bordo, habitualmente arredondado para facilitar o seu manuseamento (Torres, Gómez Martínez e Ferreira, 2003: 128).

Estes objectos eram utilizados em diversas tarefas (amassar o pão, preparar alimentos, cuidados de higiene pessoal...), funções que justificam a diversidade de tamanhos, morfologias e acabamentos.

Os alguidares estão representados na amostra por quatro exemplares, sendo um integrável no Fabrico 1, um no Fabrico 2 e dois no Fabrico 3. Os alguidares em análise mostram lábio com espessamento. No que concerne o acabamento das superfícies, a superfície interna de todas as peças apresenta-se brunida sobre engobe/aguada de coloração rosa (1), vermelha (1) ou amarela (1). A superfície externa apenas apresenta engobe/aguada de coloração rosa (1), amarela (2) e vermelha (1).

Dois dos alguidares apresentam incisão de corda no lábio (Fig. 5, nº 13 e 14), verificando-se a presença num dos exemplares

de pintura a branco no interior, desenhando um motivo indeterminado no lábio.

### Caçoila

A caçoila é uma forma aberta, caracterizada pelas suas paredes baixas, normalmente verticais, formando um corpo mais largo que alto, de tendência cilíndrica ou troncocónica invertida, possuindo boca larga, com lábio afeiçãoado e base convexa ou plana (Torres, Gómez Martínez e Ferreira, 2003: 127; Gómez Martínez, 2006: 326).

A partir do século XII algumas formas apresentam-se vidradas, facilitando a sua limpeza e auxiliando na preservação dos alimentos, já que o vidrado evita a sua alteração pelo contacto com o barro (Gómez Martínez, 2006: 514-515). No período almóada são introduzidas as caçoilas de *costillas*, que desaparecem com a reconquista. Estas são caracterizadas pela presença de aplicações plásticas longitudinais paralelas, que representam uma inovação tecnológica, ao reforçarem a estrutura da caçoila, ao mesmo tempo que irradiam calor (Cavilla Sánchez-Molero, 2005: 338; Gómez Martínez, 2006: 550).

No conjunto da amostra foram identificadas sete caçoilas (Fig. 5, nº 8 a 12), sendo duas caçoilas de *costillas* (Fig. 5, nº 11 e 12). Uma das caçoilas de *costillas* mostra um espaço reduzido entre cada aplicação plástica, característica que nos aponta para uma produção de finais da época almóada.

Do ponto de vista morfológico as caçoilas mostram lábio arredondado (3), plano (2) e com depressão para tampa (1), corpo troncocónico invertido (4), carena alta (1) e média marcada (1) e base plana (1).

As superfícies mostram engobe/aguada em ambas as faces, não tendo sido possível determinar a sua coloração, em função das alterações registadas em

ambas as superfícies. As duas caçoilas de *costillas* mostram as superfícies vidradas a melado.

### Panela

A panela estaria entre as formas mais utilizadas no quotidiano culinário, consistindo numa forma globular fechada, com uma ou duas asas (para facilitar o manuseamento) e colo diferenciado e encimado por uma “*boca de tamanho médio que podia ser facilmente tapada*” (Torres, Gómez Martínez e Ferreira, 2003: 127). À semelhança das caçoilas, esta forma seria utilizada sobre brasas ou sobre o fogo directo de lareiras, podendo ser utilizadas sobre fogareiros ou ir ao forno. Eram usadas para cozeduras mais demoradas, nomeadamente a confecção de legumes, guisados e caldos.

No conjunto da amostra apenas identificamos uma panela, caracterizada por lábio arredondado, colo cilíndrico curvo e corpo globular. Apresenta ambas as superfícies com engobe/aguada, não tendo sido possível determinar a sua coloração.

#### 4.1.2.3. Louça de mesa

A louça de mesa apresenta maior diversidade formal, sendo mais cuidada que a louça de cozinha e frequentemente vidrada, sendo constituída por recipientes com dimensão suficiente que permitisse que toda a família se servisse do mesmo. Somente a partir do século XI surgem objectos de uso individual, nomeadamente, copos e jarrinhas de duas asas.

Integram-se nesta forma funcional a bilha, o copo, a garrafa, a jarra, o jarro, o púcaro, o prato, a taça, a terrina, a tigela e a forma indeterminada (Bugalhão *et al.*, 2010: 460-461).

## Púcaro

O púcaro consiste num jarro de dimensão inferior a 10 cm de altura, apresentando uma forma de tendência globular, colo diferenciado e uma única asa (Bugalhão *et al.*, 2010: 461).

A amostra é composta por um único exemplar que apresenta lábio afilado, bordo vertical, colo cilíndrico recto e corpo globular (Fig. 5, nº 15). As superfícies mostram engobe/aguada de coloração vermelha e a ornamentação da peça é composta por uma canelura disposta no corpo da peça.

## Tigela

A tigela é, genericamente, uma forma aberta para serviço de alimentos sólidos (mas também líquidos), com corpo semiesférico ou cilíndrico e de tamanho variável (Torres, Gómez Martínez e Ferreira, 2003: 132).

As cinco tigelas da nossa amostra (Fig. 5, nº 16 e 17) são todas em cerâmica vidrada, apresentando lábio arredondado (2) e biselado (1), bordo extrovertido (1), introvertido (1) e vertical (1), corpo troncocónico invertido (1), carena alta marcada (1) e pé anelar (1).

Quatro tigelas apresentam ambas as superfícies vidradas a melado (4) e uma mostra vidrado verde. A ornamentação destes exemplares é escassa, estando presente a incisão (2), traços pintados a manganês (1) e estampilhas (1) de motivo indeterminado.

### 4.1.2.4. Objectos de iluminação

Os objectos de iluminação serviam para alumiar a casa, sendo o azeite o combustível de eleição, obviamente o de pior qualidade, produzindo uma luminosidade clara e duradoura, sendo

adicionados grãos de sal grosso ao azeite para absorver o excesso de água, criando uma luz mais nítida (Zozaya Stabel-Hansen, 2007: 125).

Esta forma funcional integra a candeia, a candeia de pé candil, a lanterna e a forma indeterminada (Bugalhão *et al.*, 2010: 461).

## Candeia

A candeia é um objecto com corpo cilíndrico achatado e um pequeno bico, onde era ateadado o pavio, conhecendo-se exemplares que apresentam uma pequena asa que, partindo da base, assenta no bordo (Torres, Gómez Martínez e Ferreira, 2003: 129). A utilização das candeias perdura, pelo menos, até ao final da Idade Média, ainda que sem o vidro que caracteriza muitos dos exemplares de época almóada (Gonçalves, Pires e Mendonça, 2007: 645).

O único exemplar da nossa amostra mostra ambas as superfícies vidradas a melado, verificando-se que o bico evidencia marcas de utilização.

### 4.1.2.5. Objectos de uso doméstico indeterminado

Nesta categoria funcional integram-se cinco variantes: bacio, braseiro, mealheiro, tampa e forma indeterminada (Bugalhão *et al.*, 2010: 461).

## Tampa

As tampas destinavam-se a cobrir as bocas de recipientes, sobretudo, de cozinha (panelas e caçoilas) ou de mesa (tigelas), podendo também ser utilizadas para cobrir recipientes relacionados com o armazenamento e transporte de alimentos (talhas e potes), ou vasilhas de uso artesanal, etc. Apresentam uma forma sensivelmente achatada,

podendo ter uma pequena pega no centro (Torres, Gómez Martínez e Ferreira, 2003: 133).

A amostra é composta por quatro exemplares de tampa (Fig. 2, nº 3 a 6), estando presentes exemplares de lábio arredondado (3) e plano (1), corpo troncocónico invertido (3) e em calote esférica (1), carena baixa suave (1) e base convexa (1). Em apenas uma peça é visível pega central em botão.

A impermeabilização é conseguida mediante a aplicação de engobe/aguada em ambas as superfícies: a superfície interna mostra coloração rosa (1), vermelha (2) e preta (1) e a externa coloração rosa (1), amarela (1), castanha (1) e preta (1). Apenas um exemplar mostra canelura, disposta ao longo do corpo.

#### 4.1.2.6. Indeterminados

Foram ainda individualizadas três peças cujo estado de preservação não permitiu a identificação da função (Fig. 2, nº 7).

#### 4.1.3. Considerações finais

As cerâmicas recolhidas no interior do silo das Capacheiras apresentam uma relativa variedade tipológica, prevalecendo as peças de cerâmica comum. As peças vidradas apresentam coloração, maioritariamente, melada, sendo que apenas três peças revelam cor verde (duas tigelas e uma talha) e branco rosado (uma tigela). De um modo geral, estas cerâmicas caracterizam-se, fundamentalmente, por cozeduras oxidantes e pastas vermelha/laranja, definindo um conjunto uniforme e “um mesmo ar de família”.

Tendo em conta o estudo efectuado verificamos que as cerâmicas do silo das Capacheiras apresentam paralelos formais em materiais cerâmicos provenientes de contextos arqueológicos centrados

entre os séculos XII e XIII, nomeadamente no arrabalde da Bela Fria (Cavaco, 2011), em Faro (Paulo, 2000), na Cerca do Convento de Loulé (Luzia, 2003), no Castelo de Paderne (Catarino, 1993) e em Mértola (Gómez Martínez, 2014), entre outros.

## 4.2 Recursos terrestres

### 4.2.1 Fauna Mamalógica

#### 4.2.1.1 Aspectos metodológicos

O estudo faunístico procurou efectuar a análise taxonómica e anatómica dos restos ósseos recolhidos no interior do silo das Capacheiras, tendo por base um conjunto diversificado de documentação metodológica (Schmid, 1972; Barone, 1976; Payne, 1985).

Considerando que não foram recolhidos elementos dentários, foi tido em consideração o estado de ligação das epífises às diáfises dos ossos longos, na determinação da idade à morte, com base nos trabalhos de Chaix e Méniel (2001), Davis (1989) e Reitz e Wing (1999). Atendendo aos dados obtidos, foram estabelecidos cinco grupos etários (infantil, juvenil, sub-adulto, adulto e senil), de acordo com o definido por Letow-Vorbeck (1998).

As marcas antrópicas seguiram o trabalho de Gautier (1987). Os parâmetros osteométricos foram os definidos por von den Driesch (1976) e Desse *et al.* (1986), e por Davis (1996) e Bartosiewicz, Neer e Lentacker (1993) para medidas específicas. Todas as medidas foram obtidas mediante o uso de craveira manual e expressas em milímetros (Fig. 6).

Todos os restos ósseos foram contabilizados. Relativamente às costelas, vértebras e ossos longos optou-se pela sua inclusão nos restos

U E	Espécie	Elemento	Lado axial	Fus.	Bd	BG	Bp	BPC	BT	DI	GB	GL	GLC	GLI	GLm	GLP	HS	LAR	Ld	SD	SDO	SH
04	BOS	Úmero	Direito	NF	76				63													
04	BOS	Cúbito	Indeterminado	F																		
04	BOS	Tíbia	Esquerdo	NF																		
04	BOS	Fémur	Indeterminado	NF																		
03	S	Astrágalo	Esquerdo	NF	23					21				37	34							
03	S	Calcâneo	Esquerdo	NF																		
01	S	Rótula	Indeterminado	F								22	14									
01	OVA	Rádio	Direito	F			36															
01	OVA	Cúbito	Direito	F																	22	
02	OVA	Rótula	Indeterminado	F						20	32											
05	OVA	Semi-lunar	Indeterminado	F																		
03	ORC	Pélvis	Esquerdo	NF								59						7				4
02	ORC	Úmero	Direito	NF	7				6												3	
05	ORC	Cúbito	Esquerdo	F				5													3	6
05	ORC	Cúbito	Direito	F				5													3	6
01	ORC	Escápula	Esquerdo	F		6										7	51		29			
01	ORC	Fémur	Indeterminado	F	11																	
05	ORC	Pélvis	Esquerdo	F																		9

Fig. 6 - Representação anatómica dos restos de mamíferos identificados e respectivas medidas, expressas em mm. (BOS – *Bos taurus*; S – *Sus sp.*; OVA – *Ovis capra* e *Ovis aries*; ORC – *Oryctolagus cuniculus*; F – Fusionado; NF – Não Fusionado).

indeterminados (ND), tendo-se procedido à sua classificação por classe de tamanho (Uerpmann, 1973: 309).

Relativamente à quantificação faunística foi considerado o Número de Restos Indeterminado (ND), o Número de Restos Determinados Anatômica e Taxonomicamente (NRDt) e o Número Mínimo de Indivíduos (NMI).

#### 4.2.1.2 Identificação e espécies presentes na amostra

O estudo dos restos faunísticos permitiu contabilizar 70 Restos Indeterminados (ND) e 19 Restos Determinados Anatômica e Taxonomicamente (NRDt), num universo de 89 restos (NTR).

Os animais de médio porte (ovicaprídeos e suídeos) representam 37% do total dos restos determinados. O grupo dos animais de grande porte encontra-se representado pelos bovinos (21%),

identificado em quatro restos. O coelho (42%) é representativo dos animais de pequeno porte.

#### Boi (*Bos taurus*)

Foram identificados quatro restos desta espécie, tendo-se verificado a presença de ossos não fusionados, o que indicia a presença de animais subadultos.

As marcas antrópicas observadas concentram-se nas epífises, pelo que é possível relacioná-las com o desmembramento da carcaça.

#### Ovelha (*Ovis aries*) e cabra (*Capra hircus*)

Identificaram-se quatro restos de ovicaprinos, verificando-se que os elementos se encontram fusionados, pelo que consideramos a sua pertença a animais adultos.

No que respeita as modificações sofridas pelos restos ósseos confirmou-se a existência de ossos com modificações originadas por carnívoros, bem como marcas antrópicas derivadas do processamento e consumo das carcaças.

### Porco (*Sus sp.*)

No conjunto da amostra identificaram-se três restos de porco, sendo observável a presença de ossos por fusionar, o que indicia estarmos na presença de animais subadultos.

### Coelho (*Oryctolagus cuniculus*)

Registaram-se oito restos desta espécie pertencentes maioritariamente a indivíduos adultos.

#### 4.2.1.3. Estado de conservação da amostra

De um modo geral, a amostra revela diminuta alteração da superfície óssea, bem como escassas modificações originadas por animais, havendo apenas um caso da actividade de carnívoro, provavelmente cão. No entanto, não foram recolhidos restos desta espécie.

Alguns dos elementos apresentam marcas antrópicas derivadas do processamento e consumo das carcaças. As marcas são finas e estão localizadas na articulação distal dos elementos (Fig. 7). Registaram-se, igualmente, marcas de corte mais grosseiras, provocadas por cutelos, em especial nas vértebras.

Ainda no que respeita os aspectos tafonómicos, salienta-se o reduzido número de restos que indicem alteração pelo fogo.

Do ponto de vista tafonómico, verificamos que os restos ósseos apresentam um índice de alteração

reduzida, que poderá relacionar-se com a colocação dos restos em lixeiras, pouco tempo após o seu consumo.



Fig. 7 - Osso longo de ovicaprino com marcas de corte.

#### 4.2.1.4. Considerações finais

O número de restos da amostra é manifestamente reduzido. No entanto, este conjunto constitui uma valiosa contribuição para o conhecimento das espécies animais e hábitos alimentares de uma comunidade urbana do século XIII.

O estudo dos restos ósseos revelou a presença de animais domésticos (ovinos e/ou caprinos e bovinos) que deveriam constituir a principal fonte de abastecimento de carne da população.

A presença de elementos fusionados e/ou por fusionar permite equacionar a existência de uma exploração diversificada dos recursos. É possível que os animais fossem abatidos quando atingiam o seu tamanho máximo, para obtenção de carne, ou mantidos até mais velhos, para obter produtos secundários como a lã ou o leite.

Embora estejamos perante uma amostra reduzida, e o registo de marcas de corte ser escasso, os dados recolhidos levam-nos a admitir que os restos faunísticos analisados resultam do consumo alimentar.

### 4.3. Outras representações faunísticas

Além das espécies faunísticas enunciadas nos pontos anteriores, regista-se a presença de gastrópodes, de pequenos mamíferos e de aves (p. ex. galináceos). Ainda no que concerne as aves (Fig. 8) destacamos o número elevado de elementos, comparativamente a outras espécies, bem como a presença de restos de cascas de ovo.



Fig. 8 - Restos de ossos de aves.

### 4.4. Recursos marinhos

A fauna marinha encontra-se representada pelos peixes e pelos moluscos. No que concerne os restos ósseos de peixes é de mencionar que estes aguardam um estudo mais aprofundado. Contudo, registamos a presença de indivíduos da família *sparidae*.

Os moluscos encontram-se escassamente representados na amostra. Contudo, foram identificadas diversas espécies, nomeadamente a amêijoia boa (*Venerupis decussata*), a vieira (*Pecten maximus*), o berbigão (*Cerastoderma edule*), o berbigão de bicos (*Acanthocardia tuberculata*), o mexilhão (*Mytilus edulis*), a ameijola (*Callista chione*) e a castanhola (*Glycymeris violacescens*).

No que respeita os moluscos, e pese embora a sua escassa representatividade, pensamos ser possível que estes tenham sido incorporados na dieta

alimentar desta comunidade. Em intervenções arqueológicas realizadas no sul de Portugal, como Silves (Davis, Gonçalves e Gabriel, 2008), Ribat da Arrifana (Callapez, 2007) ou Salir (Martins, 2013), foram reconhecidas algumas das espécies presentes na nossa amostra, estando estas relacionadas com o consumo alimentar dessas comunidades.

De um modo geral, as espécies que integram a nossa amostra podem, ainda hoje, ser encontradas na facha litoral portuguesa, nomeadamente na Ria Formosa e na Ria de Alvor, bem como nas embocaduras dos rios Guadiana e Arade.

### 4.5. Frutos e sementes

A elevada presença de materiais arqueobotânicos nas unidades [02], [04] e [05] levou à recolha de amostras de sedimento dos contextos estratigráficos enunciados. Contudo, apenas o estudo carpológico nos poderá fornecer informações concretas quanto às espécies presentes nas amostras recolhidas.

Com este objectivo, parte dos sedimentos escavados foi alvo de flutuação manual simples, efectuada no Gabinete de Arqueologia Municipal. Uma análise preliminar permite considerar a presença de sementes de figo e de uva, entre outros (Fig. 9).



Fig. 9 - Materiais orgânicos.

Em virtude da recolha e acondicionamento dos restos carpológicos foi possível fornecer uma amostra de grainhas de uva para estudo, do qual aguardamos as conclusões.

#### 4.6. Osso Trabalhado

Neste contexto foram ainda recolhidos três cossoiros em osso trabalhado. Este tipo de objecto encontra-se relacionado com a actividade de fiação e tecelagem, destinando-se a ser colocados na parte inferior do fuso, como remate. Deste modo, o cossoiro dava o equilíbrio necessário, servindo de volante, mantendo e prolongando o movimento rotativo que a mão da fiandeira lhe imprimia.

Dois dos cossoiros apresentam forma cónica, orifício central cilíndrico definido por uma moldura saliente, superfícies polidas, sem decoração e base plana. O terceiro exemplar mostra forma discóide, orifício central cilíndrico, superfícies polidas, sem decoração e base plana (Fig. 10).

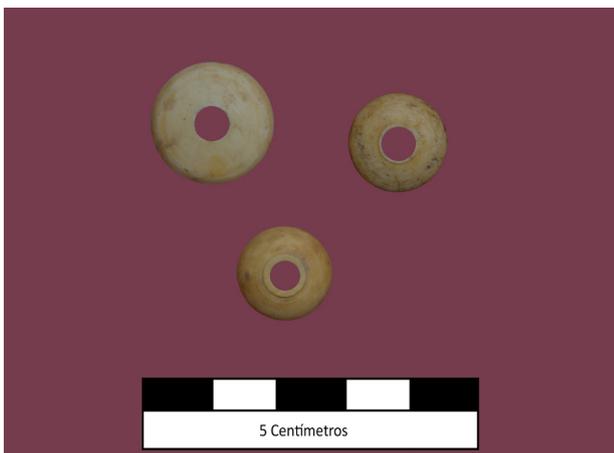


Fig. 10 - Cossoiros em osso trabalhado.

#### 4.7. Metais

##### 4.7.1. Pregos e cavilhas

A amostra é composta por um número residual de objectos produzidos em metal ferroso. Foram

identificados três pregos, quatro cavilhas, três restos de escória e dois objectos indeterminados.

##### 4.7.2. Moedas e outros

Entre os objectos em metal não ferroso destaca-se a recolha de seis moedas e um objecto indeterminado.

O estudo das moedas permitiu a identificação de dois tipos de numisma, dois deles são enquadráveis no tipo *dinheiro*, sendo que o terceiro é de cronologia tardo-romana.

Os numismas classificados como dinheiros são de cunhagens da primeira dinastia portuguesa, tendo sido cunhados em bolhão (liga de cobre e prata), não tendo sido possível identificar o monarca responsável pela emissão destes numismas. Contudo, foi atribuído um intervalo de cunhagem de D. Dinis a D. Pedro I. Pese embora o intervalo de tempo fornecido por estes dois numismas, é possível considerar a hipótese de este espaço de despejo ter sido utilizado, enquanto lixeira, até finais do século XIV.

A moeda de cronologia tardo-romana mostra no anverso o busto do imperador e, no reverso, duas Vitórias de pé, afrontadas, usando coroa e palma. Tendo em conta o tipo do reverso, este numisma terá sido cunhado entre 342-348 d.C., enquanto Flavius Iulius Constans, conhecido como Constante I, era imperador.

A identificação deste último numisma, num dos contextos do silo, não encontra uma explicação evidente, dado que até ao momento não foram encontrados indícios da presença romana no espaço ocupado pela cidade.

#### 5. Conclusões

A escavação do silo das Capacheiras possibilitou observar que esta estrutura terá tido como função

primária o armazenamento de produtos alimentares, provavelmente cereais. Após algum tempo, esta estrutura passou a ser utilizada como espaço de despejo de lixos domésticos, não tendo sido possível avaliar o tempo decorrido entre esses dois momentos funcionais.

Em Tavira, inseridos em cronologias de época medieval islâmica, foram reconhecidas algumas estruturas de armazenamento (Rio, 2006; Pinto e Simão, 2009; Filipe, 2011; Dinis, Covaneiro e Cavaco, 2012; Mateus, 2013; Covaneiro e Cavaco, 2016) escavadas no substrato geológico. À semelhança do que ocorre com o silo das Capacheiras, verifica-se um abandono destas estruturas e um reaproveitamento posterior enquanto lixeira.

Os dados disponíveis até ao momento não permitem concluir se este silo integraria, ou não, o celeiro da cidade em época islâmica, possivelmente situado nas imediações da porta da Alfeiçã (Cavaco e Covaneiro, 2013: 428), ou se estaria integrado numa estrutura habitacional familiar. No entanto, a localização da área intervencionada, as características do espólio exumado e o reduzido número de peças identificadas, levam-nos a considerar a pertença a um pequeno núcleo familiar.

Os materiais exumados do silo das Capacheiras são vários, verificando-se a prevalência dos materiais cerâmicos e faunísticos. A análise dos restos faunísticos fornece informação relevante quanto à dieta alimentar do grupo ou comunidade que utilizou este espaço, facultando-nos dados relativos ao aproveitamento dos ecossistemas que circundam a cidade de Tavira.

No que concerne os materiais cerâmicos podemos constatar que estes são inclusos em cronologias de finais do século XII/inícios do século XIII, com paralelos em vários sítios arqueológicos do sul de Portugal (Cacela Velha, Faro, Loulé, Paderne, entre outros).

## Bibliografia

- AGOSTINHO, Frei João de Santo (1792). Memoria sobre huma Chronica inedita da Conquista do Algarve. In *Memorias de Litteratura Portuguesa*, 1. Lisboa: Academia Real das Sciencias, pp. 74-97.
- BARONE, Robert (1976). *Anatomie comparée des mammifères domestiques*. Tome Premier. Ostéologie. Paris: Vigot Frères Éditeurs.
- BARTOSIEWICZ, László; NEER, Wim Van; LENTACKER, An (1993). Metapodial asymmetry in draft cattle. *International Journal of Osteoarchaeology*, 3, pp. 69-75.
- BUGALHÃO, Jacinta; CATARINO, Helena; CAVACO, Sandra; COVANEIRO, Jaquelina; FERNANDES, Isabel Cristina; GOMES, Ana; GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana; GONÇALVES, Maria José; GRANGÉ, Mathieu; INÁCIO, Isabel; LOPES, Gonçalo; SANTOS, Constança (2010). Projecto de sistematização para a cerâmica islâmica do Gharb al-Ándalus. *Actas do 7.º Encontro de Arqueologia do Algarve. Xelb*, 10, pp. 455-476.
- CALLAPEZ, Pedro (2007). Fauna malacológica do ribãt da Arrifana - Análise preliminar. In *Ribãt da Arrifana: Cultura material e espiritualidade*. Aljezur: Município de Aljezur, pp. 87-90.
- CATARINO, Helena (1993). O castelo de Paderne (Albufeira). Resultados da primeira intervenção arqueológica. *Arqueologia Medieval*, 3, pp. 73-87.
- CAVACO, Sandra (2011). *O arrabalde da Bela Fria: contributos para o estudo da Tavira islâmica*. Dissertação de mestrado em Portugal Islâmico e o Mediterrâneo. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Universidade do Algarve. Disponível em <http://hdl.handle.net/10400.1/3109>.
- CAVACO, Sandra; COVANEIRO, Jaquelina (2013). O castelo e o povoado de Tavira. Traços evolutivos do islâmico ao cristão. In Isabel Cristina Ferreira Fernandes (coord.) *Fortificações e território na Península Ibérica e no Magreb (séculos VI a XVI)*, vol. 1. Lisboa: Edições Colibri, Campo Arqueológico de Mértola, pp. 427-434.
- CAVILLA SÁNCHEZ-MOLERO, Francisco (2005). *La cerámica almohade de la isla de Cádiz (Yazīrat Qādiz)*. Cádiz: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cádiz.

- CHAIX, Louis e MÉNIEL, Patrice (2001). *Archéozoologie. Les animaux et l'archéologie*. Paris: Éditions Errance.
- COVANEIRO, Jaquelina; CAVACO, Sandra (2016). *Relatório Final dos Trabalhos Arqueológicos. Claustro do Convento de Nossa Senhora da Graça (Tavira)*. Tavira. Exemplar policopiado.
- COVANEIRO, Jaquelina; CAVACO, Sandra (2017). Evolução do espaço urbano da cidade de Tavira: resultados preliminares. *Scientia Antiquitatis*, Vol. 1, nº 2: *Actas do III Congresso Internacional de Arqueologia de Transição - Estratégias de Povoamento: do Período Romano ao Mundo Contemporâneo*, pp. 219-242.
- DAVIS, Simon (1996). Measurements of a group of adult female shetland sheep skeletons from a single flock: a baseline for zooarchaeologists. *Journal of Archaeological Science*, 23, pp. 593-612.
- DAVIS, Simon (1989). *La Arqueología de los animales*. Barcelona: Ediciones Bellaterra.
- DAVIS, Simon; GONÇALVES, Maria José; GABRIEL, Sónia (2008). Animal remains from a Moslem period (12th/13th century AD) *lixreira* (garbage dump) in Silves, Algarve, Portugal. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 11:1, pp. 183-258.
- DESSE, Jean; CHAIX, Louis e DESSE-BERSET, Nathalie (1986). *Ostéo. Base-Réseau de données ostéométriques pour l'Archéozoologie*. Paris: CNRS.
- DINIS, Tânia; COVANEIRO, Jaquelina; CAVACO, Sandra (2012). Formas de cerâmica almóada provenientes do Convento da Graça (Tavira). *Arqueologia Medieval*, 12, pp. 169-177.
- DRIESCH, Angela von den (1976). *A guide to the measurement of animal bones from archaeological sites*. Peabody Museum Bulletin, 1. Cambridge Mass: Harvard University.
- FILIFE, Victor (2011). *Escavação e acompanhamento arqueológicos. Alteração em prédio – Centro de dia, Avenida Dr. Mateus Teixeira de Azevedo, n.º 1 (Tavira)*. *Relatório Final*. Exemplar policopiado.
- GAUTIER, Achilles (1987). Thaphonomic groups: How and Why? *Archaeozoologia*, 1:2, pp. 47-52.
- GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana (2006). *La cerámica islámica de Mértola: Producción y comercio*. Tesis Doctoral. Madrid. Universidad Complutense de Madrid. Disponível em <http://www.ucm.es>
- GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana (2014). *Cerámica Islámica de Mértola*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.
- GONÇALVES, Maria José; PIRES, Alexandra; MENDONÇA, Carolina (2007). Evolução Tipológica de um Conjunto de Utensílios de Iluminação de um Arrabalde Islâmico de Silves. *Vipasca Arqueologia e História*, Série 2:2, pp. 643-653.
- LETOW-VORBECK, Corina Liesau von (1998). El Soto de Medinilla: faunas de mamíferos de la Edad del Hierro en el valle del Duero (Valadollid, España). *Archeofauna*, 7, pp. 17-166.
- LUZIA, Isabel (2003). *Cerâmicas islâmicas da Cerca do Convento de Loulé*. Loulé: Câmara Municipal de Loulé.
- MARTINS, Sónia Cristina Leandro (2013). *Estudo arqueofaunístico do Castelo de Salir (Loulé). Contribuição para o conhecimento da dieta alimentar islâmica*. Trabalho de Mestrado apresentado à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve.
- MATEUS, Brígida (2013). *Relatório da Horta dos Mouros. Calçada D. Ana n.º 26 (Tavira)*. Exemplar policopiado.
- NETO, Nuno; REBELO, Paulo; SANTOS, Raquel; FONTES, Tiago (2008). Silos islâmicos de Caparide (Cascais): análise estrutural. *Arqueologia Medieval*, 10, pp. 105-111.
- ORTON, Clive; TYERS, Paul; VINCE, Alan (1997). *La cerámica en arqueología*. Barcelona: Crítica.
- PAULO, Dália (2000). *A Casa Islâmica*. Faro: Câmara Municipal de Faro.
- PAYNE, Sebastián (1985). Morphological distinction between the mandibular teeth of young sheep, Ovis and goats Capra. *Journal of Archaeological Science*, 12, pp. 139-147.
- PINTO, Marina; SIMÃO, Inês (2009). *Sondagens Arqueológicas de Diagnóstico. Antigo Parque de Festas, Tavira. Relatório dos Trabalhos Arqueológicos*. Exemplar policopiado.
- REITZ, Elizabeth J.; WING, Elizabeth S. (1999). *Zooarchaeology*. Cambridge: University Press.
- RIO, Ana Teresa (2006). *As cerâmicas islâmicas e modernas de dois silos. Convento da Graça. Tavira*. Trabalho de seminário apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

- SCHMID, Elisabeth (1972). *Atlas of Animal Bones*. London.
- TORRES, Cláudio; GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana e FERREIRA, Manuela Barros (2003). Os nomes da cerâmica medieval. Inventário de termos. In *Actas das 3<sup>as</sup> Jornadas de cerâmica medieval e pós-medieval, métodos e resultados para o seu estudo*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 125-134.
- UERPMANN, Hans-Peter (1973). Animal bone finds and economic archaeology: a critical study of “osteo-archaeological” method. *World Archaeology*, 4:3, pp. 307-22.
- ZOZAYA STABEL-HANSEN, Juan (2007). Los candiles de piqueta. In *Tierras del Olivo. El olivo en la Historia*. Granada, pp. 125- 135.

# UMA OLARIA QUATROCENTISTA DE SERPA (RUA DA BARBACÃ 29-33)<sup>1</sup>

*Recebido: 3 de Maio de 2017 / Aprovado: 29 de Dezembro de 2018*

**Ana Sofia Antunes<sup>2</sup>**

Uniarq – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa

## **Resumo**

Nas escavações arqueológicas realizadas na Rua da Barbacã 29-33 (Serpa, Alentejo), junto ao Castelo, adossado à barbacã tardo-medieval da Alcáçova, identificou-se um compartimento com um forno que corresponderá a uma olaria. Esta funcionou no século XV e terá sido desactivada em torno a 1510, no âmbito do processo de reformulação urbanística e de consolidação do sistema defensivo desenvolvido naquele ponto do espaço urbano, onde seria edificada uma nova barbacã, que substituiria a barbacã medieval da Vila Velha.

**Palavras-chave:** Serpa; Alentejo; olaria; forno; tardo-medieval

## **Abstract**

In the archaeological excavations carried out at Rua da Barbacã 29-33 (Serpa, Alentejo), next to the Castle, attached to the late medieval barbican of the Alcazaba, a compartment with a kiln that corresponds to a pottery was identified. This one worked in the 15<sup>th</sup> century and was deactivated around 1510, within the scope of the process of urban reformulation and consolidation of the defensive system developed in that point of the urban space, where a new barbican would be built, that would replace the medieval barbican of Vila Velha (Old Village).

**Keywords:** Serpa; Alentejo; pottery; kiln; Late Middle Ages

---

<sup>1</sup> Texto inicial entregue em 3 de Maio de 2017.

<sup>2</sup> anantunes@gmail.com

## Introdução

No âmbito do projecto de requalificação e de ampliação do Museu Municipal de Arqueologia, a Câmara Municipal de Serpa promoveu escavações arqueológicas entre 2005 e 2009 no imóvel com os n.ºs 29-33 da Rua da Barbacã e no seu logradouro (contíguo ao Castelo), na cidade de Serpa (Fig. 1), as quais foram dirigidas pela signatária.

A intervenção arqueológica permitiu documentar uma extensa ocupação, que recua ao Bronze Final e se prolonga até aos nossos dias, tendo vindo a publicar-se progressivamente os resultados obtidos (Antunes, 2015; Antunes, 2018; Antunes *et al.*, 2012; Antunes *et al.*, 2016).

No presente trabalho apresenta-se um conjunto de evidências tardo-medievais e de início de Época Moderna, identificado nas Sondagens II e II-A, inserido no interior de um compartimento adossado à face exterior da barbacã fernandina / joanina (segunda metade do século XIV), que configuraria uma olaria (figs. 2 e 3).

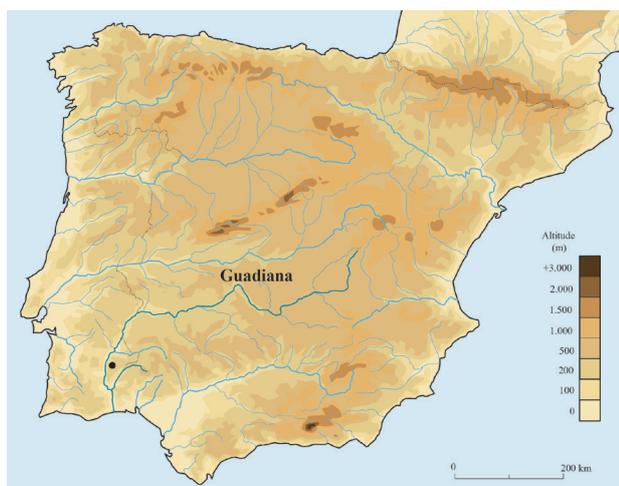


Fig. 1 - Implantação de Serpa na Península Ibérica.

## As estruturas e os contextos<sup>3</sup>

No exterior das barbacãs manuelina e fernandina / joanina e adossada a estas foi implantada uma Sondagem (II) com a dimensão de 2 x 2 m, com o objectivo de caracterizar cronológica e funcionalmente estas estruturas, tendo a mais recente surgido na sequência da picagem das paredes posteriores e da desmontagem de alguns tabiques do edifício 29-33 da Rua da Barbacã. Esta sondagem conheceu dois alargamentos sucessivos para Nordeste (II-A e II-B), ambos com dimensões semelhantes, motivados pela presença de estruturas de Épocas Medieval e Moderna, nomeadamente um forno, que importava manter por motivos patrimoniais (Figs. 3 e 4).

A Sondagem II coincidiu integralmente com a câmara de combustão do forno. Na Sondagem II-A registaram-se testemunhos relacionados com o piso que se integrava num compartimento, o qual já não se preservava na Sondagem II-B, por ter sido intencionalmente desmontado quando da desactivação do espaço em Época Moderna (Fig. 3). As estruturas relacionadas com o compartimento prolongam-se, todavia, para Sul, para Oeste e provavelmente para Este, áreas que não foram intervencionadas arqueologicamente.



Fig. 2 - Vista da área escavada na Rua da Barbacã, após a demolição do edifício 29-33, com indicação da localização do compartimento com o forno junto às barbacãs [187] (manuelina) e [15] (fernandina / joanina).

<sup>3</sup> Os desenhos de campo foram realizados por Anabela Castro e Adriano Guerreiro. A tintagem foi efectuada pela autora.

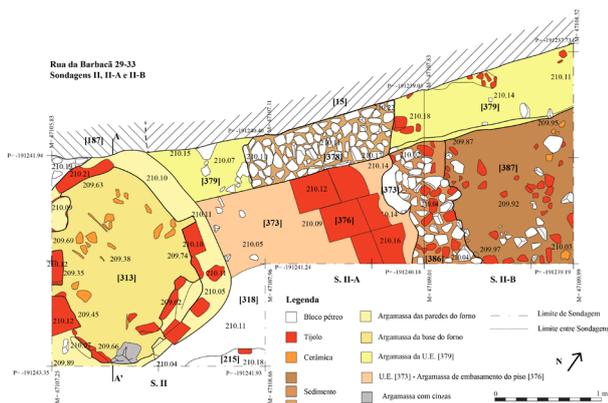


Fig. 3 - Planta do compartimento com o forno.

Após registo, o forno e a área identificada do compartimento foram cobertos com geotêxtil e sedimento limpo, com o objectivo de integração num projecto de musealização *in situ*, no âmbito da Requalificação do Museu Municipal de Arqueologia de Serpa.

As estruturas identificadas consistem assim num forno, do qual apenas se encontra preservada a câmara de combustão (U.E. [313]) e num piso de tijoleira (U.E. [376]), colocado sobre uma base de argamassa compacta de matriz arenosa (U.E. [373]) e rematado por uma faixa de pequenos elementos pétreos com ligante sedimentar (U.E. [378]) sobrepostos a uma estrutura argamassada (U.E. [379]) na junção à barbacã afonsina / fernandina [15] (Figs. 3 e 4).

O piso denota uma ligeira inclinação Sudoeste-Noroeste, revelando uma cota mais profunda na ligação ao forno, o que poderá indiciar a presença de uma

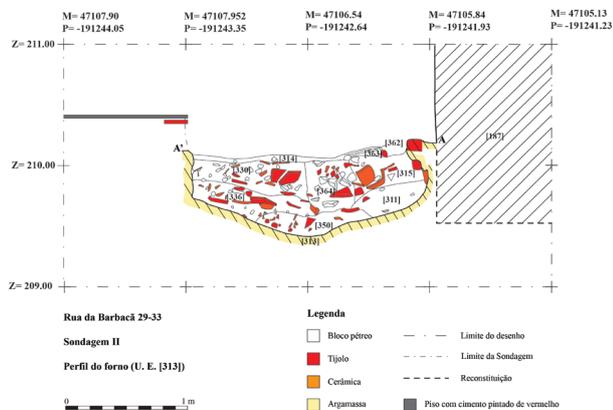


Fig. 5 - Perfil do forno, observando-se a estratigrafia do enchimento.



Fig. 4 - Vista geral do compartimento com o forno (Sondagens II-IIA-IIB).

rampa, situação que revela semelhanças com os fornos da Rua Elias Garcia, em Silves, onde o acesso ao forno era efectuado por meio de um corredor desnivelado (Gomes, 2008: 272 e 282, fig. 2). A rampa deveria dar acesso à boca da fornalha, que não se preservou. Esta premissa poderá ser também fundamentada pelo facto de o alçado exterior da barbacã [15] manifestar vestígios de exposição ao fogo neste ponto (Fig. 4).

A câmara de combustão do forno apresenta uma planta subcircular, tem uma profundidade máxima preservada de 0,80 m e tem 2,00 m de comprimento e 1,40 m de largura. A base, de secção côncava, é composta por argamassa compacta de matriz calcífera misturada com fragmentos de tijolo e de cerâmica (Figs. 5 e 6).

As paredes revelam a mesma argamassa e foram reforçadas por pilhas de tijolos robustos, com 0,25



Fig. 6 - Perfil do forno.

x 0,15 x 0,15 m. A utilização deste material de construção ajudou também à conservação do calor no interior da fornalha. Intercalados com as pilhas de tijolos robustos, registam-se os arcos de suspensão da grelha (base da câmara de cozedura - não preservada), adossados às paredes da câmara de combustão. Os arcos de suspensão são constituídos

por tijolos de 0,30 x 0,15 x 0,05 m ligados por argamassa (Figs. 7-14). A técnica construtiva registada nos arcos de suspensão é idêntica à aplicada, por exemplo, no forno do Alto do Castelo, em Alcochete (Correia, 2004: 14; 2005/2007: 73).

Do ponto de vista da planta e das dimensões, o forno da Rua da Barbacã apresenta semelhanças com o que se localiza junto à fachada principal do Palácio da Vila, em Sintra (1,85 x 1,44 m), destinado a produzir cerâmica de construção no século XV (Sabrosa, Carvalho e Julião, 2003: 196) e com os dois fornos de Silves, enquadrados entre o final do século XVI e a primeira metade da centúria seguinte. A fornalha do Forno 1 tinha 1,60 m de diâmetro e 1,10 m de altura, as suas paredes foram edificadas com adobes de 0,12 x 0,24 m sobrepostos e o acesso à mesma efectuava-se através de um pequeno corredor em rampa. O Forno 2, também

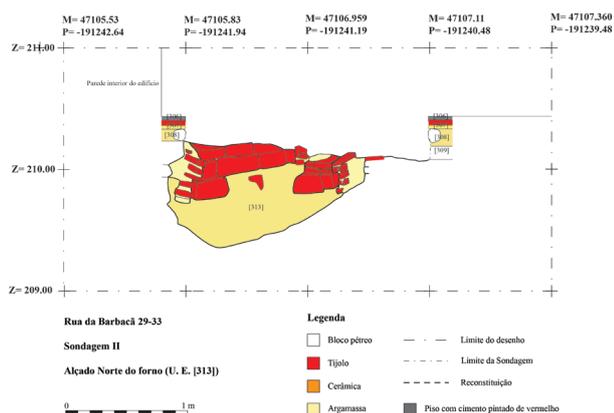


Fig. 7 - Alçado Norte do forno.



Fig. 8 - Alçado Norte do forno.



Fig. 10 - Alçado Sul do forno.

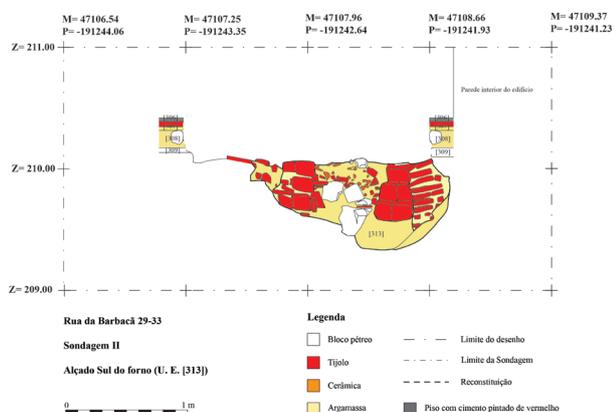


Fig. 9 - Alçado Sul do forno.

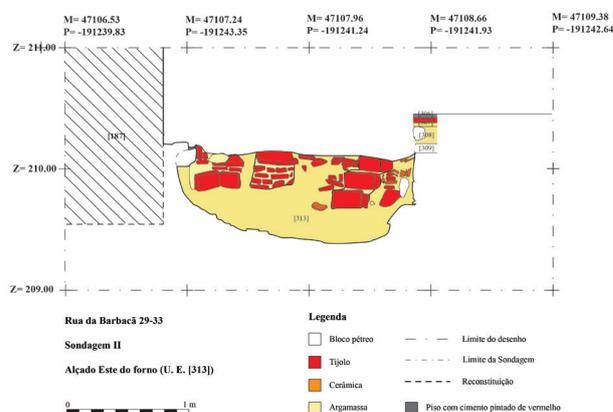


Fig. 11 - Alçado Este do forno.



Fig. 12 - Alçado Este do forno.

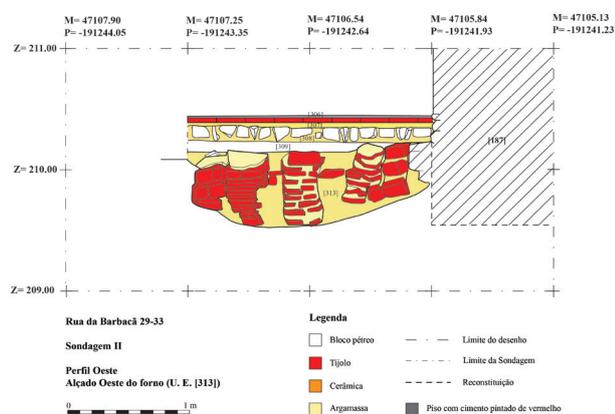


Fig. 13 - Alçado Oeste do forno.



Fig. 14 - Alçado Oeste do forno.

apenas preservado ao nível da fornalha, localizava-se a 0,60 m do anterior e tinha 1,40 m de diâmetro e 0,92 m de altura preservada e o acesso àquela far-se-ia igualmente através de corredor curto em rampa. A nascente dos fornos identificou-se um muro (Gomes, 2008: 272).

No Mandarim Chinês, em Lisboa, foi identificado um compartimento oleiro de cronologia islâmica (final do século X–século XII), que integrava quatro fornos de planta circular (alguns dos quais “de barras”) e uma área de laboração pavimentada a lajeado calcário. Documentaram-se diversas fases e técnicas da produção oleira, testemunhadas pelos recipientes contendo engobes e vidrados, pelas peças em barro cru e submetidas a pré-cozedura, por trempes e rolos, assinalando-se a convivência, num período de tempo alargado, num mesmo atelier oleiro, de produções diversificadas, nomeadamente cerâmica comum, pintada e vidrada (Bugalhão, Sousa e Gomes, 2004: 611). Apesar de ser mais antigo, este exemplo é referido neste trabalho porque um dos fornos terá laborado no processo de vidragem das peças, como ocorre em Serpa, tendo sido recolhidas cerâmicas reutilizadas que apresentam vestígios dos engobes e óxidos utilizados nesse âmbito.

A mesma situação documentou-se na olaria islâmica do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros, em Lisboa, enquadrada na primeira metade do século XII, existindo alguidares com vestígios de argila que denunciam a sua utilização no processo de laboração (Bugalhão, Gomes e Sousa, 2003: 132).

De um modo geral, o forno da Rua da Barbacã poderá ser considerado de tipo ibérico, composto por duas câmaras (a de combustão e a de cozedura - que era normalmente em abóbada e tinha uma abertura no topo para a saída dos fumos), sendo anterior aos fornos de tipo veneziano, de planta rectangular e de maior dimensão, introduzidos na Península Ibérica a partir de meados do século XVI, de acordo com as evidências da Mata da Machada, no Barreiro (Torres, 1990: 132-134; Gomes, 2008: 275 e 278).



em curso, embora não os especifique: «Sñor. Depois que vossa alteza me mādou que teuesse carregó das obras desta comarca [...] sempre me ocupei de as ver e prouer. Senhor, das da vila de Serpa já a vossa alteza tenho dado conta e tenho resposta do que nisso se ha de fazer» (Velho, 1510 *apud* Viterbo, 1988: 55).

A construção da barbacã manuelina implicou a eliminação das construções que, entretanto, tinham sido adossadas às barbacãs medievais, promovendo-se um processo de desafrentamento destes panos de muralha na Rua da Barbacã.

No caso da área interior, efectuou-se a demolição de um edifício, tendo o espaço voltado a constituir uma liça ou área de circulação de acesso à Alcáçova do Castelo (Antunes, 2015: 348). No caso da área exterior, verifica-se a desactivação do espaço artesanal que é apresentado neste trabalho, tendo o mesmo certamente ocorrido com as construções medievais que se encontrariam adossadas à barbacã [208] ao longo da Rua da Barbacã.

Neste processo, o forno foi intencionalmente desmontado até à câmara de combustão, a qual foi colmatada e preenchida com um numeroso conjunto de peças cerâmicas e com material de construção proveniente da própria estrutura, nomeadamente tijolos que terão pertencido ao topo dos arcos de suspensão da grelha (Figs. 5 e 6). As paredes da câmara de combustão foram ainda parcialmente demolidas até à cota média de 210,15 m, a qual serviu também de referência para a remoção do piso do restante compartimento, na área escavada, podendo por isso ter constituído a cota média de circulação à data. A base da barbacã manuelina alcança uma profundidade média, neste troço, de 209,50 m, coincidente com a da base da câmara de combustão, mas uma vez que a sua face externa foi encostada ao forno, não foi necessário desmontar mais esta estrutura (Figs. 3, 4, II e I3).

## O conjunto cerâmico<sup>4</sup>

No interior da câmara de combustão do forno recolheu-se um conjunto exclusivamente cerâmico, composto por louça de cozinha, de armazenamento, de mesa e de medição, num total de 192 peças classificáveis (*vide* Catálogo das Peças no final do artigo).

Destacam-se as panelas (53), seguidas pelos alguidares (41) e pelas bilhas (41). Seguem-se outros recipientes para líquidos, com predomínio dos jarros (13) sobre os barris (4), o possível cântaro (1) e a almotolia (1). Apenas se identificaram 5 talhas. Registam-se ainda 6 testos, alguns dos quais completos, bem como 4 púcaros, 3 formas de biscoito, 3 papeiras (possivelmente 2 tachos e 1 frigideira) e 3 medidas, sem marcas (uma das quais inteira).

É claramente predominante a chacota, embora também se registre cerâmica vidrada, maioritariamente a melado, mas também a verde e a castanho. A chacota evidencia a utilização de engobes amarelado e alaranjado no tratamento das superfícies prévio à aplicação do vidrado (Figs. 16-20).



Fig. 16 - Tigela com vestígios de engobe de preparação para vidrar (n.º 57).

<sup>4</sup> O desenho das peças foi realizado por José Braga<sup>†</sup>. A tintagem foi efectuada pela autora.



Fig. 17 - Panela com vestígios de engobe de preparação para vidrar (n.º 175).



Fig. 18 - Tigela com vestígios de engobe de preparação para vidrar (n.º 68).



Fig. 19 - Tigela com manchas e escorrências de engobe alaranjado utilizado na preparação das superfícies para vidrar (n.º 82).

Denota-se a presença de exemplares completos, nomeadamente uma medida e dois testos (n.ºs 137, 182 e 183), mas a vasta maioria do conjunto



Fig. 20 - Peças da U.E. [328] com manchas e escorrências de engobe alaranjado utilizado na preparação das superfícies para vidrar.

encontra-se fragmentada e reflecte a rejeição de peças aqui produzidas, por defeitos de fabrico (como sobrecozedura) ou fractura durante o processo de laboração.

O enchimento da câmara de combustão do forno poderá assim ser composto pela última fornada (testemunhada nomeadamente pelas peças que não aparentam deter defeitos de fabrico), mas integrar também rejeições de fornadas anteriores (cujo contacto com a fornalha, sem prejuízo de outros factores, poderá ser responsável pelas extensas marcas de exposição heterogénea ao fogo). Algumas peças poderão também derivar de uma utilização quotidiana no apoio aos trabalhos da área artesanal.

Nesta abordagem preliminar poderá concluir-se, portanto, que estamos perante uma olaria que produziria um leque diversificado de morfologias cerâmicas e na qual se procederia ao vidrado das peças. É fundamental alargar a área de escavação de modo a identificar os restantes espaços funcionais da olaria, por forma a que seja possível caracterizar melhor a sua produção e o seu funcionamento. Seria também importante realizar análises químicas aos engobes para uma definição mais apurada dos tratamentos das superfícies.

## Alguidares

Trata-se de uma morfologia muito bem representada, com 41 exemplares (Figs. 21-24), dois dos quais apresentam apontamentos de vidro castanho e melado (n.ºs 19 e 26, respectivamente). Existem duas variantes maioritárias, uma com o bordo espessado arredondado e esvasado e outra com o bordo subtriangular esvasado e pendente, embora se registre um caso de bordo esvasado rectangular (n.º 5) e outro em que o recipiente, decorado com incisões triangulares numa faixa horizontal ao longo do colo, apresenta o bordo com uma saliência para o interior, provavelmente adaptando o recipiente à colocação de uma tampa (n.º 11).

Alguidares de bordo espessado arredondado virado para o exterior e de bordo subtriangular esvasado e pendente ocorrem no século XVI em Cascais (Cardoso e Rodrigues, 1999: 199-200, n.ºs 8-13). Os últimos surgem também no naufrágio de

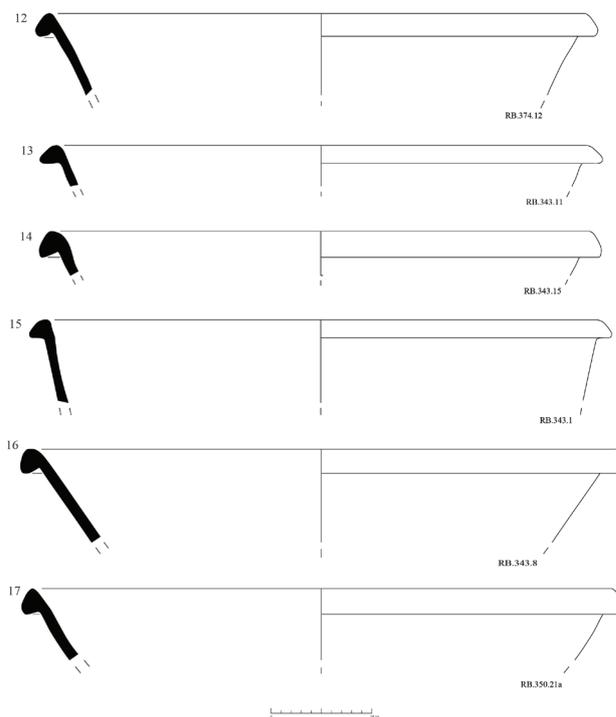


Fig. 22 - Alguidares.

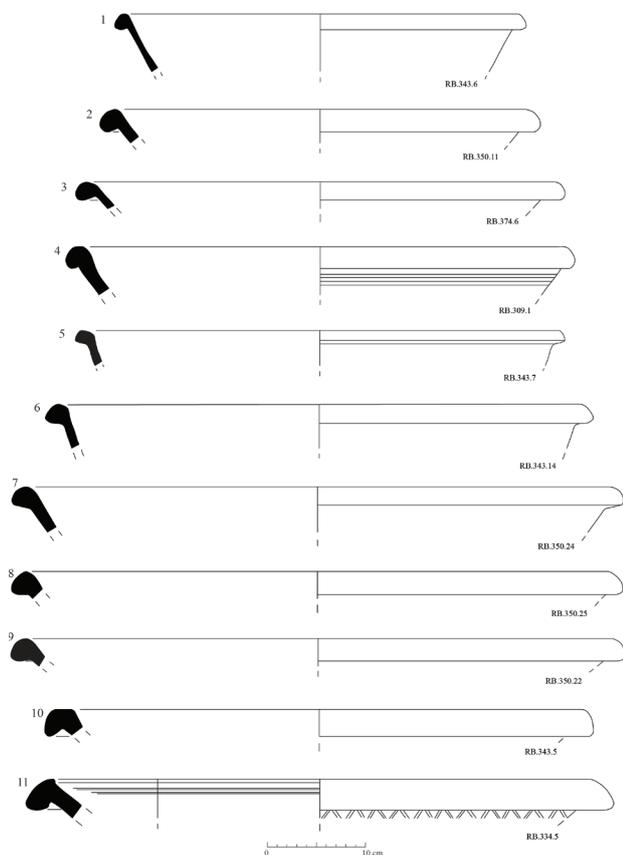


Fig. 21 - Alguidares.

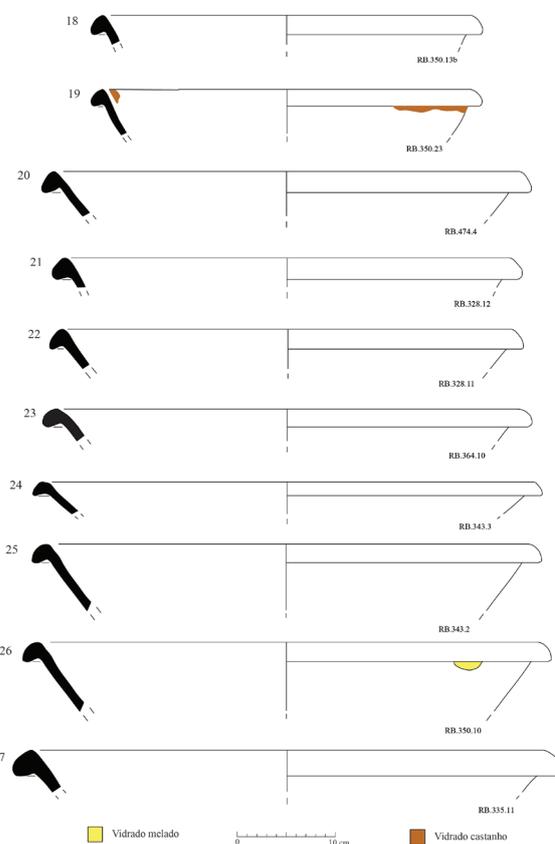


Fig. 23 - Alguidares.

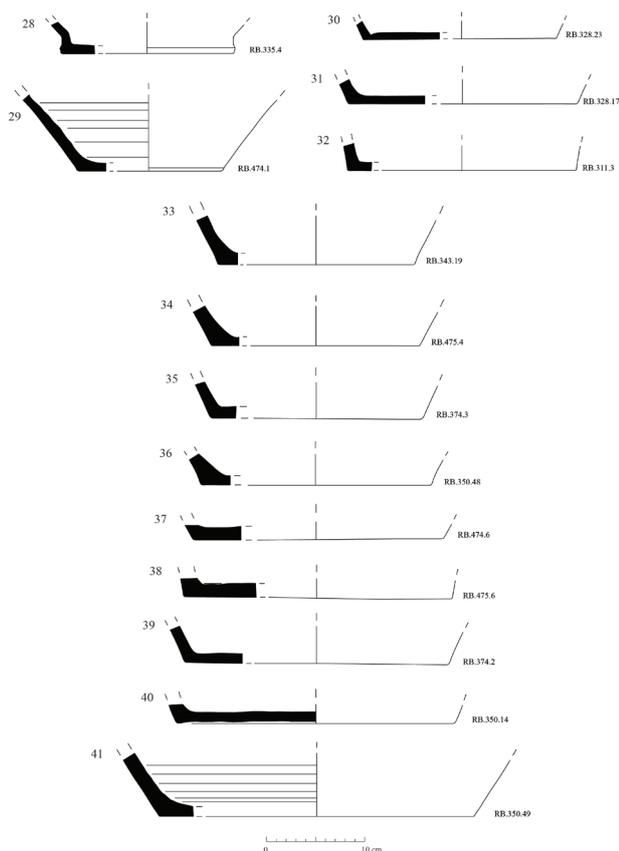


Fig. 24 - Alguidares.

meados do século XV da Ria de Aveiro A, onde correspondem ao tipo 5 (Alves *et al.*, 1998: 191; Bettencourt e Carvalho, 2007-2008: 268, fig. 5, n.º 5; 2009: 950; Carvalho e Bettencourt, 2012: 739, n.º 5) e, ainda no século XV, na Rua de Nenhures, em Palmela (Fernandes e Carvalho, 1997: 232) e na Casa do Governador do Castelo de São Jorge, em Lisboa (Gaspar *et al.*, 2009: 668, fig. 29).

## Tigelas

As tigelas constituem um conjunto bem representado, com 53 exemplares (Figs. 25-27), ostentando perfis hemisféricos, troncocónicos e carenados e apresentando-se vidradas a melado ou a verde em alguns casos (n.ºs 42-94).

As tigelas hemisféricas de bordo invasor e de bordo simples, no prolongamento da parede (n.ºs 64-74) encontram paralelo na Rua do Poço Novo,

em Cascais, onde se balizam entre finais do século XV e inícios do século XVI (Cardoso e Rodrigues, 2008: 97, est. 10, n.º 57).

As tigelas de perfil hemisférico e bordo circular espessado para o exterior (n.ºs 65-73) assemelham-se ao tipo 1A do naufrágio da Ria de Aveiro A, enquadrado em meados do século XV (Alves *et al.*, 1998: 191; Bettencourt e Carvalho, 2007-2008: 268, fig. 5, n.º 1-A; 2009: 950, a; Carvalho e Bettencourt, 2012: 737), às tigelas do século XV da Casa do Governador do Castelo de Lisboa (Gaspar *et al.*, 2009: 660, fig. 14, n.ºs 16-17) e aos exemplares dos séculos XV-XVI da olaria da Rua do Benfornoso 168/186, em Lisboa (Marques, Leitão e Botelho, 2012: 127, n.ºs 17 a 19).

As tigelas de perfil troncocónico apresentam bordo espessado horizontal de secção rectangular ou trapezoidal (n.ºs 45-54), com paralelo nos exemplares do século XV da Casa do Governador do

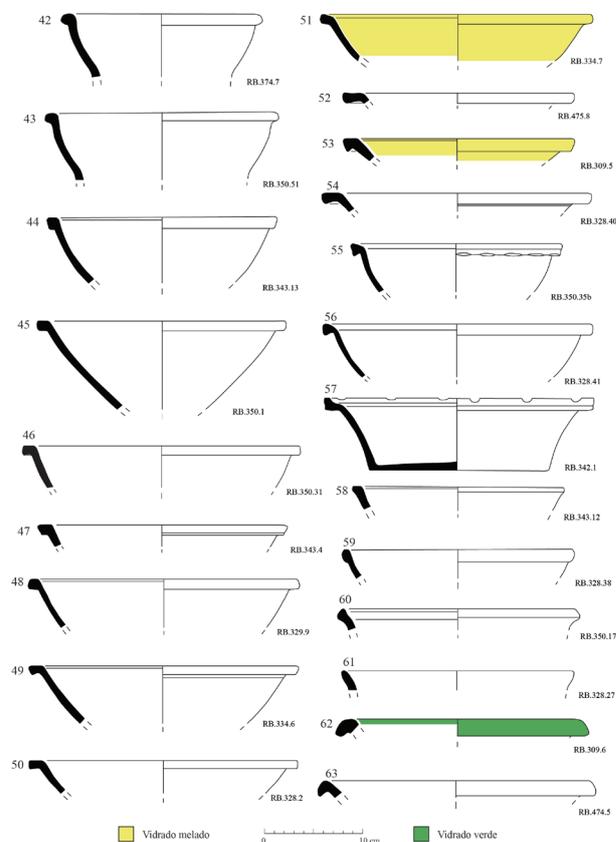


Fig. 25 - Tigelas.

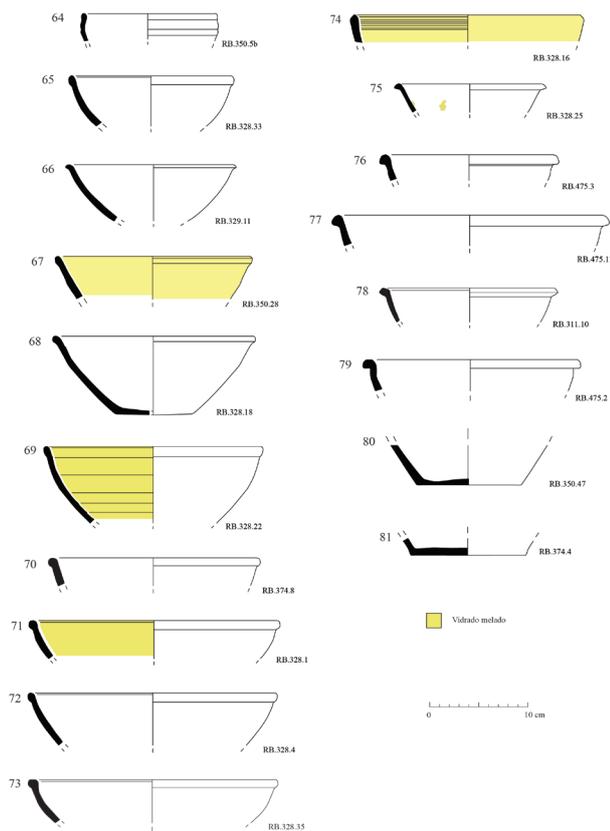


Fig. 26 - Tigelas.

Castelo de Lisboa (Gaspar *et al.*, 2009: 660, fig. 14, n.º 18) e bordo espessado subcircular ou sub-triangular pendente, correspondendo esta última variante ao tipo 2 do naufrágio de Ria de Aveiro A (Alves *et al.*, 1998: 191; Carvalho e Bettencourt, 2012: 737), embora também se assemelhem aos pratos de Palmela, enquadrados entre a segunda metade do século XIV e o primeiro quartel da centúria seguinte na Rua do Castelo n.º 4 (Fernandes e Carvalho, 1995: 94, n.ºs 22 e 23 e 1997: 228), no segundo quartel do século XV na Rua de Nenhures e entre os finais desta centúria e o início de Quinhentos na Rua Augusto Cardoso (Fernandes e Carvalho, 1997: 228).

As tigelas carenadas de menor dimensão (n.ºs 82-88) correspondem ao tipo 1C1 do naufrágio da Ria de Aveiro A, ao passo que as de maior dimensão (n.ºs 89-91) se inserem no tipo 1C2 A (Alves *et al.*, 1998: 191). Um exemplar deste tipo,

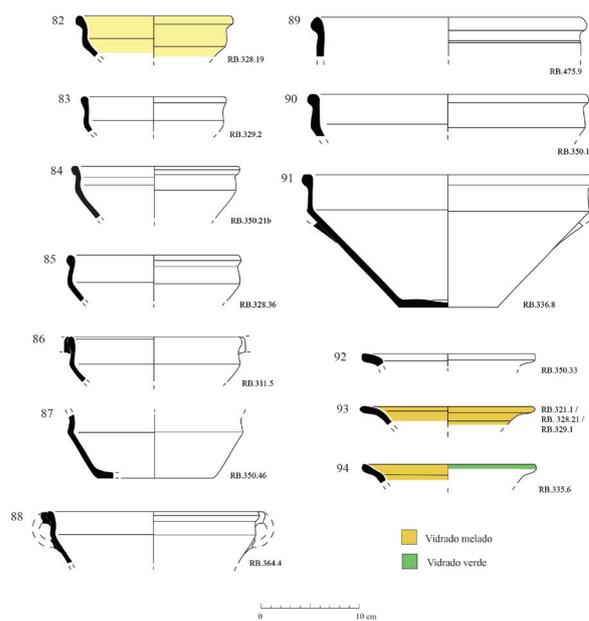


Fig. 27 - Tigelas.

enquadrado nos séculos XV-XVI, foi recolhido num silo no Crato (Catarino, 1995: 136, n.º 1).

A tigela de bordo moldurado (n.º 55) assemelha-se a uma peça da Rua do Poço Novo, em Cascais, enquadrada entre finais do século XV e inícios

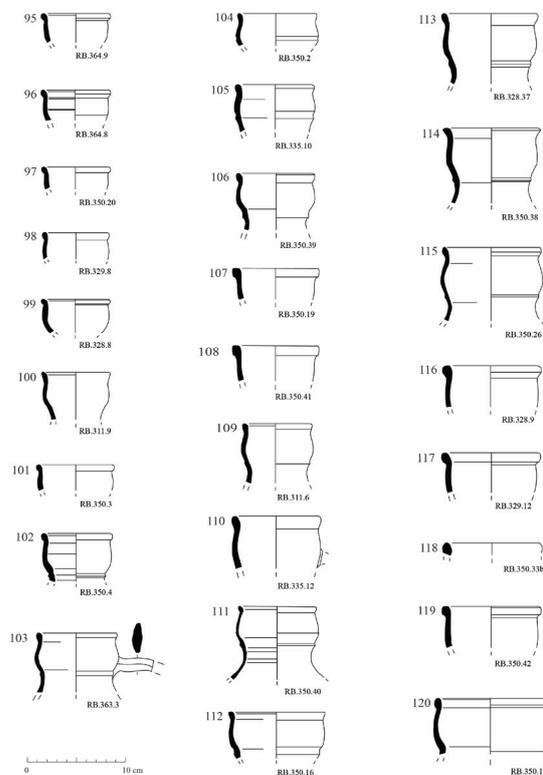


Fig. 28 - Bilhas.

do século XVI (Cardoso e Rodrigues, 2008: 97 e 108, est. II, n.º 67). A tigela de bordo decorado por depressões circulares (n.º 57) encontra paralelo no espólio dos séculos XV-XVI da olaria da Rua do Benfornoso 168/186, em Lisboa (Marques, Leitão e Botelho, 2012: 127, n.º 26) ou em Silves (Gomes, Gomes e Cardoso, 1996: 51 e 55).

## Bilhas / infusas

Trata-se de um conjunto homogêneo e bem representado, com 41 peças (Fig. 28, n.ºs 95-120 e Fig. 30, n.ºs 138-153), uma das quais poderá corresponder a um brinquedo (n.º 138). As infusas em forma de cabaça ocorrem nos séculos XV e XVI, encontrando-se paralelos para os exemplares de Serpa nos materiais do enchimento da abóbada da galilé da Igreja de Santa Maria, em Beja, enquadrados nos finais do século XV (Mestre, 1991: 571), em Évora, nos conjuntos do Convento de São Domingos e da Igreja de São Francisco (Teichner, 2003: 507-510 – designados por jarros) e da Porta da Lagoa (Teichner e Schierl, 2009: 983, fig. 5, n.ºs 7-8), na Rua do Poço Novo, em Cascais (Cardoso e Rodrigues, 2008: 96 e 101, n.ºs 11-13), no poço dos Paços do Concelho de Torres Vedras (Luna e Cardoso, 2006: 100 e 104, n.ºs 9-11), no conjunto de Santo António da Charneca, no Barreiro, enquadrado entre finais do século XV e inícios do século XVI (Barros *et al.*, 2012: 368 e 370, n.ºs 56-57), no espólio dos

séculos XV-XVI da olaria da Rua do Benfornoso 168/186, em Lisboa (Marques, Leitão e Botelho, 2012: 127, n.º 26) ou em Silves (Gomes, Gomes e Cardoso, 1996: 51 e 55).

## Almotolia

Apenas se considerou um exemplar desta morfologia no conjunto estudado, o qual apresenta vidrado melado em ambas as superfícies, o que o tornaria adequado para armazenar e dispensar azeite (Fig. 29, n.º 121). Paralelos para esta peça encontram-se em Cascais, em contextos do século XVI (Cardoso e Rodrigues, 1999: 205, n.ºs 42-43) e também nos fornos da Rua Elias Garcia, em Silves, balizados entre finais do século XVI e a primeira metade da centúria seguinte (Gomes, 2008: 289, fig. 9).

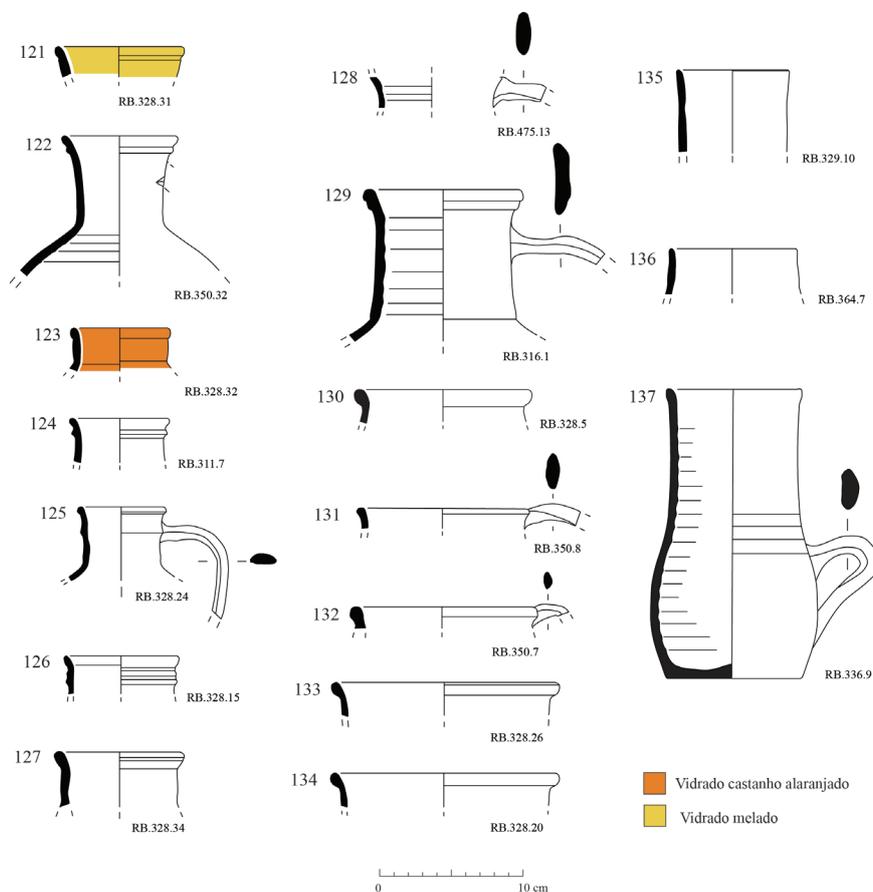


Fig. 29 - Almotolia (n.º 121), jarros (n.ºs 122-134) e medidas (n.ºs 135-137).

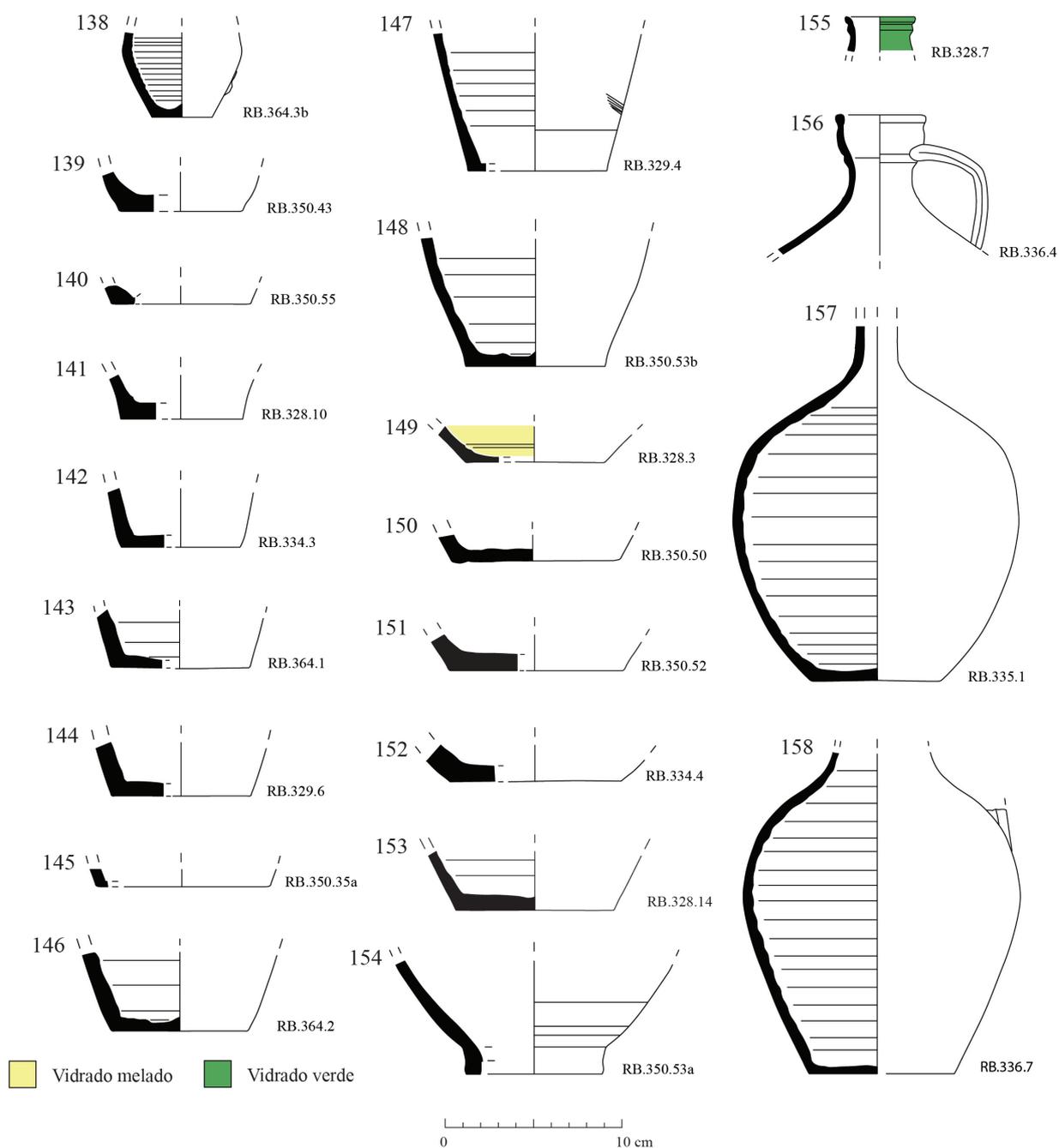


Fig. 30 - Bilha / brinquedo (n.º 138), bilhas (n.ºs 139-153), cântaro (n.º 154) e barris (n.ºs 155-158).

## Jarros

Identificaram-se 13 jarros, embora a atribuição desta morfologia nem sempre seja segura, atendendo à pequena dimensão dos fragmentos (Fig. 29, n.ºs 122-134). O n.º 154 poderá corresponder a um cântaro.

Este tipo de peças ocorre usualmente nas estratigrafias dos séculos XIV-XV, como em Cascais (Cardoso e Rodrigues, 1991: 582) ou em Évora, na Porta da Lagoa (Teichner e Schierl, 2009: 984, fig. 6), mas perdura pela primeira metade do século XVI, caso do Casal Geraldo, também em Cascais (Cardoso e Encarnação, 1990: 54). Os jarros de Serpa evocam também os exemplares de diversos locais de Zamora, enquadrados entre os séculos XII e XIV (Larrén Izquierdo e Turina Gómez, 1998, 82 e 86, n.ºs 8-17) e assemelham-se aos exemplares dos séculos XV-XVI da olaria da Rua do Benfornoso 168/186, em Lisboa (Marques, Leitão e Botelho, 2012: 127, n.º 25). As peças que apresentam uma aresta sensivelmente a meio do colo, a partir da qual parte a asa (n.º 125) encontram paralelo na Forma 12 do naufrágio de Ria de Aveiro A, datado de meados do século XV (Alves *et al.*, 1998: 191 e 196; Carvalho e Bettencourt, 2012: 740, n.º 12A) e nos jarros da mesma centúria da Casa do Governador do Castelo de Lisboa (Gaspar *et al.*, 2009: 668, fig. 29).

## Medidas

Identificaram-se 3 exemplares de copos medidores (Fig. 29, n.ºs 135-137), um dos quais se apresenta completo (n.º 137). Este tipo de peças foi encontrado nos conjuntos dos séculos XV-XVI do Convento de São Domingos e da Igreja de São Francisco, em Évora (Teichner, 2003: 515), no poço seiscentista do Vale de Alcântara, em Lisboa (Batalha e Cardoso, 2013: n.ºs 46-48) e

em Cascais, enquadradas entre os séculos XIII e XV (Cardoso e Rodrigues, 1991: 575 e 582, n.º 17), mas sem constituírem paralelos exactos para as peças de Serpa. Mais semelhante aos exemplares de Serpa será a Forma 9 de Ria de Aveiro A, enquadrada em meados do século XV (Alves *et al.*, 1998: 191 e 194; Carvalho e Bettencourt, 2012: 737, n.º 9A).

## Barris

Reconheceram-se quatro fragmentos de barris (Fig. 30, n.ºs 155-158), um dos quais vidrado a verde (n.º 155). Este tipo de recipientes para água surge nas entulheiras da olaria de Santo António da Charneca, no Barreiro, enquadrado entre finais do século XV e inícios do século XVI (Barros *et al.*, 2012: 368, fig. 5, n.ºs 72-82), na Mata da Machada (Torres, 1990: 138, fig. 11) e no Palácio dos Condes da Guarda, em Cascais, onde são enquadrados entre 1540 e 1580 (Cabral, Cardoso e Encarnação, 2009: 232 e 234, n.ºs 1 e 2). Um bom paralelo para as peças de Serpa é a Forma 13 (designada por bilha) do naufrágio da Ria de Aveiro A, datado de meados do século XV (Alves *et al.*, 1998: 191 e 196; Carvalho e Bettencourt, 2012: 740, n.º 13).

## Púcaros

Não é fácil distinguir esta forma das panelas, devido à escassa preservação das peças, tendo-se considerado que quatro recipientes são púcaros (Fig. 31, n.ºs 159-162), por serem mais pequenos e apresentarem o bordo tendencialmente liso, sem as caneluras das panelas. Um púcaro apresenta o interior vidrado a melado (n.º 159). Exemplares semelhantes aos de Serpa encontram-se, por exemplo, no naufrágio da Ria de Aveiro A, datado

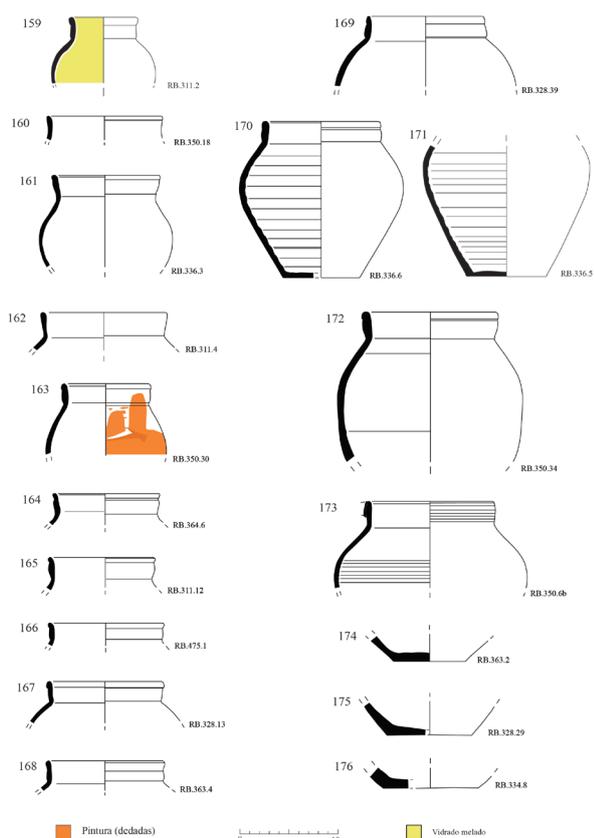


Fig. 31 - Púcaros (n.ºs 159-162) e panelas (n.ºs 163-176). de meados do século XV, onde correspondem à Forma 7 (Alves *et al.*, 1998: 191 e 194).

## Panelas

As panelas encontram-se representadas por 14 peças, constituindo um conjunto morfológica-mente homogêneo (Fig. 31, n.ºs 163-176). Panelas de bordo vertical, com um número de caneluras variável, ocorrem frequentemente no século XV, embora perdurem até ao século seguinte, altura em que se tornam mais comuns as asas arrancando do bordo. As caneluras nos bordos são traços herdados da tradição cerâmica alto-medi-eval, nomeadamente mourisca, tendo tendência a desaparecer entre finais de Quatrocentos e inícios de Quinhentos (Cardoso e Rodrigues, 1991: 97).

As panelas da Rua da Barbacã são particu-larmente semelhantes a uma peça da Rua do Poço Novo, em Cascais (Cardoso e Rodrigues, 2008: n.º 26) e à Forma 10 (designada por pote) do naufrágio de Ria de Aveiro A, datado de meados do século XV (Alves *et al.*, 1998: 191 e 195; Carvalho e Bettencourt, 2012: 739, n.º 10). Exemplares idênticos foram recolhidos na Casa do Governador do Castelo de São Jorge, onde se enquadram no século XV (Gaspar *et al.*, 2009: 661, fig. 16, n.ºs 21 e 22) e no espólio dos séculos XV-XVI da olaria da Rua do Benfornoso 168/186, em Lisboa (Marques, Leitão e Botelho, 2012: 127, n.ºs 2-4).

No Alentejo, registaram-se peças semelhantes no enchimento da abóbada da galilé da Igreja de Santa Maria, em Beja, enquadradas nos finais do século XV (Mestre, 1991: 572), em Évora, no Convento de São Domingos e na Igreja de São Francisco (Teichner, 2003: 513 – designadas por potes) e na olaria da Porta da Lagoa (Teichner e Schierl, 2009: 981, fig. 4, n.ºs 4, 5 e 9) e no Crato, num silo balizado entre os séculos XV-XVI (Catarino, 1995: 135, n.º 3). No Algarve, exemplares idênticos foram encontrados em Silves (Gomes, Gomes e Cardoso, 1996: 41 e 47) e nos fornos da Rua Elias Garcia, inseridos entre finais do século XVI e a primeira metade da centúria seguinte (Gomes, 2008: 287, fig. 7).

## Papeiras

Este tipo de peças, embora comum nas estratigra-fias dos séculos XV e XVI, é raro no conjunto da Rua da Barbacã, eventualmente por corresponder ao acervo doméstico do espaço e não ao da olaria. A pequena dimensão dos fragmentos dificulta a classificação morfológica, embora seja provável que o n.º 177 corresponda a uma pequena frigi-deira e os n.ºs 178 e 179 a tachos (Fig. 32).

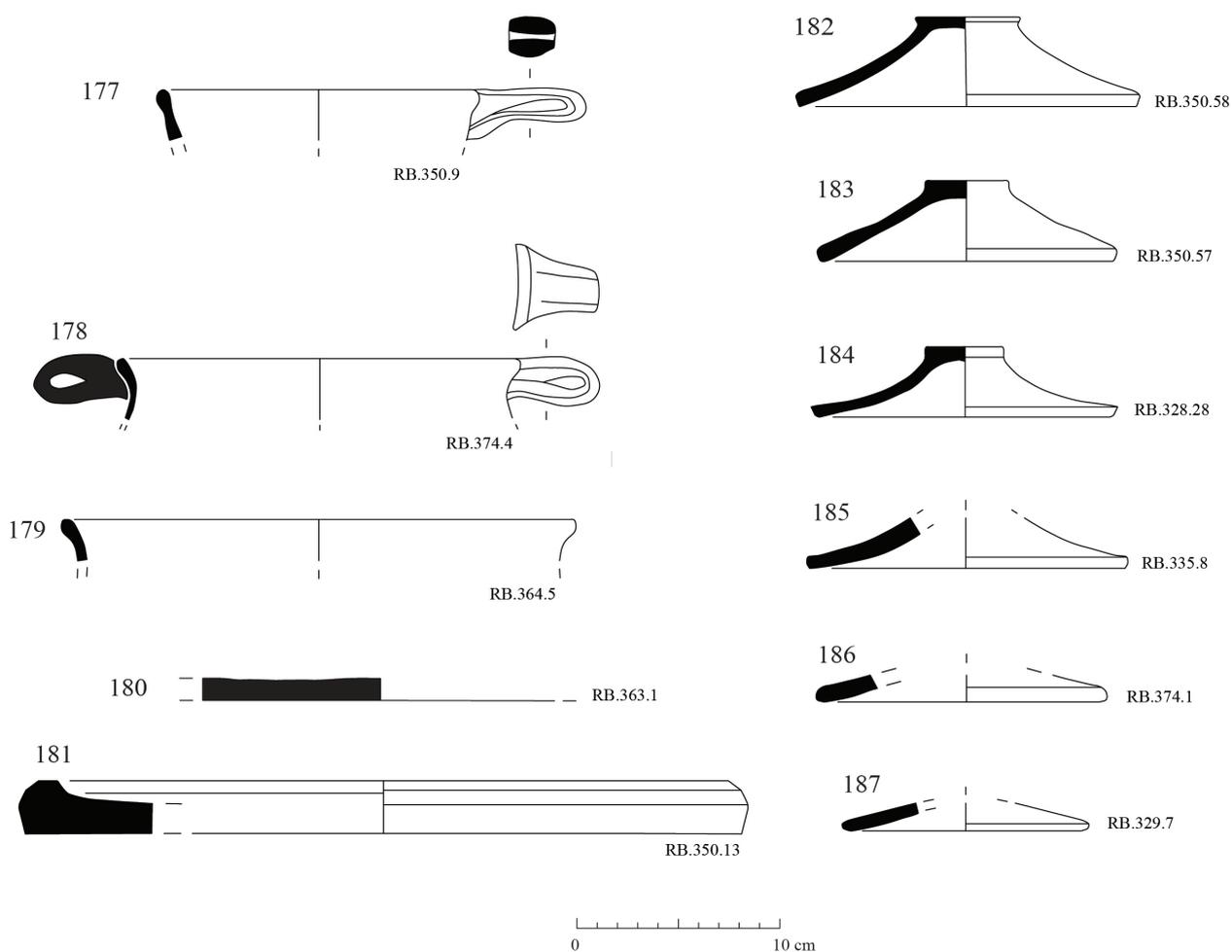


Fig. 32 - Frigideira / padeira (n.º 177), tachos / padeiras (n.ºs 178-179), formas de biscoito (n.ºs 180 e 181) e testos (n.ºs 182-187).

### Formas de biscoito

Existem 3 fragmentos deste tipo de peças (Fig. 32, n.ºs 180-181 e um não ilustrado), que é comum nos séculos XV-XVI.

### Testos

Existem na Rua da Barbacã 6 testos (que poderão acumular a função de pratos) – Fig. 32, n.ºs 182-187-, dois dos quais estão completos (Fig. 33, n.ºs 182 e 183). Peças semelhantes encontram-se no conjunto de Santo António da Charneca, no Barreiro, enquadrado entre finais do século XV e inícios do século XVI (Barros *et al.*, 2012: 366-367,

n.ºs 29-34), no espólio dos séculos XV-XVI da olaria da Rua do Benfornoso 168/186, em Lisboa (Marques, Leitão e Botelho, 2012: 127, n.ºs 20 e 21) ou no naufrágio da Ria de Aveiro A, onde correspondem ao tipo 6 e foram datadas de meados do século XV (Alves *et al.*, 1998: 191; Carvalho e Bettencourt, 2012: 739, n.º 6), embora se assinale a ausência de pega nas peças de Serpa.

### Talhas

Apenas se identificaram 5 fragmentos de talhas no conjunto da Rua da Barbacã (Fig. 34, n.ºs 188-192), um dos quais apresenta decoração por meio de sulcos ondulantes (n.º 190). A título de exemplo,



Fig. 33 - Testos n.ºs 182 e 183.

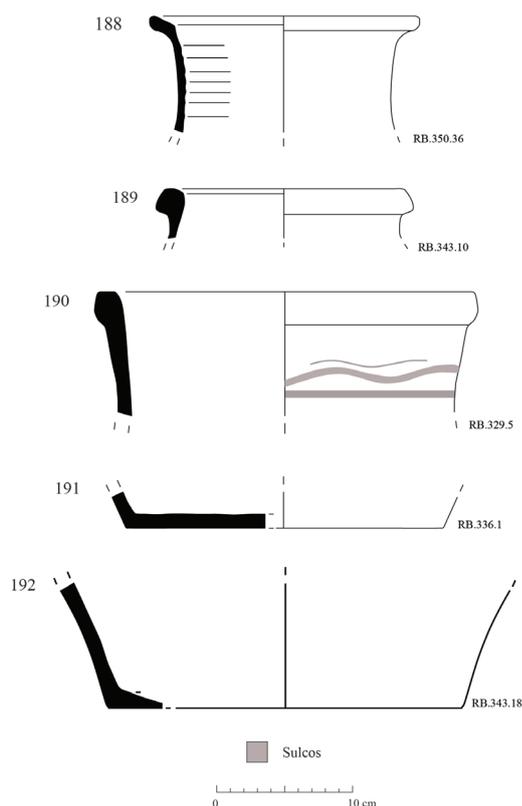


Fig. 34 - Talhas.

podemos encontrar exemplares semelhantes aos de Serpa na Rua do Poço Novo, em Cascais, onde se enquadram entre finais do século XV e inícios do século XVI (Cardoso e Rodrigues, 2008: 96

e 100, est. 3 – designados potes). Considerando a sua escassez no conjunto e a sua utilidade enquanto recipientes de armazenagem, talvez esta morfologia se integre na louça de apoio à olaria e não decorra de uma produção no local.

### Algumas palavras finais

A intervenção arqueológica realizada na Rua da Barbacã 29-33 revelou-se fundamental para o conhecimento da História de Serpa nos diversos

períodos da sua ocupação desde a Proto-História. A identificação de uma olaria tardo-medieval é mais um exemplo da importância patrimonial e histórica que esta zona tem e da dinâmica que a vila conheceu à época.

O facto de as estruturas detectadas se registarem imediatamente sob o piso actual do edifício 29-33 da Rua da Barbacã (entretanto demolido) reforça a necessidade de tomar especiais cautelas nas intervenções urbanísticas realizadas nesse arruamento e em todo o entorno do Castelo.

Os vestígios arqueológicos estudados de forma preliminar neste trabalho assumem grande relevância científica, uma vez que são aparentemente inexistentes (de momento) as evidências de produção oleira em contextos Quatrocentistas no Alentejo (e não só), tendo-se revelado difícil a atribuição de paralelos morfológicos, uma vez que também não abundam estratigrafias (publicadas) onde esta cronologia esteja reflectida. Embora muitas destas formas se prolonguem sem assinaláveis alterações morfológicas até ao século

XVI, as peças de Serpa assemelham-se sobretudo aos exemplares do século XV, sendo cumulativamente notória a ausência de cerâmica modelada e brunida.

Uma maior segurança na atribuição desta cronologia recai na análise da evolução urbanística do entorno do arruamento que herdou o nome da estrutura defensiva que o delimitou desde a Idade Média – a barbacã.

Conforme se referiu *supra*, no reinado manuelino, após o levantamento gráfico efectuado por Duarte d'Armas em 1509/1510, que regista uma vetusta barbacã medieval da Vila Velha bastante deteriorada, é construída uma nova barbacã, mais baixa mas mais robusta (com 1,20 m de espessura), adaptada à pirobalística, que substitui a anterior, a qual é parcialmente demolida para o efeito. Este novo pano de muralha foi adossado à barbacã que, nos reinados de D. Fernando ou de D. João I (segunda metade do século XIV), fora edificada a contornar a muralha da Alcáçova do Castelo, promovendo uma defesa mais consolidada do centro de poder medieval (Antunes, 2015: 347-348).

Fontes escritas datadas de 1510 referem-se a obras nas muralhas de Serpa, que embora não sejam discriminadas, poderão com elevada probabilidade corresponder às intervenções de grande envergadura realizadas no sistema defensivo da Rua da Barbacã, até porque concordantes com esta cronologia são o tipo de aparelho da nova barbacã e o conjunto artefactual recolhido nos depósitos que colmatam a sua vala de fundação (Antunes, 2015: 349).

O reforço manuelino do sistema defensivo do Castelo acarretou uma reformulação de toda a área, norteada pelo desafrontamento estratégico dos panos de muralha, o que implicou a demolição dos edifícios que, entretanto, tinham sido

adossados pelo exterior e pelo interior à barbacã mais antiga da Vila Velha e pelo exterior à barbacã tardo-medieval. Foi o caso da olaria apresentada neste trabalho, que conhece nesta acção reformista um *terminus ante quem*, balizado em torno a 1510.

Torna-se mais fácil caracterizar a desactivação da olaria do que o seu período de funcionamento, que cautelosamente, enquadrámos no século XV e na primeira década da centúria seguinte. Uma melhor compreensão das balizas temporais de vigência deste espaço artesanal, bem como do seu modo de laboração e das suas produções depende da continuação da intervenção arqueológica, mediante o alargamento da área escavada.

A título de síntese, conclui-se que nesta olaria se procederia ao fabrico de diversas morfologias (com destaque para alguidares, tigelas, painéis, púcaros, bilhas e jarros) e à aplicação de vidrado (maioritariamente melado, mas também verde) nas peças, as quais, enquanto chacota, recebiam um tratamento das superfícies mediante a aplicação de engobe amarelado e alaranjado antes da aplicação do vidrado.

O forno seria composto por duas câmaras, conservando-se apenas a de combustão, de planta subcircular, com 2 m x 1,40 m, podendo a de cozedura ser em abóbada, à luz dos exemplos conhecidos. Eram separadas por uma grelha (não preservada), que assentava em arcos de suspensão constituídos por tijolos ligados por argamassa e o acesso à fornalha realizava-se por uma rampa.

Embora persistam ainda aspectos por apurar sobre os testemunhos arqueológicos aqui divulgados, estes constituem dados relevantes não só para a História de Serpa, como também para a arqueologia de Épocas Medieval e Moderna, esperando-se por isso que este trabalho possa ser um contributo para a investigação.

## Agradecimentos

Importa registar um agradecimento a António Marques e a Guilherme Cardoso pelas observações efectuadas sobre o forno e o conjunto cerâmico e pela partilha de bibliografia e a Miguel Correia pela cedência de bibliografia sobre o forno de Alcochete.

## Fontes

ARMAS, Duarte de [1509-10] (1997). *Livro das Fortalezas*. ANTT. Lisboa: INAPA.

## Bibliografia

- ALVES, Francisco J. S.; RODRIGUES, Paulo J. P.; GARCIA, Catarina; ALELUIA, Miguel (1998). A cerâmica dos destroços do navio dos meados do século XV *Ria de Aveiro A* e da zona *Ria de Aveiro B*. Aproximação tipológica preliminar. In *Actas das 2.ªs Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval. Métodos e Resultados para o seu estudo*. Tondela, 22 a 25 de Março de 1995. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 185-210.
- ANTUNES, Ana Sofia (2015). A intervenção arqueológica no imóvel da Rua da Barbacã n.ºs 29-33 e a requalificação e ampliação do Museu Municipal de Arqueologia. Contributos para a História de Serpa. In *VII Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular. Aroche-Serpa, 29 e 30 de novembro e 1 de dezembro de 2013*. Aroche: Ayuntamiento de Aroche, pp. 331-358.
- ANTUNES, Ana Sofia (2018). Um later «ex of(ficina) Vincinti» da Rua da Barbacã 29-33 (Serpa). In *VIII Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular. Serpa-Aroche, 24 a 26 de Outubro de 2014*. Serpa: Câmara Municipal de Serpa, pp. 597-606.
- ANTUNES, Ana Sofia; GUERREIRO, Adriano; CASTRO, Anabela Novais; FIALHO, Luis; MANTEIGA, Margarida; VIEGAS, Vera; BRAGA, José (2012). Serpa entre a Idade do Ferro e a Época Moderna. Breve leitura dos resultados das escavações arqueológicas realizadas no Castelo. In *Actas do V Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular. Almodôvar, 18,19 e 20 de Novembro de 2010*. Almodôvar, pp. 441-464.
- ANTUNES, Ana Sofia; SOARES, António Manuel Monge; DEUS, Manuela; SOARES, Rui Monge (2016). Povoamento «orientalizante» na margem esquerda do Guadiana. Uma leitura a partir do Passo Alto e do Castelo de Serpa. In *Sidereum Ana III. EL Río Guadiana y Tartessos. Mérida, 19 a 21 de Setembro de 2012*. Mérida, pp. 131-158.
- BARROS, Luís; BATALHA, Luísa; CARDOSO, Guilherme; GONZALES, António (2012). A olaria renascentista de Santo António da Charneca – Barreiro. A louça doméstica. In *Velhos e Novos Mundos. Congresso Internacional de Arqueologia Moderna. Lisboa, 6 a 9 de Abril de 2011, II*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, pp. 361-372.
- BATALHA, Luísa; CARDOSO, Guilherme (2013). Poço seiscentista no Vale de Alcântara (Santa Isabel, Lisboa). *EMERITA - Estudos de Arqueologia e Património Cultural*, 1, pp. 113-140.
- BETTENCOURT, José; CARVALHO, Patrícia (2007-2008). A carga do navio *Ria de Aveiro A* (Ílhavo, Portugal): uma aproximação preliminar ao seu significado histórico-cultural. *Cuadernos de Estudios Borjanos*, L-LI, pp. 257-287.
- BETTENCOURT, José; CARVALHO, Patrícia (2009). A carga de cerâmica do navio *Ria de Aveiro A* (Ílhavo, Portugal). *Actas del VIII Congreso Internacional de Cerámica Medieval. Ciudad Real-Almagro del 27 de febrero al 3 de marzo de 2006*, T. 2. Ciudad Real: Asociación Española de Arqueología Medieval, pp. 947-954.
- BUGALHÃO, Jacinta; GOMES, Sofia; SOUSA, Maria João (2003). Vestígios de produção oleira islâmica no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros, Lisboa. *Arqueologia Medieval*, 8, pp. 129-191.
- BUGALHÃO, Jacinta; SOUSA, Maria João; GOMES, Sofia (2004). Vestígios de produção oleira islâmica no Mandarim Chinês, Lisboa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 7:1, pp. 575-643.
- CABRAL, João Pedro; CARDOSO, Guilherme; ENCARNÇÃO, José d' (2009). Sondagem Arqueológica no Palácio dos Condes da Guarda. In António Carvalho e Conceição Santos (coords.) *A Casa de Azulejos de Cascais: de Palácio Condes da Guarda a Paços do Concelho*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, pp. 200-241.

- CARDOSO, Guilherme; ENCARNAÇÃO, José d' (1990). Uma sondagem de emergência no Casal do Geraldo (Estoril-Cascais). *Arquivo de Cascais. Boletim Cultural do Município*, 9, pp. 45-62.
- CARDOSO, Guilherme; RODRIGUES, Severino (1991). Alguns tipos de cerâmica dos sécs. XI a XVI encontrados em Cascais. In *A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental. Lisboa, 12-22 de Novembro 1987*. Mértola: Câmara Municipal de Mértola, pp. 575-585.
- CARDOSO, Guilherme; RODRIGUES, Severino (1999). Tipologia e cronologia de cerâmicas dos séculos XVI, XVII e XIX encontradas em Cascais. *Arqueologia Medieval*, 6, pp. 193-212.
- CARDOSO, Guilherme; RODRIGUES, Severino (2008). As cerâmicas de Poço Novo (II) – Cascais. In *Actas das 4.ªs Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval: métodos e resultados para o seu estudo. Tondela (24 a 27 de Outubro de 2000)*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 95-108.
- CARVALHO, Patrícia; BETTENCOURT, José (2012). A carga do navio Ria de Aveiro A e a circulação de cerâmica na época moderna. In *Velhos e Novos Mundos. Congresso Internacional de Arqueologia Moderna. Lisboa, 6 a 9 de Abril de 2011, II*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, pp. 733-746.
- CATARINO, Helena (1995). Cerâmicas tardo-medievais / modernas do Alto Alentejo: a escavação de um silo na vila do Crato. *Actas das 1.ªs Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval. Métodos e Resultados para o seu estudo. Tondela, 28 a 31 de Outubro de 1992*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 129-136.
- CORREIA, Miguel (2004). *Forno cerâmico do Alto do Castelo - Alcochete. Relatório arqueológico*.
- CORREIA, Miguel (2005-2007). Um forno cerâmico dos séc. XV / XVI, em Alcochete. *MUSA, museus, arqueologia & outros patrimónios*, 2, pp. 67-73.
- FERNANDES, Isabel Cristina F.; CARVALHO, A. Rafael (1995). Cerâmicas Baixo-Medievais da Casa n.º 4 da Rua do Castelo (Palmela). In *Actas das 1.ªs Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval. Métodos e Resultados para o seu estudo. Tondela, 28 a 31 de Outubro de 1992*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 77-96.
- FERNANDES, Isabel Cristina F.; CARVALHO, A. Rafael (1997). Abordagem arqueológica da Palmela medieval cristã. *Arqueologia Medieval*, 5, pp. 221-241.
- FERNANDES, Isabel Cristina F.; CARVALHO, A. Rafael (1998). Conjuntos cerâmicos Pós-Medievais de Palmela. In *Actas das 2.ªs Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval. Métodos e Resultados para o seu estudo. Tondela, 22 a 25 de Março de 1995*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 211-255.
- GASPAR, Alexandra; GOMES Ana; MENDES, Henrique Calé; PINTO, Paula; GUERRA, Sandra; RIBEIRO, Suzana; PIMENTA, João; VALONGO, António (2009). Cerâmicas do século XV-XVI da Casa do Governador – Castelo de S. Jorge, Lisboa. In *Actas del VIII Congreso Internacional de Cerámica Medieval. Ciudad Real-Almagro del 27 de febrero al 3 de marzo de 2006*. Ciudad Real: Asociación Española de Arqueología Medieval, 2, pp. 653-672.
- GOMES, Mário Varela (2008). Dois fornos de cerâmica de Silves (Sécs XVI -XVII) – Notícia preliminar. In *Actas das 4.ªs Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval, Métodos e Resultados para o seu Estudo*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 271-292.
- GOMES, Rosa Varela; GOMES, Mário Varela; CARDOSO, João Luís (1996). Aspectos do quotidiano numa casa de Silves, durante o século XV. *XELB*, 3, pp. 33-78.
- LARRÉN IZQUIERDO, Hortensia; TURINA GÓMEZ, Aracelli (1998). Caracterización y tipología de la cerámica medieval de la Provincia de Zamora, siglos XI-XIV. *Actas das 2.ªs Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval. Métodos e Resultados para o seu estudo. Tondela, 22 a 25 de Março de 1995*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, pp. 81-89.
- LUNA, Isabel; CARDOSO, Guilherme (2006). Nota preliminar sobre as cerâmicas provenientes do poço dos Paços do Concelho de Torres Vedras. In *Actas do 3.º Seminário do Património da Região Oeste. Cadaval, 26, 27 e 28 de Novembro de 2004*. Cadaval, pp. 99-111.
- MARQUES, António; LEITÃO, Eva; BOTELHO, Paulo (2012). Rua do Benfornoso 168/186 (Lisboa – Mouraria / Intendente). In *Velhos e Novos Mundos, I. Congresso Internacional de Arqueologia Moderna. Lisboa, 6 a 9 de Abril de 2011, I*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, pp. 123-134.
- MESTRE, Joaquim Figueira (1991). Olaria medieval de Beja. Contributos para o seu estudo. In *A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental. Lisboa, 12-22 de Novembro 1987*. Mértola: Câmara Municipal de Mértola, pp. 565-574.

SABROSA, Armando; CARVALHO, Emanuel; JULIÃO, Teresa (2003). Um forno medieval no Palácio da Vila (Sintra). *Al-Madan*, II.ª S., 12, pp. 196-197.

TEICHNER, Felix (2003). Dois conjuntos de cerâmicas quinhentistas, provenientes do Convento de São Domingos e do claustro da Igreja de São Francisco, em Évora (Alentejo). *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 6: 2, pp. 501-520.

TEICHNER, Felix; SCHIERL, T. (2009). A olaria medieval da Porta da Lagoa em Évora (Alto Alentejo, Portugal). *Actas del VIII Congreso Internacional de Cerámica Medieval*, II. Ciudad Real, pp. 975-986.

TORRES, Cláudio (1990). Um forno cerâmico dos sécs. XV e XVI na cintura industrial de Lisboa. In André Bazzana e François Amigues (eds.) *Fours de Potiers et "Testares" Médiévaux en Méditerranée Occidentale. Méthodes et Résultats*. Madrid: Casa de Velázquez, pp. 131-141.

VITERBO, F. M. Sousa (1988) [1899-1922]. *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

### Catálogo das peças

UE	N.º inv.	N.º des.	Forma	Categoria	Sup. Externa	Sup. Interna	Coz.	Decoração	Observações
309	1	4	Alguidar	Cer. Comum	Engobe castanho alisado	Engobe castanho alisado	Ox.	-	Exposição ao fogo
309	4	-	Não classificável - asa	Cer. Comum	Engobe castanho alisado	Engobe castanho alisado	Ox.	-	Exposição ao fogo
309	5	53	Tigela	Cer. Vidrada	Vidrado melado	Vidrado melado	Ox.	-	-
309	6	62	Tigela	Cer. Vidrada	Vidrado verde	Vidrado verde	Ox.	-	-
311	1	-	Não classificável - asa	Cer. Comum	Engobe castanho alisado	Engobe castanho alisado	Red.	-	-
311	2	15	Púcaro	Cer. Comum	Engobe castanho-avermelhado alisado	Vidrado melado	Ox.	-	Manchas e escorrências alaranjadas na superfície externa
311	3	31	Alguidar	Cer. Comum	Engobe castanho-avermelhado alisado	Engobe castanho-avermelhado alisado	Ox.	-	Engobe alaranjado na superfície interna
311	4	162	Púcaro	Cer. Comum	Engobe castanho-avermelhado alisado	Engobe castanho-avermelhado alisado	Ox.	-	Manchas alaranjadas na superfície externa
311	5	85	Tigela	Cer. Comum	Engobe castanho alisado	Engobe alaranjado alisado	Ox.	-	-
311	6	109	Bilha	Cer. Comum	Engobe castanho alisado	Engobe castanho alisado	Ox.	-	Manchas alaranjadas na superfície externa

UE	N.º inv.	N.º des.	Forma	Categoria	Sup. Externa	Sup. Interna	Coz.	Decoração	Observações
311	7	124	Jarro	Cer. Comum	Engobe castanho-alaranjado alisado	Engobe castanho-alaranjado alisado	Ox.	-	-
311	8	-	Não classificável - asa	Cer. Comum	Engobe castanho-avermelhado alisado	Engobe castanho-avermelhado alisado	Ox.	-	Engobe alaranjado
311	9	100	Bilha	Cer. Comum	Engobe castanho alisado	Engobe castanho alisado	Ox.	-	-
311	10	78	Tigela	Cer. Comum	Engobe castanho alisado	Engobe castanho alisado	Ox.	-	Engobe alaranjado na superfície interna e manchas alaranjadas na superfície externa
311	11	-	Não classificável - asa	Cer. Comum	Engobe castanho alisado	Engobe castanho alisado	Ox.	-	-
311	12	165	Panela	Cer. Comum	Engobe castanho escuro alisado	Engobe castanho escuro alisado	Ox.	-	-
316	1	129	Jarro	Cer. Comum	Engobe castanho alisado	Engobe castanho alisado	Ox.	-	Asa com pingo de verniz melado e com manchas alaranjadas
321	1	93	Tigela	Cer. Vidrada	Vidrado melado	Vidrado melado	Ox.	-	Cola com RB.328.21 e RB.329.1
328	1	71	Tigela	Cer. Vidrada	Engobe castanho alisado	Vidrado melado	Ox.	-	Vidrado heterogéneo, manchas alaranjadas na superfície externa
328	2	50	Alguidar	Cer. Comum	Engobe castanho alisado	Engobe castanho alisado	Red.	-	Sobrecozedura, exposição ao fogo
328	3	149	Bilha	Cer. Comum	Engobe castanho alisado	Engobe castanho alisado	Ox.	-	Engobe alaranjado
328	4	72	Tigela	Cer. Comum	Engobe castanho alisado	Engobe castanho alisado	Ox.	-	Sobrecozedura, exposição ao fogo
328	5	130	Jarro	Cer. Comum	Engobe castanho alisado	Engobe castanho alisado	Ox.	-	-

UE	N.º inv.	N.º des.	Forma	Categoria	Sup. Externa	Sup. Interna	Coz.	Decoração	Observações
328	6	-	Não classificável - asa	Cer. Comum	Engobe castanho alisado	Engobe castanho alisado	Ox.	-	Manchas alaranjadas nas superfícies
328	7	155	Barril	Cer. Vidrada	Vidrado verde	Vidrado verde	Ox.	-	-
328	8	99	Bilha	Cer. Comum	Engobe castanho alisado	Engobe castanho alisado	Ox.	-	Manchas e escorências avermelhadas em ambas as superfícies
328	9	116	Bilha	Cer. Comum	Engobe castanho alisado	Engobe castanho alisado	Ox.	-	-
328	10	141	Bilha	Cer. Comum	Engobe castanho alisado	Engobe castanho alisado	Ox.	-	-
328	11	22	Alguidar	Cer. Comum	Engobe avermelhado alisado	Engobe avermelhado alisado	Ox.	-	Engobe amarelado na superfície interna
328	12	21	Alguidar	Cer. Comum	Engobe castanho alisado	Engobe cinzento alisado	Ox.	-	Sobrecozedura e exposição ao fogo
328	13	167	Panela	Cer. Comum	Engobe castanho alisado	Engobe castanho alisado	Ox.	-	Engobe alaranjado em ambas as superfícies
328	14	153	Bilha	Cer. Comum	Engobe castanho alisado	Aguada alaranjada	Ox.	-	-
328	15	126	Jarro	Cer. Comum	Engobe castanho alisado	Engobe castanho alisado	Ox.	-	-
328	16	74	Tigela	Cer. Vidrada	Vidrado melado	Vidrado melado	Ox.	-	-
328	17	31	Alguidar	Cer. Comum	Engobe castanho-alaranjado alisado	Engobe castanho-alaranjado alisado	Ox.	-	Manchas alaranjadas na superfície interna
328	18	68	Tigela	Cer. Comum	Engobe castanho alisado e aguada amarelada no bordo	Aguada amarelada	Ox.	-	-
328	19	82	Tigela	Cer. Vidrada	Vidrado melado	Vidrado melado	Ox.	-	Vidrado imperfeito e manchas alaranjadas na superfície externa

UE	N.º inv.	N.º des.	Forma	Categoria	Sup. Externa	Sup. Interna	Coz.	Decoração	Observações
328	20	134	Jarro	Cer. Comum	Engobe castanho alisado	Engobe castanho alisado	Ox.	-	-
328	21	93	Tigela	Cer. Comum	Vidrado melado	Vidrado melado	Ox.	-	cola com RB.321.1 e RB.329.1
328	22	69	Tigela	Cer. Vidrada	Engobe castanho alisado	Vidrado melado	Ox.	-	Vidrado muito desgastado e preservado apenas em manchas; superfícies com manchas alaranjadas
328	23	30	Alguidar	Cer. Comum	Engobe castanho alisado	Engobe castanho alisado	Ox.	-	Engobe alaranjado na superfície interna e escorrências alaranjadas do bordo para a superfície externa
328	24	125	Jarro	Cer. Comum	Engobe castanho alisado	Engobe castanho alisado	Ox.	-	Sobrecozedura, exposição ao fogo e manchas alaranjadas na superfície externa
328	25	75	Tigela	Cer. Comum	Engobe castanho alisado	Engobe castanho alisado	Ox.	-	Pingo de verniz melado e manchas alaranjadas na superfície interna; vestígios de exposição ao fogo na superfície externa
328	26	133	Jarro	Cer. Comum	Aguada rosada	Aguada rosada	Ox.	-	Exposição ao fogo
328	27	61	Tigela	Cer. Comum	Engobe castanho-avermelhado alisado	Engobe castanho-avermelhado alisado	Ox.	-	Vidrado desgastado; Cola com fragmento de [329]
328	28	184	Testo	Cer. Comum	Engobe castanho alisado	Engobe castanho alisado	Ox.	-	Sobrecozedura e exposição ao fogo
328	29	175	Panela	Cer. Comum	Engobe castanho-avermelhado alisado	Engobe castanho-avermelhado alisado	Ox.	-	Engobe amarelado na superfície interna
328	30	-	Não classificável - asa	Cer. Comum	Engobe castanho alisado	Engobe castanho alisado	Ox.	-	Sobrecozedura e exposição ao fogo

UE	N.º inv.	N.º des.	Forma	Categoria	Sup. Externa	Sup. Interna	Coz.	Decoração	Observações
328	31	121	Almotolia	Cer. Vidrada	Vidrado melado	Vidrado melado	Ox.	-	Cola com bordo de [311]
328	32	123	Bilha	Cer. Vidrada	Vidrado castanho-alaranjado	Vidrado castanho-alaranjado	Ox.	-	Cola com bordo de [311]
328	33	65	Tigela	Cer. Comum	Aguada rosada	Aguada rosada	Ox.	-	-
328	34	127	Jarro	Cer. Comum	Engobe castanho-avermelhado alisado	Engobe castanho-avermelhado alisado	Ox.	-	-
328	35	73	Tigela	Cer. Comum	Aguada rosada	Aguada rosada	Ox.	-	-
328	36	85	Tigela	Cer. Comum	Engobe castanho-avermelhado alisado	Engobe castanho-avermelhado alisado	Ox.	-	-
328	37	113	Bilha	Cer. Comum	Engobe castanho-avermelhado alisado	Engobe castanho-avermelhado alisado	Ox.	-	-
328	38	59	Tigela	Cer. Comum	Engobe cinzento escuro	Engobe cinzento escuro	Red.	-	-
328	39	169	Panela	Cer. Comum	Engobe castanho-avermelhado alisado	Engobe castanho-avermelhado alisado	Ox.	-	Manchas alaranjadas em ambas as superfícies, concentradas sobretudo no bordo
328	40	54	Tigela	Cer. Comum	Engobe castanho-avermelhado alisado	Engobe castanho-avermelhado alisado	Ox.	-	Escorrências alaranjadas no bordo
328	41	56	Tigela	Cer. Comum	Engobe castanho-avermelhado alisado	Engobe castanho-avermelhado alisado	Ox.	-	Escorrências alaranjadas no bordo
328	-	-	Fragmentos de tijolo refractário (paredes do forno)	-	-	-	-	-	-
329	1	93	Tigela	Cer. Vidrada	Vidrado melado	Vidrado melado	Ox.	-	Escorrências de vidrado do bordo para a superfície externa; Cola com RB.321.1 e RB.328.21

UE	N.º inv.	N.º des.	Forma	Categoria	Sup. Externa	Sup. Interna	Coz.	Decoração	Observações
329	2	82	Tigela	Cer. Comum	Engobe alaranjado alisado	Engobe castanho alisado	Ox.	-	Engobe alaranjado na superfície interna e sobre o bordo com escorrências para a superfície externa
329	3	-	Não classificável - asa	Cer. Comum	Engobe avermelhado alisado	Engobe avermelhado alisado	Ox.	-	Engobe alaranjado em ambas as superfícies
329	4	147	Bilha	Cer. Comum	Engobe castanho-avermelhado alisado	Engobe castanho-avermelhado alisado	Ox.	6 pequenos traços paralelos incisos na diagonal	Exposição ao fogo na superfície interna
329	5	190	Talha	Cer. Comum	Engobe cinzento escuro alisado	Engobe castanho alisado	Ox.	Sulcos incisos no colo	Exposição ao fogo
329	6	144	Bilha	Cer. Comum	Engobe castanho alisado	Engobe castanho alisado	Ox.	-	-
329	7	187	Testo	Cer. Comum	Engobe castanho alisado	Engobe castanho alisado	Ox.	-	-
329	8	98	Bilha	Cer. Comum	Engobe castanho alisado	Engobe castanho alisado	Ox.	-	Engobe alaranjado em ambas as superfícies
329	9	48	Tigela	Cer. Comum	Engobe castanho alisado	Engobe castanho alisado	Ox.	-	Superfícies manchadas e exposição ao fogo
329	10	135	Medida	Cer. Comum	Engobe castanho alisado	Engobe castanho alisado	Ox.	-	-
329	11	66	Tigela	Cer. Comum	Engobe castanho alisado	Engobe castanho alisado	Ox.	-	Exposição ao fogo
329	12	117	Bilha	Cer. Comum	Engobe castanho alisado	Engobe castanho alisado	Ox.	-	-
334	1	-	Forma de biscoito	Cer. Comum	Engobe castanho-avermelhado alisado	Engobe castanho-avermelhado alisado	Ox.	-	-
334	2	-	Não classificável - asa	Cer. Comum	Engobe castanho-rosado alisado	Engobe castanho-rosado alisado	Red.	-	-

UE	N.º inv.	N.º des.	Forma	Categoria	Sup. Externa	Sup. Interna	Coz.	Decoração	Observações
334	3	142	Bilha	Cer. Comum	Engobe castanho alisado	Engobe castanho alisado	Red.	-	Manchas alaranjadas em ambas as superfícies e exposição ao fogo
334	4	152	Bilha	Cer. Comum	Engobe castanho alisado	Engobe castanho alisado	Red.	-	-
334	5	11	Alguidar	Cer. Comum	Engobe avermelhado alisado	Engobe avermelhado alisado	Ox.	Motivos triangulares incisos no bojo	-
334	6	49	Tigela	Cer. Comum	Aguada rosada alisada	Engobe castanho alisado	Ox.	-	Engobe alaranjado na superfície interna e sobre o bordo, com escorências e manchas na superfície externa
334	7	51	Tigela	Cer. Vidrada	Vidrado melado	Vidrado melado	Ox.	-	-
334	8	176	Panela	Cer. Comum	Engobe castanho alisado	Engobe castanho alisado	Ox.	-	-
334	9	-	Não classificável - asa	Cer. Comum	Engobe castanho alisado	Engobe castanho alisado	Ox.	-	-
334	10	-	Não classificável - asa	Cer. Comum	Engobe castanho alisado	Engobe castanho alisado	Ox.	-	-
335	1	157	Barril	Cer. Comum	Engobe castanho alisado	Engobe alaranjado	Ox.	-	Exposição ao fogo e manchas alaranjadas na superfície externa
335	4	28	Alguidar	Cer. Comum	Engobe castanho alisado	Engobe alaranjado	Ox.	-	-
335	6	94	Tigela	Cer. Vidrada	Engobe cinzento alisado com banda vidrada verde sobre o bordo	Vidrado melado	Ox.	-	-
335	8	185	Testo	Cer. Comum	Engobe castanho alisado	Engobe alaranjado	Ox.	-	-
335	9		Tigela	Cer. Comum	Engobe castanho alisado	Engobe alaranjado	Ox.	-	-

UE	N.º inv.	N.º des.	Forma	Categoria	Sup. Externa	Sup. Interna	Coz.	Decoração	Observações
335	10	105	Bilha	Cer. Comum	Engobe castanho alisado	Engobe castanho alisado	Ox.	-	-
335	11	27	Alguidar	Cer. Comum	Engobe castanho alisado	Engobe alaranjado	Ox.	-	Exposição ao fogo
335	12	110	Bilha	Cer. Comum	Engobe castanho alisado	Engobe castanho alisado	Ox.	-	-
336	1	191	Talha	Cer. Comum	Engobe alaranjado alisado	Engobe castanho alisado	Ox.	-	Manchas alaranjadas na superfície interna e exposição ao fogo
336	2	-	Não Classificável - asa	Cer. Comum	-	Engobe castanho alisado	Ox.	-	-
336	3	161	Púcaro	Cer. Comum	Engobe castanho alisado	Engobe castanho alisado	Ox.	-	Manchas alaranjadas na superfície interna e exposição ao fogo
336	4	156	Barril	Cer. Comum	Engobe castanho-avermelhado alisado	Engobe castanho alisado	Ox.	-	Exposição ao fogo
336	5	171	Panela	Cer. Comum	Engobe castanho alisado	Engobe castanho alisado	Ox.	-	Exposição ao fogo
336	6	170	Panela	Cer. Comum	Engobe castanho alisado	Engobe castanho alisado	Ox.	-	Manchas alaranjadas na superfície interna
336	7	158	Barril	Cer. Comum	Engobe castanho claro alisado	Engobe castanho claro alisado	Ox.	-	Manchas alaranjadas na superfície externa
336	8	91	Tigela	Cer. Comum	Engobe castanho alisado	Engobe castanho alisado	Ox.	-	Manchas alaranjadas em ambas as superfícies; exposição ao fogo
336	9	137	Medida	Cer. Comum	Engobe avermelhado alisado	Engobe castanho alisado	Ox.	Linhas incisadas horizontais no bojo	Vestígios de exposição ao fogo localizados no bordo; peça completa
342	1	57	Tigela	Cer. Comum	Engobe castanho claro alisado	Engobe castanho claro alisado	Ox.	Bordo decorado com digitações	Engobe amarelado na superfície interna
343	1	15	Alguidar	Cer. Comum	Engobe castanho alisado	Engobe castanho alisado	Ox.	-	Superfícies manchadas e exposição ao fogo
343	2	25	Alguidar	Cer. Comum	Engobe castanho alisado	Engobe castanho alisado	Ox.	-	-

UE	N.º inv.	N.º des.	Forma	Categoria	Sup. Externa	Sup. Interna	Coz.	Decoração	Observações
343	3	24	Alguidar	Cer. Comum	Engobe castanho alisado	Engobe castanho alisado	Ox.	-	Superfícies manchadas e exposição ao fogo
343	4	47	Tigela	Cer. Comum	Engobe castanho alisado	Engobe castanho alisado	Ox.	-	Superfícies manchadas e exposição ao fogo
343	5	10	Alguidar	Cer. Comum	Engobe castanho alisado	Engobe castanho alisado	Ox.	-	-
343	6	1	Alguidar	Cer. Comum	Engobe castanho alisado	Engobe castanho alisado	Ox.	-	Engobe amarelado na superfície interna, superfícies manchadas e exposição ao fogo
343	7	5	Alguidar	Cer. Comum	Engobe castanho alisado	Engobe castanho alisado	Ox.	-	Superfícies manchadas e exposição ao fogo
343	8	16	Alguidar	Cer. Comum	Engobe castanho alisado	Engobe castanho alisado	Ox.	-	Engobe amarelado na superfície interna, superfícies manchadas e exposição ao fogo
343	10	189	Talha	Cer. Comum	Engobe castanho alisado	Engobe castanho alisado	Ox.	-	Sobrecozedura e exposição ao fogo
343	11	13	Alguidar	Cer. Comum	Engobe castanho alisado	Engobe alaranjado	Ox.	-	Exposição ao fogo
343	12	58	Tigela	Cer. Comum	Engobe avermelhado alisado	Engobe avermelhado alisado	Ox.	-	Superfícies manchadas e exposição ao fogo
343	13	44	Tigela	Cer. Comum	Engobe castanho-avermelhado alisado	Engobe castanho-avermelhado alisado	Ox.	-	-
343	14	6	Alguidar	Cer. Comum	Engobe castanho-avermelhado alisado	Engobe castanho-avermelhado alisado	Ox.	-	Engobe alaranjado em ambas as superfícies
343	15	14	Alguidar	Cer. Comum	Engobe castanho-avermelhado alisado	Engobe castanho-avermelhado alisado	Ox.	-	Exposição ao fogo
343	16	-	Fundo	Cer. Comum	Engobe castanho alisado	Engobe castanho alisado	Red.	-	Sobrecozedura e exposição ao fogo
343	17	-	Fundo	Cer. Comum	Engobe castanho alisado	Engobe castanho alisado	Red.	-	Sobrecozedura e exposição ao fogo

UE	N.º inv.	N.º des.	Forma	Categoria	Sup. Externa	Sup. Interna	Coz.	Decoração	Observações
343	18	192	Talha	Cer. Comum	Engobe castanho alisado	Engobe castanho alisado	Red.	-	-
343	19	33	Alguidar	Cer. Comum	Engobe castanho alisado	Engobe castanho alisado	Red.	-	Exposição ao fogo
350	1	45	Tigela	Cer. Comum	Engobe castanho alisado	Engobe castanho alisado	Red.	-	Manchas alaranjadas nas superfícies
350	2	104	Bilha	Cer. Comum	Engobe cinzento alisado	Engobe cinzento alisado	Red.	-	Sobrecozedura e exposição ao fogo
350	3	101	Bilha	Cer. Comum	Engobe cinzento alisado	Engobe cinzento alisado	Red.	-	-
350	4	102	Bilha	Cer. Comum	Engobe cinzento escuro alisado	Engobe cinzento escuro alisado	Red.	-	Sobrecozedura e exposição ao fogo
350	5	64	Tigela	Cer. Comum	Engobe cinzento alisado	Engobe cinzento alisado	Ox.	-	Sobrecozedura e exposição ao fogo
350	6a	-	Não Classificável - asa torcida	Cer. Comum	Engobe alaranjado alisado	Engobe alaranjado alisado	Ox.	-	Manchas alaranjadas, sobrecozedura, exposição ao fogo
350	6b	173	Panela	Cer. Comum	Engobe castanho alisado	Engobe castanho alisado	Ox.	-	Sobrecozedura e exposição ao fogo
350	7	132	Jarro	Cer. Comum	Engobe castanho alisado	Aguada amarelada	Ox.	-	-
350	8	131	Jarro	Cer. Comum	Engobe cinzento alisado	Engobe cinzento alisado	Red.	-	-
350	9	177	Papeira / Frigideira	Cer. Comum	Engobe cinzento alisado	Engobe cinzento alisado	Red.	-	-
350	10	25	Alguidar	Cer. Comum	Engobe cinzento alisado	Engobe cinzento alisado	Ox.	-	Pingo de verniz melado no bojo exterior, sobrecozedura e exposição total ao fogo
350	11	2	Alguidar	Cer. Comum	Engobe cinzento alisado	Engobe cinzento alisado	Red.	-	-

UE	N.º inv.	N.º des.	Forma	Categoria	Sup. Externa	Sup. Interna	Coz.	Decoração	Observações
350	12	90	Tigela	Cer. Comum	Engobe cinzento alisado	Engobe cinzento alisado	Red.	-	-
350	13a	181	Forma de biscoito	Cer. Comum	Engobe castanho-alaranjado alisado	Engobe castanho-alaranjado alisado	Ox.	-	Exposição ao fogo
350	13b	18	Alguidar	Cer. Comum	Engobe cinzento alisado	Engobe cinzento alisado	Red.	-	Manchas alaranjadas em ambas as superfícies
350	14	40	Alguidar	Cer. Comum	Engobe castanho-alaranjado alisado	Engobe castanho-alaranjado alisado	Ox.	-	-
350	15	120	Bilha	Cer. Comum	Engobe castanho-avermelhado alisado	Engobe castanho-avermelhado alisado	Ox.	-	Exposição ao fogo em três fragmentos, que colam com outro sem esses vestígios; superfície externa manchada
350	16	112	Bilha	Cer. Comum	Engobe castanho-avermelhado alisado	Engobe castanho-avermelhado alisado	Ox.	-	Exposição ao fogo
350	17	60	Tigela	Cer. Comum	Engobe castanho alisado	Engobe castanho alisado	Ox.	-	-
350	18	160	Púcaro	Cer. Comum	Engobe castanho-avermelhado alisado	Engobe castanho-avermelhado alisado	Ox.	-	-
350	19	107	Bilha	Cer. Comum	Engobe castanho-avermelhado alisado	Engobe castanho-avermelhado alisado	Ox.	-	-
350	20	97	Bilha	Cer. Comum	Engobe castanho-avermelhado alisado	Engobe castanho-avermelhado alisado	Ox.	-	-
350	21a	17	Alguidar	Cer. Comum	Engobe castanho-avermelhado alisado	Engobe castanho-avermelhado alisado	Ox.	-	-
350	21b	84	Tigela	Cer. Comum	Engobe castanho alisado	Engobe alaranjado alisado	Ox.	-	-

UE	N.º inv.	N.º des.	Forma	Categoria	Sup. Externa	Sup. Interna	Coz.	Decoração	Observações
350	22	9	Alguidar	Cer. Comum	Engobe castanho-avermelhado alisado	Engobe castanho-avermelhado alisado	Ox.	-	Exposição pontual ao fogo na superfície externa
350	23	19	Alguidar	Cer. Comum	Engobe castanho alisado	Engobe castanho alisado	Ox.	-	Mancha localizada de vidro castanho sob o bordo exterior, sobrecozedura, superfícies manchadas
350	24	7	Alguidar	Cer. Comum	Engobe castanho alisado	Engobe avermelhado alisado	Ox.	-	-
350	25	8	Alguidar	Cer. Comum	Engobe castanho alisado	Engobe avermelhado alisado	Ox.	-	-
350	26	115	Bilha	Cer. Comum	Engobe castanho alisado	Engobe castanho alisado	Ox.	-	-
350	27	-	Não classificável - asa	Cer. Comum	Engobe castanho alisado	Engobe castanho alisado	Ox.	-	Manchas alaranjadas e sobrecozedura
350	28	67	Tigela	Cer. Vidrada	Engobe castanho alisado	Vidrado alaranjado	Ox.	-	-
350	29	184	Testo	Cer. Comum	Engobe castanho alisado	Engobe castanho alisado	Ox.	-	-
350	30	162	Panela	Cer. Comum	Engobe castanho alisado	Engobe alaranjado alisado	Ox.	-	Manchas alaranjadas em ambas as superfícies
350	31	46	Tigela	Cer. Comum	Engobe castanho alisado	Engobe alaranjado alisado	Ox.	-	-
350	32	122	Jarro	Cer. Comum	Engobe avermelhado alisado	Engobe avermelhado alisado	Ox.	-	-
350	33	92	Tigela	Cer. Comum	Engobe avermelhado alisado	Engobe avermelhado alisado	Ox.	-	Engobe amarelado na superfície interna
350	33b	118	Bilha	Cer. Comum	Engobe castanho alisado	Engobe castanho alisado	Ox.	-	-
350	34	172	Panela	Cer. Comum	Engobe castanho alisado	Engobe castanho alisado	Ox.	-	-

UE	N.º inv.	N.º des.	Forma	Categoria	Sup. Externa	Sup. Interna	Coz.	Decoração	Observações
350	35a	145	Bilha	Cer. Comum	Engobe castanho alisado	Engobe castanho alisado	Ox.	-	-
350	35b	55	Tigela	Cer. Comum	Engobe castanho alisado	Aguada amarelada	Ox.	Ondulações na orla inferior do bordo	-
350	36	188	Talha	Cer. Comum	Engobe castanho alisado	Aguada amarelada	Ox.	-	-
350	38	114	Bilha	Cer. Comum	Engobe avermelhado alisado	Engobe avermelhado alisado	Ox.	-	-
350	39	106	Bilha	Cer. Comum	Engobe avermelhado alisado	Engobe avermelhado alisado	Ox.	-	-
350	40	111	Bilha	Cer. Comum	Engobe avermelhado alisado	Engobe avermelhado alisado	Ox.	-	-
350	41	108	Bilha	Cer. Comum	Engobe avermelhado alisado	Engobe avermelhado alisado	Ox.	-	-
350	42	119	Bilha	Cer. Comum	Engobe castanho alisado	Engobe castanho alisado	Ox.	-	-
350	43	139	Bilha	Cer. Comum	Engobe castanho-escuro	Engobe castanho-escuro	Red.	-	-
350	46	87	Tigela	Cer. Comum	Engobe castanho alisado	Engobe castanho alisado	Ox.	-	Engobe alaranjado no interior, sobrecozedura e exposição ao fogo
350	47	80	Tigela	Cer. Comum	Engobe castanho alisado	Aguada amarelada	Ox.	-	-
350	48	36	Alguidar	Cer. Comum	Engobe cinzento alisado	Engobe cinzento alisado	Red.	-	Sobrecozedura e exposição ao fogo
350	49	41	Alguidar	Cer. Comum	Engobe cinzento alisado	Engobe cinzento alisado	Red.	-	-
350	50	150	Bilha	Cer. Comum	Engobe castanho alisado	Engobe castanho alisado	Ox.	-	-
350	51	43	Tigela	Cer. Comum	Engobe castanho alisado	Engobe castanho alisado	Ox.	-	-
350	52	151	Bilha	Cer. Comum	Engobe castanho alisado	Aguada amarelada	Ox.	-	-

UE	N.º inv.	N.º des.	Forma	Categoria	Sup. Externa	Sup. Interna	Coz.	Decoração	Observações
350	53a	154	Bilha / Cântaro	Cer. Comum	Engobe castanho alisado	Aguada amarelada	Ox.	-	-
350	53b	148	Bilha	Cer. Comum	Aguada amarelada	Engobe castanho alisado	Ox.	-	-
350	54	-	Forma de pão	Cer. Comum	Engobe cinzento alisado	Engobe cinzento alisado	Red.	-	Sobrecozedura e exposição ao fogo
350	55	140	Bilha	Cer. Comum	Engobe avermelhado alisado	Engobe avermelhado alisado	Ox.	-	-
350	57	183	Testo	Cer. Comum	Engobe castanho alisado	Engobe castanho alisado	Ox.	-	Vestígios pontuais de exposição ao fogo no bordo; peça completa
350	58	182	Testo	Cer. Comum	Engobe castanho alisado	Engobe castanho alisado	Ox.	-	Vestígios de exposição uniforme ao fogo na superfície externa; peça completa
363	1	180	Forma de biscoito	Cer. Comum	Engobe castanho alisado	Engobe amarelado	Ox.	-	Exposição ao fogo
363	2	174	Panela	Cer. Comum	Engobe castanho alisado	Engobe castanho alisado	Ox.	-	Engobe alaranjado na superfície interna
363	3	103	Bilha	Cer. Comum	Engobe avermelhado alisado	Engobe castanho alisado	Ox.	-	Manchas e escorrências avermelhadas em ambas as superfícies
363	4	168	Panela	Cer. Comum	Engobe castanho alisado	Engobe castanho alisado	Ox.	-	-
364	1	143	Bilha	Cer. Comum	Engobe castanho alisado	Engobe castanho alisado	Ox.	-	Exposição ao fogo
364	2	146	Bilha	Cer. Comum	Engobe avermelhado alisado	Engobe castanho alisado	Ox.	-	-
364	3a	88	Tigela	Cer. Comum	Engobe cinzento alisado	Engobe cinzento alisado	Ox.	-	Engobe alaranjado na superfície externa com escorrência para a superfície interna
364	3b	138	Bilha / Brinquedo	Cer. Comum	Engobe castanho alisado	Engobe alaranjado alisado	Ox.	-	Sobrecozedura e exposição ao fogo

UE	N.º inv.	N.º des.	Forma	Categoria	Sup. Externa	Sup. Interna	Coz.	Decoração	Observações
364	4	88	Tigela	Cer. Comum	Engobe castanho alisado	Engobe castanho alisado	Ox.	-	Engobe alaranjado na superfície interna e exposição ao fogo
364	5	179	Papeira	Cer. Comum	Engobe castanho alisado	Engobe alaranjado alisado	Ox.	-	Engobe alaranjado na superfície interna com escorrência para a superfície externa
364	6	166	Panela	Cer. Comum	Engobe castanho alisado	Engobe castanho alisado	Ox.	-	-
364	7	136	Medida	Cer. Comum	Engobe castanho alisado	Engobe castanho alisado	Ox.	-	Engobe alaranjado na superfície interna e exposição ao fogo
364	8	96	Bilha	Cer. Comum	Engobe avermelhado alisado	Engobe castanho alisado	Ox.	-	-
364	9	95	Bilha	Cer. Comum	Engobe avermelhado alisado	Engobe avermelhado alisado	Ox.	-	-
364	10	23	Alguidar	Cer. Comum	Engobe castanho alisado	Engobe castanho alisado	Ox.	-	-
374	1	186	Testo	Cer. Comum	Engobe cinzento alisado	Engobe cinzento alisado	Red.	-	Sobrecozedura e exposição ao fogo
374	2	38	Alguidar	Cer. Comum	Engobe castanho alisado	Engobe castanho alisado	Ox.	-	Sobrecozedura e exposição ao fogo
374	3	35	Alguidar	Cer. Comum	Engobe castanho alisado	Engobe castanho alisado	Ox.	-	Sobrecozedura e exposição ao fogo
374	4	178	Tacho	Cer. Comum	Engobe castanho alisado	Engobe castanho alisado	Ox.	-	-
374	5	12	Alguidar	Cer. Comum	Engobe castanho alisado	Engobe castanho alisado	Ox.	-	Sobrecozedura e exposição ao fogo
374	6	3	Alguidar	Cer. Comum	Engobe castanho alisado	Engobe castanho alisado	Ox.	-	Sobrecozedura e exposição ao fogo
374	7	42	Tigela	Cer. Comum	Engobe avermelhado alisado	Engobe castanho alisado	Ox.	-	Manchas pontuais amareladas em ambas as superfícies
374	8	70	Tigela	Cer. Comum	Engobe castanho alisado	Engobe castanho alisado	Ox.	-	Engobe amarelado na superfície interna

UE	N.º inv.	N.º des.	Forma	Categoria	Sup. Externa	Sup. Interna	Coz.	Decoração	Observações
474	1	29	Alguidar	Cer. Comum	Engobe cinzento alisado	Engobe cinzento alisado	Red.	-	Sobrecozedura e exposição ao fogo
474	2	29	Alguidar	Cer. Comum	Engobe cinzento alisado	Engobe cinzento alisado	Red.	-	Sobrecozedura e exposição ao fogo
474	4	20	Alguidar	Cer. Comum	Engobe cinzento alisado	Engobe cinzento alisado	Red.	-	Sobrecozedura e exposição ao fogo
474	5	63	Alguidar	Cer. Comum	Engobe cinzento alisado	Engobe cinzento alisado	Red.	-	Sobrecozedura e exposição ao fogo
474	6	37	Alguidar	Cer. Comum	Engobe cinzento alisado	Engobe cinzento alisado	Red.	-	Sobrecozedura e exposição ao fogo
475	1	166	Panela	Cer. Comum	Engobe castanho-avermelhado alisado	Engobe castanho-avermelhado alisado	Ox.	-	-
475	2	79	Tigela	Cer. Comum	Engobe castanho-avermelhado alisado	Engobe castanho-avermelhado alisado	Ox.	-	-
475	3	76	Tigela	Cer. Comum	Engobe castanho-avermelhado alisado	Engobe castanho-avermelhado alisado	Ox.	-	-
475	4	34	Alguidar	Cer. Comum	Engobe cinzento alisado	Engobe cinzento alisado	Red.	-	-
475	6	38	Alguidar	Cer. Comum	Engobe cinzento alisado	Engobe cinzento alisado	Red.	-	-
475	8	52	Tigela	Cer. Comum	Engobe cinzento alisado	Engobe cinzento alisado	Red.	-	-
475	9	89	Tigela	Cer. Comum	Engobe castanho alisado	Engobe castanho alisado	Red.	-	-
475	10	-	Não classificável - asa	Cer. Comum	Engobe castanho alisado	Engobe castanho alisado	Ox.	-	-
475	11	77	Tigela	Cer. Comum	Engobe castanho alisado	Engobe castanho alisado	Red.	-	-
475	12	-	Não classificável - asa	Cer. Comum	Engobe cinzento alisado	Engobe cinzento alisado	Ox.	-	-
475	13	128	Jarro	Cer. Comum	Engobe castanho alisado	Engobe castanho alisado	Ox.	-	-

# PROYECTO ARQUEOLÓGICO “CASTILLO DEL ARGALLÉN”. ARQUEOLOGÍA DE UNA ENCRUCIJADA HISTÓRICA

Recibido: 23 de Abril de 2017 / Aprobado: 29 de Diciembre de 2018

## **Diego Sanabria Murillo<sup>1</sup>**

Arqueólogo

## **Antonio José Domínguez Martín<sup>2</sup>**

Arqueólogo

## **Antonio D. López Rodríguez<sup>3</sup>**

Historiador

### **Resumen**

Con este trabajo presentamos los resultados globales de la primera campaña de excavación arqueológica efectuada en el yacimiento del “Castillo del Argallén”, un enclave situado entre las comarcas de La Serena y Campiña extremeñas. La especial ubicación del sitio, en un entramado de valles y sierras, con un eje vertebrador principal en el río Guadámez, imprime al yacimiento un carácter estratégico que se pone de manifiesto recurrentemente en diversas épocas como la Romanización, la etapa andalusí o durante la última Guerra Civil española.

**Palabras-clave:** *Garb al-Ándalus*; fortificación; Castillo del Argallén; Guerra Civil española.

### **Abstract**

In this paper we present the overall results of the first archaeological excavation campaign carried out in the “Castillo del Argallén” site, an enclave located between La Serena and Campiña, in Extremadura. The special location of the site, in a framework of valleys and mountains, with a main axis in the river Guadámez, gives to the site a strategic character that is recurrently manifested in various periods such as Romanization, the Andalusian stage or during the last Spanish Civil War.

**Keywords:** *Garb al-Ándalus*; fortification; Castillo de Argallén; Spanish Civil War.

---

<sup>1</sup> sanabriamurillo.arq@gmail.com

<sup>2</sup> dominguezhistoria@gmail.com

<sup>3</sup> doroteolope@gmail.com

## 1. Introducción

El yacimiento arqueológico del “Castillo del Argallén” se localiza entre las comarcas naturales de La Serena y Campiña extremeñas (Badajoz), en el sur-este de Extremadura. De forma más precisa, el yacimiento se localiza en la cima de la Sierra de Argallén, entre los T.M. de Zalamea de la Serena y Campillo de Llerena (Badajoz) (Fig. 1). Esta sierra, con orientación armoricana (NW-SE), alcanza los 734 m.s.n.m, en su punto más elevado, mientras que el enclave que nos ocupa se halla a 708 m.s.n.m., en una loma muy accidentada de la citada sierra. A unos 5 km al NW del macizo discurre el río Guadámiz, y a éste vierte sus aguas el arroyo Argallén, que discurre al N de la sierra y que recoge toda su escorrentía. Es una zona de abundantes dehesas, de suelos pardos meridionales, con aprovechamiento mixto de ganadería y agricultura. El suelo es duro y el paisaje queda definido por una orografía donde los llanos y las ondulaciones se alternan con la sierra en una conjunción de sinclinales y anticlinales, a veces abruptos, como es el caso que aquí tratamos.

Entre el invierno y la primavera de 2015 llevamos a cabo la primera -y hasta el momento, única- campaña de excavaciones arqueológicas en el yacimiento con el fin de obtener una lectura ocupacional del sitio y aproximarnos a su caracterización cronocultural. Para ello planteamos la realización de dos sondeos en dos áreas distintas del enclave, con lo que pudimos documentar varias fases de ocupación, que van desde la temprana romanización hasta la Guerra Civil española (1936-1939), pasando por el período andalusí. Todo ello nos habla de un lugar con un gran valor estratégico en momentos de inestabilidad, que debió detentar un importante papel en dichas etapas y en claves de “territorialización”.



Fig. 1 - Localización de la Sierra de Argallén. Fuente: SIGPAC.

## 2. La excavación arqueológica

La intervención arqueológica efectuada ha tenido por objetivo principal la aproximación a la secuencia estratigráfica del yacimiento del Castillo del Argallén. Para ello realizamos dos sondeos arqueológicos –Sondeos A y B- (Fig. 1), situados en las zonas más elevadas del yacimiento, aprovechando la presencia en superficie de una gran concentración de estructuras (Fig. 2). En este sentido, se optó por realizar los sondeos a partir de la cara interna de dos potentes muros ciclópeos, con la esperanza de llegar a la base de los mismos y obtener algún dato sobre la fundación de ambos paramentos.

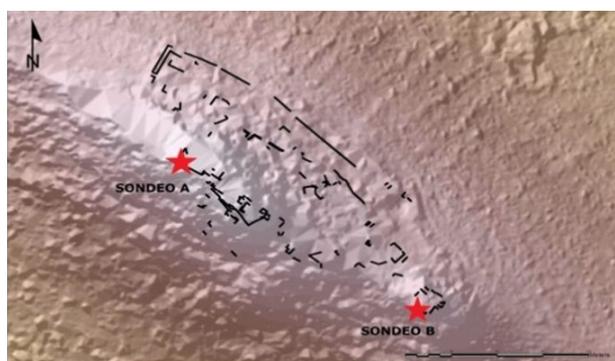


Fig. 2 - Estructuras visibles en superficie y localización de ambos sondeos (s. V. Mayoral).

## • El Sondeo A

El Sondeo A se proyectó en la misma cima de la sierra, dando cara a la vertiente S. Su delimitación por este extremo se apoyaba en la presencia de un potente muro, UE 97 (Fig. 3). En dicho sondeo, la fase contemporánea se manifiesta principalmente a través de los niveles UE's 100 y 101, identificado este último como un gran derrumbe. Bajo éste localizamos la unidad estratigráfica UE 102, un estrato de nivelación de tierra y piedras muy potente, dispuesto en conjunción con el muro UE 97, formando una suerte de aterrazado. Una vez excavado parcialmente este nivel, efectuamos en él un pequeño sondeo a modo de zanja, paralelo al muro citado y adosado a éste y que nos permitió conocer la fundación de dicho muro en época andalusí y además comprobar cómo durante la fase contemporánea, concretamente en la Guerra Civil española, se habían alterado los niveles andalusíes hasta los cimientos debido a la construcción del parapeto de trinchera (Fig. 4).

Finalmente, en la esquina suroeste del Sondeo A se localizó una inhumación primaria e individual -UE 104- (Fig. 5), integrada por restos óseos humanos en el fondo de lo que fue un pozo de tirador de la Guerra Civil española (1936 -1939).



Fig. 3 - Aspecto inicial del Sondeo A. A la izquierda, parapeto contemporáneo. A la derecha, muro andalusí.

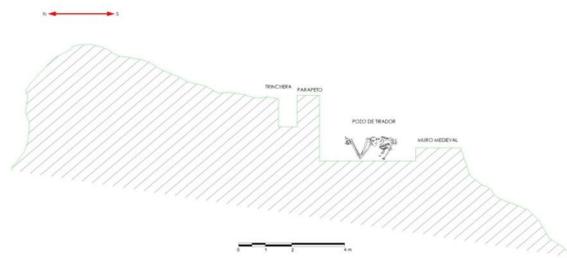


Fig. 4 - Sección-esquema N-S del Sondeo A.

## • El Sondeo B

El sondeo B se proyectó apoyándose al interior de la esquina marcada por una gran estructura de aparejo ciclópeo (UE 200), una de las construcciones más significativas situadas en la ladera SE del yacimiento (Fig. 5).



Fig. 5 - Sondeo B. Nivel superficial.

Los niveles contemporáneos aquí se corresponden con las UE's 199 y 202, un parapeto de piedra trabada a hueso y el derrumbe del mismo respectivamente. Este parapeto aprovecha la presencia del muro ciclópeo indicado (UE 200) para apoyarse en él. A partir de este nivel, nos encontramos, por este orden, con un pavimento de tierra apisonada, un tabique de compartimentación y, bajo todo ello, el mismo sistema de aterrazado documentado en el Sondeo A (Fig. 6). Todas las UE's se fechan en cronologías andalusíes, entre los siglos XI y XII.



Fig. 6 - Vista del Sondeo B, una vez agotada su estratigrafía.

### 3. Resultados

Respecto a los resultados obtenidos con la realización de los dos sondeos arqueológicos, hay que resaltar lo dilatado de la secuencia ocupacional del Castillo del Argallén, una secuencia que debe ser contrastada y valorada de forma más precisa, entendiéndose estos datos que aportamos en este trabajo como resultados preliminares. Esa dilatada ocupación, con algunos saltos o *hiatus* importantes, se extiende desde momentos prerromanos hasta época contemporánea.

#### 3.1. Estudio de estructuras

Desde el punto de vista de las estructuras arqueológicas, los resultados han sido escuetos. La ubicación de los sondeos se guió en función de la observación directa en superficie de determinadas estructuras “ciclópeas” cuyo porte resultaba y resulta sorprendente, especialmente en cuanto a su aparejo y anchura. Los sondeos se plantearon al interior de dichas estructuras, y en el caso del Sondeo B aprovechando una potente esquina. El arrasamiento del sitio y la utilización del mismo durante la Guerra Civil española (1936-1939) habían desdibujado en gran medida los posibles restos estructurales “secundarios”, tales como compartimentaciones interiores o suelos, ya que los muros “ciclópeos” se

habían utilizado como parapetos mediante la excavación de trincheras y pozos de tirador tras de ellos.

Así las cosas, una vez excavados los niveles contemporáneos pudo comprobarse la fundación de estos paramentos ciclópeos en época andalusí, salvando el desnivel del terreno mediante aterrazados artificiales con potentes acopios de tierra y piedras dispuestos con la intención de crear cierta horizontalidad por la cara interior de los muros. No obstante, estos niveles de aterrazamiento contenían una buena muestra de materiales de cronología prerromana revueltos con cerámicas andalusíes, con lo que la fundación de las mencionadas estructuras y estratos de nivelación tuvo su origen en este último período, dentro del amplio conjunto de *husn* y fortalezas en alto bajoextremeños, con los que el Argallén comparte grandes similitudes.

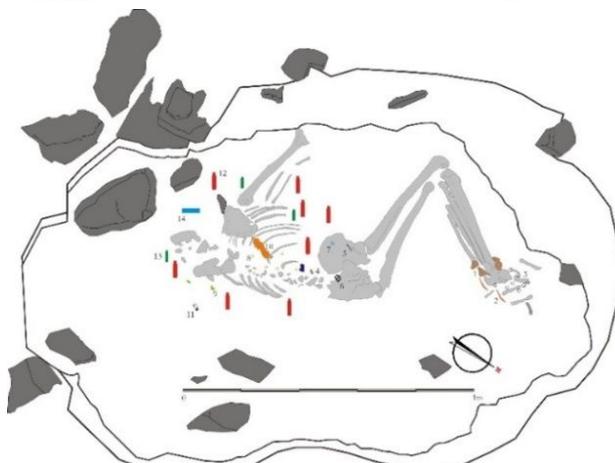


Fig. 7 - Restos óseos humanos contemporáneos pertenecientes a la inhumación primaria e individual.

En cuanto al resto de estructuras y subestructuras documentadas, se vinculan a la Guerra Civil, y se identifican con pozos de tirador y parapetos (Domínguez *et al.*, 2017). El hallazgo más importante se localizó en el interior de un pozo de tirador, documentado éste parcialmente en el Sondeo A. En él se halló los restos óseos de individuo antes mencionado, relacionados directamente con la defensa republicana de la cota “Castillo del Argallén”, restos que han sido debidamente estudiados por la antropóloga forense Doña María Fortuna Murillo (Domínguez *et al.*, 2017: figs. 30-34).

### 3.2. Estudio de materiales

#### 3.2.1. Los materiales prerromanos y de “tradición” indígena.

Entre los materiales recuperados en los sondeos hay que hacer referencia a un grupo de cerámicas que por sus características tecno-tipológicas situamos en época prerromana, si bien no se han

detectado formas concretas que permitan atribuir el conjunto a una fase clara de la Segunda Edad del Hierro. A ello se une que estos materiales aparecen revueltos en niveles andalusíes y contemporáneos. No obstante, entre estas cerámicas se cuentan producciones a mano (muy escasas) y a torno, y estas últimas se distribuyen entre producciones toscas, oxidantes finas (lisas y decoradas) y tan sólo un ejemplar gris. En cuanto a las formas prerromanas y de “tradición” destacan las ollas/urnas, orzas, cuencos, platos y fuentes, y destaca la ausencia de ánforas. Destinada a las funciones de hilado, hay que citar la presencia de una fusayola (Fig. 8).

Por su parte, las decoraciones (Fig. 9) están presentes en forma de bandas pintadas en negro y rojo vinoso, y puntualmente ondulaciones. De cualquier modo, se trata de producciones y decoraciones de un amplio perfil cronológico que pueden rastrearse desde el siglo IV a. C. hasta inicios del II a. C. en yacimientos de la Cuenca Media del Guadiana, como “Los Castillejos”, “Belén”, “Entrerríos” o “El Espadañar”

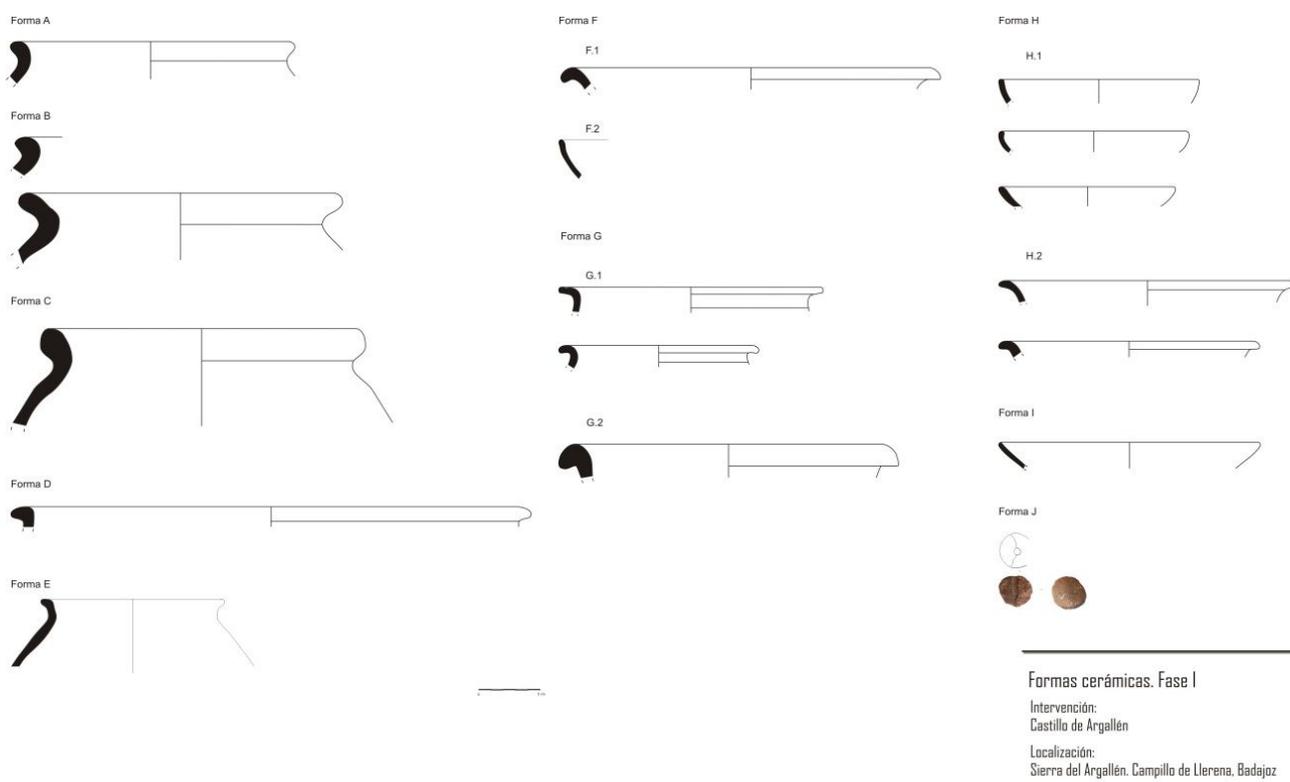


Fig. 8 - Cerámicas prerromanas / “de tradición”.

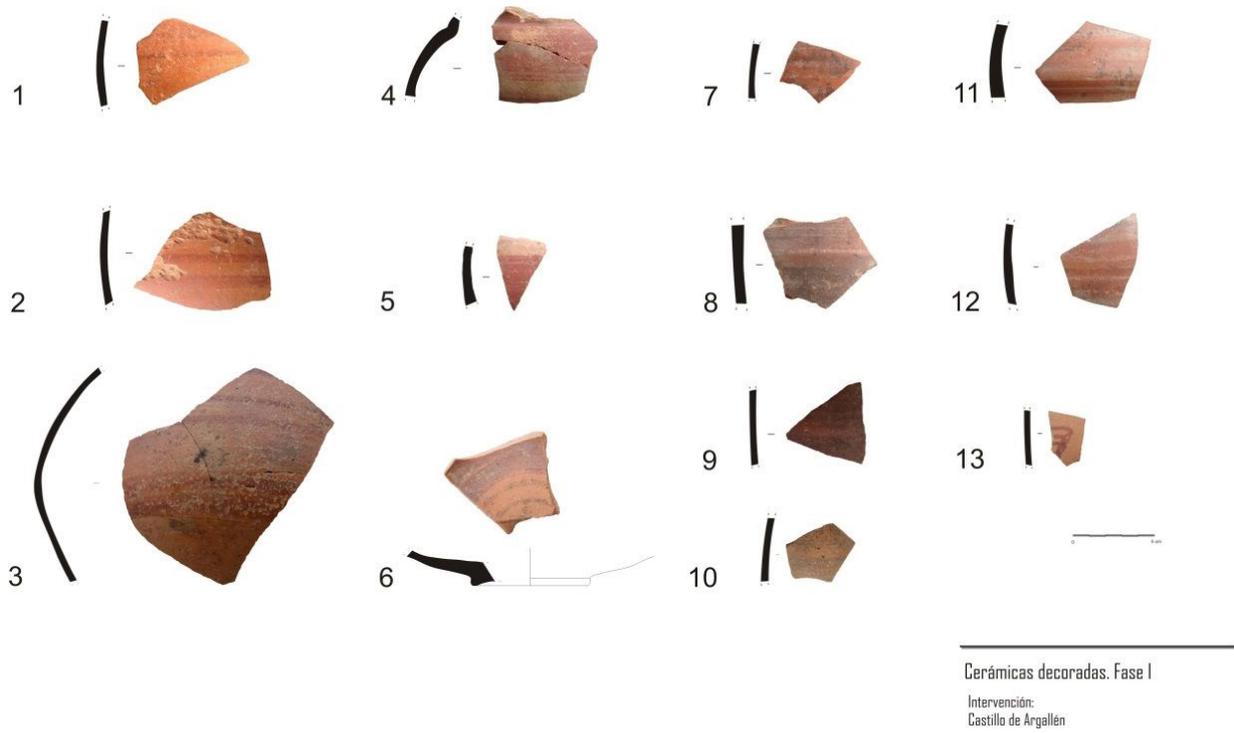


Fig. 9 - Decoración pintada sobre cerámicas prerromanas/ "de tradición".

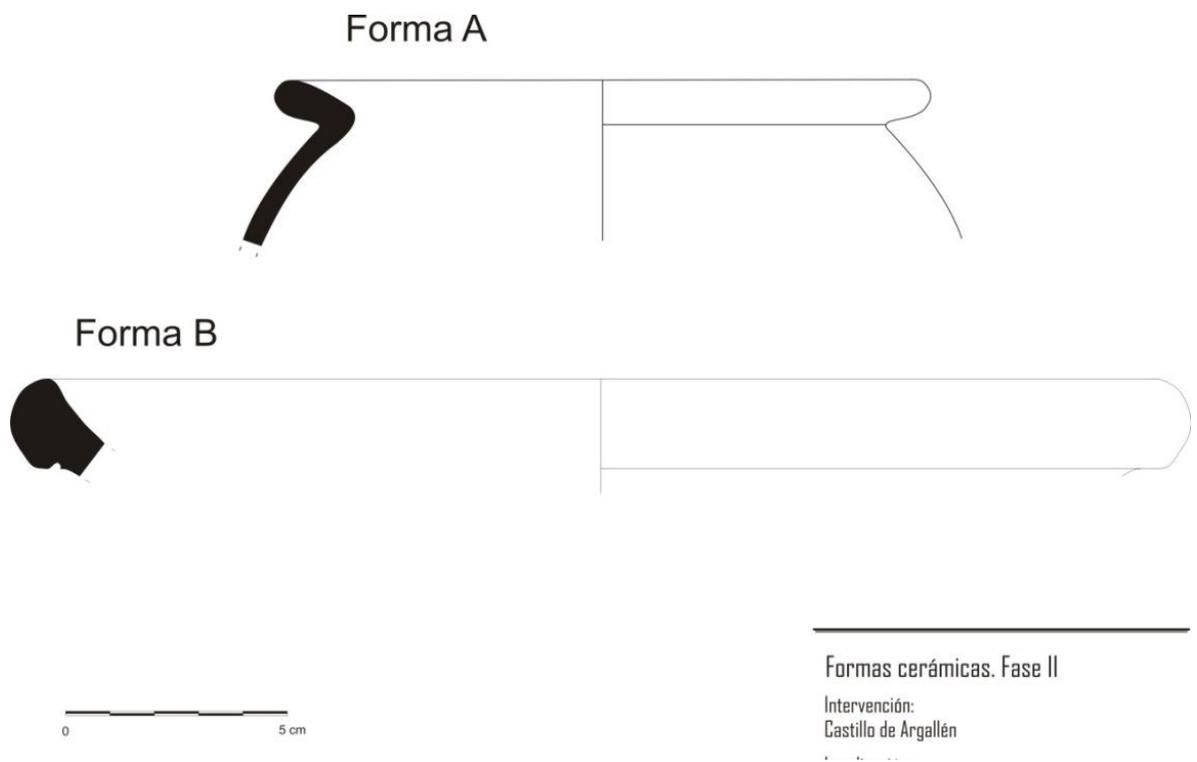


Fig. 10 - Cerámicas romanas.

(Fernández Corrales, Saucedo Pizarro y Rodríguez Díaz *et al.*, 1988: 83-84; Rodríguez Díaz, 1991: fig. 25; Rodríguez Díaz, Pavón Soldevila y Duque Espino, 2011: 90-91; Sanabria Murillo *et al.*, 2013: fig. 16).

Del mismo modo, se ha recuperado un mortero de borde engrosado altoimperial (Sánchez Sánchez, 1992: fig. 5.II-13) y una olla de borde vuelto y quiebro en el cuello muy marcado, un tipo muy común que se fecha durante todo el Alto Imperio (Vegas, 1973: 11; Smit Nolen, 1985: lám. XLIV.470) (Fig. 10).

### 3.2.2. La cerámica andalusí

Se trata del conjunto cerámico más representativo de la presente intervención, y atendiendo a su caracterización general, estamos ante piezas de almacén, despensa, cocina y de mesa o “fina”. En cualquier caso, son piezas torneadas -se detecta también la presencia de torneta- de pastas bien

decantadas y cochuras principalmente irregulares y oxidantes, seguidas de algunas reductoras. En cuanto a las formas diferenciadas (algunas de ellas con sus respectivas variantes) hay que señalar que nos encontramos con ollas (Forma A), jarros/jarritos (Forma B), alcadafe (Forma C), cazuela (Forma D), atañor (Forma E), y ficha (Forma H) (Fig. 11).

En cuanto a los paralelos de estas formas, la primera de ellas se identifica con la Forma A, ollas, unos contenedores destinados a la preparación de alimentos para su consumo inmediato. Se trata de recipientes cerrados con cuerpos de tendencia globular, habitualmente con asa, integrantes de los repertorios formales de cocina. Las pastas suelen estar medianamente decantadas y en cuanto a las decoraciones, éstas se limitan a alguna línea incisa en el hombro. En cuanto a la tipología definida en El Argallén, podemos decir que estamos ante ejemplares muy comunes en las alcañerías

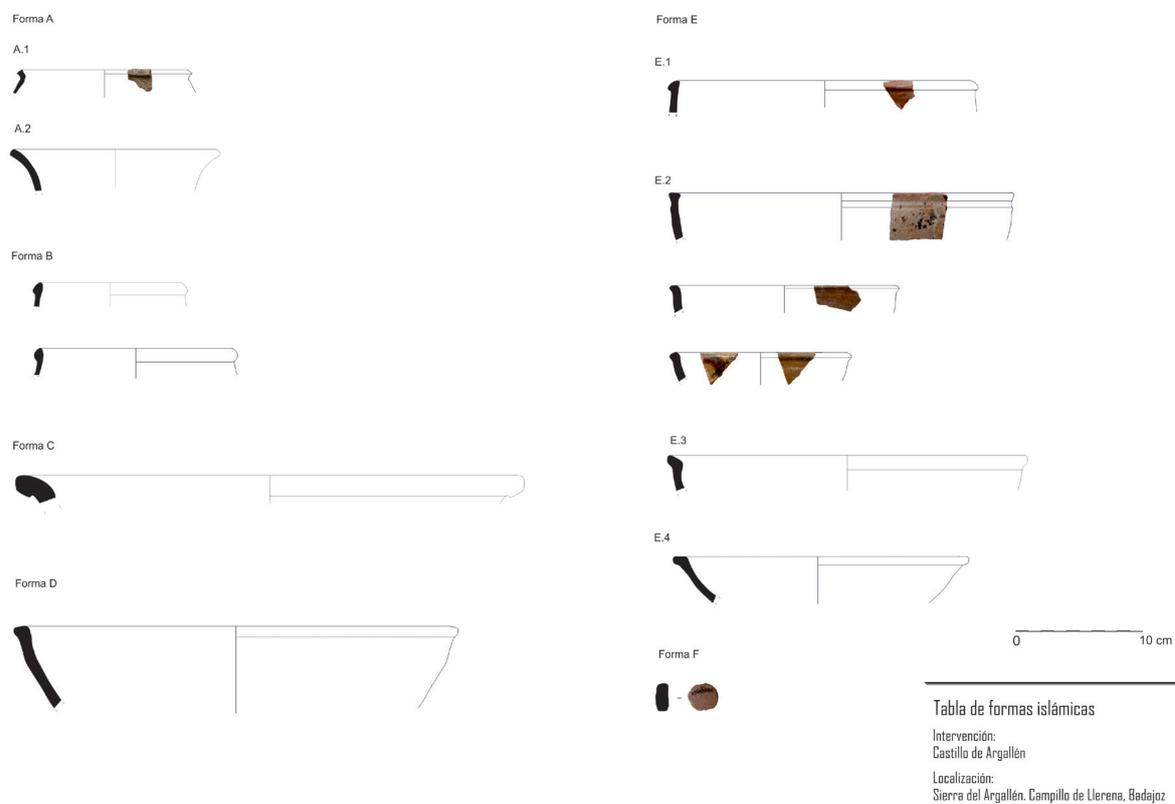


Fig. 11 - Formas cerámicas andalusíes.

andalusíes, esto es, de labios de sección triangular o redondeados y bordes vueltos. Aunque estos perfiles presentan un amplio arco cronológico, son habituales entre los siglos XI y XII, en el vecino Portugal (Amaro, 2001: 183; Lopes y Ramalho, 2001: fig. 11), en Córdoba (Fuentes Santos, 2010: tipos 1.2.D.2.2 y 1.1.A.1.4) o en Badajoz<sup>4</sup>.

Por su parte, los jarros/jarritos son contenedores cerrados, algo más pequeños que las ollas, destinados a la preparación de alimentos, con acabados toscos las más veces, aunque también podemos encontrarnos con pastas cuidadas, y tratamientos superficiales especiales como los clásicos bruñidos a bandas verticales (Fuentes Santos, 2010: 105). Con las debidas reservas que imponen los exiguos fragmentos recuperados, su gran funcionalidad hace que sea una forma fácilmente rastreada en

los registros andalusíes, y también en cronologías en torno a los siglos XI y XII (Retuerce Velasco, 1998: forma C; Fuentes Santos, 2010: subtipo 2.1.B.1.10).

Respecto a los barreños o alcadafes, su uso se vincula a la higiene personal, sin menoscabo de otros usos domésticos. Respecto a su adscripción cronológica, desde época emiral los lebrillos son frecuentes en los contextos andalusíes desde época temprana (Alba Calzado y Feijoo Martínez, 2001: fig. 6): el perfil identificado en el Castillo del Argallén tiene un referente claro en Cercadilla (Córdoba) entre los siglos XII y XIII (Fuentes Santos, 2010: subtipo 5.1.G.3.1).

Por su parte, las cazuelas se destinan a la cocina, son un tipo muy habitual en al-Ándalus. Perfiles

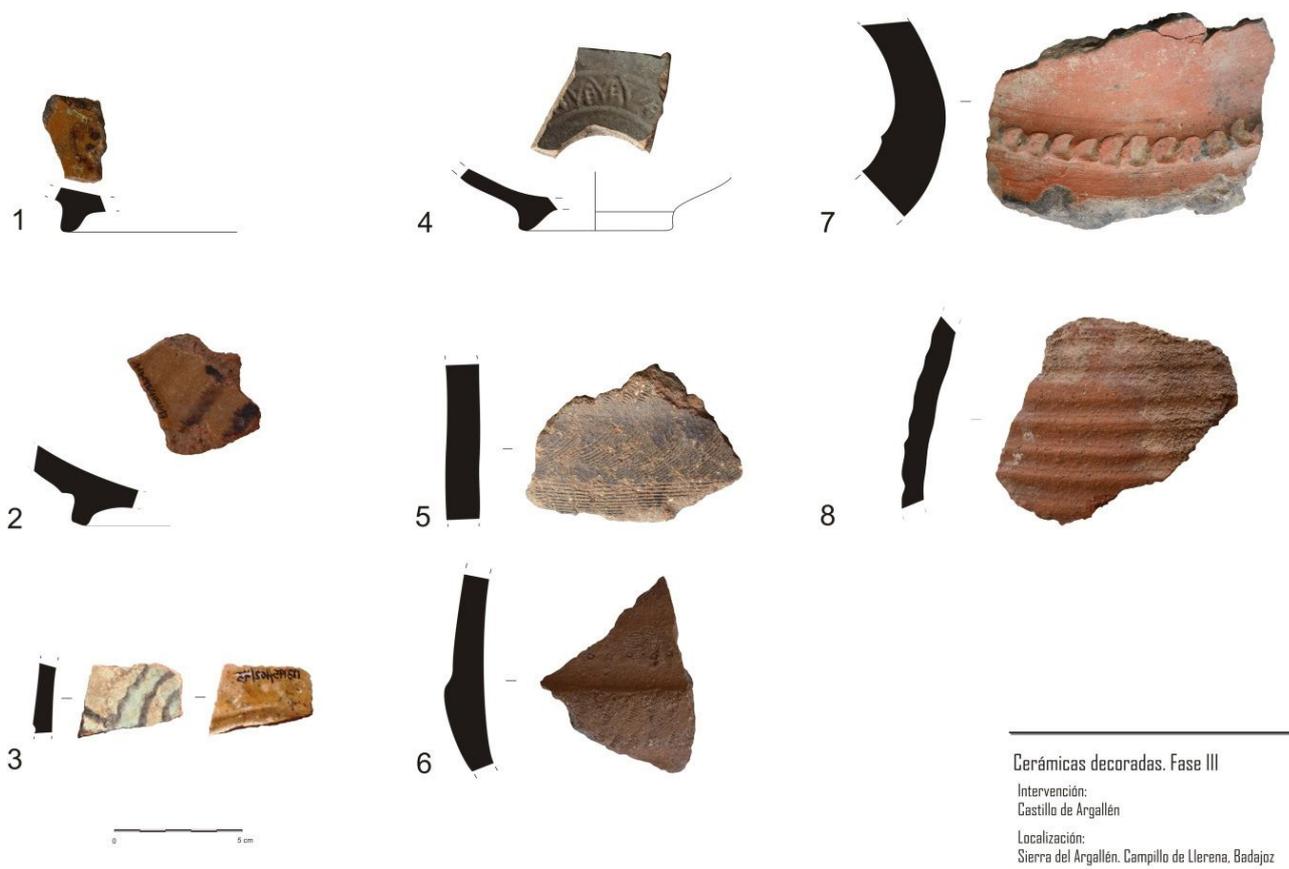


Fig. 12 - Decoraciones andalusíes.

4 Informe Final de la excavación arqueológica en el Museo de Bellas Artes de Badajoz (Sanabria Murillo *et al.*, 2013: 106), depositado en la Dirección General de Bibliotecas, Museos y Patrimonio Cultural. Presidencia. Junta de Extremadura. Trabajo inédito

similares al del Argallén los encontramos en sitios como Cercadilla, donde se fechan entre el siglo XII y el XIII (Fuertes Santos, 2010: subtipo 7.4.B.3.2), o en Santarém (Portugal) entre los siglos X y XI (Lopes y Ramalho, 2001: 59).

Más “refinados” que los cuencos y fuentes, los ataifores son recipientes destinados a la mesa, con bordes exvasados o vueltos, normalmente vidriados en tonos melados, con o sin goterones y chorros de manganeso. Puntualmente aparecen decoraciones en verde y manganeso. Se trata de una forma abundante, pudiendo localizarse en Lisboa desde mediados del siglo X y durante el siglo XI (Amaro, 2001: fig. 17.3-4). De forma más general, en la Meseta perfiles similares a nuestros Tipos E.1 y E.2 conviven durante los siglos XII y XIII (Retuerce Velasco, 1998: tipos A.21-23 y A-26). En el caso de los Tipos E.3 y E.4, de borde ligeramente inclinado al interior o de borde horizontal, los paralelos son más escasos, si bien pueden encontrarse ciertas similitudes con perfiles hallados en Silves (Portugal) y cronológicamente situados en el siglo XII (Gonçalves *et al.*, 2015: fig. 7.45).

En cuanto a las piezas elaboradas a partir de materiales cerámicos reciclados, como las fichas, Forma F, es frecuente su hallazgo en sitios arqueológicos de distintas épocas: las piezas más pequeñas, inferiores a 5 cm, podrían formar parte de un conjunto mayor de piezas similares utilizadas para distintos juegos de tablero (Gonçalves *et al.*, 2017: 1418).

Dentro de las cerámicas andalusíes consideramos necesario hacer mención a las decoraciones que aparecen en una pequeña parte de éstas (Fig. 12). Podemos decir que nos encontramos con motivos habituales en esta época, esto es estriada, aplicada, incisa, a peine, estampillada y vidriada. En cuanto a las estrías, son elementos recurrentes en la cerámica andalusí, con un amplio espectro cronológico, algo que también ocurre con los cordones

aplicados (siempre sobre recipientes de gran tamaño) decorados con incisiones, o los motivos a peine, que en este caso son idénticos a los reconocidos en la excavación del Museo de Bellas Artes de Badajoz en niveles del siglo XI. También es interesante algún ejemplo de estampillado, con motivo foliáceo fechable en cronologías almohades comprendidas entre finales del siglo XII y principios del XIII (Melero García, 2012: 123). Por otro lado, los vidriados melados y verdes son igualmente recurrentes sobre todo a partir del califato, pero es la decoración de verde y manganeso la que se expande desde este momento y durante el siglo XI, aunque recientemente y en función de nuevos aportes arqueológicos, las fechas para el inicio de esta técnica decorativa podrían adelantarse a finales del emirato, con su máximo apogeo en la segunda mitad del siglo X (Salinas, 2012: 538).



Fig. 13 - Materiales contemporáneos.

### 3.2.3. Materiales contemporáneos

En relación a los materiales adscritos a la Guerra Civil, el elemento central de estudio es la cartuchería (vainas y proyectiles) (Fig. 13). Destaca la presencia de ocho vainas. De éstas se reconocen tres de ellas, gracias a sus marcajes (procedentes de Italia, México y de la antigua U.R.S.S) y el resto no han podido ser identificadas ya que no cuentan con el marcaje de identificación en la base o bien porque su avanzado estado de deterioro lo impide (Domínguez *et al.*, 2017).

## 4. Conclusiones

La campaña de sondeos de 2015 que se llevó a cabo sobre el yacimiento arqueológico del “Castillo del Argallén” ha aportado una serie de datos, que si bien son insuficientes para caracterizar una ocupación tan extensa en términos cronológicos y de superficie, sí arrojan ciertos datos interesantes para proponer una articulación cultural de este espacio y su territorio a lo largo del tiempo.

En primer lugar, hay que hacer referencia a una serie de materiales, por su orden los más antiguos, que apuntan a una ocupación del sitio a caballo entre el mundo indígena y la romanización. Es difícil precisar todavía si este primer conjunto artefactual responde a niveles de ocupación prerromanos, ya que aparecen removidos e integrados en estratos andalusíes. Lo que sí es evidente es que se trata de materiales -cerámicos, principalmente- presentes en contextos prerromanos bien estudiados del entorno cultural del yacimiento, entendido éste como la Beturia Túrdula, del que son buenos ejemplos los yacimientos ya reseñados como Entrerriós, Tabla de las Cañas o El Espadañar. Bien es cierto que el lugar que ocupa el Castillo del Argallén se sitúa cerca del límite teórico entre las dos Beturias, la Túrdula y la Céltica, un enclave

con carácter de frontera y de encrucijada que siempre acompañará a nuestro yacimiento. Como decimos, son materiales que tienen una ascendencia clara en la Segunda Edad del Hierro, aunque su hallazgo en niveles andalusíes y por tanto sin asociarse a estratos prerromanos hace que estas conclusiones deban ser tomadas con las debidas reservas.

Asimismo, la ausencia de “fósiles directores” propios de este momento, como los recipientes de barniz rojo ibérico, las cerámicas griegas tan frecuentes en contextos de los siglos IV y III a. C., así como la presencia de dos perfiles cerámicos romanos –olla y mortero- en el mismo estrato, nos llevan a contemplar la posibilidad de una proximidad de estos materiales a contextos republicanos, si bien esto tampoco es claro ya que no contamos con materiales propios de esta fase al margen de los ya indicados –y que pueden fecharse entre el cambio de era y el siglo I d.C.-. En todo caso, las intervenciones que se están llevando a cabo en los últimos tiempos en enclaves cercanos, como recintos y *oppida*, arrojan una ocupación de los mismos en época tardorrepublicana y altoimperial. Así, algunos muros “ciclópeos” del Castillo del Argallén podrían tener este origen, o incluso una génesis anterior que está aún por determinar. No obstante, la actual campaña de sondeos también nos ha permitido documentar la fundación de algunos de estos paramentos “ciclópeos” en época andalusí. De este modo, en ambos sondeos se ha constatado una ocupación intensa en este período, principalmente entre las Primeras Taifas y el mundo almohade, posiblemente hasta la absorción del sitio en territorio cristiano y su definitiva despoblación en el siglo XIII. Como decimos, la ocupación andalusí del Argallén, a partir de los materiales localizados, pudo tener su origen en el siglo XI. La construcción de potentes paramentos de carácter “ciclópeo” se fundamenta

en este momento en la creación de muros ataludados al exterior con zapata de nivelación al interior, mediante la disposición de enjarjes de piedra muy amplios que funcionan tanto como plataforma horizontal, cimienta y trabazón del muro al interior, salvando así el elevado desnivel del lugar. En el Sondeo A, las remociones contemporáneas para la provisión de mampuesto con motivo de la construcción de una trinchera con parapeto pétreo durante la Guerra Civil ocasionó la pérdida de una notable porción del paquete estratigráfico andalusí, mientras que en el Sondeo B pudo localizarse un nivel de suelo de tierra batida de color rojo, dispuesto sobre la zapata de nivelación antes descrita, zapata que también se documentó en el Sondeo A. Entre los materiales destacan los vidriados con verde y manganeso, así como algún estampillado que nos sitúa en contextos almohades. En todo caso, el registro material no aporta ningún dato acerca de una continuidad del hábitat ya en época cristiana, por lo que se confirma la despoblación del sitio una vez conquistado el territorio por los cristianos, quedando aquél como vértice del deslinde entre las órdenes de Alcántara y Santiago.

Sea como fuere, la amplia dispersión de los materiales cerámicos y de las estructuras visibles y su entidad, así como la presencia de murallas y posibles torres, hacen suponer la importancia que el “Algalet” andalusí debió tener en la Extremadura musulmana: un

hisn comparable a los cercanos de Magacela o Benquerencia de la Serena, que por distintas razones no se reocupó tras la conquista cristiana, como sí ocurrió con las fortificaciones vecinas (Gibello Bravo, 2006: 387).

Finalmente, el lugar es testigo del último acontecimiento bélico, hecho que ha dejado una notable huella en el yacimiento. De esta forma, la remoción de tierra para obtener mampuesto con el que construir una trinchera y su parapeto ocasionó la creación de una especie de hoyo o cubeta que pudo ser utilizada como puesto de tirador, con una inmejorable visibilidad y dominio del entorno. Fue durante la excavación del Sondeo A cuando se pudo documentar esta subestructura que ocupaba la mayor parte de la superficie del Sondeo. En ella se localizó una buena cantidad de vainas de proyectil de fusil, pertenecientes al bando republicano y al sublevado, y en este punto hay que destacar el hallazgo de un esqueleto perteneciente a un varón, posiblemente muerto en el mismo lugar,



Fig. 14 - Mapa del Frente Extremeño entre 1937-1938.

que apareció en una postura forzada, en decúbito prono, cuya indumentaria -principalmente relativa a la vestimenta- apunta a un individuo directamente relacionado con la defensa republicana del enclave. Este hecho es interesante en la medida en que se trata del hallazgo del primer combatiente en frente de batalla en Extremadura.

Respecto al contexto histórico relativo a los restos de la Guerra Civil, las ruinas del Castillo de Argallén y su privilegiado enclave geográfico volvieron a tener relevancia estratégica para el control militar del territorio (Fig. 14). Su reutilización sucedió durante las operaciones militares desarrolladas en la zona S del Frente Extremeño durante la Guerra Civil Española (1936-1939). Durante el verano y otoño de 1936 se sucedieron los enfrentamientos entre las columnas de militares rebeldes y las fuerzas defensoras de la legalidad republicana, más heterogéneas al estar formadas por civiles armados y algunos militares (Hinojosa Durán, 2009: 33). Finalmente, las poblaciones de las Vegas Altas del Guadiana, con Don Benito y Villanueva de La Serena como principales núcleos de población, y las comarcas de La Serena y La Siberia-Los Montes fueron los territorios que quedaron en manos de los leales a la República (Chaves Palacios, 2008: 483).

La Sierra de los Argallenes, junto con toda la línea de sierras que en paralelo encaja el curso del Guadamez en dirección NW, fue donde se establecieron las defensas de la República. Esta frontera natural, y a la altura de la zona que nos interesa, marcaba la fractura entre las poblaciones rebeldes más cercanas como Campillo y Retamal de Llerena y el núcleo gubernamental más próximo que era Higuera de La Serena. Como eje entre estas poblaciones estaba y está la carretera que unía a Llerena con Castuera. Esta infraestructura viaria sería la causa principal de los movimientos de tropas y

operaciones militares que se sucedieron entre los años 1937 y 1938.

Las primeras fortificaciones de las ruinas del Castillo de Argallén fueron realizadas por los republicanos, concretamente por uno de los Batallones de la 109 Brigada Mixta, en la primavera de 1937. Las operaciones militares que afectaron a sus centenarias estructuras fueron:

- Ofensiva franquista en junio de 1937 y contraofensiva republicana del mismo mes y año.
- Ofensiva franquista en febrero de 1938 y contraofensiva republicana del mismo mes y año.

A partir de la batalla de febrero de 1938, las ruinas del Castillo fueron ocupadas por los franquistas que fortificaron su vertiente NE. Con la ofensiva franquista durante las operaciones de “cierre de La Bolsa de La Serena” de finales de julio y principios de agosto de 1938, todas las trincheras de esta zona del Frente quedaron abandonadas.

Como conclusión global de todo lo expuesto, esta primera campaña de sondeos nos ha permitido realizar una aproximación a la realidad arqueológica del Castillo del Argallén, obteniéndose así la lectura cronológica de un enclave situado en una encrucijada de sierras, valles y ríos, que en varias ocasiones ha puesto de relieve su posición estratégica.

## Bibliografía

- ALBA CALZADO, Miguel; FEIJOO MARTÍNEZ, Santiago (2001). Cerámica emiral de Mérida. *GARB. Sitios Islámicos del Sur Peninsular*. Lisboa-Mérida: IPPAR-Junta de Extremadura. 329-375.
- AMARO, Clementino (2001). Presença muçulmana no claustro da Sé Catedral - três contextos com cerâmica islâmica. *GARB. Sitios Islámicos del Sur Peninsular*. Lisboa-Mérida: IPPAR-Junta da Extremadura, pp. 165-197.

- CHAVES PALACIOS, Julián (2008). *La Guerra Civil en Extremadura. Operaciones militares (1936-1939)*. Badajoz: Junta de Extremadura.
- DOMÍNGUEZ, Antonio José; FORTUNA, María; LÓPEZ RODRÍGUEZ, Antonio Doroteo; SANABRIA MURILLO, Diego (2017). De fortificación andalusí a campo de batalla en el Frente Extremeño durante la Guerra Civil. Exhumación de un soldado en el yacimiento arqueológico de “Castillo de Argallén” (Península Ibérica). *Munibe Antropologia - Arkeologia*, 68, pp. 301-325.
- FERNÁNDEZ CORRALES, José María; SAUCEDA PIZARRO, María Isabel; RODRÍGUEZ DÍAZ, Alonso (1988). Los poblados calcolítico y prerromano de Los Castillejos (Fuente de Cantos, Badajoz). *Extremadura Arqueológica*, 1, pp. 69-88.
- FUERTES SANTOS, María del Camino (2010). *La cerámica medieval de Cercadilla, Córdoba. Tipología, decoración y función*. Sevilla: Consejería de Cultura.
- GIBELLO BRAVO, Víctor Manuel (2006). *El poblamiento islámico en Extremadura. Territorio, asentamientos e itinerarios*. Mérida: Junta de Extremadura.
- GONÇALVES, Maria José; INÁCIO, Isabel; SANTOS, Constança dos; COELHO, Catarina; LIBERATO, Marco; GOMES, Ana Sofia; BUGALHÃO, Jacinta; CATARINO, Helena; CAVACO, Sandra; COVANEIRO, Jaquelina; FERNANDES, Isabel Cristina; GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana (2015). Vinte anos de Cerâmica Islâmica do Garb al-Andalus: ensaio crono-tipológico das formas abertas (I). En Nieves Medina Rosales (coord.) *VII Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular. Aroche-Serpa, 29 e 30 de novembro e 1 de dezembro de 2013*. Aroche: Ayuntamiento de Aroche, pp. 1025-1041.
- GONÇALVES, Maria José; GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana; COVANEIRO, Jaquelina; FERNANDES, Isabel Cristina; GOMES, Ana Sofia; INÁCIO, Isabel; LIBERATO, Marco; SANTOS, Constança dos; BUGALHÃO, Jacinta; CATARINO, Helena; CAVACO, Sandra; COELHO, Catarina (2017). Manifestações lúdicas na cerâmica do Gharb al-Andalus. En José Morais Arnaud y Andrea Martins (eds.) *Arqueologia em Portugal. Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 1417-1430.
- HINOJOSA DURÁN, José (2009). *Tropas en un frente olvidado. El ejército republicano en Extremadura durante la Guerra Civil*. Mérida: Editora Regional de Mérida.
- LOPES, Carla do Carmo; RAMALHO, María Magalhães (2001). Presença islâmica no convento de S. Francisco de Santarém. *GARB. Sitios Islámicos del Sur Peninsular*. Lisboa-Mérida: IPPAR-Junta de Extremadura, pp. 31-88.
- MELERO GARCÍA, F. (2012). El ataífor estampillado andalusí. A propósito del conjunto documentado en el vertedero medieval de Cártama (Málaga). *Debates de Arqueología Medieval*, 2, pp. 109-128.
- RETUERCE VELASCO, Manuel (1998). *La cerámica andalusí de la Meseta*. Madrid: CRAN.
- RODRÍGUEZ DÍAZ, Alonso (coord.) (1991). *La ermita de Belén (Zafra, Badajoz). Campaña de 1987*. Mérida: Editorial Regional de Extremadura.
- RODRÍGUEZ DÍAZ, Alonso; PAVÓN SOLDEVILA, Ignacio; DUQUE ESPINO, David Manuel (eds.) (2011). *El poblado prerromano de Entrerriós (Villanueva de la Serena, Badajoz). Campaña de 2008*. Memorias de Arqueología Extremeña, 13. Mérida: Junta de Extremadura.
- SALINAS PLEGUEZUELO, E. (2012). *La cerámica islámica de Madinat Qurtuba de 1031 a 1236: Cronotipología y centros de producción*. Tesis Doctoral. Universidad de Córdoba.
- SANABRIA MURILLO, Diego; SÁNCHEZ HIDALGO, Fernando; MENÉNDEZ MENÉNDEZ, Andrea; GIBELLO BRAVO, Víctor Manuel (2013). Nuevos datos para el conocimiento de la Segunda Edad del Hierro en la *Baeturia Túrdula*. El yacimiento de El Espadañar (Quintana de la Serena, Badajoz). En Javier Jiménez Ávila; Macarena Bustamante-Álvarez; Miriam García Cabezas (coord.) *VI Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular (Villafranca de los Barros)*, pp. 1245-1274.
- SÁNCHEZ SÁNCHEZ, M.<sup>a</sup> Ángeles (1992). *Cerámica común romana de Mérida*. Series de Arqueología Extremeña, 3. Cáceres: Universidad de Extremadura.
- SMIT NOLEN, Jeannette (1985). *Cerâmica comum de necrópoles do Alto Alentejo*. Fundação da Casa de Bragança.
- VEGAS, Mercedes (1973). *Cerámica común romana del Mediterráneo Occidental*. Barcelona: Universidad de Barcelona.

# QUATRO ANOS DE INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA NO ESPAÇO CIDADÃO (PALMELA). OS PRINCIPAIS RESULTADOS E ALGUMAS QUESTÕES

Recebido: 26 de Maio de 2017 / Aprovado: 29 de Dezembro de 2018

**João Nunes<sup>1</sup> e Eduardo Porfírio<sup>1</sup>**

Arqueólogos. Palimpsesto, Estudo e Preservação do Património Cultural, Lda.

**Michelle Teixeira Santos<sup>2</sup>**

Arqueóloga. Câmara Municipal de Palmela/Museu Municipal.

## Resumo

Apresentação dos resultados das intervenções arqueológicas realizadas no âmbito da reabilitação do edifício Espaço Cidadão, desenvolvidas entre 2011 e 2015, que forneceram um conjunto de informação sobre a evolução da urbe de Palmela, desde o Período Medieval até ao século XX.

A sequência construtiva deste edifício, de arquitectura *quinhentista*, organizou-se segundo três grandes momentos construtivos: um primeiro do Período Tardo-medieval e inícios do Período Moderno (séculos XIII/XIV-XVI); seguido de uma nova fase, com a introdução de novos elementos arquitectónicos no Período Moderno (séculos XVI-XVIII) e por fim, as profundas reformulações da fase pós-terramoto (final do século XVIII ao século XX).

É possível que alguns elementos deste conjunto estrutural possam relacionar-se com a presença da comunidade cristã-nova de Palmela e as suas práticas religiosas, referida no *Foral dos Mouros Forros* e em processos da Inquisição do tribunal do Santo Ofício.

**Palavras-chave:** Arqueologia da Arquitectura; Período Medieval e Moderno; cristãos-novos.

## Abstract

Presentation of the results from the archaeological interventions developed between 2011 and 2015 as part of the rehabilitation project of the “Espaço Cidadão” building, which provided a set of information on the urban development of Palmela from the Middle Ages to the 20<sup>th</sup> century.

The constructive sequence of the building, of 16<sup>th</sup> century architecture, was organized according to three major constructive stages: a first one of the late Medieval Period and early Modern Period (13<sup>th</sup> / 14<sup>th</sup>-16<sup>th</sup> century), followed by a new stage with the introduction of new architectural elements in the Modern Period (16<sup>th</sup> -18<sup>th</sup> century). Lastly, the building suffered deep changes in the post-earthquake stage (late 18<sup>th</sup> to the 20<sup>th</sup> century).

It is possible that some of the identified architectural elements are related to the presence of the “New-Christians” community of Palmela and its religious practices, referred in «*Foral dos Mouros-Forros*» and in some Inquisition processes.

**Keywords:** Archaeology of the Architecture, Medieval Age, Modern Age, New-Christians.

---

<sup>1</sup> geral@palimpsesto.pt

<sup>2</sup> mtsantos@cm-palmela.pt

## 1 - Introdução

O edifício do Espaço Cidadão, localizado no coração do Centro Histórico da vila de Palmela, numa área de elevada sensibilidade arqueológica (Fernandes, 2004; 2012; Fernandes e Carvalho, 1993; 1997a; 1997b; Fernandes e Santos, 2008; Santos, 2012; Ramos e Porfírio, 2017; Rosendo *et al.*, 2010), integra a Zona de Protecção do arqueossítio do Mercado Velho, com contextos tardo-medievais, modernos e contemporâneos (Carvalho, 2005; 2005/2007) e os limites da Servidão Administrativa da Zona Especial de Protecção conjunta dos monumentos nacionais do Castelo, Igreja de Santiago e Pelourinho de Palmela.

Este enquadramento determinou a necessidade de promover acções de diagnóstico, de arqueologia preventiva e de musealização, desenvolvidas em diferentes fases entre os anos de 2011 e 2015.

## 2 - Faseamento e estratégia das intervenções arqueológicas desenvolvidas no Espaço Cidadão

Em 2011, com o objectivo de avaliar o potencial estratigráfico e arqueológico da área a afectar, e para uma melhor avaliação histórica do edifício, realizou-se um conjunto de sondagens de diagnóstico, horizontais (138 m<sup>2</sup>) e parietais (48,05 m<sup>2</sup>). Em 2013, na sequência dos resultados obtidos e do projecto proposto, optou-se por complementar as zonas já intervencionadas com novas áreas de escavação, localizadas na zona do logradouro (25,9 m<sup>2</sup>). Estas foram efectuadas previamente ao início de obra, de forma a minimizar os constrangimentos durante a execução da empreitada. Face aos resultados dos trabalhos anteriores, realizados entre 2013 e 2015, procedeu-se ao acompanhamento arqueológico de todas as afectações, tanto no subsolo, como ao nível do edificado.

A relevância dos elementos arquitectónicos e arqueológicos identificados, tanto no interior, como no exterior do edifício, impulsionaram a integração dos exemplares mais significativos e melhor conservados no projecto actual, promovendo-se, entre 2015 e 2016, acções de valorização, conservação preventiva e respectiva musealização.

## 3- Análise diacrónica da evolução ocupacional do Espaço Cidadão

As intervenções arqueológicas preconizadas foram determinantes para compreender a sequência construtiva deste edifício, que preservava importantes elementos da arquitectura quinhentista e que parece ter-se estruturado ao longo de três momentos construtivos:

### 1.º Momento: *Período Tardo-medieval e inícios do Período Moderno (séculos XIII/ XIV-XV)*

Esta primeira fase encontrava-se muito afectada pelas ocupações subsequentes, estando apenas documentada pelos contextos associados ao silo, identificado na sondagem 5 (Fig. 1). Também deste momento eram os depósitos registados na base da sondagem 6, possivelmente associados a um contexto de forja ou à deposição dos detritos desta.

Porém foram as sondagens parietais 1 e 2 que revelaram o melhor conjunto de informação arqueológica enquadrável no Período Tardo-medieval ou de início do Período Moderno. Como observado nestas sondagens, o edifício original foi parcialmente escavado no arenito brando de Palmela (Miocénico), como nos evidenciava o arco escavado na rocha (salas 1 e 2), que tinha associado um motivo cruciforme gravado (Santos e Nunes, 2012/2013) (Fig. 1). Esta solução arquitectónica permitia a comunicação entre estes dois espaços,



Fig. 1 - A: Arco escavado na rocha e motivo cruciforme (sondagem parietal 1); B: Arco escavado na rocha (sondagem parietal 2); C: Motivo cruciforme (sondagem parietal 1); D: Silo (sondagem 5).

podendo também ter funcionado como espaço de armazenagem, cuja configuração inicial se perdeu com as alterações realizadas no edifício nas centúrias seguintes. No Período Moderno, esta abertura foi parcialmente entaipada, em duas fases distintas, criando primeiramente uma janela quadrangular, que foi depois totalmente encerrada. Este arco serviu de suporte a um novo arco de maiores dimensões, composto por blocos de arenito.

## 2.º Momento: Período Moderno (séculos XV-XVIII)

Os contextos dos séculos XV/XVI eram bastante evidentes em toda a área intervencionada, com destaque para a sequência estratigráfica que foi registada na sondagem 7 e que preenchia uma grande estrutura negativa quadrangular escavada na rocha, realidade que era sobreposta pela parede Noroeste da sala 5.

Nas sondagens parietais 1, 2 e 3, os arcos com grandes blocos de arenito também se enquadravam nesta datação. Entre as salas 1 e 2, o segundo arco apoiava-se no arco anteriormente escavado na rocha e num suporte de pedra e argamassa, construído para vencer o desnível da encosta onde estas salas foram



Fig. 2 - A: Sequência de arcos entre as salas 1 e 2; B: Portas das salas 1 e 2 (1.º andar); C: Arco entre as salas 5 e 6; D e E: Porta entre as salas 5 e 6 (1.º andar).

escavadas. Note-se que o piso inicial destas salas se mantinha pela base do arco escavado na rocha, tendo a cota, posteriormente, sido rebaixada (Fig. 2).

Durante as picagens da parede Sul da sala 1, ao nível do 1.º andar, identificaram-se duas portas. Uma porta com ombreira biselada em arenito, encabeçada por um arco em tijolo, também biselado, ainda com vestígios de cal. (Fig. 2). Esta porta, pelas suas características e técnicas construtivas, pareceu-nos relacionar-se cronologicamente com o segundo arco de grandes blocos e a porta exterior de arco quebrado, presente na parede Este do edifício.

Na demolição da parede que divide as salas 2 e 4, identificou-se uma outra porta entaipada, com ombreiras biseladas executadas em tijolo, com revestimento de cal. A pedra de soleira apresentava o respectivo gonzo e encaixe. No rés-do-chão, do lado sul, surgiu o arranque de um arco igualmente escavado na rocha, até ao início do 1.º andar sendo credível o seu enquadramento no Período Medieval/Moderno, mas cuja verga foi alterada, possivelmente no século XIX.

Entre as salas 3 e 4, também se observou, no rés-do-chão, uma porta, com grandes ombreiras em arenito e arco chanfrado em tijolo, do Período

Moderno. Na ombreira esquerda verificou-se um grande encaixe de tendência circular, semelhante ao existente na porta exterior de arco quebrado da parede Este do edifício e que correspondia ao negativo de uma tranca. A evidência da existência de tranças foi documentada noutras portas da casa.

O prosseguimento dos trabalhos no 1.º andar, na sala 5, confirmou a existência de novos elementos relacionados com esta fase de ocupação. No canto Este desta sala, surgiu uma porta/passagem, moldurada, morfologicamente semelhante às duas janelas presentes nas paredes exteriores. O topo desta porta/passagem apresentava uma protuberância ao centro, modelo próximo das janelas manuelinas, mas que neste caso surgiu apenas moldurada, sem outro motivo decorativo associado. Curiosamente esta porta/passagem vai estreitando, da base até ao topo, e a pedra de



Fig. 3 - A: Porta/passagem entre as salas 5 e 6 (1.º andar); B, C e D: Pormenores da porta/passagem entre as salas 5 e 6 (1.º andar).

soleira, denunciando intensa utilização, mostrou-se extremamente desgastada (Fig. 3).

Paralelamente, no canto Oeste da mesma parede, individualizou-se outra porta coeva da anterior, cuja pedra de soleira se encontrou também muito gasta (Fig. 2). Registou-se uma diferença altimétrica entre estas duas portas. Notoriamente, o vão da porta/ passagem a Este era mais baixo, podendo mesmo ter servido para distinguir quem entrava, e por onde, neste compartimento.

Ainda nesta sala, entre as duas portas, identificou-se uma estrutura parietal totalmente distinta do conjunto arquitectónico existente no edifício, equivalente a um «armário de parede» (?), também moldurado e seccionado em duas partes. O topo apresentava uma configuração trapezoidal semelhante à janela identificada na fachada. A moldura existente em torno deste seria saliente em relação à parede e foi destruída num momento posterior, sendo reutilizada no entaipamento do armário (Fig. 4).

Na verdade, os elementos que compunham a sala 5 distinguiam-se de todos os outros existentes no edifício.



Fig. 4 - A: Porta/passagem e armário de parede na sala 5 (1.º andar); B, C e D: Pormenores do armário de parede na sala 5 (1.º andar).

Justamente na mesma parede, mas virado para o interior da sala 6, individualizou-se um pequeno nicho de formato rectangular alongado, dividido em duas secções assimétricas que foram ambas entaipadas, por argamassa e pedras de dimensão variada. A secção superior encontrava-se muito destruída e muito fragilizada, optando-se por intervir, inicialmente, apenas a secção inferior. A secção superior foi, entretanto, intervencionada quando decorriam os trabalhos de conservação e restauro (Arqueohoje, Lda.). A base do nicho era irregular, encontrando-se bastante enegrecida, com evidentes marcas de alteração térmica. Na parede de fundo e junto à base foi registado um motivo epigráfico esboçado a carvão. A intensa sucessão de camadas de cal que revestiam o interior deste nicho são um elemento demonstrativo da sua longevidade. Terão estas inúmeras camadas de cal ocultado outros motivos? A sua aplicação seria repetidamente intencional? (Fig. 5)



Fig. 5 - A, B e C: Pequeno nicho dividido em duas secções na sala 6 (1.º andar); D: Grafitos/caracteres a carvão no interior nicho da sala 5 (1.º andar).

Também no exterior do edifício, os trabalhos de picagem continuaram a registar várias ocorrências, de diferentes cronologias. Ilustrativas disto e muito características da casa urbana de Quinhentos típica de Palmela, são as duas chaminés de

prumada, construídas em tijolo, uma das quais evidenciava o reaproveitamento de ombreiras chanfradas no seu entaipamento (Rosendo *et al.*, 2010, p. 39; Serrão e Meco, 2007, pp. 38-39, 258).

A Este da porta n.º 62, identificou-se a ombreira de um vão, ainda com vestígios do revestimento de cal.

No 1.º andar da sala 3, surgiram vestígios de uma janela de sacada, com ombreira biselada. A Oeste desta janela surgiu outra, com as ombreiras e base chanfradas, em arenito. Originalmente, a verga em tijolo chanfrado apresentava três vértices de formato trapezoidal, sendo, mais tarde, regularizada para permitir a instalação de uma janela quadrangular (Fig. 6).



Fig. 6 - Janelas entaipadas na fachada: A: Janela de sacada; B: Pormenor da verga, em formato de trapézio, de janela chanfrada; C: Janela chanfrada; D: Colunelo da janela chanfrada; E: Verga, em formato de trapézio, de janela moldurada; F: Janela moldurada.

No cunhal Oeste identificou-se uma janela moldurada, com verga trapezoidal, também com três vértices e ombreira rematada em forma de colunelo, obtidas através de tijolo moldado, sendo que a base era constituída por um grande bloco de arenito (Fig. 6). Refira-se que esta janela tem como paralelo formal uma janela do claustro do Convento de Jesus, em Setúbal, datada das últimas décadas do século XV, verificando-se apenas diferença ao nível dos materiais construtivos.

As coberturas originais do edifício eram constituídas por telhados de tesouro de quatro águas, muito comuns nos edifícios mais antigos do Centro Histórico, que se apresentavam perpendiculares à fachada. Também se observaram os sistemas de escoamento.

A parede Este do edifício preservava uma porta de arco quebrado, executado em tijolo biselado, ainda com revestimento de cal. Mantinha o bloco do gonzo superior, bem conservado. Já a soleira, encontrava-se bastante desgastada. A ombreira esquerda, a única preservada, era constituída por blocos de arenito biselados, bem aparelhados, com vestígios de cal na superfície. Possuía um encaixe circular, sensivelmente a meia-altura, que deveria corresponder à tranca interna da porta. Foi também identificado um pequeno negativo circular na ombreira. Esta porta seria o primitivo acesso do Edifício, que se fazia ao nível do 1.º andar da sala 1, acima do segundo arco (Fig. 7).

Registou-se no lado Oeste da parede exterior da sala 6, ao nível do 1.º andar, uma primitiva janela de sacada, com soleira e ombreira em arenito. Também no 1.º andar, mas no que corresponde à sala 5, confirmou-se a existência de uma outra janela de sacada moldurada, ao estilo maneirista, com base chanfrada em arenito, ombreiras em tijolo burro e argamassa com revestimento a cal,



Fig. 7 - A e G: Porta de arco quebrado no lado Este do edifício; B, C, D, E e F: Pormenores da porta de arco quebrado; H: Porta de arco quebrado, vista do interior do edifício.

idêntica à identificada na fachada do 1.º andar desta mesma sala.

A picagem das escadas que ligam o logradouro ao 1.º andar lançou novas pistas sobre a evolução deste espaço. Verificou-se que se sobrepunham a um nível de escadas pré-existente, contemporâneo do arco chanfrado, que oferece acesso a um pequeno espaço no seu interior, cujo topo é suportado por uma abóbada, que possui apenas três arranques e onde também se registou uma grande canalização. Removidos os revestimentos das paredes e da cúpula, observou-se na parede Norte a presença de um pilar, com laterais caiadas, ao centro da cúpula, que poderá indicar que este espaço esteve outrora aberto ao exterior, facto também registado na face voltada para a Rua Hermenegildo Capelo (Fig. 8).

Na fachada do portão do logradouro, detectou-se a ombreira chanfrada, em calcário, pertencente ao portão mais antigo, destruído pela instalação do actual. No último bloco da ombreira eram visíveis, na face interna, três sulcos diagonais, do sistema de fixação do portão. A Oeste desta ombreira, identificaram-se duas aberturas quadrangulares, provavelmente pertencentes aos agulheiros associados à construção dos portões, podendo, no entanto, ter funcionalidades e cronologias distintas. Assim, a abertura situada a uma cota inferior, visível em ambas as faces da parede, permitiria a visão da rua a partir do interior, podendo ter funcionado como postigo.

No logradouro e associadas ao próprio edifício foram documentadas várias estruturas hidráulicas destinadas à distribuição, abastecimento e armazenamento de água limpa. A sua presença impôs-se à própria construção da casa, obrigando à sua adaptação, de modo a integrar estes elementos. Sob as escadas de acesso ao 1.º andar, registou-se a

grande canalização que, a partir daqui, passava pelo interior da casa, através de uma pequena cúpula, presente no canto Noroeste da sala 5, seguindo para o exterior. A canalização prosseguia ainda para o logradouro, onde bifurcava, sob as escadas, para Noroeste e para Poente. Na actualidade esta estrutura continua preservada sob o edifício vizinho. O aparelho desta estrutura era composto por grandes blocos calcários, combinados com pedra pequena e argamassa de cal. A sua cobertura era, originalmente, composta por blocos de grande dimensão, dispostos obliquamente, conjugando também outras soluções arquitectónicas, ilustrativas da sua longa diacronia (Figs. 8 e 9).

No canto Nordeste do logradouro, preserva-se um poço, escavado na rocha, conciliado com a passagem da grande canalização, cujo bocal, de tendência semicircular, foi estruturado com blocos de arenito de média e grande dimensão. Este poço foi integrado na construção da parede, sendo parcialmente visível no chão da sala 5, desenhando



Fig. 8 - A: Escadas e arco chanfrado, na passagem para espaço abobadado sobre grande canalização; B, C, D e F: Pormenores do espaço abobadado e grande canalização sob as escadas; E: Abóbada da grande canalização no canto da sala 5; G: Poço e grande canalização; H: Poço no interior da sala 5.

uma estrutura também semicircular, coberta com blocos de arenito, sugerindo que em dado momento foi acessível a partir do interior do edifício (Fig. 8).

No subsolo da área hoje ocupada pelo auditório, existia o que chamámos «Casa da Água», composta por um grande reservatório para armazenamento de água, escavado na rocha. Esta estrutura prolongava-se para Oeste sob o edificado actual. No canto



Fig. 9 - A e B: Grande canalização; C: Bifurcação da grande canalização sob as escadas.

Sudoeste verificou-se uma abertura em arco, escavada na rocha, sob a propriedade vizinha, que se relacionava com este reservatório. Junto da entrada do auditório identificou-se uma interessante estrutura de pedra e argamassa revestida com sucessivas camadas de cal, constituída por blocos de calcário retangulares bem afeiçãoados, e com piso argamassado. Este conjunto parece-nos pertencer a um possível tanque ou fonte, do qual partem canais para Este e Oeste, sob o quintal vizinho. Fronteiro a este tanque/fonte desenvolvia-se um empedrado, sendo que o grande reservatório ocupava o seu espaço traseiro. A «Casa da Água» era separada da grande canalização por um muro, que inflectia para o cunhal do edifício principal, sugerindo que este era um espaço interior, de acesso reservado, pois apenas era acessível através de uma grande porta, a partir do interior do edifício (sala 6). Preservava-se a soleira e um pequeno encaixe quadrangular, a meia-altura da parede,

associado a esta entrada (Fig. 10). O vão da porta acabou por ser entaipado ainda durante o Período Moderno, passando a ser utilizado como chaminé. Por fim, esta foi desactivada, na transição para o período contemporâneo, com a instalação de uma cozinha no 1.º andar e ocultada pela construção do tanque da adega, que laborou no piso térreo.

Os contextos arqueológicos relacionados com estas estruturas apresentaram-se perturbados pelas sucessivas reformulações deste espaço, nas fases pós-terramoto (1755), mas reportam-nos a um período temporal balizado entre os séculos XIII/XIV e o XX. Realidade que nos parece concordante com o conjunto artefactual recolhido, com muitos recipientes ligados ao transporte, armazenamento e utilização da água.



Fig. 10 - “Casa da Água”. A: Encaixe quadrangular associado a porta; B: Porta; C, D, E e F: Possível tanque ou fonte, do qual partem canais para Este e Oeste; G: Vestígios de canal que segue para quintal vizinho; H e I: Reservatório e abertura em arco, escavada na rocha, sob a propriedade vizinha.

### 3.º Momento: Profundas reformulações do edifício da fase pós-terramoto (final do século XVIII ao século XX)

Esta é a fase mais evidente, afectando de forma determinante todos os contextos pré-existentes na área de intervenção. Neste período ocorreram rebaixamentos dos pisos nas salas 1 e 2, registando-se um segundo momento de escavação da rocha, afectando irremediavelmente os contextos ocupacionais precedentes e que, conseqüentemente, exigiu a reformulação das altimetrias do espaço habitacional, recorrendo à construção de um terceiro arco em tijolo tradicional que aproveitou parte das estruturas anteriores para a sua sustentabilidade. O rebaixar deste piso é ainda comprovado pelos suportes para as traves de madeira, que a par de “cachorros” em calcário, sustentavam o soalho do 1.º andar (Santos e Nunes, 2012/2013, pp. 2-7).

Ao nível do sótão, num acrescento em tijolo e cimento, surgiu um apontamento temporal, inserido num medalhão gravado na parede, com data de 29 de Maio de 1867, ladeado por duas cruzes. Esta evidência deu-nos uma datação *ante quem* para as restantes remodelações.

A parede da sala 1 forneceu uma das melhores sequências estratigráficas do imóvel, evidenciando a totalidade do seu processo construtivo. Esta sucessão teve origem na Baixa Idade Média, terminando perto do último quartel do século XIX.

No interior do edifício foram identificadas várias estruturas negativas que parecem corresponder a buracos de poste escavados na rocha e em algumas paredes do piso térreo, que devem corresponder a estruturas para assentamento de grandes tonéis de vinho, que ocupavam as várias salas da casa, associando-se às actividades da adega localizada no exterior.

Refira-se ainda que o muro que dividia o espaço da adega, da cocheira, afectou as estruturas anteriores, existentes na parte Sul do Logradouro. Entre esta área e a parede, que separava o logradouro da rua, observou-se a existência de uma calçada, que reaproveitou fragmentos de mó e um projectil em calcário.

Sobre a porta n.º 62, verificou-se um óculo oval, construído em tijolo tradicional, coetâneo da instalação desta porta e para iluminação natural das escadas.

A execução das picagens nas fachadas do edifício revelou a uniformização arquitectónica, que o mesmo sofreu, com a abertura de novos vãos, invalidando total ou parcialmente as janelas e portas anteriores, possivelmente no séc. XIX.

### 4 – Breves notas sobre a integração de elementos arquitectónicos e musealização do Espaço Cidadão

A excepcionalidade da documentação arqueológica, a diversidade de informação recolhida durante quatro anos e, em alguns casos, as características inéditas e o estado de conservação de algumas ocorrências em contexto local, determinaram que a sua integração no projecto de arquitectura fosse prioritária, devolvendo a memória do edifício *Quinhentista* à paisagem urbana e ao quotidiano da comunidade local através da sua valorização, musealização e integração na exposição permanente, intitulada: «*Fecha-se uma porta, abre-se uma janela. Espaço Cidadão – evolução histórica do edificado*».

Neste que foi um processo longo e complexo, se pensarmos na necessária conciliação de todos os interesses e de todos os agentes responsáveis pela execução do projecto, privilegiou-se a preservação e valorização dos elementos patrimoniais para que ficassem devidamente enquadrados,

seleccionando-se as ocorrências mais expressivas que permitissem a leitura da história do edifício, convidando o público a explorar estes testemunhos e a percorrer os 700 anos de história do Espaço Cidadão.

Do conjunto de informação existente seleccionámos distintos elementos, tanto no exterior, como no interior do edifício, para integração na exposição permanente e para o desenvolvimento de trabalhos de conservação e restauro, para posterior musealização, de que destacamos: as portas de arco quebrado com as ombreiras biseladas que representam os primitivos acessos do edifício, mas também os pontos de comunicação com o mundo exterior e o interior mais reservado; as janelas/portas chanfradas e molduradas, que retratam diferentes padrões arquitectónicos ao longo do tempo; a sequência construtiva dos arcos preservados no interior da sala 1, com técnicas e soluções construtivas distintas, aplicadas desde o Período Tardo-medieval e inícios do Período Moderno; as estruturas que documentam a presença da água, como elemento basilar deste espaço e nichos parietais registados no 1.º andar da casa, que testemunham a história do edifício e das comunidades que aqui habitaram.

## 5 - Possíveis pistas para uma ocupação cristã-nova do espaço cidadão

Muitas são as questões que mantemos em relação à ocupação deste edifício, que lançamos agora para reflexão e que podem relacionar-se com uma ocupação cristã-nova deste espaço.

É possível que alguns dos elementos arquitectónicos e materiais identificados, bem como a traça trapezoidal e sinuosa do edifício, com vãos assimétricos, possam estar

relacionados com a presença da comunidade judaica ou mourisca de Palmela e as suas práticas religiosas.

O Foral dos Mouros Forros, de 1170, é o primeiro documento que determina os direitos e deveres das três culturas que coexistiram em Palmela. Alguns documentos, associados aos processos da Inquisição de população ligada a Palmela, levam alguns investigadores a defenderem a existência de uma comunidade judaica de alguma escala, em Época Moderna, viabilizando até a existência de uma comuna na vila (Barros, Silva e Costa, 2005: 11-13; Costa, 2016; Martins, 2017: 2-4; Tavares, 1979; 1982; 1984; Patriarca, 2002). Referências a que se podem juntar alguns dos indícios agora sinalizados. Porém, não podemos deixar de aludir à influência que a presença da Ordem militar e religiosa terá exercido no quotidiano da urbe, sobretudo a partir do século XV, momento próspero em que os Espatários se sediam na vila. A presença efectiva da Ordem de Santiago, proprietária de vasto património urbano e rural, impulsionou uma intensa actividade comercial e cultural, de que são exemplo as inúmeras importações recolhidas. Este facto contribuiu para consolidar o crescimento do núcleo urbano, com fixação de novas populações, mantendo a dinâmica rural marcada pelo vinho e pelo azeite.

Como já se referiu, na extremidade Este do edifício, numa parede interna, entre as salas 1 e 2, sensivelmente orientada a Sudeste, surgiu um arco escavado na rocha local, que tem associado um cruciforme simples, gravado à esquerda, abertura que foi depois, em distintos momentos, entaipada, criando num primeiro momento uma abertura quadrangular que, por fim, foi totalmente anulada. Podemos considerar ainda uma hipótese mais funcional para esta evidência, configurando

uma reentrância, onde se poderia armazenar alguns utensílios.

Registou-se também numa parede interna ao nível do 1.º andar, que divide as salas 5 e 6, na extremidade Oeste do edifício, localizada sensivelmente ao centro, entre duas portas (uma de maiores dimensões que a outra) próximo ao pavimento, uma estrutura embutida na parede, tipo «armário de parede», que possuía duas secções e que se encontrava cuidadosamente colmatada por tijolo artesanal e argamassa de cal (que parece corresponder a um remate exterior que foi removido e serviu para o entaipamento, tendo sido entretanto desmontado para uma melhor avaliação da estrutura). A secção inferior apresenta formato quadrangular, encimada por uma outra, de menores dimensões, que remata em trapézio. O interior não revelou qualquer informação adicional, além duma intensa sucessão de camadas de cal, o que atesta a sua longa permanência em utilização, não se verificando a presença de concavidades na base, uma vez que esta se encontra extremamente degradada. As técnicas construtivas e materiais aplicados nesta estrutura são similares aos existentes na porta/passagem moldurada e no nicho parietal presentes nesta sala e na sala 6.

Na mesma parede, mas já na sala 6, a meia altura e encostada à porta mais a Oeste, surgiu uma estrutura de menores dimensões, que se apresentava igualmente entaipada, por argamassa e pedras de dimensão variada. Possui duas secções e um formato de tendência rectangular. O seu estado de conservação mais degradado apenas permitiu intervenção na secção inferior, removendo-se todo o preenchimento intrusivo, tendo-se então observado que a base deste nicho era irregular, bastante enegrecida com alteração térmica (sugerindo a presença constante de uma fonte de iluminação). O interior do nicho apresentava uma intensa

acumulação de camadas de cal (mais uma vez sugerindo uma longa perduração da estrutura) e na parede do fundo, próximo da base, continha aquilo que nos parece corresponder a alguns grafitos/caracteres a carvão, cuja interpretação não nos é possível de momento avançar.

Referência ainda para as várias estruturas hidráulicas destinadas à distribuição, abastecimento e armazenamento de água limpa, que poderão associar-se às práticas religiosas de população cristã-nova. Sobretudo, o que poderemos designar como a “Casa da Água”, já referida anteriormente, onde pontua com grande destaque um possível tanque ou fonte, de que partem canais para Este e Oeste, em frente ao qual se desenvolvia um empedrado, sendo que o grande reservatório ocupa o seu espaço traseiro, a que se associa uma abertura em cúpula, escavada na rocha. A estas estruturas apenas se acedia por uma grande porta, com um pequeno encaixe quadrangular, a meia-altura de parede associada.

## 6 – Por fim...

Para concluir falta referir que esta é uma investigação que ainda agora se inicia, prosseguindo o estudo do grande volume de informação arqueológica identificada durante os trabalhos.

As inúmeras questões e o conjunto complexo de dados com que partimos para esta investigação alimentam a pertinente colaboração com outros investigadores e fundamentam a realização de escavações arqueológicas, combinadas com outras acções preventivas nas áreas adjacentes, que auxiliem na interpretação mais segura deste conjunto patrimonial, de modo a que as fontes históricas, a arqueologia e a arquitectura se possam traduzir na consolidação do conhecimento actual sobre a Palmela Medieval e Moderna.

## Bibliografia

- BARROS, Maria Filomena; SILVA, Manuela Santos; COSTA, João Paulo Oliveira (2005). *Os Forais de Palmela. Estudo Crítico*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela, pp. 11-13.
- CARVALHO, António Rafael (2005). Intervenção Arqueológica no Mercado Velho: primeiros resultados. *Adenda electrónica da revista al-Madan*. Série II. 13, pp. V1-V18.
- CARVALHO, António Rafael (2005/2007). Intervenção Arqueológica no Mercado Velho: novos contributos para o conhecimento do quotidiano em Palmela, no final da Idade Média. *Musa*, 2, pp. 74-82.
- COSTA, João Tiago dos Santos (2016). *Palmela: o espaço e as gentes (séculos XII-XVI)*. Tese de Doutoramento em História. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira (2004). *O Castelo de Palmela. Do islâmico ao cristão*. Lisboa: Edições Colibri / Câmara Municipal de Palmela.
- FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira (2012). Palmela Medieval e Moderna: a leitura arqueológica. In Isabel Cristina Ferreira Fernandes e Michelle Teixeira Santos *Palmela Arqueológica no contexto da região interestuarina Sado-Tejo*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela, pp. 111-132.
- FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira; CARVALHO, António Rafael (1993). *Arqueologia em Palmela - 1988/92. Catálogo da exposição*. Palmela: Município de Palmela.
- FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira; CARVALHO, António Rafael (1997a). Intervenção Arqueológica na Rua de Nenhures (Palmela). In *Actas do I Encontro de Arqueologia da Costa Sudoeste, Novembro de 1991. Setúbal Arqueológica*, 11-12. Setúbal: Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal, pp. 279-295.
- FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira; CARVALHO, António Rafael (1997b). Abordagem Arqueológica da Palmela Medieval Cristã. *Arqueologia Medieval*, 5, pp. 221-241.
- FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira; SANTOS, Michelle Teixeira (2008). *Palmela Arqueológica. Espaços, Vivências, Poderes. Roteiro da exposição*. Palmela: Município de Palmela.
- MARTINS, Jorge (2017). A Inquisição e os Cristãos-Novos de Palmela, + *Museu, Boletim do Museu Municipal de Palmela*, 18, pp. 2-4.
- PATRIARCA, Raquel (2002). *Um estudo sobre a inquisição de Lisboa: O Santo Ofício na Vila de Setúbal - 1536-1650*. Tese de Doutoramento em História Moderna. Faculdade de Letras da Universidade Porto.
- RAMOS, Ana Cristina; PORFÍRIO, Eduardo (2017). Requalificação urbana do Centro Histórico de Palmela, + *Museu, Boletim do Museu Municipal de Palmela. Separata do nº 17*, pp. 1-8.
- ROSENDO, Maria Teresa; PRATA, Cristina dos Reis; FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira; SANTOS, Michelle Teixeira; SAMPAIO, Teresa; SOUSA, Zélia de (2010). *Roteiro da exposição "Patrimónios. Centro Histórico da Vila de Palmela"*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela / Museu Municipal.
- SANTOS, Michelle Teixeira (2012). Arqueologia Urbana em Palmela. Balanço das intervenções de 2009-2012, + *Museu, Boletim do Museu Municipal de Palmela*. 15, pp.12-17.
- SANTOS, Michelle Teixeira; NUNES, João (2012/2013). Resultados da intervenção arqueológica no Espaço Cidadão (Centro Histórico de Palmela), + *Museu, Boletim do Museu Municipal de Palmela*, 16, pp. 2-7.
- SERRÃO, Vítor; MECO, José (2007). *Palmela Histórico-Artística. Um inventário do património*. Lisboa/Palmela: Edições Colibri/ Câmara Municipal de Palmela.
- TAVARES, Maria José Pimenta Ferro (1979). *Os Judeus em Portugal no Século XIV*. Coleção História e Ensaios. Lisboa: Guimarães & C.ª Editores.
- TAVARES, Maria José Pimenta Ferro (1982). *Os Judeus em Portugal no Século XV*. Vol.I. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.
- TAVARES, Maria José Pimenta Ferro (1984). *Os Judeus em Portugal no Século XV*. Vol.II. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.

